

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Margem de Certa Maneira

O maoísmo em Portugal: 1964-1974

Miguel Gonçalo Cardina Codinha

Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
para a obtenção do Grau de Doutor em História,
na especialidade de História Contemporânea,
orientada pelo Professor Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento
Coimbra, 2010

Investigação realizada com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
(SFRH/BD/22796/2005)



ÍNDICE

INTRODUÇÃO. Rubra Impaciência.....	12
O caso português.....	13
A ruptura chinesa.....	18
O maoísmo como fenómeno internacional.....	22
História, Memória, Oralidade.....	30
Organigrama das organizações maoístas em Portugal.....	43
PARTE I. O COMPLEXO DA ORGANIZAÇÃO.....	44
CAPÍTULO 1.	
A génese da extrema-esquerda m-l em Portugal.....	45
1.1 Francisco Martins Rodrigues e a ruptura com o PCP.....	47
1.2 A FAP e o CMLP.....	55
1.3 A luta é no «interior».....	60
1.4 O «crime de Belas».....	63
CAPÍTULO 2.	
Refundar o Partido: da FAP e do CMLP ao PCP (m-l).....	67
2.1 Uma área política estilhaçada.....	71
2.2 O «movimento Marxista-Leninista Português».....	73
2.3 As conferências no «exterior».....	75
2.4 A «reorganização» do Partido.....	82
2.5 UEC (m-l): a base militante no país.....	85
2.6 Escolher o rival.....	89
CAPÍTULO 3.	
MRPP: Criar na luta o Partido que nunca existiu	96
3.1 A Esquerda Democrática Estudantil.....	96
3.2 Criar na luta o partido que nunca existiu.....	100
3.3 O assassinato de Ribeiro dos Santos.....	104
3.4 Influência operária e influência estudantil.....	107
3.5 Guerra do Povo à Guerra Colonial!.....	109

3.6 A presença em <i>O Tempo e o Modo</i> e nas cooperativas.....	113
3.7 Activismo aguerrido, moralismo «proletário».....	115
CAPÍTULO 4.	
Voluntarismo e populismo na OCMLP	120
4.1 A ambiência oposicionista radical no Porto.....	120
4.2 A estruturação de <i>O Grito do Povo</i>	122
4.3 Os CRECs e os Núcleos Sindicais.....	125
4.4 O federalismo de <i>O Comunista</i>	127
4.5 Populismo e anticolonialismo na OCMLP.....	137
4.6 Das prisões na direcção ao «golpe Matos-Viriato».....	138
CAPÍTULO 5.	
A URML e a crítica da deserção	144
5.1 Evolução das estruturas dirigentes.....	146
5.2 Rejeitar a deserção.....	149
5.3 A atenção nos meios operários.....	151
CAPÍTULO 6.	
A luta dos CCR (m-l) contra o «atraso ideológico»	154
6.1 Contra os «bonecos de cera».....	157
6.2 Presença estudantil e intervenções em meio operário.....	159
6.3 Os golpes da PIDE.....	160
6.4 Conflitos ideológicos no topo da estrutura.....	161
CAPÍTULO 7.	
Da vontade de unificar ao exílio italiano: O Bolchevista	163
7.1 Buscar a unidade perdida.....	164
7.2 Da vida em comum à fuga para Itália.....	165
7.3 A erosão no «interior».....	167
CAPÍTULO 8.	
O CRML: entre Económicas e o Sindicato dos Químicos	169
8.1 A origem em Económicas e os Comités Guerra Popular.....	169
8.2 A direcção do Sindicato dos Químicos.....	172
CAPÍTULO 9.	
Outros grupos «marxistas-leninistas»	176
9.1 O Comité Comunista de Portugal e a União Comunista (Marxista-Leninista).....	176
9.2 A Acção Revolucionária Comunista.....	177

9.3 O Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista).....	179
9.4 Outros grupos.....	180

PARTE II. A TRAMA DO IMAGINÁRIO 183

CAPÍTULO 10.

Imaginários Sociais 184

10.1 A dimensão social do imaginário.....	186
---	-----

10.2 O imaginário e a história.....	190
-------------------------------------	-----

CAPÍTULO 11.

O Império do Meio e outras visões 194

11.1 A China: viagens e relações políticas.....	195
---	-----

11.2 Imaginar o mundo novo: a China (e a Albânia).....	199
--	-----

11.3 Outras geografias.....	209
-----------------------------	-----

11.4 O friso do comunismo.....	213
--------------------------------	-----

CAPÍTULO 12.

Camponeses e Operários 217

12.1 Em busca do camponês.....	219
--------------------------------	-----

12.2 Aliados subalternos.....	224
-------------------------------	-----

12.3 Ecos das virtudes do campo.....	229
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO 13.

Em busca do proletariado 232

13.1 O inquérito maoísta e a primazia operária.....	233
---	-----

13.2 Sindicalismo, classe e clandestinidade.....	236
--	-----

13.3 A crítica ao «chauvinismo das massas».....	240
---	-----

13.4 A exaltação do povo.....	241
-------------------------------	-----

CAPÍTULO 14.

Servir o Povo: a «implantação» 247

14.1 O <i>établissement</i>	248
-----------------------------------	-----

14.2 A «implantação» em Portugal.....	251
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO 15.

O revolucionário em construção 257

15.1 As forjas dos revolucionários.....	258
---	-----

15.2 Militância, activismo e entrega.....	267
---	-----

15.3 Moralidade e intimidade.....	270
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 16.	
A arte da política.....	276
16.1 Cultura Popular.....	281
16.2 Teatro na emigração.....	284
16.3 A cantiga é uma arma.....	289
CAPÍTULO 17.	
Guerra à Guerra: oposições e anticolonialismo	292
17.1 As oposições perante a guerra colonial.....	293
17.2 Desertar, não desertar, como desertar.....	297
17.3 O activismo anticolonial.....	299
CAPÍTULO 18.	
Da deserção ao exílio	305
18.1 Emigração e exílio.....	307
18.2 Duas deserções colectivas.....	309
18.3 Encontrar a política no exterior.....	312
18.4 Comités de Desertores na Holanda, Suécia e Dinamarca.....	318
CAPÍTULO 19.	
Tortura e Silêncios	324
19.1 Silêncios e Poder.....	325
19.2 A voz da vítima.....	330
19.3 A questão do porte.....	331
19.4 O silêncio difícil.....	335
CAPÍTULO 20.	
A Política na Prisão	339
20.1 Conflito entre a «linha russa» e a «linha chinesa».....	340
20.2 Greves de fome.....	343
20.3 Peniche, 27 de Abril de 1974.....	347
CONCLUSÕES. Um maoísmo português?	350
Lista de Acrónimos	359
Fontes e Bibliografia.....	362

RESUMO

O presente estudo procura analisar o impacto do maoísmo em Portugal no último decénio da vigência do Estado Novo. Examinam-se aqui as diferentes constelações organizativas dimanadas deste corpo ideológico, iniciando o percurso na estruturação da Frente de Acção Popular e do Comité Marxista-Leninista Português, em 1964, em torno de pressupostos teóricos e políticos que se apresentavam como alternativos aos definidos pelo Partido Comunista Português. Antigo membro do Comité Central e da Comissão Executiva do PCP, Francisco Martins Rodrigues foi o condutor fundamental dessa demarcação, centrada no papel da violência na transformação social, nos contornos de uma política de alianças para o derrube do regime e no alinhamento com a China no conflito que então a opunha à URSS.

Apesar da curta experiência do grupo, fortemente atingido pela PIDE em 1965 e 1966, o legado teórico elaborado nesta primeira fase do maoísmo português não deixou de se reflectir na configuração programática das organizações que sucederam a FAP e o CMLP. Caracterizadas por um crescente cisionismo, elas revelaram traços diferenciados a partir de 1970, sobretudo com a irrupção de grupos como o MRPP e *O Grito do Povo*, mais tarde OCMLP. Apostadas na afirmação de uma «linha de massas», estas organizações desenvolveram um activismo aguerrido, particularmente enraizado nos meios juvenis e estudantis, mas que logrou igualmente assomar a alguns territórios populares e operários.

Analisando as práticas e representações produzidas pelo maoísmo português, a segunda parte deste estudo ancora-se no conceito de «imaginário» enquanto magma dinâmico de significados que resulta do agir humano mas que simultaneamente o impulsiona. Observa-se como as imagens de figuras e territórios revolucionários, mesmo que longínquos, como é o caso da China de Mao, adquiriram um carácter mobilizador, que advinha menos do conhecimento detalhado do país do que da energia convocada pela imaginação dessa contra-realidade. Estuda-se ainda o modo como o maoísmo estruturou uma imagem redentora do proletariado, que levou à aferição de uma série de virtudes políticas e à activação de formas de transfiguração do militante em proletário.

São ainda rastreados os processos de construção da militância, notando o seu carácter essencialmente juvenil e estudantil, mas também o modo como a exigência do ideal se cruzou com o campo da moralidade e da intimidade. Aborda-se igualmente o acolhimento de determinadas práticas artísticas e culturais que se revelaram indissociáveis do processo de politização. Questão que afectava em primeiro lugar a juventude, examina-se de seguida o posicionamento perante a guerra colonial e as experiências que compuseram o trajecto multiforme que foi da deserção ao exílio. Por fim, estuda-se o modo como este complexo político lidou com as temáticas da tortura, do «porte» e do conflito político na prisão.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the impact of Maoism in Portugal in the last decade of the dictatorship of the Estado Novo. It examines the different constellations emanate from this ideology, starting in the vertebration of Popular Action Front and Marxist-Leninist Portuguese Committee, in 1964, around theoretical and political assumptions who presented themselves as alternatives to those defined by Portuguese Communist Party (PCP). Former member of the Central Committee and the Executive Committee of PCP, Francisco Martins Rodrigues was the fundamental conductor of this demarcation, centered in the role of violence in social change, the contours of a politics of alliance to overthrow the regime and the alignment with China in the context of the sino-soviet split.

Nevertheless, the short experience of the organization, strongly attacked by the PIDE (International and State Defense Police) in 1965 and 1966, produced a theoretical legacy reflected in the next Maoist groups. Characterized by a growing cisionism, these collectives developed some differentiated features from 1970 onwards, mainly after the appearance of groups such as MRPP and *O Grito do Povo* [The Cry of the People], later OCMLP. This organizations assumed a mass line and a embattled activism, clearly rooted in the juvenile and student environment, despite also appears in some located workers fields.

Analyzing the practices and representations produced by Portuguese Maoism, the second part of this study is anchored in the concept of «imaginary» as a dynamic magma of meanings that result from human action and both drive them. The work observe how the image of revolutionary figures and territories, even distant, as the China of Mao, acquired a mobilizing nature, which stemmed less originated from knowledge of the country and more convened by energy of the imagination of this counter-reality. It also examines how Maoism has built a redemptive image of the proletariat, which led to the measurement of a number of political virtues and activated forms of transfiguration of the militant into proletarian.

Are still traced the processes of construction of militancy, noting its essentially youth and student character, but also how the requirement of ideal crossed with the field of morality and intimacy. It also discusses how Maoism welcomed certain artistic and cultural practices which proved to be inseparable from the process of politicization. Then examines the position before the colonial war and the experiences that made up the multiform route that came from defection to exile. Finally, we study how this political ambience dealt with themes such torture, police inquisition and the political conflict in prison.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar algumas palavras de sincero apreço e reconhecimento a todos aqueles e aquelas que me deram um apoio especial ao longo desta caminhada. Sem a sua presença este trabalho nunca teria sido possível. Se em cada texto habitam sempre mais vozes do que a singular assinatura deixa decifrar, este é um exemplo evidente disso mesmo. Em primeiro lugar, cabe-me efectuar um agradecimento público aos antigos activistas que acederam a reconstruir pedaços da sua vida e que assim foram duplamente responsáveis pela possibilidade deste estudo. Primeiro, como activistas; depois, como narradores. A disponibilidade para partilhar memórias, para ceder documentos, para estabelecer contactos ou para elucidar episódios em comum foi uma constante: tenho para com eles uma enorme dívida que nenhum texto poderá inteiramente saldar. São quase uma centena de mulheres e homens cujos nomes aparecerão ao longo da tese e que se encontram listados no final.

Queria de igual modo agradecer a algumas pessoas que, não tendo sido entrevistadas ou prestado depoimentos, responderam a e-mails, possibilitaram contactos ou me deram esclarecimentos: é o caso de Alberto Matos, Amadeu Lopes Sabino, Aurora Rodrigues, Carlos Gaspar, Eduardo Graça, Joana Lopes, João Madeira, Horácio Crespo, José Manuel Correia, Jorge Nascimento Fernandes, Luís Chambel, Luís Fazenda, Luís Filipe Rocha, Paulo Bárcia, Pedro Alves, Pedro Martins Rodrigues, Raimundo Santos e Vladimiro Guinot. Estou especialmente grato a José Manuel Lopes Cordeiro, Paula Godinho e António Monteiro Cardoso, com quem partilhei ânsias e de quem recebi pistas abnegadas e incentivos valiosos.

Devo também sublinhar o acolhimento que me foi concedido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), do qual é um privilégio fazer parte. Para além dos colegas e investigadores, pródigos nos exemplos de profissionalismo, colaboração e amizade, compete-me mencionar a ajuda pronta e constante do *staff* da biblioteca: Maria José Carvalho, Acácio Machado e Ana Correia. Também no Centro de Documentação 25 de Abril encontrei uma disponibilidade que cumpre registar, indispensáveis para que este estudo pudesse

ter visto a luz do dia. Tendo recebido um apoio constante de todos os profissionais que ali trabalham, beneficiei especialmente do auxílio e do conhecimento de Natércia Coimbra, José Carlos Patrício e Fernanda Ventura. Quero também sublinhar o suporte indispensável que me foi proporcionado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao conceder-me uma bolsa (SFRH/BD/22796/2005) que permitiu levar a cabo este projecto de doutoramento.

Gostaria ainda de assinalar a minha profunda dívida a duas pessoas sem as quais, por diferentes motivos, esta caminhada nunca teria arrancado. Refiro-me, em primeiro lugar, a Rui Bebiano, orientador científico do projecto de doutoramento, que desde sempre o acompanhou com entusiasmo e proximidade. A ele estou grato pelos trabalhos inspiradores, pelas observações críticas, pelo estímulo pessoal e pelo impagável exercício da dádiva e da amizade. Além disso, o facto de ter sido um dos actores do universo estudado facilitou as aproximações ao tema e permitiu alguns contactos com antigos activistas.

A finalizar, queria ainda agradecer à Carla pelo acompanhamento, pela paciência, pelo conforto. E também pelo resto, que é o essencial.

«Dentro da margem de fora / não há sombra na demora
estatelada na história / fica a margem divisória
e no meio da viagem / a voz do vento é memória
de acreditar na vitória / de rebentar a barragem»

José Mário Branco
«Margem de Certa Maneira», *Margem de Certa Maneira* (1972)

INTRODUÇÃO

Rubra Impaciência

A expressão «Meninos Rabinos que Pintam Paredes» foi ampla e pejorativamente usada nos anos quentes de 1974 e 1975 para nomear os militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), um dos grupos mais activos na galáxia maoísta portuguesa da década de 1970¹. Como em todas as caricaturas, também aqui um pequeno pedaço de verdade era ampliado até se tornar legível apenas à luz da ironia e do humor. Com efeito, é legítimo associar o MRPP a um estilo único, frenético e amiúde sectário de fazer política que por essa altura encontrava eco significativo nos ambientes universitários. E é certo também que estes «meninos rabinos» dedicaram uma parte da sua intervenção pública à execução de enormes murais, em geral com óptima qualidade gráfica e de invariável tonalidade triunfalista. Acontece que o carácter jocoso da expressão tanto deixa ver uma parte da realidade como coloca na sombra o que foge à simplificação. Definindo o grupo como uma fauna radical, voluntarista e de duvidosa origem de classe, rasura-se o facto de o MRPP ter igualmente dinamizado uma componente operária e, mais lateralmente, acaba por se reduzir a intervenção mural a um inócuo atrevimento juvenil de um dado grupo político².

¹ Utilizar-se-á ao longo do trabalho a grafia «maoísta» e «maoísmo», ao invés de «maoista» e «maoismo», como por vezes é possível encontrar. A opção escolhida é ratificada pelo *Dicionário da Língua Portuguesa 2006* (Porto: Porto Editora, 2005) e pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa* (Editorial Verbo, 2001).

² Como é sabido, a arte muralista faz parte do património histórico da esquerda – basta pensar em Diego Rivera e nos muralistas mexicanos – e a sua utilização nestes anos foi bem mais diversificada do que a singular associação ao MRPP permite perceber. Diogo Pires Aurélio escreveu em 1999 um pequeno ensaio no qual analisa os significados políticos e simbólicos presentes no discurso figurativo que invadiu as paredes e os muros de Portugal a partir de 1974. Cf. Diogo Pires Aurélio (1999), «Mitos, murais e muros», *Revista Camões*, n.º 5. Em 2005, a Fundação Mário Soares editou um CD-ROM, intitulado *Murais de Abril*, constituído por cerca de 400 imagens de murais do pós-25 de Abril. O Centro de Documentação 25 de Abril disponibiliza igualmente, no seu sítio na internet, imagens de murais, captadas por António Paixão Esteves e Conceição Neuparth (<<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/>

Expressões como aquela que abre esta introdução, comuns ao contexto político do imediato pós-25 de Abril, feito de acesos conflitos verbais e até físicos, acabaram por se alojar nos interstícios da memória social, forjando uma imagem bastante limitada e caricatural do que foi em Portugal o complexo maoísta ou «marxista-leninista» (m-l). Sem querer adiantar conclusões precipitadas, refira-se que este trabalho é também uma forma de diluir lugares-comuns como esse, analisando o mapa organizativo e os traços do imaginário maoísta português entre 1964 e 1974. Na verdade, não só o fenómeno foi bem mais plural do que a referência continuada ao MRPP permite supor, como a sua compreensão exige a observação atenta da origem e da estruturação deste terreno ideológico no decénio que antecede a queda do Estado Novo, enquadrando-o no clima dos debates que então animavam a esquerda mundial e na especificidade da situação política e social do país.

O caso português

A tese que a seguir se apresenta procura colmatar uma lacuna ainda existente no conhecimento do maoísmo português e da sua relação com a nossa história recente. Em 2009, num levantamento da historiografia produzida sobre o Estado Novo, Luís Reis Torgal anotava o ainda escasso conhecimento dos movimentos marxistas-leninistas e maoístas³. Na verdade, não existem trabalhos teóricos aprofundados sobre o complexo da esquerda radical, apesar de se poderem destacar alguns contributos importantes. É o caso dos dois artigos pioneiros de João Paulo Martins e Rui Loureiro, publicados em 1980 na revista *História* – o primeiro sobre os grupos marxistas-leninistas e trotskistas, e o segundo sobre as organizações de luta armada – e que pese embora alguns erros e omissões, constituiu durante muito tempo o melhor texto disponível sobre o assunto⁴. Ainda nos anos oitenta, registe-se um trabalho de José Pacheco Pereira, no qual se analisa comparativamente o Partido

[wikka.php?wakka=fotospo](#)>). Faz falta, porém, um estudo sistemático sobre a arte muralista em Portugal durante aqueles anos. Ao invés, os cartazes partidários do período de 1974-75 foram já objecto de uma tese de doutoramento na área das Ciências da Comunicação: Eduardo Camilo (2004), *O cartaz partidário em Portugal (1974-1975)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Coleção Ubianas. Sobre o mesmo assunto cf. também, da autoria de José Gualberto de Almeida Freitas e com glossário de José Manuel Lopes Cordeiro, *A Guerra dos Cartazes* (2009). s.l.: Lembrabríl.

³ Luís Reis Torgal (2009), *Estados Novos, Estado Novo*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 385.

⁴ João Paulo Martins e Rui Loureiro (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-74). 1. Os marxistas-leninistas e os trotskistas», *História* n.º 17, pp. 8-23; João Paulo Martins e Rui Loureiro (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-74). 2. As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974», *História* n.º 18, pp. 14-26.

Comunista Português (PCP) e a «esquerda revolucionária»⁵. O mesmo autor, aliás, tem anunciado desde há algum tempo uma obra de grande fôlego, na forma de dicionário, sobre a extrema-esquerda portuguesa até ao 25 de Abril de 1974. O seu livro sobre o conflito sino-soviético e os primórdios dos grupos m-l constituirá já uma parte desse labor⁶.

Alguns trabalhos realizados em contexto académico também tiveram este território político como objecto: é o caso de dois textos sobre o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) elaborados em 1999 por Hélder Manuel Bento Correia⁷ e da dissertação de mestrado de Jorge Fontes, defendida em 2009⁸. Um prisma sob o qual ainda escasseiam trabalhos – o do confronto comparativo destas organizações nos diferentes países – começou entretanto a ser trilhado por Josepa Cucó i Giner⁹, com uma análise da extrema-esquerda portuguesa e espanhola, centrada na União Democrática Popular (UDP) e no Movimento Comunista (MC). O artigo divulgado tem ainda uma dimensão claramente exploratória, para além de se concentrar essencialmente no período pós-1974. Refira-se também um texto de João Madeira, no qual o autor, partindo da posição das diferentes esquerdas relativamente à evolução do regime e à questão da guerra colonial, traça um quadro da génese e desenvolvimento dos distintos grupos¹⁰, bem como os recentes estudos que têm

⁵ José Pacheco Pereira (1988), «O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária», in Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal. O sistema político e constitucional. 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

⁶ José Pacheco Pereira (2008), «*O Um Dividiu-se em Dois*». *Origens e Enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa: Alêtheia Editores. O mesmo autor também publicou alguns apontamentos sobre a extrema-esquerda no seu blogue *Estudos sobre o Comunismo*.

⁷ Hélder Manuel Bento Correia (1999), *A ruptura política e ideológica no movimento comunista em Portugal (1963-1964)*. Trabalho apresentado na disciplina de História de Portugal no mestrado de História Contemporânea. Portimão: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Hélder Manuel Bento Correia (2000), *Comité Marxista-Leninista Português. Breve História de uma organização política (1964-1975)*. Trabalho apresentado no seminário de História de Portugal no mestrado de História Contemporânea. Portimão: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ambos se encontram disponíveis na página do *Centro de Documentação 25 de Abril*: <<http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=tensaios>>. Acedido a 20/09/2007.

⁸ Jorge Filipe Figueiredo Fontes (2009), *A esquerda à esquerda de Cunhal (1964-1974)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁹ Josepa Cucó i Giner (2007), «La izquierda de la izquierda. Un estudio de antropología política en España y Portugal», in *Papeles de CEIC*, volume 2007/1, papel 29.

¹⁰ João Madeira (2004), «As Oposições de Esquerda e a Extrema-Esquerda», in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 91-135.

vindo a ser desenvolvidos e apresentados por José Manuel Lopes Cordeiro¹¹, António Monteiro Cardoso¹² e Paula Godinho¹³. Os trabalhos que tenho publicado procuraram igualmente chamar a atenção para alguns enfoques novos e para dados desconhecidos¹⁴. A presente tese, contudo, visa lançar um olhar detalhado e inédito sobre as organizações m-l portuguesas existentes entre 1964 e 1974 e promover uma leitura global das suas linhas de força e do seu impacto histórico.

Sublinhe-se que as referências públicas à extrema-esquerda têm aparecido mais como complemento ao tratamento de uma ou outra realidade a ela contígua do que como objecto autónomo de investigação. É o exemplo dos trabalhos dedicados à contestação estudantil ao Estado Novo, nos quais surge com frequência informação relativa à extrema-esquerda e à sua «quase osmose» com os movimentos estudantis mais radicalizados no período de decadência do regime¹⁵. Algumas reportagens e

¹¹ «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)» e «O combate do PCP ao “esquerdismo”: o “Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista” revisitado». Foram, respectivamente, comunicações ao I e II Colóquio *Os Comunistas em Portugal*, organizados em 2008 e 2009 pela revista *Política Operária*. O primeiro estudo foi ampliado e recentemente publicado: José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, n.º 5, pp. 119-158. José Manuel Lopes Cordeiro fez uma comunicação intitulada «Desertar contra a guerra colonial – os núcleos de desertores na Europa» no seminário *Exílios contra a Ditadura*, organizado pelo Instituto de História Contemporânea a 7 e 8 de Maio de 2010. Em Setembro de 2010 apresentou uma comunicação sobre a Esquerda Democrática Estudantil (EDE) no âmbito do encontro «A extrema-esquerda maoísta na fase final do Estado Novo», levado a cabo pelo Centro de Estudos Operários – Memória Laboral e pela Biblioteca Museu República e Resistência.

¹² «Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial». Comunicação no II Colóquio *Os Comunistas em Portugal*, organizado pela revista *Política Operária*, na Biblioteca Museu República e Resistência, a 25 de Setembro de 2009. O mesmo autor redigiu um texto sobre o «MRPP na Faculdade de Direito», apresentado no âmbito do referido encontro «A extrema-esquerda maoísta na fase final do Estado Novo» (Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 18/09/2010).

¹³ Paula Godinho tem, juntamente com António Monteiro Cardoso, um projecto de investigação em curso sobre o MRPP entre 1970 e 1976. Apresentou uma comunicação intitulada «A propriedade privada da História, as lições de amnésia e o desaparecimento da extrema-esquerda» no encontro «A extrema-esquerda maoísta na fase final do Estado Novo» (Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 18/09/2010).

¹⁴ Miguel Cardina (2009), «O maoísmo em Portugal: 1964-1974», in *Lutas Velhas, Futuro Novo*. Lisboa: Edições Dinossauro, pp.33-72; Miguel Cardina (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus; Miguel Cardina (2010), «The War Against the War. Violence and Anticolonialism in the Final Years of Estado Novo», in Mike O'Donnell e Bryn Jones (ed.), *The Resurgent Sixties*. London: Anthem Press, pp. 39-58.

¹⁵ Nuno Caiado (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED; Gabriela Lourenço; Jorge Costa e Paulo Pena (2001), *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora; Jorge Costa (2002), «O ano da morte de Ribeiro Santos», *História*, n.º 49, III Série, pp. 24-31; Rui Bebião (2003), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus; Miguel Cardina (2008), *A Tradição da*

entrevistas saídas na imprensa periódica sobre este ambiente activista estudantil também fornecem dados, embora nem sempre confiáveis, sobre a esquerda radical da época¹⁶. O tema é ainda abordado de maneira lateral em obras nas quais se analisa o papel das forças sócio-políticas na queda do regime¹⁷, a história do movimento operário em Portugal¹⁸, a repressão política¹⁹, as oposições à guerra colonial²⁰, e em textos dedicados à emigração política, à deserção e ao exílio²¹.

Sobre a extrema-esquerda e, dentro desta, a área mais específica do maoísmo, encontra-se alguma produção em diversas entradas no *Dicionário de História do*

Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo. Coimbra: Angelus Novus; Guya Accornero (2009), *Efervescência Estudantil. Estudantes, Acção Contenciosa e Processo Político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹⁶ Entre outros, Jorge Massada (1997), «Retrato do poder enquanto jovem», *Expresso* (Revista), 12/07/1997; José Manuel Fernandes e Teresa Sousa (1998), «A Geração da Ruptura» (entrevistas a Mariano Gago, Pacheco Pereira, Saldanha Sanches e Alberto Martins), *Expresso* (Revista), n.º 809, 30/04/1988; Luís Leiria (1998), «A Geração de 70», *Vida Mundial*, n.º 11, Dezembro de 1998, pp. 26-34. Rui Cardoso (2002), «Do luto académico à luta permanente», *Expresso* (Revista), n.º 1534, 23/03/2002. Luís Trindade (2004), «As Pessoas foram habituadas a pensar». Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim, *História*, III série, n.º 65, Abril de 2004, pp. 32-39. Com outra extensão, também a muito recente biografia da comunista Sita Valles, assassinada no contexto da dramática convulsão ocorrida em Angola a 27 de Maio de 1977, contém elementos sobre o movimento estudantil português na primeira metade da década de 1970. Leonor Figueiredo (2010), *Sita Valles. Revolucionária, Comunista até à Morte (1951-1977)*. Lisboa: Alêtheia.

¹⁷ António Ventura (1989), «O papel das forças sócio-políticas na mudança democrática. O caso português», in Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*. Mérida: UNED, Centro Regional de Extremadura, pp. 215-234; D. Linda Raby (1990), *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa: Salamandra; Fernando Rosas (1994), *O Estado Novo (1926-1974), História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores / Editorial Estampa.

¹⁸ Ramiro da Costa (1979), *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal. 1820-1975*. 2.º Volume. Lisboa: Assírio e Alvim. O capítulo III (pp. 199-216) é dedicado à análise dos grupos de extrema-esquerda. Ramiro da Costa era o pseudónimo literário de José Alexandre Magro, já falecido, antigo militante da OCMLP e, posteriormente, do PCP (R).

¹⁹ João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros. Cf. ainda Irene Flunser Pimentel (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, pp. 209-218 e 382-386.

²⁰ Rui Bebiano (2001), «A esquerda e a oposição à guerra colonial», in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 293-313.

²¹ Victor Pereira (1999-2000), *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine. Université de Rouen. UFR des Lettres et Sciences Humaines. Département d'Histoire; Cristina Clímaco (1992), *La presse de l'emigration politique portugaise en France, analyse du journal O Salto, 1970-1974*. DEA, Paris 7; Marie-Christine Volovitch-Tavares (2000), «Les immigrés portugais en France et la Guerre coloniale portugaise (1961-1974)», in <<http://membres.lycos.fr/epoca/exil.pdf>> Acedido a 20/09/2007; Victor Pereira (2004), «Émigrés surveillés. La PIDE et les Portugais en France», *Latitudes*, n.º 21, Setembro de 2004; Luísa Godinho (2005), «Exilados. Os que não voltaram». *Notícias Magazine*, n.º 674, 24/04/2005.

*Estado Novo*²², no *Dicionário de História de Portugal*²³ e no *Dicionário do 25 de Abril*²⁴, se bem que este último seja muito pouco confiável como instrumento de conhecimento, não só pelas afirmações judicativas de dúbio interesse, como pelos múltiplos erros que contém. Na colecção *Os Anos de Salazar* – coordenada por António Simões do Paço e distribuída em trinta volumes ao longo de 2008 conjuntamente com a revista *Sábado* e o diário *Correio da Manhã* – também é possível aceder a reportagens e evocações pessoais de episódios que fornecem alguns dados sobre a esquerda portuguesa de matriz maoísta²⁵.

No campo memorialístico, uma série de livros oferecem informações úteis sobre essa realidade, embora poucos se debrucem de maneira central sobre o maoísmo²⁶. Um deles é *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*, de José Luís Pinto de Sá, que aborda a passagem do autor pelos Comités Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas) [CCR (m-l)] e a pungente experiência de cárcere, na sequência da qual o autor veio a colaborar activamente com a PIDE, o que lhe acarretou o opróbrio dos seus antigos camaradas e uma nova prisão já depois do 25 de Abril²⁷. Aponte-se ainda, num outro registo, um texto de João Isidro, antigo militante do MRPP, que navega entre a ficção e a

²² Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (1996), *Dicionário da História do Estado Novo*. Volumes I e II. Lisboa: Círculo de Leitores. Nomeadamente as entradas «Clandestinidade» [Ana Barradas], «Imprensa Clandestina» [Maria Inácia Rezola] e «Maoísmo» [Rui Ferreira da Silva].

²³ António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.) (2000), *Dicionário de História de Portugal*, volumes 7, 8 e 9. Porto: Figueirinhas. Nomeadamente as entradas «Extrema-Esquerda», «Maoísmo», «Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)», «Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP)» e «Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP M-L)», todas da autoria de José Manuel Lopes Cordeiro.

²⁴ John Andrade (2002), *Dicionário do 25 de Abril: verde fauna, rubra flora*. Lisboa: Nova Arrancada.

²⁵ Destaquem-se os seguintes textos: João Madeira, «Martins Rodrigues e a cisão no PCP», vol. 20, pp. 80-85; Francisco Martins Rodrigues, «O crime de Belas», vol. 21, pp. 74-81; João Isidro, «Uma manifestação contra a guerra do Vietname em Lisboa», vol. 24, pp. 125-127; Raquel Varela, «Oficiais milicianos optam pela deserção», vol. 26, pp. 68-69; Isabel Braga, «Surge o MRPP, inspirado no maoísmo», vol. 26, pp. 54-59; Jorge Costa, «a morte do estudante Ribeiro Santos», vol. 28, pp. 52-61; Hélder Costa, «O “Teatro Operário” dos portugueses de Paris», vol. 30, pp. 116-121.

²⁶ César Oliveira (1993), *Os anos decisivos. Portugal 1962-1985. Um testemunho*. Lisboa: Presença; Pedro Goulart (2002), *Resistência*. Lisboa: Edições Dinossauro; Fernando Pereira Marques (2005), *A Praia sob a Calçada. Maio de 68 e a «Geração de 60»*. Lisboa: Âncora Editora; Hélder Costa (2005), *O Saudoso Tempo do Fascismo*. S.l.: Edições Parvoíces; Zita Seabra (2007), *Foi Assim*. Lisboa: Aletheia Editores; João Freire (2007), *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Edições Afrontamento; Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho. Quando o futuro existia*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

²⁷ Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz.

autobiografia²⁸. Romances escritos por antigos activistas tendo como pano de fundo os anos sessenta e setenta também não deixam de ser relevantes na invocação do colorido da época e das tensões existenciais em torno de assuntos como a clandestinidade, a militância, o exílio e a deserção²⁹.

Abordando de maneira específica o maoísmo português desses anos, refiram-se alguns dos depoimentos insertos na obra colectiva *O Futuro era Agora*³⁰ e em dois livros póstumos de Francisco Martins Rodrigues³¹. Noutra âmbito, anote-se a existência de textos em jornais e revistas, alguns mais interessados em revelar as inconsequências juvenis de actores políticos e sociais influentes na actualidade, do que em abordar propriamente o fenómeno em si³². Registe-se igualmente uma reportagem de Pedro Dordio³³ sobre o «crime de Belas» – o assassinato de um agente policial infiltrado na Frente de Acção Popular (FAP) – e algumas entrevistas a antigos activistas³⁴. Por fim, mencione-se a edição de alguns DVD-ROM com publicações da época³⁵.

²⁸ João Isidro (1997), *Proscritos à Sobremesa*. Lisboa: Hugin.

²⁹ Amadeu Lopes Sabino (1997), *Homenagem a Vénus*. Lisboa: Editorial Presença; Fernando Morais (2005), *A Inscrição na Lápide*. Porto: Edições Mortas; Pedro Baptista (2008), *A Queima do Cão de Palha*. Porto: Campo das Letras.

³⁰ *O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril* (2004). Lisboa: Edições Dinossauro.

³¹ Francisco Martins Rodrigues (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Edições Dinossauro / Abrente; Francisco Martins Rodrigues (2009), *História de uma vida*. Lisboa: Edições Dinossauro / Abrente.

³² José Manuel Saraiva (1992), «O herói recuperado», *Expresso*, 15/02/1992 [sobre José Lamego]; Emília Caetano (1999), «Geração Mao», *Visão*, n.º 327, 24/06/1999; Clara Viana (2004), «Ex-maoístas, uma história de sucesso», *Pública*, n.º 429, 15/08/2004; António Caeiro (2004), «A peregrinação vermelha», *Expresso*, n.º 1639, 27/03/2004; Sandra Nobre e Vítor Rainho (2006), «Vivo revoltado com o meu país» [entrevista a José Pedro Gomes], *Tabu*, revista do jornal *Sol*, n.º 10, 18/11/2006; Anabela Mota Ribeiro (2008), «Viagem ao centro do mundo da Maria José e do Zé Luís», *Pública*, s.n., 05/10/2008 [entrevista a Maria José Morgado e José Luís Saldanha Sanches]; Paulo Moura (2009), «As massas não queriam fazer a revolução», *Pública*, s.n., 27/09/2009.

³³ Pedro Dordio (2006), «O homem que se traiu a si mesmo», *Atlântico*, n.º 10, Janeiro de 2006.

³⁴ Fernando Rosas e Luís Trindade (1999), «Estão a comemorar os 25 anos antes do tempo», *História*, n.º 13, Abril de 1999 [Entrevista a Francisco Martins Rodrigues]; São José Almeida (2004), «O rádio está avariado», *Público*, 18/04/2004. Luís Farinha (2006), «Nós combatemos o XX Congresso», *História*, n.º 84, Fevereiro de 2006 [Entrevista a Francisco Martins Rodrigues]; Miguel Medina (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação [com entrevistas a Carlos Marques e Diana Andringa]; Daniel Galiza e João Pina (2007), *Por Teu Livre Pensamento. Histórias de 25 ex-presos políticos portugueses*. Rio Maior: Assírio e Alvim [com entrevistas a José Mário Branco, Pedro Baptista e José Luís Saldanha Sanches].

³⁵ É o caso da edição da segunda série de *O Tempo e o Modo*, publicada entre Novembro de 1969 e Setembro de 1977, e colocada à disposição em formato digital em 2008 numa parceria do Seminário Livre de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Centro Nacional de Cultura, Biblioteca Nacional e Fundação Mário Soares. A Fundação Mário Soares editou em 2004 dois CD-ROM com digitalizações, respectivamente, da imprensa do CMLP e do MRPP.

A ruptura chinesa

Depois do corte anarquista na I Internacional, da ruptura consumada com a social-democracia no final da I Guerra Mundial, e do dissídio trotskista durante a década de 1930, o maoísmo representou o quarto grande cisma na história do socialismo e do comunismo³⁶. Conjugando divergências ideológicas com problemas de política nacional dos respectivos países, o conflito sino-soviético viria a transformar-se num momento político marcante num tempo dominado pela Guerra Fria, a par da construção do muro de Berlim, da crise dos mísseis em Cuba ou da Guerra do Vietname. Ao longo da década de 1960 e nos inícios da seguinte, a disputa alimentou a construção em vários países de um campo ideológico pró-chinês, afastado dos partidos comunistas tradicionais alinhados com Moscovo.

As divergências de Mao com a URSS já se haviam manifestado antes de 1949, ano em que foi proclamada a República Popular da China³⁷. Em 1926 e 1927, Estaline forçou a aliança entre os comunistas chineses e os nacionalistas do Kuomintang, união que foi alvo de críticas da parte de Mao, vindo a ser desfeita na sequência do massacre de comunistas em Xangai, levado a cabo em 12 de Abril de 1927 pelas tropas de Chiang Kai-Chek³⁸. Poucos meses antes, Mao havia apresentado um relatório sobre as condições do campesinato na região de Hunan, no qual afiançava ser esta classe o motor da revolução, tese contraditada por Chen Duxiu, um dos fundadores do PCC e seu secretário-geral até 1927, e de seguida pela Internacional Comunista, já no ano seguinte³⁹.

A liderança fáctica de Mao emergiu a partir de 1935, no contexto da Longa Marcha, nome pelo qual é designada a travessia de perto de 10.000 quilómetros empreendida entre Outubro de 1934 e Outubro de 1935 pelo exército comunista em

³⁶ Existe uma ampla e diversificada bibliografia sobre esta sequência de rupturas. Cf., por exemplo, Donald Sassoon (2001), *Cem anos de socialismo. A Esquerda europeia ocidental no século XX*. 2 volumes. Lisboa: Contexto; Geoff Eley (2002), *Forging Democracy. The History of the Left in Europe, 1850-2000*. Oxford: Oxford University Press; Octavio Rodríguez Araujo (2006), *Esquerdas e Esquerdismo. Da Primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras. A obra teórica e do percurso político de Mao Tsé-Tung foi analisada por Fernando Rosas no âmbito do curso «Pensar os Pensadores do Socialismo», organizado entre Maio e Junho de 2010 pela cooperativa cultural Cultra, encontrando-se a intervenção disponível em linha: <<http://www.esquerda.net/audio/fernando-rosas-fala-sobre-mao>> [acedido a 10/08/2010].

³⁷ Stuart Schram (1989), *The Thought of Mao Tsé-tung*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 13-94.

³⁸ *A Condição Humana*, conhecido romance de André Malraux publicado pela primeira vez em 1933, toma como pano de fundo o massacre de Xangai.

³⁹ Cf. Bernd Oelgart (s/d), *Ideólogos e Ideologias da Nova Esquerda*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 36-37.

fuga das tropas do Kuomintang. Christophe Bourseiller estabelece no entanto a data de Fevereiro de 1942 como correspondendo ao nascimento do maoísmo enquanto ideologia independente⁴⁰. É nessa altura que em Yenan se inicia a «campanha de rectificação», que atingiria os adversários de Mao no partido. A origem assim datada parece demasiado rígida, mas é efectivamente durante este período que a liderança de Mao se formaliza dentro do PCC e começa a despontar um interesse orientado pelas suas obras. A 1 de Outubro de 1949 seria proclamada em Pequim a República Popular da China, após anos de guerra contra os japoneses (1937-1945) e de conflito com o Kuomintang, no qual os comunistas chineses contaram com o apoio dos soviéticos, ainda que tenham igualmente empreendido contactos com os americanos⁴¹. No seguimento da visita de Mao e Chu En-Lai à União Soviética, a assinatura do tratado de cooperação, que levaria à deslocação de 10.000 técnicos soviéticos para a China e a disponibilização de substancial ajuda financeira, transformaria a URSS no grande modelo e no grande aliado dos chineses.

A morte de Estaline, em 1953, e a denúncia do «culto da personalidade», três anos mais tarde, no decorrer do XX Congresso do PCUS, marcaram o início do afastamento entre chineses e soviéticos. Para além da «destalinização» iniciada por *Kruschev* e da defesa soviética da «coexistência pacífica» com os Estados Unidos da América, a liderança chinesa vinha também questionar o modo como se processara o auxílio técnico e científico dos soviéticos ao primeiro plano quinquenal chinês (1952-1957). Em 1958, o programa seria substituído pelo chamado Grande Salto em Frente (1958-1961), um gigantesco plano de obras públicas que seria ainda acompanhado pela elevação das comunas populares a uma espécie de forma prioritária de organização social. As comunas populares, juntamente com a linha geral socialista e o Grande Salto em Frente, eram agora definidas pelo Partido como as «três bandeiras vermelhas» que o deveriam guiar.

Mas apesar de as divergências remontarem a anos anteriores, somente em Abril de 1960, por ocasião do nonagésimo aniversário do nascimento de Lenine, o conflito se tornaria evidente aos olhares exteriores, com a publicação, no jornal *Hongqi* («Bandeira Vermelha»), de *Viva o Leninismo!*⁴². Neste manifesto, que questionava

⁴⁰ Christophe Bourseiller [2008 (1996)], *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon, p. 28.

⁴¹ Jung Chang e Jon Halliday (2005), *Mao. A História Desconhecida*. Lisboa: Bertrand Editora, pp. 321-341.

⁴² Ainda antes do XX Congresso existem textos chineses de crítica aberta ao modelo económico soviético. É o caso do texto «Sobre as Dez Grandes Relações», de 25 de Abril de 1956. Cf. «Sobre as Dez Grandes Relações», Mao Tsé-Tung (1977), *Obras Escolhidas. Volume 5*. Lisboa: Editora Vento de Leste, pp. 339-365.

abertamente o «caminho pacífico para o socialismo», a mira das críticas estava apontada para a Jugoslávia de Tito. No entanto, ao interrogar-se o «pacifismo burguês» contido nas teses jugoslavas, não se deixava incólume a «coexistência pacífica» dos soviéticos e o abandono do «marxismo-leninismo» em nome do receio de uma guerra nuclear generalizada⁴³. Os soviéticos reagiram furiosamente a esta demonstração pública de independência e retiraram, em Julho de 1960, o apoio técnico e financeiro a importantes projectos industriais e militares que se encontravam em planeamento ou em execução na China.

Em Novembro de 1960, um encontro de 81 partidos comunistas em Moscovo revelou uma atitude conciliatória para com os chineses. No entanto, em Outubro de 1961, no XXII Congresso do PCUS, um forte ataque soviético à Albânia fez com que o primeiro-ministro chinês Chu En-Lai abandonasse a reunião em protesto. Meses depois, a União Soviética recusaria apoiar a China no breve conflito que a opôs à Índia. A partir desta data, as divergências entre a China e a União Soviética agravam-se até à ruptura total. Simultaneamente, apareceram críticas sonantes às posições de Palmiro Togliatti e Maurice Thorez, líderes respectivamente dos partidos comunistas italiano e francês, e à Jugoslávia de Tito. Em Junho de 1963, os soviéticos são claramente criticados na «Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional» (ou «carta dos 25 pontos»), publicado por Pequim, na qual se condenava publicamente o «revisão»⁴⁴ soviético, recusam a estratégia da «transição pacífica para o socialismo» e fazem um balanço global positivo de Estaline⁴⁵.

Como o nome do documento indica, tratava-se de apresentar uma estratégia alternativa para o movimento comunista internacional. Não obstante o apelo final à unidade no combate ao imperialismo, o texto chinês lançava duras críticas à URSS. Apresentava-se repleto de citações dos clássicos, sobretudo de Lenine, visando assim legitimar as afirmações proferidas recorrendo à autoridade máxima do comunismo soviético e mundial. A sugestão de que o país deixara de ser socialista aparecia ali sob a forma de pergunta: «ao chamar a um Estado socialista o “Estado de todo o

⁴³ *Long Live Leninism* (1960), Peking: Foreign Languages Press.

⁴⁴ Na história da esquerda, a expressão «revisão» foi primeiramente usada para designar os trabalhos de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, acusados de proporem uma «revisão» das premissas fundamentais do marxismo de modo a definirem linhas políticas abertas à possibilidade de se empreenderem reformas políticas no âmbito do capitalismo. O termo foi retomado pela URSS no final da década de 1940 para caracterizar a Jugoslávia de Tito, e viria a ser amplamente usado pela corrente maoísta para designar precisamente os seus adversários soviéticos, entendidos como defensores de uma ideologia que propugnava a conciliação de classes.

⁴⁵ *A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement* [1965 (1963)], Peking: Foreign Languages Press.

povo”, não se está a tentar substituir a teoria marxista do Estado pela teoria burguesa do Estado? Não se está a tentar substituir o Estado da ditadura do proletariado por um Estado de carácter diferente?»⁴⁶

Os soviéticos viriam a responder no mês seguinte, com uma «Carta Aberta do Partido Comunista da União Soviética», que assinalou a última comunicação formal entre os dois partidos. Genericamente, para os soviéticos, a posição chinesa revelava-se imprudente tendo em conta a correlação de forças no contexto internacional e fomentava no limite um conflito nuclear generalizado. Para os chineses, a tese soviética da «coexistência pacífica» significava um abandono efectivo da luta entre comunismo e imperialismo. No auge do cisma, em 1969, chegou mesmo a configurar-se um confronto militar entre os dois países a pretexto das suas linhas de fronteira. «Como um divórcio litigioso – sintetiza Lorenz Lüthi – ele deixou más memórias e produziu mitos de inocência em ambas as partes»⁴⁷. As leituras da disputa rapidamente extravasaram os territórios de origem e foram apaixonadamente divulgadas pelas hostes em conflito, com destaque para o embrionário movimento pró-chinês, que ia ganhando algum lastro um pouco por todo o mundo.

Tal eco viria a ser fortemente amplificado na sequência da «Grande Revolução Cultural Proletária». A campanha, lançada em 1966 por Mao, destinava-se a derrubar símbolos culturais da China tradicional e a rejuvenescer o ideal comunista. Na sua base estava a convicção de que mesmo num regime socialista subsistem classes, lutas de classe e conflitos de classe entre comunistas e apoiantes da via da restauração do capitalismo. O ataque a estes deveria ser feito de fora do partido, mobilizando-se para isso as massas. Marcada pela tentativa de recuperar a pureza revolucionária, a Revolução Cultural serviu também para neutralizar os sectores contrários à linha maoísta, que vinham ganhando força no interior do partido e do aparelho de Estado. Os numerosos episódios de violência, na sua maioria levados a

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Lorenz Lüthi (2008), *The Sino-Soviet Split. Cold War in the Communist World*. Princeton: Princeton University Press, p. 1. Sobre o conflito sino-soviético, cf.: Donald S. Zagoria (s/d), *O Conflito sino-soviético*. Lisboa: Ulisseia. O livro foi publicado pela primeira vez em 1962 e traduzido para português na década de 1970 por Fernando Barros, que fora militante do CMLP; José Pacheco Pereira (2008), «*O Um Dividiu-se em Dois*». *Origens e Enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa: Alêtheia Editores.

cabo pelos jovens Guardas Vermelhos, constituem hoje um dos principais anátemas lançados contra o fenómeno⁴⁸.

O maoísmo como fenómeno internacional

Os únicos estudos sistemáticos até agora publicados sobre o impacto global do maoísmo são os dois volumes de Robert Alexander dedicados à sua influência internacional no «mundo desenvolvido» e no «mundo em desenvolvimento». Não obstante analisar caso a caso diferentes países, os trabalhos de Alexander padecem de alguma falta de atenção relativamente aos contextos nacionais nos quais cada corte se opera. Se é indesmentível que as rupturas maoístas se fizeram em torno da incorporação pelos grupos emergentes dos postulados de Mao e das consequências do corte sino-soviético, a sua compreensão exige um olhar específico à realidade de cada país e à história e situação dos diferentes partidos comunistas. Por outro lado, são recorrentes os erros e as omissões, em boa medida originados pelo carácter exíguo das fontes, confinadas quase exclusivamente ao *Yearbook on International Communist Affairs*, publicado pelo Instituto Hoover, e a documentação oriunda do SED (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*), o antigo partido comunista da Alemanha Oriental⁴⁹.

Nas décadas de 1960 e 1970, no entanto, a ressonância do maoísmo nos países do então chamado «Terceiro Mundo» foi extraordinariamente significativa, inspirando o rasto violento dos *Khmers Vermelhos*, no Camboja, a definição de alguns movimentos de libertação africanos, a acção armada de grupos latino-americanos como o peruano *Sendero Luminoso*, ou as insurreições camponesas indianas

⁴⁸ Para uma visão detalhada, cf. Roderick MacFarquhar e Michael Schoenhals (2006), *Mao's Last Revolution*. Harvard: Harvard University Press. Uma colectânea de estudos sobre a revolução cultural chinesa encontra-se em: Joseph Esherick, Paul Pickowicz e Andrew George Walder (2006), *The Chinese Cultural Revolution as History*. Stanford: Stanford University Press.

⁴⁹ Cf. Robert J. Alexander (1999), *International Maoism in the Developing World*. Westport, CT: Praeger; Robert J. Alexander (2001), *Maoism in the Developed World*. Westport, CT: Praeger. Para se ter uma ideia da gravidade e recorrência dos erros, basta olhar para as páginas 121 a 129 deste último volume, dedicadas a Portugal. Não existem referências à cisão inaugural do CMLP e indica-se a FAP e a LUAR como os dois primeiros grupos pró-chineses; a OCMLP aparece grafada erradamente e apontada como sendo oficialmente reconhecida pela China; por seu turno, diz-se que o PCP (m-l) provém de um colectivo aparecido em 1970, e que só tomaria esse nome em 1974, participando depois na FUR e apoiando Otelo nas eleições presidenciais de 1976; quanto ao MRPP, o texto informa que se transformou em PCP (R) em 1977, e que o PCTP – no qual o MRPP efectivamente se transformou em 1976 – teria sido criado no exílio por Arnaldo Matos em meados dos anos sessenta; a FEC (m-l) é apresentada como uma das primeiras agremiações maoístas – quando na verdade foi uma emanção eleitoral da OCMLP em 1975 – e o PC(m-l)P é definido como uma cisão no PCP (R). Para uma refutação geral destes dados, cf. o organigrama no documento em anexo.

impulsionadas pelos naxalitas⁵⁰. No «mundo desenvolvido», para utilizar a expressão de Alexander, o impacto do maoísmo em alguns países ocidentais foi evidente e passou a alimentar alguma produção jornalística e historiográfica⁵¹. Neste âmbito, o maoísmo francês tem sido claramente o mais notado, originando trabalhos como os de Belden Fields, Marnix Dressen e Christophe Bourseiller.

Belden Fields elabora um sólido estudo comparativo sobre o maoísmo e o trotskismo em França e nos Estados Unidos, estudo esse que contém não apenas uma análise minuciosa das organizações oriundas destes espectros ideológicos, mas também um confronto entre as teorias de Mao Tsé-Tung e de Leon Trotsky⁵². Marnix Dressen, por seu turno, mostra como o maoísmo, enquanto forma extrema de ódio à burguesia e de culto dos dominados, estimulou a irrupção de um imaginário militante que o autor analisa à luz da noção de «religião política»⁵³. A exaltação do povo e a vontade de ligação às massas levou ao desenvolvimento de

⁵⁰ O volume de Robert J. Alexander sobre o maoísmo internacional no «mundo em desenvolvimento» tem elementos importantes sobre estes combates, apesar da abordagem do território africano ser insuficiente. Para uma visão do maoísmo na Ásia e na América Latina, cf. Arif Dirlik, Paul Healy e Nick Knight (1997), *Critical Perspectives on Mao Zedong's Thought*. New Jersey: Humanities Press. Para um estudo das rebeliões de influência maoísta na Tailândia, Filipinas, Sri Lanka e Peru, cf. Thomas A. Marks (1996), *Maoist Insurgency since Vietnam*. New York: Frank Cass. Sobre o movimento naxalita e os seus impactos, cf. Sumanta Banerjee (1984), *India's simmering revolution: the naxalite uprising*. London: Zed Books. Mais recentemente, é de registar a década de luta armada (1996-2006) levada a cabo pelos maoístas nepaleses, que ocasionou o derrube da monarquia e a participação de maoístas numa coligação governamental posterior. Sobre a guerra maoísta no Nepal, cf. Michael Hutt (ed.) (2004), *Himalayan «People's War»*. *Nepal's Maoist Rebellion*. London: C. Hurst and Co.

⁵¹ Seria uma tarefa hercúlea e fastidiosa cotejar toda a bibliografia existente sobre o impacto do maoísmo em diferentes países ocidentais. Cite-se, a título de exemplo, alguns trabalhos referentes a Itália e Espanha. Sobre o caso italiano, cf.: Roberto Niccolai (1998), *Quando la Cina era vicina. La rivoluzione culturale e la sinistra extraparlamentare italiana negli anni '60 e '70*. Pisa e Pistoia: Biblioteca Franco Serantini e Centro di Documentazione di Pistoia; Stefano Ferrante (2008), *La Cina non era vicina. Servire il Popolo e il maoismo all'italiana*. Milano: Sperling & Kupfer. Sobre o caso espanhol, cf. José Manuel Roca (ed.) (1994), *El proyecto radical. Auge y declive de la izquierda revolucionaria en España (1964-1992)*. Madrid: Los Libros de la Catarata; Consuelo Laiz (1995), *La Lucha Final: los partidos de la izquierda radical durante la transición española*. Madrid: Los Libros de la Catarata; Josepa Cucó i Giner (2007), «La izquierda de la izquierda. Un estudio de antropología política en España y Portugal», in *Papeles de CEIC*, volume 2007/1, papel 29. Sobre o caso francês, cf. as páginas seguintes.

⁵² A. Belden Fields (1988), *Trotskyism and Maoism. Theory and Practice in France and the United States*. New York: Autonomedia. Sobre o maoísmo norte-americano existem dois estimulantes depoimentos efectuados por destacados militantes: Bob Avakian, líder do Partido Comunista Revolucionário dos EUA e Max Elbaum, dirigente do Novo Movimento Comunista. Bob Avakian (2005), *From Ike to Mao and beyond. My journey from mainstream America to revolutionary communist*. Chicago: Insight Press; Max Elbaum (2002), *Revolution in the Air. Sixties Radicals turn to Lenin, Mao and Che*. New York: Verso.

⁵³ Marnix Dressen (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin.

centenas de processos de «proletarização» por opção, envolvendo na sua maioria jovens que, não tendo sido socializados para trabalhar em fábricas, decidiram fazê-lo em nome do ideal revolucionário, percurso que constitui o fulcro da análise de Dressen. Para o autor, o maoísmo francês reporta-se a um caldo de causalidades que engloba a recusa da concepção soviética da «coexistência pacífica», a desvalorização da democracia parlamentar e a rejeição das «traições» ou hesitações cometidas pela esquerda clássica francesa, como na questão da guerra de independência argelina⁵⁴.

O livro de Christophe Bourseiller procura igualmente mapear os principais traços do maoísmo ocidental – que o autor, não resistindo a um certo chauvinismo cultural, reputa de «ideologia francesa» – sintetizáveis em torno de quatro pilares. Em primeiro lugar, a vontade de exportar o modelo chinês, particularmente as práticas de inquérito no seio do povo, a «implantação» nas fábricas e nos campos e os movimentos de rectificação acompanhados de pungentes autocríticas. Em segundo lugar, o fascínio pelo Terceiro Mundo, tendo assumido papel de destaque nesse imaginário a luta levada a cabo pelos vietnamitas contra a potência norte-americana. Em terceiro lugar, o anti-sovietismo, que levou os maoístas – diferentemente dos trotskistas – a considerar os países do «socialismo real» não como estados socialistas (ainda que «degenerados», como os definia o trotskismo), mas como países «social-imperialistas» dotados de um capitalismo de Estado. Por fim, o populismo, com a exaltação do papel transformador do povo e a concomitante difusão de um «ódio de classe». Apesar de Bourseiller notar a existência de várias gerações de maoístas, os tópicos acima enunciados remetem para o que se pode definir já como uma segunda vaga do maoísmo global⁵⁵.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 55. A guerra da Argélia iniciou-se em 1954 e terminou em 1962, com a expressiva vitória do «sim» (mais de 91%) no referendo que aprovaria a independência do território. O apoio do PCF aos «poderes especiais» destinados ao governo colonial na Argélia, pedidos em Março de 1956 pelo socialista de Guy Mollet, permitiu a transferência de poderes da polícia para o exército e o envio de mais soldados para a colónia, o que foi considerado como uma «traição» por sectores à esquerda. A condenação dos ataques da FLN (Frente de Libertação Nacional), em 1954, e a desconfiança perante a organização nacionalista argelina foram também motivos de crítica ao PCF por não estar a apoiar incondicionalmente a luta anti-imperialista dos povos colonizados.

⁵⁵ Christophe Bourseiller [2008 (1996)], *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon. Uma colectânea de documentos sobre o maoísmo francês na década de 1960 encontram-se em: Patrick Kessel (1972), *Le mouvement «maoïste» en France*. Tome 1. 1963-1968. Paris: 10/18; Patrick Kessel (1978), *Le mouvement «maoïste» en France*. Tome 2. 1968-1969. Paris: 10/18. Os livros de Hervé Hamon e Patrick Rotman sobre a geração que circunda a jusante e a montante o Maio de 68 também contêm inúmeros elementos sobre o maoísmo francês. Cf. Hervé Hamon e Patrick Rotman (1987), *Génération. 1. Les années de rêve*. Paris: Éditions de Seuil; Hervé Hamon e Patrick Rotman (1988), *Génération. 2. Les années de poudre*. Paris: Éditions de Seuil. Mais recentemente, a revista *Dissidences* dedicou um número ao maoísmo em França (n.º 8, Maio de 2010).

Na verdade, enquanto a dissensão entre a União Soviética e a China, ocorrida nos albores da década, alimentou rupturas ocorridas no interior dos partidos comunistas dos diferentes países, uma segunda vaga – mais declaradamente «maoísta» – veio a afirmar-se no final da década de 1960, particularmente motivada pelo impacto da Revolução Cultural chinesa e pela ideia de que a transformação do mundo era um processo alimentado pelo questionamento permanente das estruturas hierárquicas constituídas nas várias esferas de poder. Esta segunda vaga teve grande expressão nos meios juvenis radicais, junto de sectores que, em regra, nunca militaram nos partidos comunistas tradicionais e que, apesar do discurso fortemente apoiado num vasto arsenal de citações de Lenine, mantinham uma clara sintonia com o activismo voluntarista de um certo anarquismo histórico.

Esta dupla filiação levou a que o militantismo «pró-chinês» se inscrevesse de maneira oscilante entre o «protesto disciplinar» e o «protesto antidisciplinar» que, segundo a australiana Julie Stephens, caracterizou o radicalismo dos «longos anos sessenta»⁵⁶. Aplicando de um conceito de claras ressonâncias foucaultianas, Stephens considera que o carácter «antidisciplinar» da época resulta da invenção de uma nova linguagem contestatária, marcada pela celebração da ambiguidade e por uma recusa da «disciplina do político», tradicionalmente feita em torno de noções como organização, hierarquia e liderança. Seguindo esta linha argumentativa, a contestação – nomeadamente nas suas vertentes mais hedonistas e festivas – não foi apolítica mas inspirada, isso sim, pela vontade de transgredir as distinções rígidas

⁵⁶ A periodização dos anos sessenta tem sido um tema recorrente na historiografia sobre o assunto. A expressão «longos anos sessenta», utilizada inicialmente por Frederic Jameson, define o período iniciado em finais da década de 1950, com a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, e terminado por volta de 1974-75, indicando-se como marcos conclusivos o golpe de Estado no Chile e a retracção do processo revolucionário português. Cf. Frederic Jameson (1984), «Periodizing the 60s», in Sohnya Sayres e Anders Stephenson (ed.), *The Sixties Without Apology*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, pp. 178-209. Com um olhar concentrado nos EUA, França, Grã-Bretanha e Itália, Arthur Marwick também propõe como limites os anos de 1958 e 1974, durante os quais, nas suas palavras, terá ocorrido uma verdadeira «revolução cultural». Cf. Arthur Marwick (1998), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States*. Oxford: Oxford University Press, pp. 16-20. Num trabalho comparativo sobre a Grã-Bretanha e a França, David Alan Mellor e Laurent Gervereau colocam a época entre 1962, com a edição da primeira gravação dos *Beatles*, e 1973, ano da crise provocada pelo aumento do preço do petróleo. David Alan Mellor e Laurent Gervereau (1997), *The Sixties. Britain and France, 1962-1973. The Utopian Years*. London: Philip Wilson. Estes exercícios de delimitação temporal são úteis na medida em que se encontram agregados à definição dos traços de especificidade dos anos sessenta, entendida como uma era de inovação e mudança. No entanto, a tentativa de encontrar uma barreira temporal exclusiva é relativamente estéril, já que estas periodizações tendem a ligar os marcos iniciais ou finais do período a acontecimentos simbólicos cuja exemplaridade nem sempre é consensual ou extrapolável para diferentes contextos geográficos.

entre activistas e *hippies*, políticos e apolíticos, combatividade política e agitação cultural⁵⁷.

A «tentativa» de levitação do Pentágono, em 1967, promovida pelos *Yippies*⁵⁸, ou a importância do conceito de «livre» [*free*], entendido já não apenas como resgate dos constrangimentos sociais, económicos e políticos, à maneira da esquerda tradicional, mas como uma espécie de «qualidade corpórea» de «ressonâncias metafísicas» são alguns dos exemplos que atestam esta transgressão deliberada. De modo semelhante, e ao mesmo tempo que se elaborava uma crítica mais convencional ao imperialismo, patente nas manifestações contra a guerra do Vietname ou no apoio a Cuba, desenvolviam-se narrativas sobre o Outro – colonizado, estrangeiro, diferente – por vezes bastante afastadas da realidade mas que permitiam estabelecer relações de atracção com o longínquo.

O modo como o movimento contestatário propunha uma «ética do prazer», contraposta à «ética do trabalho», levou a que se difundisse uma imagem pública que o associava à mera exaltação do hedonismo, característica que o havia tornado extremamente dócil e, portanto, facilmente apropriável pela lógica de consumo do capitalismo tardio. Num sentido diferente, Stephens ressalva que o esforço de ultrapassar a linguagem e a racionalidade disciplinar aponta para uma clara consciência dos perigos de uma cooptação pelo sistema. Esta problemática, aliás, está omnipresente ao longo dos anos sessenta e produziu duas repostas diferenciadas no seio do movimento.

A primeira foi elaborada por grupos como os *Yippies*, através do desenvolvimento de uma linguagem baseada na paródia, no humor e na ironia, e que ao invés de procurar anular os paradoxos, os amplificava intencionalmente. A acção dos *Provos*, na Holanda, procurando chamar a atenção por meio de provocações humorísticas, integrava-se claramente nesta matriz. A segunda foi proveniente de organizações ultramilitantes como o *Weather Underground* que, influenciados pelo terceiro-mundismo e pela crença na necessidade de uma revolução violenta, trocaram a guerrilha teatral pela guerrilha real. Julie Stephens utiliza precisamente o exemplo dos *Weathermen* para ilustrar a tensão entre uma política disciplinar e

⁵⁷ Julie Stephens (1998), *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Post-Modernism*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁵⁸ Grupo fundado em 1967 por Abbie Hofmann e Jerry Rubin. Destacou-se pela dinamização de actos teatrais e simbólicos que captaram a atenção dos media. Recusando a passividade dos *hippies*, os *Yippies* (de *Youth International Party*) exaltavam o rock, as drogas e as reivindicações anti-sistema. Ficaram conhecidos pelo seu sentido de humor: promoveram uma «tentativa» de levitação do Pentágono, o lançamento de notas do cimo da Bolsa de Nova Iorque e fizeram circular o boato da possível contaminação de reservatórios de água com LSD.

antidisciplinar no seio do movimento: por um lado, consideravam-se uma vanguarda composta por células secretas prontas para a acção armada contra o Estado, com tudo o que isso tem de devedor ao autocontrolo e ao sacrifício pessoal; por outro, definiam-se como uma antiorganização, encaravam a revolução como um jogo perigoso e usavam LSD como forma de libertar os membros do grupo de qualquer tipo de controlo interno ou externo⁵⁹.

As noções de «protesto disciplinar» e «protesto antidisciplinar» são, de certo modo, conectáveis com o que Luc Boltanski e Eve Chiapello denominam «crítica social» e «crítica artística». Segundo estes autores, desde meados do século XIX que se desenvolveram esses dois tipos distintos de oposição ao capitalismo, ambos revolucionários no sentido em que propunham a criação de uma nova personalidade, liberta de constrangimentos desumanizadores. A «crítica social» enfatiza a iniquidade da exploração, reivindica a noção de progresso e entende a libertação como dependente da mudança no regime de propriedade e no modo de produção. A «crítica artística» tem um forte cunho anti-industrial, baseando-se no romantismo revolucionário e condenando o capitalismo por originar uma sociedade assente na mecanização e na massificação⁶⁰. Em *Le nouvel esprit du capitalisme*, os autores consideram que as duas críticas tiveram uma importância semelhante durante os eventos habitualmente condensados em redor do Maio de 68. No entanto, a «crítica artística» – que vêem como produto de limitados círculos artísticos – acabou por ser cooptada pelo sistema e deu origem, a partir da década de 1980, a um «novo espírito do capitalismo», marcado pelo elogio da criatividade, da autenticidade, da flexibilidade, da liberdade laboral e do trabalho em rede⁶¹.

Um autor que tem investigado com profundidade em torno do «romantismo revolucionário», como é o caso de Michael Löwy, enjeita a forma demasiado restrita

⁵⁹ Para uma comparação entre os *Weather Underground* e as alemãs RAF, cf.: Jeremy Varon (2004), *Bringing the War Home. The Weather Underground, the Red Army Faction, and Revolutionary Violence in the Sixties and Seventies*. Berkeley: University of California Press.

⁶⁰ Luc Boltanski e Eve Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, pp. 244-245.

⁶¹ *Ibidem*. Luc Boltanski tem continuado a trabalhar em torno dos conceitos de «crítica social» e «crítica artística», mostrando num texto mais recente como o desaparecimento do debate na esfera económica – a erosão da «crítica social» – tem sido acompanhado pela emergência de uma «crítica artística» fortemente ancorada no domínio da sexualidade. Temas como o aborto, a inseminação artificial, os direitos das minorias, as famílias homossexuais ou o estatuto legal dos embriões e dos fetos derivam, na sua opinião, mais do feminismo radical do que do feminismo liberal, pelo que estas reivindicações se ligam à ideia de uma «revolução total», colocada agora no terreno da reprodução. Se ela aponta para uma «nova antropologia», não deixa de ser significativo notar como estas reivindicações «são indiferentes à questão do capitalismo». Cf. Luc Boltanski (2002), «The Left After May 1968 and the Longing for Total Revolution», *Thesis Eleven*, n.º 69, pp. 1-20.

como Boltanski e Chiapello lêem a noção. Para Löwy, o romantismo não é apenas uma corrente cultural do século XIX mas uma visão de mundo (*Weltanschauung*) que acompanha a modernidade e se constitui, relativamente a ela, numa espécie de «autocrítica». Com fortes laivos anticapitalistas, o «romantismo revolucionário» aponta o dedo à mecanização do mundo e à perda dos valores qualitativos, sendo detectável em movimentos como o socialismo utópico ou o surrealismo e em autores tão diversos como Georg Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Herbert Marcuse, Guy Debord ou Henri Lefebvre. Enquanto protesto contra o «desencantamento do mundo» de que falou Max Weber, ele navega num limbo contraditório que pode combinar a nostalgia do passado pré-capitalista (real ou imaginário, próximo ou longínquo) com a esperança revolucionária num novo porvir⁶².

Michael Löwy salienta a aproximação possível entre a «crítica artística» do capitalismo, tal como a definem Boltanski e Chiapello, e a noção de «romantismo revolucionário». Considera, porém, que este fenómeno – nomeadamente no contexto de 68 – não pode ser reduzido a um «estilo de vida boémio» próprio de artistas, tendo ecoado amplamente em intelectuais, mulheres, estudantes e outros grupos sociais que refutaram a modernização capitalista e os seus efeitos. Por outro lado, nota como a ideia de cooptação da «crítica artística» – criando uma ligação directa entre os rebeldes de 1968 e os *yuppies* da década de 1980 – acaba por perder no processo um elemento verdadeiramente central, o anticapitalismo. Reconhecendo pertinência e veracidade à análise, Michael Löwy opta por acentuar a «funda distância ética e política» entre ambas as margens. Se é verdade que o capitalismo pode integrar elementos «românticos» e «artísticos» no seu discurso, afirma Löwy, é porque simultaneamente desarma o seu conteúdo social e a sua carga revolucionária⁶³.

É interessante reparar como o maoísmo não foi imune à influência desse lastro «romântico revolucionário», patente, por exemplo, na sedução pelos povos simples e oprimidos do Terceiro Mundo – com a concomitante valorização do camponês – e na tónica colocada na ideologia e na capacidade humana de realização, frequentemente ilustrada através de contos exemplares chineses. Mas à influência «romântica» – ou «antidisciplinar (Stephens) e «artística (Boltanski / Chiapello) –

⁶² Michael Löwy e Robert Sayre (1992), *Revolte et Melancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*. Paris: Payot; Michael Löwy (2002), «The Revolutionary Romanticism of May 1968», *Thesis Eleven*, n.º 68, pp. 95-100.

⁶³ Michael Löwy (2002), «The Revolutionary Romanticism of May 1968», *Thesis Eleven*, n.º 68, pp. 95-100.

deve igualmente juntar-se uma pulsão mais «clássica» e normativa. Assim, no interior dos vários grupos e, por vezes, no próprio íntimo dos militantes, o imaginário da rebelião como «festa» debateu-se com a afirmação de comportamentos ascéticos; a experimentação pessoal e a abertura em termos de costumes confrontaram-se com o puritanismo e a «moral proletária»; a visão leninista do operário como sujeito histórico fundamental cruzou-se com a exaltação do camponês e dos povos oprimidos do Terceiro Mundo; a recepção das heterodoxias teóricas teve pela frente o dogmatismo e a vulgata ideológica; a sedução vanguardista das armas conflituou com a necessidade de desenvolver uma paciente ligação às «massas»⁶⁴.

Na realidade, é necessária alguma atenção para não se homogeneizar excessivamente este campo político. Belden Fields fala da existência no contexto francês de um «maoísmo hierárquico» e de um «maoísmo anti-hierárquico»⁶⁵. Na mesma direcção, Marnix Dressen divide as organizações em «lenino-maoístas» – entre as quais se enquadram as mais antigas *Union des Jeunesses Communistes marxistes-leninistes* (UJCML) e o *Parti Communiste Marxiste-Leniniste de France* (PCMLF) – e «anarco-maoístas» – caso da *Gauche Prolétarienne* e da sua efémera cisão *Vive la Révolution!*⁶⁶. Uma outra catalogação passaria pela definição do primeiro momento como «marxista-leninista», no qual o conflito ideológico, centrado na questão das alianças estratégicas e do papel da violência revolucionária, se deu em regra dentro dos partidos comunistas tradicionais. Resultando invariavelmente em rupturas, ele permitiu a definição de momentâneas linhas cinzentas entre eles⁶⁷. Um segundo momento, mais declaradamente «maoísta», ocorreu após a sedimentação da ruptura e já sob o influxo da Revolução Cultural, caracterizando-se pela adopção de um modo mais voluntarista de intervenção e por

⁶⁴ Tal não significa, porém, que estas duas esferas não se tenham tocado ou até mesmo fundido. Como defende Kristin Ross num importante estudo sobre a memória do Maio de 68, em muitos casos «a individualidade foi completada e não submersa pelo colectivo», apresentando exemplos de experiências simultaneamente «sérias e felizes». Kristin Ross (2002), *May' 68 and its afterlives*. Chicago: Chicago University Press, pp. 99-100.

⁶⁵ A. Belden Fields (1988), *Trotskyism and Maoism. Theory and Practice in France and the United States*. New York: Autonomedia, pp. 87 e 226.

⁶⁶ Marnix Dressen (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin, p. 21. Organizações como a *Gauche Prolétarienne* e o *Vive la Révolution!* foram também classificadas como Mao-Spontex ou «maoístas-espontaneístas». A expressão tinha uma carga pejorativa, não só porque desde Lenine foi corrente a condenação do «espontaneísmo» como sinal de uma «doença infantil», mas também porque *Spontex* era o nome de uma conhecida marca de esfregões de loiça.

⁶⁷ A China tendeu a reconhecer organizações oriundas desta matriz mais «burocrática», não só porque se mostravam mais previsíveis mas sobretudo porque se constituíram um pouco mais cedo e obtiveram assim o beneplácito prévio do PCC.

um maior antagonismo relativamente aos PCs tradicionais. Em traços gerais, a primeira linha encontrava-se marcada pelo conflito sino-soviético e pela concepção bolchevique da vanguarda proletária, enquanto a segunda linha se definia por um maior espontaneísmo nas práticas e nas atitudes, e por uma sedução pela linguagem antiburocrática oriunda da Revolução Cultural.

História, Memória, Oralidade

A presente dissertação ancora-se em pressupostos epistemológicos que procuram ter em conta o papel da subjectividade no processo de construção do conhecimento. Com efeito, a propalada crise do modelo clássico de ciência trouxe consigo a problematização das noções de objectividade, neutralidade, evidência e distanciamento. O modelo de racionalidade que lhe serviu de base, constituído no século XVI e desenvolvido nos séculos XVII a XIX, desenhou uma fronteira sólida entre as ciências naturais e os saberes humanísticos. Essa fronteira erigiu-se em torno da correspondência entre conhecimento e quantificação e através da distinção rigorosa entre natureza e ser humano e entre objecto e sujeito. Num texto publicado em 1987 que deu lugar a um importante debate epistemológico, Boaventura de Sousa Santos analisou o paradigma dominante da ciência moderna e alguns aspectos da sua crise, propondo – com base em teorias e descobertas das ciências naturais e sociais, mas também na necessidade de alargamento da noção de «conhecimento» – um esboço de um novo paradigma, capaz de ultrapassar as dicotomias referidas⁶⁸.

No campo historiográfico, a erosão de uma concepção de ciência fortemente subsidiária do positivismo e do empirismo foi visível no questionamento de uma concepção de saber baseada exclusivamente no estabelecimento do «facto». Se a crítica feroz que a Escola dos *Annales* dirigiu à história-batalha demoliu em boa medida o fetiche da factualidade erguido pelos historiadores do século XIX, a ideia proposta de uma história «científica» tendeu durante algum tempo a reduzir o valor, enquanto saber, da história política e cultural em detrimento da história económica e da demografia e a desqualificar o saber histórico que não fosse quantificável. Autores como Hayden White, Dominick LaCapra, Lawrence Stone ou Paul Veyne, sublinharam, entretanto, a ênfase excessiva que a historiografia dos séculos XIX e XX colocou na distinção entre «facto» e «ficção», alertando, em sentido contrário,

⁶⁸ Boaventura de Sousa Santos (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento. Para uma análise das teses enunciadas aqui e uma visão da subsequente discussão epistemológica que o livro originou, cf. Boaventura de Sousa Santos (org.) (2003), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. «Um Discurso sobre as Ciências» Revisitado. Porto: Edições Afrontamento.

para a importância da subjectividade na imaginação, selecção e análise dos documentos e na construção da própria narrativa historiográfica⁶⁹.

Constatando o papel do sujeito na percepção do real, estas concepções ajudaram a que se tornasse possível passar a entender a história como uma estruturação de modelos explicativos nos quais o historiador tem inevitavelmente um papel activo. A progressiva aceitação de abordagens de cariz experiencial e interaccional, iniciada na década de 1980, ancora-se precisamente na constatação de que a realidade não é oferecida de antemão ao actor social mas resulta antes de uma permanente construção à qual o historiador não é alheio. Neste sentido deve ser lida a afirmação de Paul Veyne, para quem a importância de uns factos sobre os outros depende, em primeiro lugar, da escolha de quem investiga e escreve e não de uma qualquer grandeza absoluta que lhes seja inerente⁷⁰.

Esta mudança compagina-se com a emergência de um outro modo de equacionar a relação entre história e memória, bem como entre conhecimento e recordação. Os trabalhos de Maurice Halbwachs sobre a «memória colectiva» vieram rejeitar precisamente a concepção tradicional da memória como impressão na mente humana, fundamentando-a a partir da interacção social que os indivíduos estabelecem⁷¹. Acompanhando Durkheim na afirmação da preponderância do colectivo sobre o indivíduo, Halbwachs considera a memória individual como resultado da imersão do sujeito em determinados grupos, o que se por um lado faz justiça ao carácter social e cultural da memória, por outro, como afirmam James Fentress e Chris Wickham, pode dar lugar a uma concepção que entende o «indivíduo uma espécie de autómató, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada»⁷².

Por outro lado, Halbwachs distingue claramente entre a memória, que considera múltipla e alimentada pelo vivido, e a história, que é una e trabalha em torno de

⁶⁹ Cf. Rui Bebião (2002), «A história como poética», in José d'Encarnação (coord.), *As oficinas da História*. Lisboa: Colibri, pp. 47-70. Sobre a relação entre história, memória e narração, cf. María Inés Mudrovcic (2005), *Historia, narración y memoria*. Madrid: Akal. Lawrence Stone adianta mesmo que não existe uma relação necessária entre o texto da história e o texto dos historiadores, já que os materiais que sobrevivem do passado são arbitrários e fragmentados, concluindo, numa linha devedora de Derrida, que nada existe para além do texto. Lawrence Stone (1992), «History and post-modernism II», *Past and Present*, n.º 135, pp. 189-194. A revista académica *Rethinking History* dedicou recentemente dois números – vol. 9, n.º 1/2 de Junho / Setembro de 2005; vol. 12, n.º 1 de Março de 2008 – à relação entre história e ficção.

⁷⁰ Paul Veyne (2008), *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, pp. 28-32.

⁷¹ Maurice Halbwachs (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

⁷² James Fentress e Chris Wickham (1992), *Memória Social*. Lisboa: Teorema, p. 7.

factos distantes⁷³. Esta perspectiva – que tem sido rechaçada pelos teorizadores e estudiosos da «história do tempo presente»⁷⁴, apostados em estabelecer um comércio mais intenso entre as duas categorias – é igualmente posta em causa por autores que questionam a primazia absoluta do documento escrito no papel ou gravado na pedra na construção da narrativa histórica. O uso da fotografia, do cinema ou do testemunho oral são exemplos destas novas aplicações metodológicas, cuja chegada ao território da história é em muito devedora da importância que anteriormente adquiriram nos campos científicos da sociologia e sobretudo da antropologia. Ao mesmo tempo tornaram-se mais visíveis os debates em torno da constituição e do estatuto das fontes no processo de escrita da história e o papel interventivo desempenhado pelo historiador na sua selecção, manejo e contextualização⁷⁵.

Estas mudanças paradigmáticas espelharam-se com avultado relevo no terreno da chamada «história oral». Ainda que de seguida se faça uso desta expressão, convém situar aqui o seu entendimento, não como uma disciplina particular mas, na senda de Lutz Niethammer, como uma técnica específica de investigação contemporânea que faz uso da experiência⁷⁶. Numa linha semelhante, Mercedes Vilanova também rechaça a ideia de uma disciplina independente, falando em alternativa de uma «história sem adjectivos». A revista que criou em 1989 – chamada num primeiro momento *Historia y Fuente Oral* e, depois, *Historia, Antropología e Fuentes Orales* – evidencia no próprio título essa intenção⁷⁷.

Uma forma de compreender o lugar que ocupa a história oral na teia historiográfica pode ser evocada através da distinção apresentada pelo historiador

⁷³ Halbwachs estabelece uma separação clara entre história e memória, o que o leva a rejeitar uma expressão como «memória histórica» por «associar dois termos que se opõem em mais de um ponto». «Enquanto uma lembrança existe, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança.» Maurice Halbwachs (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, p. 80.

⁷⁴ Cf. Timothy Garton Ash (2001), *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias; Rui Bebiano (2003), «Temas e problemas da história do presente», in José d'Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 225-236; António Martins da Silva (2003), «Fazer a História do Tempo Presente: Portugal e a Construção Europeia», in José d'Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 237-255.

⁷⁵ Elena Hernández Sandoica (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*. Madrid: Ediciones Akal, pp. 9-46 e 354-359.

⁷⁶ Lutz Niethammer (1989), «Para qué sirve la historia oral», *Historia y Fuente Oral*, n.º 2, p. 13.

⁷⁷ Francisco Alía Miranda (2005), *Técnicas de Investigación para Historiadores. Las fuentes de la Historia*. Madrid: Editorial Síntesis, p. 342.

brasileiro José D'Assunção Barros entre *enfoques*, *domínios* e *abordagens*. Os *enfoques* produzem diferenciações no campo histórico que reenviam para as diferentes dimensões da vida humana (a «história demográfica» como estudo da população, a «história económica» como estudo da economia, a «história da cultura material» como história dos artefactos e da sua interacção com a vida humana). Os *domínios*, por sua vez, dizem respeito aos campos de estudo e às problemáticas escolhidas pelos historiadores e remetem para determinados agentes históricos ou ambientes sociais. Por fim, as *abordagens* referem-se aos modos de fazer a pesquisa e remetem mais para a metodologia do que para a teoria. A «história oral» (ou a «história serial») seriam, pois, abordagens mais do que enfoques ou domínios históricos⁷⁸. Se assim é, também não deixa de ser verdade que a sua irrupção trouxe consigo importantes reflexões de cariz epistemológico – respeitantes à conexão entre história e memória, ao papel da subjectividade na escrita da história e ao estatuto das «fontes» – e contribuiu para reconfigurar os domínios historiográficos.

Nas palavras de Paul Thompson, a história oral configura-se simultaneamente como a mais antiga e a mais recente forma de fazer história⁷⁹. No século V a.C., Heródoto usou os testemunhos orais como fonte para as suas *Histórias* e Tucídides recorreu à experiência de quem presenciou as guerras do Peloponeso para traçar o relato do conflito entre Esparta e Atenas. Também Michelet colheu depoimentos sobre a vivência da Revolução Francesa. Foi apenas com o advento do positivismo, a partir da segunda metade do século XIX, que o documento escrito se impôs, ainda que provisoriamente, como a única fonte legítima capaz de produzir um conhecimento estritamente apoiado nos factos e que se queria neutro e objectivo⁸⁰. Para Ranke, a própria hierarquização dos factos históricos, o seu grau de importância e o papel mais ou menos decisivo que tinham preenchido dependia da quantidade de documentos, impressos ou manuscritos, que legaram como lastro⁸¹.

A história oral desponta nos anos imediatamente a seguir à 2.^a Guerra Mundial, ainda que o recurso ao testemunho e à entrevista se fizesse já em áreas disciplinares como a antropologia e a sociologia. O termo apareceu pela primeira vez em 1948, quando Allan Nevins criou o *Columbia Oral History Office*, na Universidade de Columbia. Concentrado na história política e diplomática, o Instituto dedicava-se

⁷⁸ José D'Assunção Barros (2005), «Os campos da História no século XX», *Ler História*, n.º 49, pp. 77-104.

⁷⁹ Paul Thompson (1978), *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press.

⁸⁰ Cf. Elena Hernández Sandoica (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*. Madrid: Ediciones Akal, pp. 47-148.

⁸¹ Cf. Georg Iggers e J. M. Powell (ed.) (1990), *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.

sobretudo à tarefa de conservar os testemunhos dos «grandes homens». Uma linha diferente, menos elitista, começa a esboçar-se a partir da década de 1950, utilizando fontes orais para reconstituir e compreender a cultura popular. Esta história alternativa – na época frequentemente militante e situada amiúde fora do terreno académico – foi importante na revalorização dos vencidos, dos marginalizados e dos silenciados: camadas populares, indígenas, mulheres, crianças, minorias culturais, políticas e sexuais. A partir da década de 1970, inúmeros congressos internacionais e o aparecimento de revistas académicas da especialidade – como a *Oral History Review*, hoje *Journal of the Oral History Association* – atestam a expansão e o reconhecimento oficial que a abordagem foi recebendo⁸².

Os grandes fenómenos repressivos e carcerários do século XX, nomeadamente os associados ao Gulag, ao Holocausto e aos diferentes contextos ditatoriais, bem como as experiências mais gerais de guerra, violência e silenciamentos, dinamizaram também valiosos estudos suportados no testemunho oral e na «voz das vítimas». Conjuntamente, aguçou-se a atenção para aspectos da experiência histórica como é o caso do trabalho doméstico e da vida familiar. Como sublinha Alexander Von Plato, os testemunhos orais têm adquirido centralidade na abordagem de temáticas para as quais escasseiam as fontes, mas também no tratamento de objectos cuja especificidade exige uma atenção particular aos valores, atitudes e percepções dos actores históricos⁸³.

Mais recentemente, assistiu-se a uma mudança paradigmática no campo da história oral que consistiu na passagem de uma atitude defensiva, preocupada em questionar o estatuto da objectividade, para uma atitude de celebração das suas características específicas e das suas potencialidades. Os textos de Luisa Passerini – primeiro sobre as comunidades operárias de Turim e depois sobre as mulheres e as questões de género – vieram salientar as relações entre subjectividade e memória⁸⁴. Numa recente recolha de ensaios, Passerini prefere utilizar o conceito de intersubjectividade, ao qual concede um duplo sentido: em primeiro lugar, tendo em conta que o sujeito se tece através dos estímulos da memória e da utopia, do passado

⁸² Philippe Joutard (1996), «La historia oral: balance de un cuarto de siglo de reflexión metodológica y de trabajos». *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, n.º 15, pp. 155-170.

⁸³ Von Plato dá o exemplo do «estudo da evolução das relações no seio da família e entre parentes, dos papéis de género e dos estilos educativos, das atitudes e valores relacionados com o trabalho e as descrições dos postos de trabalho, mas também da reprodução das elites nas comunidades, partidos e outras instituições, o compromisso e os rituais religiosos, a secularização, etc.» Alexander Von Plato (1998), «La historia oral en la historiografía», *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, n.º 20, p. 7.

⁸⁴ Luisa Passerini (1984), *Torino operaia e fascista*. Roma / Bari: Laterza; Luisa Passerini (1991), *Storie di donne e femministe*. Torino: Rosenberg e Sellier.

e do futuro, tal significa que o processo da sua construção é sempre relacional, dinâmico e múltiplo, logo, intersubjectivo; em segundo lugar, o termo remete igualmente para o carácter fundante da interpretação da historiadora diante da narrativa oral que lhe é oferecida⁸⁵.

Os trabalhos de Alessandro Portelli têm igualmente contribuído para a valorização da história oral, mostrando como ela estimula um novo olhar sobre as relações entre história e memória, memória individual e memória pública, silêncio e narratividade. A propósito do massacre das Fossas Ardeatinas, em Roma, a 24 de Março de 1943 – no qual os nazis mataram 335 homens como retaliação a um ataque dos *partigiani* – Portelli desmonta um certo senso comum que tende a culpabilizar a Resistência pelo ocorrido. Firmado na ideia posterior de que os alemães haviam dado um tempo de rendição aos responsáveis pelo ataque, teria sido na sua ausência que foi então accionada a regra estabelecida de matar dez italianos por cada alemão caído. Alessandro Portelli comprova não só que os nazis retaliaram sem aviso como demonstra que a existência da regra foi uma construção *a posteriori*. Estudando o peso do acontecimento na vida dos familiares, mostra como a ausência de uma identidade comum às vítimas – de variada extracção social, com diferentes convicções políticas e religiosas, algumas capturadas no meio da rua para completar o número necessário – veio criar permanente tensões entre o discurso oficial, que classifica os mortos como «heróis da libertação», e a memória dos familiares, que nem sempre se enquadra nesta imagem unificadora. Simultaneamente, a investigação de Portelli voltou a separar os dois eventos – o ataque da Resistência e a represália nazi – implodindo o discurso legitimador do massacre e voltando a dar vida a uma memória colectiva mais complexa⁸⁶.

A história oral tem servido, assim, para encarar a memória não apenas como um problema metodológico mas como um objecto de estudo. Os trabalhos de Portelli mostram precisamente como a «incerteza» da memória constitui uma linha de pesquisa central no campo da história oral. Nessa medida, a credibilidade da fonte oral não está necessariamente no grau de exactidão do dito, mas radica no que nela se silencia ou na própria dissonância com os factos. No uso que lhe dá Portelli, as fontes orais servem não só para fornecer elementos sobre o passado que as outras fontes omitem, mas possibilitam também a análise do sentido dado aos

⁸⁵ Luisa Passerini (2003), *Memoria e utopia. Il primato dell'intersoggettività*. Torino: Bollati Boringhieri. Cf. sobretudo o ensaio «Diventare soggetto nell'epoca della morte del soggetto», pp. 46-69.

⁸⁶ Alessandro Portelli (1999), *L'ordine è già stato eseguito. Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria*. Roma: Donzelli Editore.

acontecimentos. Se é verdade que os testemunhos nos podem alertar para factos desconhecidos, eles permitem igualmente abordar temas como a subjectividade, a imaginação, o desejo, a estrutura da memória e a relação entre o indivíduo e os contextos sociais, políticos, económicos e culturais que o circundam⁸⁷.

Não obstante a existência de diferentes práticas historiográficas e olhares metodológicos, o campo da história oral tem ajudado a construir um espaço de conhecimento e compreensão dos processos históricos contemporâneos que, por um lado, já não entende as fontes escritas como auto-suficientes e, por outro, lança-se no resgate de vozes silenciadas. O estudo da antropóloga Paula Godinho sobre a chamada «Guerra de Cambedo» atesta como a recolha de testemunhos orais permite «soltar o laço da memória» e suprimir a carência e adulteração das fontes escritas. Este caso concreto refere-se ao cerco e bombardeamento da aldeia de Cambedo da Raia, no concelho de Chaves, em Dezembro de 1946, quando a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Civil espanhola atacaram a aldeia e prenderam cerca de um terço dos habitantes sob a acusação de acolherem supostos salteadores. Na verdade, tratavam-se de *maquis* – guerrilheiros que se dedicavam à luta armada contra o franquismo – oriundos do lado galego da fronteira e que detinham relações afectivas e laborais com o lado português. Com o recurso a entrevistas, Paula Godinho pôde desenhar, à margem dos documentos escritos, como jornais da época e relatórios da PIDE e outras forças policiais, uma imagem que os recupera para o campo da resistência ao franquismo, desocultando uma memória banida do espaço público durante décadas⁸⁸.

A historiadora Fátima Patriarca assinala igualmente algumas atenções críticas necessárias a quem recorre a fontes policiais, como sejam os arquivos da PIDE/DGS.

⁸⁷ Cf. os ensaios contidos em Alessandro Portelli (1991), *The death of Luigi Trastulli and other stories. Form and Meaning in Oral History*. Albany: State University of New York.

⁸⁸ Paula Godinho apresentou este seu trabalho no I Congresso Internacional de História Oral, decorrido no Porto entre os dias 26 e 28 de Outubro de 2006, sob organização do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sobre o assunto, cf.: Paula Godinho (2004), «“Maquisards ou Atracadores?” A propósito das revisões da história no caso de Cambedo da Raia, 1946», in *Cambedo da Raia. 1946. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*. Ourense: Asociación Amigos da República, pp. 157-227. Alessandro Zagato efectuou uma problematização da noção de «acontecimento», muito devedora das reflexões de Michel Foucault e Alain Badiou, a partir deste caso trabalhado por Paula Godinho. Alessandro Zagato (2007), «O Acontecimento como Fronteira de uma Situação Histórico-Social», *Arquivos da Memória*, n.º 2, pp. 84-101. Na sua tese de doutoramento, Paula Godinho recorreu também à história oral, realizando um estudo detalhado sobre a estruturação de uma identidade e cultura de resistência na povoação alentejana do Couço, concentrado nos anos que vão da candidatura de Humberto Delgado, em 1958, à luta pelas oito horas de trabalho, em 1962. Paula Godinho (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta Editora.

Se é certo que este acervo é incontornável para quem pretenda estudar o Estado Novo e os oposicionismos, é de evitar uma posição que tome essa documentação como mais relevante, fiável ou «verdadeira». Reflectindo sobre o trabalho de pesquisa realizado nesse arquivo durante a preparação do estudo sobre a revolta de 18 de Janeiro de 1934, Patriarca chama a atenção para o facto de os autos de declarações, que resumem em linguagem burocrática e estereotipada as informações que a polícia conseguiu extrair em interrogatório, estarem longe de fornecer uma transcrição literal do que se passou na inquirição. Não só estão ausentes as entoações, gestos e silêncios, como se omite o recurso à violência física e psicológica. Se o procedimento inquisitorial plasmado nos autos visa extrair a confissão enquanto elemento de prova, os inquiridos não deixam de desenvolver estratégias de fuga e defesa que passam por elidir responsabilidades, falsificar datas e nomes ou escamotear factos e relacionamentos⁸⁹.

Também por isso – e porque o objectivo essencial do interrogatório consistia em extrair elementos de prova que pudessem sustentar uma condenação em tribunal e fornecer dados que facilitassem a tarefa de perseguição policial a outros indivíduos – nem sempre os autos primam pela exactidão. São, como qualquer outra fonte, uma elaboração produzida num dado contexto e servindo determinados fins, o que obriga o historiador a uma vigilância crítica que o recurso cruzado a diferentes fontes pode ajudar a aguçar. Ao longo deste trabalho foi também possível perceber como alguns elementos – presentes mas sobretudo ausentes – nos autos da PIDE/DGS apenas se tornaram claros falando com os antigos protagonistas e confrontando-os com o conhecimento que foi possível obter do que eram as organizações políticas em causa, o que a polícia política nem sempre tinha. Como exemplo, basta atender ao documento da PIDE/DGS que faz um resumo das organizações m-l, constante em vários processos, e que se apresenta recheado de erros e imprecisões⁹⁰.

Por sua vez, Maria Manuela Cruzeiro evoca uma completa exposição de documentos oriundos da PIDE/DGS, realizada na Torre do Tombo em 1997, para salientar uma das limitações deste acervo documental. Apesar da volumosa quantidade de material exposto, na qual não faltavam relatórios dos agentes, cartas apreendidas, processos, fotografias, o conjunto não permitia decifrar o que verdadeiramente havia sido a polícia política. Na opinião de Manuela Cruzeiro, os

⁸⁹ Maria de Fátima Patriarca (1997), «Sobre a leitura das fontes policiais», *Análise Social*, volume XXXII, n.º 143/144, pp. 925-935.

⁹⁰ ANTT – PIDE/DGS, proc. 12.534 CI(2), NT 7652, fl. 5-9. Outros exemplos se poderiam adiantar, como a ligação apontada, em 1970, entre a EDE e estruturas m-l no exterior [ANTT – PIDE/DGS, 3529/62 SR, NT 3356, fl. 26] ou relação sugerida entre o MRPP e as BR, já em 1971 [ANTT-PIDE/DGS, proc. 1641 CI (2), pasta 1, fl. 383].

documentos não revelavam as dinâmicas torcionárias nem as vivências de quem as suportou: «faltava lá sangue, vida, faltavam lá sentimentos, faltavam lá a vivência das pessoas»⁹¹.

Para além do material oriundo da PIDE/DGS, um outro tipo de documentos escritos é usado ao longo do trabalho, ainda que sobre ele também sejam necessários cuidados específicos. Refiro-me à documentação produzida pelas organizações políticas. Muitos destes textos, em regra não assinados, são marcados por um notório triunfalismo que por vezes tomava desejos por realidades e amplificava factos com intenções programáticas ou propagandísticas. Por outro lado, mesmo que não se apresentem assinados, esses textos eram sempre resultado da visão de quem os escreveu e das informações que tinha ou não na sua posse e do que queria ou não revelar. De facto, o recurso às fontes orais pode permitir um retrato mais detalhado de um dado fenómeno, iluminando um documento escrito ou cotejando-o com leituras alternativas, que por vezes o completam e corrigem. Uma experiência concreta que pode ser apresentada a título de exemplo diz respeito à história da Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML) tal como é apresentada perto do 25 de Abril no seu jornal teórico. Mesmo sem mencionar nomes, traça um retrato credível, cuja exactidão, porém, foi possível matizar confrontando-o com os relatos actuais dos antigos activistas⁹².

Isto não significa, obviamente, que as fontes orais possuam maior fiabilidade ou que sob elas não se devam exercer rigorosas cautelas hermenêuticas. Tal como os jornais, a documentação oriunda das organizações ou os autos da PIDE, também os testemunhos orais exigem ser lidos de forma crítica, se possível cruzados, e com um olhar atento ao seu contexto de produção e ao percurso pessoal do informante. A maneira como as fontes orais são construídas – as únicas criadas por solicitação do historiador e destinadas ao seu uso directo – tem sido, aliás, um dos mais frequentes anátemas lançados contra a história oral. Curiosamente, memórias e biografias também resultam de um esforço voluntário e pessoal de ordenação dos acontecimentos e ambas têm sido usadas pelos historiadores sem tantas reservas. Se

⁹¹ Intervenção no Congresso da Democracia, organizado pela Associação 25 de Abril, em 2004. O texto encontra-se em linha em: <<http://www.25abril.org/a25abril/getdocument.php?id=253>>. Acedido a 10/05/2010. Maria Manuela Cruzeiro desenvolveu desde 1990, no Centro de Documentação 25 de Abril, um dos mais profícuos e duradouros projectos de História Oral no país, através do qual realizou entrevistas a protagonistas do 25 de Abril e a resistentes antifascistas. No contexto da exposição referida, produziu-se um guia com alguns dos materiais expostos. *O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo. Guia da Exposição* (1997). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

⁹² Cf. capítulo 5.

é verdade que o recurso a testemunhos e entrevistas implica cuidados adicionais, o facto de o historiador participar no processo de construção da fonte pode inclusive ser visto como uma vantagem, na medida em que permite o diálogo com o entrevistado na presença de outros dados ou fontes, solicitar o esclarecimento de certos pontos menos claros e confrontar determinadas leituras com outras interpretações existentes⁹³. Além disso, as omissões e as inexactidões podem também ser importantes ao alertarem o historiador para a necessidade de comparar fontes e perspectivas⁹⁴.

O carácter oral da fonte tem sido igualmente motivo de debates que, entre outras temáticas, tocam na questão da transcrição. Portelli considera que entre a gravação e a transcrição não existe uma passagem neutral, já que mesmo a transcrição o mais literal possível implica sempre uma dose de criação. Segundo o autor, a entoação e a velocidade são dois dos limites da transcrição. No primeiro caso, podemos introduzir sinais de pontuação mas estes «dificilmente coincidem com os ritmos e as pausas empregues pelo sujeito, e acabam por confinar o discurso ao interior de regras lógicas e gramaticais que não foram necessariamente seguidas»⁹⁵. No que concerne à velocidade, ela associa-se à emotividade narrativa e a sua interpretação está ligada ao contexto: abrandar pode significar uma ênfase em certos pontos ou dificuldade em abordá-los, como a aceleração pode revelar uma grande familiaridade com determinados aspectos ou vontade de camuflar a sua importância⁹⁶. O mesmo se pode dizer relativamente às expressões faciais ou à exteriorização de emoções. Mesmo que se convencie uma notação para indicar o choro ou o riso, por exemplo, as demonstrações de mágoa, alegria, tristeza, impaciência ou saudade são claramente difíceis de sinalizar.

Tendo consciência destes limites, o certo é que a transcrição é absolutamente necessária se se quiser proceder ao seu uso num texto, que é por natureza escrito.

⁹³ No seu estudo sobre o Serviço Cívico Estudantil, Luísa Tiago de Oliveira também sublinhou como lhe era impossível e insustentável abdicar do conhecimento prévio que tinha do objecto de estudo, e de como ele era frequentemente convocado pelos próprios entrevistados no decorrer dos diálogos. Luísa Tiago de Oliveira (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta Editora, p. 8.

⁹⁴ Cf. Maria Inés Mudrovcic (2005), *Historia, narración y memoria*. Madrid: Akal, pp. 111-119.

⁹⁵ Alessandro Portelli (2006), «What makes oral history different», in Robert Perks e Alistair Thomson, *The Oral History Reader*. London / New York: Routledge, p. 32. Este artigo clássico foi inicialmente publicado em 1979 e desde então sofreu inúmeras traduções e republicações.

⁹⁶ Confrontei-me durante as entrevistas com diferentes modos de lidar com o passado que recorriam precisamente ao ritmo narrativo para acentuar ou camuflar determinados elementos. Os actos relacionados com formas violentas de intervenção, por exemplo, foram algumas vezes mitigados nas entrevistas através de uma abordagem deliberadamente breve ou da valorização de pormenores circundantes ou justificativos, como as sociabilidades no grupo ou a genérica iniquidade do regime.

Nesta medida, a seguir ao diálogo com os antigos activistas e à sua transcrição, optou-se aqui por enviar o documento para o entrevistado de modo a que este pudesse efectuar correcções, rasuras ou acrescentos. Devolvendo a palavra aos narradores, concedeu-se-lhes um controlo sobre o produto final que seria utilizado como fonte, ao mesmo tempo que se introduziu mais algum à vontade aos entrevistados, uma vez que poderiam discorrer com alguma liberdade sem que a sua palavra fosse a definitiva. Por outro lado, essa opção trouxe limites assinaláveis, já que no acto de «correcção» se retiraram forçosamente elementos considerados problemáticos, rasuraram-se nomes e omitiram-se interjeições, pausas, gaguezes, eliminando-se assim alguma da carga espontânea da conversa⁹⁷.

Para além das 50 entrevistas presenciais efectuadas, recolheram-se ainda 35 depoimentos junto de antigos activistas, que consistiram em trocas de pergunta e resposta, a grande maioria delas usando como recurso o e-mail. Num caso como no outro, os informantes cederam muitas vezes o contacto de outros, o que me permitiu beneficiar de redes de conhecimento que em boa medida se encontravam activadas desde os períodos de militância comum ou contígua⁹⁸. Por outro lado, não raras vezes servi de intermediário a encontros entre pessoas que haviam abandonado o contacto e que, num caso ou noutro, apenas conheciam alguns dos seus ex-camaradas pelo pseudónimo, um «efeito colateral» de uma investigação desta natureza que não quero deixar de assinalar.

*

O estudo que se segue é composto por duas metades: a primeira analisa o modo como o complexo ideológico «marxista-leninista» e «maoiísta» se replicou em Portugal e a segunda desenha os contornos de um específico e plural território do imaginário. A primeira parte concentra-se na análise detalhada das diferentes organizações existentes no país entre 1964 e 1974. Cada capítulo debruça-se sobre uma organização, destacando a sua génese, configuração programática e radicação política e social. Na medida em que a história do maoísmo português anterior ao 25 de Abril estava ainda por fazer, esta parte terá um cariz eminentemente descritivo,

⁹⁷ Apesar da quase totalidade dos entrevistados ter revelado grande disponibilidade para contar a sua história de militância política, verificou-se um caso de recusa de divulgação da entrevista após leitura da transcrição.

⁹⁸ Sónia Vespeira de Almeida realçou, de maneira similar, a proficuidade desta «amostragem em bola de neve» no estudo efectuado sobre as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA. Sónia Vespeira de Almeida (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 53-55.

necessário todavia para o trabalho interpretativo a desenvolver no momento seguinte. As duas metades do trabalho podem ser lidas de maneira autónoma mas elas são, no fundo, interpenetráveis.

A segunda parte destina-se a abordar o campo de representações e de práticas do maoísmo português, sendo composta por onze capítulos. O capítulo 10 analisa o conceito de imaginário social, mostrando de que modo ele pode servir como eixo compreensivo do pensar e agir da militância maoísta. O capítulo 11 realça o carácter mobilizador das imagens construídas em torno de figuras e territórios revolucionários, com destaque para a China de Mao. Os capítulos 12 a 14 concernem à maneira como se estruturou uma imagem redentora do proletariado, que levou à aferição de uma série de virtudes políticas e a tentativas arrojadas – clandestinas, no Portugal anterior a 1974 – de transfiguração do militante em proletário. O capítulo 15 rastreia o processo de construção da militância, notando o seu carácter fundamentalmente juvenil. O capítulo 16 interroga a forma como nesta ecologia radical se desenvolveram determinadas práticas artísticas e culturais, indissociáveis do processo de politização. Os capítulos 17 e 18 analisam o posicionamento perante a guerra colonial e as experiências que compuseram esse trajecto multiforme que foi da deserção ao exílio. Por fim, os capítulos 19 e 20 serão dedicados ao modo como este terreno político lidou com as temáticas da tortura, do «porte» e do conflito político na prisão.

Uma nota final que pode ser lida como uma espécie de declaração de interesses mas que resume sobretudo uma convicção epistemológica. Nunca fui maoísta, desde logo porque cresci num ambiente político no qual este era já um espectro em evaporação. No entanto, não seria de todo improvável que pudesse ter partilhado aspectos da ideologia se com ela tivesse tomado contacto durante o período em apreço. Não pretendo com isto sugerir que o trabalho que se segue é uma abordagem comprometida a um passado que só não é meu porque me calhou nascer depois. Ao estipular essa possibilidade, quero apenas notar que a tarefa de compreensão do passado alarga os seus limites de inteligibilidade se conseguir aliar o escopo crítico a ela inerente à capacidade de nos colocarmos no interior do objecto de estudo. Se «o passado é um país estrangeiro», conforme titula um conhecido livro de David Lowenthal⁹⁹, é necessário sabermos imaginar no lugar dessa alteridade, como se fôssemos cidadãos num mundo que não é nosso, de modo a que a *diferença* possa ressoar.

⁹⁹ David Lowenthal (1985), *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

Organizações maoístas em Portugal

Cf. documento em anexo

PARTE I

O COMPLEXO DA ORGANIZAÇÃO

Pequeno grupo compacto, seguimos por uma estrada escarpada e difícil, segurando-nos fortemente pela mão. De todos os lados, estamos cercados de inimigos, e é preciso marchar quase constantemente debaixo de fogo. Estamos unidos por uma decisão livremente tomada, precisamente a fim de combater o inimigo e não cair no pântano ao lado, cujos habitantes desde o início nos culpam de termos formado um grupo à parte, e preferido o caminho da luta ao caminho da conciliação.

Lenine, *Que Fazer?* (1902)

CAPÍTULO 1

A génese da extrema-esquerda m-l em Portugal

Após o agitado solavanco sentido ao longo da década de 1940, o Estado Novo atravessou uma segunda grande crise entre 1958 e 1962¹⁰⁰. O regime debateu-se então com uma forte contestação que se avolumou a partir da fulgurante candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e que viria a ter o seu epicentro no agitado biénio de 1961-1962. Logo em Janeiro de 1961, o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, dirigido por Henrique Galvão, desviou o paquete transatlântico Santa Maria com o intuito de chamar as atenções internacionais para a ditadura salazarista. A 4 de Fevereiro o ataque frustrado dos nacionalistas africanos à cadeia de Luanda para libertar os presos políticos que aí se encontravam fez eclodir a primeira frente da Guerra Colonial. Em Março, ocorreu o fracassado golpe de Botelho Moniz, levado a cabo por oficiais reformistas. No Verão de 1961, o Forte de S. João Baptista de Ajudá era abandonado pelos portugueses, sem condições de resistir às tropas do Benim e, no final desse ano, Goa era invadida pela União Indiana. Ainda durante o mês de Dezembro, dera-se uma espectacular fuga de Peniche de oito comunistas, utilizando como meio de transporte o carro blindado de Salazar, e a PIDE assassinara na rua o pintor José Dias Coelho, militante e funcionário do PCP.

No ano seguinte continuaram os abalos na solidez do regime: logo a 1 de Janeiro de 1962 deu-se o assalto ao quartel de Beja, conduzido militarmente pelo capitão Varela Gomes. De Março a Junho os estudantes mantiveram uma prolongada greve nas universidades que levou à prisão e suspensão de numerosos estudantes e à demissão de Marcelo Caetano, então reitor da Universidade de Lisboa, em protesto

¹⁰⁰ Fernando Rosas (1998), *O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 468.

pela ocupação policial da cidade universitária. Em todo este período, irromperam vários conflitos populares, como a luta dos operários agrícolas do Alentejo e do Ribatejo pela jornada de trabalho de oito horas. No 1.º de Maio desse ano de 1962, cerca de 100.000 pessoas desceram à rua em diversas localidades.

Sendo praticamente a única força organizada no terreno, o Partido Comunista Português (PCP) tivera um papel importante no incremento da contestação. As manifestações do 1.º de Maio, por exemplo, foram resultado de um trabalho preparatório do partido, o mesmo ocorrendo com um número importante de lutas operárias e de rua que se sucederam durante esse biénio. Refira-se que o PCP, a partir de 1960, inflecte a linha de Júlio Fogaça de «solução pacífica do problema político português», definida no V Congresso, realizado em 1957 no Estoril. Com a reentrada em cena de Cunhal, após a fuga de Peniche em Janeiro de 1960, e com a prisão de Fogaça em Agosto desse ano e sua posterior expulsão do partido, abriu-se caminho à adopção da tese do «levantamento nacional anti-fascista», num momento, aliás, em que o partido assistia a uma renovada popularidade.

Se o PCP não era de maneira nenhuma exterior àquela dinâmica contestatária, o certo é que em franjas localizadas da oposição começaram a surgir algumas críticas à sua actividade, centradas nomeadamente na resposta débil à fraude eleitoral de 1958 e na recusa em utilizar acções violentas durante a vaga de protesto de 1961-62. No golpe de Beja, por exemplo, a ala civil, liderada por Manuel Serra, contou com a participação de militantes e simpatizantes do PCP, mas o partido, contactado pelos conspiradores, negou o apoio à revolta e sancionou membros que nela participaram¹⁰¹.

Não é de estranhar, portanto, que o PCP publique em 1960 uma tradução do célebre texto de Lenine *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*¹⁰², na

¹⁰¹ Manuel Bação, por exemplo, cuja participação no golpe lhe valeu uma condenação a dois anos e dois meses e a um cumprimento efectivo de mais de três anos e meio de prisão, destaca o facto de, enquanto militante do PCP, ter aliciado vários colegas para participar na iniciativa. Nas vésperas do golpe, porém, foi procurado por um funcionário que tentou, sem sucesso, demovê-lo, vindo a ser expulso por violação da disciplina partidária. José Pedro Castanheira (2007), «Procurador nega pensão a ex-presos», *Expresso*, n.º 1821, 22/09/2007.

¹⁰² Cf. «A edição da “Doença Infantil”. Actualidade de alguns ensinamentos», *O Militante*, n.º 105, Agosto de 1960. O livro de Lenine foi escrito em Abril de 1920 e divulgado em Maio e Junho do mesmo ano, no contexto do II Congresso da Internacional Comunista. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* é um forte ataque à estratégia de uma parte dos partidos comunistas da III Internacional. Lenine frisa o significado internacional da revolução russa, advoga a necessidade dos Partidos Comunistas actuarem no seio dos sindicatos reaccionários e dos parlamentos burgueses (contra o partido comunista inglês), sublinha o benefício do uso de acordos e compromissos no seio da luta política revolucionária e estipula a virtualidade histórica da liderança partidária para o triunfo

esperança de controlar os ímpetus mais voluntaristas de alguns militantes. Na verdade, logo a seguir à fuga de Peniche, Álvaro Cunhal preocupou-se não só em operar a chamada «correção do desvio de direita» como em neutralizar os «desvios de esquerda», que propunham acções armadas contra o regime. Durante o período, alguns militantes comunistas observaram o novo quadro de incremento contestatário como uma efectiva «situação revolucionária» ou «pré-insurreccional»¹⁰³.

Note-se que durante estes anos decorre um importante processo internacional de reactualização da esquerda revolucionária, patente, no essencial, em duas ordens de factores. Em primeiro lugar, uma certa sensação de desencanto perante a experiência soviética junto de sectores tendencialmente apoiantes das posições comunistas, decepção estimulada pelo XX Congresso do PCUS, pela repressão às insurreições populares ocorridas a Leste e pela ruptura ideológica entre a China e a União Soviética. Por outro lado, e enquanto o comunismo pró-soviético parecia destituído de chama revolucionária, cada vez mais claramente dirigido por elites burocratizadas e envelhecidas, as lutas dos movimentos independentistas africanos e asiáticos, a imagem pouco formal e quase libertária da vitoriosa revolução cubana, e a leitura empolgada, e na maioria das vezes truncada, do fenómeno chinês, pareciam mostrar que a transformação revolucionária das sociedades era possível segundo modelos aparentemente novos e dinâmicos e, por isso mesmo, dotados de um evidente magnetismo.

1.1 Francisco Martins Rodrigues e a ruptura com o PCP

A definição de uma linha política alinhada com as teses de Pequim e adaptada ao contexto nacional resultará essencialmente da iniciativa de Francisco Martins Rodrigues. Nascido em Moura em 1927, Martins Rodrigues começara a envolver-se politicamente no Movimento de Unidade Democrática – Juvenil, no final da década de 1940, logo após a prisão do seu irmão José Leonel. Condenado a 18 meses por ter escrito nas paredes frases contra Salazar, José Leonel ficara mentalmente perturbado, nunca recuperando inteiramente. Enquanto membro do MUD – Juvenil, Francisco Martins Rodrigues foi preso pela primeira vez a 11 de Novembro de 1950, tendo sido solto a 27 de Janeiro de 1951, ano em que entrou para o PCP.

da revolução proletária (contra algumas críticas provenientes dos alemães). Cf. Vladimir Ilitch Lenine [1978 (1920)], *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Avante.

¹⁰³ João Madeira (2005), «Álvaro Cunhal e a via do levantamento nacional», *História*, n.º 79, III série; João Brito Freire (1996), «Fogaça, Júlio de Melo», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I. Venda Nova: Bertrand Editora, p. 364.

Entre Janeiro e Março de 1952 foi novamente detido, tendo voltado aos calabouços prisionais entre 9 de Novembro e 31 de Dezembro do mesmo ano, desta feita por distribuir um comunicado de condenação à intervenção americana na Coreia.

Em 1953, já funcionário do PCP, permaneceu oito meses no Hospital do Rego após ter contraído tuberculose. Casou-se a 30 de Outubro de 1954 com Fernanda Alves, que havia conhecido nos anos de militância no MUD – Juvenil. Seguiram ambos para a clandestinidade, instalando-se numa casa em Cabeço de Montargil, junto a Loures. A Martins Rodrigues, a vida de militante clandestino revelara-se «frustrante» «porque era uma vida de isolamento total», com contactos esporádicos e ausência de discussão política. Fernanda Alves terá suportado ainda um quotidiano mais duro, pois deixara «de ver pessoas, passava o tempo a tratar da casa e a escrever à máquina». A 5 de Março de 1957 foi novamente detido, agora condenado a uma pena de 3 anos, com suspensão dos direitos políticos durante 15 anos e medidas de segurança que permitiam a sua manutenção indefinida em regime prisional. Fernanda Alves foi presa na mesma altura, grávida de sete meses, permanecendo com o filho em Caxias até à sua saída, em 1959¹⁰⁴.

Francisco Martins Rodrigues sublinhou que as «amarras ao Partido começaram a dar de si, devagarinho, quase imperceptivelmente» ainda antes da sua prisão de 1957, com as críticas mais ou menos explícitas que ouvia de militantes relativamente à ideia de que Salazar poderia ser afastado pacificamente¹⁰⁵. Ao mesmo tempo, destacou o papel involuntário desempenhado na sua radicalização por Francisco Miguel, que conheceu na cadeia.

[Ele] era o esquerdalho da companhia. O homem até nem tinha uma grande estrutura, mas tinha estado no Tarrafal, era um histórico e eu tinha uma grande admiração por ele. Naquelas hipóteses de conversa, enquanto varriámos e assim, ele punha mesmo muitas dúvidas sobre a linha do partido. Estava-se em plena «linha pacífica» do Fogaça e lá dentro tinha-se notícias disso, nomeadamente através do Jaime Serra e do Joaquim Gomes, que tinham sido presos e que nos informaram das novas orientações. O tipo espumava e dizia que o que era preciso era «encostar esses gajos todos à

¹⁰⁴ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1987), *Presos Políticos no Regime Fascista V (1949-1951)*, Mem Martins, pp. 195-197. Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008; Fernanda Alves. Entrevista, 22/12/2008.

¹⁰⁵ Francisco Martins Rodrigues (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Dinossauro / Abrente, pp. 41-42.

parede»! Não se conformava com a nova linha que era, em regra, aceite pelos funcionários. Dos antigos, era o único que se manifestava nesse sentido.¹⁰⁶

A 3 de Janeiro de 1960, Martins Rodrigues evadiu-se de Peniche, na célebre fuga levada a cabo por Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP. Após a captura de Francisco Miguel, um dos foragidos, foi decidida a ida de Cunhal para a União Soviética e o resguardo dos restantes. Martins Rodrigues permaneceu quase um ano numa tipografia em Carnide em ambiente de estrita clausura. Em Março de 1961 foi cooptado para membro suplente do Comité Central (CC) e fez parte da «troika» de Lisboa, com Jaime Serra, Rogério de Carvalho e José Magro, assumindo tarefas de controlo do sector intelectual e da juventude. Durante este período terá apenas assistido a uma reunião do CC. Porém, uma significativa vaga de prisões, ocorrida em finais de 1961 – e que atingiu dirigentes como Pires Jorge, Octávio Pato, Américo de Sousa e Carlos Costa – acelerou a sua ascensão na estrutura partidária. Em 1962 integrou a Comissão Executiva (CE), criada com o objectivo de dirigir o partido no interior, uma vez que nessa altura uma parte considerável dos membros do organismo mais importante, o Secretariado, se havia transferido para o estrangeiro¹⁰⁷. Pertenciam à CE, Blanqui Teixeira, que detinha o papel de secretário, Alexandre Castanheira e o próprio Martins Rodrigues.

Entre 1960 e 1964, redigiu uma série de cartas ao CC que no conjunto reflectiam a cisão em curso no movimento comunista internacional provocada pelo conflito sino-soviético, cujos contornos lhe chegavam, desde logo, pela audição em onda curta da Rádio Pequim¹⁰⁸. Nessas cartas apontava a insuficiência da crítica ao «desvio oportunista» e indicava a necessidade de uma revisão total da linha anterior do partido que propunha a unidade com a burguesia liberal e o abandono da «aliança operário-camponesa».

Durante estes anos, e no quadro do conflito sino-soviético, o PCP ia definindo um alinhamento cada vez mais notório com as posições de Moscovo. Já em 1960, num texto publicado em *O Militante*, intitulado «Três problemas da actualidade», se havia tomado posição. Os três problemas apontados eram a política face à guerra, o colonialismo e a via pacífica para o socialismo. No texto critica-se aqueles que

¹⁰⁶ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

¹⁰⁷ Francisco Martins Rodrigues (2009), *História de uma vida*. Dinossauro / Abrente, pp. 57-58; Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

¹⁰⁸ «Depois da fuga de Peniche, ouvia na Rádio Pequim aqueles relatórios intermináveis. Eram horas a falar... e depois “continua na outra noite”. Era a crítica ao Togliatti, ao Thorez... Aquilo caiu-me que nem ginjas.» Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

consideram que o desarmamento é um mero «instrumento diplomático e não uma real reivindicação política», apontando o dedo indirectamente aos chineses. Quanto à via pacífica para o socialismo, o texto faz notar que esta «não é apenas uma eventualidade que se pode aguardar, mas também um processo que as lutas populares podem criar». Ainda assim, e no que concerne ao caso português, ressalva-se a «eventual necessidade de recorrer a meios não-pacíficos»¹⁰⁹.

No XXII Congresso do PCUS, em Outubro de 1961, Álvaro Cunhal tomava posição pelos soviéticos, desferindo um forte ataque ao Partido do Trabalho da Albânia, em discordância clara com as posições de Moscovo. Se aqui as referências aos chineses são veladas, na reunião do Comité Central de Janeiro de 1963 elaborou-se já uma declaração crítica do Partido Comunista Chinês e do Partido do Trabalho da Albânia, e fizeram-se intervenções contrárias à China em eventos internacionais¹¹⁰. Martins Rodrigues censurou então o partido por se enfileirar nas «posições dum grupo de partidos excluindo assim outros partidos irmãos que têm pontos de vista diferentes, favorecendo-se uma cisão no movimento comunista internacional»¹¹¹.

O agudizar do conflito levou «Campos» – seu pseudónimo no partido – a ser indigitado pela Comissão Executiva para participar na reunião do Comité Central decorrida em Agosto de 1963, em Moscovo, isto apesar de ser Blanqui Teixeira o responsável pela Comissão Executiva e, portanto, a escolha mais natural para apresentar o relatório das actividades desenvolvidas pela estrutura. Na reunião estiveram presentes Francisco Martins Rodrigues, Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes, Pedro Ramos de Almeida, Veiga de Oliveira, Georgette Ferreira e António Gervásio¹¹². Cunhal apresentou o documento «A Situação no Movimento Comunista Internacional», no qual se criticava a «actividade cisionista» levada a cabo pela China e elogiava a «coexistência pacífica» como o «caminho mais curto e menos custoso para o triunfo do comunismo à escala mundial». Criticavam-se ainda os chineses por contestarem os acordos para a suspensão das experiências nucleares, acusando-os de dogmatismo por considerarem a generalidade dos partidos comunistas como «partidos reformistas

¹⁰⁹ «Três problemas da actualidade», *Avante!*, n.º 106, Setembro de 1960.

¹¹⁰ «O Reforçamento do Movimento Comunista Internacional», *Revolução Popular*, n.º 1, Outubro de 1964.

¹¹¹ «Campos», *A declaração do Comité Central de 19/1*. Carta ao CC, 31/3/1963?, in José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 150.

¹¹² João Madeira (2008), «Martins Rodrigues e a cisão no PCP», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar, volume 20. 1963-64. A guerra estende-se à Guiné e Moçambique*. Planeta De Agostini, p. 83.

de ideologia social-democrata»¹¹³. Martins Rodrigues recorda que apresentou nessa reunião de três dias o relatório elaborado por Blanqui Teixeira e que discutiu as divergências num ponto «que não foi muito longo».

Desbobinei tudo, disse aquilo que tinha a dizer. Além de dizer que os chineses tinham razão nas suas críticas, eu criticava a posição recuada do partido no início da guerra colonial (tinham medo de se isolar dos democratas da oposição); defendia a necessidade de ganhar os camponeses e não as classes médias para a luta contra a ditadura, passar a métodos de violência, etc. Aí acusei o Cunhal de oportunista. A discussão aqueceu, ele ficou chocado e os outros também.

Fizeram-me baixar de escalão: retiraram-me da Comissão Executiva e colocaram-me novamente como membro suplente do Comité Central. Ainda chegaram a ponderar a ideia de eu ficar em Moscovo. Aí é que me caiu a alma aos pés... A ideia era eu ser assistente do Cunhal. Felizmente, ele não aceitou. Enquanto fazíamos uma volta com um intérprete soviético, deitei o olho à Embaixada chinesa em Moscovo, que ainda lá estava na altura. Vi em que saída do metro era e, pelo sim pelo não, fiquei com essa informação. Se aquilo corresse mal...¹¹⁴

Esta última afirmação dá bem conta do grau de tensão existente. A verdade é que ainda se conservavam esperanças de que a ruptura não acontecesse. Antes da reunião, Francisco Martins Rodrigues acalentara expectativas quanto a um apoio na cúpula do partido às suas posições, o que como se viu não ocorreu; no final da reunião, o Comité Central, por seu turno, não o entendeu como um «traidor» mas como um dirigente com posições erradas, o que fez com que não tivesse sido objecto de sanções e fosse mantido no CC, embora destituído do seu lugar na Comissão Executiva. Entre Agosto e Outubro de 1963, fez uma longa viagem pela URSS junto a Francisco Miguel, com visitas a estâncias balneares e passeios por diferentes territórios do país. Em Outubro ou Novembro de 1963, e após ter-se recusado ir para Praga, Martins Rodrigues foi enviado para França ainda como membro do Comité Central.

¹¹³ «A situação no movimento comunista internacional», *Avante!*, n.º 234, Outubro de 1963.

¹¹⁴ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008; Francisco Martins Rodrigues (2009), *História de uma vida*. Dinossauro / Abrente, p. 69.

O sentido das ideias defendidas naquela reunião seria mais tarde sistematizado no texto *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. Aqui, Martins Rodrigues estabelecia a base da divergência em três questões: «a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; a direcção proletária da nossa revolução e a política da unidade nacional anti-fascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo»¹¹⁵.

O texto dedicava pouco espaço à abordagem desta última questão, ainda que as teses sobre a luta armada e a política de classes estivessem alinhadas com o núcleo das divergências entre a União Soviética e a China. Na análise de Francisco Martins Rodrigues, a característica fundamental da nova fase de combate em Portugal consistia no aparecimento da «acção armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante». Para isso contribuiriam o ciclo de revoluções de libertação nacional nas colónias, auxílio precioso na batalha contra o fascismo, e que exigiria «combater intransigentemente o chauvinismo entre as massas», impulsionando a «solidariedade actuante» com os povos das colónias. Por outro lado, «a guerra colonial, o aumento da miséria das grandes massas proletárias e camponesas e o recrudescimento da opressão fascista» haviam dado origem a «formas superiores de luta». Martins Rodrigues considera o Golpe de Beja como «a primeira acção armada de cunho popular de ofensiva contra a ditadura decadente», assegurando que a partir daí «a corrente revolucionária separou-se definitivamente da corrente reformista»¹¹⁶.

Valendo-se da autoridade de Lenine, Martins Rodrigues questiona o facto de o partido ter publicado *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, quando poderia ter optado pela divulgação de *Duas Tácticas*, obra na qual o revolucionário russo afirmava a necessidade dos «sindicatos e organizações legais» mas também da «insurreição armada»¹¹⁷. Definindo o PCP como uma «deturpação pacifista do leninismo», censura-o por considerar que o proletariado deve conduzir lutas pacíficas, procurando o partido conquistar o exército através de uma organização secreta destinada a impulsionar um pronunciamento militar. Em linha diferente, o texto propunha a criação de «destacamentos de combate como aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais», condição decisiva para o encaminhamento das «massas para a insurreição nacional»¹¹⁸.

¹¹⁵ [Francisco Martins Rodrigues] (1970), *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. S.l.: Edições do Partido, p. 3.

¹¹⁶ *Ibidem*, pp. 5-9.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 17.

¹¹⁸ *Ibidem*, pp. 29-30.

Martins Rodrigues entendia então o salazarismo, não como uma anomalia histórica, mas como uma articulação de vários interesses de classe, no seio dos quais existiam contradições mas não um antagonismo fundamental. Esta lógica deslocava a tónica da perniciosidade do regime de Salazar para o colonialismo, que os próprios republicanos haviam mantido intocável, e para o capitalismo, a efectiva base da exploração colonial. Deste modo, criticava-se a «revolução democrática e nacional» do PCP por assentar numa ampla base social obtida através da «unidade de todos os portugueses honrados» que consistia – segundo uma expressão usada poucos meses depois pelo autor – na fabricação de um «movimento anti-colonialista comum ao proletariado e à burguesia»¹¹⁹.

Chegado a Paris, Francisco Martins Rodrigues tinha à sua espera Georgette Ferreira e Sérgio Vilarigues, membros do CC, tendo participado em reuniões promovidas pelo partido onde apareceram críticas às posições oficiais sobre a deserção. Terá sido nessa altura que decidiu romper com o PCP e escrever *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*.

Eles tinham-me posto a morar em casa de uns funcionários franceses do PCF e piquei-me lá de casa deles, com a célebre máquina de escrever (risos). Mais grave do que isso é que tinha à minha guarda, numa outra casa de militantes, o arquivo do partido. E então fui lá e trouxe uma série de documentos. Eram muitos, não podia trazer todos, mas ainda trouxe alguns. E fui morar para um quarto. Foi aí que conheci o Manuel Claro, que comunicou com Argel, onde estava o João Pulido Valente e o Rui d’Espiney. É assim que eu faço a ligação com eles.¹²⁰

Em Dezembro de 1963, foi expulso do partido. No mês seguinte, uma circular do CC analisou a expulsão, motivada por «incompreensões» e «desrespeito dos princípios do centralismo democrático», considerando que Martins Rodrigues espalhara «algumas ideias entre camaradas que controlava ou com quem estava em contacto». Neste documento informava-se que o militante em causa «desertou da

¹¹⁹ «Os comunistas e a questão colonial», *Revolução Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965. Uma breve mas detalhada comunicação sobre os escritos de Francisco Martins Rodrigues nesta fase foi feita por Ricardo Noronha no *Congresso Internacional Karl Marx*, decorrido entre 14 e 16 de Novembro de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ricardo Noronha, *Lenine em Portugal: a corrente marxista-leninista e os escritos do «Camarada Campos»*. <<http://www.comunistas.info/?no=7000;ano=2008;mes=12;i=456>>, Acedido a 20/11/2009.

¹²⁰ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

instalação que o Partido lhe destinara, não cumpriu as tarefas que lhe haviam sido atribuídas, recusou-se a restituir documentos conspirativos do Partido que lhe estavam confiados, assim como outros haveres do Partido, passou a gastar com a sua pessoa fundos do Partido que tinha à sua guarda»¹²¹.

Por sua vez, Rui d'Espiney nasceu em 1942 e iniciara a sua actividade política em 1959/60 no embrionário movimento associativo liceal, em Lisboa, tendo entrado para o PCP pouco depois. Desobedecendo a uma indicação para abandonar o movimento associativo estudantil, foi desligado do PCP, vindo a reintegrar a organização posteriormente. Sob as ordens do partido, esteve na organização da manifestação do 1.º de Maio de 1962. Referenciado na PIDE, fugiu com o seu primo Manuel Claro para Paris, no Verão de 1963, indo depois para Argel, onde se encontrou com João Pulido Valente. D'Espiney relatou da seguinte forma a impressão que teve ao chegar à capital francesa:

Em Paris, as pessoas que para lá tinham fugido reentram no PC mas com uma perspectiva crítica. Aí, numa reunião, encontram um funcionário a quem voltam a fazer as críticas. O funcionário assume as dores do partido, o Manuel Claro ficou desanimado mas nessa noite batem-lhe à porta e é esse funcionário que lhe vem dizer: «o que vocês dizem está certo, mas há muito mais para dizer». Era o Francisco Martins Rodrigues.¹²²

Segundo o que a PIDE apurará mais tarde, Rui d'Espiney escreveu a Manuel Claro pedindo-lhe dados sobre o grupo em construção, tendo este respondido que se tratava de um colectivo dirigido por Francisco Martins Rodrigues, onde começara já a militar. Decidido a avançar no mesmo sentido, Rui d'Espiney abordou João Pulido Valente, que não só tinha conhecimento da organização como lhe informou que era seu militante. D'Espiney passou então a receber a imprensa editada pela novel organização e em finais de 1964 abandonou Argel e partiu para Paris, onde se tornou funcionário da estrutura¹²³.

Dezasseis anos mais velho do que Rui d'Espiney, João Pulido Valente pertenceu ao MUD – Juvenil, tendo vindo a integrar depois o PCP. Oriundo de uma conhecida família de médicos, trilhou igualmente a profissão. No PCP fez parte do sector

¹²¹ CC do PCP, «Aos Militantes do Partido», Janeiro de 1964.

¹²² Rui d'Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

¹²³ ANTT – PIDE/DGS, proc. 738 GT, NT 5795-5796, volume 3, fl. 203-209.

intelectual de Lisboa, estando em ligação com Rogério de Carvalho. Fugiu do país em 1963, após ser condenado por ter mantido um envolvimento amoroso com uma menor, instalando-se de seguida em Argel, e mais tarde em Paris.

Em Argel, ambos fizeram parte da JAPPA (Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia), criada no início de 1963. José Hipólito dos Santos, do MAR (Movimento de Acção Revolucionária), dirigiu durante algum tempo o grupo e confirma a participação de Rui d’Espiney e João Pulido Valente no secretariado da JAPPA, na redacção do boletim e nas movimentações para tornar a estrutura autónoma, mas colaborante com a FPLN (Frente Popular de Libertação Nacional). A JAPPA defendia abertamente a necessidade da luta armada para o derrube da ditadura e «dentro da sua autonomia formal, procurava ter contactos com “réseaux” internacionalistas para preparar gente disposta a isso em Argel»¹²⁴. Pouco depois da saída de Rui d’Espiney e João Pulido Valente para França, a JAPPA deixaria de funcionar.

1.2 A FAP e o CMLP

Entretanto, a Frente de Acção Popular (FAP) havia sido criada nos primeiros meses de 1964. O documento inicial – «O caminho da insurreição anti-fascista e da liberdade», assinado pela Frente de Acção Popular Anti-Fascista – tem a data de 1 de Janeiro de 1964. Segundo José Pacheco Pereira, o grupo nasceu efectivamente em Março, tendo esses primeiros meses do ano sido passados a tentar convencer pessoas do PCP a integrarem a FAP. O facto de «Campos» ainda redigir cartas ao CC do PCP em Março de 1964 parece corroborar esta leitura¹²⁵. Demonstrando alguma expectativa quanto ao evoluir do PCP, Martins Rodrigues escrevia nesse mês que «mais cedo ou mais tarde o Comité Central será forçado a rever as suas posições e a criticar as posições oportunistas»¹²⁶. Isso explica que se tenha optado primeiro por

¹²⁴ José Hipólito dos Santos. Depoimento, 28/12/2009. José Pacheco Pereira afirma que a JAPPA foi «animada por Patrícia MacGowan Pinheiro e Carlos Lança». José Pacheco Pereira (2008), «*O Um Dividiu-se em Dois*». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 161. Todavia, a presença de ambos na JAPPA é explicitamente negada por José Hipólito dos Santos, seu fundador e primeiro presidente.

¹²⁵ José Pacheco Pereira (2008), «*O Um Dividiu-se em Dois*». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 165-166.

¹²⁶ Carta de «Campos» ao CC do PCP, 10/03/1964, in «Dez anos de Luta», *Unidade e Luta*, n.º 5, Janeiro de 1972.

criar a «frente» (a FAP) e só depois o embrião do partido, o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP).

[Esperávamos] que pessoas do partido pudessem mais facilmente se aproximar de nós se aparecêssemos primeiro sob uma forma frentista. O nosso ponto forte era que estava a haver um descontentamento crescente com a maneira como estava a ser conduzida a luta contra o fascismo. Isto era um sentimento muito generalizado. Pensámos – o Pulido era muito entusiasta disso, mas eu também concordei – que se captássemos primeiro as pessoas dessa orla, podíamos dar o outro passo, a constituição do Comité, já com mais força.¹²⁷

Essa linha foi objecto de um apontamento crítico pouco depois. No n.º 2 de *Revolução Popular* admite-se que «o comité revelou certa subestimação da urgência de pôr de pé um partido marxista-leninista» mas também uma «tendência de expectativa em face da evolução interna do Partido Comunista»¹²⁸. Não é inteiramente claro, portanto, se o CMLP procurou apenas captar sectores da militância comunista ou se, ainda que num momento inicial, chegou a acreditar na possibilidade de sensibilizar a estrutura dirigente ou elementos mais responsáveis. O certo é que a atitude expectante não se dissipou completamente. Se deixa de existir esperança na evolução do PCP, continua a falar-se aos militantes, exortando-os a tomar consciência do carácter «colaborante» da linha política do partido. Assim, no n.º 4, um apelo «aos camaradas comunistas» sublinhava: «comprendemos o amor e a dedicação que têm ao partido mas ele já não está à altura delas». Ao mesmo tempo prevalecia a noção, tendente a justificar uma posição de autonomia política, de que um número considerável de comunistas só se decidiria a «prosseguir a luta fora do actual PC quando nós tivermos provado na prática a justeza da nossa linha táctica»¹²⁹.

A FAP publicou, a partir de Junho de 1964, o órgão *Ação Popular*, no qual se anunciava o objectivo de preparar o «desencadeamento da insurreição popular anti-fascista». A organização pretendia agrupar todos aqueles que ambicionassem combater para a concretização das «cinco tarefas da revolução democrática e

¹²⁷ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

¹²⁸ «Editorial: as nossas tarefas actuais», *Revolução Popular*, n.º 2, s.d.

¹²⁹ «O marxismo-leninismo é uma bússola para a acção», *Revolução Popular*, n.º 3, Março de 1965; «Aos camaradas comunistas», *Revolução Popular*, n.º 4, Abril de 1965.

popular: Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência»¹³⁰. Deste modo, a FAP rejeitava ser mais uma frente comum anti-salazarista que agrupasse trabalhadores e burguesia republicana. Essa crítica, aliás, era desferida à FPLN e à «Frente Portuguesa», agrupada em 1964 em torno do General Humberto Delgado¹³¹.

Não obstante a menção a estes dois agrupamentos, no fundo era com a linha política do PCP que a FAP polemizava. Sem nunca referir directamente o partido, fala dos autores de «Rumo à Vitória» como «fanáticos defensores da Unidade da Oposição». À «revolução democrática e nacional» proposta pelo PCP, recusada por pretender a aliança com os sectores democráticos da burguesia, opunha-se a «revolução democrática e popular», capaz de congrega as «massas oprimidas da cidade e do campo»¹³². Permanecia uma linha etapista mas de sentido diferente, defensora da insurreição armada e da aliança com as camadas populares, e que teria na FAP a sua plataforma política.

Redigido por Álvaro Cunhal e apresentado numa reunião do Comité Central do PCP em Abril de 1964, como contributo preparatório do VI Congresso que decorreria no ano seguinte, o relatório «Rumo à Vitória» proclamava a revolução democrática e nacional como etapa prévia da revolução socialista. Definindo Portugal como um país atrasado, o relatório elegia como inimigos o fascismo e os monopólios imperialistas estrangeiros. Deste modo, estipulava-se a aliança com os sectores da burguesia liberal, de maneira a destruir o Estado fascista, instaurar um regime democrático, liquidar o poder dos monopólios, realizar a reforma agrária e elevar o nível de vida das classes trabalhadoras. O relatório mencionava ainda a necessidade de reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência e seguir uma política de paz e amizade com todos os povos¹³³.

O texto «Luta de Classes ou “Unidade de Todos os Portugueses Honrados?”», redigido por Francisco Martins Rodrigues, clarificava o sentido da apreciação deste documento pelo CMLP. Considerava-se correcta a crítica à burguesia monopolista, mas censurava-se a maneira como se ilibava a burguesia liberal do processo de exploração capitalista, se esbatia o papel do campesinato e dos povos coloniais na luta de classes e se obscurecia «os interesses próprios do proletariado, que não são comuns a nenhuma outra classe». Segundo o texto, haveria «duas linhas opostas na luta anti-fascista – a linha revolucionária do proletariado e a linha reformista da

¹³⁰ «O Nosso Programa», *Acção Popular*, n.º 1, Junho de 1964.

¹³¹ «A Frente Nacional», *Acção Popular*, n.º 2, Outubro de 1964.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Álvaro Cunhal [1974 (1964)], *Rumo à vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*. Porto: Edições A Opinião.

burguesia liberal», estando o PCP comprometido com esta segunda via. No fundo, tratava-se de dar primazia, não à dicotomia fascismo-democracia, mas à contradição capitalismo-socialismo, o que levará Martins Rodrigues a considerar a burguesia liberal, não como um aliado, ainda que temporário, mas como um «inimigo secundário»¹³⁴.

Do núcleo dirigente inicial do CMLP faziam parte Francisco Martins Rodrigues («António»), Humberto Belo («Raul»), Custódio Lourenço («Alfredo»), Manuel Claro («Jaime»), Fernando Barros («Hugo») e Rui d’Espiney («Edmundo»). Para além destes elementos, haviam ainda outros militantes em Paris, como é o caso de Mário Silva, José Capilé («Júlio»), Francisco Alves («Telhado»), Jaime Monginho Barbosa («Abílio») e Luísa Fialho («Lima»)¹³⁵. Martins Rodrigues refere um núcleo de «vinte e tal pessoas», algumas delas ainda ligadas ao PCP¹³⁶. Para além da França, a FAP/CMLP dispunha de ramificações na Argélia, na Bélgica e na Suíça. Em Berna estava «Ernani». Em Bruxelas, onde Rui d’Espiney esteve de Março a Junho de 1965, estruturou-se um comité formado por Rui d’Espiney («Frederico»), Fava Rica («Paulo») e António Janeiro («Ernesto»)¹³⁷. António Ramos Esteves também esteve na capital belga, onde contactou com Jacques Grippa, figura de proa do maoísmo nascente na Europa Ocidental¹³⁸.

Como se viu atrás, o núcleo de Argel remontava aos primeiros tempos da FAP, e foi constituído, entre outros, por Rui d’Espiney, Ana Rita Gonçalves, João Pulido Valente e Joaquim Branquinho dos Santos Pequeno, que viriam a abandonar a

¹³⁴ «Luta de classes ou “unidade de todos os portugueses honrados”», *Revolução Popular*, n.º 3, Março de 1965.

¹³⁵ ANTT – PIDE/DGS, proc. 738 GT, NT 1429, fl. 204. Margarida Garrido também é mencionada mas afirma que se encontrava em Bruxelas, e não em Paris. Depoimento, 23/02/2009.

¹³⁶ Francisco Martins Rodrigues (2009), *História de uma vida*. Lisboa: Dinossauro / Abrente, p. 77.

¹³⁷ ANTT – PIDE/DGS, proc. 738 GT, NT 1429, fl. 204-205; ANTT – PIDE/DGS, proc. 6179 CI(2), NT 7426, fl. 10-20.

¹³⁸ Jacques Grippa foi dirigente do Partido Comunista Belga, ao qual aderira em 1932, tendo ascendido à cúpula do partido durante a 2.ª Guerra Mundial. No decorrer do conflito, foi preso e deportado para Buchenwald. Deixou oficialmente o partido em Abril de 1963, no seguimento da defesa sistemática das posições chinesas. Vários dirigentes de Bruxelas acompanharam-no na ruptura, fundando em Dezembro de 1963 o Partido Comunista da Bélgica. Grippa supervisionou e auxiliou a constituição de várias estruturas pró-chinesas, até Pequim lhe retirar a confiança em 1967. Segundo Grippa, a ruptura deveu-se ao facto de discordar da revolução cultural, mas o seu pedido de reingresso no PC Belga em 1979, com uma carta de recomendação da embaixada russa, leva Bourseiller a sustentar a hipótese de ter sido um «submarino» da URSS no nascente movimento m-l. Christophe Bourseiller (2008), *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon, pp. 68-75.

capital argelina em 1964¹³⁹. Aí estavam também o médico Marcelo Fernandes e Manuel Vaz, que havia desertado da Guiné. Por outro lado, é necessário ter em conta que ainda antes da FAP apareceu em Argel o Grupo Revolucionário Português de Libertação, dinamizado por Carlos Lança e Patrícia McGowan Pinheiro. O grupo editou a partir de Maio de 1964 a revista *Revolução Portuguesa*, na qual colaborou o angolano Viriato da Cruz, fundador do MPLA, e que mantinha relação com as embaixadas cubana e chinesa em Argel.

Segundo Pacheco Pereira, o GRPL veio a aderir à FAP o que, se efectivamente aconteceu, foi por pouco tempo¹⁴⁰. Patrícia McGowan Pinheiro afirmou que mantiveram esse interesse e que conseguiram encontrar Francisco Martins Rodrigues por intermédio de informações trazidas por Viriato da Cruz numa passagem por Paris. Patrícia McGowan Pinheiro esteve alguns meses em Paris onde fez «muito pouco além de esperar por uns raros encontros com o pessoal da FAP», ocupando-se a «traduzir para inglês documentos escritos pelo “Campos”». Explicou que viriam a desistir dos contactos por terem considerado que Francisco Martins Rodrigues descurava alguns cuidados conspirativos, dando como exemplo o comportamento tido num encontro com Viriato da Cruz, realizado num restaurante em frente à livraria Maspero¹⁴¹.

Entretanto, em Abril de 1964, foi criado o CMLP, embrião de um futuro partido comunista reconstruído¹⁴². Passou a editar-se o órgão *Revolução Popular*, no qual se publicam, entre Outubro de 1964 e Dezembro de 1965, alguns dos textos fundamentais para a definição ideológica do movimento m-l. No essencial, os tópicos centravam-se nas temáticas já avançadas em *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*: a necessidade de constituição de uma força popular armada, capaz de conduzir a insurreição; a defesa da hegemonia do proletariado na revolução, e a crítica à política de alianças de classe proposta pelo PCP¹⁴³. Nas

¹³⁹ Patrícia McGowan Pinheiro (1998), *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra-Regra, p. 257.

¹⁴⁰ José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 162.

¹⁴¹ Patrícia McGowan Pinheiro (2008), «O Viriato que eu conheci», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz, o homem e o mito*. Luanda: Caxinde / Lisboa: Presença. pp. 215-216.

¹⁴² Segundo João Paulo Martins e Rui Loureiro, a sua formalização deu-se somente a 3 de Janeiro de 1965. João Paulo Martins e Rui Loureiro (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974). I. Os marxistas-leninistas e os trotskistas», *História*, n.º 17, p. 10.

¹⁴³ «O abandono da aliança operário-camponesa», *Revolução Popular*, n.º 1, Outubro de 1964; «Luta de classes ou “unidade de todos os portugueses honrados”», *Revolução Popular*, n.º 3, Março de 1965; «A unidade em 1944-49 – Uma experiência actual», *Revolução Popular*, n.º 5, Julho de 1965.

páginas do jornal já é notório o alinhamento com o Partido do Trabalho da Albânia e com o Partido Comunista Chinês na dissensão que então atravessa o movimento comunista internacional¹⁴⁴. No Verão de 1964, Francisco Martins Rodrigues chega mesmo a visitar estes dois países.

1.3 A luta é no «interior»

Em finais de 1964 iniciaram-se tentativas para instalar uma direcção do CMLP no território nacional. Manuel Claro e João Pulido Valente entraram no país e este último contactou com elementos que conheceu no PCP, entre os quais Rogério de Carvalho. O modo como o PCP deu a conhecer a acção é bem significativo da hostilidade então existente entre os dois campos: sob o título «Cuidado com eles», anunciava-se no *Avante!* que «Manuel Claro e João Pulido Valente, dois renegados pertencentes ao grupelho provocatório de Francisco Martins Rodrigues, todos eles expulsos há tempos do Partido Comunista Português por actividades cisionistas e aventureiristas» entraram no país e espalhavam «calúnias contra a linha do Partido e contra a sua Direcção». As posições extremavam-se: na opinião do PCP, a actividade do CMLP constituía «uma autêntica provocação tendente a identificar-se com a acção do próprio inimigo»¹⁴⁵. Para o CMLP, a informação dada no *Avante!* colocava os seus dois militantes «deliberadamente em risco de serem presos e possivelmente assassinados» por prosseguirem «a via revolucionária que os dirigentes do PCP se recusam a seguir»¹⁴⁶.

Esta primeira incursão de Pulido Valente foi pouco frutuosa, pelo que regressou a Paris. Na opinião da PIDE, o motivo que esteve na base deste retorno foi o rebentamento prematuro de um explosivo junto ao Parque Mayer, o que levou a polícia a prender alguns elementos da organização¹⁴⁷. Em França permaneceu um comité composto por Fernando Barros («Lemos»/«Hugo»), Humberto Belo («Bruno»/«Raul»), Manuel Claro, Mário Silva («Américo»/«Camilo»), Custódio Coelho Lourenço («Alfredo»), José Capilé («Júlio») e Jacinto Rodrigues («Antero»/«Joaquim»). O secretariado, constituído por Francisco Martins

¹⁴⁴ Cf. «O Reforçamento do Movimento Comunista Internacional» e «Como surgiu a “passagem pacífica ao socialismo”» (n.º 1); «Classes Antagónicas e Luta de Classes na União Soviética» (n.º 2); «O revisionismo põe em perigo as conquistas revolucionárias dos povos e a paz mundial» e «Mao Tsé-Tung: levar a revolução até ao fim» (n.º 3); «O movimento marxista-leninista no mundo» e «O revisionismo desmascara-se diariamente» (n.º 4); «O movimento marxista-leninista no mundo» (n.º 5); «“Revolução Popular” na imprensa marxista-leninista» e «Para um estilo bolchevique» (n.º 6).

¹⁴⁵ «Cuidado com eles», *Avante!*, n.º 349, Dezembro de 1964.

¹⁴⁶ «Comunicado», Comité Marxista-Leninista Português, 28/01/1965.

¹⁴⁷ ANTT – PIDE/DGS, PC 2645/65, NT 5795-5796, volume 3, fl. 202.

Rodrigues, João Pulido Valente e Rui d’Espiney, preparava então a sua entrada no país.

Em Março de 1965, João Pulido Valente entrou clandestinamente no país, vindo os dois restantes elementos a transpor a fronteira em Junho do mesmo ano. Para além de um pequeno apoio dos chineses para imprimir jornais, a nova estrutura dispunha de escassíssimos meios logísticos e financeiros, facto agravado pela necessidade de defender três casas clandestinas em Lisboa¹⁴⁸. João Pulido Valente terá feito uma série de contactos junto de opositores ao regime. Um dos primeiros elementos a ser contactado foi Sebastião Martins dos Santos – Sebastião «Capilé», irmão do comunista Cândido Capilé, assassinado pela PIDE em 1961 – incumbido de estruturar um comité regional na margem sul do Tejo. Recebeu, nesse sentido, indicações de pessoas a contactar no Barreiro e em Setúbal. De modo a facilitar a penetração das ideias do colectivo, elaborou-se um jornal, intitulado *Unidade Popular*. A distribuição das áreas de responsabilidade ficou assim definida: Francisco Martins Rodrigues teria a seu cargo a coordenação de toda a actividade da organização, a imprensa e os operários da margem sul, coadjuvando aqui Sebastião Capilé; João Pulido Valente responderia pelos operários da zona industrial de Lisboa; e Rui d’Espiney ficaria encarregado dos estudantes, tendo elaborado o jornal *Estudante Revolucionário*, copiografado no escritório de Alain Oulman, compositor de Amália Rodrigues e ligado ao grupo através de Pulido Valente¹⁴⁹.

Era Alain Oulman – que curiosamente usava o pseudónimo de «Rodrigues» – quem normalmente recebia as importâncias monetárias vindas do estrangeiro, e que as entregava a Martins Rodrigues consoante as necessidades. A PIDE apurou ainda uma série de outros nomes ligados à estrutura: Ana Rita Gandra Gonçalves («Patrício/a»), Regina Quintanilha («Meireles»), Armando Ferreira («Alberto»), Fernando Gil («Fortes»), Manuel João Mocho («Falcão»), Acácio Barata Lima («Arnaldo»), Fernando Cipriano («Cabral»), José Carlos Andrade e Maria Helena Andrade («casal Portugal»), Vasco Lacerda («Águas») e Jorge da Conceição Ribeiro Pinto («Pires»). No norte do país, Francisco Martins Rodrigues entrara em contacto com um engenheiro dos estaleiros navais de Viana do Castelo, de pseudónimo

¹⁴⁸ Em Janeiro de 1965, os albaneses terão disponibilizado 2.000 dólares para o CMLP. Em 1967 viriam a conceder 5.000 dólares. Cf. José Pacheco Pereira (2008), «*O Um Dividiu-se em Dois*». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 64.

¹⁴⁹ Alain Oulman tivera um papel fundamental na «intelectualização» do repertório da fadista, introduzindo nas suas letras poemas de Luís de Camões, David Mourão Ferreira, Alexandre O’Neill ou Manuel Alegre. O seu filho Nicholas Oulman realizou, em 2009, um documentário sobre a figura do pai, intitulado *Com que Voz*.

«Gonçalves», e que lhe fora apresentado por Acácio Barata Lima. Este tinha ainda ligação a João Quintela («Gama»), então a cumprir serviço militar¹⁵⁰.

Mas era ao nível estudantil que a FAP ia conseguindo maior penetração. Do organismo da juventude faziam parte Rui d’Espiney, Manuel Quirós («Monteiro») e Vítor Catanho da Silva («Paulo»). Cada um deles tinha a seu cargo outros elementos. Assim, Manuel Quirós controlava Bento Leonardo («Lino»), João Evaristo de Jesus Martins («Ventura»), José Aurélio de Martins Abreu («Grilo»/«Ivo»), «Marques» e «Novas». Por sua vez, Vítor Catanho aliciara José Luís Machado Feronha («Pedro»), António Matos (ou António Mota, com o pseudónimo de «Vítor») e António Janeiro («Ernesto»), e este último controlava Heduíno Gomes («Eduardo»). Rui d’Espiney («André»/«Zé»), por fim, controlava Hélder Costa («Estanislau»), José Augusto da Silva («João»), Jorge Pires («Pires») e António Lopes Martins («Almeida»). Este último aliciara ainda para a FAP José Tito Mendonça e Fernando Vicente, que vieram a fazer parte do núcleo pertencente ao sector universitário de Lisboa¹⁵¹.

A PIDE estabelece que estas ligações correspondiam a diferentes Grupos de Acção Popular (GAPs), organização criada pela FAP para levar a cabo formas de luta violenta. Fizeram-se alguns treinos com *cocktails molotov* em Azenhas do Mar e perto de Montachique e a estrutura actuou contra instalações da polícia: a 30 de Novembro de 1965, em protesto contra a «farsa eleitoral», lançam *cocktails molotov* à esquadra do Matadouro, em Lisboa, e à Escola da PIDE. Registe-se que as eleições para a Assembleia Nacional que o regime então organiza são recebidas com hostilidade por parte das oposições – o assassinato recente de Humberto Delgado e uma forte repressão sobre a juventude académica ocorrem nesse mesmo ano – tendo as listas oposicionistas desistido à boca das urnas. A FAP não deixa de se mostrar durante o período eleitoral, fazendo os referidos ataques, distribuindo material de propaganda – como tarjetas com os dizeres «Contra o Fascismo – Votos Não – Armas Sim» – e escrevendo nas paredes de Lisboa frases como «Morra Salazar», «Armas para o povo», «Revolução Popular» e «FAP»¹⁵².

O objectivo político central da FAP consistia em caminhar «das pequenas acções de combate à grande insurreição nacional, dos pequenos núcleos armados ao grande exército popular revolucionário». Todavia, a organização não conseguiu estender a sua influência para além de um pequeno núcleo de militantes e simpatizantes. Além do mais, a sua base militante apresentava claros problemas de conexão orgânica.

¹⁵⁰ ANTT – PIDE/DGS, proc. 374 GT, NT 1601; ANTT – PIDE/DGS, proc. 738 GT, NT 1429.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² «Lições da Farsa Eleitoral», *Acção Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

Isso é evidente no apelo contido no mesmo número do jornal: «em todo o lado onde estão os militantes da FAP devem começar a organizar-se comités para se porem em ligação com os órgãos dirigentes e acabarem com a confusão actual que não permite uma acção eficaz e que acarreta grandes perigos»¹⁵³.

A partir do n.º 5, o jornal *Revolução Popular* passou a ser feito e impresso no país, num prelo que viera desmontado de França. Nele trabalhou Martins Rodrigues e, mais tarde, Rui d’Espiney e Rita Gonçalves, numa casa situada na Travessa do Ferreiro. Houve números anteriores que já haviam sido redigidos no interior mas foram impressos em Paris. Rita Gonçalves dedicou-se também a tarefas de tradução de artigos e a efectuar contactos que não convinham ser feitos por Rui d’Espiney ou Martins Rodrigues¹⁵⁴.

Entretanto, a 21 de Outubro de 1965, João Pulido Valente foi preso, juntamente com João Evaristo de Jesus Martins. Pouco antes, o secretariado decidira propor a cooptação para a direcção de Sebastião Capilé e Custódio Lourenço. Instalado em França, Custódio Lourenço chegou a abandonar o emprego numa oficina de construção de peças hidráulicas e encontrava-se a ultimar os preparativos para a sua entrada no país quando se dá uma vaga de prisões que obriga a abortar o plano.

1.4 O «crime de Belas»

Depois da detenção de Pulido Valente, seguiu-se a de uma dezena de outros militantes¹⁵⁵. As prisões foram despoletadas por Mário Mateus, que se havia infiltrado na FAP/CMLP e era informador da PIDE desde Agosto desse ano. Segundo a nota publicada em Dezembro de 1965 no *Acção Popular*, Mário Mateus era sapateiro em Sines e membro há vários anos do PCP, onde usava o pseudónimo

¹⁵³ «Contra a linha do levantamento nacional», *Acção Popular*, n.º 3, Janeiro de 1965.

¹⁵⁴ ANTT – PIDE/DGS, PC 1032/66, NT 5837, fl. 24.

¹⁵⁵ João Evaristo de Jesus Martins (21 de Outubro), Sebastião Martins dos Santos «Capilé» (21 de Outubro), Bento Pereira Leonardo (26 de Outubro), Manuel Quirós (19 de Dezembro), Vítor Catanho da Silva (22 de Dezembro), José Luís Machado Feronha (26 de Dezembro), Fernando da Silva Veríssimo (27 de Dezembro), Sebastião Santos Silva, Joaquim Raimundo Neto, José Francisco Martins dos Santos, Saul Rodrigues Nunes, António Lopes Martins (entre 18 de Novembro e 30 de Dezembro). A 18 de Novembro de 1966, João Evaristo de Jesus Martins e Bento Pereira Leonardo foram condenados a dois anos e seis meses de prisão; Manuel Quirós, Vítor Catanho da Silva e José Luís Machado Feronha a quatro anos de prisão. Todos foram condenados a seis meses de medidas de segurança e quinze anos de suspensão dos direitos políticos. Fernando da Silva Veríssimo foi condenado a 18 meses de prisão correcional, sendo-lhe a pena suspensa por quatro anos e condenado a cinco anos de suspensão de direitos políticos. Sebastião Martins dos Santos foi condenado a três anos e oito meses de prisão. ANTT – PIDE/DGS, PC 2499/65, NT 5780, fl. 370-405 e 522-524.

de «Evaristo». Com o pseudónimo de «Gago» ingressou na FAP, «desenvolvendo certa actividade para ganhar a confiança do seu controleiro». Em meados de Outubro informou José Ferreira Cleto, o agente da PIDE com quem mantinha contacto, da hora e local do encontro agendado com Pulido Valente, tendo recebido 2.500\$00 após a sua captura¹⁵⁶. Concretamente, Mateus conhecera João Pulido Valente ainda enquanto militante do PCP, tendo o médico tratado de um filho seu que estava doente. Referenciado na PIDE em 1963, Mateus terá acedido em fornecer informações à polícia em troca da sua liberdade¹⁵⁷.

O comportamento de Mateus levantou suspeitas desde cedo. Martins Rodrigues relembra que desconfiou de Mateus ainda antes da prisão de Pulido Valente, tendo inspeccionado ao longe um encontro entre ambos. As suspeitas foram mais tarde avolumadas por Pulido Valente que a partir da Penitenciária, para onde tinha ido em virtude de sob ele pender o antigo processo por «desonrar uma menina», comunicou aos restantes elementos da FAP o acesso da polícia a informações que apenas Mateus dispunha¹⁵⁸.

Após dois encontros com o suspeito para desfazer dúvidas, Rui d’Espiney e Francisco Martins Rodrigues avistaram-se com o delator, a 26 de Novembro de 1965, na Rua Cidade de Manchester, em Lisboa. À hora acertada, d’Espiney telefonou a Vítor Catanho, que morava nessa rua e estava encarregado de vigiar o encontro, e este certificou a presença de Mateus. Ambos entram num Austin Mini conduzido por João Natividade de Figueiredo e onde também está Martins Rodrigues e dirigiram-se para a mata de Belas, onde se realizou o «julgamento revolucionário»¹⁵⁹. Mateus «de princípio negou a sua culpabilidade», mas terá feito

¹⁵⁶ «Um aviso aos provocadores», *Acção Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965. Mário Mateus fora inicialmente controlado pelo subinspector Baptista da Silva e posteriormente pelo subinspector José Gonçalves. Cedia a militantes da FAP uma casa na Avenida da República, onde Pulido Valente foi preso. Cf. Fernando Rosas (coord), Irene Flunser Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Maria Inácia Rezola (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Políticos durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, p. 198. Aqui se refere essa informação como proveniente do processo de José Gonçalves, movido após o 25 de Abril, e num depoimento, constante do mesmo processo, realizado a 10 de Junho de 1974 pelo ex-chefe de brigada Manuel Lavado. No decurso da presente investigação, não foi possível consultar essa documentação, depositada no Arquivo Histórico-Militar.

¹⁵⁷ Francisco Martins Rodrigues (2008), «O crime de Belas», António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 21, p. 78.

¹⁵⁸ Francisco Martins Rodrigues (2009), *História de uma vida*. Lisboa: Dinossauro / Abrente, p. 87.

¹⁵⁹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 738 GT, NT 1429, fl. 196-198; Pedro Dordio (2006), «O homem que se traiu a si mesmo», *Atlântico*, n.º 10, Janeiro de 2006.

posteriormente, e em face das «provas reunidas», uma «ampla confissão dos seus crimes», o que levou à sua execução¹⁶⁰.

Na versão de Martins Rodrigues a conversa foi «penosa», e Mateus foi negando as «contradições do seu relato». Havia sido decidido que, ao contrário do que era norma no PCP quando ocorriam prisões inexplicadas, a FAP seria implacável com informadores da PIDE infiltrados na organização. No entanto, haviam também acordado que, na ausência de uma convicção segura, não agiriam sob Mateus. Rui d’Espiney e Martins Rodrigues fizeram uma pausa para decidir e, segundo este último, quando voltaram ao interior do veículo, «Mateus, cansado, confessou espontaneamente: assediado pela PIDE, que queria “serviço”, informara-os do encontro com Pulido e fora ao local com uma brigada»¹⁶¹.



Da esquerda para a direita: Rui Manuel Pires de Carvalho d'Espiney, Francisco Martins Rodrigues João Natividade de Figueiredo, Saul Fernandes Rodrigues Nunes e João Carneiro de Moura Pulido Valente

ERA MILITANTE COMUNISTA o homem encontrado morto em Belas e executado por membros da «F. A. P.»

Notícia no jornal *A Voz* (24/02/1966)

Numa notícia tardia, publicada em Fevereiro de 1966 no jornal *A Voz*, a PIDE dava conta da morte mas não informava da relação que mantinha com Mário Mateus. As notícias surgidas na imprensa referem-no como «militante comunista» e

¹⁶⁰ «Um aviso aos provocadores», *Acção Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

¹⁶¹ Francisco Martins Rodrigues (2008), «O crime de Belas», António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 21, p. 80-81. Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

trataram o caso como sendo um ajuste de contas entre facções em dissídio¹⁶². Em Janeiro de 1966, Martins Rodrigues fora preso juntamente com Acácio Barata Lima. Quanto a Rui d’Espiney, seria detido em Fevereiro, juntamente com Rita Gonçalves. Nos dias seguintes ainda são presos Alain Oulman, Jean Bernard Sanvoisin, João Natividade e José Carvalho Vilar. Martins Rodrigues foi sujeito a violentos espancamentos e à tortura do sono durante duas sessões de sete dias cada. O agente Inácio Afonso chegou mesmo a simular um fuzilamento, encostando-lhe a pistola à cabeça. A brutalidade das torturas foi de tal ordem que Rita Gonçalves apenas reconheceu Rui d’Espiney pelas mãos, durante um encontro proporcionado pela polícia¹⁶³.

[O pide] começou logo a tratar-me por «Patrícia», eu disse-lhe que me chamava Rita, não me chamava «Patrícia». Saberem o meu pseudónimo era a prova que alguém falara de mim, o que não era de estranhar dado que já havia gente presa que o podia saber, não me preocupei. Na altura, eu não tinha a certeza de que o meu então marido fora preso. Perguntaram-me por ele e eu disse que ele estava em Paris, qualquer coisa assim. Então o pide traz o isqueiro do Rui na mão, mostrando-mo ostensivamente. A partir desse momento, penso: pronto, acabou a conversa mole. E digo: «não tenho mais nada a dizer». «Mas porquê, porquê? Porque é a orientação do partido?» E eu respondi: «Porque sim. Porque não me apetece». E acabou ali aquele diálogo idiota. Eu já conhecia as histórias das torturas pelo que nem perguntei se estava em tortura do sono. Era tão óbvio... E estive assim duas noites (...). Estava sentada, ou levantava-me e andava quando tinha mais sono. Depois, mandaram-me para Caxias, sem voltarem a interrogar-me. (...) Uns tempos depois, voltam a trazer-me para a António Maria Cardoso. Regresso à tortura do sono, mas a meio da terceira noite trazem uma cama e mandam-me dormir. Estranhei, mas dormi logo. No dia seguinte, os pides metem-me numa sala com uma data de homens. Reparo que um deles olha muito para mim, mas eu não o reconheci. Como não queria encará-los, começo a olhar para baixo e reconheço-lhe então as mãos. Era o Rui, que estava desfigurado.¹⁶⁴

¹⁶² «Era militante comunista o homem encontrado morto em Belas e executado por membros da “FAP”, organização subversiva dissidente do “Partido Comunista”», *A Voz*, 24/02/1966. ANTT – PIDE/DGS, PC 2645/65, NT 5795-5796, volume 3, fl. 285.

¹⁶³ Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/ 2008; Rita Gonçalves. Entrevista, 17/01/2008.

¹⁶⁴ Rita Gonçalves. Entrevista, 17/01/2008.

A captura da direcção no interior provocou algum desânimo e inacção num grupo já de si débil. A leitura da sentença foi efectuada a 25 de Novembro de 1967, tendo sido absolvidos de cumplicidade José Manuel Pires de Carvalho Vilar e João Natividade de Figueiredo. Martins Rodrigues e Rui d’Espiney foram condenados, respectivamente, a quinze anos e a catorze anos e nove meses de prisão. Em 1970, em novo julgamento, desta feita por pertencerem à FAP/CMLP, foram condenados, em cúmulo jurídico, a penas de vinte e dezanove anos de prisão e medidas de segurança. João Pulido Valente foi condenado a quinze anos de cadeia. Os três viriam a ser libertados de Peniche a 27 de Abril de 1974.

Apesar de ter sido praticamente desmantelada pela PIDE, a FAP/CMLP elaborou um importante património que viria a servir de substrato ideológico aos grupos «marxistas-leninistas» que se lhe seguiram. Mesmo quando não eram referidas explicitamente, as teses de Francisco Martins Rodrigues auxiliaram decisivamente a construção de um campo teórico diferenciado do PCP. Assim, alguns dos líderes dos futuros grupos m-l foram herdeiros directos da experiência da FAP/CMLP, aonde chegaram por vezes a militar, mesmo que a observação crítica deste passo inaugural tenha sido uma constante.

CAPÍTULO 2

Refundar o Partido: da FAP e do CMLP ao PCP (m-l)

Quando Álvaro Cunhal apresentou ao Comité Central do PCP, em Abril de 1964, o relatório «Rumo à Vitória», já não era apenas contra o «desvio de direita» que se canalizavam as críticas. O documento, que precisava as tarefas do partido na «revolução democrática e nacional» e a necessária política de unidade antifascista, atacava igualmente o campo à sua esquerda. Cunhal contestava aqueles que observavam que as massas populares estavam «prontas e preparadas para a luta armada», não deixando de sublinhar a confusão que aparentavam fazer entre insurreição e *putsch* ou acções terroristas, por um lado, e entre massas e vanguarda, por outro¹⁶⁵. Nessa altura, como nota João Madeira, os sectores críticos e radicalizados no interior do partido não se esgotavam no grupo de Martins Rodrigues, sendo visíveis, por exemplo, na preparação do 1.º de Maio de 1964, onde, na Margem Sul do Tejo e no Alentejo Litoral se planeiam acções violentas, incluindo sabotagens e acções armadas, e no sector estudantil de Lisboa, onde a direcção de Cunhal detectara um expressivo desvio esquerdista¹⁶⁶.

Neste último terreno, as críticas às posições oficiais do partido e uma certa simpatia pelas teses de Martins Rodrigues vinham-se avolumando. A clivagem passava frequentemente pelo interior do próprio PCP, entre uma ala mais moderada e uma ala mais radical. Esta última ia sentindo alguma simpatia pelas teses maoístas, posicionamento que provocava um desconforto óbvio junto do núcleo dirigente do partido. Num livro recente, José Morais, à época estudante de Direito e

¹⁶⁵ Álvaro Cunhal [1974 (1964)], *Rumo à vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*. Porto: Edições A Opinião, p. 172.

¹⁶⁶ João Madeira (2005), «Álvaro Cunhal e a via do levantamento nacional», *História*, n.º 79, III série, pp. 18-25.

responsável pela organização da Cidade Universitária, recorda-se de ter redigido um relatório intitulado «A juventude contra a vossa orientação», no qual compreendia a expulsão de Martins Rodrigues mas afirmava-se sintonizado com as suas teses¹⁶⁷. Fernando Rosas, por seu turno, evoca uma reunião do sector universitário na qual, após a leitura dos documentos de Martins Rodrigues, se achou que «ele é que tinha razão». Isso levou a que as cúpulas do partido enviassem «um funcionário a correr a toda a velocidade para a direcção universitária para explicar que aquilo era um desvio perigosíssimo»¹⁶⁸.

Deste modo, os primeiros tempos do maoísmo português foram caracterizados pela existência de uma fronteira porosa com o PCP. João Bernardo lembra as coligações pontuais efectuadas na Universidade de Lisboa entre a ala mais à esquerda do PCP e os «marxistas-leninistas», de forma a contrariar a ala direita do partido¹⁶⁹. Note-se, pois, que uma parte muito significativa da primeira leva de militantes m-l passou pelo PCP. É o caso dos principais dirigentes da FAP e do CMLP, mas também da geração estudantil que imediatamente lhes sucede¹⁷⁰. Amadeu Lopes Sabino, por exemplo, seria eleito presidente da associação de estudantes da Faculdade de Direito da capital, em 1966/67, ainda como militante do PCP, mas já em desacerto com o partido do qual viria a ser expulso no ano seguinte¹⁷¹. João Bernardo, que viria a aproximar-se do CMLP e a constituir em 1970 os CCR (m-l), foi militante do PCP entre 1964 e 1966. Sinal da perda de hegemonia do PCP nas estruturas estudantis, em 1967, o Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda, órgão federativo que coordenava as secções de propaganda e imprensa das várias associações de estudantes de Lisboa, contava com quatro membros (João Bernardo, João Crisóstomo, Alexandre Alinho de Oliveira e Manuel Castilho), sendo possível decifrar já uma tendencial simpatia m-l¹⁷².

¹⁶⁷ Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho*. Lisboa: Editorial Bizâncio, pp. 52-68.

¹⁶⁸ Diana Andringa, *Geração de 60*. Série de 6 programas emitidos na RTP2 entre 3/8/1992 e 7/9/1992. 3.º Programa, 12,12 – 12,42 mn.

¹⁶⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

¹⁷⁰ Para além dos principais dirigentes do CMLP (Francisco Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e João Pulido Valente, mas também Manuel Claro, Humberto Belo, Jacinto Rodrigues ou João Quintela), todos eles ex-militantes do PCP, poder-se-ia ainda apontar os nomes de Fernando Rosas, Amadeu Lopes Sabino, João Bernardo, José Luís Saldanha Sanches, Nuno Rebocho, Heduíno Gomes ou José Mário Branco.

¹⁷¹ Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho*. Lisboa: Editorial Bizâncio, pp. 295-297.

¹⁷² João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

Se por um lado a embrionária FAP/CMLP havia sofrido um rude golpe em 1965/66, o PCP suportara pouco antes um desaire semelhante. A denúncia sistemática de Nuno Álvares Pereira, funcionário do partido para o sector estudantil de Lisboa, levou a uma grande vaga de prisões que tem o seu ponto alto em Janeiro de 1965¹⁷³. Atingindo profundamente a estrutura estudantil do PCP, esta vaga repressiva não deixou, todavia, de se reflectir na FAP, já que Álvares Pereira também terá fornecido informações relativas a militantes que estariam em discordância com a linha oficial e se aproximavam das teses da dissidência maoísta¹⁷⁴.

A verdade, porém, é que entre 1965 e 1966 a animosidade entre a direcção do PCP e os dissidentes crescera enormemente. José Mário Branco recorda que foi intimado, em Paris, a deixar de se encontrar com pessoas da FAP e do CMLP, de quem era amigo¹⁷⁵. João Bernardo lembra que trouxe da cadeia uma mensagem proveniente de um preso da FAP, relativa a questões de segurança, e que foi por isso censurado pelo controlador do partido, sendo deixado sem contactos¹⁷⁶. A tensão também se espelhava mesmo em lugares periféricos, como Bruxelas:

No final de 65 e em 66 chegaram muitos refugiados portugueses a Bruxelas em consequência das prisões no sector estudantil, processos e expulsões da universidade, etc. E, claro, com problemas de serem chamados para a tropa ou mobilizados para África. Foi também um período bastante conturbado e cheio de incidentes com as pessoas do PCP pois o *Avante!* publicara uma denúncia de que o Pulido Valente estava em Portugal clandestino e vivíamos num ambiente de cortar à faca dentro da comunidade portuguesa que se movia num espaço reduzido, o *quartier* da universidade.¹⁷⁷

¹⁷³ Nuno Álvares Pereira («Moreira») era o controlador do partido para toda a organização estudantil e foi preso a 6 de Dezembro de 1964. Denunciou com um grau de precisão assinalável toda a estrutura estudantil do PCP e organismos conexos, levando à prisão e perseguição de largas dezenas de estudantes. Só no dia 21 de Janeiro de 1965, a PIDE deteve 31 estudantes, todos militantes ou simpatizantes do PCP.

¹⁷⁴ João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 317.

¹⁷⁵ José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

¹⁷⁶ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

¹⁷⁷ Margarida Garrido. Depoimento, 23/02/2009. Margarida Garrido considera que o grupo da Bélgica era «muito pequeno e com pessoas não muito motivadas». Em Agosto de 1966 é dada a notícia da dissolução do sector de Bruxelas da FAP «por indefinição e inconsistência orgânica, por

2.1 Uma área política estilhada

Como consequência da vaga repressiva, o esforço organizativo da FAP/CMLP no interior perdera-se substancialmente. Entre 1966 e 1967 sobrevivem apenas algumas pontas soltas e colectivos exíguos. Um deles é o Comité Comunista Viva o Leninismo (num primeiro momento, Comité Revolucionário Viva o Leninismo), que publica seis textos entre Maio de 1966 e Maio de 1967. Deste colectivo faziam parte João Marques de Almeida e Sérgio d’Espiney, que redigiram o jornal *Avante Revolução*. Denunciados pelo informador António Viseu, que se havia juntado ao grupo, foram condenados, respectivamente, a dois anos e dois anos e quatro meses de prisão¹⁷⁸.

Outro grupo foi o Comité de Propaganda Revolucionária (CPR), formado por João Bernardo e Alexandre Alinho de Oliveira, e do qual também fez parte Alexandre Gaspar. Os meios logísticos do colectivo eram escassos. Dispunham de um copiógrafo, colocado em casa de Alexandre Gaspar, na linha de Sintra, onde se imprimiram os textos do colectivo. O CPR editou dois textos: uma tradução de um texto de Lenine de crítica ao eleitoralismo dos mencheviques e «118 burgueses escrevem ao seu presidente», uma análise a uma carta que 118 opositoristas escreveram a Américo Tomás¹⁷⁹. A PIDE, por seu turno, aponta com bastante segurança o nome de Hélder Costa como dinamizador do CPR, quando na verdade desempenhava um papel de intermediação entre a estrutura e a despedaçada FAP¹⁸⁰. Hélder Costa coordenava, isso sim, um sector de fugas e falsificações ao qual também pertenciam Fernando Brederode Rodrigues dos Santos e José Manuel Picão

recusar a direcção e o controlo feito pelo Secretariado do CMLP.» *Revolução Popular 7 e outros documentos do período de 1966/67 do movimento marxista-leninista* (1975), s.l.: Edições O Comunista, p. 57.

¹⁷⁸ No mesmo processo foram condenados Joaquim Monteiro Matias (dois anos e oito meses), Carlos Camacho (vinte e dois meses), Sílvia Andrade (cinco meses e multa a 10 escudos por dia) e Octávio Curado Correia Ribeiro (dois anos de prisão). A estes três últimos foi-lhes suspensa a pena por quatro anos. ANTT – PIDE/DGS, PC 1397/67 NT 5933, volume 2, fl. 403.

¹⁷⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

¹⁸⁰ ANTT – PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933, volume 2, fl. 215; ANTT – PIDE/DGS, proc. 2964 GT, NT 1605. Diz Hélder Costa: «Eu comecei a fazer isso [ajudar a desertar] em Coimbra, com dois amigos. Depois em Lisboa. Havia uma malta que era mais a teorização mesmo, uma malta muito gira – um deles morreu prematuramente, o Alexandre [Alinho de] Oliveira – eu era mais activista. Não gostava de perder tempo, eu era mais vamos é andar para a frente, fazer coisas, senão esta merda nunca mais acaba.» Entrevista, 05/10/2007. Ainda existem referências a um Comité Avante Trabalhadores, que editou um único texto, na primeira metade de 1967, dirigido aos estivadores, sendo desmantelado em seguida pela polícia e a um Comité O proletariado Vencerá!. «À Esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos. 3ª parte: as cisões (de 1966 a 1969-70)», *Viva o Comunismo!*, n.º 5, Maio de 1972. Conhece-se um comunicado de apoio aos operários grevistas da Lisnave, assinado com o mesmo nome, mas datado de 13/11/1969.

de Abreu. O grupo providenciava documentos falsos e fazia os contactos necessários à passagem clandestina da fronteira, sobretudo a desertores ou a activistas acoitados pela PIDE. Uma das formas de «pagar» a dívida consistia em entregar a arma com que se desertava. A PIDE chegou a conhecer a existência de desertores dispostos a pagar 5.000\$00 por não terem a possibilidade de contribuir com a arma¹⁸¹.

Todos estes grupos mantinham uma relação bastante ténue com a estrutura organizativa do CMLP. Como afirma Bernardo, «não havia hierarquias nem instâncias de decisão comuns, apenas a noção de que pertencíamos a algo que era encabeçado nominalmente pelo CMLP em Paris»¹⁸². A fraca ligação orgânica entre «exterior» e «interior» é ainda perceptível na carta enviada pelo CPR ao CMLP, em Abril de 1967, onde se lamentava a falta de informação sobre os posicionamentos da direcção e se afirmava que «de modo nenhum o Comité Central marxista-leninista pode ser criado e estruturado em afastamento da opinião dos comités marxistas-leninistas do interior»¹⁸³.

Em Maio/Junho de 1967, o CPR enviou uma carta ao Comité Comunista Viva o Leninismo e ao Comité Avante Trabalhadores, onde reiterava o acordo com o desenvolvimento de um trabalho conjunto desde que os comités mantivessem a sua autonomia, em sintonia genérica com a linha do CMLP. No mês seguinte, a casa de Hélder Costa foi revistada tendo este fugido então para França, o que levou a que a reunião – dependente dos seus contactos – já não se realizasse¹⁸⁴.

Durante este período, o advogado Joaquim Monteiro Matias teve um papel essencial na ligação entre os colectivos. Nos encontros com Sérgio d’Espiney recebia propaganda elaborada pelo Comité Viva o Leninismo, ficando com uma parte para distribuir por alguns contactos e entregando o restante a Hélder Costa, com quem fazia o mesmo relativamente ao material que este lhe entregava do Comité de Propaganda Revolucionária. Era Monteiro Matias quem neste período redigia documentação em nome do CMLP, que entregava a Sérgio d’Espiney para este proceder à duplicação. Monteiro Matias promoveu igualmente a ligação entre os referidos comités do interior (Comité Comunista Viva o Leninismo e Comité de Propaganda Revolucionária) e entre estes e a estrutura no exterior. Chegou também a encontrar-se no Porto, em Abril de 1967, com Octávio Manuel Curado Correia

¹⁸¹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 2964 GT, NT 1605.

¹⁸² João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

¹⁸³ «À Esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos. 3ª parte: as cisões (de 1966 a 1969-70)», *Viva o Comunismo!*, n.º 5, Maio de 1972.

¹⁸⁴ ANTT – PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933, fl. 216-217.

Ribeiro, que incumbiu de entregar propaganda em Coimbra – nomeadamente algumas dezenas de panfletos intitulados «Viva o 1.º de Maio» que deviam ser espalhados pela cidade. Por solicitação de Fernanda Granado, Octávio Correia Ribeiro ajudou à fuga do país de João Quintela, que desertara do exército e se estabelecera em França em 1966. De Paris recebia deste brochuras pró-chinesas e publicações da FAP, que distribuía a algumas pessoas no meio académico coimbrão. Capturado pela PIDE, Octávio Correia Ribeiro viria a ser condenado a dois anos de pena suspensa¹⁸⁵.

Segundo a PIDE, Monteiro Matias procurou ainda promover uma nunca tentada fuga de João Pulido Valente da cadeia de Caxias, com recurso a um fio de nylon que teria a propriedade de cortar as grades da cela. O plano gizado incluía ainda a cobertura de um grupo armado, possivelmente comandado por Manuel Claro, que viria de Paris para o efeito. As armas e os explosivos a empregar estariam na posse de Hélder Costa ou de outro elemento a si ligado. O advogado Monteiro Matias foi preso em Julho de 1967, sendo sujeito a pesadas torturas e condenado a dois anos e oito meses de prisão¹⁸⁶.

2.2 O «movimento Marxista-Leninista Português»

Durante estes anos chegou ainda a aparecer um efémero «movimento Marxista-Leninista Português», assim apresentado com minúscula inicial porque, esclarece Nuno Rebocho, um dos seus fundadores, «não tínhamos o movimento já como organização definida, nem pretendíamos que fosse – o nosso objectivo era recuperar e juntar o disperso e ligá-lo a Paris e à Bélgica». Nuno Rebocho tinha mantido uma ligação ténue com um núcleo do CMLP onde estava Fernando Madureira, e foi através de contactos cedidos por este que se deslocou ao Porto para dinamizar a estrutura, por volta de Março de 1967. Após o afastamento de Madureira do CMLP, perdeu a ligação com o colectivo. Do núcleo inicial no Porto fizeram parte Nuno Rebocho, Mário Pedroso da Mota, Fernando Morais e José Ribeiro Lamego. Para além de comunicados e panfletos sobre a guerra colonial e a «Tomada da

¹⁸⁵ ANTT – PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933, fl. 231-234.

¹⁸⁶ ANTT – PIDE/DGS PC 1397/67 NT 5933, volume 2. Já em 1968, mais sete elementos viriam a ser condenados por pertencer à FAP: Raul Lopes Cardoso, Jorge Manuel Galamba Marques, José Manuel Picão de Abreu, Fernando António Brederode Rodrigues dos Santos, António Maria de Sousa Almeida, Alexandre José Alinho Martins de Oliveira e Carlos Alberto Quintas Cardoso.

Bastilha»¹⁸⁷, em Coimbra, existiram também contactos e reuniões com grupos congéneres existentes no estado espanhol¹⁸⁸.

Num documento programático, o mMLP apresentava-se como um «movimento em organização que visava transformar-se num Partido», o que implicava, num primeiro momento, ter de partir de uma «descentralização total, quase anárquica (sua primeira fase), passar a uma descentralização centralizada (segunda fase – a actual) e uma centralização democrática (sua terceira fase).» Seria apenas neste período «que o movimento acontece como Partido». De maneira ecléctica, o mMLP considera-se «tributário e solidário» com a declaração do XX Congresso do PCUS; com a Proposição acerca da linha geral do Movimento Comunista Internacional do PC chinês; com as resoluções da I Conferência de Solidariedade Tricontinental de Havana e da Organização Latino-Americana de Solidariedade¹⁸⁹.

Para além do organismo do norte, estipulava-se como objectivo a criação de estruturas regionais no sul, no centro (com Bento Vintém) e no exterior, procurando abordar Heduíno Gomes e Jacinta Sarmento, elementos do CMLP recém escapados do país. Bento Vintém foi convidado a fazer parte do mMLP por Nuno Rebocho, no Verão de 1967, tendo posteriormente ficado incumbido de se deslocar a Paris, aonde esteve durante o mês de Outubro de 1967. Dirigiu-se a um grupo trotskista francês da corrente lambertista, com quem já tinha havido contactos informais em Portugal¹⁹⁰. Em Paris assistiu a duas reuniões daquela organização, uma sobre a

¹⁸⁷ A «Tomada da Bastilha» é ainda hoje celebrada pela Associação Académica de Coimbra e assinala a ocupação do Clube dos Lentes, a 25 de Novembro de 1920, por parte de estudantes que reivindicavam um espaço onde pudessem desenvolver condignamente as suas actividades. Durante os primeiros anos da década de 1960, a «Tomada da Bastilha» – tal como a «Queima das Fitas» ou o uso da capa e batina – foi apropriada e reconfigurada pela esquerda académica como parte de um associativismo que se queria simultaneamente reivindicativo e agregador.

¹⁸⁸ Nuno Rebocho. Depoimento, 02 e 05/11/2007; Fernando Morais. Depoimento, 21/09/2008.

¹⁸⁹ m.MLP, «Alguns considerandos sobre Organização, Estratégia e Tática», s.d.

¹⁹⁰ O nome da corrente vem de Pierre Bousset («Lambert»), histórico dirigente da IV Internacional desde a década de 1940, e falecido em 2008. As origens da corrente – que viria a tomar o nome de OCI (Organização Comunista Internacionalista) a partir de 1965 – remontam à recusa em adoptar as teses de Michel Raptis («Pablo») que, em 1952, conduziu a IV Internacional à tática do «entrismo» nos partidos estalinistas, na perspectiva de uma terceira guerra mundial que se julgava iminente e que iria arrastar para a radicalização os diferentes PCs.

A relação desta corrente com portugueses começou em 1966, quando Jorge Custódio conheceu Jean Pierre Millon em Peniche e este lhe confessou pertencer à IV Internacional, informação que Jorge Custódio confiou a Mário Abreu. No ano seguinte, Millon informou que não se podia deslocar a Portugal, mas que em seu lugar iria Michel Delesque, com quem Custódio e Abreu passaram vinte dias em preparação política em S. Martinho do Porto. Num dos últimos fins-de-semana apareceram alguns colegas da zona de Santarém, de onde todos eram oriundos, entre os quais Bento Vintém, que informou que se deslocaria em breve a França e que estaria disposto a contactar o partido trotskista. ANTT – PIDE/DGS, proc. 5965 GT, NT 1610; ANTT – PIDE/DGS, PC 679/68, NT 6007.

revolução russa e outra sobre economia política, tendo ficado de elaborar um relatório sobre a situação económica do país. Pouco tempo depois de chegar a Portugal, Bento Vintém é preso em Santarém, já no processo de desmantelamento do mMLP¹⁹¹.

2.3 As conferências no «exterior»

No exterior, a FAP/CMLP estabeleceu como prioridade a edificação do partido, o que levou à dissolução da FAP – entendida como estrutura prematura – e a constantes processos de «luta ideológica», apostados em «desmascarar» todas as tendências guerrilheiristas que fossem aparecendo no seio do CMLP. Em consequência disso, sucederam-se as expulsões ou o abandono de militantes, que por vezes criaram novos colectivos. Logo no ano de 1966, confrontos internos acerca do rumo a tomar pelo CMLP resultariam numa cisão em vésperas da 1.^a Conferência, realizada já nos inícios de 1967. A PIDE chegou a apurar que em Fevereiro de 1966 existiu uma reunião em Paris qual estiveram presentes José Aurélio Martins de Abreu, Fernando Barros, José Capilé, Custódio Lourenço e José Carlos Andrade, realizada com o intuito de discutir o tema das prisões e a reestruturação do colectivo¹⁹².

Numa publicação dada à estampa já depois do 25 de Abril pela UCRP (m-l) [União Comunista para a Reconstituição do Partido (marxista-leninista)], traça-se um retrato justificatório do percurso efectuado pelo Comité do Exterior neste período preciso. Segundo o documento, a prisão dos elementos no interior levou a que, em Fevereiro de 1966, a direcção no exterior estudasse o envio de mais militantes para Portugal. Ao mesmo tempo que Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney são expulsos por terem «falado» na prisão, entram para o seu lugar José Carlos Andrade, em Março de 1966, e José Augusto Moura Pimenta, em Maio ou Junho de 1966¹⁹³. José Capilé – irmão de Cândido Capilé e de Sebastião Capilé – afirma sobre este período:

Uns queriam fazer uma reunião ampla para decidir quem era a direcção, e o Barros estava contra, dizia que se ia conhecer a malta toda sem necessidade nenhuma. O Barros dizia que quem devia tomar o poder

¹⁹¹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 5965 GT, NT 1610; ANTT – PIDE/DGS, proc.16047 CI(2), NT 7762.

¹⁹² ANTT – PIDE/DGS, proc. 6179 CI(2), NT 7426, fl.10-20.

¹⁹³ *Revolução Popular 7 e outros documentos do período de 1966/67 do movimento marxista-leninista*. (1975), s.l.: Edições O Comunista; ANTT – PIDE/DGS, proc.6305 GT, NT 1611.

era o Comité do Exterior, e os outros diziam que a direcção já não existia, tinha falado na Pide, etc. O Barros depois acabou por se afastar.¹⁹⁴

A consulta aos arquivos da PIDE/DGS também ratifica a ideia de que estes foram tempos de indefinição ideológica e lutas pelo poder no interior da organização. Em Abril de 1966, e após mencionar com preocupação a penetração dos «neo-fapistas» no meio estudantil português em Paris, um informador da PIDE refere discussões profundas entre Fernanda Coutinho e Fernando Barros. E no mês seguinte relata:

Continua a desorientação entre esta santa gente. Agora procuram criar uma célula em Bruxelas e outra em Londres, onde contam com um tal Segurado que, depois de ter passado por aqui, se fixou na capital britânica. As dificuldades económicas, por um lado (o ordenado da Fernanda não dá para tudo) e as ambições de mando, por outro, estão a minar seriamente a coesão e a acção do grupo. O líder era de facto o «Campos». Este e o Pulido eram os grandes motores da FAP.¹⁹⁵

O informador «Arcos» assinalava que os esforços de reorganização passavam pela tentativa de hegemonizar a Liga Portuguesa do Ensino Laico, associação criada sob os auspícios da francesa *Ligue de L'Enseignement* e cuja direcção havia sido recentemente substituída. Apontava-se a influência dos «neo-fapistas» na juventude e nos desertores, concluindo-se com uma nota analítica: «Uma coisa, porém, lhes falta: um “leader”. O Fernando Barros está arrumado e, segundo eles, revelou já a sua incapacidade. A Fernanda Coutinho foi igualmente posta à margem.» «Descobrir um chefe», continua Arcos, tem sido «o óbice que está a impedir a arrancada dos ardorosos paladinos de Mao»¹⁹⁶.

Em Junho de 1966 foi editado o documento «As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português», no qual se fez uma análise do trabalho e apontavam os erros políticos e organizativos praticados entre 1964 e 1966¹⁹⁷. Dois meses depois saiu o n.º 7 de *Revolução Popular*, da responsabilidade de Fernando Barros e José

¹⁹⁴ Como oponentes de Fernando Barros, José Capilé refere os nomes de João Quintela, Fernanda Granado, António Aires Rodrigues, José Alberto e Nuno, «que depois vieram a constituir a direcção após a 1.ª Conferência». José Capilé. Entrevista, 08/10/2008.

¹⁹⁵ ANTT – PIDE/DGS, proc. 2163-CI(2), NT 7158, fl. 38.

¹⁹⁶ *Ibidem*, fl. 337.

¹⁹⁷ CMLP (1966), *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*. S.l.: Edições CMLP.

Capilé. O jornal seria alcunhado de «trotskista» pelo grupo que pugnava pela realização de uma conferência, composto por Humberto Belo, João Quintela, Heduíno Gomes e Jacinto Rodrigues. Foi criada por esta altura uma comissão preparadora, que efectuou cinco reuniões nas quais se formularam as bases da conferência¹⁹⁸. Nesta altura, cinco membros da direcção – «Álvaro», «Gomes», «Octávio», «Pedro» e «Saraiva» – redigiram o documento «Uma Fraude», incitando os militantes a não participarem na conferência por esta ser dominada por elementos «direitistas» e «oportunistas» que procuravam impedir «a reestruturação da Direcção no interior». O conclave realizou-se finalmente em Janeiro de 1967¹⁹⁹.

Humberto Belo e João Quintela seriam os principais nomes da direcção da 1.^a Conferência do CMLP. Este último estudou em Coimbra e foi expulso na sequência da «crise de 62», tendo ido para Lisboa, juntamente com Maria Fernanda Serra Granado. Antigo militante do PCP, ligou-se por esta altura à FAP, por intermédio de Acácio Barata Lima. Na sequência da sua deserção do exército, João Quintela e Fernanda Granado instalaram-se em Paris, onde Quintela arranhou trabalho como recepcionista no *Hotel du Ponant*²⁰⁰. Humberto Belo, por sua vez, nascera em 1936 e frequentara desde 1956 o Instituto Superior Técnico. A PIDE assinala-lhe, poucos depois, actividades de «feição comunista», tendo-se fixado em França em 1963. Apareceria referenciado em 1968 como um dos instigadores dos distúrbios verificados na Casa dos Estudantes Portugueses na Cidade Universitária em Paris. No mesmo ano foi eleito presidente da direcção da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular²⁰¹.

A corrente vitoriosa na 1.^a Conferência dissolveu a FAP – que já não tinha existência prática – e criticou as posições tomadas no n.º 7 de *Revolução Popular*. Mas as feridas continuavam por sarar no grupo, tanto que, em Março de 1967, Monteiro Matias foi enviado pela «organização prisional» no interior para tentar, sem sucesso, sanar as divergências. Tratava-se então de defender Martins Rodrigues do anátema de ter «falado» na polícia, de desaconselhar a eleição de um secretário-geral e de propor a reintegração de Manuel Claro, afastado sob a acusação de desvio de fundos²⁰².

¹⁹⁸ *Revolução Popular 7 e outros documentos do período de 1966/67 do movimento marxista-leninista*. Edições O Comunista, s.d.

¹⁹⁹ «Uma Fraude», 5 ex-dirigentes do CMLP, Janeiro de 1967.

²⁰⁰ ANTT – PIDE/DGS, proc. 118 GT, NT 1601, s.n.

²⁰¹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 1029 CI(2), NT 7065, fl. 64, 67 e 110.

²⁰² ANTT – PIDE/DGS, proc. 118 GT, NT 1601, s.n.

As conclusões da conferência apontaram, como mérito do CMLP, «a elaboração de uma linha revolucionária marxista-leninista, perfeitamente demarcada da linha revisionista do PC de Cunhal», mas censurava-se a organização por ter dado maior destaque à «impaciência imediata da luta anti-fascista» (isto é, ao trabalho na FAP), em detrimento da «tarefa fundamental da reconstrução do PC». Nesta medida, propunha-se o lançamento das «bases do futuro Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal», construído a partir do enraizamento do CMLP na vanguarda da classe operária. O CMLP deveria assumir-se como uma «organização altamente militarizada, funcionando dentro dos princípios mais estreitos do centralismo democrático», buscando o seu fortalecimento na depuração e na constante vigilância crítica da base relativamente ao topo. Assim, insistia-se na «criação de comités marxistas-leninistas» guiados por uma linha clara de demarcação «entre marxistas-leninistas e revisionistas, entre revolucionários e reformistas» e com um estilo de trabalho baseado no centralismo democrático, assente num esforço de aperfeiçoamento e no uso da autocritica «para resolver os erros e as contradições no seio da organização». Sobre a luta pelo poder, a conferência vaticinava «necessariamente uma luta armada que revestirá a forma de guerra popular prolongada»²⁰³.

Na sequência da 1.^a Conferência iniciou-se a publicação de *O Proletário*, cujo primeiro número saiu em Maio de 1967, e que retomava o nome do «primeiro jornal de massas do PC», editado nas décadas de 1920 e 1930, numa altura em que o PCP «representava ainda a esperança revolucionária do proletariado e das massas trabalhadoras de Portugal». Considerava-se que o «clima de desorganização e de confusão ideológica» vivido no ano de 1966 se havia superado pelas perspectivas de trabalho político abertas na conferência. É neste sentido que, em Julho, é lançada a «1.^a Campanha de Rectificação» através de uma circular com normas «para a criação de um estilo de trabalho bolchevique». Com o intuito de «conquistar e organizar os comunistas» e de formar comités comunistas, apela-se aos «camaradas de base que ainda militam no PCP, que não tenham mais ilusões sobre o carácter revisionista e anti-revolucionário da direcção do PCP»²⁰⁴.

No entanto, entre 1967 e 1968, a Comissão Directora do CMLP foi acusada por alguns militantes de «impedir a reorganização dos comunistas em bases marxistas-leninistas», sendo rotulada e «fapista» e «castrista»²⁰⁵. A sustentar esta crítica estava a publicação em *O Proletário* de referências elogiosas a Che Guevara. No mês

²⁰³ «Organizemos Comitês Comunistas (m-l)», *O Novo Militante*, n.º 1, Junho de 1967.

²⁰⁴ «Viva o Comité Marxista-Leninista Português!», *O Proletário*, n.º 1, Maio de 1967.

²⁰⁵ «Documentos relativos à 2.^a Conferência do CMLP», CMLP, 1968.

da sua morte, em Outubro de 1967, declara-se que Guevara foi «um dos grandes combatentes anti-imperialistas de todo o mundo e um verdadeiro revolucionário». Apesar de se considerar que nem sempre o fez de maneira consequente, nomeadamente por ter condenado o conflito ideológico entre a União Soviética e a China, Guevara «deixa transparecer as teses do Partido Comunista Chinês» e a sua luta «contra os exploradores, contra os inimigos do Povo (...) pela Revolução Socialista», transforma-o num «exemplo para todos os revolucionários»²⁰⁶.

O artigo suscitou críticas internas, obrigando a um esclarecimento no número seguinte. Aqui se ressalva que «não é como simpatizante das teses chinesas que Guevara se apresenta como um grande revolucionário», mas como «combatente anti-imperialista» que «lutou sem reservas contra o maior inimigo dos povos do mundo, o maior polícia, o maior baluarte da reacção, o governo dos Estados Unidos da América do Norte»²⁰⁷. A leitura do relatório «Tracemos uma linha de demarcação extremamente clara entre marxistas-leninistas e revisionistas», divulgado no segundo trimestre de 1968, permite perceber que o esclarecimento, longe de abafar as vozes críticas, potenciou a discussão acerca da justeza revolucionária das teses guevaristas. O documento consiste numa colectânea de textos críticos do guerrilheirismo cubano e, consequentemente, do artigo publicado em *O Proletário*. Nele se aponta o dedo a alguns pontos que os defensores da «terceira via» negam, como «a necessidade do Partido Comunista na direcção da luta de libertação nacional», a «hegemonia do proletariado», a colocação da «luta armada ao serviço dos interesses políticos estratégicos do proletariado», a defesa do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-Tung «frente às calúnias e deturpações revisionistas»²⁰⁸.

Afirma-se que esta defesa do guerrilheirismo se teria reflectido no interior da organização. Num outro relatório – intitulado «Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Contra os Desvios de Direita no Comité Marxista-Leninista Português» – «Rita» (Fernanda Granado) acusa «Inácio», da direcção, de ter defendido, em princípios de 1968, «as vantagens da criação de três frentes de luta: - uma de guerrilha, na montanha; - outra, de sabotagens, na cidade; - e o Partido que faria o trabalho político». Esta posição fora rebatida pelos presentes mas demonstra a presença de «desvios de direita», particularmente graves porque «defendidos por elementos da direcção», e que transformaram esta num

²⁰⁶ «O assassinio de Che Guevara», *O Proletário*, n.º 3, Outubro de 1967.

²⁰⁷ s.t., *O Proletário*, n.º 4/5, Novembro / Dezembro de 1967.

²⁰⁸ «Tracemos uma linha de demarcação extremamente clara entre marxistas-leninistas e revisionistas», s.a., s.d.

«organismo onde têm coexistido fracções»²⁰⁹. No contexto desta discussão, o Organismo Engels, sediado na Bélgica, e no qual se destacava Heduíno Gomes, publica «Só o trabalho comunista pode conduzir à Reconstrução do Partido», igualmente crítico destas posições. A 25 de Agosto de 1968, o Organismo Engels aprova um pedido de convocação para uma 2.^a Conferência do CMLP, que se deveria realizar até Outubro, fundamentando-se «na existência de ideologias antimarxistas no seio da CMLP, nomeadamente na imprensa (*O Proletário*, n.º 3 e n.º 4/5); na inexistência de uma autocritica pública e concreta tendente à correcção dessas manifestações; na quebra de unidade ideológica na base do marxismo-leninismo e a consequente quebra da disciplina partidária e do centralismo democrático»²¹⁰.

Comunicado o pedido à Comissão Directora, esta aceita a realização da conferência e três dos seus membros – «David», «Sérgio» e «Libertário» – elaboram uma autocritica na qual reconhecem não haver «unidade ideológica e política dentro da CD» e que esta se encontrava contaminada por uma «corrente de direita anti marxista-leninista»²¹¹. A 13 de Outubro de 1968, uma reunião alargada na qual participaram três elementos da CD e representantes de outros organismos do CMLP elege a Comissão Organizadora da 2.^a Conferência do CMLP, composta por «Libertário», «Sérgio» (ambos da CD), «Avelino» e «Maia». Nela censura-se os subscritores da auto-crítica por não combaterem consequentemente o «castrismo» e por evidenciar concepções «democratistas» desrespeitadoras do «centralismo democrático», como o sejam a proposta de eleição de um corpo redactorial para *O Proletário* e para uma escola de quadros²¹².

A 2.^a Conferência realizar-se-ia a 9 e 10 de Novembro de 1968, estando presentes onze pessoas, que compuseram uma Comissão Central com oito membros e um Comité Executivo com quatro membros²¹³. Heduíno Gomes («Vilar») assumiu um papel de liderança. Nascera em Ervidel em 1944 e estudara no Instituto Superior Técnico, fazendo parte, entre Outubro de 1963 e Janeiro de 1964, da célula do PCP nesta escola. Nessa altura integrou a secção de Propaganda da AEIST e a redacção

²⁰⁹ «Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Contra os Desvios de Direita no Comité Marxista-Leninista Português», «Rita», Setembro / Outubro de 1968.

²¹⁰ «Aos militantes do CMLP», Membros da CD, s.d.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² «Cuidado com os «conferencistas!», s.a., s.d.

²¹³ «Breve Relatório sobre a Actividade do Partido até ao V Congresso», *Documentos da III Conferência do CMLP*, II vol.

do jornal *Binómio*. Foi aliciado para a FAP em 1965, por António Janeiro²¹⁴. Instalou-se em Bruxelas em 1966, de onde viajava frequentemente até Paris.

A conferência condenou a direcção cessante por ter abandonado o marxismo-leninismo, a luta ideológica e a tarefa de reconstrução do Partido. Foi decidida «a expulsão de todos aqueles que foram desmascarados ideologicamente no período que antecedeu a conferência». Segundo as resoluções, indivíduos com «relações directas» com a recém-criada LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), pretendiam «aproveitar-se do CMLP e colocá-lo ao serviço da sua política pequeno burguesa radical». Os «executantes» seriam «Miguel» (Jacinto Rodrigues), «Inácio» e «Rodrigo» (membros da CD). Acusa-se o primeiro de trabalhar secretamente para a LUAR comprometendo-se a tentar obter «um campo de treino num país irmão» por intermédio da sua influência como militante do CMLP, tendo o «apoio activo de Inácio» e o apoio «pelo menos passivo» de «Rodrigo». Estas intenções teriam obtido a oposição de «Sérgio» (João Quintela), membro da CD, que entretanto teria sido chantageado, propondo-se uma conivência tácita em troca do silêncio relativo ao facto de ter estado preso pela PIDE e «traído». Juntamente com «Sérgio», foram ainda expulsos «Filipe», «Júlio» (José Capilé) e «Brito», todos acusados de «castrismo»²¹⁵.

O colectivo que tinha como mentor Jacinto Rodrigues, autodenominado Divulgação Popular, pretendia ser uma espécie de grupo de pressão no interior da LUAR para que esta inflectisse em direcção a um posicionamento mais «marxista-leninista». No referido documento – que pelas referências ao marcelismo é posterior a Outubro de 1968 – considera-se que «a esquerda revolucionária não é nenhuma organização, nenhum partido, mas sim a expressão de militantes de várias organizações». Estipula-se a necessidade do combate armado contra o «regime da burguesia» e como resposta à «repressão popular e colonial», método indispensável para a imposição do «poder socialista»²¹⁶.

Em Fevereiro de 1969 foram expulsos «Rita» e «David», que constituíram com «Sérgio» (João Quintela) o Grupo de Base A Vanguarda, em Dezembro de 1969. «Rita» havia sustentado a proposta da autocritica de «Sérgio», «David» e «Libertário», após terem defendido uma imprensa feita pela base. A este «ultra-democratismo» o CMLP ripostou que a edificação do partido se constrói «de cima

²¹⁴ ANTT – PIDE/DGS, proc. 374 GT, NT 1601.

²¹⁵ «Documentos relativos à 2.ª conferência do Comité Marxista-Leninista Português», CMLP, Novembro de 1968.

²¹⁶ *Divulgação Popular*, s.t., s.d.; Nelson Anjos. Depoimento, 18/06/2009.

para baixo», através de um recrutamento criterioso de militantes. A tarefa fundamental seria, naquele momento, a propaganda política de forma a «arrebatar comunistas “já feitos”» à «influência revisionista». A tarefa de agitação de massas deveria ser adiada, dadas as «poucas forças actuais», mantendo-se contudo a médio prazo o escopo de reorganização do partido, «formado por um corpo reduzido de quadros e por organizações periféricas englobando grande número de militantes revolucionários, à volta dos quais são mobilizadas as grandes massas trabalhadoras»²¹⁷.

Como resultado da 2ª Conferência, o novo jornal do grupo passou a chamar-se *Unidade Popular*, saindo o primeiro número em Março de 1969. Apareceu o órgão teórico *Estrela Vermelha*, cuja publicação se iniciou em Janeiro de 1969, publicando quinze números até ao 25 de Abril. O destacamento estudantil tomou o nome de UEC (M-L) [União dos Estudantes Comunistas (Marxistas-Leninistas)], que passou a publicar o jornal *Servir o Povo* a partir de Outubro de 1969. O grupo A Vanguarda chegou a propor, sem sucesso, a realização de uma 3.ª Conferência do CMLP para que se elaborasse uma análise minuciosa do trabalho efectuado²¹⁸. Durante 1969, acusado de «trotskismo», foi expulso «Tiago» (João Bernardo), que fundou no ano seguinte os CCR (m-l).

2.4 A «reorganização» do Partido

Entre 19 e 21 de Agosto de 1970 foi realizado em Paris o «V Congresso (reconstitutivo)», que transformou o CMLP no PCP (m-l) [Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)]. No manifesto então adoptado, o grupo colocou-se na linha directa do Partido Comunista Português, fundado em 1921, e que havia contado nas suas fileiras com «os mais devotados filhos da classe operária», como o sejam «entre muitos outros, os camaradas José Gregório, Alfredo Diniz e Militão Ribeiro». Na leitura do PCP (m-l), o PCP transformara-se, a partir de 1956, num «inimigo da revolução» e «lacaio do capitalismo». Após a definição no CMLP «de uma linha revolucionária radicalmente oposta à linha de Cunhal», houve necessidade de combater o «oportunismo» e as «concepções pequeno-burguesas de alguns militantes». Todavia, «à noite negra da confusão» sucederia o «claro dia da

²¹⁷ «Alguns problemas políticos da reorganização do Partido», *Estrela Vermelha*, n.º 2, Março de 1969.

²¹⁸ «Preparar a 3.ª Conferência do CMLP», *A Vanguarda*, n.º 1, Dezembro de 1969.

reorganização do Partido», anunciando-se deste modo a constituição do PCP (m-l), ao mesmo tempo que se assegurava «não existir em Portugal mais nenhum partido político que seriamente se possa utilizar do título de comunista»²¹⁹.

EVOLUÇÃO DAS DIRECÇÕES DO CMLP (1964-68)		
1964	1965	1966
Francisco Martins Rodrigues Humberto Belo Custódio Lourenço Manuel Claro Fernando Barros Rui d’Espiney	Secretariado no interior Francisco Martins Rodrigues Rui d’Espiney João Pulido Valente Direcção no exterior Fernando Barros Humberto Belo Manuel Claro Mário Silva Custódio Lourenço José Capilé Jacinto Rodrigues	Humberto Belo → Jacinto Rodrigues → Mário Silva → Manuel Claro → José Capilé → Custódio Lourenço → Fernando Barros → José Carlos Andrade ← José Augusto ← Jaime Monginho ←→
1967 I Conferência (Jan.)	1968 II Conferência (Nov.)	
Comissão Directiva – Sérgio (João Quintela) – Inácio (operário) – David (Nuno) – A (intelectual) mais tarde foram cooptados: – Rodrigo – Libertário (antigo operário corticeiro)	<p>– Vilar (Heduíno Gomes) – Afonso (António Janeiro) – Mendes (Carlos Janeiro) – Hilário – Mineiro – Matos – Libertário – F</p> <p>Pouco tempo depois, Pereira (Custódio Lourenço) é cooptado.</p> <p>A CC elege um Comité Executivo formado por: – Vilar, Mendes, Hilário e Libertário</p> <p>Pouco depois, Libertário sai da Comissão Central e é substituído no Comité Executivo por Pereira.</p> <p>Ainda antes do V Congresso saem da CE: Afonso, Hilário, Matos e Libertário.</p>	
→ Saída	← entrada	

Alguns depoimentos posteriores permitem esboçar um desenho menos triunfalista. «Ortigão» lembra em 1975 que estiveram presentes nove pessoas,

²¹⁹ «Viva o Partido Comunista!», PCP (m-l), 1970.

quatro delas mascaradas, e que, ao contrário daquilo que pensou na altura, não eram todos delegados do «interior»²²⁰. O Comité Central eleito era composto por Heduíno Gomes («Vilar» / «Salgueiro»), Carlos Janeiro («Mendes» / «Viriato»), «Ortigão» / «Faleiro», «Sá» / «Saramago», Custódio Lourenço («Pereira»), «Rocha» e «Rudolfo»²²¹. A única discussão opôs «Rudolfo» a «Vilar», defendendo aquele que o *Unidade Popular* deveria sair sempre primeiro em Portugal, e «Vilar» a considerar que não havia problema se o jornal saísse antes em Paris. «Ortigão» e «Rudolfo» regressaram a Portugal, o primeiro encarregado da organização na zona sul e o segundo da UEC (m-l). «Ortigão» estava em Beja antes do Congresso, instalou-se na margem sul em Outubro de 1970 e um ano depois regressaria a França já que estava iminente a sua incorporação no exército²²². «Rocha» ficará encarregado da Sub-Região de Paris, pertencendo ao Comité do Exterior, no qual é controlado por «Sá», membro do secretariado²²³.

O anúncio público da constituição do PCP (m-l) só se deu em Agosto de 1971, no número 10 do *Unidade Popular*. A reconstrução unilateral do partido, efectuada sem qualquer contacto com outras correntes que mantinham o mesmo desejo, levou a uma grande hostilidade para com o grupo, agravada pelo facto do CMLP ter pouca radicação em Portugal. Alguns militantes presentes desconheciam mesmo que iam participar no congresso de «reconstituição do Partido». O facto do programa se basear num documento redigido por Francisco Martins Rodrigues, na prisão, também foi motivo de desconsideração por parte dos restantes grupos m-l²²⁴.

Em 1971, «Mendes» (Carlos Janeiro) e «Pereira» (Custódio Lourenço) vêm para Portugal. Pouco tempo depois, com o argumento de aproveitar a abertura marcelista e desenvolver trabalho legal em meio operário, «Pereira» deixou a clandestinidade. Começou então a trabalhar como operário metalúrgico, desligou-se do trabalho

²²⁰ «Ortigão» conheceu «Vilar», «Mendes» e «Afonso» em Beja, tendo sido este último quem o formou politicamente entre 1965 e 1966. Foi convocado para participar no V Congresso não sabendo a que reunião ia, e onde se apercebeu que «Afonso» havia sido suspenso por se recusar a cumprir uma ordem importante (provavelmente a directiva de vir para o «interior»). Ortigão, «Balanço e auto-crítica», «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 2», CMLP, 05/09/1975.

²²¹ Os outros dois elementos que participaram na reunião foram Edgar e F.

²²² Ortigão, «Balanço e auto-crítica», CMLP, «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 2», CMLP, 05/09/1975.

²²³ Rocha entra para o CMLP em 1968 e participa no V Congresso. Ainda segundo o PCP (m-l), Sá «entra em 1968 para o CMLP, algum tempo depois de ter saído do partido revisionista, onde militou cerca de trinta anos. Em 1969 é cooptado para a Comissão Central, onde tem três reuniões antes do Congresso». «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 2», CMLP, 05/09/1975.

²²⁴ Cf. Álvaro Vasconcelos (1976), «Os verdadeiros marxistas-leninistas e o trabalho do CM-LP para reorganizar o Partido», *Seara Vermelha*, n.º 6, Agosto de 1976.

conspirativo e não voltou a ser contactado pelo PCP (m-l)²²⁵. Assim, o partido acabou por não ter praticamente base operária no país. A exiguidade da organização fora do muro estudantil era notória: num texto autocrítico de 1975, «Morais» escreveu que quando foi destacado para controlar a zona centro do país, em Abril de 1972, entrou em contacto com «dois camaradas da Póvoa e um de Coimbra», ambos sem ligação ao movimento operário, que provavelmente constituiriam «o conjunto de militantes do PCP (m-l) a Norte do Tejo»; em Agosto de 1973, na altura em que «Rui» (José Pacheco Pereira) foi recrutado para o PCP (m-l), não existia organização na região Norte; e em Maio de 1973, quando Nuno Crato foi destacado para controlar a região sul, constatou que o PCP (m-l) na zona era composto por «dois operários e um despachante de alfândega»²²⁶. Num documento de balanço redigido pela UEC (m-l), esclarecia-se que em 1969 haveriam cinco contactos na região centro e sete estudantes em Lisboa, que fizeram trabalho de propaganda durante a campanha (anti-) eleitoral. Informava-se ainda que este núcleo estava disposto a desenvolver trabalho em meio operário, mas as directrizes do CMLP foram as de criar a UEC (m-l) e desenvolver trabalho político nas escolas²²⁷.

2.5 UEC (m-l): a base militante no país

Criada em Outubro de 1969, a UEC (m-l) iniciou de imediato a publicação no interior do país de *Servir o Povo*. No n.º 2, editado no final de 1969, é dado a conhecer um texto de análise do movimento estudantil, que procurava alavancar teoricamente a sua intervenção no terreno. Nele se refere que, após a «crise de 62», o movimento estudantil entrara num «estado superior do seu desenvolvimento», no qual se criaram condições para que se enveredasse pela «via da luta revolucionária contra o sistema capitalista». Parece evidente que o artigo deixava transpirar os humores contestatários da crise académica de 1969, particularmente notória em Coimbra. No entanto, o texto referia que o movimento estudantil não tinha «avançado firmemente no sentido dum novo fluxo» em virtude de «desvios direitistas e esquerdistas», também classificados, respectivamente, como uma «orientação geral reformista» e um «espontaneísmo» inconsequente²²⁸.

²²⁵ «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 2», CMLP, 05/09/1975.

²²⁶ «Autocrítica de Moraes», «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 3», CMLP, 10/09/1975; «Sobre Rui», «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 3», CMLP, 10/09/1975; Nuno Crato. Entrevista, 17/01/2008.

²²⁷ «Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (m-l): autocrítica da Comissão Executiva». Conferência de Dissolução da UEC (m-l), 14/05/1975.

²²⁸ «Sobre a luta estudantil», *Servir o Povo*, n.º 2, Novembro / Dezembro de 1969.

No já referido V Congresso, o informe apresentado por «Rudolfo» viria a desenvolver de uma forma sistematizada a «teoria do refluxo». Aqui se afirmava a manutenção da «fase de refluxo que sucedeu ao período de 1962», não se prevendo uma escalada da contestação. Esta teoria aplicar-se-ia à análise da situação das massas trabalhadoras, mas também ao movimento estudantil. A verdade é que se referia o «carácter avançado» da manifestação anticolonial de 21 de Fevereiro de 1970 e das lutas em Direito e Económicas, na capital, e crise académica coimbrã. O que estava em causa, fundamentalmente, era a dependência de uma nova fase de fluxo da existência de um partido comunista reorganizado e de uma forte organização para o sector estudantil, o que manifestamente não acontecia²²⁹.

A linha política da UEC (m-l) viria a aparecer melhor explicitada, em Fevereiro de 1971, num texto no n.º 5 do jornal *Servir o Povo*. Aqui se considera que as associações de estudantes deveriam «conduzir uma luta de massas na defesa dos direitos democráticos e sindicais dos estudantes, relacionando esta luta anti-fascista do povo português», através de reivindicações «parciais e imediatas» que deveriam no entanto, sempre que possível, apontar o dedo ao «carácter de classe do ensino e da universidade portuguesa»²³⁰. A corrente associativa «Por um Ensino Popular» – os «Pops», como eram conhecidos entre os estudantes – encarnava essa estratégia. Rui Gomes, que entrara para a UEC (m-l) em 1972, enquanto estudante no Liceu D. João Castro, e que rapidamente se convertera num dos seus activistas mais destacados, lembra a forma como esta corrente entendia a intervenção estudantil:

A questão da guerra estava muito presente, mas era uma discussão que se fazia sempre no exterior do movimento associativo, porque se considerava que essa não era uma discussão de um movimento legal, e que portanto se devia fazer noutro âmbito: daí terem nascido uma série de organizações que visavam intermediar uma organização clandestina, a UEC (m-l), e o movimento associativo. Essa sempre foi uma linha de força com que contactei desde logo. Havia essa distinção entre o que era político e o que era associativo. Coisa que os trotskistas não faziam. Tentavam permanentemente introduzir essa temática nas reuniões.²³¹

²²⁹ V Congresso (Reconstitutivo) do Partido Comunista de Portugal (m-l) (1971), *Informe sobre a actividade da União dos Estudantes Comunistas (Marxistas-Leninistas) pela Comissão Executiva da UEC (m-l)*. s-l.: Edições do Partido, pp. 10-11.

²³⁰ «A Revolução e a luta dos estudantes», *Servir o Povo*, n.º 5, Fevereiro de 1971.

²³¹ Rui Gomes. Entrevista, 02/04/2009.

Segundo Nuno Crato, a Comissão Executiva da UEC (m-l) fora constituída inicialmente por ele próprio e por João Guerreiro, entrando mais tarde um terceiro elemento, António Carriço. Nuno Crato havia sido recrutado para a UEC (m-l) por Heduíno Gomes ainda antes do V Congresso, mas passaram sete meses até se efectivar o contacto, período que dedicou a estruturar, com um pequeno núcleo de pessoas, uma intervenção política no interior do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa)²³².

Não obstante a existência da UEC (União de Estudantes Comunistas), a partir de Janeiro de 1972, e da crescente, embora localizada, acção dos trotskistas, a UEC (m-l) conseguiu hegemonizar o MAEESL. Por motivos óbvios, a identidade dos seus activistas nem sempre era conhecida dos restantes elementos, o que provocou curiosos fenómenos de embate entre elementos da mesma facção.

A dada altura no MAEESL há uma espécie de «fogo sobre o quartel-general»... Aquela ideia maoísta... e há uma série de gente que apregoa uma revolucionarização no interior do MAEESL, que consistia em correr com os «carcaças velhas», que era uma designação usada na revolução cultural. E nós fazemos «fogo sobre a direcção do MAEESL», que é derrubada. O engraçado é que nos apercebemos depois que a tendência hegemónica na organização era a UEC (m-l)! Um deles era o Luís Borges.²³³

Em Maio de 1973, Nuno Crato foi destacado para controlar a região Sul, ao mesmo tempo que «Morais» coordenou a região centro, tornando-se Pedro Ferraz de Abreu («Gregório») o principal dirigente da UEC (m-l). Ferraz de Abreu passara à clandestinidade em finais de 1972. Durante esse período, Carlos Janeiro e Ferraz de Abreu habitaram numa casa alugada por Crato em Vale de Lobos, nos arredores de Lisboa²³⁴.

Registe-se que alguma intervenção nos liceus terá sido inicialmente feita à margem da estrutura que então se encontrava a afirmar nas universidades. Durante estes anos, a UEC (m-l) implantou-se no Instituto Superior Técnico (João Guerreiro,

²³² Nuno Crato. Entrevista, 17/01/2008. O MAEESL rapidamente se espalhou pelos liceus da Grande Lisboa e também em algumas escolas Técnicas e Comerciais. Editava o jornal *Intervalo* e o boletim interno *Ao Trabalho*. Em quase todas as escolas, e dinamizados pelas diferentes tendências estudantis, apareceram inúmeros jornais e boletins.

²³³ Rui Gomes. Entrevista, 02/04/2009.

²³⁴ Nuno Crato. Entrevista, 17/01/2008.

Joaquim Carneira da Silva, Alberto Matos) e na Faculdade de Ciências (Pedro Ferraz de Abreu, Glória Ramalho, Daniel Muller), mas também em Económicas e em Agronomia (Fernando Varela). A importante influência da UEC (m-l) conjugava-se mal com a referida «teoria do refluxo» apresentada no V Congresso. É José Manuel Lopes Cordeiro quem anota esse dado, num estudo recente sobre as estruturas estudantis «marxistas-leninistas» durante o Estado Novo. O autor fala mesmo de um «certo mistério» no desfasamento entre a teoria e prática, ainda mais evidente porque nessa prática contestatária em crescendo a UEC (m-l) tinha uma influência nada despicienda. Na sua opinião, é bem possível que o Informe tenha sido elaborado por alguém que não estivesse a par da situação no movimento estudantil ou mesmo ausente do país²³⁵.

A UEC (m-l) caracterizava-se também por um apurado grau de conspiratividade. Mais tarde, num documento de balanço autocrítico, chamar-se-ia a esta característica de teoria do «congelamento dos quadros», que defendia que os militantes da UEC (m-l) «não se podiam pôr à frente das lutas para não se “queimarem”», o que teria resultado na formação de militantes «totalmente afastados das lutas»²³⁶. O certo é que a partir de 1973 a organização assumiu uma posição menos expectante. Em Maio de 1973, um comunicado assinado pela Comissão Executiva da UEC (m-l) – e significativamente intitulado «Mobilizemos audaciosamente as massas para a luta política» – estipulava a necessidade de dar uma «firme resposta à repressão». O texto, contudo, era uma crítica cerrada ao «legalismo do P“C”P e da UE“C”» e, sobretudo, ao «aventureirismo e liquidacionismo do “MRPP”-FE“ML”», definido como «a nova designação do dejecto do partido revisionista, que foi a EDE»²³⁷.

De forma mais clara, uma circular de 20 de Setembro de 1973 considerava estar-se numa «nova fase» que impunha «novas tarefas». A fase anterior havia sido caracterizada pela necessidade de agrupar os estudantes comunistas «já feitos», de organizar os quadros revolucionários através de estruturas intermédias, que serviam também de base de recrutamento, e de proteger os militantes da repressão, o que

²³⁵ José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

²³⁶ «Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (m-l): autocrítica da Comissão Executiva». Conferência de Dissolução da UEC (m-l), 14/05/1975.

²³⁷ «Mobilizemos audaciosamente as massas para a luta política», Comissão Executiva da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas), 10/05/1973.

levava à «necessidade de limitar a nossa participação nas lutas». Agora, para efectuar novos recrutamentos seria necessário «afastar os elementos de vanguarda do oportunismo» e formar quadros a partir da luta de massas.

2.6 Escolher o rival

O MRPP era claramente o rival com quem a UEC (m-l) disputava o terreno. Numa circular de Setembro de 1973, afirma-se que os «anarco-sindicalistas mascarados de maoístas» plagiavam a linha anti-revisionista e que, no seu «desprezo pelas normas leninistas de recrutamento e organização» atingem muita gente, que rapidamente «queimam». Sugere-se ali que a PIDE seria mesmo mais complacente com este grupo, de modo a ir conseguindo «detectar em toda a parte quais são os elementos de vanguarda mais combativos». Assim se conclui que «o principal grupo oportunista a combater é o MRPP e (...) este combate é, de momento, o aspecto principal da luta anti-revisionista»²³⁸.

Se não combatermos o MRPP sob esta perspectiva, isto é, encarando-o como o principal grupo a combater, se lhe «facilitarmos» um pouco que seja a tarefa de «fundação» do seu «partido», «fundação» essa que é impulsionada pela pide e que serve os interesses da pide, acabamos por estagnar. (...) Porém, nós não nos encontramos desarmados perante tais manobras, como é evidente; podemos e devemos pôr em prática várias medidas. A primeira é levar amplamente ao conhecimento das massas o nome do Partido, o seu órgão central e o essencial do seu Programa Político. A segunda é levar ao conhecimento da vanguarda o essencial da nossa linha política, e sobretudo os nossos materiais de crítica à EDE-«MRPP». A terceira é estar constantemente em cima deles, respondendo o mais prontamente possível a quaisquer manejos provocatórios e carreiristas quer a nível legal, quer a nível ilegal. Finalmente, a quarta é tomarmos a dianteira nas jornadas do dia 12 de Outubro, de tal forma que se torne bem evidente não ser o «MRPP» a estar à frente dessas jornadas.²³⁹

²³⁸ «Circular aos militantes da UEC (m-l) sobre a orientação geral do trabalho para o período eleitoral segundo as directivas do PCP (m-l)», UEC (m-l). 20/09/1973.

²³⁹ *Ibidem*.

Assim, com o intuito de combater a influência crescente do MRPP, a UEC (m-l) – ou, mais rigorosamente, o PCP (m-l) – empenhou-se na organização da manifestação de 12 de Outubro de 1973 contra as eleições, criando para o efeito as Comissões Anti-Eleitorais (CAEs). A dinamização desta manifestação desrespeitava, aliás, uma mensagem enviada por «Vilar» para Portugal, na qual este estipulava um recuo geral no trabalho e a conseqüente não participação nas lutas anti-eleitorais de 1973²⁴⁰. Rui Gomes, activista liceal ligado à UEC (m-l), recorda-se da manifestação:

Houve uma manifestação contra a «farsa eleitoral» – convocada pelo PCP (m-l) e pelas Comissões Anti-Eleitorais – onde estavam várias pessoas que eu hoje sei que eram da UEC (m-l) mas que não sabia na altura. Havia um comité de arranque da manifestação, com as pessoas mais corajosas: o Carlos Shwarz, o António Manso, o [Fernando] Varela, a Glória Ramalho... A polícia fechou o Rossio e nós avançámos. À pancada, a dar e a receber. Havia gente com ferros, com martelos. Os *cocktail-molotov* não funcionaram muito bem, nunca tivemos muita tradição disso, não rebentou nenhum bem. A dada altura eles foram cortando os vários sítios da manifestação, que teria algumas centenas de pessoas, umas quinhentas talvez, e há um momento em que aparece o célebre Capitão Maltez. Eu vi-o, atirei-lhe com um ferro, que o atingiu, e ele meteu-se dentro do carro. Isso depois foi metido na imprensa clandestina, como uma grande vitória. Depois começou a circular que tinha sido eu, o «Tarzan», e houve até gente que ligou a minha tentativa de prisão a isso.²⁴¹

Célia Vidal da Costa foi presa nessa noite de 12 de Outubro de 1973 com uma colega por andar a fazer pichagens contra a «farsa eleitoral». Conta:

...Estávamos junto a um muro acabado de pintar na rua Vale Formoso, em Lisboa, e passou o carro da PSP com dois polícias que viram a pintura, o carro com lama na matrícula e pediram a nossa identificação. Levaram-nos para a esquadra e depois fomos transportados para Caxias após interrogatório e acusação da pichagem no muro, o que sempre negámos, mesmo depois de terem verificado que também tínhamos propaganda

²⁴⁰ Conferência de Dissolução da UEC (m-l), *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (m-l): autocrítica da Comissão Executiva*, 14/05/1975.

²⁴¹ Rui Gomes. Entrevista, 02/04/2009.

anti-eleitoral dentro do carro. Saímos passado um mês e catorze dias, após ter sido paga uma multa.²⁴²

A UEC (m-l) viria a lançar, em Maio de 1973, os Comitês Pró-União dos Estudantes Portugueses, que editaram o jornal *Luta Estudantil*. Pretendendo organizar-se por escola, os CP-UEPs funcionariam «segundo os princípios da mais estreita conspiratividade», mas apostados em desenvolver «trabalho de massas»²⁴³. Na prática, a organização, de vida breve, era uma tentativa de rivalizar com o projecto de uma UNEP (União Nacional dos Estudantes Portugueses), que a UEC promovia. Quanto às lutas anticoloniais, deveriam ficar a cargo de estruturas específicas, criadas propositadamente para o efeito. Em 1970, em conjunto com EDE, a UEC (m-l) havia gerado os CLACs (Comitês de Luta Anti-Colonial). Embora cada organização tivesse liberdade para constituir os seus próprios comitês, estes actuariam de forma unitária em acções anticoloniais. Quando, em Setembro de 1970, foi fundado o MRPP, os dois CLACs que este influenciava – o CLAC 4 de Fevereiro e o CLAC Guerra do Povo – abandonaram a plataforma e criaram o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), passando a existir uma grande rivalidade entre as duas estruturas²⁴⁴. Os CLACs ligados à UEC (m-l) publicaram o boletim *Os Povos das Colónias Vencerão!*.

A UEC (m-l) teve também uma importância significativa no meio estudantil do Porto. Aqui surgiu em 1972, tendo sido José Pacheco Pereira um dos seus principais dinamizadores. Um documento interno indica-o como tendo sido militante do mMLP e depois de uma organização efémera – o Comité Comuna de Paris – com elementos que viriam a estar, como se verá, em *O Grito do Povo*. Formou a seguir uma tendência em Medicina que editava o jornal *Crítica*. Nesse documento, datado de 1975, faz-se o retrato do percurso político de «Rui» (José Pacheco Pereira), notando que era um «intelectual estudioso, com grande conhecimento dos clássicos do marxismo-leninismo». Desenvolveu «trabalho de massas no meio estudantil e algum numa zona operária», tendo sido recrutado para o PCP (m-l) em Agosto de 1973. Nessa altura, e segundo a mesma fonte, não existia organização na região

²⁴² Célia Vidal da Costa. Depoimento, 19/10/2008.

²⁴³ «Forjemos a União dos Estudantes Portugueses sob a bandeira da Revolução Popular!», *Luta Estudantil*, n.º 1, Maio de 1973.

²⁴⁴ José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

Norte, exceptuando-se naturalmente a significativa intervenção no meio estudantil portuense²⁴⁵.

Na altura da dissolução da UEC (m-l), em 1975, descrevia-se o partido como «nascido e mantido em Paris e virado exclusivamente para o trabalho associativo na emigração»²⁴⁶. Na verdade, e sob a direcção de «Vilar», o PCP (m-l) distinguiu-se por um intenso trabalho junto dos emigrantes. Editou o jornal *O Salto*, com tiragens na ordem dos 3.000 exemplares, e onde pontificava «Manuel Ribeiro» (nome pelo qual também era conhecido Álvaro Vasconcelos). O jornal apareceu pela primeira vez em Novembro de 1970, quando elementos que colaboravam no *Jornal do Emigrante* – criado em princípios de 1968 pela Liga Portuguesa de Ensino e Cultura Popular, e dirigido por Moisés Espírito Santo – decidiram romper e criar uma nova publicação²⁴⁷.

O jornal *O Salto* dedicou desde cedo uma atenção particular às actividades tradicionais desenvolvidas pela comunidade emigrante, com a intenção de lhes conferir um carácter vincadamente político. Deste modo se procurava romper com a síndrome do isolamento do emigrante e despertar uma consciência política antifascista, estimulando o entendimento da ditadura como causa principal da emigração. Foi nesta linha que se realizaram os I Jogos Florais Portugueses na Emigração, em Junho de 1973²⁴⁸. Em Fevereiro de 1974, *O Salto* lançou uma campanha de aquisição de uma ambulância para a autoproclamada República da Guiné-Bissau, mas os acontecimentos do 25 de Abril e alguns tumultos na organização fizeram com que o veículo acabasse por nunca chegar ao destino²⁴⁹.

O PCP (m-l) editou ainda a revista *Seara Vermelha*, fundou em Julho de 1972 a agência noticiosa *Novaport* – concebida à imagem do *Pequim Informação* – e dinamizou o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, criado em Fevereiro de 1972²⁵⁰. O MPTE editou *União*, a partir de Março de 1973, e da plataforma fizeram parte várias associações culturais de emigrantes²⁵¹. O PCP (m-l)

²⁴⁵ «Sobre Rui», «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 3», CMLP, 10/09/1975.

²⁴⁶ «Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (m-l): autocrítica da Comissão Executiva». Conferência de Dissolução da UEC (m-l), 14/05/1975.

²⁴⁷ «Morreu o “Jornal do Emigrante”», *O Salto*, n.º 1, Novembro de 1970.

²⁴⁸ O evento será abordado com maior detalhe no capítulo 16.

²⁴⁹ Sobre *O Salto*, cf. Cristina Clímaco (1992), *La presse de l’émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto – 1970-1974*. Mémoire de DEA. Paris.

²⁵⁰ Um elemento importante na dinamização do MTPE foi Carlos Zanotti.

²⁵¹ Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, Encontro Português de Puteaux, União Recreativa «Os Lusitanos» de Troyes, Associação dos Portugueses de Nantes, Clube Português de Bourges e Centro Português de Iniciação Cultural. A partir de Setembro de 1973 passam a fazer parte:

também dedicou esforços ao apoio aos desertores. É nesta linha que apareceu em 1973 o jornal *A Voz do Desertor* e se criou um Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses, em França, e um Comité de Desertores Portugueses em Estocolmo, na Suécia. Na Holanda, o PCP (m-l) dinamizou a Associação Resistência e Trabalho (ART), que editou o jornal *Novo Rumo*.

O PCP (m-l) desenvolveu igualmente trabalho no campo diplomático. A 9 e 10 de Outubro de 1971, o PCP (m-l), sem o apoio da China e da Albânia, lançou-se na realização de uma conferência internacional de marxistas-leninistas, levada a cabo em Blankenberghe, na Bélgica. Nela estiveram presentes «Sá» e «Vilar», em representação do PCP (m-l), o principal promotor do evento, fazendo-se representar «uma organização da Alemanha (...), algumas organizações da Bélgica, uma ou duas de França e os portugueses»²⁵².

Entretanto, a direcção resultante do V Congresso foi-se gradualmente decompondo. Após a vinda para Portugal de «Mendes» e «Pereira», «Rudolfo» abandonou a direcção, em Dezembro de 1971. Em Novembro de 1973, «Rocha» foi afastado, sendo «Beça» / «Dionísio»²⁵³ cooptado como suplente. Durante 1972 e 1973, o Comité Central solicitou a presença de «Mendes», que justificou a impossibilidade de se deslocar ao estrangeiro com a dificuldade em transpor as fronteiras. A 10 de Dezembro a direcção enviou um ultimato a «Mendes» para que este comparecesse numa reunião até 31 de Dezembro de 1973. Deste modo, foram-se efectivamente constituindo dois PCP (m-l), um no interior e outro no exterior, situação que se explicitaria em vésperas do 25 de Abril.

Nuno Crato chegou a ir a França enviado por «Mendes». Na sua opinião, a grande divergência teórica situava-se na escolha do «inimigo: «o Mendes era obcecado pelo MRPP e o Vilar achava que devíamos preocupar com o PC e desenvolver trabalho

Encontro Português de Reuil, Club Português de Champigny, Associação dos Trabalhadores Portugueses da Aglomeração Lionesa, Centro Outubro e Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular. Fora de França, pertenciam ao MTPE: Associação Resistência e Trabalho (Holanda), Centro Cultural e Recreativo de Bruxelas (Bélgica), Liga Portuguesa do Ensino de Londres (Inglaterra), Associação Operária 1.º de Maio, em Estugarda, Centro Cultural de Neuss e Clube dos Trabalhadores Portugueses de Dusseldorf (Alemanha).

²⁵² «Carta aberta aos comunistas portugueses sobre o chamado PCP (m-l)», «Gonçalves», «Gerónimo», «Germano», «Eduardo» e «Graça», s.d.

²⁵³ Aparece referido num documento posterior ao 25 de Abril como oriundo do «campesinato nortenho». Depois de ter trabalhado como empregado de biblioteca e barbeiro, emigrou para França na sequência da sua deserção, tendo trabalhado nove anos como operário metalúrgico. Em Janeiro de 1968 foi trabalhar para Nantes. Foi recrutado para o PCP (m-l) em 1971. Pouco depois é afastado do trabalho de massas com o intuito de poder vir para Portugal, facto que não chega a acontecer antes do 25 de Abril. «Documentos da Comissão de Inquérito n.º 2», CMLP, 05/09/1975.

operário». Após uma tentativa fracassada de passar a fronteira, foi decidido que Nuno Crato iria a Paris discutir as divergências com a direcção do PCP (m-l).

Tenho uma reunião com o Mendes, quase fraccionista, onde ele me diz aquilo que eu vou dizer ao Vilar. Fomos para uma casa onde o Mendes esteve dois dias a falar. E eu a tomar notas. Passei mais dois dias a passar aqueles lençóis de papel em mortaldas de cigarro. É impressionante, dez folhas A4 cabem em dez mortaldas de papel. Dobro aquilo tudo, fita-cola à volta, pastilha elástica a cobrir, meto na boca e passo a fronteira assim. Se por acaso a polícia desconfiasse de alguma coisa, engolia-se e acabou...

Cheguei a Paris, instalei-me num hotel que o Mendes tinha arranjado e passei um ou dois dias a voltar a passar aquilo tudo para papel. O Vilar disse-me que já sabia que eu estava lá para falar com eles e marcou-se uma reunião.

Mas não havia uma grande divergência... Havia esta coisa do MRPP, mas eram essencialmente questões práticas. E eu expliquei: «precisamos de dinheiro, precisamos do aparelho não-sei-quantos, que vocês não mandaram, etc». Fiz um elenco das coisas que precisávamos e um relatório da actividade. Depois eles reuniram numa das tardes em que eu não estava. O Vilar convoca-me e fica para aí uma hora a falar comigo onde me diz o seguinte: «primeiro, as coisas que o Mendes te contou não devia de contar porque era só para falar connosco». Respondo que o Mendes não sabia como ir lá e ele: «não, ele sabia como vir cá se quisesse. Diz-lhe só isso». E diz-me depois que a nossa posição sobre o MRPP não estava correcta, que eles só tinham influência no meio estudantil e nós tínhamos era de concentrar esforços no meio operário.²⁵⁴

Ainda antes do 25 de Abril uma parte do CRML – a abordar no capítulo 8 – integrou o PCP (m-l). Um outro pequeno grupo, localizado no Porto, veio também a aderir ao PCP (m-l) e a cindir-se posteriormente pelas duas facções constituídas. Tratou-se do Grupo de Estudos Marxistas-Leninistas Maoístas, existente naquela cidade desde meados de 1973, fundado por iniciativa de Jorge Gonçalves e Jorge Lage. Segundo Pacheco Pereira, o grupo era composto por treze pessoas, sem laços

²⁵⁴ Nuno Crato. Entrevista, 17/01/2008. Esta mesma leitura da escolha do MRPP como principal inimigo aparece também «denunciada» num documento de 23 de Junho de 1974, preparatório do VI Congresso do PCP (m-l), intitulado «Dissipando as nuvens de fumo lançadas por Mendes».

orgânicos estruturados, mais virados para a leitura e discussão da imprensa marxista-leninista, mas influenciados pelo PCP (m-l), sendo os seus estatutos internos adaptados daquele partido. Publicou um jornal intitulado *Camarada* e várias brochuras e tarjetas, com tiragens a oscilar entre os 15 e os 100 exemplares²⁵⁵.

A 23 e 24 de Março de 1974, «Vilar» e «Sá» convocaram a 3.^a Conferência, na estiveram presentes vinte e três elementos, nove dos quais membros do Partido, e três dos sete membros do Comité Central («Vilar», «Sá» e «Ortigão»). A conferência decidiu a expulsão de «Mendes», «Ortigão» e «Beça» e, a 26 de Março, os dois últimos participaram numa reunião em sua casa onde um grupo armado com pistolas terá recolhido papéis que tinham em sua posse²⁵⁶. A chegada do 25 de Abril apanhou a organização dividida entre «exterior» e «interior», com alguma participação nos meios estudantis e na emigração parisiense, mas essencialmente dominada por guerras intestinas que se prolongariam já depois de Abril de 1974, com a formação de dois partidos distintos, editando um jornal com o mesmo nome e reclamando-se momentaneamente da mesma sigla.

²⁵⁵ José Pacheco Pereira (2003), «Grupo de Estudos Marxistas-Leninistas Maoístas», *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo.weblog.com.pt/arquivo/086348.php>>. Acedido a 15/01/ 2009.

²⁵⁶ «Denunciemos a farsa do falso VI Congresso do Partido Comunista de Portugal (M-L)», PCP (m-l), 03/01/1975.

CAPÍTULO 3

MRPP: Criar na luta o Partido que nunca existiu

Fundado em Setembro de 1970, o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) teve a sua origem na EDE (Esquerda Democrática Estudantil), que crescerá na Universidade de Lisboa na sequência do impacto das contestações estudantis de 1968 e 1969, e na penetração em sectores da juventude operária na margem norte de Lisboa, a partir da agitação em torno das «eleições» marcelistas de Outubro de 1969. O MRPP viria a distinguir-se pelo activismo ruidoso, pela dinamização da luta anticolonial junto dos sectores juvenis e pela linguagem triunfalista, decalcada do discurso dos guardas vermelhos chineses. Após um período inicial de indefinição, também se destacaria por considerar o PCP como um partido de «traidores», assegurando que nunca existira em Portugal um verdadeiro Partido Comunista.

3.1 A Esquerda Democrática Estudantil

A génese da EDE remonta a uma manifestação contra a guerra do Vietname ocorrida junto da embaixada dos Estados Unidos da América, a 21 de Fevereiro de 1968. Procurando atingir em ricochete a guerra levada a cabo em África, que nessa altura se precipitava numa fase particularmente crítica, a manifestação acompanhava eventos semelhantes marcados para o mesmo dia noutros países europeus. A iniciativa decorrera à margem do PCP e fora convocada pelos Comités Vietname, estruturas propositadamente criadas no meio universitário para o efeito. A PIDE viria a apurar que a ideia inicial partira de Amadeu Lopes Sabino, que estivera em Janeiro de 1968 num seminário estudantil em Dublin (Irlanda), onde juntamente com delegados de França, Holanda, Espanha e Canadá planeou levar a efeito uma jornada supranacional de apoio ao povo do Vietname. Lopes Sabino comunicou o facto a Helena Bruto da Costa, em busca de um apoio do PCP para a iniciativa, que não viria a lograr. Falou com Alfredo Barroso e Jaime Gama, que

consideraram a iniciativa interessante, e com Fernando Rosas, que se mostrou muito receptivo e informou estar já em estruturação um «movimento» nas escolas de Lisboa apto a desenvolver a campanha pró-vietnamita²⁵⁷.

Segundo João Isidro, este sector radical tinha visto a sua potencial base de recrutamento alargar-se significativamente no decorrer do ano de 1967²⁵⁸. Em primeiro lugar, com a realização do IV Seminário de Estudos Associativos, no Instituto Superior Técnico, no qual se discutiram as linhas de força que deveriam guiar o movimento associativo estudantil, e que marcou a arrancada para uma nova fase, mais politizada²⁵⁹. Em segundo lugar, sublinhe-se também o impacto das acções estudantis de auxílios às vítimas das cheias de finais de Novembro, que trouxeram para o campo do oposicionismo muitos estudantes que puderam ver com os seus próprios olhos a miséria mais extrema, a censura e a falta de apoios necessários à população sinistrada²⁶⁰. Pouco depois, o impacto do «Maio de 68» viria também a servir de propulsor para a radicalização política e cultural desta juventude escolar.

Vários dos dinamizadores da manifestação participaram logo a seguir na criação da EDE. É o caso de Amadeu Lopes Sabino e Fernando Rosas, que haviam pertencido ao PCP. O Comité da Cidade Universitária, com o qual Fernando Rosas se encontrava em ligação próxima, era composto por Filipe Rosas (Medicina), Luís Guerra (Direito) e Rui Pereira (representante de Letras, embora fosse estudante de Medicina)²⁶¹. No momento inicial, o grupo tinha uma configuração bastante ecléctica, assumindo-se como uma frente estudantil de esquerda e que se pretendia afastada das oposições tradicionais de matriz socialista e comunista. Progressivamente, o movimento vai adquirindo uma feição mais «marxista-leninista», aproximando-se dele Arnaldo Matos, que viera de Macau, onde cumprira o serviço militar, e adquirira amplo conhecimento das obras de Mao.

A EDE editou onze documentos entre finais de 1968 e meados de 1970. O primeiro boletim define a EDE como um «movimento novo, num contexto novo». A organização pretendia-se «unitária» – «reunindo as forças democráticas da esquerda estudantil dispostas a lutar contra a ordem fascista» –, independente dos

²⁵⁷ ANTT – PIDE/DGS, PC 404/71, NT 6249, fl. 86.

²⁵⁸ João Isidro (2008), «Uma manifestação contra a guerra do Vietname em Lisboa», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar, volume 24. 1968. Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*. Di Agostini, pp. 125-127.

²⁵⁹ Cf. Nuno Caiado (1990), *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 117-176.

²⁶⁰ Este episódio será abordado com maior detalhe no capítulo 15.

²⁶¹ Fernando Rosas. Entrevista, 27/10/2009; ANTT – PIDE/DGS, PC 222/71, NT 6221.

partidos existentes e «solidária com todos os povos que no mundo de hoje lutam pela independência, pela liberdade, pelo progresso»²⁶². No documento seguinte, contudo, já se afirma a necessidade de rejeitar as tradicionais palavras de ordem da «unidade anti-fascista», e estipula-se que essa «não pode compreender as forças revolucionárias e as forças burguesas que se opõem ao governo», mas que se deve organizar em torno da luta contra «o poder da burguesia (“ditatorial” ou “democrático”), a repressão e a guerra colonial»²⁶³.

O contexto novo a que acima se fazia menção exprimia-se na subida ao poder de Marcelo Caetano. Segundo a EDE, isso correspondia a uma alteração qualitativa no que concerne às estruturas económicas e às alianças dentro das classes dirigentes. O Portugal agrário e pré-industrial estava agora a ser substituído através de amplos processos de modernização que alteravam a estrutura do capital. Afirmava-se, porém, a incapacidade de Marcelo em levar a cabo o seu desejado projecto de liberalização, em função das fortes contradições entre as elites económicas e a atrofiante permanência da guerra colonial.

Assim, tanto seria errado considerar que o marcelismo não vinha alterar em nada o regime, como acalentar esperanças políticas relativamente à prometida liberalização. Em consequência, tratava-se de evitar fazer o combate contra o fascismo «sob a tradicional forma unitária com toda a burguesia não-monopolista», o que levaria as «forças populares a travarem uma luta em termos que não são necessariamente os seus», correndo o risco de um futuro isolamento. A luta deveria ser contra a burguesia monopolista, contra o capitalismo e contra o imperialismo, não esquecendo que a guerra colonial era o «principal nó de contradições do sistema capitalista que rege Portugal, país colonialista progressivamente colonizado pelo imperialismo»²⁶⁴.

Perante o processo eleitoral de 1969, a EDE aspirava representar uma «terceira via» no conjunto das oposições. Criticava tanto o PCP como os socialistas, considerando que se devia aproveitar o período eleitoral, embora afastando qualquer hipótese de ir às urnas. A organização rejeitava assim a ideia «segundo a qual o

²⁶² S.t., *Esquerda Democrática Estudantil*, n.º 1 [Novembro / Dezembro de 1968].

²⁶³ «Editorial», *Esquerda Democrática Estudantil*, n.º 2 [Fevereiro de 1969]. Em 1970, a PIDE parece ainda não perceber o que seja a EDE. Num documento interno datado de 5 de Fevereiro de 1970 estabelece-se uma ligação directa entre a organização e os sectores m-l no exílio, esclarecendo-se que a EDE é uma «publicação clandestina» de matriz pró-chinesa «orientada do estrangeiro (Paris) por um tal Heduíno dos Santos Gomes, que foi aluno do Instituto Superior Técnico e se encontra exilado na Bélgica». Refere-se também uma relação entre a EDE e Helder Costa, destacado dirigente de *O Comunista*. ANTT – PIDE/DGS, 3529/62 SR, NT 3356, fl. 26.

²⁶⁴ EDE, *Para uma oposição revolucionária ao poder da burguesia monopolista* [Julho de 1969].

período eleitoral é necessariamente o período privilegiado da luta política»; mas também negava a «fórmula eleições-traição», agitada por alguma extrema-esquerda, que acarretaria o «abstencionismo político e a paralisação da luta». Para a EDE, as eleições não assumiam uma importância «decisiva, básica», mas sim uma importância tática, uma excelente oportunidade para «desencadear novos assaltos à fortaleza do capitalismo». Em termos organizativos, defendia-se que a prioridade deve ser dada ao trabalho de base que compreenderia o lançamento de um movimento de juventude de cariz «novo, dinâmico e mobilizador»²⁶⁵.

Assim, a EDE não participou na CDE mas interveio na dinamização de um Movimento da Juventude – que tinha elementos que participavam na CDE – e que se estabeleceu como uma espécie de «fronteira externa» relativamente a essa plataforma eleitoral. Realizaram-se vários convívios – na Arrábida e na Fonte da Telha, por exemplo – onde se discutiu a participação ou não nas eleições, defendendo os jovens afectos à EDE o «boicote activo à farsa eleitoral»²⁶⁶.

Esta clivagem manifestou-se noutros lugares. *O Tempo e o Modo*, por exemplo, uma revista que a extrema-esquerda começava a hegemonizar, realiza uma mesa redonda no rescaldo das eleições. Nela, alguns redactores questionam João Bénard da Costa, ainda director da publicação, sobre a sua presença nas listas da CDE e as opções realizadas por esta plataforma. Neste «jogo da verdade (possível)», Arnaldo Matos considera que «a contradição está não no ter participado, mas no querer participar sem querer ir até ao final». E Amadeu Lopes Sabino acrescenta: «a partir do momento em que não se lançou outro tipo (radical) de luta, deixou de ter significado o não ir às urnas»²⁶⁷. Tratava-se, pois, de entender as eleições de um ponto de vista não eleitoralista, capaz de insuflar disposição combativa nas massas, o que segundo estes sectores não havia acontecido no decorrer da contenda. O próprio Lopes Sabino, num livro publicado em 2009, esclarece:

Os mais radicais – entre os quais me incluía – eram pela pura e simples abstenção. Sempre entendi, e continuo a achar que estava certo, que qualquer participação nos plebiscitos eleitorais do Estado Novo, jogando uma partida cujo resultado era conhecido com antecedência, legitimava o

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ Fernando Rosas. Entrevista, 27/10/2009; Vidaul Ferreira. Entrevista, 05/10/2007.

²⁶⁷ «Mesa Redonda», *O Tempo e o Modo*, n.º 74, Dezembro de 1969.

regime e as suas regras e nada trazia de positivo para o antissalazarismo.²⁶⁸

No ano lectivo de 1969/70, Arnaldo Matos ganhou a Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa à frente de uma lista apoiada pela EDE, que viria a não ser homologada pelas autoridades, e cujo slogan era retirado de uma frase de Mao usada pelos Guardas Vermelhos: «Ousar Lutar, Ousar Vencer». Nela estavam, entre outros, Vladimir Roque Laia, Duarte Teives, Carlos Almeida Fernandes, António Dias, Francisco Gonçalves Pereira e Vítor Ramalho. A presença de activistas da EDE nos corpos gerentes da associação de Direito não era nova: Amadeu Lopes Sabino, ainda como militante do PCP, fora presidente no ano lectivo de 1966/67 e, em 1968/69, Duarte Teives Henriques pertencera à direcção liderada por Manuel Roque. Em 1971/72, a AAFDUL viria a ser conquistada por uma lista encabeçada por Carlos Gago e onde estavam também Pedro Palhinha, Ribeiro dos Santos e João Isidro, todos simpatizantes ou militantes do MRPP.

3.2 Criar na luta o partido que nunca existiu

Na sequência do crescimento da EDE e da penetração na juventude operária da zona de Vila Franca de Xira e Alverca, um conjunto de militantes decidiu lançar as bases de um novo movimento maoísta. É assim fundado, a 18 de Setembro de 1970, o MRPP. A reunião decorreu em Benfica, e nela estiveram presentes Fernando Rosas, Arnaldo Matos, João Machado e Vidaul Ferreira²⁶⁹. Este grupo constituiu o primeiro comité central – autodesignado Comité Lenine – tendo Arnaldo Matos sido nomeado secretário-geral, Fernando Rosas responsável pelo sector estudantil, Vidaul Ferreira pela margem sul e João Machado pela região de Vila Franca e Lisboa. Lembra Fernando Rosas:

O MRPP aparece da radicalização política da maioria da EDE, que se resolve juntar a estudantes que estão na tropa – e que formariam a RPAC

²⁶⁸ Amadeu Lopes Sabino, Jorge Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho. Quando o Futuro Existia*. Lisboa: Bizâncio, pp. 308-309.

²⁶⁹ Numa entrevista ao *Luta Popular* (n.º 93, de 1975), reproduzida por Judith Balso, João Machado refere apenas três participantes na reunião, aparecendo omitido o nome de Vidaul Ferreira. Judith Balso (s.d.), *O MRPP*. Lisboa: Edições Delfos, p. 276. A mesma versão aparece em *Luta Popular*, n.º 938, Junho de 2005. A razão poderá estar no facto de Vidaul Ferreira ter sido afastado do Comité Central nas proximidades do 25 de Abril.

– e aos jovens de Vila Franca. São estas três componentes: malta da tropa, EDE, operários de Vila Franca, que se juntam no Comité Lenine. A princípio é uma coisa confusa... e improvisada. Criar o partido na luta, fundar o partido na acção... aquilo no início fazia-me um bocado de impressão, a mim que vinha do PC.²⁷⁰

Se João Machado faria a ligação ao operariado jovem da margem norte, Vidaul Ferreira era o elemento oriundo da margem sul e que estava na tropa. Recorda desta forma a reunião de fundação:

A reunião serve apenas para formalizar a constituição do colectivo, uma vez que já havia um grupo de cerca de cinquenta e tal pessoas. Foi em casa do Filipe Rosas, em Benfica. Ele estava presente mas nós nunca o vimos. Aliás, só soube que era a casa dele uma data de anos depois. Foi decidido o nome do partido, o nome dos jornais, a composição do órgão central... (...)

Mas há uma questão muito importante nesse dia, que é a da discussão em torno da designação do grupo, se ele devia ou não chamar-se «comunista». E nessa altura o Arnaldo Matos defendeu que não se devia chamar «comunista» e os restantes defendiam que sim. O engraçado é que o Arnaldo Matos argumentou de uma tal maneira que nos convenceu a todos. Houve uma vitória de 1 a 3. E deu-se a designação de «Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado».²⁷¹

O novo movimento destina às suas áreas de implantação nomes bastante significativos: a margem sul, de Almada ao Montijo, será a Zona Mao Tsé-Tung; a área de Vila Franca de Xira e Alverca será a Zona Estaline e Lisboa ficará com o epíteto de Zona Karl Marx. Mais tarde a área do Baixo Ribatejo (Alenquer, Carregado) será designada como Zona Ho Chi Minh e a Região da Beira Litoral (Leiria e Coimbra) como Zona Engels. Deste modo, se o nome de Lenine apadrinhava o núcleo duro dirigente, os restantes elementos do friso marxista-leninista-maoísta – Marx, Engels, Estaline, Mao – eram convocados para designar áreas de intervenção regional. Estranho a este quinteto clássico, o nome de Ho Chi Minh demonstrava a importância que a corrente atribuía à luta anticolonial e anti-

²⁷⁰ Fernando Rosas. Entrevista, 27/10/2009.

²⁷¹ Vidaul Ferreira. Entrevista, 05/10/2007.

imperialista, que aliás, como se viu, foi um dos catalisadores iniciais do que viria a ser o MRPP.

Em Dezembro de 1970, foi lançado *Bandeira Vermelha*, órgão teórico do MRPP, «organização embrionária do futuro Partido Revolucionário do Proletariado Português». Propunha o reagrupamento dos marxistas-leninistas, já que o PCP se encontrava dominado «por uma fracção da burguesia que trai e paralisa a luta da classe operária e dos explorados». Considerava-se que a FAP, «apesar da sua degenerescência prática», tinha elaborado um património teórico que veio abrir «o caminho da acção revolucionária contra o oportunismo»²⁷². A expressão «reorganizativo» indiciava também essa inscrição na linhagem «marxista-leninista». Fernando Rosas garante que o documento foi escrito por si, de acordo com a tradicional óptica m-l, tendo sido feitas algumas correcções após grande discussão²⁷³. O mesmo se induz do nome de um comité de Vila Franca de Xira – Comité Soeiro Pereira Gomes – que nesta evocação do conhecido escritor neo-realista e membro do PCP optava por sublinhar positivamente o passado comunista²⁷⁴.

Assim se compreende como, naquele documento publicado no *Bandeira Vermelha*, a par da análise positiva de alguns momentos da história do PCP até 1956, se afirme também que desde a sua fundação, em 1921, o PCP foi uma «tentativa frustrada de ruptura marxista-leninista com o domínio pequeno-burguês no movimento operário» e que a sua história mais não é do que um «longo itinerário de controlo pequeno-burguês»²⁷⁵. Esta última posição, particularmente defendida por Arnaldo Matos, tornou-se dominante na organização. No primeiro número do *Guarda Vermelha*, jornal da Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML), estrutura estudantil ligada ao MRPP, sustentava:

A grande massa do proletariado português não está ainda armada de uma organização, dum partido que o enquadre e dirija no pleno aproveitamento das excelentes condições de luta existentes. Não está nem nunca esteve. A despeito de no passado ter travado grandes lutas objectivamente revolucionárias (1944-49,

²⁷² «Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado», *Bandeira Vermelha*, n.º 1, Dezembro de 1970.

²⁷³ Fernando Rosas. Entrevista, 27/10/2009.

²⁷⁴ Agradeço a Pedro Alves a chamada de atenção para a existência deste comité e a cedência de documentação da estrutura, alusiva aos anos de 1971 e 1972.

²⁷⁵ «Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado», *Bandeira Vermelha*, n.º 1, Dezembro de 1970.

1958, 1962) o seu combate foi desde sempre liderado por um partido dominado pela burguesia radical, o PCP, que ao longo da história do movimento operário se encarregou de impedir e sabotar os grandes saltos revolucionários da luta proletária pondo-a ao serviço do reformismo eleitoralista da média-burguesia, servindo-se dos movimentos de massas para procurar com ela as negociações legalistas e eleitoralistas.²⁷⁶

O MRPP passou então a defender a ideia, contrariamente ao que seria a posição dominante no universo m-l, de que nunca houve em Portugal um partido verdadeiramente comunista. Em entrevista concedida em 1974/75 a Judith Balso, Arnaldo Matos afirmou que na origem do MRPP esteve «a tomada de consciência por parte dos comunistas e dos operários de vanguarda (...) de que não existia em Portugal um partido autenticamente comunista, um partido marxista-leninista, e de que nunca tinha mesmo existido»²⁷⁷. Pela mesma altura, o dirigente José Luís Saldanha Sanches reiterará esta interpretação. À pergunta «Quais as razões que levaram à formação do MRPP», respondia:

A questão central que se punha e põe era a de saber se existia ou não um partido da classe operária. Não havia. Era necessário criá-lo. Esse partido não sairia, por outro lado, do partido revisionista – o P«C»P – que nunca fora um partido marxista-leninista e que, além disso, não tinha uma esquerda interna consequente. Assim não seria a partir de uma cisão do partido revisionista que o partido do proletariado seria criado.

Nesta linha interpretativa, Saldanha Sanches acrescentava que «o facto de eu e de outros – poucos – camaradas termos militado no P“C”P²⁷⁸ não tem qualquer

²⁷⁶ «Editorial», *Guarda Vermelha*, n.º 1, Junho de 1971.

²⁷⁷ Judith Balso (s.d.), *O MRPP*. Lisboa: Edições Delfos, p. 170. Ainda mais claramente, em Novembro de 1973, a propósito das «eleições» para a Assembleia Nacional, afirma-se que «os escroques revisionistas pretenderam engaiolar o movimento popular revolucionário para o colocarem de novo ao serviço dos interesses da burguesia colonial fascista, como sempre têm feito desde 1921.» «A Farsa Eleitoral reduzida a pó», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

²⁷⁸ A prática de colocar aspas em determinadas letras de uma sigla política foi particularmente usada pelo MRPP, sobretudo referindo-se ao «Partido “Comunista” Português», e aparece em documentos pelo menos desde 1972 (cf., por exemplo, «Que Viva Estaline! Resolução do Comité Lenine a propósito da morte do grande Estaline», MRPP, Outono de 1972). Pretendia-se notar deste modo que o carácter comunista do referido partido era apenas invocado e não real. É preciso sublinhar, porém, que o MRPP não foi o único grupo a fazê-lo. O PCP (m-l) e a OCMLP também se referiram da mesma maneira ao PCP. Cf., por exemplo, «Como os revisionistas de Cunhal mistificam a actual realidade

significação». Falando da extrema-esquerda m-l, considera-a «neo-revisionismo que, felizmente, nunca teve qualquer influência no seio da classe operária»²⁷⁹. Se esta posição relativamente ao PCP já tinha aparecido de maneira clara em 1971, a resolução «Que Viva Estaline!», emanada pelo Comité Lenine no Outono de 1972, estende a análise aos grupos «marxistas-leninistas».

São duas coisas radicalmente diferentes (...) dizer-se que o Partido Comunista Português se tornou revisionista, porque adoptou as teses do XX Congresso; ou dizer-se que ele adoptou as teses do XX Congresso porque já era revisionista. (...) A cisão da confraria neo-revisionista não tem, por conseguinte, o carácter e a natureza duma ruptura entre o marxismo-leninismo-maoísmo e o revisionismo moderno mas o carácter e a natureza duma divisão no seio do próprio revisionismo. Eles são os neo-revisionistas, na nossa terminologia, e para os «distinguir» do revisionismo cunhalista.²⁸⁰

3.3 O assassinato de Ribeiro dos Santos

A 12 de Outubro de 1972 é assassinado o estudante de Direito e militante da FEML José António Ribeiro dos Santos, no decorrer de um «meeting contra a repressão» nas instalações de Económicas. Pouco antes do início da reunião, os estudantes haviam deparado com um agente da polícia política no recinto. Prendem-no e contactam a PIDE/DGS para que o viesse reconhecer. Chegados ao anfiteatro, os agentes afirmam não conhecer o indivíduo mas insistem em levá-lo. Geram-se

soviética», *Estrela Vermelha*, n.º 14, Dezembro de 1972; «Na via da reconstrução do Partido: o lançamento dos Comités Pró-Partido», *O Grito do Povo*, n.º 13, Maio de 1973. Como se viu no capítulo anterior, existem documentos da UEC (m-l), estrutura estudantil do PCP (m-l), nos quais se coloca entre aspas a sigla «MRPP» - afirmando-se assim que aquele não era verdadeiramente um «movimento reorganizativo do partido do proletariado» - e a expressão «marxista-leninista» no acrónimo «FE“ML”». Cf. «Sobre uma manobra de diversão (o “MRPP”)», CMLP, Março de 1971; «Mobilizemos audaciosamente as massas para a luta política», Comissão Executiva da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas), 10/05/1973.

²⁷⁹ José Luís Saldanha Sanches e Miguel Serras Pereira (1974), «Saldanha Sanches: pela revolução democrática e popular». *Vida Mundial*, n.º 1833, 31/10/1974. Todavia, após a sua saída do MRPP, Saldanha Sanches escreve um livro acusatório onde, entre outras coisas, chama a atenção para o facto de esta não ter sido desde sempre uma ideia peremptória no movimento. Defende que o número 2 do *Bandeira Vermelha* nunca chegou a sair uma vez que número inicial era precisamente o repositório dessa indefinição. J. L. Saldanha Sanches (1975), *O MRPP. Instrumento da contra-revolução*. Lisboa: Ulmeiro. 2.ª edição, p. 98.

²⁸⁰ «Que Viva Estaline! Resolução do Comité Lenine a propósito da morte do grande Estaline», MRPP, Outono de 1972.

escaramuças entre os estudantes e os dois polícias presentes no local que, disparando, atingem José Lamego e Ribeiro dos Santos, vindo este último a falecer, já no hospital²⁸¹. Ferido, Lamego deu entrada no Hospital de S. José mas a PIDE exigiu que fosse removido para o hospital-prisão de Caxias, a 18 de Outubro. Após 90 dias de prisão preventiva, a PIDE considera não ter conseguido confirmar as suspeitas que pendiam sobre o jovem estudante, libertando-o a 9 de Janeiro de 1973.

O funeral de Ribeiro dos Santos transformou-se numa significativa manifestação contra o regime. Foi redigido um comunicado conjunto «À População», aprovado em assembleia no Técnico, e decidiu fazer-se uma grande manifestação silenciosa. À saída da urna, no Largo de Santos, os estudantes pretenderam levar o caixão em desfile até à Ajuda, mas a polícia interveio, derrubou o caixão e os estudantes que o carregavam foram substituídos por agentes. Das cerca de 3.000 pessoas presentes, várias acabaram por ser feridas nas escaramuças que se seguiram e algumas foram presas. A PIDE anotou a detenção de vinte pessoas, dezasseis das quais estudantes²⁸². Foi o caso de Aurélio Pestana, Olga Moura e Glória Ramalho, de Ciências – esta última presidente da associação de estudantes e militante da UEC (m-l) –, Joaquim Carneira, Beatriz e João Paulo Casquilho, do Técnico, Judas, Ferreira Mendes e Vizinho, de Medicina, e Saúl, da Escola Industrial. Todos eles foram submetidos a torturas que incluíram isolamento, tortura do sono e espancamentos²⁸³. Glória Ramalho – que frequentava o curso de Biologia depois de ter terminado o curso de Física – esclarece:

Fui presa no dia 14 de Outubro de 1972, dia do funeral de Ribeiro dos Santos, numa das manifestações que teve lugar nesse dia. Não fui condenada. Saí em liberdade dois meses e sete dias depois. Nos dois meses e sete dias na prisão de Caxias fui interrogada e submetida à tortura do sono (cinco dias e cinco noites). Como a PIDE/DGS não conseguiu nada para me incriminar teve de me libertar.²⁸⁴

²⁸¹ Jorge Costa (2002), «O ano da morte de Ribeiro Santos», *História*, nº 49, III Série. Cf. também: João Madeira, Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 403-410.

²⁸² ANTT – PIDE/DGS, 3529/62 SR, NT 3371, fl. 231-234.

²⁸³ «A Glória, o Aurélio e a Olga foram soltos. Glória – 5 dias e 5 noites de tortura do sono». *Improp.* Associação dos Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, n.º 18, Janeiro de 1973.

²⁸⁴ Glória Ramalho. Depoimento, 13/12/2007.

O episódio reforçaria a hostilidade do MRPP para com as restantes formações políticas. No interior do MRPP faria escola a tese de que o assassinato do seu militante fora o resultado da colaboração entre «agentes da PIDE» e «dois agentes revisionistas do Partido chamado “Comunista” e dito “Português” do biltre Barreirinhas Cunhal»²⁸⁵. Para esta organização, «o fascismo apertou o gatilho e o revisionismo apontou-lhe o alvo – tal é a justa apreciação acerca da sinistra confabulação das forças da classe contra-revolucionária que assassinaram o grande bolchevique José António Ribeiro dos Santos». Quanto à «confraria neo-revisionista», admite-se que beneficiam dos «favores da repressão, uma vez que eles não só boicotam a construção do partido revolucionário do proletariado como denunciam os seus militantes»²⁸⁶.

Após a morte de Ribeiro dos Santos, o Comité Lenine fez aprovar a resolução «Todos os quadros são servidores do povo», na qual se fazia a evocação do «primeiro marxista-leninista-maoísta que deu a vida pela Revolução Proletária e pelo Comunismo». Considerava-se que este acto heróico apenas poderia ter vindo de um militante da FEML e nunca dos «neo-revisionistas», adeptos da «teoria dos quadros», que estipulava a distância dos membros da organização dos teatros de luta. O Comité Directivo da FEML passou a ser designado «Estrela Vermelha – Ribeiro Santos» e a organização tornou-o, a título póstumo, militante e quadro do MRPP²⁸⁷. Mais tarde, o controlheiro de Ribeiro Santos na FEML, identificado apenas como «camarada Alexandre», descreveu numa linguagem bastante visual o carácter historicamente relevante do martírio do estudante:

Com o seu sacrifício heróico, o nosso querido camarada fazia com que passasse a existir entre nós o glorioso exemplo daqueles que morrem pelo povo aplicando uma linha política revolucionária, tornando a sua morte uma escola de comunistas e regando com o seu sangue generoso o chão de onde virão a brotar futuras vitórias.²⁸⁸

²⁸⁵ «Honra a Ribeiro Santos! O Povo não te esquecerá!», MRPP, s.d.

²⁸⁶ «Todos os quadros são servidores do povo», *Comité Lenine do MRPP*, Outono de 1972. Paulo Bárcia e António Silva também datam desta altura o rompimento das colaborações com a corrente estudantil «Todo o Poder aos Cursos». Paulo Bárcia e António Silva (2010), *Movimento de Esquerda Socialista. Uma improvável aventura*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 81-82.

²⁸⁷ «Sobre uma provocação pidesca da confraria neo-revisionista», *Guarda Vermelha*, n.º 3, Fevereiro de 1973.

²⁸⁸ Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Pasta Ribeiro Santos, Comunicados / Panfletos, PCTP / MRPP – realizações; – temáticos.

3.4 Influência operária e influência estudantil

Um dos primeiros focos de implantação extra-estudantil do MRPP foi nos TLP (Telefones de Lisboa e Porto), onde trabalhava João Machado. As OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) também tiveram desde muito cedo a presença do grupo. Guerreiro Jorge entrou nas OGMA em 1962, com 16 anos, vindo de Beja, e vinca uma particularidade curiosa das oficinas:

Desde que entrássemos nas Oficinas antes da Inspeção Militar, fazíamos apenas a recruta e passávamos a funcionários civis da Força Aérea. Tínhamos de fazer os quatro anos como era obrigatório qualquer pessoa fazer na tropa. Findo esse prazo podíamos sair.

Cumpriam serviço militar como civis...

Exacto. E como deve calcular isso juntou ali cerca de 3.000 jovens, todos com o mesmo objectivo.²⁸⁹

A implantação operária do MRPP nas OGMA foi muito devedora do trabalho cultural efectuado por Amadeu Lopes Sabino, que havia sido professor em Alverca, e que deu clandestinamente, por esta altura, cursos de marxismo-leninismo na localidade.

Aliás, o Amadeu Lopes Sabino faz mais do que isso. Forma, nas OGMA, a primeira célula operária do MRPP. Éramos três: eu, o [Manuel da Cunha Lopes] Figueiredo e o [Fernando de] Sousa Nunes, que viria a ser preso uns anos mais tarde²⁹⁰. Só que essa célula tem uma história muito breve. A primeira reunião foi de adesão, lemos um caderno da EDE (ainda não havia sequer material teórico do MRPP) onde há uma análise ao Partido Comunista, e lemos coisas sobre a guerra colonial. Na segunda reunião, rompemos com o MRPP: eles queriam pôr-nos a fazer pichagens em Alverca e a distribuir de um comunicado do MRPP. E nós todos dissemos «calma aí, ainda agora entrámos e já nos estão a dar coisas tão difíceis?». Para nós, que não tínhamos carro, que não tínhamos prática nenhuma de movimentos associativos... A minha ligação com o MRPP é interrompida

²⁸⁹ Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.

²⁹⁰ Fernando de Sousa Nunes foi preso na Marinha Grande. Seria acusado, juntamente com Fernanda Dâmaso, de colaborar na impressão do *Luta Popular* e de formar células nas OGMA e em Alverca.

aí. Pouco depois dá-se a criação de uma nova célula onde já não estou, mas onde já está o [Francisco Antunes] Baptista (...) Aquele comité, do qual eu já não fiz parte, fez pouco depois um comunicado radicalíssimo em relação às OGMA e que politizava algumas acções que nós lá fazíamos e que eram de perfeita «anarquizada». Tenho um amigo que era perito nisso: ia aos armazéns onde estavam os instrumentos de alta precisão e começava a mandá-los à parede, voltava a metê-los nas caixinhas e nunca ninguém foi incomodado por causa disso, o que é espantoso!²⁹¹

O movimento começou a lançar os primeiros núcleos operários na zona de Vila Franca de Xira, Alhandra e Alverca e estendeu depois a sua influência a algumas zonas da Beira Litoral. Empresas como a Soda Póvoa, a Previdente, a TAP, a Mague, a Gris, a Messa, a Abelheira, a Automática tiveram núcleos do grupo²⁹². Em Janeiro e Fevereiro de 1974, a prolongada greve levada a cabo pelos operários da Empresa de Limas União Tomé Feteira foi muito divulgada pelo MRPP, ao qual não será estranho o facto de Horácio Crespo Faustino ser oriundo da localidade e aí ter contactos. João Aldeia recorda o facto do pai de Horácio Crespo ser um dos operários em greve e lembra a recolha de fundos em escolas de Lisboa para ajudar os grevistas. A ida a Vieira de Leiria para entregar o dinheiro amealhado haveria de se saldar na prisão em Coimbra de João Aldeia, João Lopes e Carlos Vasconcelos, transferidos mais tarde para Caxias²⁹³.

Mas era no meio estudantil lisboeta que o MRPP assumia uma maior radicação, sobretudo em Lisboa. Em 1971 foi criada a FEML – «organização própria e autónoma dos estudantes comunistas-maoístas portugueses» – cujo responsável máximo era Danilo Matos. A organização editou, a partir de Junho de 1971, o jornal *Guarda Vermelha*. Foram definidos como alvos «o ensino e a reforma burguesas», «a repressão fascista», «a guerra colonial» e «os oportunismos», assentes na pressuposição de que «os estudantes são um grupo social aliado da classe operária». Considerando que a partir de 1969/70 se deu um salto qualitativo nos métodos e objectivos de luta, apontava-se contudo a existência de um «verbalismo pseudo

²⁹¹ Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.

²⁹² Entrevista de João Machado ao *Luta Popular*. Cit. Judith Balso (s.d.), *O MRPP*. Lisboa: Edições Delfos, p. 280; Fernando Rosas. Entrevista, 27/10/2009.

²⁹³ João Aldeia. Depoimento, 31/08/2007; «Aprender com os operários de Vieira de Leiria», Comité Executivo para a Campanha «Em Frente pelo Pão», Fevereiro de 1974.

radical», que veio substituir o «revisionismo» por «formas igualmente burguesas de radicalismo»²⁹⁴.

No meio estudantil lisboeta o MRPP influenciou as correntes «Ousar Lutar, Ousar Vencer», da Faculdade de Direito, e «Estar na Luta», actuante em Económicas. João Aldeia, um dos integrantes na tendência, sublinha o papel de João Lopes, de Jacinto Matias e de Horácio Crespo Faustino nesta última corrente²⁹⁵. Em diferentes momentos, no meio estudantil lisboeta fizeram parte de estruturas ligadas ao MRPP, entre outros, João Isidro, Danilo Matos, Camilo Inácio, Ribeiro dos Santos, José Luís Saldanha Sanches, José Lamego, Maria José Morgado, Vítor Ramalho, Violante Saramago, Pedro Palhinha, Aurora Rodrigues, António Monteiro Cardoso, Luís Marques e Ana Gomes. A maioria destes activistas actuava na Faculdade de Direito, onde em 1972 se estrearam os famosos «gorilas», um corpo de vigilantes criado para «normalizar» as universidades e composto fundamentalmente por ex-comandos, recrutados e preparados no âmbito do CDI (Centro de Documentação Internacional)²⁹⁶.

3.5 Guerra do Povo à Guerra Colonial!

A partir de 1969 cresceram nos meios estudantis as expressões de contestação à guerra. A 21 de Fevereiro de 1970, os CLAC (Comités de Luta Anti-Colonial), formados por militantes da EDE e do CMLP, realizaram a primeira manifestação especificamente contra a guerra de África. No seguimento da fundação do MRPP, os CLAC iriam cindir-se, constituindo-se então o MPAC (Movimento Popular Anti-Colonial). O órgão da MPAC era *O Anti-Colonialista* e o seu Comité Directivo

²⁹⁴ «Balanço para uma linha revolucionária da luta estudantil», *Guarda Vermelha*, n.º 1, Junho de 1971.

²⁹⁵ João Aldeia. Depoimento, 31/08/2007.

²⁹⁶ Criado em 1966, no âmbito do Ministério da Educação, o CDI funcionou como um centro de recolha documental, como estrutura de financiamento de organizações de extrema-direita e como aparelho de retaguarda para uma mais eficaz repressão governativa. A partir de 1969, pela mão do subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, Elmano Alves, o CDI passou a compilar informações relativas ao meio estudantil, através da elaboração de *dossiers* secretos entregues ao Governo baseado em dois ficheiros que dispunha - um com todos os estudantes das Universidade de Lisboa, Porto e Coimbra e outro no qual figuravam os estudantes com actividade política e associativa. Em 1971, coube ao CDI o recrutamento e preparação do corpo de vigilantes interno das faculdades. Sobre o CDI, cf. António Teodoro (2001), *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento, pp. 278-302.

denominava-se «Norman Bethune»²⁹⁷. A MPAC agrupava vários CLACs, ainda que esses pequenos colectivos tivessem uma lógica de forte informalidade organizativa.

Não era preciso centralizar tudo. Os CLACs, por exemplo, tinham um documento que era «guerra do povo à guerra colonial imperialista» e isso era a base política. Depois haviam CLACs que a gente nem sabia onde estavam. Nós divulgámos como construir uma máquina para fazer propaganda. E as pessoas faziam aquilo num instantinho: um caixilho de madeira, um tecido de seda pregado, batia-se um stencil à máquina com um texto anti-colonialista e depois íamos comprar tinta de copiógrafo – quer dizer, comprar não, trazíamos das associações de estudantes, das cooperativas (risos).²⁹⁸

O documento referido por Vidaul Ferreira – «Guerra do Povo à Guerra Colonial Imperialista» – foi emanado pelo Comité Lenine em 1971 e incentivava efectivamente a construção de CLACs dotados de «meios técnicos próprios» e de um arrojado «espírito de iniciativa»²⁹⁹. Isso levou a que se constituíssem CLACs fora de Lisboa. Entre outros, na Marinha Grande havia o CLAC Viva o Internacionalismo Proletário e existiu na Figueira da Foz um CLAC homónimo, dinamizado por José Manuel Iglésias³⁰⁰.

Outra organização na esfera do MRPP era a RPAC – Resistência Popular Anti-Colonial – dirigida aos soldados e marinheiros. Em Maio de 1970, Sebastião Lima Rego fora contactado por Amadeu Lopes Sabino para constituir um núcleo de militares afectos à EDE com vista a discutir a guerra colonial e a atitude dos jovens militares face a ela. Daí se viria a criar, em Novembro, a RPAC. O primeiro núcleo dirigente foi composto por Sebastião Lima Rego («Arsénio»), José Alberto Caeiro Costa («Júlio») e Victor Ramalho («Manuel»). O primeiro número do jornal *Resistência* aparecerá em Agosto de 1971. Em Julho de 1972, José Manuel Iglésias

²⁹⁷ Norman Bethune (1890-1939) foi um físico canadiano que ingressou no Partido Comunista Canadiano após uma visita à União Soviética em 1935. No ano seguinte envolveu-se na Guerra Civil de Espanha, auxiliando humanitariamente o lado republicano. Em 1938 viajou para a China e juntou-se aos comunistas liderados por Mao, vindo a morrer no ano seguinte durante o conflito sino-japonês. Mao escreveu um texto em sua memória nesse ano de 1939, texto esse que se viria a tornar bastante conhecido durante a revolução cultural como exemplo de abnegação e de dedicação internacionalista.

²⁹⁸ Vidaul Ferreira. Entrevista, 05/10/2007.

²⁹⁹ «Guerra do Povo à Guerra Colonial Imperialista», Directiva do Comité Lenine, Edições Bandeira Vermelha, MRPP, Outubro de 1971.

³⁰⁰ ANTT – PIDE/DGS, PC 46/73, NT 6356, fl. 364.

passaria a fazer parte do comité directivo, substituindo, em Dezembro, Lima Rego nas funções de secretário da RPAC³⁰¹. Este último esclarece:

Fiquei com a tarefa de criar a RPAC, de que era o principal responsável. Eu tinha estado pouco antes na tropa e acabei por sair devido a problemas de visão. Os números do *Resistência* foram praticamente todos feitos por mim antes de ser preso. (...) Não tínhamos muitas [células]. Tínhamos em Mafra, Santarém e Lisboa. Em especial, jovens instruendos. Oficiais de carreira, tínhamos um ou dois mais simpatizantes. Entre militantes e simpatizantes activos a RPAC teria entre 15 a 20 elementos. Embora tocássemos muita gente pela propaganda.³⁰²

O compromisso anticolonial era bastante evidente no MRPP. O primeiro número do *Luta Popular*, em Fevereiro de 1971, intitulava na primeira página: «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária da Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias». Aqui se considerava que «a luta revolucionária dos povos das colónias não tem uma importância meramente local como defendem os oportunistas, com os sociais-imperialistas à cabeça, mas representa uma contribuição decisiva para a Revolução Mundial Proletária»³⁰³. Este era o único artigo nas quatro páginas da publicação, para além de uma explicação dos objectivos do *Luta Popular*.

«Guerra do povo à guerra colonial» passou a ser uma palavra de ordem comum. O MRPP agitou-a particularmente durante as «jornadas anti-colonialistas» de Fevereiro de 1973: a 9 de Fevereiro ocorreu uma manifestação no Largo do Chile e, a 21 de Fevereiro, em Alcântara. Ainda em 1973, o MRPP participou numa manifestação do 1.º de Maio que é descrita no *Luta Popular* com traços fortemente adjectivados, para além de se procurar transformar o MRPP no grande catalisador da jornada, afirmando-se que «o espírito Ribeiro Santos, o indomável espírito bolchevique de servir o povo, foi o espírito do 1.º de Maio vermelho»³⁰⁴.

³⁰¹ *Ibidem*.

³⁰² Sebastião Lima Rego. Entrevista, 19/01/2008. A vaga de prisões que atingirá elementos da RPAC fará com que exista um hiato considerável entre a saída do primeiro número de *Resistência*, em Agosto de 1971, e a saída do número dois, ocorrida em Julho de 1973. A organização viria ainda a publicar mais quatro números do jornal antes do 25 de Abril.

³⁰³ «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária da Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias», *Luta Popular*, n.º 1, Fevereiro de 1971.

³⁰⁴ «Jornadas anti-colonialistas de Fevereiro», *Luta Popular*, n.º 11/12, Maio/Junho de 1973.

Simultaneamente, o MRPP procurava alargar a sua influência aos meios estudantis do Porto e de Coimbra. A partir de uma cisão provocada na estrutura de base afectada à OCMLP, os Núcleos Sindicais, a FEML passou a ter alguma expressão em Coimbra, e mais tarde no Porto, Braga e Guimarães³⁰⁵. António Cruz Mendes esteve particularmente envolvido na «cisão» nos Núcleos Sindicais em Coimbra, onde militava:

[O MRPP] destacou alguns quadros para o Porto e para Coimbra. Aqui instalou-se o José Lamego (...) Parecia-nos (...) que a OCMLP estava dominada por uma linha política populista, sem consistência teórica. O nosso afastamento consumou-se, se não estou em erro, em Novembro ou Dezembro de 73. E como naquela altura estávamos todos convencidos que determinar qual era a «linha justa» era uma questão de vida ou de morte para a «revolução», não nos limitamos a sair sozinhos, mas levamos connosco uma boa parte dos NS's. E acabamos por ser recrutados pelo Zé Lamego para a FEML que, assim, recebeu de bandeja uns vinte estudantes disponíveis para a actividade política.³⁰⁶

Pouco depois, em Fevereiro de 1974, José Lamego seria preso numa acção de propaganda e só viria a sair de Caxias no 25 de Abril. O comité da FEML de Coimbra ficaria então constituído por António Cruz Mendes, Paula Braga e Ohen Mendes, juntamente com um estudante de Lisboa (Pitta) que a organização enviara para substituir José Lamego³⁰⁷. É também referida a importância de Sérgio Soares no grupo coimbrão ligado ao MRPP³⁰⁸.

Em finais de 1973, apareceram os Comités Ribeiro Santos, que pretendiam ser uma organização também interessada em agrupar operários e camponeses. No sector estudantil, os Comités Ribeiro Santos assumiriam o objectivo de criar uma

³⁰⁵ A PIDE apreende um documento a José Lamego no qual se faz um elenco do material do MRPP e da FEML distribuído em Braga, Guimarães e Porto durante Janeiro de 1974. ANTT – PIDE/DGS, PC 109/74, NT 6447. Um dos elementos importantes na implantação inicial do MRPP no Porto foi Manuel Sarmento.

³⁰⁶ António Cruz Mendes. Depoimento, 11/11/2009. Horácio Crespo, num pequeno bloco apreendido pela PIDE tinha apontado a seguinte informação: «Os Núcleos Sindicais terão «cerca de 30 quadros mas só uns 12 a 15 iam às reuniões». A origem social é a «média e a pequena burguesia» e teriam como característica geral o «baixo nível teórico e incapacidade de argumentação conveniente», afirmando ainda que «são extremamente liberais». Mais à frente acusa-se a OCMLP de ter uma «linha economista» e de «desprezar a construção do partido». PC 109/74, NT 6447, volume 2, fl. 167.

³⁰⁷ António Cruz Mendes. Depoimento, 11/11/2009.

³⁰⁸ Rui Bebiano. Depoimento, 07/06/2008.

Federação Revolucionária de Estudantes Portugueses (FREP). Para Lopes Cordeiro, o aparecimento destes Comitês subalternizara a actividade da FEML e correspondeu a uma radicalização do sector estudantil do MRPP, que então passou a defender a ideia de que a solução dos problemas estudantis só poderá ser resolvida pela revolução popular armada³⁰⁹. Um outro exemplo desse «apelo das armas» é o próprio símbolo do Comité, no qual se vê um braço empunhando uma *kalashnikov*³¹⁰.

3.6 A presença em *O Tempo e o Modo* e nas cooperativas

Fora do âmbito estrito do partido, mas bastante alinhado com as suas posições, aponte-se a revista *O Tempo e o Modo*, que sofre uma viragem maoísta a partir de finais da década de 1960. A revista, fundada em 1963, mobilizou na sua primeira fase uma série de católicos críticos do salazarismo, como Nuno Bragança, Pedro Tamen, João Bénard da Costa, Alberto Vaz da Silva e António Alçada Baptista, seu primeiro director. Nela também participaram socialistas como Mário Soares e Salgado Zenha, comunistas como Sottomayor Cardia e activistas estudantis da «crise de 62», como Jorge Sampaio, Manuel Lucena, Vítor Wengorovius e Medeiros Ferreira. Influenciada pelo personalismo cristão e pelo socialismo humanista, *O Tempo e o Modo* foi importante na criação de um espaço de debate e intervenção claramente afastado do regime, mas igualmente equidistante do PCP, cuja presença mais facilmente se notava em revistas culturais de oposição como a *Vértice* e a *Seara Nova*³¹¹.

Entre 1967 e 1969, a revista haveria de guinar à esquerda com a chegada de uma nova geração de colaboradores, como foi o caso de João Martins Pereira, Jorge Silva Melo, Sebastião Lima Rego, Luís Matoso, Jorge Almeida Fernandes, José Maria Martins Soares, Fernando Rosas, Arnaldo Matos e Amadeu Lopes Sabino. Este último afirma que se estabeleceram dois centros de poder que rapidamente

³⁰⁹ José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

³¹⁰ Diz Sebastião Lima Rego: «Olhando para trás, acho que o partido se aproximava mais de um certo anarquismo, de um militarismo sem armas, do que propriamente de uma organização marxista-leninista. Hoje associo mais o activismo do MRPP à ETA ou ao IRA, mas sem armas. Embora tudo indique que, se o 25 de Abril demorasse mais um ano ou dois, o MRPP se viraria para as armas. Era tão ligado à acção, à força, à afirmação, que é bem possível que fosse arrastado para essa vertente». Entrevista, 19/01/2008.

³¹¹ Para uma análise detalhada do carácter da revista nesta sua primeira fase, cf. Mário Rui Dias (2006), *O Tempo e o Modo. Um Itinerário Ensaístico de um Receptor de Modernidade*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

entraram em choque, um polarizado em torno de João Bénard da Costa e outro agrupando este sector mais jovem e radical. O apoio que a revista recebia da Associação para a Liberdade da Cultura e as suas ligações internacionais aos americanos foram um primeiro assunto de polémica³¹². Em Dezembro de 1969, o n.º 74 marcou o início de uma segunda série. Em 1971, Bénard da Costa abandonou a direcção de *O Tempo e o Modo*, bem como Helena Vaz da Silva, e a publicação transformou-se cada vez mais num órgão afecto ao MRPP. Com as prisões de Lima Rego e Lopes Sabino em 1971, Martins Soares assumiu a preponderância na revista, tendo como colaboradores, entre outros, João Carreira Bom, Adriano de Carvalho, João Isidro e Guerreiro Jorge³¹³.

A presença de activistas afectos ao MRPP em cooperativas culturais também foi grande. No seguimento das eleições de 69 aumentaram estes espaços, onde se efectuava com particular dinamismo o cruzamento entre política e cultura numa perspectiva oposicionista. Sebastião Lima Rego afirma que o MRPP era hegemónico na Livrope, em Alverca, e na Cabaril, uma cooperativa de teatro de Sintra; e que tinha presença na Livrelco, com outras correntes, e numa cooperativa do Zambujal, onde vigoraria uma inusitada aliança entre PCP e MRPP³¹⁴.

Na Livrelco estavam Carlos Paisana, Sebastião Lima Rego e Vítor Ramalho. Este último foi presidente da estrutura em 1971. Lima Rego esclarece que a cooperativa era um «conglomerado da extrema-esquerda» e que nunca foi efectivamente conquistada pelo MRPP³¹⁵. Quanto à Livrope, foi criada em 1970, em Alverca, nas OGMA, por elementos próximos já da linha política que se viria a consubstanciar no MRPP. Diz Guerreiro Jorge:

Somos obrigados a sair da secção cultural do Alverca. Concomitantemente, surge o embrião de uma cooperativa livreira no interior das OGMA. Nós temos um grupo dirigente que tem já preocupações em termos de contabilidade e ligação às distribuidoras, centralizando em nós a encomenda dos livros, distribuindo-os pelos grupos de leitura existentes nas OGMA e isso depois transita para uma

³¹² Amadeu Lopes Sabino, Jorge de Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho*. Lisboa: Editorial Bizâncio, pp. 305-315.

³¹³ Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007. A partir de Julho/Agosto de 1971 os artigos deixam de ser assinados. Uma colecção digitalizada da revista foi recentemente disponibilizada pela Fundação Mário Soares.

³¹⁴ Sebastião Lima Rego (2000), «Cinco experiências de intervenção», *Estaca Zero* <<http://abrillem.mai.no.sapo.pt/Textos-EZ-SLR.htm>> Acedido a 01/01/2010.

³¹⁵ Sebastião Lima Rego. Entrevista, 19/01/2008.

cooperativa livreira que fundamos em Alverca, a Livrope. Isso em 1970. O grupo inicial teria umas 10-15 pessoas e tínhamos duzentos e tal sócios que eram as pessoas a quem já vendíamos livros.³¹⁶

A 27 de Novembro de 1971 foi publicado o decreto 570/71, que assimilava as cooperativas que exercessem qualquer tipo de actividade cultural às outras associações. Tal significava que estatutos e dirigentes passariam então a ficar sujeitos ao crivo da aprovação governamental, o que provocou uma forte contestação no seio do movimento cooperativo. Elementos ligados à Livrelco e à Livrope criaram o jornal *O Farol*, que pretendia dar voz a esse descontentamento. O certo é que as cooperativas foram sendo encerradas. Mesmo as que entregaram os estatutos viriam a ser maioritariamente fechadas após intervenção governamental.

No campo cultural, refira-se ainda o Círculo Democracia Popular 12 de Outubro, que editava *Yenan* – província que acolhera a base comunista chinesa antes da tomada do poder, em 1949 – dirigido aos artistas e intelectuais, e do qual se publicaram cinco números antes do 25 de Abril. Registe-se também a existência dos Grupos Informativo-Culturais, que publicam dois números, em 1974, de *Emancipação*. Note-se, por fim, que ao contrário da maioria das restantes organizações, o MRPP praticamente não tinha expressão junto dos círculos emigratórios. Ainda assim, existiu uma Organização dos Portugueses Emigrados e Exilados, afecta ao movimento, e na qual participou Filipe Rosas.

3.7 Activismo aguerrido, moralismo «proletário»

Outra característica do MRPP era o seu acentuado moralismo, que aparecera bem expresso na directiva «Pensar, Agir e Viver como Revolucionários», datada de Outono de 1972. Nesse documento, e após um caso de adultério nas suas fileiras, o Comité Central decidiu lançar uma campanha entendida como «profilática» contra os «micróbios da corrupção moral burguesa». A principal arma de combate às ideologias liberais e decadentes da burguesia e do revisionismo deveria ser «uma vasta e enérgica campanha de crítica e autocrítica»³¹⁷.

Vidaul Ferreira garante que a directiva foi redigida por Arnaldo Matos e aprovada pelo Comité Lenine numa altura em que Fernando Rosas estava preso³¹⁸. Guerreiro Jorge nota que a directiva apenas veio «tornar ideologia oficial aquilo que já se

³¹⁶ Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.

³¹⁷ MRPP, «Pensar, agir e viver como revolucionários», Outono de 1972.

³¹⁸ Vidaul Ferreira. Entrevista, 05/10/2007.

praticava». Adianta que uma das razões para não existir qualquer crítica ao modelo tradicional do casamento e de relacionamento teve a ver com a necessidade prática do MRPP dispor de casas³¹⁹. Para além desta causa de ordem instrumental, é evidente a atracção por uma «moral proletária» que pretendia colocar os militantes em osmose com as modalidades de comportamento típicas do povo. A condenação do adultério, a aceitação do casamento ou o uso de um vestuário sóbrio e alinhado eram as faces visíveis da difusão de um modelo de militância baseado na pureza, na abnegação e na ideia de comunhão com o que se entendia serem os sentimentos das massas³²⁰.

O activismo aguerrido, pouco preocupado com cautelas conspirativas, foi outra das características do movimento. Segundo Sebastião Lima Rego, este elemento ajuda a explicar as várias prisões de que o grupo foi alvo.

O MRPP era muito afirmativo, acusando os outros todos de serem cobardes, de serem excessivamente tacticistas, de não quererem arriscar. Aliás, essa cultura levava a terríveis erros de clandestinidade. As pessoas expunham-se sem o cuidado necessário. Avançávamos de peito aberto para a frente porque, se mostrássemos alguma prudência, éramos logo acusados de recuados, de «revisas». Era uma organização extremamente voluntarista, até no sentido autofágico.³²¹

Uma das acções mais comuns – e que servia também para aferir a têmpera revolucionária dos membros a recrutar – consistia em efectuar pichagens com palavras de ordem. A PSP vai reportando a PIDE das inscrições que encontra e elimina. A 22 de Abril de 1972, por exemplo, dá conta de ter apagado as seguintes frases: «Viva Mao Tse Tung – Viva o MRPP» (Calçada das Lages); «Contra a Carestia de Vida – Todos em peso à manifestação popular dia 26 às 18.30 no Largo do Rato – Viva o MRPP» (Praceta do Alto Varejão); «Contra a Escola Quartel – Viva

³¹⁹ O MRPP não tinha estrutura nem dinheiro para ter muitas casas. Em 1972/73 estavam a haver muitas prisões e houve necessidade de passar mais pessoas para a clandestinidade. Eu lembro-me que a FEML tinha uma casa, havia outra com o aparelho... A maior parte dos estudantes vivia em quartos. (...) Em 72/73 casei e imediatamente o partido começou a servir-se da minha casa.» Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.

³²⁰ Há vários exemplos internacionais da adopção de comportamentos de «purismo moral» por parte de diferentes grupos maoístas. O caso mais emblemático foi o dos «matrimónios comunistas», realizados pelos italianos de *Servire il Popolo*. Cf. Stefano Ferrante (2008), *La Cina non era vicina. Servire il Popolo e il maoismo all'italiana*. Milano: Sperling & Kupfer.

³²¹ Sebastião Lima Rego. Entrevista, 19/01/2008.

a FEML – Contra a Repressão Fascista» (Edifício do Liceu Rainha D. Leonor). No mesmo dia, uma inscrição com dizeres semelhantes apareceu no muro da residência do Embaixador da África do Sul. A 22 de Janeiro de 1974, o *Diário de Lisboa* dá conta do julgamento de João Luís Lisboa e José Alberto Sardinha, acusados de serem membros do MRPP, e surpreendidos a 29 de Março de 1973 a pintarem as frases «Abaixo a Exploração Capitalista», «Guerra do Povo à Guerra Colonial» e «Fogo sobre a Repressão Fascista»³²².

O uso de barras de ferro nas manifestações, para poder afrontar a polícia, ou a agressão a agentes também ilustram o tipo de activismo praticado. Num dos vários episódios de embate com a polícia, José Lamego terá desferido alguns socos a agentes da PIDE³²³. Horácio Crespo, quando foi detido a 15 de Fevereiro de 1974, juntamente com José Lamego, tirou da secretária da esquadra pequenos blocos de apontamentos que lhe haviam sido apreendidos, mastigando-os ao mesmo tempo que procurava agredir os guardas³²⁴. Emanuel Santos, após recusar-se cumprimentar agentes da PIDE que haviam entrado na sede de *O Tempo e o Modo*, altercou-se com os polícias que fizeram alguns comentários jocosos sobre Ribeiro Santos, sendo detido e torturado em consequência³²⁵. Dúlia Rebocho, presa no dia 1 de Maio de 1973, recorda que no carro da polícia seguia igualmente Violante Saramago, sua antiga colega de Liceu, ligada ao MRPP, e que passou toda a viagem a cantar canções revolucionárias³²⁶. Saldanha Sanches – que em 1964, ainda militante do PCP, agredira na rua um agente da PIDE que o tentara prender, sendo atingindo sem gravidade por dois tiros – conta que nas suas prisões a tortura já se tornava algo «rotineira»:

Eles torturavam-me mas já sem grande convicção. Houve uma altura em que a minha mulher também estava presa e eu sabia que ela nunca falaria. Até disse ao inspector: «Quando a Maria José Morgado falar, eu também falo!»³²⁷

³²² ANTT – PIDE/DGS, proc.1641 CI(2), pasta 1.

³²³ Mariza Figueiredo e Francisco Camacho (1993), «Tão rabinos que nós éramos», *O Independente*, n.º 279, 17/09/1993.

³²⁴ ANTT-PIDE/DGS, PC 109/74, NT 6447.

³²⁵ «O Fascismo, secundado pelo revisionismo, continua as suas investidas provocatórias à imprensa popular», *Yenan*, n.º 2, Janeiro de 1974.

³²⁶ Dúlia Rebocho. Entrevista, 13/11/2007.

³²⁷ «Saldanha Sanches – o revolucionário displicente», in Rui Daniel Galiza (textos) e João Pina (fotografias) (2007), *Por teu livre pensamento. Histórias de 25 ex-presos políticos portugueses*. Lisboa: Assírio e Alvim, p. 171.

Este elogio da acção e da coragem militante levou a que existissem exageros relativos à actividade do grupo. O *Luta Popular* publica no espaço do leitor um texto que censura os camaradas que, «levados talvez pelo entusiasmo ou pelo optimismo, descrevem (na propaganda) manifestações ou acontecimentos de uma forma tão excessiva que leva por vezes a alterações de certos factos». A carta é assinada pelo «camarada Ramos do Comité de Bairro Servir o Povo» [Raimundo Santos] e nela dá-se o exemplo do artigo no número anterior sobre as lutas anti-eleitorais. Aí se referiam comícios na Musgueira, Bairro Chinês e Bairro da Liberdade, quando na verdade apenas ocorreram marchas, e uma concentração de 400 operários junto à Sorefame onde interveio um camarada por 15 minutos, clarificando «Ramos» que a intervenção não durou cinco minutos e que a assistência não ultrapassava a centena de operários³²⁸.

Um outro olhar sobre uma manifestação dinamizada pelo MRPP é dado pela PIDE. Referindo-se a uma concentração convocada para as 18.30 de dia 18 de Dezembro de 1973, um relatório do capitão Américo Maltez fazia notar que não estava ninguém na Praça José Fontana a essa hora, tendo ocorrido um ajuntamento por volta das 20 horas na Rua Castilho. Segundo um funcionário da Mobil, seriam cerca de cinquenta indivíduos, que lançaram grandes quantidades de panfletos e partiram vidros da Companhia Ibéria, da Companhia de Seguros La Equitativa, da Ford Lusitana e da Mobil Oil Portuguesa³²⁹.

José Manuel Lopes Cordeiro aponta ainda o exemplo de uma manifestação convocada para o Porto no dia 12 de Outubro de 1973, um ano após a morte de Ribeiro Santos. O *Luta Popular* falara de um comício na Praça dos Leões seguido de uma manifestação de «centenas de estudantes» que conseguiram «furar vitoriosamente o dispositivo militar-policial» e partiram gritando palavras de ordem do MRPP contra a «farsa eleitoral». Na verdade, não terá havido nem comício nem manifestação, já que a concentração policial, ocupando inteiramente a Praça, impediu de todo o arranque da manifestação³³⁰.

Outra das particularidades era a linguagem estereotipada e triunfalista, decalcada da que então era utilizada pelo Partido Comunista Chinês, e com amplos elogios à acção dos Guardas Vermelhos, a Mao e a Estaline. Na resolução «Que Viva

³²⁸ «Nota da redacção», *Luta Popular*, n.º 15 / 16, Janeiro/Fevereiro de 1974. O artigo referido - «A Farsa Eleitoral reduzida a pó» - está no *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

³²⁹ ANTT – PIDE/DGS, proc.1641 CI(2), pasta 1.

³³⁰ José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, n.º 5, pp. 119-158. Confrontando com «O povo está em marcha! À sua cabeça o rubro estandarte do camarada Ribeiro Santos!», *Luta Popular*, n.º 13, Outubro de 1973.

Estaline!», evocativa do vigésimo aniversário da morte do soviético, escreve-se: «em todo o lugar onde seja pronunciada esta simples palavra: Estaline! – logo um campo magnético expelle para a direita a escumalha revisionista»³³¹. O grau de hostilidade para com as outras organizações – sobretudo a UEC (m-l), que lhe disputava o território estudantil em Lisboa – era também um traço evidente. Numa violenta declaração de Fevereiro de 1973, na qual os equiparam à PIDE/DGS, afirma-se de forma arrebatada: «a confraria neo-revisionista, continuando a vomitar a sua peçonha reaccionária, arregaça despudoradamente as saias para mergulhar libidinosamente no âmago da provocação»³³².

A Revolução Democrática e Popular defendida pelo MRPP – etapa prévia à instauração do socialismo e do comunismo – deveria ter como palavras de ordem «Pão, Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional». No início de 1974, interpretando o conjunto de lutas económicas, o MRPP lança a campanha «Em Frente na Luta pelo Pão». Olhando com simpatia acções directas para «ir buscar o pão onde há», considera que «semelhante combate só pode ter êxito e assumir formas mais avançadas e correctas quando organizadas». Propõe-se assim a criação de «Comités Populares para dirigir as expropriações e proceder a distribuições criteriosas»³³³.

O MRPP difundiu um estilo aguerrido de intervenção política, muito baseado na coragem militante e no triunfalismo da mensagem, que atingiu particularmente os meios juvenis, sobretudo na Universidade de Lisboa, mas que tocou igualmente outros focos estudantis no país e áreas populares e operárias em Lisboa e em redor da capital. Este tipo de prática e discurso contribuía para assegurar um prestígio e uma dimensão desconformes às reais capacidades do movimento. No entanto, e não obstante as várias prisões que foi sofrendo, o aumento constante de tiragens do *Luta Popular*³³⁴ aponta genericamente no sentido do crescimento da sua influência, fenómeno que sofreu um salto significativo no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril.

³³¹ MRPP, «Que Viva Estaline», Outono de 1972.

³³² «Sobre uma provocação pidesca da confraria neo-revisionista», *Guarda Vermelha*, n.º 3, Fevereiro de 1973.

³³³ «Em Frente na Luta pelo Pão. Expropriemos à burguesia o pão que nos falta!», MRPP, 10/04/1974.

³³⁴ N.º 1: 4.000 exemplares; n.º 4: 5.000 exemplares; n.º 6: 6.000 exemplares; n.º 8: 12.000 exemplares. ANTT – PIDE/DGS PC 338/73, NT 6394, volume 1. Agradeço a Paula Godinho a chamada de atenção para este pormenor.

CAPÍTULO 4

Voluntarismo e populismo na OCMLP

A OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) foi constituída no final de 1972 através da fusão de dois grupos distintos, ambos estruturados em torno de publicações com o mesmo nome: *O Comunista*, criado em 1968, em Paris, e *O Grito do Povo*, aparecido no Porto em finais de 1969, ainda sem essa denominação. Apesar de se tratarem de dois colectivos diferentes no início, mantinham ambos a atracção pelo activismo junto das «massas», que consideravam central no seu trabalho político, e pelo recurso a uma linguagem informal e directa que – sobretudo no caso do nortenho *O Grito do Povo* – não dispensava sequer o uso do calão.

4.1 A ambiência oposicionista radical no Porto

O nascimento deste grupo no Porto – bem como de outras estruturas, de difusa filiação maoísta, trotskista ou socialista radical – não pode ser desligado de uma certa ambiência juvenil que ali se foi instalando a partir de 1968, e que proporcionou o crescimento de um activismo à esquerda do PCP. Para além da diferente posição relativamente à Guerra Colonial, com a defesa da deserção, esta clivagem entre «PCs» e «contestatários» tinha também contornos «culturais»:

A guerra era a questão central. Defendíamos a oposição aberta à guerra colonial, o apoio aos movimentos nacionalistas africanos e a recusa à participação na guerra. E é preciso notar que existe também aqui um elemento geracional, de mudança cultural. Por exemplo, em vez de aplaudir, íamos patear os espectáculos de matriz neo-realista, que achávamos conformistas e lacrimejantes....³³⁵

³³⁵ José Queirós. Entrevista, 07/02/2008.

Se a cultura de oposição ainda se encontrava fortemente marcada pelo neo-realismo, para estes sectores juvenis – e aqui a marca geracional e de ruptura com o passado é o elemento fundamental – tratava-se de encontrar e partilhar modelos de fruição e comportamento que aparecessem como alternativos. Tanto José Queirós, como Jorge Massada, Carlos Queirós e Rui do Carmo esclarecem que a sua politização foi contemporânea da descoberta e opção pelo surrealismo em detrimento do neo-realismo³³⁶. Manuela Juncal, que entrara na ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto) no ano lectivo de 1968/69, recorda a constituição de uma lista para a Associação de Estudantes, oposta à lista afecta ao PCP. Muito influenciada pela ética e pela estética do Maio de 68, o programa fora redigido como *cadavre-exquis*³³⁷ e limitava-se a propor liberdade, divertimento e uma escola dirigida pelos alunos. No exterior da ESBAP, menciona ainda a influência de grupos como o TUP (Teatro Universitário do Porto), de alguns grupos de jazz, e de espaços como o Atelier e a Casa Gótica (partilhadas por alguns jovens arquitectos) e a editora e cooperativa cultural Afrontamento³³⁸.

Manuel Resende afirma que naqueles lugares – bem como em cooperativas mais ligadas ao PCP como a UNICEPE e a Árvore, e em cafés como o Piolho, O Ceuta e o Orfeu – foram convivendo «diferentes faunas», apesar das divergências políticas. Recorda que muitas reuniões eram realizadas na JUC (Juventude Universitária Católica), que se «abria ecumenicamente a todas as correntes», e na casa de Alcino de Sousa, um dissidente do PCP que se afirmava bordiguista³³⁹, e na qual se realizavam também convívios informais com audições de música francófona e de intervenção³⁴⁰. José Paiva menciona ainda a importância do CICUTA (Círculo

³³⁶ José Queirós. Entrevista, 07/02/2008. Jorge Massada. Entrevista, 08/01/2008; Carlos Queirós, 15/03/2008; Rui do Carmo. Entrevista, 18/03/2008. Este aspecto voltará ser abordado no capítulo 18.

³³⁷ Jogo surrealista que consistia em pegar numa folha de papel dobrada o número de vezes correspondente ao número de participantes, na qual cada um escreveria o que passava por sua cabeça sem ver o que tinham feito anteriormente seus companheiros.

³³⁸ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008. Sobre a ESBAP no final dos anos sessenta, cf. Gonçalo Canto Moniz (2008), «The Portuguese “May 68”: Politics, Education and Architecture», *European Journal of American Studies*, Special Issue on May 68.

³³⁹ Amadeo Bordiga (1889-1970) foi um importante dirigente do Partido Socialista Italiano, vindo mais tarde a participar na fundação do Partido Comunista de Itália. Crítico da Terceira Internacional e das ideias de Estaline de «socialismo num só país», viria aderir em 1945 ao Partido Comunista Internacionalista, que criticava a União Soviética por se encontrar dominada por um «capitalismo de Estado».

³⁴⁰ Manuel Resende. Depoimento, 26/10/2008. O papel de Alcino de Sousa é também realçado por Jorge Massada. Entrevista, 08/01/2008.

Cultural de Trabalho e Acção), um grupo cultural que chegou a encenar algumas peças de teatro³⁴¹. Carlos Queirós refere um grupo que viria a dar origem à CICUTA e que agrupava «gente do PC e de extrema-esquerda»³⁴². Também a cooperativa cultural Confronto, dinamizada sobretudo por «católicos progressistas», foi importante no alastrar da dinâmica oposicionista na cidade³⁴³.

O posicionamento perante as eleições de 1969 também veio a constituir uma linha divisória entre estes sectores emergentes e as áreas de influência do PCP. Em termos genéricos, os primeiros defendiam a «abstenção activa», que passava por aproveitar o período eleitoral numa perspectiva de radicalização da luta política e de colocar de parte qualquer hipótese de ir às urnas. Refira-se que nesta altura e nesta mesma cidade, linha semelhante era defendida pelos *Cadernos Necessários*, de Mário Brochado Coelho e Alexandre Alves Costa³⁴⁴. Para esta publicação, o parlamentarismo apenas servia a «táctica da burguesia», empurrando a «luta de classes para o espectáculo do gato [e do] rato». Tal como a EDE, também os *Cadernos Necessários* consideram estar a assistir-se a uma recomposição do capitalismo português, o que levaria o Estado a deitar fora as «incómodas roupagens do fascismo, herdadas da idade rural, [liberalizando-se] para integrar no sistema a oposição ao regime»³⁴⁵.

4.2 A estruturação de *O Grito do Povo*

Entre 1969 e 1970 começa a estruturar-se o embrião de *O Grito do Povo*, a partir de dois sectores distintos, um ligado ao meio estudantil e aos chamados Comitês de Base – activos em Letras e Belas Artes (Arquitectura) – e outro relacionado com o mundo operário, e inicialmente actuante na zona da Foz, de Matosinhos e de Leça. Este último sector era animado essencialmente por José Manuel Penafort Campos, em articulação com Pedro Baptista, e tinha a Cooperativa da Foz como uma das suas

³⁴¹ José Paiva. Entrevista, 04/11/2007.

³⁴² «Fiz parte de um grupo de teatro – não só teatro, mas com uma forte componente teatral – onde estava gente do PC e gente da extrema-esquerda. Julgo que se chamava GATE (Grupo de Arte Teatro e Ensaio). Fez-se um espectáculo na Cooperativa de Lordelo, onde levámos à cena três pequenas peças. Talvez *Os Malefícios do Tabaco* [de Anton Tchekov], a *Gota de Mel* [de Leon Chancerel]... Depois acabam por sair desse grupo dois grupos diferentes. Parte vai criar a CICUTA.» Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008.

³⁴³ Cf. Mário Brochado Coelho (2010), *Confronto. Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto: Afrontamento.

³⁴⁴ Para uma caracterização do ambiente oposicionista do Porto em 1969, cf. também César de Oliveira (1993), *Os Anos Decisivos. Portugal. 1962-1985. Um testemunho*. Lisboa: Presença, pp. 97-100.

³⁴⁵ *Cadernos Necessários* (1975), 1969-1970. Porto: Afrontamento, pp. 239.

bases culturais e logísticas. Pedro Baptista, então estudante de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), explica que houve o cuidado de não anunciar precipitadamente a organização de modo a não sofrer a repressão policial numa fase ainda rudimentar. Assim, «quando a organização surge à luz do dia já estamos fortes: temos casas, apoios, armas»³⁴⁶.

Entre 1970 e 1972, o grupo foi gradualmente estendendo a sua influência nos meios estudantis. Em 1970, o grupo possuía já um núcleo estável na FLUP baseado na «propaganda do marxismo e na contraposição da democracia de base ao cupulismo dos reformistas». Em Janeiro de 1971, uma lista de cariz marxista-leninista concorre a eleições nessa escola, tendo perdido a contenda. Em Fevereiro de 1971, surge a primeira tentativa de criar uma organização comunista estudantil, materializada na constituição da Célula Comuna de Paris. Segundo Pacheco Pereira, ela irá dar lugar a uma polarização entre duas tendências: uma, concentrada em elementos que viriam a estar em *O Grito do Povo*; e outra por si dirigida, e que viria mais tarde a dar origem à afirmação no Norte da tendência estudantil «Por um Ensino Popular», da UEC (m-l). Da Célula Comuna de Paris (CCP) faziam parte, para além de José Pacheco Pereira, João Barros (engenheiro), José Oliveira (estudante de Arquitectura) e José Teixeira Gomes (estudante de Medicina). A CCP dissolveu-se em finais de 1971, tendo estes dois últimos integrado *O Grito do Povo*³⁴⁷. Na interpretação de Lopes Cordeiro, Pacheco Pereira efectuara na prática uma acção cisionista, já que estes dois elementos lhe haviam sido indicados pela embrionária organização de *O Grito do Povo*, que na altura tinha já algumas dezenas de membros e estava em processo de implantação nos meios operários e populares³⁴⁸.

Carlos Queirós lembra, aliás, que foi convidado para entrar para a organização no início de 1971 e fez parte de um organismo, juntamente com Rui Loza e António Coelho, cuja função consistia em promover o estabelecimento do grupo em dois grandes bairros sociais, Campinas e Fonte da Moura. Após a prisão de António Coelho, foi integrado noutra organismo que procurou a inserção nos bairros da zona oriental da cidade: Campanhã, São Roque, Cerco e áreas como Rio Tinto³⁴⁹.

³⁴⁶ Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008.

³⁴⁷ José Pacheco Pereira (2004), «Célula Comuna de Paris», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2004/03/28/celula-comuna-de-paris-1971/>>. Acedido a 20/10/2008.

³⁴⁸ José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

³⁴⁹ Carlos Queirós, 15/03/2008.

Até finais de 1971, «a organização» era o nome indefinido que vigorava, ainda que José Queirós se recorde de ter lido um documento interno que surgia com a assinatura de OPR (Organização Popular Revolucionária), designação que acabou por não imperar³⁵⁰. *O Grito do Povo* deu a conhecer o seu primeiro texto público no 1.º de Maio de 1971, convocando uma manifestação para o Porto. No final desse ano foi realizada uma reunião em Barroselas, no concelho de Viana do Castelo, destinada a constituir a primeira direcção, composta por Pedro Baptista («Albano»), António Pedro Abecassis, Rui Loza («Quim»), Francisco Morais («Matos») e Penafort Campos («Dario»). Os três primeiros eram estudantes, Morais era tipógrafo e Penafort Campos era empregado de balcão da Philips e mais tarde trabalhou como encarregado de armazém na Cooperativa de Produção e Consumo dos Trabalhadores da Foz do Douro³⁵¹.

Em Dezembro de 1971 foi publicado o número inicial de *O Grito do Povo*, «jornal operário comunista», caracterizado por um estilo directo e informal e pela atenção dada às lutas de cariz económico, por um lado, e anticolonial, por outro. Apesar das referências ao marxismo-leninismo, o jornal colocava em segundo plano um certo esquematismo doutrinário, dominante nas organizações m-l. Logo no n.º 1, se saúda a publicação do n.º 5 de *O Comunista* e do n.º 1 de *Luta Operária* (ambos jornais provenientes de colectivos com quem mantinham relações próximas). Mas demonstra-se igual entusiasmo pela saída do n.º 5 de *Luta Popular* (jornal do MRPP) e pelo n.º 4 de *O Bolchevista* (jornal do CML de P)³⁵². De modo semelhante, noticiam-se acções armadas levadas a cabo em Novembro de 1971 (pelas Brigadas Revolucionárias, ainda que a autoria não apareça referida)³⁵³.

Este ecletismo, ainda não resolutamente «marxista-leninista», apenas seria ultrapassado em finais de 1971 com o aparecimento de comités operários ligados à estrutura – como o Comité Operário Estaline, na Sepsa, que publicou *O Martelo* – e com uma circular datada de Fevereiro de 1972 que já refere a necessidade de constituição do partido. Ainda assim, e de acordo com um texto autocrítico de 1976, o grupo entendeu os comités operários como o «organismo base da organização revolucionária», o que radicaria numa incompreensão da «teoria leninista do partido como vanguarda organizada da classe». Uma nova circular de Julho de 1972 já seria mais clara sobre este aspecto, falando da reconstrução do Partido como a

³⁵⁰ José Queirós. Entrevista, 07/02/2008.

³⁵¹ «Pedro Baptista: a outra geração de 60», in Daniel Galiza (textos) e João Pina (fotos) (2007), *Portu teu livre pensamento. Histórias de 25 ex-presos políticos portugueses*. Rio Maior: Assírio e Alvim; Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008.

³⁵² «Imprensa», *O Grito do Povo*, n.º 1, Dezembro de 1971.

³⁵³ «Acções Armadas», *O Grito do Povo*, n.º 1, Dezembro de 1971.

«tarefa histórica dos marxistas-leninistas» e que apenas poderia despontar da «luta de massas»³⁵⁴.

4.3 Os CRECs e os Núcleos Sindicais

Durante o ano lectivo de 1971/72 já haviam sido lançados os CRECs (Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas). O primeiro número do jornal *Viva a Revolução* saiu em Janeiro de 1972, embora estivesse pronto antes e aguardasse apenas a saída do n.º 1 de *O Grito do Povo*. Inicialmente, o CREC foi formado por Manuela Juncal (Belas Artes), João Botelho (Engenharia), Carlos Queirós (Economia) e Clara Barbot (Medicina). O grupo não afirmou de início qualquer conexão a *O Grito do Povo*, embora Manuela Juncal estivesse em ligação com a direcção, através de Rui Loza. Ainda antes da saída do primeiro *Viva a Revolução* – feito a copiógrafo manual, num andar de um prédio em Gaia – deu-se o afastamento de João Botelho, por desentendimentos ideológicos. Em Fevereiro de 1972, Manuela Juncal e Clara Barbot seguiram para a «implantação»³⁵⁵, o que obrigou a reformular a direcção do CREC, composta agora por Carlos Queirós, Eduarda Neves, Manuela Neves e José Luís Praça³⁵⁶.

O grupo começou a actuar na Universidade do Porto mas rapidamente estende a sua influência a Coimbra. José Queirós foi o elemento proveniente da cidade invicta com a função de estruturar ali a organização.

No ano lectivo de 1970/71 já venho com funções organizativas e trabalho em duas frentes: na frente estudantil e, ao mesmo tempo, procurando construir uma célula da organização com pessoas que fossem consideradas aptas para isso. Nós éramos extremamente selectivos nessa matéria. (...)

Entre 1970 e inícios de 1972 já se tinha constituído um grupo de pessoas mais ou menos agrupadas em redor de uma tendência. Ao princípio era algo ainda relativamente inconsistente, mas teve um rápido crescimento. Creio que em 71 já começava a tornar-se uma corrente com

³⁵⁴ «III.^a Conferência da OCMLP. Esmagar o Oportunismo! Avançar irreversivelmente para o Partido», *O Partido*, n.º 20, Abril de 1976.

³⁵⁵ O grupo deslocou dezenas de militantes para zonas operárias no Porto, Aveiro, Minho, Coimbra, Covilhã, Leiria e Setúbal. Essa actividade será abordada com detalhe no capítulo 14.

³⁵⁶ Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008; José Queirós. Entrevista, 07/02/2008; Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

forte peso nas assembleias estudantis e em algumas Faculdades, como a de Direito. Pelo fim desse período apareceram comunicados assinados *Viva a Revolução*, que eram nossos, inspirados no nome do jornal dos CRECs do Porto, embora nessa altura ainda não houvesse uma relação orgânica, isto é, não existia uma organização nacional dos CRECs.³⁵⁷

Em 1972 constituiu-se o CREC de Coimbra, do qual fez parte José Queirós e Rui do Carmo, e mais tarde Paula Braga e Teresa Veludo, entre outros. José Queirós fala de não mais de uma dezena de membros do CREC em Coimbra ao longo destes anos. Editou-se um número do jornal *Servir o Povo*, em Maio de 1972, mais tarde suspenso em virtude do nome coincidir com o do órgão da UEC (m-l)³⁵⁸. Entretanto foi criada uma direcção nacional dos CRECs, onde estiveram José Queirós, Eduarda Neves, Carlos Queirós, Rui do Carmo, José Luís Praça, Olga, Manuela Neves e Domingos Júnior³⁵⁹.

Os CRECs haviam criado em Abril uma estrutura frentista – os Núcleos Sindicais de Base – que se anunciou através do manifesto programático «Por um sindicalismo de tipo novo». Poucas semanas depois, e no contexto de um debate interno sobre o «excesso de basismo» patente na designação, a organização optou por encurtá-la para Núcleos Sindicais. Propunham a reconstrução do movimento do «exterior das actuais estruturas associativas e contra os actuais dirigentes associativos, isto é, contra a clique de burocratas completamente afastados das massas que dizem representar», através da organização estudantil «na base, em cada escola, em cada curso, em cada turma»³⁶⁰.

Os Núcleos Sindicais acabariam por ter mais expressão em Coimbra do que no Porto, em parte devido à constante sangria de elementos dos CRECs para a implantação e às dificuldades de articulação entre esta estrutura e a sua emanção frentista. O primeiro núcleo coimbrão foi composto por Pedro Bacelar, José Queirós, Rui do Carmo, Teresa Veludo, Rui Bebiano, Teotónio e António Manuel Silva Dias, mas rapidamente a estrutura chegou a albergar algumas dezenas de jovens estudantes³⁶¹. A organização teve presença em liceus do Porto (Carolina Michaëlis e D. Manuel II), Coimbra (D. Duarte), S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Braga

³⁵⁷ José Queirós. Entrevista, 07/02/2008.

³⁵⁸ «Nota», *Viva a Revolução*, n.º 4, Dezembro de 1972.

³⁵⁹ Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008; José Queirós. Entrevista, 07/02/2008; Rui do Carmo. Entrevista, 18/03/2008.

³⁶⁰ «Por um sindicalismo de tipo novo», NSB, Maio de 1972.

³⁶¹ Rui Bebiano. Depoimento, 07/06/2008.

e Guimarães. Nestas duas últimas cidades, porém, a organização seria perdida em favor da FEML, estrutura estudantil do MRPP, num processo iniciado no meio universitário coimbrão. Em Lisboa, um pequeno grupo de estudantes do Técnico teve alguma intervenção e publicou o documento «Por uma linha revolucionária», em Maio de 1973, mas aqui a organização não se alargou significativamente até ao 25 de Abril³⁶².

Em Coimbra, os Núcleos Sindicais começaram por se demarcar dos «reformistas» – numa referência à UEC e ao PCP – que elegiam como eixo mobilizador a luta pela abertura da AAC (Associação Académica de Coimbra), encerrada pelas autoridades em Fevereiro de 1971. Assim, «ao imediatismo oportunista das reivindicações concretas» pretendiam opor «a luta contra a Universidade burguesa; às Reformas Gerais e Democráticas da Universidade» opunham «a luta por um ensino popular ao serviço dos trabalhadores». Ao mesmo tempo, anunciavam querer «criar um-dois-três, muitos NSB», palavra de ordem que remetia para o ímpeto guevarista de «criar um-dois-três, muitos Vietnames», evidenciando a importância que esta corrente concedia, por um lado, à espontaneidade organizativa, por outro, à luta anticolonial³⁶³.

Rui do Carmo recorda-se de um primeiro panfleto «feito numa cave da Rua Padre António Vieira, e que era contra a marcação de faltas na Faculdade de Direito». José Queirós afirma que a primeira grande intervenção dos Núcleos Sindicais foi a 17 de Abril de 1972, data na qual se assinalavam três anos volvidos do início da «crise de 69». No mês seguinte estariam fortemente envolvidos no boicote à Queima das Fitas. Pedro Bacelar de Vasconcelos seria expulso da universidade precisamente num processo de legitimação democrática dos Núcleos Sindicais: ao pretender utilizar uma aula do professor Teixeira Ribeiro para eleger o núcleo do 3.º ano de Direito – na prática, a eleição de um Núcleo Sindical – viria a ser instaurado um processo disciplinar a onze alunos implicados na ocupação não autorizada da sala. A partir daí os núcleos iriam ser constituídos numa base informal. Afastado das aulas, Pedro Bacelar passa então a fazer trabalho político no âmbito dos Comités Servir o Povo, uma estrutura que enquadrava «simpatizantes avançados»³⁶⁴.

³⁶² José Manuel Lopes Cordeiro (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

³⁶³ «Por um sindicalismo de tipo novo», NSB, Maio de 1972.

³⁶⁴ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008. Seria pouco depois incorporado em Mafra e em Setembro de 1973 seguiu a palavra de ordem da organização e desertou «com armas».

Os Comités Servir o Povo visavam agrupar «estudantes revolucionários dos vários pontos do país que nas lutas de Outubro [de 1972] tiveram consciência da necessidade de organização dos estudantes revolucionários para a luta popular, e particularmente para os combates anti-coloniais das massas estudantis»³⁶⁵. De vida efémera, registe-se a existência do Comité 4 de Fevereiro (publicou *Os Povos em Armas*), o Comité Ho-Chi-Minh, do Comité Amílcar Cabral e do Comité Ribeiro dos Santos. Em Coimbra existiu o Comité Maria da Fonte, que editou *A Luta dos Povos* e se manteve activo até Junho de 1974.

Designadamente no Porto e em Coimbra, os CRECs e os Núcleos Sindicais estimularam uma boa parte do activismo estudantil de extrema-esquerda. Nesta última cidade destaque-se o boicote em 1972 à Queima das Fitas, contestando o levantamento do «luto académico» decidido em 1969, mas afirmando sobretudo uma recusa mais profunda de modalidades celebratórias do elitismo estudantil. A presença crescente dos Núcleos Sindicais nas assembleias estudantis competia com a influência da UEC, e a sua forte expressão à época é atestada, por exemplo, na eleição para a direcção-geral da AAC, logo a seguir ao 25 de Abril, de uma lista dos Núcleos Sindicais em Assembleia Magna, liderada por Carlos Delgado.

No Porto, refira-se a contestação ao I Festival de Coros Universitários, ocorrido em Abril de 1973. O encontro era promovido pelo Orfeon Académico de Coimbra, associado à direita académica, e trouxe a Portugal grupos de países com quem Portugal mantinha afinidades ideológicas (Espanha, África do Sul e Brasil). No Porto, a polícia prendeu 280 estudantes que realizavam, a 4 de Abril, um *meeting* convocado pelos Núcleos Sindicais contra o festival, e que terminaram barricados no Salão Nobre da Faculdade de Ciências. Apesar da repressão policial, as manifestações intensificaram-se nos dias imediatamente sucessivos. Uma delas chegou a ser composta por perto de um milhar de pessoas, no dia de abertura do festival, o que viria a condenar os restantes concertos a serem timidamente realizados em Vila Nova de Gaia³⁶⁶.

4.4 O federalismo de *O Comunista*

Criado em Paris, *O Comunista* foi composto num primeiro momento, segundo retrato próprio, por ex-militantes do PCP, do CMLP e outros sem anterior ligação

³⁶⁵ «Organizemo-nos!», manifesto de apresentação dos Comités «Servir o Povo», *Viva a Revolução*, n.º 5, Março de 1973.

³⁶⁶ José Manuel Lopes Cordeiro (1998), «Uma luta estudantil», *Público*, n.º 3208, 27/12/1998; «As Lutas de Abril», CRECs, Maio de 1973.

partidária³⁶⁷. Do núcleo inicial faziam parte cerca de dez elementos, entre os quais Hélder Costa e José Manuel Esperto³⁶⁸. Hélder Costa esclarece que o grupo foi composto por «velhos conhecidos de Grândola» motivados pela ideia de estudar textos marxistas, o que é corroborado por José Manuel Esperto³⁶⁹. O grupo começou a editar, em Dezembro de 1968, o jornal *O Comunista* com o objectivo de servir de «ponto de encontro da extrema-esquerda, até então desmembrada e dividida», e do qual viriam a sair catorze números. Rejeitando o centralismo democrático, o grupo apresentava uma estrutura federalista na qual os núcleos constituídos detinham considerável autonomia e independência, servindo o jornal como elo de ligação. Deste modo, o grupo não se entendia como vanguarda, mas como organizador de «núcleos com independência de manobra, sujeitos a uma linha geral comum»³⁷⁰. Defendendo o lançamento de acções armadas, tornavam-se de certo modo continuadores da FAP, ainda que não tenham tido condições de as levar à prática. Logo no n.º 1 se explicava que «a nossa ideologia não existe se não desencadearmos a luta armada. É na prática que se vê a verdade ou a mentira de uma teoria»³⁷¹.

O colectivo passou por duas fases. A primeira corresponde à busca de definição teórica e ideológica e é marcada por um acentuado ecletismo. Coincide com o momento de formação do grupo e o estabelecimento dos primeiros contactos com núcleos dispersos. É o período dos primeiros números do jornal, onde é evidente uma certa atracção pelo imaginário guerrilheirista, chegando-se mesmo a ensinar a elaborar *cocktails molotov* e bolas de pingue-pongue explosivas³⁷². Acusados de defenderem a «espontaneidade» das massas, respondem que aquelas eram «armas de defesa contra a repressão», apesar de garantirem que não publicarão mais fascículos de receituário bombista³⁷³. O carácter voluntarista do grupo transparece

³⁶⁷ «Nós e o CMLP», *O Comunista*, n.º 9, Março de 1971. Diferentemente, o CMLP afirma que «os responsáveis do grupo do jornal “O Comunista” são, senão todos, pelo menos na maioria, oportunistas expulsos do CM-LP na 2.ª Conferência ou no período de intensa luta ideológica que a precedeu.» CMLP (1970), *Revisionismo em nova embalagem. A burguesia radical do jornal «O Comunista» faz concorrência ao revisionismo de Cunhal*. S.l.: Edições do Partido, p. 3.

³⁶⁸ «A experiência de O Comunista», *O Comunista*, n.º 12, Março de 1972. Acrescenta-se a esta cifra a indicação de que «só dois vinham dos meios estudantis».

³⁶⁹ Hélder Costa. E-mail, 01/12/2009; José Manuel Esperto. Entrevista, 27/11/2008.

³⁷⁰ «A experiência de O Comunista», *O Comunista*, n.º 12, Março de 1972.

³⁷¹ «A Propaganda – Arma da Revolução», *O Comunista*, n.º 1, Dezembro de 1968.

³⁷² «Cocktails Molotov», *O Comunista*, n.º 1, Dezembro de 1968; «Bola de ping-pong», *O Comunista*, n.º 2, Março de 1969.

³⁷³ «Sobre a publicação de fórmulas», *O Comunista*, n.º 5, Março de 1970.

também nas notas publicadas sobre como fazer cartazes e um copiógrafo manual, respectivamente nos dois primeiros números do jornal³⁷⁴.

A partir de 1970/71, o grupo iniciou um percurso de clarificação ideológica que levou ao abandono de alguns núcleos. Foi o caso do núcleo radicado na Suíça que editava o jornal *A Voz do Povo* e que fora criticado por não defender a «linha sindical clandestina», por editar um «cartaz sobre a guerra colonial de conteúdo derrotista (via-se um negro esmagado por uma enorme bota militar)» e por ostentar um «cabeçalho onde se incluía Guevara»³⁷⁵. De modo semelhante foi o afastamento do Núcleo Ho Chi Minh: após a publicação de um artigo em *O Comunista* no qual se atacava a FPLN, este colectivo insurgiu-se contra o sectarismo evidenciado, afirmando ser necessário inquirir primeiramente o grupo de Argel.

Sem contactos directos com *O Grito do Povo*, existiam em Lisboa militantes de *O Comunista*, boa parte estudantes no Instituto Superior de Ciências Políticas e Ultramarinas (ISCPU). Em 1972 foram presos e condenados José Mário Costa, Fernando Reis Júnior e Nuno da Cunha Porto (todos punidos com 2 anos), Carlos Saraiva da Costa (com 3 anos) e Joaquim Maurício Pires, Maria de Lurdes Baginha, Isabel Salavisa e Maria da Graça Baltazar (todos a 18 meses com pena suspensa). José Mário Costa – que seria libertado de Peniche em Dezembro de 1973 no âmbito de uma amnistia – lembra que se encontrava ainda numa fase de «pré-recrutamento» e que as suas tarefas consistiam em recolher notícias sobre a guerra colonial que depois serviriam de base à elaboração de textos de *O Comunista*³⁷⁶.

No final de 1972 foram ainda a julgamento outras seis pessoas acusadas de pertencer a *O Comunista*. Fernando dos Santos foi condenado a dois anos de prisão; Bela Laurinda da Silva, a 14 meses de prisão correcional, substituída por multa; José Charters Monteiro a dois anos e três meses; Raul Caixinhas a três anos; Luís Mendonça Torres e Eurico Pina Cabral a 18 meses de prisão correcional, substituída por multa³⁷⁷. Alguns meses depois, já em 1973, iriam a julgamento mais cinco jovens suspeitos de pertencerem a *O Comunista*, todos eles oficiais milicianos na altura. António Coelho foi acusado de incitar elementos militares à deserção e de ter promovido cursos de manuseamento de armas e engenhos explosivos; Luís Vilan Rodrigues de promover um núcleo de estudos sobre o movimento associativo e auxiliar a emigração clandestina; Rui Paulo da Cruz de acções de propaganda e

³⁷⁴ Em Dezembro de 1971, o primeiro número de *O Grito do Povo* seguia também esta linha, ao inserir um artigo sobre como «fazer pichagens», *O Grito do Povo*, n.º 1, Dezembro de 1971.

³⁷⁵ *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975.

³⁷⁶ José Mário Costa. Depoimento, 25/11/2009.

³⁷⁷ ANTT – PIDE/DGS, proc. 12.534 CI(2), NT 7653.

constituição de um núcleo de estudos marxistas; Licínio da Silva de elaboração de comunicados e cursos sobre subtração de armamento ao exército; José Vicente da Silva Dias de entradas e saídas ilegais do país, colaboração na emigração clandestina, ministração de cursos sobre armamento e posse de armas e material explosivo³⁷⁸. Estes dois últimos viriam a ser condenados a seis anos de cadeia e Rui Paulo da Cruz a três anos de prisão.

O facto de estes elementos no interior de *O Comunista* não terem contactos com *O Grito do Povo*, salvaguardou a organização. Com efeito, apenas António Coelho era do Porto e, estando em contacto com Rui Loza, levou a que este por cautela entrasse de imediato na clandestinidade. No entanto, o grosso da estrutura manteve-se desconhecida pela PIDE. Isso reflecte-se, desde logo, na convicção policial de que *O Grito do Povo* era uma organização dirigida a Norte por Rui Loza e a sul por Raul Caixinhas³⁷⁹.

Na verdade, um encontro em Vila Nova de Gaia entre Rui Loza e Raul Caixinhas terá sido combinado mas não chegou a acontecer. No sul do país, *O Grito do Povo* tinha contactos, isso sim, com José da Conceição. Segundo Pedro Baptista, José da Conceição só não integrou a direcção porque «não era prático», mas existiam reuniões «praticamente todos os meses» na zona de Leiria³⁸⁰. Irene Pimentel reconstrói deste modo algum do trabalho efectuado por José da Conceição:

Eu tinha em casa um grupo de estudos com gente mais nova, alguns familiares do José da Conceição, outros estudantes. Estudávamos bastante. E fazíamos trabalho legal em colectividades da margem sul, em Alhos Vedros. Fazíamos sessões de cinema, de canto – o José da Conceição era amigo do Zeca Afonso e do Adriano, que chegaram a participar em coisas nossas – havia um grupo de teatro... Tínhamos também trabalho nas cooperativas na Amadora e em Queluz, concretamente na Prelo e na Vis. (...) Líamos toda a imprensa partidária e obras marxistas. Eu seria uma espécie de controladora dessa célula. Éramos uns cinco. Mas o José da Conceição tinha outros grupos. Havia um, por exemplo, dinamizado por outro camarada, com operários na zona da Amadora – Venda Nova. Mais tarde veio gente do Porto, presumo que destacada propositadamente, e

³⁷⁸ «Cinco jovens intelectuais respondem por alegada filiação em “O Comunista”». *Expresso*, 24/02/1973.

³⁷⁹ Irene Flunser Pimentel (2007), *A História da PIDE*. Mem Martins: Círculo de Leitores / Temas e Debates, p. 213.

³⁸⁰ Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008.

que o José da Conceição também passou a controlar. E havia também gente em Grândola, por via do José da Conceição.³⁸¹

O Grito do Povo empreendeu desde cedo contactos com *O Comunista*. Pedro Baptista data-os de 1969 ou 1970, referindo que também chegaram a existir conversações com Júlio Dias, que esteve na criação do CRML³⁸². Terá ainda havido uma tentativa de encontro com o MRPP, no Verão de 1971. Foi Manuela Juncal quem ficou de operacionalizar essa reunião, que sairia gorada. «Levava toda a informação – local e hora de encontro, senha, recurso – escrita em tinta invisível num postal vulgar dos CTT, que depois de passado a ferro, deveria revelar o que lá estava. Só que não revelou...»³⁸³.

Os contactos entre *O Grito do Povo* e *O Comunista* sedimentaram-se entre 1970 e 1972³⁸⁴. Em 1970 entrou-se num período de «cooperação» no campo da informação, difusão de propaganda e discussão ideológica. Hélder Costa, um dos elementos centrais de *O Comunista*, recorda que a junção se fez através de gente «que me conhecia do Grupo Cénico de Direito, e que fazia agitações no norte», tendo-se um deles dirigido a Paris para aprofundar o contacto (António Pedro Abecassis)³⁸⁵. Em 1971, alguns militantes de *O Grito do Povo* foram para o exterior – é o caso de Abecassis – proporcionando o avanço da unificação. Nessa mesma altura *O Comunista* criou a Comissão do Interior, com o intuito de melhor consolidar a parceria com *O Grito do Povo*³⁸⁶.

Este processo levou a uma discussão centrada em torno do federalismo e do centralismo democrático, o que custou novas cisões. A primeira ocorreu com o abandono do Núcleo Maria Albertina, onde pontificava J. A. Silva Marques, expulso em 1969 do PCP na sequência de uma conhecida «Carta Aberta»³⁸⁷. Em Março de

³⁸¹ Irene Pimentel. Entrevista, 06/02/2008.

³⁸² Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008. Sobre Júlio Dias, Pedro Baptista diz que esteve numa «reunião em Viana [do Castelo] um domingo inteiro e houve mais um ou dois contactos de que não me recordo. Era o Júlio mais dois. Depois deixaram de dar sinal de si.» Depoimento, 23/11/2009. Júlio Dias, por sua vez, refere ter conversado no Porto com Pedro Baptista provavelmente em 1972, já que afirma ter sido depois da constituição do CRML. Júlio Dias. Entrevista, 24/03/2010.

³⁸³ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

³⁸⁴ *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975.

³⁸⁵ Hélder Costa. Entrevista, 05/10/2007.

³⁸⁶ *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975.

³⁸⁷ Cf. a este respeito J. A. Silva Marques (1976), *Relatos da Clandestinidade: o PCP visto por dentro*. Lisboa: Edições Jornal Expresso. Silva Marques foi presidente da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular em 1971. É um dos principais visados em *Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, escrito por Álvaro Cunhal em 1970.

1971, o Núcleo Maria Albertina colocou à discussão umas «notas para uma plataforma elementar», nas quais defendia a autonomia política e organizativa de cada núcleo e a criação de uma comissão de delegados destinada a funcionar como «centro de comunicação e colaboração», devendo «pelo menos quanto à generalidade» tomar as decisões «por unanimidade»³⁸⁸.

De maneira conseqüente com esta defesa do federalismo, o grupo solicitou a publicação do texto no jornal, pedido que foi recusado. Na nota de recusa, a redacção esclareceu que o documento era «incompleto e premeditadamente inacabado e omissivo». Ao mesmo tempo, perguntava-se como podia o Núcleo Maria Albertina «indicar como objectivo o comunismo» e refutar simultaneamente o seu «esquema teórico e organizativo». Estava em causa, pois, a inexistência de referências ao centralismo democrático, as críticas subtis ao leninismo, a recusa em tomar posição perante o conflito sino-soviético e a consideração dos núcleos como uma espécie de «clube de discussão do marxismo»³⁸⁹. Segundo informações posteriores da OCMLP, os dois textos foram postos à discussão da organização. Em Novembro de 1971, agudizadas as tensões, os Núcleos Maria Albertina e Revolução Popular redigiram um comunicado conjunto no qual se desvinculavam da organização³⁹⁰. A partir dessa altura, Silva Marques passou a publicar cadernos em nome do Círculo de Iniciativas Políticas (CIP).

Esta centralização das decisões ocorreu em finais de 1971 e inícios de 1972, com a criação de estruturas como a Comissão de Imprensa, Agitação e Propaganda, Exterior, Interior, Fundos e Documentação. A Comissão do Interior era constituída por dois delegados do Sul, correspondentes a dois núcleos que trabalhavam em zonas diferentes e sem contacto entre si, e por um elemento do Norte e Centro, oriundo de *O Grito do Povo* (António Pedro Abecassis). Nesta altura era publicado o primeiro número do jornal com o mesmo nome e que, apesar de saudado por *O Comunista*, levantou reacções a um dos núcleos do Sul, que exigiu o seu controlo por parte da Comissão de Imprensa. Este delegado solicitou a transformação da reunião de Comissões em direcção enquanto a parte maioritária defendeu que a direcção

³⁸⁸ «Notas para uma plataforma elementar dos núcleos O Comunista», *Núcleo «O C.» Maria Albertina*, Março de 1971.

³⁸⁹ «Crítica ao documento “Plataforma Elementar dos núcleos Maria Albertina”», *Equipe de redacção de «O C.»*, s.d.

³⁹⁰ «Declaração sobre o jornal “O Comunista” e seu grupo político», *Núcleos Maria Albertina e Revolução Popular*, Novembro de 1971.

deveria aparecer no interior e forjada na luta. Como resultado, dar-se-ia uma cisão que levou em 1972 à constituição de Luta Comunista³⁹¹.

Uma outra cisão resultante da discussão do centralismo dá-se entre 1972 e 1973 e tem como protagonista o Núcleo José de Sousa (NJS), que editou inicialmente *As Armas do Povo* – tornado depois jornal da Comissão do Exterior – e posteriormente *Ergue-te e Luta*. O nome escolhido não é de todo inocente: José de Sousa foi um destacado militante do PCP nas décadas de 1920 e 1930, partidário da construção de sindicatos clandestinos. Entraria em divergência com o partido na segunda metade da década de 1930 a partir do Tarrafal, onde se encontrava detido. Libertado, viria a aderir ao movimento socialista e a participar na sua reorganização no imediato pós-guerra. Ainda enquanto militante do PCP, José de Sousa fora crítico da implementação da linha da «frente popular» antifascista, decretada no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, e que vinha substituir a tese da «classe contra classe», definida no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Aplicada ao território nacional, a nova linha estipulava a constituição de frentes antifascistas, o trabalho nos sindicatos nacionais e o aproveitamento de todos os meios possíveis de expressão legal³⁹².

O Núcleo José de Sousa era constituído por seis elementos responsáveis: *Afonso Rocha, José Capilé, Jorge Rocha, Vasco Martins, «Xico» e Elpídio Codinha*. Quatro eram operários na Renault, um outro era professor também na Renault, e o outro tinha empregos ocasionais³⁹³. O NJS envolveu-se nas manifestações contra a expulsão de Loreta Fonseca, que tomou proporções consideráveis e foi feita em

³⁹¹ *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975. Neste documento afirma-se que a presença no interior desses núcleos do sul era praticamente inexistente ou remetia para elementos já presos. Existiam, contudo, dois núcleos – *Foice e Martelo* – de que se falará no capítulo 9.

³⁹² Sobre José de Sousa, cf. José Pacheco Pereira (1999), *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. «Daniel», o Jovem Revolucionário (1913-1941). Volume 1*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 70-71; José Pacheco Pereira (2001), *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949). 2.º Volume*. Lisboa: Temas e Debates, pp.320-323 e 594-599. A participação na Frente Popular Portuguesa (1936-1939) foi uma primeira e imediata consequência da adopção das teses do VII Congresso. No entanto, os esforços para aplicação desta linha foram interrompidos por sucessivas flagelações policiais e por processos intrincados de expulsão e suspeição no interior do PCP. O partido foi mesmo suspenso da Internacional Comunista em 1938 e esteve sem ligações internacionais durante alguns anos. Sobre o PCP nesta altura, e para além dos dois volumes da autoria de Pacheco Pereira acima referidos, cf. João Arsénio Nunes (1982), «Da Política “Classe contra Classe” às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-35)», in *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 31-76. Para uma perspectiva crítica sobre a marca a longo prazo do VII Congresso na história do movimento comunista internacional, cf. Francisco Martins Rodrigues [2008 (1985)], *Anti-Dimitrov. 1935/1985 – meio século de derrotas da revolução*. Lisboa: Dinossauro / Abrente.

³⁹³ Afonso Rocha. Depoimento, 20/04/2008.

ligação com o *Comité d'Action* da Renault, ligado à *Gauche Proletarienne*³⁹⁴. Num documento de 1972, os militantes do Núcleo José de Sousa propuseram a realização de uma conferência para a eleição de uma direcção para *O Comunista*, defendendo uma maior centralização das tarefas e a legitimação democrática da estrutura directiva. Tendo-se atrasado a resposta da direcção, este núcleo terá efectuado «contactos horizontais» com a organização no exterior, nomeadamente em Grenoble, Holanda, Dinamarca e Suécia³⁹⁵. Afonso Rocha garante que defenderam de facto a realização dessa conferência mas que os contactos desenvolvidos apenas se registaram no âmbito da Comissão do Exterior, através de um militante do NJS que aliás permaneceu em *O Comunista*³⁹⁶. Vasco Martins – o elemento em causa – recorda que a linha geral de *O Comunista*, que ele defendeu, passava por dar prioridade à ideia de que «a direcção se formaria na luta no interior do país»³⁹⁷. Como resultado, o Núcleo José de Sousa foi desvinculado de *O Comunista* tendo-se unido, já depois do 25 de Abril, à UC (m-l) e criado mais tarde a UCRP (m-l)³⁹⁸.

Em 1972 chegaram a existir contactos entre Hélder Costa e Manuel Sertório³⁹⁹, então em Argel, no sentido de se elaborar uma «plataforma de entendimento». Numa carta datada de Maio de 1972, Sertório notava:

O único ponto da vossa orientação que suscita o meu desacordo é o vosso alinhamento (que, aliás, não transparecia dos primeiros números de «O C.») com a política da República Popular da China e do PCC. (...)

³⁹⁴ Vasco Martins. Depoimento, 15/01/2009. Diz José Capilé: «A Loreta Fonseca era simpatizante (ou militante mesmo) de *O Comunista*. Acho que ela levava propaganda ou tinha escrito umas coisas... Aquilo já estava quase resolvido, não dava para a expulsão dela, mas a malta aproveitou para tornar aquilo uma luta anti-racista. Fez-se uma manifestação e apareceram centenas e centenas de franceses». José Capilé. Entrevista, 08/10/2008.

³⁹⁵ *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975.

³⁹⁶ Afonso Rocha. Depoimento, 20/04/2008.

³⁹⁷ Vasco Martins. Depoimento, 15/01/2009.

³⁹⁸ Num documento publicado em 1975 pelo CARP (m-l), dando eco pretensamente às críticas do Núcleo José de Sousa, considera-se a actuação de *O Comunista* neste período como demasiado ecléctica e federalista, estando em 1971 num processo de crise que tornou mais fácil *para O Grito do Povo* «infiltrar uns tantos elementos no seu interior [e] conquistar a adesão dos seus membros responsáveis que buscavam desesperadamente uma saída». «A herança do Comunista é boa ou má?», *Luta Comunista*, n.º 5, Janeiro / Fevereiro de 1975. O afastamento ter-se-á dado em Abril de 1973, sendo o Núcleo José de Sousa composto então por cinco elementos, todos ou quase todos radicados em França. «Relatório de Actividades da UCRP (ml)», *O Comunista*, n.º 1, 2.ª série, 15/10/1975.

³⁹⁹ Manuel Sertório foi um destacado antifascista, inicialmente próximo do PCP e depois apoiante da candidatura de Humberto Delgado, que se exilou no Brasil na sequência da vaga de repressão que se seguiu à fraude eleitoral. Aí viveu até 1965, e posteriormente instalou-se na Argélia, militando na FPLN e colaborando na Rádio Portugal Livre.

Considero que esta discordância não prejudica os esforços recíprocos no sentido da plataforma.⁴⁰⁰

Sensivelmente um mês depois, acertou-se um encontro entre delegações de ambos os grupos, desde que não houvesse «publicidade» nem elementos exteriores. Em Fevereiro de 1973, após algumas missivas de preparação, estipulou-se a ida de alguém sob o nome de João Carlos Coelho Alves a Argel. Hélder Costa informou depois que o militante tomou o avião mas que, «impossibilitado de sair do aeroporto, voltou a Paris». A correspondência cessou entretanto, não se chegando a perceber se existiu algum encontro entre *O Comunista* e o grupo em torno de Manuel Sertório⁴⁰¹.

Em finais de 1972, é criada finalmente a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa)⁴⁰². Elegeu-se em Janeiro de 1973 um Comité do Exterior de Apoio, que tinha como tarefa realizar um balanço da experiência de *O Comunista* e reorganizar o grupo no exterior tendo em conta a nova realidade. Militantes da organização participavam ainda em colectividades de imigrantes e dispunham de um jornal legal – *O Alarme!* – editado na região de Grenoble, e ainda a revista cultural *Spartacus*⁴⁰³. Na órbita do grupo funcionava também o Teatro Operário, animado por Hélder Costa, e que se preocupava em disseminar a prática teatral numa perspectiva de consciencialização política. Dos núcleos franceses de *O Comunista* fizeram ainda parte, entre outros, Vasco de Castro, Ferreira Fernandes, Fernando Cardoso, Tino Flores, Fernando Morais, Manuel Chico e José Carlos Codinha.

Na Holanda, a organização criou em 1971 uma célula composta por Rui Mota, Lima e Miguel Castro. Segundo Rui Mota, o número de militantes haveria de chegar a «uma dúzia de pessoas», cifra da qual se excluem simpatizantes e elementos tocados pela acção do Comité de Desertores. Terão existido militantes ou células de *O Comunista* em Bruxelas (Bélgica), no Luxemburgo, em Aarhus, Copenhaga e

⁴⁰⁰ Espólio Manuel Sertório, Correspondência, *O Comunista*, 633 (22/05/1972). Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

⁴⁰¹ Espólio Manuel Sertório, Correspondência, *O Comunista*, 635 26/06/1972), 636 (09/07/1972), 641 (06/02/1973), 646 (01/03/1973), 648 (15/03/1973). Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

⁴⁰² Não existe material que refira qualquer momento de formalização da estrutura. Pedro Baptista e Hélder Costa também não o recordam nas entrevistas realizadas.

⁴⁰³ JMLP [José Manuel Lopes Cordeiro], «Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa». *Dicionário de História de Portugal* (1999), coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 8. Lisboa e Porto: Figueirinhas, p. 668.

Helsingor (Dinamarca) e em Gotemburgo, Malmo, Lund e Uppsala (Suécia)⁴⁰⁴. Um dos elementos do colectivo na Dinamarca era Mário Fernandes e na Suécia estavam, entre outros, Filipe Faria e Fernando Cardeira.

4.5 Populismo e anticolonialismo na OCMLP

No seu n.º 10, datado de Março de 1973, *O Grito do Povo* apareceu já como órgão central da OCMLP. Nesse mesmo mês foi criado o primeiro Comité Pró-Partido, no Porto, a que se seguiriam semelhantes organizações no Centro e no Minho. Em Setembro de 1973 foi lançado o n.º 1 de *Vanguarda Proletária*, jornal interno da OCMLP, que dedicou praticamente todas as páginas a abordar a táctica correcta a aplicar nas eleições de Outubro, consideradas uma «manobra mesquinha de fascistas, reformistas e revisionistas»⁴⁰⁵. Foram então criados no Porto e em Coimbra os Comités Revolucionários Anti-Eleitorais (CRAE), destinados a lutar contra as «eleições burguesas» e pela «revolução popular»⁴⁰⁶.

O activismo anticolonial era também uma das vertentes centrais da actuação da OCMLP. Para desenvolver trabalho nas forças armadas foram criados os Comités de Soldados e Marinheiros Vermelhos, dinamizados por Joaquim Pinto da Silva. A organização incitava à realização de levantamentos de rancho e à deserção com armas. A linha a adoptar era explicada deste modo: «quando desertares, tenta de todas as formas expropriar armas, explosivos, fardas, documentos, mapas, etc... Se tiveres um amigo revolucionário de toda a confiança entrega-lhe o material. Se não, enterra o material, protegendo-o bem da humidade, ou esconde-o num sítio seguro: quando a revolução necessitar, as armas estarão lá prontas a servir»⁴⁰⁷. Como suporte deste acto, e também como retaguarda de cooptação de militantes para os núcleos *O Comunista*, existiam Comités de Desertores a funcionar em França, Holanda, Dinamarca e Suécia.

O tipo de linguagem aplicada era também muito característico. No Manifesto refere-se que «está nas nossas mãos arrancarmos aos filhos da puta dos burgueses e dos xicos a nossa liberdade»⁴⁰⁸. Numa notícia sobre um levantamento de rancho ocorrido em Santa Margarida, informa-se que os soldados partiram «os vidros quase

⁴⁰⁴ Rui Mota. Entrevista, 08/07/2008.

⁴⁰⁵ «Balanço do Inquérito sobre Eleições», *Vanguarda Proletária*, n.º 1, Setembro de 1973.

⁴⁰⁶ «Editorial», *O Grito do Povo*, n.º 16, Agosto de 1973.

⁴⁰⁷ «Soldados!», *O Grito do Povo*, n.º 3, Abril de 1973.

⁴⁰⁸ «Manifesto dos Soldados Portugueses», in Álvaro Vasconcelos (1976), «"Os verdadeiros marxistas-leninistas" e o trabalho do CM-LP para reorganizar o Partido». *Seara Vermelha*, n.º 6, Agosto de 1976.

todos do quartel ao mesmo tempo que gritavam Não à Guerra Colonial! E cantavam canções do género: Estamos fartos da xicalhada / só dão ordens não fazem nada»⁴⁰⁹. Num outro artigo, referindo-se a um major, explicando-se que «como se não bastasse ser um fascista dos puros é ainda por cima paneleiro»⁴¹⁰.

O mesmo registo – informal e algo hardcore – aparece em artigos sobre lutas económicas, bastante abordados no jornal. No n.º 2 dá-se conta de uma acção das conserveiras do Alva, em Matosinhos, afirmando-se que as operárias abandonaram o local de trabalho comentando: «o patrão não faz pouco de nós, ele que vá à merda, nós não somos escravas dele, que vá trabalhar já que não faz nada»⁴¹¹. Um panfleto sobre uma luta operária em Guimarães termina propondo «porrada nos lacaios Alves, Vale, etc. Nada de irmos na conversa deles»⁴¹². Um panfleto oriundo da Nazaré refere Marcelo Caetano como um «sorridente pateta alegre (...) muito bem formado em vigarice» e termina afirmando: «Onde o povo se tem levantado em luta, os vampiros exploradores têm recuado acagaçados com a força da nossa união. Os burgueses é que perdem a mama do palacete, da boa vida, do Mercedes, os casacos de pele, as jóias de ouro, etc, etc»⁴¹³.

Ações como a greve da Grundig, em Fevereiro de 1972, em Braga, e a campanha de solidariedade para com os pescadores de Matosinhos tiveram a presença da organização. Nesta última acção procedeu-se a uma recolha de fundos que juntou 31.750\$00, entregues depois aos pescadores da Afurada e de Matosinhos⁴¹⁴. Reproduzindo acções que ficaram famosas no contexto do Maio de 68, alguns jovens do Porto fizeram um *raid* a um supermercado do qual desviaram alimentos para entregar aos grevistas.

4.6 Das prisões na direcção ao «golpe Matos-Viriato»

A 16 de Abril de 1973, Pedro Baptista foi detido no posto da DGS de Vila Verde da Raia quando regressava de uma estadia de 15 dias em Paris, onde ultimara os pormenores da fusão entre *O Grito do Povo* e *O Comunista*. Sem documentos de

⁴⁰⁹ «Santa Margarida – Luta dos Soldados», *O Grito do Povo*, n.º 13, Maio de 1973.

⁴¹⁰ «A luta dos soldados e marinheiros pelos quartéis e unidades», *O Grito do Povo*, n.º 20, Dezembro de 1973.

⁴¹¹ «O patrão não faz pouco de nós ele que vá à merda», *O Grito do Povo*, n.º 2, Fevereiro de 1972.

⁴¹² «Somelos – Guimarães», *O Grito do Povo*, n.º 19, Outubro / Novembro de 1973.

⁴¹³ «Nazaré – Fora com o Gatuno Presidente da Câmara / Ladrão das Terras e do Dinheiro do Povo», *O Grito do Povo*, n.º 19, Outubro / Novembro de 1973.

⁴¹⁴ «Solidariedade», *O Grito do Povo*, n.º 14, Junho de 1973. A notícia dá conta de um total recolhido de 46.750\$00, algum dele proveniente de França e da Suécia, tendo-se mantido em depósito o dinheiro que chegou já depois de terminada a greve.

identificação e desconhecendo que pendia sobre si um mandato de captura, Pedro Baptista aceitou a acompanhar até ao posto próximo um guarda que lhe pediu os papéis pessoais. Apercebendo-se da existência do mandato de captura, resistiu aos funcionários pela força e tentou sem sucesso uma evasão. Foi transferido para a delegação do Porto, tendo-se aí mantido até 10 de Maio de 1973, data em que foi entregue às autoridades militares. A 8 de Junho foi devolvido pelo Exército à DGS do Porto, sendo no dia seguinte transferido para a cadeia de Peniche, onde foi mantido até dia 13 de Julho. «Por não se haverem reunido elementos de indicição suficientes para se promover a sua entrega a Tribunal», e encontrando-se na situação de refractário desde 10 de Outubro de 1972, ficou «desligado dos autos». Na altura da sua captura, em Abril de 1973, dizia-se num auto de notícia: «o indivíduo em referência, dotado de uma compleição física excelente, lutou com o pessoal deste Posto [três agentes], sendo necessário manietá-lo, o que não foi nada fácil, em virtude de oferecer forte resistência. Desta refrega, saí lesionado no joelho direito, sendo necessário receber tratamento no Hospital da Mesericórdia [sic] de Chaves». Por não conseguir extrair declarações, Rosa Casaco propõe que Pedro Baptista «seja entregue às autoridades militares desta cidade, alertando-se, no entanto, para a «perigosidade deste indivíduo»⁴¹⁵.

Em finais de 1973, e já com Pedro Baptista preso, a estrutura dirigente da OCMLP sofreu alterações. Em Dezembro de 1973, José Queirós («Paulo») foi cooptado para a direcção, juntamente com José Oliveira («Sérgio»), fazendo o primeiro a ligação com o Comité Pró-Partido (CPP) do Centro e o segundo com o CPP do Minho. Constituído inicialmente por Tito Agra Amorim e Francisco Morais, o CPP do Minho era composto, por alturas do 25 de Abril, por Tito Agra Amorim, Fernando «Santos», Manuela Juncal, Freitas (de Viana do Castelo) e um operário tipógrafo de Barcelos. Na zona existiam duas células em Viana do Castelo, duas células em Barcelos, uma célula em Pevidém (criada por Fernando «Santos») e uma célula em Amarante⁴¹⁶.

Em 1974 viria ser preso José Manuel Penafort Campos. No interior da célula da Covilhã («Palestina») desenvolve-se uma luta que atinge directamente Pedro Bacelar, julgado em Março de 1974 no âmbito do Comité Pró-Partido.

Há um processo de luta ideológica dentro da minha célula, que na altura já era constituída por quatro pessoas, e chega-se a um momento de

⁴¹⁵ ANTT – PIDE/DGS, Del P, PC 39/71, NT 3370, fl. 88: Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008.

⁴¹⁶ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

divergência insanável entre mim e os restantes três elementos. Isso no contexto do golpe interno que se estava a preparar. Sou acusado e julgado por, entre outras coisas, ter preparado a entrega de uma parte da organização estudantil de Coimbra ao MRPP, uma acusação completamente absurda, até temporalmente. Há um conjunto de pessoas, sobretudo vindas de Guimarães, que vão para o MRPP, mas eu já nem sequer lá estava. Sou conduzido sob detenção para a zona de Aveiro-Águeda, onde sou julgado. Não há tortura, estou preso num espaço extremamente exíguo, pouco maior do que uma despensa, aí com cinco ou sete metros quadrados, sem qualquer abertura para o exterior, praticamente durante uma semana. Essa detenção era interrompida por sessões de julgamento, de olhos vendados, interrogado por pessoas que estão, presumo, atrás de mim e que eu não identifiquei.⁴¹⁷

As discussões passavam pelas diferentes opiniões sobre o que deveria ser a intervenção em meio sindical. Já se havia decidido criar, em Maio de 1973, a Organização Sindical Vermelha, estrutura clandestina dos Comitês Operários – que chegará a editar o boletim *Classe contra Classe*, em Março de 1974 – e a discussão consistia em saber se se deveria armar os Comitês Operários e lançar «acções guerrilheiristas» ou, por outro lado, organizar lutas nas fábricas e formar quadros comunistas. No fundo, tratava-se de um confronto entre uma «linha de massas» e uma «linha guerrilheirista».

Eu não me recordo bem dos termos do debate nem nunca mais vi esses documentos que serviram então de base para a discussão e que vinham no contexto da preparação de um congresso da OCMLP que se tinha em vista. Recordo-me sim, nesse período, nomeadamente da parte de gente que vinha de *O Comunista*, de França, ou que tinha saído do Porto para França e que entrara clandestinamente no país, de uma atitude diferente relativamente à violência. E isso aflorava, não apenas na discussão dos documentos – o que se passa já no princípio de Janeiro de 1974 – mas nas considerações sobre o amadurecimento das condições para se fazer a revolução e na questão da luta armada. Eu tinha uma posição muito rígida em relação a isso, considerando que a luta armada tinha de ser «o povo em armas», segundo a perspectiva maoísta da Longa Marcha, e era muito radical e veemente na condenação daquilo que nós hoje chamamos

⁴¹⁷ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

«terrorismo», e que na altura também chamávamos, praticado por vanguardas. A questão do uso da violência estava consolidada na minha visão política da altura. Portanto, um grande radicalismo político, mas uma clara rejeição do terror... Da violência não, fizemos manifestações violentas em Coimbra, em que apedrejámos montras de bancos e carros da polícia. Mas isso era uma violência simbólica. Tudo o que fosse além disso tinha de ser avaliado enquanto parte do «povo em armas», da radicalização inevitável da luta popular.⁴¹⁸

Segundo um relatório elaborado em 1976 por «Lopes» (Tito Agra Amorim), «na ausência do chefe» (Pedro Baptista) desenvolvera-se uma «luta pelo poder» entre «Quim» e «Matos» (Rui Loza e Francisco Morais, respectivamente), pretendendo qual cada qual representar a «linha proletária» e que revelava o choque entre uma corrente de teor mais economicista, representada pelo primeiro, e uma outra adepta do guerrilheirismo, representada pelo segundo⁴¹⁹. Em torno de Francisco Morais («Matos») e Nuno Morais («Viriato») constituiu-se então o chamado «grupo revolução cultural» que procurou analisar e condenar os desvios ocorridos⁴²⁰. Ainda de acordo com a mesma fonte, ambos se apoiaram no CPP do Centro, ao qual pertenciam, para formarem uma «d direcção provisória que tentaram impor à organização»⁴²¹.

Nos meses anteriores ao 25 de Abril, e tal como a conheci, a direcção «permanente» era constituída, na prática, por duas pessoas geralmente metidas numa casa, o Francisco Morais e o Rui Loza, que vivia lá com a sua companheira. Suponho que era ali redigido *O Grito do Povo*. Eu, o Penafort e o José Oliveira aparecíamos para reunir. Era uma casa na Barra, na zona de Aveiro. Foi aí que me desloquei para a tal reunião que visava discutir as medidas de segurança necessárias após a prisão do Penafort, e é lá que me prendem. Na altura devia ter estranhado, porque quem me procura é o Nuno, que não tinha que conhecer a minha casa. Aceitei que fosse uma medida de emergência (ele é irmão do Francisco Morais) e fui. Quando chego lá apontam-me uma arma e levam-me para a sala, onde já está o Rui Loza na situação de detido. A partir daí vendaram-me,

⁴¹⁸ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

⁴¹⁹ «Relatório de Lopes», *O Partido*, n.º 18, Abril de 1976.

⁴²⁰ «Informe do Comité Central sobre a linha Anti-Partido», *O Partido*, n.º 20, Abril de 1976.

⁴²¹ «Relatório de Lopes», *O Partido*, n.º 18, Abril de 1976.

meteram-me num carro e levaram-me durante a noite, julgo que para os lados de Moledo, no Minho. Mais tarde sou transportado, em condições semelhantes, para uma casa nos arredores do Porto.⁴²²

José Queirós considera que esta perspectiva política já se havia manifestado em 1972, mas que o *timing* exacto só veio com a prisão de Baptista e num contexto em que se estava a preparar uma conferência no interior para a eleição de uma direcção, conferência marcada por uma circular de Fevereiro de 1974 e posteriormente adiada. Hélder Costa afirma que havia a ideia da direcção no exterior de *O Comunista* se vir instalando em Portugal, o que vai sendo feito até essa altura. Indica mesmo que a sua vinda chegou a estar acertada para o início de Abril de 1974 e que só não se efectivou devido à prisão de um elemento importante no interior. Apesar de gente afectada à linha insurgente ter vindo do exterior, Hélder Costa garante, porém, não ter tido conhecimento destas movimentações⁴²³.

Manuela Juncal teve uma outra percepção do episódio. Tinha ficado de redigir um informe sobre o fascismo para a conferência e esta é adiada sem explicação. Já depois do falhado golpe das Caldas, de 16 de Março de 1974, recorda-se de ter uma reunião com Nuno Morais e José Oliveira.

Eu tinha em casa uma estante que estava periclitante, devido à sua má qualidade e ao facto do soalho abanar um bocado. O Viriato entrou e pousou uma granada em cima da dita estante. Saca de um pistolão e pousa-o em cima da mesa da reunião. E eu disse-lhe: «ó Nuno, se faz favor tira aquilo (a granada) dali porque eu tenho medo que ela caia e rebente». Ele tirou, mas com muito gozo sobre a minha ignorância do comportamento de granadas. Começa-se a reunião, com o José Oliveira bastante encolhido e a olhar para o chão. E o Nuno a explicar que ninguém tinha sabido do golpe de Março nas Caldas, que a Direcção não agia, que não tinha havido a reacção devida à prisão do Penafort. Diz que havia uns tipos na Direcção que eram uns preguiçosos, que passavam o dia na cama – estava a referir-se ao Rui Loza – e que havia outros que eram uns malandros, que tinham uma linha de direita – estava a referir-se ao José Queirós. Quanto ao José Oliveira estava sob observação. Para salvar a organização, eles (não especificados) tinham tomado medidas e o que

⁴²² José Queirós. Entrevista, 07/02/2008.

⁴²³ Hélder Costa. E-mail, 01/12/2009.

levavam ali a discussão é se aqueles dois elementos deviam ou não ser executados. Isto porque levá-los para o estrangeiro também tinha os seus perigos.⁴²⁴

No início de Abril, chamam a direcção executiva para um encontro, prendem-na, neutralizando-a durante alguns dias e passando a agir como nova direcção. Na sequência deste acontecimento, «Matos», «Viriato» e «Ramiro» foram expulsos da organização no processo de realização da I Conferência Nacional, efectuada já depois do 25 de Abril. Na verdade, «Ramiro» não estivera propriamente envolvido nas movimentações do «golpe», mas em actos de assédio sexual a camaradas. Segundo Pedro Baptista, o facto da organização ter querido minimizar o impacto desta crise interna num contexto novo de luta política aberta com o 25 de Abril, fez com que as «responsabilidades do golpe» se concentrassem em Francisco Morais e Nuno Morais⁴²⁵. Assim sendo, a documentação interna produzida na altura sobre o caso acaba por não ajudar a fazer um desenho porventura mais abrangente da disputa interna ocorrida nas vésperas da queda do Estado Novo.

⁴²⁴ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

⁴²⁵ Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008. Um parágrafo no qual faço menção ao episódio num livro editado recentemente [Miguel Cardina (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus, p. 51] foi contestado via e-mail por Nuno Morais. Apesar das diligências efectuadas nesse sentido, não foi possível obter dados seus sobre o acontecimento.

CAPÍTULO 5

A URML e a crítica da deserção

Já se mencionou no capítulo anterior como, no contexto das eleições de Outubro de 1969, alguns sectores à esquerda emergiram apoiados na crítica das posições dominantes na CDE. A Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML), criada em 1970, resulta em boa medida deste processo⁴²⁶. Como o próprio nome indica, a URML proclamou a necessidade de união dos diferentes grupos m-l, ainda que sem qualquer sucesso neste domínio particular. O grupo distinguiu-se também pela sua posição perante a guerra colonial, mais próxima do PCP do que da restante galáxia m-l na sua recusa da deserção – classificada como uma atitude individualista e oportunista – e na proposta de levar o activismo político se possível até às frentes africanas de combate.

Os seus dois principais fundadores foram Joaquim Luciano e Artur Silva, activos na CDE de 1969, respectivamente, em Campo de Ourique e em Fátima, tendo muitas vezes entrado em conflito com a linha dominante da Distrital de Lisboa. Algumas iniciativas serviram como etapas prévias do processo de estruturação do grupo. José Manuel Garção recorda uma reunião preparatória em Algueirão e Artur Silva faz referência a um curso de marxismo em Arroios, no contexto do qual terá surgido a ideia da URML⁴²⁷.

⁴²⁶ Não existe uma data definida de fundação, mas num documento datado de Fevereiro de 1971 afirma-se que a URML existe «há já alguns meses». Circular interna n.º 1, CC, 01/02/1971.

⁴²⁷ José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes. Entrevista, 13/09/2008. Diz Artur Silva: «O Luciano sugeriu-me que eu organizasse e leccionasse um curso de marxismo, para o qual ele e eu trouxéssemos “alunos”. Esse curso realizou-se em 6 a 10 sessões que se realizaram em minha casa, em Arroios, aos Sábados à noite. Nesse curso ele próprio era aluno, bem como a mulher, um estivador e a mulher (que depois integraram a UR), e mais pessoas que não recordo bem. Mas tentávamos que houvesse mulheres, para parecerem aos vizinhos – tanto quanto era possível – “reuniões sociais”. O curso assentava bastante no manual de um curso do Politzer, via um discípulo dele (Guy Besse) e noutros materiais que eu tinha. É no decurso dessas aulas, ou em relação com elas, que surge a ideia da UR, para a qual convidámos os “alunos” desse curso, bem como outros elementos

No seu projecto de Estatutos, estipulam-se como objectivos, a curto prazo, a «acção revolucionária no seio das massas trabalhadoras», a médio prazo, a «unificação ou fusão dos grupos marxistas-leninistas» e, a longo prazo, o derrube do «Estado burguês», a implantação da «ditadura do proletariado» e a direcção da «revolução comunista»⁴²⁸. Assim, a URML procurou a unidade das correntes m-l, vindo a criticar, após algum momento de expectativa, a construção unilateral do PCP (m-l). Na opinião do grupo, será «pela prática que surgirá o Partido do Proletariado», resultando da «hegemonia de uma (ou várias) organizações sobre as restantes». Considerando que a maioria dos grupos se encontra envolto em «polémicas estéreis», é proposto que se ultrapasse o «culto da escrita» e que seja através da «inserção nas lutas concretas dos trabalhadores» que se defina a «prática revolucionária»⁴²⁹.

Esta concepção levou a que a URML distinguisse a linha política do PCP da acção de militantes e simpatizantes que se encontravam no terreno das lutas comuns, o que foi visto pelos restantes grupos m-l por uma certa brandura para com o PCP. Apesar das críticas sonantes ao «revisionismo», considera-se que aquele partido «sempre foi, nunca deixou de ser, uma força política oposta aos interesses da burguesia dominante e em luta contra esse poder, sendo o partido mais ligado ao proletariado». A sua política era apodada, no entanto, de «pequeno-burguesa», tingida com uma fachada de radicalismo que o lançamento da ARA, em 1971, visava atestar⁴³⁰.

O grupo editou a publicação *Documento Comunista*, a partir de Janeiro de 1971, e *Folha Comunista*, desde Junho do mesmo ano. Em Maio de 1972 começaram a aparecer *Lutas Operárias*, suplementos de *Folha Comunista* e destinados às fábricas. Em Dezembro de 1972 surgiu o órgão teórico *Revolução Proletária*, correspondendo à necessidade de «fazer progredir as análises teóricas em íntima

da CDE, principal, mas não exclusivamente, das duas freguesias referidas [Campo de Ourique e Fátima]». Artur Silva. Depoimento, 26/07/2008.

⁴²⁸ Projecto de Estatutos, Sem data mas anterior a Fevereiro de 1971, já que aparece referido numa circular de 10/02/1971: Circular Interna n.º 2, Orientação geral para o trabalho das células da UR, 10/02/1971.

⁴²⁹ «Algumas Questões Prévias a uma Prática Revolucionária», *Documento Comunista*, n.º 5, Julho de 1972. A temática da «relação dialéctica entre a prática e a teoria» já vinha exposta, em Janeiro de 1972, no *Documento Comunista*, n.º 4.

⁴³⁰ «PCP, partido da pequena-burguesia de fachada comunista. Parte I», *Revolução Proletária*, n.º 1, Dezembro de 1972; «PCP, partido da pequena-burguesia de fachada comunista. Parte II», *Revolução Proletária*, n.º 2, Julho de 1973.

ligação com o avanço de toda a actividade prática»⁴³¹. *Documento Comunista* transformou-se então num órgão de divulgação de textos mais teóricos⁴³².

5.1 Evolução das estruturas dirigentes

Como em muitos outros casos, o carácter clandestino da organização e a ausência retrospectiva de textos posteriores que coloquem a análise para além da ponderação das grandes linhas ideológicas, transforma numa tarefa difícil o reconhecimento dos protagonistas do grupo. Ademais, a própria documentação interna que historia o seu percurso nem sempre se apresenta como fiável, estando muitas vezes mais interessada em marcar posição perante as polémicas do momento ou em justificar o posicionamento de um sector de militantes do que em traçar um retrato rigoroso da evolução do colectivo.

Isso mesmo é evidente num documento interno de finais de 1973, no qual se apresenta um balanço crítico da organização. Aí se revela que «no final de 1971 a direcção eleita pelo grupo inicial da URML provocou uma situação de crise no seu seio», resultado do seu «oportunismo político e de vacilações próprias de carácter e temperamento pequeno-burguês», o que levou à sua demissão. Aponta-se como «desvio político-ideológico» uma proposta de Agosto de 1971 para um plano detalhado de estudos, que implicaria uma paragem na actividade. Refere-se um «segregacionismo ilegítimo» na constituição da direcção e anota-se ainda que o processo de desintegração foi precipitado «por uma ameaça repressiva que se pensou vir a assumir grandes proporções». A direcção é então substituída no início de 1972 por uma comissão eventual com a vigência de seis meses, e na qual estavam «elementos da 1.^a direcção e camaradas que se tinham destacado pela crítica à 1.^a direcção e que agora tinham um peso decisivo». Em Julho de 1972 já se encontra em vigor uma nova direcção e cria-se, simultaneamente, uma Comissão Executiva⁴³³.

Testemunhos contemporâneos de antigos militantes permitem apontar, como membros do grupo inicial, Joaquim Luciano, Francisco Bronze, Xavier, Artur Silva, José Manuel Garção e Lamberto Coelho, tendo estes três últimos sido escolhidos

⁴³¹ «Editorial: o papel da imprensa comunista», *Revolução Proletária*, n.º 1, Dezembro de 1972.

⁴³² Até ao 25 de Abril, a URML publicou seis números de *Documentos Comunistas*, vinte números de *Folhas Comunistas*, vinte e dois números de *Lutas Operárias* e três números de *Revoluções Proletárias*.

⁴³³ Documento Interno n.º 8. Relatório Crítico da actividade da URML. s.d. No Boletim Interno de Dezembro de 1973 fazem-se algumas observações críticas a esse documento, o que permite situá-lo numa data anterior a esta. Posteriormente, em Setembro de 1974, uma versão reduzida foi publicada no número 3 do *Revolução Proletária*.

para a direcção inicial. A descrição acima referida terá sido oriunda de Joaquim Luciano, que fora mantido à margem da primeira direcção devido ao facto de se suspeitar fortemente que estaria denunciado na PIDE.

O Luciano era um tipo perspicaz, topava quem podia ser recrutado e depois ia experimentando, pedindo traduções e etc. Mas também era um tipo doido, recrutou montes de gente no barco, nos cafés... O Lobato conta que conheceu o Luciano num café quando frequentava um curso de Jornalismo, depois de vir da tropa, e aí o Luciano recrutou três. O Cabedal, por exemplo, já estava referenciado por um tipo da FAP, acho, que avisou o Luciano e ele não ligou e continuou com os contactos. Nós tivemos uma informação a dizer que o Luciano já estava referenciado pelo menos desde 1971. Nós afastámo-lo por isso, porque não quis fugir, e ele achou isso uma injustiça.⁴³⁴

Na realidade, a organização teve dois infiltrados da PIDE, Francisco Cabedal e António Viseu. O primeiro vivia na Cova da Piedade, trabalhava na Lisnave e fora militante do PCP antes de ter sido preso⁴³⁵. A ameaça repressiva que se aponta no documento de 1973 foi a prisão de um jovem («Vicente») que transportava panfletos, o que abalou a estrutura e colocou em perigo os militantes, chegando a estar planeada a ida da direcção para o exterior. No entanto, não se terão registado expulsões mas apenas uma recomposição em função de saídas resultantes dessa situação de insegurança.

A Comissão Eventual era constituída por Joaquim Luciano, José Manuel Garção e Artur Silva, sendo este último o responsável pela proposta de «plano de estudos». A ida de Artur Silva para a tropa durante o ano de 1972 fez com que reduzisse consideravelmente a sua presença na direcção da organização, ainda que também assegure não terem havido expulsões nem afastamentos compulsivos. Em 1973, o rebentamento de bombas das BR em vários estabelecimentos do Exército, entre os quais os Serviços Mecanográficos, onde estava, levaram a que fosse sujeito a um

⁴³⁴ José Manuel Garção. Entrevista (com José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes), 13/09/2008. O recrutamento de Carlos Santos confirma o referido modo de captação de militantes: «Num dia de 1971, vinha no barco para Lisboa, onde eu estudava, a ler um livro de Engels (salvo erro “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”) e fui abordado por um desconhecido, que meteu conversa comigo a propósito do que eu vinha a ler. Depois de vários encontros tornei-me “simpatizante organizado” da URML, ainda em 1971. O recrutador foi o Luciano. Já em 1972, acho eu, passei a militante.» Carlos Santos. Depoimento, 29/06/2010.

⁴³⁵ ANTT – PIDE/DGS, proc. 11.481 GT, NT 1589.

inquérito militar e cessasse os contactos com a organização, indo para Angola em Abril de 1973⁴³⁶.

Sensivelmente pela mesma altura, José Luís Castro reunia com a direcção, não sendo claro para ele se ali estava como membro da direcção ou como coordenador da Comissão Executiva⁴³⁷. No Verão de 1973, José Manuel Garção afastou-se do núcleo dirigente. A casa que a organização tinha em Campo de Ourique para realizar reuniões deixou de estar disponível nessa altura, o que fez com que os encontros se desenrolassem na rua, com as limitações de discussão que isso acarretaria. À chegada do 25 de Abril, a cúpula da URML era constituída por Joaquim Luciano e pelos elementos da Comissão Executiva, que seriam José Luís Castro, Serafim Lobato e Isabel Nunes⁴³⁸.

Em Maio de 1974 foi formada uma estrutura coordenadora legal, composta por Joaquim Luciano, Francisco Bronze e Tito Palma. A 19 de Maio de 1974, a URML participará num comício com o PRP/BR (Partido Revolucionário do Proletariado / Brigadas Revolucionárias), as CBS (Comissões de Base Socialistas), a trotskista LCI (Liga Comunista Internacionalista) e a LUAR, tendo Joaquim Luciano usado da palavra em representação da organização⁴³⁹. Em Junho de 1974, realizou-se a 1.ª Conferência, que decorreu em seis sessões e que aprovou a realização de um Congresso, ocorrido em Janeiro de 1975.

Para se compreender melhor a evolução das composições directivas da URML e as rivalidades existentes na estrutura, é útil sublinhar alguns episódios ocorridos já depois do 25 de Abril. Em Novembro de 1974, a URML expulsou Joaquim Luciano e publicou um documento explicativo do acto, no qual se considera que, não obstante o papel preponderante que o militante tivera nos primeiros tempos da organização, a «situação de funcionário da URML» e de «principal leader da organização, com preponderância pessoal no seio do CC», levou a um «processo de degenerescência». Aponta-se, a título de exemplo, a proposta de «entrega de armas da Organização à

⁴³⁶ Artur Silva. E-mail, 26/07/2008.

⁴³⁷ Circular Interna n.º 11, URML, Agosto de 1972. Diz José Luís Castro: «Este tipo de estruturas são criadas também para proteger as direcções que estão na clandestinidade. No caso da URML a decisão de criar a CE terá nascido para proteger a direcção mas também por razões práticas. O Luciano estava queimado e não devia ter contactos com células, o "Rui" [José Manuel Garção] tinha outras tarefas e esta estrutura era necessária.» E-mail. José Luís Castro, 25/07/2008.

⁴³⁸ José Luís Castro. Entrevista de José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes, 13/09/2008. Terá ainda feito parte da Comissão Executiva, num primeiro momento, um militante conhecido como «Bigodes», e que mais tarde embarcou como capitão miliciano para Moçambique antes do 25 de Abril. Já depois dessa data forma-se uma nova direcção a partir da Comissão Executiva, e onde estavam Anália Torres e Vladimiro Guinot.

⁴³⁹ *Revolução*, n.º 1, 01/06/1974.

JSN e a sugestão de que a URML reivindicasse falsas acções armadas de que foi acusada por um provocador»; a realização, antes do 25 de Abril, de «reuniões com um informador da PIDE sobre o qual tinha sido posto de sobreaviso por um “exfapista”», de ser «incapaz de destrinçar questões políticas de pessoais» relativamente à «questão António» (pseudónimo de Artur Silva, que se encontrava igualmente suspenso e submetido a inquérito), querendo forçar a sua expulsão e de desenvolver abertamente «actividades cisionistas» junto de elementos – nomeadamente na estiva – com quem mantinha contactos⁴⁴⁰.

5.2 Rejeitar a deserção

Logo em 1971 aparece explicitada a posição da URML relativamente à guerra colonial, dissonante das restantes formações m-l. Ao contrário dos colectivos que apoiavam mais ou menos activamente a deserção das forças armadas, a estratégia proposta consistia em criar «células revolucionárias nos quartéis», procurando «movimentar a generalidade dos soldados em torno de problemas concretos». Posteriormente, dever-se-iam organizar «motins e recusas colectivas de embarque» e, nas colónias, continuar a propaganda contra a guerra e efectuar «sabotagens, espionagem, aniquilamento de bufos e de elementos importantes no exército, interferência nas operações, estreita colaboração com os movimentos de libertação»⁴⁴¹. Serafim Lobato recorda a existência de uma estrutura em seio militar e de algumas acções⁴⁴². Artur Silva embarcou mesmo para Angola, desligando-se posteriormente da actividade em Portugal⁴⁴³. Na opinião da URML:

Desertar é apenas uma atitude individualista e oportunista. Não é indo para o estrangeiro que estes jovens resolverão um problema que é de todos os trabalhadores portugueses. Não é desertando que acabarão com a guerra colonial. Não é desertando que acabarão com a exploração.

É em Portugal, nos seus locais de trabalho (na fábrica, na oficina, no campo) ou nas fileiras do exército, que os trabalhadores portugueses, integrados numa organização revolucionária, terão de lutar contra a exploração capitalista, contra a guerra colonial, contra o imperialismo. A

⁴⁴⁰ Apêndice à Circular Interna n.º 18. Processo de expulsão do J. Luciano (Saul). S.d.

⁴⁴¹ «A guerra colonial e a luta revolucionária no exército», *Folha Comunista*, n.º 2, s.d.

⁴⁴² Refere a existência de simpatizantes nos fuzileiros, chegando a fazer-se um panfleto de agitação, uma estrutura em Tomar, constituída por militantes que foram para a tropa e contactos na Polícia Militar. Serafim Lobato. Depoimento, 13/08/2008.

⁴⁴³ Artur Silva. E-mail, 24/06/2008.

deserção conduz necessariamente à perda de elementos com os quais a Revolução Proletária poderia contar.⁴⁴⁴

Entretanto, em Março de 1973, afirma-se que vários militantes haviam já «apontado oralmente a necessidade de rever as palavras de ordem» relativas à questão colonial, partindo de uma crítica de um militante e de duas críticas exteriores – do CMLP / PCP (m-l) e do Comité de Desertores Portugueses da Dinamarca – propõe-se rever a sua posição. A crítica interna consiste em aludir à existência de uma indefinição entre «directrizes que dizem respeito aos militantes revolucionários e as palavras de ordem a dar às massas». As palavras de ordem – «não à deserção e luta contra a guerra colonial»; «criação de células revolucionárias nos quartéis» e «organizar motins e recusas a embarque colectivas» – não teriam em conta «as condições concretas objectivas e subjectivas». A proposta estabelece que «os elementos revolucionários deverão ir para as colónias, e aí, de acordo com as condições concretas, desenvolverem trabalho revolucionário ou desertarem».

Para o Comité de Desertores da Dinamarca, a URML vivia «num universo de sonhos doirados», porque não percebia a dificuldade de «desenvolvimento de acção revolucionária no ambiente de uma guerra em que um indivíduo queira ou não queira é obrigado a combater». A URML respondeu afirmando que nem todos os «trabalhadores que vão à guerra se tornam cúmplices», notando as tentativas de apoio aos movimentos de libertação. Quanto ao PCP (m-l), que considerava a palavra de ordem de «não deserção» como «inadequada e esquerdista», invocando a «desorganização actual do proletariado», foi repudiado por «atrelar as palavras de ordem revolucionárias aos sentimentos de aversão dos jovens à guerra colonial»⁴⁴⁵.

Em documentos internos seguintes dá-se eco à opinião de militantes sobre o assunto, nomeadamente daqueles «que se encontram no exército ou já aí estiveram nos últimos anos»⁴⁴⁶. Este tema seria debatido até Janeiro de 1974, altura em que se faz o balanço da discussão interna. Reiterava-se aí a necessidade de ir para as colónias, apesar das fortes limitações ao desenvolvimento de trabalho político, desde logo porque era absolutamente de evitar «a sangria de quadros revolucionários que a não ida para as colónias e portanto a deserção provoca». A discussão mostrou ainda a necessidade de «alargar o trabalho de estruturas anti-coloniais autónomas». Depois de se reverem as posições sobre a deserção, afirmava-se que a actividade

⁴⁴⁴ «A guerra colonial e a luta revolucionária no exército», *Folha Comunista*, n.º 2, s.d.

⁴⁴⁵ «Circular Interna n.º 14», Comissão Executiva da URML, Março de 1973.

⁴⁴⁶ «Circular Interna n.º 15», Unidade Revolucionária Marxista-Leninista, Junho de 1973.

anticolonial nos quartéis se devia alicerçar nos «problemas concretos dos operários». Apesar de isso não ficar inteiramente claro, sugeria-se o abandono da palavra de ordem de «não à deserção», propondo «não à guerra colonial» e «apoiemos a justa luta dos povos das colónias»⁴⁴⁷.

A URML fez ainda parte de uma plataforma anticolonial denominada CULIC (Comités Unitários para a Libertação Imediata das Colónias), juntamente com o PRP e as CBS, este último grupo resultante de uma cisão na CDE de Lisboa em Julho de 1973. Os CULIC editaram o jornal *Libertação*, cujo n.º 1 se encontra sem datação, mas que se sabe ter sido distribuído antes de Novembro de 1973, já que uma nota da DGS refere a apreensão de exemplares nesse mês⁴⁴⁸.

Devido à sua desconfiança perante a deserção, a URML nunca dispôs de uma estrutura consistente no exterior, tendo, no entanto, editado pelo menos um panfleto em França, após a fuga de José Joaquim Pascoalinho Pereira para este país por estar referenciado pela PIDE, na sequência da participação numa manifestação anticolonial⁴⁴⁹. Aí se edita um panfleto em nome de uma estrutura intitulada Unidade Revolucionária dos Portugueses em França, e que visava integrar «as massas trabalhadoras emigradas na luta de classes em França». Nesta óptica, a politização não se consegue «falando aos emigrantes dos problemas de Portugal», mas sim falando das suas «insatisfações e problemas concretos»⁴⁵⁰.

5.3 A atenção nos meios operários

Apesar de alguns dos seus mais destacados elementos terem frequentado o meio estudantil, a URML procurava manter-se desligada da luta política nas universidades, que eram consideradas pelo colectivo como um território demasiado exposto e susceptível de infiltrações. José Luís Castro lembra que pertenceu a uma célula de estudantes e que logo à data da sua constituição, em 1970, recebeu indicações para se afastar da associação académica do ISCEF. Nota que a partir de 1971 deixou de ir às aulas. «Fui continuando a inscrever-me para não ir para as colónias, enquanto desse, mas deixei de ir a Económicas. Em 1973 já estava a tempo inteiro nisto. Era uma profissionalização sem profissionalização. Vivia à conta do meu pai»⁴⁵¹. José Manuel Garção conta que se afastou do ambiente politizado

⁴⁴⁷ «Circular Interna n.º 16», Unidade Revolucionária Marxista-Leninista, Janeiro de 1974.

⁴⁴⁸ ANTT – PIDE/DGS, proc. 1218/73 CI(2), NT 7872.

⁴⁴⁹ José Luís Castro. E-mail, 14/07/2008.

⁴⁵⁰ «Doc. n.º 1», Unidade Revolucionária dos Portugueses em França, Março de 1972.

⁴⁵¹ José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes. Entrevista, 13/09/2008.

estudantil de Económicas e da Cooperativa Livrelco a partir do momento em que se estruturou a URML⁴⁵².

Em alternativa, a organização concentrou as suas atenções no meio operário. Na sua opinião, a influência do PCP deveria ser combatida «na prática». Ora, isso não acontecerá «enquanto não houver quadros na própria classe operária com uma formação marxista-leninista, conseguida através de um trabalho organizado das suas lutas», enquanto não se bater o PCP no «recrutamento de operários e na sua organização em células de empresa, fábrica, etc.»⁴⁵³

O colectivo afirma que nunca se interessou por se enraizar «nas faculdades, criar (por enquanto) organismos de estudantes comunistas ou ter influências nas AAEE». Essa via seria fácil, mas perigosa, na medida em que abria caminho ao esquecimento do «trabalho político de massas» e ao «teoricismo»⁴⁵⁴. Em Dezembro de 1973, uma célula propõe que se comece a lançar propaganda nas faculdades, de modo a «combater o revisionismo e os erros das outras organizações que se dizem m-l», mas a organização responde que se trata de uma «questão de prioridades» e que a tarefa agora deve ser a de «mobilizar as nossas poucas forças para o trabalho no seio da classe operária»⁴⁵⁵.

Assim, logo na circular interna n.º 2 se estabelece que o «movimento revolucionário comunista deve assentar fundamentalmente numa base proletária», devendo-se portanto efectuar um esforço para «criar comités de fábrica activos», não esquecendo «a luta do campesinato»⁴⁵⁶. Ainda antes do aparecimento dos suplementos *Lutas Operárias*, o grupo elaborou textos de agitação com base em informações de simpatizantes, como era o caso de um documento destinado «Aos Trabalhadores de Évora», no qual se analisava a realidade operária daquele distrito alentejano⁴⁵⁷. Em alguns casos – Tomar e Santarém – foram elaborados e

⁴⁵² Entrevista. José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes, 13/09/2008. Pinto de Sá refere a existência de elementos ligados à URML no Técnico em 1971 e 1972, agindo em coligação com os CCR (m-l), como é o caso de José Manuel Alcobia [Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz, pp. 96-99]. Não se encontraram referências à militância de Alcobia na URML. Esteve, em 1974, no colectivo do jornal *Ribatejo em Luta*, criado na zona do Entroncamento, e que viria a aderir à UDP. Artur Silva, fundador da URML e que pertencera à direcção da AEIST em 1968, garante, no entanto, não terem existido elementos da URML nessa escola, pelo menos até 1972.

⁴⁵³ «Algumas questões prévias a uma prática revolucionária», *Documento Comunista*, n.º 5, Julho de 1972.

⁴⁵⁴ «Documento Interno n.º 8», Relatório Crítico da actividade da URML. s.d.

⁴⁵⁵ «Boletim Interno n.º 3», URML, Dezembro de 1973.

⁴⁵⁶ «Circular Interna n.º 2. Orientação Geral para o Trabalho das Células da UR», 10/02/1971.

⁴⁵⁷ «Aos Trabalhadores de Évora», *Folha Comunista*, n.º 8, Abril de 1972, número especial para Évora.

distribuídos materiais à porta das fábricas sem que existissem células ou militantes nessa zona, ainda que no caso de Tomar o documento viesse assinado por uma «Célula Poder Operário»⁴⁵⁸.

Outros textos de agitação apareceram em zonas operárias, designadamente na margem sul. O grupo tinha actividade na estiva do porto de Lisboa, onde possuíam uma rede de simpatizantes, que incluía António Viseu, um informador da PIDE que mais tarde viria a denunciar Joaquim Luciano e dois estivadores à polícia. Tinham ainda presença, pelo menos, na Siemens, Arsenal, Parry and Son, Fábrica Simões, Setenave e na Lisnave. Já após o 25 de Abril, e depois de uma certa recomposição organizativa, a URML viria a fundir-se na ORPC (m-l) e no PCP (R).

⁴⁵⁸ José Manuel Garção. Quadro síntese enviado a 09/09/2008.

CAPÍTULO 6

A luta dos CCR (m-l) contra o «atraso ideológico»

Os Comités Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas) constituíram-se em torno da divergência de João Bernardo («Tiago») com a linha do CMLP, no contexto de discussões realizadas na emigração parisiense. Alcançaram uma significativa radicação no Instituto Superior Técnico, tendo vindo a definhar na sequência de prisões ocorridas em 1972 e 1973, às quais se seguiram importantes divergências de cariz ideológico na direcção do organismo.

O seu principal impulsionador, João Bernardo, foi recrutado para o PCP em 1964, fazendo parte de uma célula com Saldanha Sanches e Luís Salgado Matos. No ano seguinte, deu-se a sanção de cerca de duzentos estudantes universitários lisboetas, tendo-lhe sido atribuída a pena mais severa: oito anos de expulsão de todas as universidades do país. Na sequência destas punições, Bernardo roubou um dos volumes do processo no Tribunal da Relação enquanto o consultava, sendo preso em Agosto de 1965 após diligências efectuadas pela Polícia Judiciária. Libertado em Setembro, é preso novamente uma semana depois, passando cerca de quatro meses e meio em Caxias. Uma vez que à saída serviu de correio da FAP, terá sido por isso afastado do PCP de uma maneira particular, colocado «numa inactividade forçada», sem «instruções nem tarefas»⁴⁵⁹.

Juntamente com Alexandre Alinho de Oliveira, criou o já referido Comité de Propaganda Revolucionária. Entretanto, em finais de 1967, Alexandre Alinho de Oliveira foi preso – permanecerá em Peniche até 1974 – e João Bernardo entrou na clandestinidade. Data desta altura a redacção de «Portugal 1968. Um Ponto Morto?»⁴⁶⁰. Segundo o *Estrela Vermelha*, publicação do CMLP, o texto analisava as transformações políticas em curso no país, vaticinando que a «grande burguesia

⁴⁵⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

⁴⁶⁰ *Ibidem*. Foi impossível no decurso desta investigação localizar um exemplar do texto.

industrial pretendia converter o Estado fascista numa democracia burguesa». O texto defendia ainda a tese de que os comités, antes da estruturação do partido, deveriam ter uma relativa liberdade de acção. Sobre Cuba, explicava-se que o castrismo «converteu o seu inicial radicalismo pequeno-burguês num marxismo cada vez mais consequente»⁴⁶¹. Esta sedução com o exemplo cubano ajuda a explicar a edição efectuada por João Bernardo, em Outubro de 1967, de uma antologia de textos de Guevara, e que motivaria, em Setembro de 1968, a redacção de uma autocrítica.

Bernardo sustenta neste documento que a «coragem do combatente» se sobrepôs à «análise da razão», tendência que se havia igualmente expresso no prefácio e nas notas ao texto. Argumenta que em Outubro de 1967 ainda era impossível ler em *Revolução na Revolução?*, de Régis Debray, o «revolucionarismo pequeno-burguês» de Guevara e Fidel, e saber que a obra era comentada e explicada por Guevara aos seus companheiros de guerrilha na Bolívia. Era agora claro que Guevara havia «deixado para último a criação do partido», abandonado a «luta ideológica» e desprezado a «propaganda sistemática, lenta e perseverante junto das massas trabalhadoras», o que faziam dele, não um herói do proletariado, «mas a bandeira da pequena-burguesia mais radical e dos aventureiristas»⁴⁶².

Exilado em Paris, em 1968, João Bernardo integrou o grupo do CMLP, participando nas discussões preparatórias da 2.^a Conferência. Após o encontro, publicou o documento «As tarefas imediatas dos militantes marxistas-leninistas», o qual, na leitura do *Estrela Vermelha*, «dá seguimento às suas “teorias” de Portugal 1968», marcadas pelo adiamento da criação do partido, pela ideia de uma «organização horizontal e fluida» e pelo «espontaneísmo na criação dos comités comunistas». Nas acusações do grupo, «Tiago» terá ainda tentado estabelecer contactos horizontais com a direcção, proposto a sua entrada nos *Cadernos de Circunstância*⁴⁶³ para aí difundir o marxismo-leninismo e tentado conspirar com «David», que seria expulso para formar o grupo A Vanguarda⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ «O oportunista Tiago propõe-se criar um grupo trotskista», *Estrela Vermelha*, n.º 5, Abril de 1970.

⁴⁶² «Autocrítica», João Bernardo, Setembro de 1968.

⁴⁶³ Os *Cadernos de Circunstância* surgiram em finais de 1967, em França, animados por Manuel Villaverde Cabral, Alfredo Margarido, Fernando Medeiros, Alberto Melo, José Maria Carvalho Ferreira, João Freire, Aquiles de Oliveira, José Hipólito dos Santos e Jorge Valadas. De difícil catalogação ideológica, os *Cadernos de Circunstância* encontravam-se próximos das tendências autonomistas italianas que na altura floresciam e com quem mantiveram contactos. Para uma visão do grupo, cf. João Freire (2007), *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Afrontamento, pp. 366-373.

⁴⁶⁴ «O oportunista Tiago propõe-se criar um grupo trotskista», *Estrela Vermelha*, n.º 5, Abril de 1970.

Em Fevereiro de 1969, João Bernardo redigiu uma autocrítica acerca do documento «As tarefas imediatas dos militantes marxistas-leninistas». Em Abril de 1969, a Comissão Executiva acusou «Tiago» de defender o «policentrismo», ao pretender que a célula da qual fizera parte, incumbida de editar textos semi-legais, também editasse obras que focassem a necessidade da formação do Partido e os problemas teóricos e práticos que dissessem respeito à sua organização⁴⁶⁵. João Bernardo redigiu uma contra-resposta na qual afirmava que se tratava, isso sim, de definir os critérios que presidissem à edição de determinadas obras e não de outras⁴⁶⁶. Segundo o CMLP, «Tiago» «procurava provocar a sua expulsão para poder sair do CMLP duma maneira airosa»⁴⁶⁷. Após a publicação das «Cartas» de João Bernardo ao CMLP, nas quais eram expostas as divergências, deu-se a sua expulsão do colectivo, em Outubro de 1969. Para Bernardo, o CMLP já se havia tornado num produto estéril a partir do momento em que descurou a tarefa fundamental da «luta contra o atraso ideológico»⁴⁶⁸.

Pouco antes da saída – Bernardo fala de um anúncio público de afastamento antecipando a expulsão iminente – Helena Veiga de Oliveira, na altura companheira de João Bernardo, viajou até Portugal a fim de efectuar alguns contactos para estabelecimento da nova organização. António Rocha e Paula Fonseca, ambos com ligações ao IST, foram dois dos contactados. Deslocaram-se a Paris, em Junho de 1970, para formar a primeira direcção dos CCR⁴⁶⁹. Esta ponte inicial com o IST ajuda a explicar, aliás, a rápida implantação do colectivo na escola.

6.1 Contra os «bonecos de cera»

Em Janeiro de 1970, os CCR anunciam uma «Declaração de Princípios», na qual criticam o PCP por submeter «a classe operária à direcção política da burguesia liberal» e pregar a «conciliação entre os operários e os patrões “honrados”»⁴⁷⁰. Ao contrário da maioria das organizações m-l, e aproximando-se aqui do MRPP, os CCR deixam no ar a sugestão de nunca ter havido um verdadeiro partido comunista em Portugal, em parte devido à próprio atraso na formação do capitalismo industrial no país, ideia que no entanto não iria vingar no grupo. Mais claramente, afirma-se que

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ «Tiago», «Contra-resposta ao Comité executivo do Comité marxista-leninista português», 09/11/1969 (carta de 12/05/1969).

⁴⁶⁷ «O oportunista Tiago propõe-se criar um grupo trotskista», *Estrela Vermelha*, n.º 5, Abril de 1970.

⁴⁶⁸ «Tiago», «Contra-resposta ao Comité executivo do Comité Marxista-Leninista Português», 09/11/1969.

⁴⁶⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007; Paula Fonseca. Entrevista, 07/01/2008.

⁴⁷⁰ «Declaração de Princípios», CCRM-L, Janeiro de 1970.

pelo menos desde a década de 1940 que a sua direcção havia capitulado perante a burguesia liberal.

Desde sempre que Cunhal foi revisionista. Desde sempre que a sua linha política conduziu a submeter a luta operária aos interesses da burguesia liberal. Mas foram precisas quase duas dezenas de anos para que surgisse com evidência, à luz do dia, a linha revisionista de Cunhal, para que ele formulasse com todas as letras a política de traição aos trabalhadores.⁴⁷¹

Com as baterias apontadas à LUAR, censura-se também a estratégia de luta armada influenciada pelo «revisionismo de Fidel Castro e Guevara, o qual poderá em breve, organizando-se, constituir um perigo grave para o nosso movimento revolucionário». Quanto ao CMLP, e apesar de aí se concentrar «a primeira tentativa de análise científica da realidade portuguesa e de interpretação comunista dessa realidade», aponta-se-lhe uma «errada concepção de violência revolucionária», ao acreditar ser suficiente «o desencadear de acções violentas, para surgir um grupo coeso de revolucionários»⁴⁷². Por fim, ataca-se os diferentes grupos marxistas-leninistas em processo de emergência por serem «dogmáticos na teoria», acabando por reduzi-las a um «conjunto de fórmulas, de receitas desligadas da vida»⁴⁷³.

A principal tarefa revolucionária na conjuntura portuguesa seria a «luta contra o atraso ideológico». Para levá-la a cabo era necessário ultrapassar a «disciplina de caserna», comum «ao partido de Cunhal e a grupos que se dizem marxistas-leninistas», e que transforma «os militantes comunistas em bonecos de cera». Em sua substituição, propõe-se um espírito de militância antidogmático que saiba «analisar a realidade e discutir os problemas, criticar e auto-criticar-se». Só deste modo – acrescenta-se – se poderá construir uma organização «fortalecida pela vontade consciente de todos os militantes»⁴⁷⁴.

O acento tónico na formação teórica é visível no órgão *Viva o Comunismo!*, que publica extensas análises da conjuntura portuguesa e dos restantes grupos da oposição comunista e radical. Destaque-se a série de textos «À esquerda de Cunhal

⁴⁷¹ «As eleições da burguesia e as tarefas do proletariado», *Viva o Comunismo!*, n.º 1, Fevereiro / Março de 1970.

⁴⁷² «Declaração de Princípios», CCRM-L, Janeiro de 1970.

⁴⁷³ *Ibidem*.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

todos os gatos são pardos», redigida por João Bernardo⁴⁷⁵. Em Março de 1973 seria criado o boletim interno *Vanguarda Comunista*. Num artigo aí contido encontram-se críticas de militantes que consideram *Viva o Comunismo!* um jornal demasiado intelectual para servir de base de recrutamento no operariado. Na resposta, afirma-se que o jornal se dirige à «vanguarda operária», que se diferencia de outras camadas do proletariado, e que a sua edição trata também de ir ao encontro da «necessidade de difusão da teoria comunista»⁴⁷⁶.

A sofisticação intelectual era, pois, uma das características distintivas desta organização. O *Vanguarda Comunista* chegou a afirmar que um dos critérios para se aferir resultados positivos de um jornal teórico era o de divulgação e criação de conceitos, que depois seriam usados na literatura política contemporânea. Era o caso, segundo o jornal, do «conceito de lumpenproletariat» e da «distinção claramente estabelecida entre pequena-burguesia e burguesia pequena»⁴⁷⁷. Segundo se esclareceu no *Viva o Comunismo!*, os pequeno-burgueses eram «proprietários dos seus meios de produção que não empregam ao seu serviço nenhum trabalhador assalariado», enquanto que os «pequenos industriais [a burguesia pequena] pertencem inteiramente à classe capitalista», distinguindo-se dos grandes capitalistas apenas «pelos montantes dos lucros»⁴⁷⁸.

6.2 Presença estudantil e intervenções em meio operário

Apesar do fundador e principal teórico se encontrar em Paris, foi no meio estudantil de Lisboa que a organização alcançou relativa projecção, nomeadamente no IST. Em 1969/70 o presidente da associação de estudantes foi José Mariano Gago, à frente uma lista na qual estavam alguns elementos comunistas, como António Abreu⁴⁷⁹. Mariano Gago terá sido recrutado para a organização em Setembro de 1970 por João Vieira Lopes, que era militante dos CCR desde Julho, e

⁴⁷⁵ «1.^a parte: limitações e promessas no despontar de uma nova etapa do movimento revolucionário (Janeiro de 1964 a Dezembro de 1965)», *Viva o Comunismo!*, n.º 2/3, Julho / Agosto de 1970; «2.^a parte: a degenerescência dogmática – origem e efeitos (de princípios de 1966 a fins de 1968)», *Viva o Comunismo!*, n.º 4, Maio de 1971; «3.^a parte: as cisões (de 1966 a 1969-70)», *Viva o Comunismo!*, n.º 5, Maio de 1972; «4.^a parte: a situação actual – grandes tendências e a clarificação de opiniões», *Viva o Comunismo!*, n.º 6, Agosto de 1972.

⁴⁷⁶ «A luta pela organização comunista», *Vanguarda Comunista*, n.º 8, 01/10/1973.

⁴⁷⁷ «Relatório da Comissão de Redacção e Coordenação – Balanço Crítico da Actividade dos CCR nos anos de 1971 e 1972. 1.^a parte», *Vanguarda Comunista*, n.º 1, 31/03/1973.

⁴⁷⁸ «3.^a parte: as cisões (de 1966 a 1969-70)», *Viva o Comunismo!*, n.º 5, Maio de 1972.

⁴⁷⁹ Rui Teives Henriques. Entrevista, 03/01/2008. Rui Teives, que entraria nos CCR no Outono de 1971, também fez parte desta direcção e da seguinte.

que seria o presidente da AEIST em 1970/71. João Vieira Lopes, por sua vez, havia sido recrutado por António Manuel, militante desde Fevereiro de 1970⁴⁸⁰.

Entretanto, a direcção de Vieira Lopes dividiu-se entre uma facção pró-CCR, da qual faziam parte Vieira Lopes, Rui Teives Henriques, Fernando Brito, Frederico Carvalho e Carlos António, e uma facção pró-UEC (m-l), composta por Joaquim Carneira, João Guerreiro e Soares Alves⁴⁸¹. A primeira defendia um «radicalismo anti-institucional em torno do qual se deviam conquistar as massas estudantis» enquanto a segunda apostava na conquista do corpo estudantil por «objectivos que lhes fossem colectivos e imediatos». Esta ruptura seria consumada nas eleições de 1971/72, ganhas pela lista afectada à UEC (m-l), liderada por Joaquim Carneira e com Alberto Matos como vice-presidente, frente a uma lista na qual participavam militantes e simpatizantes dos CCR, como Carlos António (cabeça de lista), Carlos Marques, José Luís Pinto de Sá, Frederico Carvalho e Acácio Barreiros. Em 1972, a UEC ganhou as eleições, com uma lista encabeçada por Carlos Costa, frente a uma lista da UEC (m-l). Os activistas ligados aos CCR editaram uma crítica a ambas as listas – intitulada «as listas vão nuas» – mas não apresentaram alternativa nas urnas⁴⁸².

Frederico Carvalho viria a ter particular visibilidade no activismo estudantil destes anos finais do regime, o que levou a que a corrente informalmente fosse conhecida como os «Fredes». No entanto, esclarece que apenas foi recrutado para os CCR em Outubro de 1973, depois de ter sido expulso da Universidade, e que a «militância semestral até ao 25 de Abril consistiu apenas em encontrar-me nos pinhais com um controleiro clandestino e manter a ligação com três ou quatro estudantes que faziam trabalho cultural em colectividades operárias – e ler quilos de papelada teórica que achava bastante estéril»⁴⁸³.

Os CCR tinham ainda influência em Económicas, Medicina, Letras e Instituto Comercial. Enquanto o MRPP e o PCP (m-l) criaram estruturas autónomas para a luta estudantil – FEML e UEC (m-l), respectivamente – os CCR recusavam fazê-lo, o que era lido pelos próprios como um sinal da prioridade atribuída ao trabalho de implantação operária. Apesar disso, e como é possível detectar no livro-testemunho de Pinto de Sá, foram escassas as incursões no terreno operário. Segundo este

⁴⁸⁰ Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz; ANTT-PIDE/DGS, proc. 9467 GT, NT 1570.

⁴⁸¹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 11.357 GT, NT 1588.

⁴⁸² Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz, pp. 39-172.

⁴⁸³ Frederico Carvalho. Depoimento, 01/12/2008.

documento, pouco antes das prisões de Agosto e Setembro de 1972 o núcleo duro de militantes no país não iria muito além de dois ou três comités no Técnico (com Acácio Barreiros, José Alexandre e Paulo Palhares, entre outros) e dois fora do Técnico (um em que participam Mariano Castro e «Octávio» e outro onde estavam por Mário Fernandes e Manuel Lopes). No entanto, Pinto de Sá não tinha um conhecimento completo da organização, dando a entender que desconhecia o grosso do trabalho no interior efectuado a partir de António Rocha, Paula Fonseca e Mariano Gago⁴⁸⁴.

6.3 Os golpes da PIDE

A organização seria fortemente atingida pela PIDE em Agosto e Setembro de 1972. Rui Teives e Fernando Brito foram presos num primeiro momento, seguindo-se Carlos Tomás, todos eles expulsos em Fevereiro de 1973⁴⁸⁵. Em 1972 e 1973 foram ainda presos Joaquim Manuel, Isabel Ferreira, Carlos António, José Luís Pinto de Sá, João Pedro da Ponte, José Luís Serpa, Joaquim Vieira, entre outros. A denúncia sistemática de Pinto de Sá, que passou a colaborar activamente com a PIDE, destruiu uma parte considerável da organização. Acoissados pela polícia, Mariano Gago, Rita Delgado e João Vieira Lopes dirigiram-se nessa altura para França⁴⁸⁶.

Segundo João Bernardo, as prisões não tiveram efeito no plano organizativo, já que a estrutura montada – financiamento, pontos de apoio, transportes, correios e documentação falsa – baseava-se exclusivamente em simpatizantes franceses, estando a tarefa de controlo e coordenação entregue à jovem sinóloga Françoise le Barbier. Entretanto, em meados de 1972, João Vieira Lopes e José Mariano Gago passaram a integrar a direcção. Em 1973, Vieira Lopes regressou clandestinamente a Portugal, passando a direcção a contar com três membros no interior – João Vieira Lopes, António Rocha e Paula Fonseca – e dois em Paris – Mariano Gago e João Bernardo⁴⁸⁷.

⁴⁸⁴ ANTT – PIDE/DGS, proc. 11.357 GT, NT 1588; Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz. Pinto de Sá fizera parte do Comité Luta Popular (com João Vieira Lopes e Carlos Tomás) e do Comité Luta Operária Consciente (com Rui Rodrigues e Filipe Simões), tendo este último intervenção junto dos operários da Standard Electric. Pinto de Sá deu cursos de marxismo em 1971 na Cooperativa Proelium, em Queluz, a partir de onde estruturou o seu comité operário.

⁴⁸⁵ «Comunicado sobre as prisões de Agosto / Setembro de 1972», CCR (m-l), Fevereiro de 1973.

⁴⁸⁶ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007; ANTT – PIDE/DGS, proc. 11.357 GT, NT 1588.

⁴⁸⁷ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

A verdade é que as prisões haviam molestado seriamente a organização no interior. João Silva garante que no Técnico se sentiu bastante a erosão da estrutura. Tanto João Silva como Acácio Barreiros eram controlados por Carlos Tomás, e com a sua prisão deixaram momentaneamente de poder fazer recrutamentos a partir do meio operário, onde agiam. Só quando retomaram o contacto é que foram recrutadas algumas pessoas da área da Baixa da Banheira, e se aprofundou trabalho iniciado na zona de Sintra. Segundo João Silva, quando se deu o 25 de Abril, os CCR teriam comités na Siemens, na Fábrica Portugal, na Cergal e na Messa⁴⁸⁸.

6.4 Conflitos ideológicos no topo da estrutura

De acordo com João Bernardo, entre 1972 e 1973 a direcção discutiu as temáticas do estatuto de militante e simpatizante, a questão da relação entre as bases e a cúpula, a questão da relação dos intelectuais com a classe trabalhadora, a questão da burocracia e da tecnocracia e a evolução do comunismo chinês. A discussão destas temáticas levou à formação de duas facções: António Rocha, Paula Fonseca e Vieira Lopes defendiam recrutamentos mais amplos, a autoridade organizacional da direcção e o papel de vanguarda dos intelectuais. João Bernardo e Mariano Gago, pelo contrário, tinham reservas quanto ao alargamento do critério da militância, privilegiavam uma noção coordenadora da direcção e defendiam uma circular que criticava a política do Partido Comunista da China⁴⁸⁹.

Durante este período João Bernardo redigiu *Para um Modo de Produção Comunista*, cujo manuscrito inicial tem a data de Julho / Setembro de 1973, e que contém uma aproximação ao conselhismo através de uma leitura crítica do leninismo⁴⁹⁰. Entretanto, a facção oposta, constituída pela totalidade da direcção em Portugal, conseguiu o apoio da grande maioria dos militantes, dando lugar ao agudizar do conflito. Deste modo, João Bernardo e José Mariano Gago passaram a defender, a partir de Paris, práticas políticas mais próximas do conselhismo, que viriam a aparecer expressas em Janeiro de 1974 no documento «Que Fazer? – Hoje». Este texto serviu de base à constituição, nos meses seguintes, do colectivo reunido em torno do jornal *Combate*, no qual viria a participar, entre 1974 e 1975, João Bernardo, João Crisóstomo, Rita Delgado, Miguel Serras Pereira e Júlio Henriques, entre outros.

⁴⁸⁸ João Silva. Entrevista, 09/01/2008.

⁴⁸⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

⁴⁹⁰ Cf. João Bernardo (1975), *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento.

A 18 de Dezembro de 1973, António Rocha foi preso e no dia seguinte foi a vez de Paula Fonseca ser detida. A PIDE procurou prendê-los sem sucesso na casa onde moravam, na Rua António Stromp. A fuga envolveu tiros sobre António Rocha, que escapou ileso. Ambos foram capturados pela GNR uma semana depois. Relata Paula Fonseca:

A GNR foi muito cuidadosa: a meu pedido compraram-me tabaco, eu fumava como uma desalmada e eles apareceram lá com dois maços, o chefe chamou todos os oficiais da GNR e disseram-me: «a gente não faz tortura, pode contar-nos tudo». Mandaram vir uma mulher para me apalpar, mas entretanto chegou a Pide e pôs mesmo a mão na zona da vagina, à frente deles, apalpar e tal, para mostrar como é que era. Eu não sabia porquê, mas eles ficaram danados porque a GNR fez uma conferência de imprensa que a Pide teve de censurar. Saiu depois no Expresso: «ele, engenheiro nuclear, ela, loira e alta...», umas coisas assim. O António foi espancado até ficar negro, negro, negro. Até lhe morderam no nariz e tudo, sem fazerem perguntas só para se vingarem de ele ter fugido à Pide e ter sido apanhado pela GNR. E apresentaram-no assim à minha mãe, dizendo que tinha sido a GNR. Fez oito, dez e mais oito dias de sono. Saiu de Caxias no 25 de Abril. Mas ia apanhar muitos anos, com resistência armada, acusado de ser dirigente... Seis a oito era o mínimo... estava para estar.⁴⁹¹

Após o afastamento de João Bernardo, em Junho de 1974, uma parte do CCR viria a refundir-se, sob o mesmo nome, num processo no qual tiveram papel de destaque Mariano Castro e Acácio Barreiros. Os novos CCR viriam a integrar a ORPC (m-l), juntamente com o CARP (m-l) e a URML, indo desembocar mais tarde no PCP (R) e na sua «frente de massas», a UDP.

⁴⁹¹ Paula Fonseca. Entrevista, 07/01/2008.

CAPÍTULO 7

Da vontade de unificar ao exílio italiano: O Bolchevista

O Comité Marxista-Leninista de Portugal – ou *O Bolchevista*, como também era conhecido em função do nome do jornal que editava – constituiu-se na sequência dos contactos entre António Bento Vintém e Rui d’Espiney em Caxias, onde ambos estiveram presos. Rui d’Espiney passara temporadas no hospital e Bento Vintém estivera sempre em Caxias. A passagem para Peniche apenas ocorria após a sentença, transferência que não chegou a acontecer já que Bento Vintém fora condenado a catorze meses, pena inferior aos dezoito meses de espera pelo julgamento. Libertado a 21 de Janeiro de 1969, começou a trabalhar na criação do colectivo em articulação com a «família d’Espiney» – o pai, Cláudio d’Espiney, os filhos, José Luís d’Espiney e Sérgio d’Espiney, e Rita Gonçalves⁴⁹².

O grupo procurou um nome que não fosse entendido como «hostil ao CMLP», ao mesmo tempo que se propunha lutar pela unidade e criticar os «métodos, desvios de linha e processos de trabalho incorrectos»⁴⁹³. O primeiro número de *O Bolchevista* saiu em Março de 1970 e apresentava-se no cabeçalho como órgão do Comité Marxista-Leninista de Portugal mas também, num texto no interior, como órgão do Comité Marxista-Leninista Português⁴⁹⁴. No n.º 2 saudava-se o primeiro aniversário de *Servir o Povo!*, órgão da UEC (m-l), e na edição seguinte o CML de P convidava «resolutamente os demais revolucionários a trabalhar para a conjugação de esforços

⁴⁹² Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008; António Bento Vintém. Entrevista, 21/12/2007. Cláudio d’Espiney nasceu em 1912 no Porto. Aproximou-se do PCP na década de 1920 e participou na greve de estudantes do Porto, em 1931-32. Emigrou em 1936 para Moçambique e aí viveu vinte e oito anos de forma acidentada em virtude das suas convicções democráticas e anticlericais. Vem viver para Portugal em 1964 na sequência da prisão de um dos seus filhos, José Luís. Em 1966/67, viria a ter presos três filhos – Rui, Sérgio e José Luís. Teve um papel preponderante na organização do apoio aos presos políticos e incentiva tentativas de união da corrente m-l. Após o 25 de Abril, foi na sua casa que se decidiu a constituição da UDP. Faleceu em 1984. Sobre Cláudio d’Espiney, cf. Fernando Rosas, «Cláudio d’Espiney», *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 3/4, Maio / Dezembro de 1984.

⁴⁹³ «O Bolchevista publica-se há 4 anos», *O Bolchevista*, n.º 20, Março / Abril de 1974.

⁴⁹⁴ *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970.

tendentes a apressar os preparativos do I Congresso, constitutivo, do Partido Comunista de Portugal»⁴⁹⁵.

Um outro antecedente genealógico, adiantado pelo PCP (m-l), foi o jornal *Que Fazer?*, cujo número único se publicou em Janeiro de 1970, apresentando-se como órgão do Comité Marxista-Leninista Mao Tsé Tung. Propunha-se «contribuir para o esforço geral dos comunistas para constituírem o Partido», contactando directamente o CMLP para esse efeito. O Comité Executivo do CMLP enviou uma carta ao grupo, sugerindo uma discussão interna das questões e a sujeição aos princípios do centralismo democrático, carta essa que não terá obtido resposta⁴⁹⁶. Numa resenha histórica publicada em Março de 1974, menciona-se de relance o jornal *Que Fazer?* e aludia-se a conversações com o CMLP, acusando-os de exigirem «para a simples discussão política preparatória de uma junção de forças, a prévia dissolução», o que provava que o CMLP «desprezava profundamente a realidade concreta da luta»⁴⁹⁷.

7.1 Buscar a unidade perdida

Num primeiro período, *O Bolchevista* colocou a tónica na unificação das diferentes correntes m-l. Na altura da fundação do PCP (m-l), o grupo apelou à serenidade dos seus militantes e das restantes organizações e, apesar de considerar «inoportuno e incorrecto» o acto unilateral, definiu-o como uma medida de «grande importância no panorama político português», convidando «todos os grupos marxistas-leninistas-maoístas do país» a convocar uma conferência que transformasse numa possibilidade a «unificação da corrente comunista»⁴⁹⁸. No n.º 7, no entanto, apareceu um texto mais duro. Traçava-se a história do CMLP, considerando que a partir da 2.ª Conferência o grupo caiu num «hipercriticismo “purista” cada vez mais histérico» e caracterizava-se a fundação do partido como «uma farsa»⁴⁹⁹.

⁴⁹⁵ «Servir o Povo – 1.º ano!», *O Bolchevista*, n.º 2, Outubro / Novembro de 1970; «É precisa a unidade revolucionária», *O Bolchevista*, n.º 3, Março / Abril de 1971.

⁴⁹⁶ «Quem são os cisionistas», *Estrela Vermelha*, n.º 9, Outubro de 1971.

⁴⁹⁷ «O Bolchevista publica-se há 4 anos», *O Bolchevista*, n.º 20, Março / Abril de 1974.

⁴⁹⁸ «Aos Comunistas Portugueses», CML de P, Novembro de 1971. Os obstáculos à formação do Partido seriam o sectarismo mas também o espontaneísmo, a ideia de que o Partido virá da agitação das massas, o que contraria a tese leninista de que o proletariado, sem direcção revolucionária, apenas se colocaria ao nível das reivindicações sindicalistas. «O espontaneísmo. Um obstáculo de peso à unificação comunista», *O Bolchevista*, n.º 6, Setembro / Outubro de 1971.

⁴⁹⁹ «Uma manobra a desmascarar – a “reconstituição” do Partido pelo CMLP», *O Bolchevista*, n.º 7, Novembro / Dezembro de 1971.

A forte relação com elementos presos oriundos do CMLP inicial levou a que o grupo se preocupasse em mitigar o ostracismo total de quem «falou» na prisão. Logo no número inaugural de *O Bolchevista* diz-se:

Considerarmos que os maus portes são a aniquilação total, a impossibilidade de nos reconstruirmos como revolucionários, é aceitar uma atitude metafísica e passiva que, em vez de utilizar todas as falhas como um processo crítico de vencer as condições de classe, serve como uma defesa para evitar o trabalho político e de organização.⁵⁰⁰

Não é de descartar a hipótese desse texto ter sido escrito pelo próprio Rui d’Espiney, que recorda ter redigido textos para o jornal, que passava a Rita Gonçalves ou directamente a algum responsável do grupo⁵⁰¹. Nesta linha, no n.º 3 anunciava-se a publicação de «Privação do Sono», de Francisco Martins Rodrigues e no n.º 4 referia-se a publicação das «defesas revolucionárias» de Rui d’Espiney, Francisco Martins Rodrigues e João Pulido Valente⁵⁰². No n.º 7, todavia, e devido a críticas de outras organizações, faz-se uma autocrítica do texto acima, esclarecendo que o CML de P nunca aceitará nas suas fileiras quem «fraquejou na polícia»⁵⁰³.

7.2 Da vida em comum à fuga para Itália

No contexto da «abertura marcelista», alguns elementos associados ao grupo nascente de *O Bolchevista* criaram em 1970, em Lisboa, a livraria-café Outubro, na qual era possível encontrar alguma literatura clandestina. Ao mesmo tempo, ensaiaram-se vivências colectivas em duas casas, autodenominadas Comuna da Buraca e Comuna de Benfica. Na primeira estavam, pelo menos, Bento Vintém, Maria Adelaide Vintém, Serra e Moura, José Colaço Barreiros e Ramiro; na segunda, Ana Barradas, Jorge Neves, Isabel Barreira e José Maria Silvestre Lança⁵⁰⁴.

Em 1971, na sequência de uma ameaça conspirativa, a maioria do núcleo principal de *O Bolchevista* teve necessidade de fugir para Itália. Maria Adelaide

⁵⁰⁰ «Contra as Tendências Oportunistas», *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970.

⁵⁰¹ Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

⁵⁰² «Edições de O Bolchevista – Privação do Sono, por Francisco Martins Rodrigues», *O Bolchevista*, n.º 3, Março / Abril de 1971; «Tribunal Fascista-Tribunal Burguês», *O Bolchevista*, n.º 4, Maio / Junho de 1971.

⁵⁰³ «O CML de P e o porte na polícia», *O Bolchevista*, n.º 7, Novembro / Dezembro de 1971.

⁵⁰⁴ Entrevista. Isabel Barreira, José Maria Silvestre Lança e José Alberto Seabra, 26/06/2008.

Vintém e Isabel Barreira vão em primeiro lugar, legalmente, seguindo-se pouco depois a ida de Bento Vintém, José Maria Silvestre Lança, José Colaço Barreiros e Serra e Moura. Com o apoio de Manuel Claro – membro do CMLP inicial e primo de Rui d’Espiney – instalaram-se em Inzago, uma pequena aldeia residencial nos arredores de Milão, numa vivenda pertencente a Adele Faccio, destacada militante do Partido Radical. O grupo exportou para aí, de certa maneira, a vivência comunitária que havia experimentado em Lisboa. No entanto, se nas referidas casas nem todos os elementos pertenciam ao núcleo clandestino, agora este encontrava-se praticamente todo reunido em Inzago. Mais tarde, haveriam ainda de chegar ao local José Manuel Ornelas e José Alberto Seabra. Este recorda que lhe dizem logo que existem «duas casas» «a nossa, que ficava no campo, e outra, mesmo em Milão. Eu chego à estação, vou para Inzago, e estive a falar essa noite com o Serra e Moura e a gente só se deita depois de eu dizer qual era a minha decisão»⁵⁰⁵.

De acordo com Rui d’Espiney, o grupo abandonou então da ideia de «unidade entre as diferentes correntes marxistas-leninistas», afastando-se da sua família⁵⁰⁶, que aparentemente polarizava a outra casa, em Milão, e que viria depois a dinamizar a constituição do CARP (m-l). Esta situação deu origem à saída, em determinada altura, de dois *O Bolchevista* com o mesmo número. Um grave problema de saúde da filha de Rui d’Espiney e Rita Gonçalves terá também estado na origem de conflitos entre os grupos, com desentendimentos sobre a realização ou não de uma campanha de solidariedade⁵⁰⁷. O rompimento com a família d’Espiney deve ter acontecido em finais de 1972, já que a Comissão Executiva do PC de P (e.c.) [Partido Comunista de Portugal (em construção)] esclareceria, em 1976, que elementos na prisão haviam colaborado com o grupo na condição de simpatizantes, através do envio de artigos, até essa data⁵⁰⁸. Ainda antes da criação do CARP (m-l), a PIDE apura que os elementos cindidos de *O Bolchevista* criaram uma organização denominada Comité de Apoio à Luta do Povo Português⁵⁰⁹.

Em Paris o grupo detinha o Centro Outubro, liderado por Joaquim Palminha Silva. A associação editava o jornal *Alavanca* e, a partir de Agosto de 1973, a revista *Sementeira*, cujo aparecimento visava retirar algum «peso» a *Alavanca*, que passaria a funcionar como um «pequeno jornal de noticiário única e exclusivamente

⁵⁰⁵ Isabel Barreira, José Maria Silvestre Lança e José Alberto Seabra. Entrevista, 26/06/2008.

⁵⁰⁶ Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

⁵⁰⁷ António Bento Vintém. Entrevista, 21/12/2007.

⁵⁰⁸ «Esclarecimento», *O Bolchevista*, n.º 30/32, Janeiro / Março de 1976.

⁵⁰⁹ ANTT – PIDE/DGS, 11.805 GT, NT 1595.

sobre a realidade portuguesa»⁵¹⁰. O Centro Outubro dinamizou ainda um grupo de teatro que levou à cena a peça 1.º de Maio em 1973⁵¹¹. Veio a pertencer por esta altura ao MTPE, federação de associações culturais de emigrantes hegemónizada pelo PCP (m-l).

Foi a partir de França que *O Bolchevista* tentou promover uma estrutura que contribuísse para a unificação da corrente m-l portuguesa. O CEDUC (Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Unidade Comunista) procurou fazer reuniões com outros grupos mas os contactos nunca passaram da fase embrionária. Bento Vintém data a intervenção do CEDUC entre 1972 e 1974 e recorda a edição de uma folha A4 com os avanços que iam sendo feitos nas reuniões, embora conclua, que neste capítulo «nada resultou»⁵¹².

7.3 A erosão no «interior»

Com a saída para Itália do núcleo dirigente de *O Bolchevista*, a livraria Outubro ficou a ser animada, entre outros, por Marília Pereira, Jorge Neves e Ana Barradas, que recorda as visitas recorrentes da PIDE ao estabelecimento e o facto de terem ficado «sem ligações nenhuma», mantendo «a Outubro aberta à espera de surgir alguma coisa à qual nos pudéssemos ligar politicamente»⁵¹³.

A incipiente estrutura que o grupo mantinha no interior agregava-se sobretudo em torno do Movimento das Juventudes Comunistas. O grupo editou a publicação *Jovem Guarda* a partir de Janeiro de 1972 – antes de ser afectado por uma vaga de prisões em Novembro desse ano. Segundo a PIDE, o MJC era composto em Outubro de 1971 por José Manuel Ornelas, Fernando Carvalho, José Alberto Seabra, Deolinda Charrua e Artur Mora Coelho. Em Junho de 1972, a estrutura dividir-se-ia em dois grupos. O primeiro – organismo directivo – era formado por José Alberto Carvalho, Deolinda Charrua e Manuela Gil, e controlavam Luís Filipe Fraga da Silva, Pedro Campos Alves e Joaquim Guerreiro. O segundo – organismo superior – era constituído por Fernando Carvalho, José Alberto Carvalho, Cremilde Raposo Pinto e José Manuel Ornelas, sendo a ligação ao «exterior» feita por este último. Na sequência do desmantelamento do MJC, alguns elementos fugiram para o exterior e

⁵¹⁰ «Editorial», *Alavanca*, n.º 12, Fevereiro / Março de 1974.

⁵¹¹ «Teatro», *Sementeira*, n.º 1, Agosto de 1973.

⁵¹² António Bento Vintém. Entrevista, 21/12/2007; Estes factos são corroborados por José Maria Silvestre. Lança Isabel Barreira, José Maria Silvestre Lança e José Alberto Seabra. Entrevista, 26/06/2008. Não foi possível encontrar documentação oriunda do CEDUC.

⁵¹³ Ana Barradas. Entrevista, 06/05/2008.

Pedro Campos Alves e Luís Filipe Fraga foram ambos condenados a dois anos de prisão⁵¹⁴.

Manteve-se uma direcção no interior que, em 1973, desferiu uma forte crítica aos «exilados», acusando-os de «auto-cultivação ideológica» e afastamento voluntário da luta de massas, para além da incapacidade em definir uma linha política que justificasse os seus constantes apelos à unificação. No final do extenso documento – e após se caracterizar, à maneira do MRPP, o PCP (m-l) e o CML de P como «neo-revisionistas» – envereda-se pelo caminho da «cisão»⁵¹⁵. Com efeito, em Agosto de 1973, Fernando Carvalho, Miguel Jasmins, Ana Maria Novais, «Artur», «Mota» e «Joaquim» separaram-se da organização e aderiram ao MRPP. Segundo a PIDE, chegaram a fazer panfletos sobre as eleições de 1973 e sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos usando como base logística uma casa em Vilar do Cadaval⁵¹⁶. Com o 25 de Abril, os militantes de *O Bolchevista* exilados em Itália regressaram ao país e dinamizaram o Partido Comunista de Portugal (em construção) e o jornal *O Proletário Vermelho*.

⁵¹⁴ ANTT – PIDE/DGS, proc. 11789 GT, NT 1595; proc. 11.805 GT, NT 1595.

⁵¹⁵ José Colaço Barreiros. Entrevista, 13/12/2007; «Porquê as críticas – a nossa posição de crítica», s.a, s.d. Texto cedido pelo entrevistado. Pelas referências insertas, é possível perceber que o documento foi escrito após Abril de 1973.

⁵¹⁶ ANTT – PIDE/DGS, proc. 11.805 GT, NT 1595.

CAPÍTULO 8

O CRML: entre Económicas e o Sindicato dos Químicos

O Comité Revolucionário Marxista-Leninista (CRML) foi criado em Outubro de 1971 e teve implantação em algumas franjas estudantis e presença na direcção do Sindicato dos Químicos. Os seus antecedentes estiveram ligados à contestação estudantil no Instituto Superior de Economia, onde teve uma significativa radicação. A organização chegou também a ter activistas no Técnico e em Agronomia. Caracterizando-se pelo acento tónico na luta anticolonial, o CRML seria fortemente atingido pela repressão policial em 1973, o que levaria ao desmembramento do grupo. Uma parte dos elementos que conseguiu escapar à PIDE viria a integrar no exterior o PCP (m-l), ainda antes do fim da ditadura.

8.1 A origem em Económicas e os Comités Guerra Popular

À semelhança de outras escolas, Económicas vivia desde finais da década de 1960 num clima de permanente agitação, absorvendo os acentos libertários que chegavam da revolta estudantil de Maio de 68. No final dos anos sessenta desenvolvem-se os chamados «cursos livres», baseados em currículos alternativos, e onde se punha em causa o conteúdo das cadeiras e a própria função da universidade. O PCP já não dispunha de uma hegemonia clara na associação de estudantes, constituindo-se listas vitoriosas que englobam elementos que estiveram no MES (Movimento de Esquerda Socialista), como Eduardo Graça e Ferro Rodrigues⁵¹⁷, e futuros «marxistas-leninistas», que incentivariam a criação do CRML. Um deles era Júlio Dias, que fez parte da direcção de 1969/70.

⁵¹⁷ Outro elemento importante desta corrente foi Félix Ribeiro, ainda que após o 25 de Abril não tenha feito parte do MES mas sim da UDP.

Eu e o Félix Ribeiro éramos os vice-presidentes, e o presidente era o João Ferreira de Sousa, um tipo que era bem visto pelo PC e que o escolhemos por isso, para que não houvesse oposição desse lado. Nós éramos mais «anarco-sindicalistas», fizemos os cursos livres, pusemos aquilo tudo de pantanas. Era uma coisa muito inspirada no Maio de 68. Normalmente as associações actuavam por fora, quer dizer, não entravam na questão dos «conteúdos». E nós pela primeira vez organizámos grupos de malta que ia para as aulas questionar os professores sobre os conteúdos. A linguagem era muito radical: dizíamos que não se estavam a criar economistas, mas lacaios do capital. Assim nesses termos. Entretanto a polícia entrou lá dentro e acabou com o processo. (...) Após uma ligeira passagem à clandestinidade, é que começo a ver que é possível e necessário um outro tipo de acção. Fazer propaganda contra a guerra, por exemplo, só de forma clandestina.⁵¹⁸

Tensões internas levariam a lista eleita no ano lectivo de 1971/72 a demitir-se ao mesmo tempo que a linha m-l, liderada por João Duarte de Carvalho, foi ganhando preponderância. A dinâmica mais basista de «Todo o Poder aos Cursos» continuou a desenvolver-se, agora em confronto com a UEC e com este sector «marxista-leninista». Uma lista ligada à corrente «Todo o Poder aos Cursos» e exclusivamente candidata à Assembleia Geral – composta por Paulo Bárcia, Francisco Cordovil, Eduardo Ferro Rodrigues e Francisco Soares – seria a mais votada no ano de 1972. Ao contrário desta corrente, que se propunha «invadir a cidade» – numa retórica que visava politizar o movimento e simultaneamente romper com o seu isolamento tradicional – a linha m-l colocava o acento tónico na defesa dos «interesses estudantis». Questões como as cargas horárias, os métodos de avaliação e as sebatas adquiriam uma primazia imediata em detrimento da luta anticapitalista e anticolonial, que deveria ser feita a um nível clandestino e extra-académico⁵¹⁹.

Júlio Dias afirma que ainda antes da constituição do CRML, e enquanto trabalhava no Sindicato dos Metalúrgicos, manteve contactos com sectores agrupados em torno de Manuel Lopes, e que viriam a estar posteriormente no MES⁵²⁰. Em 1971, o grupo já se encontrava em processo de criação. Miguel

⁵¹⁸ Júlio Dias. Entrevista, 24/03/2010.

⁵¹⁹ ANTT – PIDE/DGS, 3529/62, NT 3361, fl. 19; Paulo Bárcia e António Silva (2010), *Movimento de Esquerda Socialista. Uma improvável aventura*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 77-78. Esta proximidade com as teses defendidas pela UEC (m-l) levou a que esta corrente fosse também conhecida como «Pops de Económicas».

⁵²⁰ Júlio Dias. Entrevista, 24/03/2010.

Magalhães, antigo activista da estrutura, recorda que na preparação da candidatura à associação de estudantes de 1971/72 já terão havido reuniões sectoriais com elementos que viriam a criar logo a seguir o CRML, como é o seu caso e o de Júlio Dias, António Perez Metelo, Teresa de Sousa e João Duarte de Carvalho⁵²¹.

A primeira Comissão Central (ou «Comité Marx») foi composta por Júlio Dias, João Duarte de Carvalho, Mário Piçarra e Luís Santos. Este último encontrava-se em Tavira e não tinha relação com o meio universitário lisboeta. Existia um comité teórico, responsável pela redacção dos textos, formado por Júlio Dias, Armindo Silva e António Perez Metelo. O CRML dividiu a sua área de actuação por três sectores: A (Algarve), B (Alentejo) e C (Lisboa), sendo que este último sector se dividia entre o organismo sindical e o organismo estudantil. Nas escolas foram dinamizados Comités Guerra Popular (CGP), e que constituíam a face visível do grupo. Em Económicas, Fernando Coelho, António Perez Metelo, Joffre Justino e Francisco Cal tinham a sua cargo, cada um, um CGP. A estrutura editou o jornal *Guerra Popular*, com tiragens que rondavam os 1.000-1.200 exemplares⁵²².

Logo no n.º 1 se esclarecia que a «contradição principal» através da qual passava «a linha divisória entre o bloco popular e o bloco de classes dominante» já não era o anti-fascismo mas o anti-colonialismo. Deste modo, o aspecto principal da «táctica de reorganização do Partido» consistiria no desempenho de um «amplo programa de propaganda e agitação anti-colonial». Os CGP são apresentados como organizações de «unidade revolucionária», apostadas em lutar contra o colonialismo português, o imperialismo e «todas as forças neo-colonialistas, em particular o revisionismo»⁵²³.

Tomás Vasques explica que os CGP serviam como estrutura frentista e de integração progressiva dos militantes, mas respondiam também a um apelo ideológico do colectivo que encontrava um eco particular em Económicas.

Os Comités Guerra Popular eram a organização frentista do CRML. Aí eram organizados os estudantes que «ainda» não mereciam adquirir o estatuto de «comunistas». Tinham que dar provas de «rejeição» da classe de origem. A denominação CGP advém de duas circunstâncias: a primeira, porque o «pai» da linha ideológica (o Júlio Dias) tinha concluído (e constava do documento fundador do CRML, designado por «documento

⁵²¹ Miguel Magalhães. Depoimento, 19/03/2008.

⁵²² ANTT – PIDE/DGS, PC 241/73, NT 6379.

⁵²³ «Editorial», *Guerra Popular*, n.º 1, Fevereiro de 1972.

interno n.º 1») que a contradição colonial se sobrepunha, na luta contra a ditadura, à contradição de classes (proletariado/burguesia), aliás, o que se veio, acidentalmente, a verificar; a segunda, porque muitos dos estudantes «recrutáveis», sobretudo em Económicas (ISE), onde o CRML detinha a Associação de Estudantes, eram naturais das colónias.⁵²⁴

Joffre Justino era um destes estudantes naturais das colónias – nascido mais concretamente em Nampula (Moçambique) – e lembra que houve elementos afectos ao MPLA que participaram na estrutura exactamente por ela apresentar essa forma frentista anticolonial⁵²⁵. Na verdade, o jornal *Guerra Popular* era quase todo composto por notícias de movimentações nas linhas avançadas de combate e pelo anúncio de êxitos por parte dos movimentos independentistas. Em Março de 1972 chegou a aparecer um *Guerra Popular* n.º 2 forjado, com uma capa onde se lia «Resistência Nacionalista» e notícias sobre práticas violentas efectuadas pelos guerrilheiros à população africana pela voz de antigos dirigentes do MPLA e da FRELIMO. No efectivo n.º 2, os CGP apontavam a origem dessa «provocação» na própria PIDE, explicando que «quem quiser adquirir um exemplar no editor, [se devia dirigir] à António Maria Cardoso»⁵²⁶.

8.2 A direcção do Sindicato dos Químicos

Em Fevereiro de 1971, uma lista que tinha Aleixo Landun como presidente e Carlos Guinote como presidente da assembleia-geral, venceu as eleições para o Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa por ampla margem. Relata o inspector da PIDE João Batista Cabral Costa, que observou a reunião eleitoral:

Cerca das 21.00 horas, usou da palavra um tal Carlos José Guinote, a que parece aluno finalista da Faculdade de Direito [na verdade era de Ciências] e funcionário da Petroquímica, SARL, que figura na lista B, que disse: «depois da morte de Salazar as reuniões dos Sindicatos passaram a ser livres e autorizadas, porque motivo a imprensa não se vem pronunciando sobre o conteúdo dessas mesmas reuniões?» (...) Mais adiante, o Guinote afirmou «ser da intenção dos componentes da lista B,

⁵²⁴ Tomás Vasques. Depoimento, 07/11/2007.

⁵²⁵ Joffre Justino. Depoimento, 22/10/2007.

⁵²⁶ «A propósito de uma provocação da PIDE», *Guerra Popular*, n.º 2, Março/Abril de 1972.

fazerem colóquios e reuniões na sede do sindicato só com a presença dos associados» e acrescentando «que era necessário mentalizá-los dado que, quase todos eles, estavam convencidos que tinham um polícia secreto dentro da barriga, tirar-lhe esse complexo a fim de os mesmos poderem livremente expor as suas ideias sem medo e assim, vencerem a luta sindical». Cerca das 22.00, foi iniciada a votação, pelo sistema de chamada individual. Às 00.10 foi feita a contagem de votos tendo ficado vencedora a lista B da oposição com 390 votos contra 11 da lista A. (...) É de salientar que, sempre que o Guinote falava era aplaudido efusivamente por todos os presentes.⁵²⁷

Guinote trabalhara desde 1961 na Petroquímica e fizera um percurso escolar como trabalhador-estudante que o levaria à Faculdade de Ciências em 1966, com 32 anos. Recorda que ficou «com simpatia pelo CMLP mas não tinha contactos com ninguém». Com a nova lista, Júlio Dias, Perez Metelo e Armindo Silva entram para o sindicato como economistas. Após o aparecimento do CRML, Carlos Guinote é convidado a aderir e acede. Mas relembra sobretudo o trabalho intenso que se desenvolve nesses anos para dotar o Sindicato dos Químicos de uma estrutura de apoio e reivindicação próxima dos trabalhadores. Com a eleição de delegados em cada fábrica foi possível «fazer cumprir normas das leis, não cumpridas anteriormente, como: condições de protecção contra poeiras e gases, construção de casas de banho com duche quente, cantinas para o pessoal comer afastado dos motores, das poeiras e dos gases», bem como a exigência de protecção nas máquinas, já que havia registo de várias mutilações.

Quanto à luta por melhores salários, além de termos sempre a presença de trabalhadores nas negociações colectivas, também chegámos a apresentar na contratação trabalhadoras com os filhos para propor um menu diário, mínimo, a que o casal tinha direito e confrontar os custos mensais com o que os patrões ofereciam de salário (menos de metade). Era uma atrapalhação impressionante... O ilustre Basílio Horta, à altura Secretário da Confederação da Indústria, dizia: «isto é inadmissível, poupem-nos a este espectáculo»... (risos). Isto dava-nos um gozo... Todas as vezes que nos deslocávamos às fábricas para falarmos com os patrões, para resolvermos problemas, nunca o fazíamos sem a presença dos

⁵²⁷ «Relatório». Documento constante no processo individual na PIDE/DGS de Carlos José Guinote, cedido pelo próprio.

delegados sindicais ou de higiene e segurança. Este trabalho «agressivo», apoiado nas massas, fazia parte da tática política e distinguiu-se claramente dos outros sindicatos. Acrescente-se a isto os meios logísticos: em cada grande centro industrial abrimos sucursais, porque na altura os trabalhadores habitavam perto das fábricas, e isso aumentava a frequência nas nossas acções que, para além dos problemas laborais se estenderam à formação escolar (1.º ciclo do liceu), a debates sobre habitação, saúde, etc.⁵²⁸

Segundo Carlos Guinote, muito do trabalho era projectado previamente por si e por Júlio Dias, Perez Metelo e Armindo Silva. Os desenhos das circulares eram feitos por Perez Metelo. Representantes do Sindicato dos Químicos participaram a partir de Março de 1971 nas reuniões da Intersindical e Carlos Guinote chegou a representar os sindicatos na Câmara Corporativa⁵²⁹. Tomás Vasques, que foi recrutado para a organização logo em 1971, trabalhava na altura na Lisnave e afiança ter existido um núcleo de operários na fábrica, bem como noutras empresas da margem sul⁵³⁰.

A organização também teve militantes seus na direcção da Livrelco e – numa prática comum ao activismo da época, e que a PIDE apura – foram ministrados cursos na livraria Fonte, em Moscavide, dinamizados por Teresa de Sousa e Isabel Patrocínio. O aparelho técnico do CRML funcionava numa casa em S. João do Estoril, e o material necessário à impressão era furtado da associação de estudantes de Económicas, da Livrelco e do Sindicato dos Químicos⁵³¹.

Em Abril de 1973 deu-se uma vaga de prisões que atingiu o sector estudantil, sendo detidos, entre outros, João Duarte de Carvalho, Joffre Justino, Perez Metelo e Miguel Magalhães. A organização acaba por se dividir, com Júlio Dias, Mário Piçarra e Teresa de Sousa a partirem para Paris e Luís Santos a passar à clandestinidade e a

⁵²⁸ Carlos Guinote. Entrevista. 17/01/2008.

⁵²⁹ «Os maoístas mais radicais achavam isto uma cedência aos fascistas mas na Intersindical resolvemos que não era mau lá estarmos. Para mim foi interessante poder observar como se disputavam os interesses, mas era verdade que aos sindicatos não lhes era reservado qualquer papel, até porque estavam em minoria. Na prática só beneficiei de um passaporte diplomático que me permitia passar na fronteira sem os medos de ver o carro e as bagagens revistados, passando com livros proibidos e documentos. Com o passaporte, acabou o medo. Mostrava o passaporte e era o pide: “faxfavor, sô doutor...” (risos).» Carlos Guinote. Entrevista, 17/01/2008.

⁵³⁰ Tomás Vasques. Depoimento, 07/11/2007.

⁵³¹ ANTT – PIDE/DGS, PC 241/73, NT 6379; proc. 18.752 CI(2), NT 7823, fl. 2-11. Segundo esclarece Júlio Dias, a livraria era propriedade de Pedro Vilas-Boas e Ana Barbosa, dois militantes do CRML. Júlio Dias. Entrevista, 24/03/2010.

viajar posteriormente para Bruxelas. Esta última linha englobou ainda Francisco Cal – que mais tarde viria a aderir ao grupo de Paris – e Tomás Vasques, que ficou no «interior» durante cerca de um ano, dirigindo o que restava do sector estudantil e as células da margem esquerda, no Alentejo e no Algarve⁵³². Quanto aos elementos que escaparam para Paris – bem como Carlos Guinote, que permanecera no «interior» – viriam a aderir ao PCP (m-l) e a militar activamente no partido durante os «anos quentes» da revolução.

⁵³² Tomás Vasques. Depoimento, 07/11/2007.

CAPÍTULO 9

Outros grupos «marxistas-leninistas»

9.1 O Comité Comunista de Portugal e a União Comunista (Marxista-Leninista)

Após sair da prisão em 1969, Manuel Quirós fundou as Edições Maria da Fonte, destinadas à divulgação de obras de timbre marxista-leninista, algumas traduzidas pelo próprio na cadeia⁵³³. Criou em 1971 o Comité Comunista de Portugal, no qual foi coadjuvado por Dúlia Maia Rebocho, que evoca a existência de um núcleo duro composto por mais três elementos – «nenhum deles oriundo do meio operário» – cada um com contactos noutros sítios⁵³⁴. Jorge Nascimento Rodrigues, então estudante de Económicas, mantinha ligações com Quirós e recrutou alguns alunos desta escola, não na perspectiva de fazer trabalho estudantil, mas com o intuito de criar células de trabalhadores e de jovens nas cidades de origem desses estudantes⁵³⁵.

Entre Agosto e Dezembro de 1973, alguns elementos realizaram reuniões nas quais apontaram o rumo insatisfatório que vinha a ser seguido pelo CCP. Criticou-se o mau funcionamento e o «desprezo na prática pelo recrutamento entre os elementos activos da classe operária». A isto ainda se acrescentava o efeito da ameaça de repressão, que levou ao afastamento de alguns militantes destacados, receosos da possível actuação policial. Ainda que não se apontasse nenhum nome,

⁵³³ Manuel Quirós nasceu em 1939 e esteve preso na sequência dos processos da FAP/CMLP. Viria a falecer precocemente, a 25 de Outubro de 1975, muito por culpa das torturas na cadeia que lhe deixaram sequelas graves. Fundara pouco antes, em Fevereiro de 1975, a revista teórica *Que Fazer?* e manteve as Edições Maria da Fonte, que continuaram a sua actividade após a sua morte, sob a direcção da sua companheira, Isabel Pinto Ventura. Cf. Jofre Alves (2009), «Manuel Quirós. Uma vida temperada na luta», blogue *Abril de Novo*, <<http://abril-de-novo.blogspot.com/2009/10/manuel-quiros-uma-vida-temperada-na.html>> Acedido a 21/12/2009.

⁵³⁴ Dúlia Maia Rebocho. Entrevista, 13/11/2007.

⁵³⁵ Jorge Nascimento Rodrigues. Depoimento, 31/10/2007.

esta referência velada encaixava-se em Manuel Quirós, que se desligara momentaneamente da actividade do grupo⁵³⁶.

Assim, em Dezembro de 1973 o CCP deu lugar à União Comunista (marxista-leninista) [UC (m-l)]⁵³⁷. A reunião de fundação da UC (m-l) decorreu na aldeia da Patameira, em Sobral de Monte Agraço, numa casa pertencente ao tio de Dúlia Maia Rebocho. Formou-se então um secretariado do qual faziam parte Nuno Rebocho, Dúlia Maia Rebocho, Jorge Nascimento Rodrigues e João Freitas, então trabalhador nos CTT⁵³⁸. Tanto Manuel Quirós como Dúlia Maia Rebocho e Nuno Rebocho (este sob o pseudónimo de L. H. Afonso Manta) escreveram nesta altura para o *Comércio do Funchal*. Textos de L. H. Afonso Manta apareceram também no *Jornal do Centro*, outra publicação afecta ao complexo da extrema-esquerda da época.

A UC (m-l) editou *A Classe Operária e Luta Operária*, cujos números inaugurais saíram ainda antes do 25 de Abril. Nuno Rebocho frisa que a tese principal da organização consistia na travagem ao chamado «massismo», colocando-se o acento tónico na «formação da vanguarda e reforço da arma teórica»⁵³⁹. Até pela sua construção «tardia», tinham na altura do 25 de Abril pouca implantação⁵⁴⁰. Em Abril de 1975 uniu-se ao anterior Núcleo José de Sousa para constituir a União Comunista para a Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista) [UCRP (m-l)] que deu origem, mais tarde, ao PC(m-l)P [Partido Comunista (marxista-leninista) de Portugal].

9.2 A Acção Revolucionária Comunista

Em 1971 foi criada no Porto a ARCO (Acção Revolucionária Comunista), que conjugava as referências à China com a intenção de passar directamente à luta

⁵³⁶ «Relatório e Autocrítica da Direcção Provisória da União Comunista (marxista-leninista)». O Comunista, s.d. Neste documento afirma-se que foi Manuel Quirós quem esboçou uma teoria que servia de base de demarcação da UC (m-l) relativamente aos restantes grupos, definida como «teoria das três etapas». Elas seriam a proletarização, a criação de células existentes à escala nacional e a reconstituição do partido. Refere-se, criticamente, que a teoria falava da necessidade de galgar tais etapas, tendo na prática o colectivo concentrado a sua atenção nos meios estudantis e desprezado a unidade com os outros grupos m-l.

⁵³⁷ «Aviso a elementos expulsos da União Comunista», *A Classe Operária*, n.º 3, Setembro de 1974.

⁵³⁸ Dúlia Maia Rebocho. Entrevista, 13/11/2007; Nuno Rebocho. Depoimento, 23/10/2007.

⁵³⁹ Nuno Rebocho. Depoimento, 23/10/2007.

⁵⁴⁰ Jorge Nascimento Rodrigues. Depoimento, 31/10/2007: «antes do 25 de Abril, tínhamos um grupo na área sindical, e grupos de militantes em Lisboa (alguns grupos de estudantes também, sobretudo da Universidade – o ISCEF – onde eu andei a estudar), Margem Sul, Região Centro, região do Porto-Braga e Madeira. Duvido que antes do 25 de Abril, tivéssemos mais de 50 militantes e simpatizantes.»

armada e a actos de guerrilha urbana. José Paiva, um dos activistas da estrutura, recorda assim o seu percurso:

Eu estava a trabalhar como operário numa fábrica de plásticos e era uma espécie de maoísta por conta-própria. Achava que era importante uma pessoa ligar-se ao proletariado e eu, naturalmente, porque estava à rasca, fui trabalhar para essa fábrica com identidade diferente – dizia que tinha vindo de Trás-os-Montes e deixava-me explorar para poder contactar com aquela malta. Nessa altura sou contactado para participar nos tais Círculos de Estudos de Marxismo e é aí que faço contacto com a malta que está a lançar a ARCO. Isso em Novembro ou Dezembro de 1970. (...)

A ARCO inspirava-se muito no Marighela. Mas não só. E apesar de se reivindicar do marxismo-leninismo tinha alguns tons federalistas, como aliás *O Grito do Povo* também tinha. Não tinha uma linha de massas, como se dizia na altura, o que *O Grito do Povo* tentava ter, mas propunha catalisar descontentamentos através de algumas acções. Houve algumas ideias mas não se chegaram a executar. Aquilo foi tão rápido... E nós éramos tão verdes... A ARCO estava dividida por núcleos. Eu tinha a meu cargo um núcleo de distribuição, distribuíamos os papéis numa determinada zona e depois tentávamos fazer círculos locais. O que correu mal foi devido à nossa inexperiência.⁵⁴¹

Num comunicado de 15/05/1971 intitulado «Guerra do Povo!» – no qual se vê, de um lado, uma foice e um martelo e, do outro, uma *kalashnikov* e um enxada cruzadas – a ARCO apela à deserção dos soldados, à formação de «grupos revolucionários em toda a parte» e à tarefa de fazer o povo compreender a «necessidade de pegar em armas contra os exploradores». O documento termina com a informação dos diferentes 1.º de Maio no mundo, traçando um retrato exuberante do «dia de festa nacional na República Popular da China»⁵⁴².

Informa-se também que a folha tivera uma tiragem na ordem dos 15.000 a 20.000 exemplares. O certo é que o colectivo teve vida efémera, sendo desmantelado pela PIDE nesse mesmo mês de Maio de 1971. A casa clandestina que mantinham em Espinho, na Rua Cinco, n.º 302, foi assaltada a 27 de Maio, onde a polícia encontrou «um duplicador, duas máquinas de escrever, 1445 panfletos subversivos,

⁵⁴¹ José Paiva. Entrevista, 04/12/2007.

⁵⁴² «Guerra do Povo!», ARCO, 15/05/1971.

200 gramas de trotyl, uma granada de mão ofensiva, um punhal, alguns cartuchos de espingarda, e apontamentos em português e em francês, bem como desenhos sobre o modo de efectuar sabotagens.»

No decorrer da operação foram presos cinco membros da estrutura, levados posteriormente a tribunal. As penas maiores recaíram sobre Fernando Moura, estudante universitário (condenado a vinte e dois meses) e José Paiva, desenhador desempregado (condenado a vinte meses). Serafim da Fonseca, afinador de máquinas, e Francisco Abreu Soares, empregado de armazém, foram condenados a seis meses e Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto, servente, foi condenado a quatro meses de cadeia⁵⁴³.

9.3 O Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista)

O CARP (m-l) [Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista)] correspondeu a uma nova tentativa de unificação da corrente m-l, na linha do que havia procurado fazer *O Bolchevista*. O grupo foi impulsionado por elementos recém-saídos da cadeia – como Fernando Moura, Fernando dos Reis Júnior, Sérgio d’Espiney – em articulação com a «casa» mantida em Milão por elementos associados à «família d’Espiney», e que havia formado pouco antes o Comité de Apoio à Luta do Povo Português. Um documento do CARP (m-l) informava que a organização foi criada no início de 1973 como uma «organização comunista a lutar no interior, com forças reduzidas» mas com a «convicção de que o seu trabalho será útil ao movimento marxista-leninista em geral»⁵⁴⁴.

No *Longa Marcha* reafirmavam a intenção de envidar esforços para a «unificação das fileiras comunistas e para a reconstrução do partido», notando que darão atenção especial à «luta contra a guerra colonial, ponto fundamental que constitui a linha de demarcação nítida entre o campo revolucionário e internacionalista e o campo oportunista encabeçado pelos revisionistas»⁵⁴⁵. O grupo viria a ter alguma projecção logo a seguir ao 25 de Abril, na medida em que acolheu «históricos» da esquerda m-l portuguesa, como Francisco Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e João Pulido Valente. Uniu-se a uma parte substancial do grupo Luta Comunista e impulsionou o processo de unificação que conduziu à ORPC (m-l) e ao PCP (R). Mais tarde, já em 1977, o PCP (R), sob a influência decisiva de Diógenes Arruda, tomará

⁵⁴³ ANTT – PIDE/DGS, proc. 17.344 CI(2), NT 7797, fl. 4-44.

⁵⁴⁴ «Declaração Programática do CARP (m-l) às organizações marxistas-leninistas e aos comunistas portugueses», *A Verdade*, n.º 10, Dezembro de 1974.

⁵⁴⁵ «Editorial – uma “longa marcha”», *Longa Marcha*, n.º 1, Novembro / Dezembro 1973.

partido pelos albaneses no seu conflito com os chineses, criticando a «teoria dos três mundos».

9.4 Outros grupos

Registe-se ainda a existência da Organização dos Comunistas Marxistas-Leninistas de Portugal, que publicou o primeiro número de *Unidade e Luta* em Outubro de 1972 (cinco números até ao 25 de Abril). Defendia a unificação da corrente marxista-leninista através da luta «contra o sectarismo» e criticava o PCP (m-l) por se considerar o representante exclusivo da linha m-l⁵⁴⁶. A qualidade gráfica da publicação e a intenção em polemizar com o PCP (m-l) indiciam fortemente que o grupo estava instalado no exílio europeu.

Também na emigração, aponte-se a existência de A Vanguarda (já abordada no capítulo 2), que se transforma em CPLAI (Comité Português de Luta Anti-Imperialista), em Novembro de 1970. Nesse mês apresenta a sua plataforma de trabalho, na qual assume a tarefa de agir no seio dos desertores e de agir no campo anticolonial e anti-imperialista. Uma das acções em que participou foi a distribuição de panfletos e balões com dizeres como «Os Povos da Colónia Vencerão» durante um jogo entre Sporting e Benfica disputado em França a 12 de Abril de 1971. Em foto publicada no *L'Express* vêem-se na assistência cartazes onde está escrito «os patrões exploram os trabalhadores em França, em Portugal, nas colónias e no mundo» e «Guerra do Povo, sim! Guerra Colonial, não!»⁵⁴⁷.

Quanto a Luta Comunista, detinham um pequeno núcleo em França – com João Caixinhas e Manuel Chico, entre outros – que pertencera a *O Comunista* e se afastara em 1972 na sequência da discussão sobre o centralismo e a composição da estrutura directiva. Este grupo tinha também dois núcleos no interior – Foice e Martelo – que dinamizaram pequenos focos de militância na zona da Amadora, Brandoa e Baixo Alentejo, pelo menos. A maioria dos elementos do núcleo Foice viria, já depois do 25 de Abril, a integrar o CARP (m-l), enquanto os membros do núcleo Martelo criaram um efémero CRC (m-l) [Comité Revolução Comunista (marxista-leninista)]⁵⁴⁸.

⁵⁴⁶ «Contra o sectarismo», *Unidade e Luta*, n.º 1, Outubro de 1972.

⁵⁴⁷ «A Guerra de libertação dos povos das colónias é uma guerra justa contra os mesmos inimigos do povo português!», CPLAI, s.d.

⁵⁴⁸ «Posição e Esclarecimento do Comité Revolução Comunista M-L face às manobras oportunistas que desmembraram a organização Luta Comunista e que levaram parte desta organização a ser

Quanto à UAR, dá-se a conhecer em Outubro de 1970 através do «projecto de programa da União de Acção Revolucionária», proveniente de «Lisboa / Londres». O texto faz um retrato da sociedade portuguesa e censura o «seguidismo servil» do PCP relativamente à burguesia liberal. Numa análise da evolução do CMLP, critica-se a tendência para a depuração constante e propõe-se a necessidade de articulação com os grupos de luta armada ou, noutras palavras, «que os “puros” não temam perder a virgindade no contacto com os “grupos de aventureiros” tocados do “infectioso” “terrorismo pequeno-burguês”»⁵⁴⁹.

A abertura proposta passava necessariamente pela activação dos contactos com a LUAR, o que é notado por um informador da PIDE. Esse mesmo informador relata a existência em Bruxelas da UAR, que terá tido como principal dinamizador Augusto Rentes Florêncio, e da qual também faziam parte José Paulo Lima Matias e António da Costa Coimbra. Este grupo de Bruxelas também teria mantido contacto com um grupo residente em Neuss, na Alemanha, animado por Álvaro Ataíde. Augusto Rentes Florêncio mantivera contactos não só com a LUAR, mas também com *O Comunista* e *A Vanguarda*. A 26 de Março de 1971, a polícia belga informa a sua congénere portuguesa que António da Costa Coimbra, Manuel Joaquim da Silva Pereira, Joaquim Matias e Augusto Rentes Florêncio foram interceptados na fronteira com material da UAR destinado a emigrantes em França. A PIDE informa, lacónica, que todos «estão assinalados nos nossos serviços como elementos comunistas, de filiação marxista-leninista, com larga actividade no estrangeiro»⁵⁵⁰.

Em Novembro de 1970, a PIDE informa da existência de documentos assinados em nome de um Movimento da Esquerda Proletária. O documento n.º 1, distribuído em Lisboa e com a data de Outubro, refere a guerra colonial como a «mais dolorosa realidade para o povo português» e afirma a necessidade de se encontrar a «forma de luta revolucionária que altere as estruturas do regime e extinga as formas de exploração do homem pelo homem». O comunicado faz duas referências concretas ao distrito de Leiria – número da emigração e carências de escola – o que indica que foi distribuído ou produzido na zona⁵⁵¹.

Existiram ainda pequenos colectivos mais ou menos informais que, em regra, na sequência do 25 de Abril, se uniram a grupos mais estruturados. Foi o caso do Grupo de Estudos Marxistas-Leninistas Maoístas, do Porto, que editou o jornal *Camarada*,

anexada pelo CARP (m-l)», CRC (m-l), Fevereiro de 1975; Amílcar Sequeira e Berta Macias. Depoimento, 12/02/2010.

⁵⁴⁹ «Projecto de Programa da União de Acção Revolucionária», Lisboa / Londres, Outubro de 1970.

⁵⁵⁰ ANTT – PIDE/DGS, proc. 16.005, NT 7760, fl.3-9.

⁵⁵¹ ANTT – PIDE/DGS, proc. 14.884, NT 7729, fl. 19.

e que integrou posteriormente o PCP (m-l), dividindo-se então pelas duas facções em litígio⁵⁵².

⁵⁵² José Pacheco Pereira (2003), «Grupo de Estudos Marxistas-Leninistas Maoístas», *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2003/06/07/grupo-de-estudos-marxistas-leninistas-maoistas-gemlm/>> Acedido a 15/01/2009.

PARTE II

A TRAMA DO IMAGINÁRIO



É preciso confrontar as ideias vagas com imagens claras.

Fotograma de *La Chinoise* (1967), de Jean-Luc Godard

CAPÍTULO 10

Imaginários Sociais

Marx, Engels, Lenine, Trotsky, Mao Tsé-Tung, bandeiras, mitos, imagens e palavras, referências legitimadoras gerando fidelidades. É sempre preciso ter alguma crença mesmo quando Deus morreu.

Fernando Pereira Marques⁵⁵³

Se a modernidade ergueu programas de timbre racionalista e conceptualista, tendentes a postular uma noção de realidade alcançável através do olhar transparente do sujeito, a partir do século XIX surgiram desígnios intelectuais que vieram entender as noções de «mito», «utopia» ou «imaginário» como forças importantes nas dinâmicas de transformação social. À identificação do imaginário com a fantasia, do mito com a mentira ou da utopia com a irrealidade, historicamente prevalentes, opôs-se a valorização destas categorias enquanto reflexos da capacidade humana de transgressão do fáctico⁵⁵⁴.

⁵⁵³ Fernando Pereira Marques (1982), *A Outra Guerra*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 91.

⁵⁵⁴ Cf. Hélène Védrine (1990), *Les grands conceptions de l'imaginaire de Platon a Sartre et Lacan*. Paris: Livre de Poche; Aavv (1999), *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*. Lisboa: Fim de Século Edições; Ernst Cassirer (2004), *A Filosofia das Formas Simbólicas II – O Pensamento Mítico*. São Paulo: Martins Fontes. Para uma relação entre imaginário, mito e imagem a partir da obra de Cassirer, cf. Joaquim Braga (2008), «A medialidade simbólica da imagem no mundo mítico-religioso», in Joaquim de Oliveira Jorge e Costa Macedo (coord.), *Crenças, Religiões e Poderes: dos Indivíduos às Sociabilidades*. Porto: Afrontamento, pp. 65-74.

Esta valorização conceptual manifestou-se também no espaço plural das humanidades no qual, desde há algumas décadas, se tem vindo a conceder uma maior ênfase ao lugar do imaginário e das representações na estruturação dos modos de pensar, sentir e agir. Neste particular, destaque-se a obra de Gilbert Durand *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, publicada em 1960, onde o autor entende o imaginário como o reservatório das imagens e das relações entre imagens que constituem o capital pensado do ser humano⁵⁵⁵. Para Durand, a intuição e a racionalidade fundam-se no imaginário, no qual repousa um sistema simbólico que constitui o veículo de comunicação entre as pulsões subjectivas da psique e as emanações objectivas da cultura e da sociedade. A arquetipologia de Durand, fortemente inspirada na psicologia das profundidades de Carl Jung e nos estudos sobre o imaginário de Gaston Bachelard, bem como no estruturalismo de Lévi-Strauss, padece, contudo, de uma linguagem por vezes sincrética e da busca de uma tipologia universalista cuja adopção exige cautelas de modo a não se cair em generalizações excessivas que tendem a minorizar os contextos e as circunstâncias históricas e sociológicas.

Também Cornelius Castoriadis chamou a atenção para a importância primordial do imaginário. Em *A Instituição Imaginária da Sociedade*, o filósofo considera-o como a instância criadora de «figuras / formas / imagens a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa», o que faz com que a realidade e a racionalidade sejam «seus produtos»⁵⁵⁶. O imaginário consiste assim no magma de significações sociais predominantes que atravessa tanto os sujeitos como o mundo social-histórico, o que faz com que o autor o defina como «radical» ou «fundante».

Na esteira de Durand, o sociólogo Michel Maffesoli considera que «o real é accionado pela eficácia do imaginário». Este é comparado por Maffesoli a uma *aura* – numa referência explícita a Walter Benjamin⁵⁵⁷ – que nomeia uma força social envolvendo os indivíduos e os colectivos. Esse carácter holístico constitui, aliás, um dos entraves a uma arrumação estrita e delimitada do conceito. Para Maffesoli, o

⁵⁵⁵ Gilbert Durand (1989), *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença. Impulsionador do *Centre de Recherches sur l'Imaginaire* de Grenoble, criado em 1966, Durand tem algumas obras traduzidas para português: Gilbert Durand (1995), *A Imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70; Gilbert Durand (1998), *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget; Gilbert Durand (2004), *O Imaginário*. Lisboa: Difel.

⁵⁵⁶ Cornelius Castoriadis (1982), *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 13.

⁵⁵⁷ A noção de «aura» é apresentada por Benjamin como marca da excepcionalidade da obra de arte, cujas transformações tecnológicas haviam erodido, ao mesmo tempo que possibilitaram a reprodução, padronização e difusão massiva da arte. Walter Benjamin (1991), *L'Opera d'Arte nell'Epoca della sua Riproducibilità Tecnica*. Torino: Einaudi.

imaginário é composto por elementos racionais, mas também oníricos, lúdicos, afectivos ou irracionais. Por outras palavras, «construções mentais potencializadoras das práticas» que se difundem através de processos interaccionais⁵⁵⁸.

Assim, o imaginário não constitui um mero reflexo do real, mas opera com este numa relação em espiral que é simultaneamente produtiva e reprodutiva. Tal não significa, como é óbvio, estipular a vaporosidade do real, mas implica tomar como princípio a ideia de que a realidade não é somente o que aconteceu, mas o que se desejou e pensou que acontecesse, modalidades que, mais do que influir no real, se encaixam efectivamente nele. Deste modo é possível perceber a forma como determinados sujeitos percebem a realidade mas também como agem em função dessa percepção. Consequentemente, enquanto instância produtora de paradigmas, o imaginário pode assumir, tanto um papel de legitimação da hierarquia e do poder, como uma função fortemente contestatária aos modelos dominantes, «produzindo outros, capazes de entrar em confronto dinâmico com os primeiros»⁵⁵⁹.

10.1 A dimensão social do imaginário

Bronislaw Baczko define o «imaginário social» como o conjunto de representações colectivas que a sociedade faz de si própria, frisando que o termo é dotado de uma polissemia quase fatal. Deste modo se designam dois aspectos da actividade imaginante. Por um lado, remete-se para a produção de representações globais da sociedade por parte dos actores sociais. Por outro, o «imaginário social» designa igualmente a inserção da actividade imaginante individual num contexto colectivo, o que leva a estipular a relatividade do imaginário de uma sociedade a outra, de uma época a outra⁵⁶⁰.

Uma das funções dos imaginários consiste na organização do tempo colectivo num plano simbólico. O seu poder unificador está precisamente na sua capacidade de assegurar a fusão entre verdade e normatividade, entre informação e valores. Como afirma Baczko, «através do imaginário social, uma colectividade designa a sua identidade elaborando uma representação de si mesma; exprime e impõe certas

⁵⁵⁸ Cf. Michel Maffesoli (2001), «O imaginário é uma realidade», *Revista Famecos, mídia e cultura e tecnologia*, n.º 15, pp. 74-82.

⁵⁵⁹ Rui Bebiano (2003), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, p. 182.

⁵⁶⁰ Bronislaw Baczko (1984), *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot.

crenças comuns estipulando modelos formativos como o sejam o do "chefe", do "guerreiro", do "cidadão", do "militante"»⁵⁶¹. Por meio destes mecanismos se traçam imagens dos amigos e dos inimigos, se elaboram modelos do passado e se projectam crenças e esperanças, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. Diz o historiador e filósofo polaco:

O dispositivo imaginário assegura a um grupo social um esquema colectivo de interpretação das experiências individuais, complexas e variadas, códigos de comportamento e esperança, e a fusão, no cruzamento de uma memória colectiva, entre lembranças e representações de um passado próximo ou longínquo.⁵⁶²

Baczko assinala de que forma é possível encontrar a percepção do imaginário, mesmo que sem esse nome, no *corpus* teórico dos três autores clássicos do pensamento sociológico: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber⁵⁶³. De forma diferenciada, em todos estes traçados teóricos a realidade social não constitui um âmbito autónomo e impermeável, mas uma instância com a qual os sujeitos – individuais e colectivos – estabelecem relações dialécticas e produtivas.

Para Marx, o termo pode identificar-se com «ideologia», enquanto representações que uma classe faz de si mesma, das suas relações com as classes antagónicas e com a estrutura global da sociedade. Em *A Ideologia Alemã*, o domínio das ideias aparece como reflexo do domínio material. Marx e Engels, ao afirmarem que «a classe que constitui o poder material dominante da sociedade constitui também o poder espiritual dominante», uma vez que quem «dispõe dos meios de produção material dispõe simultaneamente dos meios de produção intelectual», apontam à ideologia – dirigindo-se sobretudo aos filósofos alemães do seu tempo, com quem polemizam – a função de ocultar as contradições de classe. Oriunda da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a produção ideológica seria, no fundamental, uma emanção da infra-estrutura económica, sem

⁵⁶¹ *Ibidem*, p. 32.

⁵⁶² *Ibidem*, p. 35.

⁵⁶³ *Ibidem*, pp. 22-sgs.

uma verdadeira autonomia, apesar de lhe ser destinada a importante função de justificar a dominação de classe⁵⁶⁴.

Se alguma tradição marxista interpretou a ideologia como sendo uma mera ilusão legitimante do existente, autores houve, como é o caso de Antonio Gramsci, que complexificaram a noção. Ainda que o italiano igualmente use o termo no seu sentido negativo, a significação conceptual dominante em Gramsci é aquela que identifica a ideologia a uma «visão de mundo» que se manifesta implicitamente em todos os momentos da vida individual e colectiva⁵⁶⁵.

Mais explicitamente dedicado à noção de ideologia, Louis Althusser empreendeu uma tentativa de definir o marxismo como um «anti-humanismo», com a concomitante definição de uma linha divisória nítida entre o Marx humanista e pós-humanista, colocada no ano de 1845, data que sinalizaria o abandono de um discurso essencialista em torno da alienação e a adopção de um glossário conceptual feito de expressões como forças produtivas e relações de produção. Existiria assim um Marx ideológico, ainda marcado pelo humanismo burguês e animado pela categoria idealista do sujeito como origem, e um Marx científico, dedicado à análise rigorosa do capitalismo.

Depurado do humanismo, o Marx que se descobre é um Marx que identifica a base infra-estrutural com as «condições reais de existência», e a super-estrutura ideológica com o «erro» e a «ilusão». Althusser viria, contudo, a dar à ideologia uma configuração mais complexa nos seus escritos. Sustentada em «aparelhos» nos quais se materializa (escola, igreja, família, sindicatos, partidos...), a ideologia constitui uma relação imaginária dos indivíduos com a sua própria existência, relação essa que Althusser considera insuperável:

⁵⁶⁴ Karl Marx e Friedrich Engels [1968 (1845-46)], *L'ideologie allemande*. Paris: Éditions Sociales, pp. 50-52. O conceito de «ideologia», utilizado pela primeira vez por Destutt de Tracy, tem uma ampla história e suscitou debates variados que não cabe neste trabalho cotejar. Sobre este assunto, cf. Terry Eagleton (1997), *Ideologia*. São Paulo: UNESP.

⁵⁶⁵ Cf. algumas passagens dos *Cadernos do Cárcere*. Antonio Gramsci (2001), *Quaderni del Carcere*. IV volumes. Torino: Einaudi, pp. 453-466, 868-869, 1457. Existe em português uma abordagem detalhada à obra gramsciana: João de Almeida Santos (1986), *O Princípio da Hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega.

Só uma concepção ideológica do mundo pode ter imaginado sociedades sem ideologia e admitir a ideia utópica de um mundo onde a ideologia desaparecesse sem deixar rasto, para ser substituída pela ciência.⁵⁶⁶

Um outro autor marxista, Ernst Bloch, fundamenta o papel dinâmico e até mesmo emancipatório das construções mentais nos seus trabalhos sobre a esperança e a utopia. Para Bloch, a categoria filosófica principal é o «ainda-não», produtor de imagens do futuro no presente, que o autor classifica de «sonhos diurnos». Ao contrário da definição corrente que associa a utopia a um lugar ou a um tempo longínquo, Bloch desvenda a sua existência no devir humano, como princípio regulador das acções e presença iluminante do perfeito no imperfeito, do imaginário no real⁵⁶⁷.

Segundo Paul Ricoeur, ideologia e utopia constituem faces distintas do imaginário social. A primeira é uma representação pela qual o grupo se idealiza e tem uma função integradora, difundindo a convicção de que certos acontecimentos são constitutivos da identidade de uma comunidade. A segunda constrói esquemas não conformes à realidade estabelecida e desafia a ordem social, cabendo-lhe a tarefa de pôr em causa a aquiescência resultante da ideologia. A utopia, diz Ricoeur, «produz variações imaginativas sobre os tópicos da sociedade, do poder, do governo, da família, da religião». Ambas – ideologia e utopia – estão em constante tensão dialéctica, pelo que se pode dizer que «não há integração social sem subversão social»⁵⁶⁸.

O centro das interrogações de Durkheim, por sua vez, situa-se na correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representação. São as representações colectivas que possibilitam ao ser humano elevar-se acima de si mesmo e apreender a totalidade construída e representada pelo grupo. Deste modo, a existência da sociedade depende da manutenção da superioridade do facto social sobre o facto individual⁵⁶⁹. O imaginário identificar-se-ia com as representações colectivas que exprimem o estado de um grupo social e sustentam as suas condutas. Sobrinho de Durkheim, Marcel Mauss viria a postular o carácter simbólico do social e a predominância deste relativamente ao indivíduo. No seu *Ensaio sobre a Dádiva*,

⁵⁶⁶ Louis Althusser (1965), *Pour Marx*. Paris: Maspéro, pp. 238-239. Cf. ainda Louis Althusser (1974), *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença.

⁵⁶⁷ Ernst Bloch [1994 (1959)], *Il Principio Speranza*. Milão: Garzanti.

⁵⁶⁸ Paul Ricoeur (1991), *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.

⁵⁶⁹ Émile Durkheim [1998 (1895)], *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.

Mauss estuda o mecanismo da reciprocidade enquanto fundamento da solidariedade, mostrando que a dádiva tem tanto de livre e gratuito como de interessado e obrigatório e que, em última análise, as trocas económicas não são independentes de noções prévias de moralidade⁵⁷⁰.

Os trabalhos de Maurice Halbwachs, ao postularem a derivação da «memória individual» da «memória colectiva», também se inspiram fortemente nesta linhagem durkheimiana. O mesmo se pode dizer da teoria das representações sociais, de Serge Moscovici. No entanto, e enquanto Durkheim se preocupa essencialmente em caracterizar os fenómenos que dão conta da coesão e manutenção social, Moscovici desenvolve uma teoria que prioriza a compreensão da mudança. As representações sociais constituem-se, assim, através de processos de ancoragem e objectivação. O primeiro diz respeito ao modo como o conhecimento e a informação se estrutura em função de pontos de referências – categorias ou objectos – já existentes. O segundo refere-se ao modo como um esquema conceptual se estrutura e concretiza. Moscovici nota que as representações sociais possuem uma assinalável pluralidade e diversidade, o que faz com que no estudo em que refere pela primeira vez o conceito – a sua tese de doutoramento sobre as representações sociais da psicanálise na França na viragem da década de 1950 para a década de 1960 – analise e descubra diferentes percepções sobre o assunto em vários grupos sociais e uma distinta abordagem e compreensão do objecto na imprensa genérica, católica e comunista⁵⁷¹.

Por fim, Max Weber, no seu estudo clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, mostrou como um sistema de valores e representações religiosas influenciou decisivamente na construção de uma determinada estrutura económica, estipulando, no caso, uma relação entre o *ethos* protestante e a emergência do capitalismo⁵⁷². A compreensão de uma sociedade, segundo Weber, passa pela análise do sistema de representações, já que a vida social é, ela mesma, produtora de normas e valores. O imaginário pode aqui identificar-se com a produção de sentido que os indivíduos e os grupos sociais necessariamente dão às suas acções.

⁵⁷⁰ Marcel Mauss [2008 (1924)], *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.

⁵⁷¹ Serge Moscovici [1976 (1961)], *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF. Para uma análise em português da génese do conceito de «representações sociais» em Moscovici e o percurso posterior da noção no campo da psicologia social, cf. Paula Castro (2002), «Teoria das Representações Sociais em S. Moscovici», *Análise Social*, n.º 164, pp. 949-979.

⁵⁷² Max Weber [1996 (1904)], *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

10.2 O imaginário e a história

Sob a designação de «história das mentalidades» desenvolveram-se relevantes trabalhos, sobretudo em França, que vieram chamar a atenção para a importância das formas mentais na definição do ser social⁵⁷³. Um dos seus expoentes, o medievalista Georges Duby, sustenta que a compreensão das sociedades humanas implica uma atenção idêntica aos fenómenos económicos e aos fenómenos mentais, já que estes têm um carácter tão determinante como aqueles. Nas palavras de Duby, os seres humanos «não regulam as suas condutas em função da sua situação real mas da imagem que têm desta, imagem que nunca é um simples reflexo da realidade»⁵⁷⁴.

Não obstante as diferenças consideráveis ao nível dos recursos metodológicos – que foram desde o uso privilegiado da demografia e da análise quantitativa até a uma orientação mais qualitativa, influenciada pela antropologia e pela sociologia de matriz «compreensiva» –, a «história das mentalidades» virou-se tendencialmente para a busca das permanências, algo que o historiador Michel Vovelle denominou «força de inércia das estruturas mentais»⁵⁷⁵. A noção de «mentalidade» evoca, assim, uma dimensão de constância e até de imobilidade que tem sido objecto de críticas. António Torres Montenegro alude ao facto desta característica fazer com que o historiador acabe por desconhecer ou desvalorizar documentos que apontam numa direcção oposta àquela que se busca estabelecer⁵⁷⁶. Carlo Ginzburg sublinha como a noção de «mentalidade» pode levar a extrapolações indevidas, confundindo-se as representações de um sector da sociedade com o seu todo e um período delimitado com uma longa extensão temporal⁵⁷⁷.

No que se refere concretamente à «história do imaginário», registe-se a abordagem pioneira efectuada por Evelyne Patlagean e o impacto do trabalho de

⁵⁷³ Para uma visão panorâmica da evolução da história das mentalidades, cf. Carlos Barros (1993), «La contribución de los terceros Annales y la historia de las mentalidades. 1969-1989», in César González Mínguez (ed.), *La otra historia: sociedad, cultura y mentalidades*. Vitoria: Servicio de Publicaciones de la Univ. del País Vasco / EHU, pp. 87-118; Elena Hernández Sandoica (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*. Madrid: Ediciones Akal, pp. 289-322.

⁵⁷⁴ Cit. Elena Hernández Sandoica (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*. Madrid: Ediciones Akal, p. 303.

⁵⁷⁵ Michel Vovelle (1985), *Ideologías y mentalidades*. Ariel: Barcelona, p. 13.

⁵⁷⁶ António Torres Montenegro (2003), *História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 14-15.

⁵⁷⁷ Carlo Ginzburg (1987), *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 32.

autores consagrados como Georges Duby ou Jacques Le Goff⁵⁷⁸. Em *O Imaginário Medieval*, Le Goff procura definir um lugar para o conceito de «imaginário» que não se confunda com os domínios da «representação», do «simbólico» e do «ideológico». Distinguindo-se destas instâncias pela presença da «imagem», o estudo do imaginário teria, como ciências auxiliares, a filologia e a iconologia, e como fontes privilegiadas, as obras literárias e artísticas. Apesar desta noção algo restritiva, Le Goff parece também entender o imaginário num sentido mais lato, enquanto substrato cuja exteriorização dá lugar a formas de representação que permitem aferir um dado «universo mental»⁵⁷⁹.

As semelhanças entre «mentalidade» e «imaginário» são evidentes, o que aliás levou Lucian Boia a perguntar ironicamente se fazia sentido duplicar um domínio já existente. Para Boia, o imaginário distinguir-se-ia precisamente por fazer referência a algo mais profundo e menos vago. Na esteira de Jung e Durand, Boia fala de arquétipos como elementos constitutivos do imaginário. Uma vez que o ser humano é «programado» para pensar, sentir e sonhar de maneira semelhante, estas estruturas seriam «permanências mentais» de carácter universal. Como afirma o autor romeno, «a história do imaginário é uma história estrutural porque «mesmo as mais sofisticadas construções do espírito podem ser simplificadas, decompostas ou reduzidas ao arquétipo». Simultaneamente, esta é uma história dinâmica porque os arquétipos são estruturas abertas, que evoluem e se combinam entre si⁵⁸⁰.

Uma leitura da história ideológica da França, recorrendo ao que Gilbert Durand denominou «constelações mitológicas», foi efectuada por Raoul Girardet. O mito condensa, segundo Girardet, uma visão global e estruturada do presente e do futuro colectivo, submetendo o caos dos acontecimentos a uma ordem imanente. Para além deste carácter ordenador, o mito tem igualmente um carácter mobilizador: «à função de reestruturação mental do imaginário político corresponde uma outra, de reestruturação social», que promove a coesão e a identidade do grupo. Girardet aponta a existência de três grandes mitos políticos. O primeiro corresponde à denúncia da *conspiração maléfica* tendente a submeter os povos ao domínio de forças obscuras e perversas. O segundo diz respeito as imagens de uma *Idade do*

⁵⁷⁸ Evelyne Patlagean [1998 (1978)], «A história do imaginário», in Jacques Le Goff (org.), *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes; Georges Duby (1982), *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa; Jacques Le Goff (1994), *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa.

⁵⁷⁹ Jacques Le Goff (1994), *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, pp. 11-18.

⁵⁸⁰ Lucian Boia (1998), *Pour une Histoire de l'Imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, pp. 17-18. Boia menciona a existência de oito estruturas arquetípicas: 1. consciência de uma realidade transcendente, 2. morte e além, 3. alteridade, 4. unidade, 5. actualização das origens, 6. desvendamento do futuro, 7. evasão e 8. luta (e complementaridade) dos contrários (pp. 30-37).

Ouro onde se encontraria a felicidade ou uma revolução redentora que asseguraria para sempre o reino da justiça. O terceiro estipula o apelo ao *chefe salvador*, restaurador da ordem e conquistador de uma nova grandeza colectiva⁵⁸¹.

O carácter estrutural destas tipologias pode não só cair num essencialismo inapto para compreender a diferença mas está igualmente pouco munido para perceber os fenómenos de mudança. Para superar esta dificuldade, Baczko fala de um «tempo quente» na produção de imaginários, que remete para a dinâmica transformadora existente em momentos históricos precisos. De facto, o processo de individualização e de construção do sujeito não se faz no abstracto mas a partir de um campo de determinações historicamente situado, do qual fazem parte valores, modelos retóricos, comportamentos e convicções. Baczko menciona a existência de «identidades de imaginação», capazes de agregar esses dispositivos e de canalizar acções colectivas⁵⁸².

Assim sendo, as significações imaginárias materializam-se ao nível da produção simbólica, composta por imagens, mitos, sonhos, bandeiras, slogans, crenças, mas também ao nível da convivência e da acção quotidiana. Acção e reflexão, activismo e contemplação, ser e consciência interagem num fluxo constante sem que se possa estipular a antecedência de um vector sobre o outro. A adesão a um ideário radical – no caso, ao maoísmo –, os modelos de militância adoptados ou os comportamentos em contexto de tortura e prisão, por exemplo, não são independentes de motivos sociais, económicos e políticos, mas são produto também das dinâmicas interaccionais que se estabelecem no interior dos grupos, das convicções partilhadas dos sujeitos e das circunstâncias e percursos singulares de cada indivíduo.

Deste modo, mais do que agregar representações e práticas em redor de «constelações mitológicas», os capítulos seguintes procuram compreender como determinadas energias políticas foram dinamizadas por imaginários comuns, ao mesmo tempo que estes se produziram e reproduziram em contextos específicos. Ao invés de se procurar encaixar os fenómenos em quadros tipológicos fixos, opta-se por fazer com que o olhar acompanhe os movimento e os trajectos, desenhando linhas de semelhança e sentido sem ceder à tentação de suprimir a individualidade.

⁵⁸¹ Raoul Girardet (1986), *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 11 e 180-181. Para uma aplicação particularmente sugestiva da tipologia de Girardet ao caso português e ao 25 de Abril, cf. Maria Manuela Cruzeiro (1994), «O imaginário político do 25 de Abril», *Revista de História das Ideias*, n.º 16, pp. 433-477.

⁵⁸² Bronislaw Baczko (1984), *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot, p. 16-39.

CAPÍTULO 11

O Império do Meio e outras visões

Os livros que aqui junto têm, pelo menos, uma coisa: são suficientemente poderosos para fazer mover milhões de homens e esta quantidade, quando se conta à escala das centenas de milhões, deixa de ser uma questão de mais ou menos algarismos, para ser a pré-história do futuro.

Humberto Belo⁵⁸³

O radicalismo dos anos sessenta e setenta caracterizou-se pela adopção de um imaginário de rebeldia baseado em novas coordenadas éticas, estéticas e políticas. Figuras provenientes da América Latina ou da Ásia Oriental, como Fidel Castro, Che Guevara, Ho-Chi-Minh ou Mao Tsé-Tung, irromperam velozmente no heteróclito espaço radical. Assumindo uma pose de afrontamento aberto com os Estados Unidos da América, todos eles encarnavam – no dizer de Robert Frank – um «voluntarismo fundamentalmente anti-realista» que, nos casos de Mao e Guevara, se estendia à própria contestação ideológica, política e cultural da norma soviética⁵⁸⁴. As lutas anticoloniais – com a do Vietname à cabeça – e a imagem vibrante dos processos revolucionários ocorridos em países como Cuba e China iam sendo acolhidos com profunda simpatia. Como acentua Arif Dirlik, um aspecto crucial do radicalismo da época foi precisamente a emergência do Terceiro Mundo como desafio ao Primeiro Mundo e alternativa ao Segundo Mundo, composto pelo comunismo soviético e

⁵⁸³ Carta de Humberto Belo a Adérito Sedas Nunes, interceptada pela PIDE, a acompanhar o envio de livros de Mao. ANTT-PIDE/DGS 1029 CI(2), NT 7065, fl. 132.

⁵⁸⁴ Robert Frank (2000), «Imaginaire politique et figures symboliques internationales: Castro, Hô, Mao et le Che», in Geneviève Dreyfus-Armand *et alli* (dir.), *Les Années 68. Le Temps de la Contestation*. Paris: Complexe, p. 36.

européu de Leste⁵⁸⁵. As iniciativas diplomáticas e os dispositivos políticos e ideológicos accionados pela China durante a década de 1960 foram um exemplo particularmente notório dessa dupla recusa. Se a «teoria dos três mundos» apenas seria oficialmente apresentada por Deng Xiaoping em Junho de 1974 – tese que viria a estar na base da ruptura entre chineses e albaneses, em 1976 – o apelo «terceiro-mundista» revelara-se desde cedo junto das hostes maoístas, sobretudo através da visão heróica da acção anticolonial dos povos africanos e asiáticos.

11.1 A China: viagens e relações políticas

Ainda antes do aparecimento do complexo m-l, os ecos da especificidade chinesa foram chegando ao PCP, apesar de José Pacheco Pereira frisar o escasso conhecimento no interior do partido da experiência levada a cabo no país. Apenas em 1958 uma delegação do PCP se deslocou à China – composta, entre outros, por Jaime Serra e Alexandre Castanheira – tendo-se deparado com desconfianças relativamente a Krutchev. Por outro lado, e se existiam algumas referências à China em artigos do *Avante!*, bem como textos traduzidos de Mao que se encontravam disponíveis a funcionários, a verdade é que era incomparavelmente superior a propaganda pró-soviética no partido. O próprio comunismo chinês era visto como «uma variante do soviético, mais atrasado e mais “camponês”, exótico e longínquo»⁵⁸⁶.

O incremento do conflito sino-soviético levaria a China a procurar amplificar o eco da sua mensagem ideológica. Assim, a 15 de Abril de 1960, a Rádio Pequim inaugura as suas emissões em português com a leitura de *Viva o Leninismo!*. O núcleo inicial de redactores contava essencialmente com chineses e brasileiros, passando a rádio a emitir para Portugal e zonas africanas de língua portuguesa a partir de Setembro de 1960⁵⁸⁷. Durante a primeira metade da década de 1960, a rádio – e a secção das edições em língua estrangeira – aumentou o número de tradutores para português. Entre eles contava-se Rita Abreu, que foi para a China em 1965 com o seu companheiro da altura, o militante do PAIGC, Onésimo da

⁵⁸⁵ Arif Dirlik (1998), «The Third World», in Carole Fink, Philipp Gassert e Detlef Junker (ed.), 1968. *The World Transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 295.

⁵⁸⁶ José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 122-125.

⁵⁸⁷ «Sobre dept.», sítio da Rádio Internacional da China <http://portuguese.cri.cn/623/2009/04/16/1s10_6060.htm> Acedido a 14/08/2009.

Silveira, e com o nacionalista angolano Sócrates Dáskalos⁵⁸⁸. Segundo Pacheco Pereira, depois de 1958 não houve mais viagens oficiais de membros do PCP à China, iniciando-se então um ciclo de relações do PCC com os movimentos de libertação, na altura em processo de autonomização do PCP⁵⁸⁹.

Efectivamente, foi um angolano, Viriato da Cruz, quem manteve contactos com a China desde muito cedo. Tendo criado em meados dos anos cinquenta um efémero Partido Comunista de Angola (PCA), autónomo relativamente ao partido da metrópole, Viriato procurou sem sucesso, em 1957, efectuar contactos com o PCP. Teve, no entanto, encontros com elementos africanos a residir em Portugal, como Lúcio Lara e Amílcar Cabral, realizando depois disso um périplo pela Europa. Em 1958, após participar com Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos no Congresso da Organização dos Escritores Afro-Asiáticos, em Tashkent, na União Soviética, foi convidado pela delegação chinesa a visitar a China⁵⁹⁰.

No entanto, é na viagem seguinte, realizada em Agosto de 1960, que Viriato da Cruz, então já na posição de líder da direcção provisória do MPLA, é recebido como chefe político. Durante a estada, Viriato logrou alcançar apoios materiais concretos para a luta independentista e aprofundou as suas simpatias pelas posições chinesas, tendo participado, no âmbito da recém-criada FRAIN (Frente Revolucionária dos Movimentos das Colónias Portuguesas), na Jornada de Solidariedade com as Nações Africanas sob o Jugo do Colonialismo. A China terá acedido a receber esta delegação africana a partir do momento em que o MPLA e a FRAIN renunciassessem à ideia de prolongar a luta anticolonial à Ásia, isto é, a Timor e a Macau, onde a China não estaria interessada em colocar a causa a presença portuguesa. Mário Pinto de Andrade sublinhou a importância desta viagem ao afirmar que receberam ajuda militar e cursos sobre a guerra de guerrilha⁵⁹¹.

⁵⁸⁸ José Pedro Castanheira (2007), «Uma Portuguesa na Revolução Cultural», *Expresso*, n.º 1821, 22/09/2007.

⁵⁸⁹ José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 126-127.

⁵⁹⁰ Edmundo Rocha (2008), «Viriato da Cruz: itinerário político», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz. O Homem e o Mito*. Lisboa: Prefácio; Luanda: Chá de Caxinde, pp. 109-184.

⁵⁹¹ Moisés Fernandes (2008), «O Percurso Chinês de Viriato», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz. O Homem e o Mito*. Lisboa: Prefácio; Luanda: Chá de Caxinde, pp. 265-266. A FRAIN foi fundada em Janeiro de 1960 para substituir o MAC (Movimento Anti-Colonialista). Deslocaram-se à China, Viriato da Cruz e Eduardo Macedo dos Santos, em representação do MPLA, bem como Amílcar Cabral, Elysée Turpin, Luciano N'Dau e Douara Bangala.

Após a luta interna que opôs Agostinho Neto e Viriato da Cruz no interior do MPLA, este último viria a unir-se à FNLA de Holden Roberto, na esperança de lhe dar uma formatação marxista-leninista. A partir desta altura acentua-se a dependência de Viriato da Cruz relativamente a Pequim, com a participação em inúmeras reuniões nas quais defendeu o lado chinês no conflito, instalando-se em 1966 em Pequim, onde viria a falecer a 13 de Junho de 1973, após ter caído em desgraça no final dos anos sessenta. Nos primeiros anos da década, Viriato da Cruz chegara a colaborar com o Grupo Revolucionário Português de Libertação, em Argel, escrevendo para *Revolução Portuguesa* um artigo sobre a Coreia do Norte, país que tinha acabado no decurso de uma recente viagem à China⁵⁹².

A partir da sua criação, em 1964, o CMLP estabeleceria relações diplomáticas com o país oriental – e também com a Albânia, único território cujo partido comunista no poder apoiou o lado chinês no cisma. Nesse ano, Martins Rodrigues teve um encontro na Embaixada da China em Berna, na Suíça, junto com outros representantes de grupos m-l europeus. Na sequência da visita, Francisco Martins Rodrigues deslocou-se à China e à Albânia no decorrer do Verão. Na sua percepção, existiam diferenças entre ambos os países:

Isso na altura era um bocado desconfortável para mim, porque eu estava na fase de querer ver tudo aquilo enquadrado... A Albânia tinha um discurso bom, anti-soviético, mas era um país atrasado e cheio de dificuldades. (...) Os chineses tinham uma experiência política e ideológica incomparavelmente maior. Na China encontrei uma profundidade que me agradava muito mais. O quotidiano dos chineses também me pareceu mais autêntico do que o dos albaneses. Levavam-me ao cinema, aos mercados, falávamos com as pessoas... Na Albânia era tudo controlado ao pormenor. Era sinal de que eles não se sentiriam muito à vontade. Sentia-se que, para além daquilo que nos diziam, havia um dia-a-dia que nos escapava. Na China não me apercebi disso. Na verdade, não conheci muito, estive lá menos de dois meses... E também fiz muitas visitas para encher o olho (visitas a fábricas, grandes banquetes com aparatshiks, etc.).⁵⁹³

⁵⁹² Patrícia McGowan Pinheiro (2008), «O Viriato que eu conheci», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz, o homem e o mito*. Luanda: Caxinde / Lisboa: Presença, p. 214.

⁵⁹³ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

No ano seguinte, é a vez de uma delegação da FAP composta por Custódio Lourenço, Branquinho Pequeno, Jaime Monginho e José Capilé permanecer cerca de um mês na China. Diz este último:

Os chineses, quando as perguntas eram mais incómodas, iam perguntar aos mais responsáveis. Fizemos uma pergunta: «A China é a favor da independência dos povos... e Macau?». O tipo mastigou, não respondeu concretamente, mas passado uns dias veio com a resposta. Veio ele e outro, que mais tarde na Revolução Cultural estava no Comité Central. Não me lembro do nome dele, que eles têm aqueles nomes complicados... Depois esse tipo passou a andar connosco. (...) Fizemos visitas a fábricas, a hospitais, etc. Estivemos em Xangai, em Pequim. Visitámos museus, tivemos discussões sobre Estaline...⁵⁹⁴

Em 1965 deslocam-se à Albânia, Jacinto Rodrigues, Mário Silva, Humberto Belo, José Aurélio Martins de Abreu e Rui d’Espiney. O *Revolução Popular* informa que foram à Albânia duas delegações nesse Verão, adiantando que houve encontros com membros do Partido do Trabalho e se fizeram várias visitas a complexos industriais e agrícolas do Estado⁵⁹⁵. No Verão de 1966, é a vez de José Capilé e outro militante se deslocarem ao país⁵⁹⁶. No ano de 1965 foram ainda a Tóquio participar num encontro pela paz uma delegação da FAP composta por Jacinto Rodrigues e Humberto Belo⁵⁹⁷. Aqui integraram a XI Conferência Mundial contra as Bombas Atómica e de Hidrogénio onde foi efectuada uma «intervenção condenando o imperialismo americano, agressor do povo vietnamiano e inimigo n.º 1 dos povos de todo o mundo»⁵⁹⁸.

O CMLP beneficiou desde cedo do apoio logístico e financeiro da China e da Albânia. O seu sucessor mais directo – o PCP (m-l) – era o grupo que mais artigos publicava com as posições chinesas sobre a política internacional. O jornal *O Salto* tinha uma página dedicada ao assunto na qual aparecia marcada a orientação ideológica relativamente ao movimento comunista internacional: para além da condenação da invasão de Praga e do imperialismo soviético, era clara a defesa da China e da Albânia, bem como o apoio à luta dos povos do Vietname, Laos e

⁵⁹⁴ José Capilé. Entrevista, 08/10/2008.

⁵⁹⁵ S.t., *Revolução Popular*, n.º 5, Julho de 1965.

⁵⁹⁶ ANTT-PIDE/DGS, 6172 CI(2), NT 7426.

⁵⁹⁷ José Capilé. Entrevista, 08/10/2008; Jacinto Rodrigues. Entrevista, 24/10/2007; Rui d’Espiney, Entrevista, 01/07/2008.

⁵⁹⁸ «Delegação da FAP em Tóquio», *Acção Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

Cambodja. Já após o 25 de Abril, e não obstante o esforço do MRPP, foi ao PCP (m-l) que a China deu o seu reconhecimento. Uma delegação da qual faziam parte Heduíno Gomes e Carlos Guinote permaneceu no país entre 31 de Março e 15 de Maio de 1975, sendo recebida por importantes membros do partido⁵⁹⁹.

11.2 Imaginar o mundo novo: a China (e a Albânia)

O assombro pelo Oriente constitui uma marca acentuada a partir do século XVIII, o que Edward Said realçou criticamente como sendo uma poderosa criação ideológica europeia, tendente a considerar aquele como um território geográfico e cultural eterno, uniforme e incapaz de se definir a si próprio⁶⁰⁰. Lucian Boia deu conta desse misto de atracção e estranhamento exercido pelo Oriente ao falar da China como uma «contra-Europa» no imaginário ocidental moderno. O historiador romeno recenseou várias etapas por meio das quais se desenhou esta imagem. Momentos inaugurais terão sido as viagens empreendidas pelos europeus no século XIII e o livro de Marco Polo, numa altura em que o Ocidente se preparava para a façanha colonizadora. A instalação dos jesuítas na China, nos séculos XVII e XVIII, e a visão favorável da civilização e do sistema político chinês, foi outro momento importante na definição da China enquanto território-outro. Se durante os séculos XIX e início do século XX se afirmou uma imagem da sociedade chinesa como «imbecil e bárbara» – assim a classificou Tocqueville – e na crença de um «perigo amarelo» que se poderia configurar rapidamente, através da conquista, como eixo dominador do mundo, a partir da década de 1960, e sobretudo após a Revolução Cultural, a China transformou-se para alguns sectores como via fundamental de acesso a uma nova humanidade⁶⁰¹.

Na década de 1960, se a Índia foi o território sobre o qual se produziu um maior trabalho de imaginação junto de sectores mais afectos a uma ética e estética *hippy*⁶⁰², a China constituiu-se, efectivamente, como uma referência importante para as áreas radicais mais politizadas. O Império do Meio – que os antigos chineses acreditavam situar-se entre o território dos deuses e o dos outros povos – era elogiado em fontes de propaganda, como o boletim oficial *Pequim Informação*, mas também em leituras feitas por intelectuais que lá se deslocaram, como é o caso de

⁵⁹⁹ Moisés Silva Fernandes (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas. 1945-2005*. Lisboa: Instituto Diplomático, MNE, pp. 385-386.

⁶⁰⁰ Edward Said (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.

⁶⁰¹ Lucian Boia (1998), *Pour une Histoire de l'Imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, pp. 115-116.

⁶⁰² Julie Stephens (1998), *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Post-Modernism*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 48-72.

Simone de Beauvoir, Maria Antonietta Macchiocchi e Charles Bettelheim. De significativa difusão, esses livros ajudaram a transplantar a ideia de uma revolução em constante processo de actualização, presidida pelo rosto demiúrgico do Presidente Mao.

A China de Mao era vista como um espaço ideal onde se constrói em directo a sociedade comunista, e a revolução cultural percebida como um antídoto contra as glaciações de tipo soviético. Modelo de democracia plena, imune às intrigas palacianas, a China parecia encarnar a possibilidade efectiva do igualitarismo. Esta característica era bem visível na crítica à especialização, simbolizada na figura do «médico de pé descalço». A colocação dos intelectuais e dos quadros técnicos a trabalhar como camponeses e operários, e a chamada destes a funções de gestão e ensino, eram lidas como um sinal de aberta disposição social para um fecundo enlace entre teoria e prática. Tal como pretendia rasurar a distância entre campo e cidade, o maoísmo propunha assim eliminar a fronteira entre trabalho manual e trabalho intelectual, buscando a valorização do saber popular e advogando a partilha do conhecimento técnico e científico com as camadas populares⁶⁰³.

Esta transformação «cultural» fez-se muitas vezes com recurso a práticas de destruição de símbolos associados à China ancestral. Para Simon Leys – pseudónimo do sinólogo belga Pierre Ryckmans –, este processo deve ser lido à luz da estranha mistura entre «presença espiritual» e «ausência física» do passado, que já havia impressionado os visitantes ocidentais no séc. XIX, e que constitui, para Leys, uma marca persistente na cultura chinesa. Nesta medida, a destruição de símbolos tradicionais e de obras de arte efectuada durante a Revolução Cultural não deve ser interpretada como uma «espécie de aberração acidental» mas como a «manifestação mais recente de um fenómeno muito antigo de iconoclastia maciça, recorrente ao longo dos séculos»⁶⁰⁴.

A valorização da China passava pela ideia de que o processo de construção do socialismo neste país era tributário não apenas da crítica ao modo de produção capitalista mas à própria «civilização burguesa». Esta ideia – evidente, por exemplo, em António José Saraiva⁶⁰⁵ – aparecia, de maneira mais mitigada, mas nem por isso

⁶⁰³ Uma colectânea de textos versando a problemática do ensino, publicados na revista *Chine en Construction*, foi editada em Portugal em 1973. Aqui se relatam alguns casos exemplares de camponeses e operários enviados para ensinar em escolas. S.a. (1973), *China. Revolução no Ensino*. Selecção e tradução de M. Fátima Monteiro. Coimbra: Centelha.

⁶⁰⁴ Simon Leys (2005), *Ensaio sobre a China*. Lisboa: Cotovia, pp. 11-33.

⁶⁰⁵ Cf. «A resistência do Vietnam à América é, em grande parte, um problema cultural – afirma António José Saraiva», *Comércio do Funchal*, n.º 2036, 19/10/1969.

ausente, em textos de circulação legal em Portugal, como é o caso de *A China vence o passado*, de José de Freitas. Este último livro fora editado em 1964, com uma 2.^a edição poucos meses depois, e fazia eco da viagem de um mês que o jornalista realizou pelas províncias chinesas. O autor não camufla a simpatia que sente pelo povo chinês, simpatia essa que não era ocasional ou recente, já que em 1941 havia publicado na Biblioteca Cosmos, de Bento de Jesus Caraça, o livro *A China Antiga e Moderna*. Jornalista do *Diário Popular*, José de Freitas escreve um prefácio no qual – procurando minimizar a hipótese de uma eventual retirada do livro do mercado – considera que a China tem sido espoliada por diferentes potências europeias ao longo das décadas, «com excepção portuguesa, que não roubou nem conquistou com o espectro da morte na ponta das baionetas»⁶⁰⁶.

José de Freitas descreve o povo chinês como «trabalhador, frugal, hospitaleiro, leal, dedicado, cortês», visceralmente antimilitarista e preocupado com a especulação intelectual. Estas características, tendencialmente imutáveis, cruzar-se-iam com a capacidade de lutar contra a subjugação estrangeira, vencendo assim um «passado de intranquilidades, de fomes, de misérias». A China que «será sempre China até à consumação dos séculos» era igualmente um lugar de ultrapassagem de um passado de privações, razão pela qual a larga maioria da população estava grata, e tinha «razões para isso, aos seus actuais dirigentes». Não alterando a milenar maneira de ser dos chineses, a revolução havia feito a China «erguer-se do zero em que outros a deixaram». Nesta medida, mais do que um revolucionário dotado de uma ideologia progressista, Mao era apresentado um notável intérprete da nação e um filósofo e poeta com justo lugar na linhagem dos grandes sábios orientais⁶⁰⁷.

O delicado e saboroso poeta da China de hoje [Mao] e seus correligionários ligaram a ciência revolucionária à cultura e à civilização chinesas, a elas se subordinando de forma a que os valores morais, o culto da família, o respeito pelos velhos, as religiões indígenas, as antigas tradições se mantêm, quer protegidas e defendidas, quer simplesmente toleradas.⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ José de Freitas (1964), *A China Vence o Passado*. Lisboa: Edições Cosmos, p. 12.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, pp. 37, 53-54, 67.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 72.

O autor não deixa de referir o «culto da personalidade de Mao» e a percepção de que a educação no país é feita em «sentido único». No entanto, considera que a sua função não é condenar ou aplaudir estes dados. São frequentes as considerações sobre a *diferença* chinesa, exortando o ocidental leitor a tentar afinar a sua compreensão antropológica. A monotonia das vestimentas azuis, por exemplo, deve ser entendida como uma acção integrada no âmbito do primeiro plano quinquenal e que possibilitou a substituição dos trajos andrajosos de milhões de camponeses. Sem o sentido da elegância das ocidentais, José de Freitas descobre ainda assim a beleza das chinesas em gestos e olhares que com ele se vão cruzando durante a estadia.

A importância deste livro para alguns jovens que despontam para o maoísmo é sublinhada por Guerreiro Jorge:

Lembro-me de um livro chamado *A China vence o Passado*, de um jornalista do *Diário Popular*, que se chamava José de Freitas. Sendo uma pessoa que julgo que não era marxista – o livro foi editado em Portugal e nunca foi proibido – falava de forma muito elogiosa da China e dos seus dirigentes. Esse livro, aparentemente não marcado politicamente, foi um passaporte interessante para a nossa chegada ao maoísmo.⁶⁰⁹

Os próprios títulos dos jornais das organizações faziam a evocação da China maoísta, como é o caso de *Servir o Povo* (UEC m-l e CRECs), *Guarda Vermelha* (FEML), *Longa Marcha* (CARP m-l), *Jovem Guarda* (MJC) ou *Ousar Lutar, Ousar Vencer* (tendência associativa na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Uma estrutura cultural ligada ao MRPP teve a partir de Dezembro de 1973 um órgão chamado *Yenan*, cidade chinesa onde culminou a Longa Marcha, e que seria o centro da insurreição comunista entre 1935 e 1948. A presença da China – e da luta asiática, em geral – fazia-se notar inclusive na propaganda anticolonial ou nos incentivos à revolução proletária, onde acontecia aparecerem figuras com o fardamento típico dos guardas vermelhos e os olhos mais amendoados do que os de um ocidental.

⁶⁰⁹ Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.



- Cartaz dos II Jogos Florais, organizados por *O Salto* e MTPE, e programados para 1974
- *O Bolchevista*, número 17 (Setembro / Outubro de 1973)



- Imagem inserida em *Resistência*, n.º 5 (Janeiro de 1974), convocando para as manifestações anticoloniais agendadas para 21 de Fevereiro de 1974

A linhagem m-l mais «tradicional» tendia a ver a revolução chinesa como uma «continuação da grande Revolução de Outubro», fazendo questão de entender esta

última como «a via comum de todas as revoluções populares»⁶¹⁰. Apesar das inúmeras referências à China e ao Partido Comunista, esta linhagem – bastante evidente no CMLP inicial – não referia essa procedência ideológica na sua autodesignação, o que remetia precisamente para o entendimento das coordenadas maoístas como inscritas no veio histórico da combatividade e do classismo comunista. Teria sido a partir do XX Congresso do PCUS, em 1956, com os seus diferentes reflexos nos vários partidos comunistas alinhados com Moscovo, que uma linha conciliatória se havia instalado, pelo que a referência à China sinalizava uma continuidade de fundo com a matriz insurreccional leninista.

Uma outra via, um pouco mais tardia e anarquizante, veio afirmar resolutamente a especificidade do fenómeno chinês. A Grande Revolução Cultural Proletária – marcada pela intenção de revolucionar as estruturas dirigentes e pelo impacto da acção decidida dos jovens Guardas Vermelhos – estabelecia a imagem da nova China. Em 1967 haviam já começado a aparecer na imprensa do CMLP referências ao «pensamento Mao Tsé-Tung» e análises que tomavam a experiência histórica de construção do Partido Comunista Chinês como modelo a aplicar à realidade portuguesa⁶¹¹. Um relatório de Setembro de 1968 estipulava a necessidade de se «assimilar e compreender profundamente a grandeza e a extensão» da revolução cultural chinesa⁶¹². Um documento apresentado na 2.^a Conferência do CMLP, em Novembro de 1968, era bem claro nesse aspecto.

Ao dizermos que a pedra de toque que distingue os comunistas dos não comunistas é a sua posição perante a Revolução Cultural, não queremos dizer que se trata de uma posição de mero «apoio» verbal à Revolução Cultural: queremos sim dizer que o que distingue os comunistas dos não comunistas é serem ou não militantes pela Revolução Cultural. (...) Por isso o nosso Partido reconstruído necessita de ter uma direcção que vise atingir a etapa da Revolução Cultural, uma direcção estratégica da época da Revolução Cultural.⁶¹³

⁶¹⁰ «A Revolução Chinesa e a teoria de Mao Tsetung sobre a Guerra Popular», *Servir o Povo*, n.º 1, Outubro de 1969.

⁶¹¹ Cf. «A grande revolução cultural proletária», *O Proletário*, n.º 4/5, Novembro / Dezembro de 1967; «A construção do Partido Comunista Chinês», *O Novo Militante*, n.º 2, Setembro de 1967.

⁶¹² «Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Contra os Desvios de Direita no Comité Marxista-Leninista Português», Rita, Setembro / Outubro de 1968.

⁶¹³ «No caminho do Partido da época do Pensamento de Mao Tsé-Tung», *Documentos relativos à 2.^a conferência do Comité Marxista-Leninista Português*, Novembro de 1968, p. 33.

Com diferentes intensidades, os grupos maoístas teceram naturalmente elogios à China da Revolução Cultural, entendendo o processo como um «golpe mortal nos restos da sociedade burguesa que tentavam reagrupar-se sob a direcção dos revisionistas modernos», como se afirma em *O Bolchevista*⁶¹⁴. Ainda em 1969, *A Vanguarda*, numa linguagem muito típica da revolução cultural, declara «fogo contra a direcção traidora, revisionista, liquidadora do CMLP», considerando o pensamento de Mao como a «doutrina mais alta que o génio humano concebeu»⁶¹⁵. Na primeira metade da década de 1970, os grupos passam também a usar as expressões «maoísmo» ou «marxismo-leninismo-maoísmo».

O primeiro grupo no interior a utilizar a expressão foi o CML de P, que logo no n.º 1 de *O Bolchevista*, em Março de 1970, considera que «o objectivo dos revisionistas é a destruição dos maoístas»⁶¹⁶. No número seguinte do jornal, o «maoísmo» é classificado como o «marxismo-leninismo da época do imperialismo decadente» e em Novembro de 1971, após a criação do PCP (m-l), o CML de P exorta os «grupos marxistas-leninistas-maoístas» a assumirem uma posição comum relativamente a esse passo⁶¹⁷. Em Agosto de 1970, no manifesto adoptado a seguir ao «V Congresso», o PCP (m-l) indica como palavra de ordem «Viva o marxismo-leninismo-maoísmo!»⁶¹⁸. Também a URML e a OCMLP usam a dado momento, nos seus documentos, a expressão «maoísmo», «marxismo-leninismo-maoísmo» ou «pensamento Mao Tsé Tung»⁶¹⁹.

O MRPP, que viria a ser o grupo que maior recurso fez das expressões, define-se num primeiro momento como «organização marxista-leninista embrionária» e o primeiro número do *Luta Popular*, não obstante ostentar no cabeçalho um guarda

⁶¹⁴ «Pela República Popular, Pela Ditadura do Proletariado, Pela Vitória sobre o Fascismo e o Imperialismo. (Extraído do Projecto de Programa do Partido Comunista de Portugal). O Campo Socialista». *O Bolchevista*, n.º 5, Julho / Agosto de 1971.

⁶¹⁵ «Fogo contra a direcção traidora, revisionista, liquidadora do Comité Marxista-Leninista Português», *A Vanguarda*, Fevereiro de 1969.

⁶¹⁶ «Contra as tendências oportunistas», *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970.

⁶¹⁷ «Editorial», n.º 2, Outubro / Novembro de 1970; «Aos Comunistas Portugueses!», a direcção do Comité Marxista-Leninista de Portugal (*O Bolchevista*), Novembro de 1971. Em Janeiro de 1972, o Movimento das Juventudes Comunistas, ligado ao grupo, refere o «marxismo-leninismo-maoísmo» como a «ideologia do proletariado» (*Jovem Guarda*, n.º 1, Janeiro de 1972).

⁶¹⁸ «Viva o Partido Comunista!», PCP (m-l), 1970.

⁶¹⁹ Cf. «Para uma relação dialéctica entre a prática e a teoria», *Documento Comunista*, n.º 4, Janeiro de 1972; «Algumas questões prévias a uma prática revolucionária», *Documento Comunista*, n.º 5, Julho de 1972; «O Proletariado terá o seu partido revolucionário», *O Grito do Povo*, n.º 4, Maio de 1972; «Organizemos a vanguarda do Proletariado em Partido marxista-leninista», *O Grito do Povo*, n.º 7, Outubro / Novembro de 1972.

vermelho, refere apenas a «verdade universal do marxismo-leninismo»⁶²⁰. Será no *Guarda Vermelha* n.º 1, em Junho de 1971, que aparecerá com destaque de capa a expressão «marxismo-leninismo-maoísmo», e no n.º 5 do jornal *Luta Popular*, de Outubro de 1971, aparecem palavras de ordem retiradas da Revolução Cultural e a consideração do maoísmo como o «marxismo-leninismo da nossa época»⁶²¹. Se o uso da expressão em grupos como o CML de P servia para agrupar colectivos diferentes no mesmo território político, o MRPP usou o termo com o intuito de se diferenciar dos restantes grupos da extrema-esquerda m-l, apelidados a partir de 1972 de «neo-revisionistas». Em duas resoluções datadas do «Outono de 1972» – uma sobre Ribeiro dos Santos e outra sobre questões de moral – respectivamente se classifica Ribeiro dos Santos como o «primeiro marxista-leninista-maoísta português que deu a vida pela Revolução Proletária e pelo Comunismo» e pugna-se, no segundo caso, pela «aplicação prática do marxismo-leninismo-maoísmo» através de uma campanha visando estimular a crítica e a autocrítica dos militantes sobre assuntos comportamentais⁶²².

O MRPP foi igualmente pródigo na afirmação do carácter heróico das massas chinesas guiadas pela sábia iluminação de Mao Tsé Tung. Em finais de 1973 saúda-se «mais um ano de exemplo revolucionário legado aos países e nações oprimidas do mundo». Sublinha-se o «suor e sangue» do povo chinês e refere-se o «heroísmo do nosso camarada Ribeiro dos Santos que, como tantos filhos do povo, deu a vida pela Revolução»⁶²³. Foi nas estratégias de proletarização ensaiadas pela OCMLP e no activismo aguerrido do MRPP que de forma mais veemente se espelhou o imaginário da Revolução Cultural. A lógica de «construção do partido na luta», afirmada por ambos os grupos, também se baseia na ideia maoísta da política com as «massas em movimento» e ajuda a perceber, aliás, as tentativas (goradas) de contacto entre *O Grito do Povo* e o MRPP.

Por outro lado, a visão da Revolução Cultural como questionamento permanente das estruturas hierárquicas constituídas fez com que a sua imagem fosse muitas vezes lida como acoplada à abrangência e profundidade crítica que os processos de

⁶²⁰ «Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado», *Bandeira Vermelha*, n.º 1, Dezembro de 1970; «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária da Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias», *Luta Popular*, n.º 1, Fevereiro de 1971.

⁶²¹ *Guarda Vermelha*, n.º 1, Junho de 1971; *Luta Popular*, n.º 5, Outubro de 1971.

⁶²² *Todos os Quadros são Servidores do Povo*, Outono de 1972, Comité Lenine do MRPP; *Pensar, Agir e Viver como Revolucionários*, Outono de 1972, Comité Lenine do MRPP.

⁶²³ «Ao Presidente Mao Tsé-Tung. Ao Comité Central do Partido Comunista da China», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

contestação estudantil, com o Maio de 68 à cabeça, promoviam. Diz Pedro Bacelar de Vasconcelos:

A «Revolução Cultural» chinesa era por nós interpretada à luz da irreverência estudantil do Maio de 68, em Paris, e tudo visto à distância deste país arcaico, subserviente, envolvido numa guerra injusta e absurda, onde a liberdade e a democracia nem sequer como memória sobreviviam. A audácia dos jovens guardas vermelhos e dos estudantes de Nanterre apareciam aos nossos olhos como a demonstração de que não era fatal que as revoluções comessem os seus melhores filhos nem que os povos acabassem sempre traídos por aqueles em quem confiaram.⁶²⁴

A imagem de uma China frugal e espartana ultrapassou mesmo as fronteiras mais cerradas dos acólitos do maoísmo. Falando de um documentário de Antonioni sobre o país, o jornal *Fronteira*, da LUAR, refere o povo chinês como «digno e modesto», considerando que a maior conquista da China não foi apenas a libertação da «fome e da miséria» mas a descoberta de uma via alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental, que passava por uma «harmonia entre o homem e a natureza»⁶²⁵. Como se afirmava ainda mais entusiasticamente em *O Grito do Povo*, «em países que estão a caminhar a passos largos para a industrialização, como a China e a Albânia, a poluição é totalmente eliminada por uma organização da indústria orientada conforme os interesses dos trabalhadores e pela experimentação científica dirigida pela classe operária»⁶²⁶.

Num texto publicado em *O Salto*, a Albânia era retratada como tendo um «sistema de assistência social que protege o homem desde o nascimento até ao fim da sua vida». O ensino e a saúde são gratuitos, sublinhando-se que o país tem dos mais baixos índices de mortalidade infantil e um número elevado de jovens. Além disso, os trabalhadores podiam usufruir de casas de repouso e de direito a curas em termas, bem como de pensões de invalidez e velhice que asseguravam uma velhice em condições de descanso⁶²⁷. No *Revolução Popular* de Julho de 1965 fala-se de duas visitas à Albânia em tempos diferentes. Rui d'Espiney estivera numa delas e refere «duas impressões contraditórias»:

⁶²⁴ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

⁶²⁵ «Um filme importante. A China», *Fronteira*, n.º 4, Outubro de 1973.

⁶²⁶ «Barreiro: exploram e intoxicam-nos!», *O Grito do Povo*, n.º 6, Agosto / Setembro de 1972.

⁶²⁷ «Alguns aspectos da vida do povo albanês», *O Salto*, n.º 12, Setembro de 1972.

A primeira impressão foi de uma grande adesão das pessoas ao partido. Era um país da ordem: lembro-me de uma celebração, com toda a gente alinhada e quando se aproximavam do Enver Hodja, desmanchava-se a fila e todos tentavam chegar o mais perto possível. Isso sugeria alguma ligação afectiva. Mas por outro lado, aquilo era soturno, extraordinariamente cinzento, havia pouca alegria. Eles estavam a atravessar uma situação difícil. Havia uma série de fábricas que estavam a ser montadas pelos soviéticos e quando há o conflito suspendem tudo. Vi lá fábricas completamente paradas. Repare-se que quando foi a revolução, nos anos 40, a única fábrica que havia na Albânia era uma fábrica de lápis. Era um país agrícola. E naquele momento não, já havia fábricas... Mas percebia-se que era um regime da força. Eu tinha 22 anos...⁶²⁸

Jacinto Rodrigues visitara a Albânia com Humberto Belo e recorda-se de um ambiente «congelado», onde um certo burocratismo se conjugava com a pobreza e o isolamento cultural. A estudar em França, Jacinto Rodrigues – que militara na FAP e no CMLP e, a partir de 1967/68, na LUAR – tinha uma imagem diferente da China. A União Soviética parecia-lhe seguir um modelo tecnológico, urbanístico e cultural que correspondia à «concretização civilizacional do capitalismo»; as notícias que chegavam da China, pelo contrário, sugeriam a implementação de um modelo diferente:

Depois começaram aquelas histórias que me tocaram muito. Os camponeses miseráveis e que agora tinham uma vida boa, as mulheres que tinham os pés enrolados e que estavam a ser libertadas, o modelo que não era o dos grandes prédios para concorrer com os EUA, a participação das pessoas... Eu também me lembro de revistas – isso depois desapareceu – onde aparecia, por exemplo, um tractor que andava com gás de biometano, coisas que se faziam com energias renováveis, retretes dos camponeses a aproveitar para os campos... O conceito de «salto em frente» lançado por Mao Tse Tung em que se defendia a apropriação das tecnologias, parecia-nos inteiramente uma revolução civilizacional e ecológica.⁶²⁹

⁶²⁸ Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

⁶²⁹ Jacinto Rodrigues. Entrevista, 24/10/2007.

Assim, a atracção pelo maoísmo baseou-se não apenas na atracção por um outro modelo organizacional mas sobretudo na convicção de que ali estava uma resposta clara às deformações do modelo soviético. Desde o conflito sino-soviético que a China produziu um modelo revolucionário alternativo que viria a ganhar um adicional salto qualitativo com o discurso justificativo elaborado durante a Revolução Cultural. Filtrada pelos meios de propaganda, como o *Pequim Informação* ou a Rádio Pequim, ou chegando através do eco de viajantes ocidentais mais ou menos reverentes perante a experiência chinesa, esta aparecia como uma nova possibilidade de relação, por um lado, entre o homem e a natureza e, por outro, um maneira de manter e aprofundar a radicalidade da experiência socialista através do combate ao imobilismo, à hierarquia e aos poderes estabelecidos.

11.3 Outras geografias

Comparada com a China, a URSS aparecia como um país que sofrera um acentuado processo de degeneração após a morte de Estaline e a crítica ao «culto da personalidade», aos crimes do georgiano e à afirmação da doutrina da «coexistência pacífica» no âmbito do XX Congresso do PCUS. A acusação de «revisionismo» – recuperando um termo que Lenine havia aplicado a Bernstein e à social-democracia do seu tempo – servia agora para catalogar aqueles que, segundo os chineses, traíam a dimensão de classe da teoria marxista-leninista. O epíteto, destinado em primeiro lugar ao PCUS, estendia-se a todos os partidos comunistas alinhados com Moscovo e contrários à linha pugnada pela China e pela Albânia.

O termo «capitalismo de Estado», usado para caracterizar a União Soviética a partir de 1956, começa também a aparecer com destaque em alguma produção maoísta a partir do início da década de 1970⁶³⁰. A expressão surge em artigos de diferente imprensa militante⁶³¹ mas é o PCP (m-l) quem mais o divulga.

⁶³⁰ O debate sobre a natureza do socialismo animou alguns importantes confrontos intelectuais à época, do qual o mais importante é sem dúvida aquele que opôs o americano Paul Sweezy, editor da revista marxista *Monthly Review*, e Charles Bettheleim, economista francês dedicado ao estudo da URSS e da China. No país, a controvérsia entre ambos foi publicada na revista *O Tempo e o Modo* (n.º 81 de Julho / Agosto de 1970 e n.º 82 de Setembro de 1970) e, em 1971, pela editora Portucalense. Paul Sweezy e Charles Bettheleim (1971), *Sociedade de Transição: luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Editora Portucalense. Enquanto para Sweezy a URSS constituía uma «sociedade pós-revolucionária» na qual a burocracia seria a classe dominante, para Bettheleim o país mostrava-se uma formação social capitalista de tipo particular, processo que remontaria à década de 1920, com a hegemonia das elites operárias e tecnocráticas soviéticas.

⁶³¹ Cf., por exemplo, «A R. P. da China na ONU: vitória dos povos», *O Comunista*, n.º 11, Novembro de 1971; «Staline: um amigo dos povos do mundo», *O Bolchevista*, n.º 14, Março / Abril de 1973; «Ao

Praticamente todos os números de *Estrela Vermelha* têm análises da situação internacional nas quais se faz eco das posições chinesas e se critica o «social-imperialismo» russo. Na sua opinião, a URSS seguia uma política interna e externa neocolonialista, de que o exemplo maior era a agressão armada contra a Checoslováquia. Hoje – afirmava-se em 1971 – «o inimigo número um dos povos de todo o mundo já não é só o imperialismo norte-americano, mas também o social-imperialismo soviético»⁶³².

O «plano de bem-estar» de Brejnev, apostado em elevar a produção de artigos de consumo e as condições de vida e trabalho do povo soviético, era desmascarado em *O Tempo e o Modo* como uma mistificação não apoiada pelos factos e escamoteadora da natureza expansionista do «social-imperialismo» da URSS⁶³³. Na mesma publicação, um livro crítico do maoísmo – *A China e as Raízes da Sinofilia Ocidental*, editado pela Prelo em 1972 – era duramente atacado por camuflar os «novos czares» e mistificar a adesão às propostas chinesas com base numa vaga «atração pelo Oriente», «místico e salvador», que deveria arrebatá-lo o homem «angustiado» do seu quotidiano «urbano e tecnológico»⁶³⁴.

Dois pequenos textos publicados no *Jornal do Centro*, dedicados a dois livros aparecidos após viagens à URSS – «Na Pátria do Socialismo», de Alexandre Babo, e «Viagem à União Soviética», de Urbano Tavares Rodrigues – dão conta da análise que os sectores pró-chineses destinavam à pátria soviética. No primeiro texto, José Liberto Leal critica de maneira mordaz as impressões recolhidas por Urbano Tavares Rodrigues em viagem pelo vasto território soviético. Após citar a frase: «encontrei uma sociedade igualitária, segundo o modelo de produção socialista e a psique russa», afirma-se: «o que será para o Dr. uma sociedade igualitária? Será aquela que é governada por uma clique que detém a “verdade”, dominando as massas e consequentemente desligada delas»⁶³⁵.

No segundo texto, André Ramos menciona o livro de Babo e os artigos publicados no *Jornal de Notícias*, mas concentra-se sobretudo na crítica que aquele faz à China.

Presidente Mao Tsé Tung; Ao Comité Central do Partido Comunista da China», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

⁶³² «A China que eles temem», *Estrela Vermelha*, n.º 10, Dezembro de 1971. Alguns textos eram reproduções de artigos publicados na imprensa chinesa ou albanesa. Cf. «Leninismo ou Social-Imperialismo?», *Estrela Vermelha*, n.º 6, Abril de 1971; «O social-chauvinismo grão-russo dos revisionistas soviéticos», *Estrela Vermelha*, n.º 14, Dezembro de 1972.

⁶³³ «Revisionismo soviético social-imperialista», *O Tempo e o Modo*, n.º 98, Junho de 1973.

⁶³⁴ «A sinofobia em todos os seus quadrantes», *O Tempo e o Modo*, n.º 95, Dezembro de 1972.

⁶³⁵ José Liberto Leal, «Viajar à desdita pátria do socialismo», *Jornal do Centro*, n.º 54, Março de 1974.

Babo fustigara um artigo no *Diário do Povo* no qual se sustenta que as consignas «liberdade, igualdade e fraternidade» deveriam ser desprezadas por derivarem da Revolução Francesa, Ramos socorre-se de Engels – cripticamente apresentado como «o autor do livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*» – para perfilhar a ideia de que essa revolução, como tantas outras, incentivou o «campesinato a fornecer as tropas de combate e a ser precisamente a classe que, depois de se alcançar o triunfo, saiu infalivelmente arruinada pelas consequências económicas desse triunfo»⁶³⁶. Também *O Tempo e o Modo* dedica um texto de crítica ao livro de Babo, no qual se frisa a incapacidade do autor em atender às principais questões que determinavam a superfície do que ia observando. Os «hábitos burgueses que por lá grassam» e que agradaram a Alexandre Babo, diz-se, explicam-se pela emergência de uma burguesia de Estado que subordina e determina a cultura no país.

Quanto aos Estados Unidos da América, eram sobretudo classificados de acordo com o seu papel de eixo do sistema capitalista internacional. Aí, sob a fachada da «sociedade da abundância», imperava a «exploração desenfreada das massas operárias e camponesas (sobretudo da minoria negra, ultra-explorada por meio da discriminação racial), o terror fascista, a corrupção, a criminalidade, a ideologia individualista mais decadente»⁶³⁷. Sendo «a expressão mais acabada do que o capitalismo tem para dar aos povos», o modelo americano estendia os seus tentáculos alienantes aos antigos territórios socialistas. Como se afixava condenatoriamente no *Estrela Vermelha*, «o jazz e os filmes americanos espalhados aos quatro ventos em todo o território soviético» serviam para demonstrar a degeneração evidente da «antiga Pátria de Lenine e Staline», agora «sob o comando da camarilha Brejnev-Kossiguine»⁶³⁸.

Partindo da ideia de que os povos são naturalmente fraternos e que os Estados – enquanto poder exercido pela classe dominante – é que mantêm relações conflituosas em função dos seus alinhamentos de classe, *O Salto* considera que «o imperialismo americano é, na hora actual, o principal perigo e obstáculo para a paz mundial». Dão-se vastos exemplos que vão das chacinas na guerra do Vietname à ocupação de Taiwan, da invasão da Coreia às intervenções em apoio às ditaduras militares na América do Sul. É curioso que essa afirmação se faça na altura da visita de Nixon à China, que o jornal contextualiza da seguinte forma: «Nixon foi à China

⁶³⁶ André Ramos, «Alexandre Babo: Rússia sim, China não», *Jornal do Centro*, n.º 55, Abril de 1974.

⁶³⁷ «Pela República Popular, Pela Ditadura do Proletariado, Pela Vitória sobre o Fascismo e o Imperialismo. (Extraído do Projecto de Programa do Partido Comunista de Portugal). O Imperialismo». *O Bolchevista*, n.º 6, Setembro / Outubro de 1971.

⁶³⁸ «E agora, agências matrimoniais na URSS», *Estrela Vermelha*, n.º 9, Outubro de 1971.

não como um vencedor, mas sim como um vencido. Em momentos como este, é justo negociar com um inimigo que foi posto em posição de fraqueza e que está prestes a fazer concessões»⁶³⁹. Numa linha semelhante, *O Grito do Povo* esclarece que a iniciativa da visita partiu do próprio Nixon e que «os camaradas chineses, estão dispostos a recebê-lo não como um estadista amigo com quem se toma calmamente o chá mas como o chefe do imperialismo mundial». Assim, Nixon é recebido «com o fim de apressarem a retirada das tropas americanas da Indochina»⁶⁴⁰.

Cuba, ao invés, foi motivo de afeição desde o início dos anos sessenta junto de alguns sectores que, dentro e fora do PCP, contestavam a política de alianças deste partido. Francisco Martins Rodrigues, então em ruptura com o PCP e em vias de criar a FAP e o CMLP, recordou a presença do apelo de Cuba «mesmo na base do partido», já que era uma inaudita «transformação revolucionária, a favor dos trabalhadores, que optava pela via armada», mostrando a possibilidade de uma via insurreccional distante do anticomunismo *putchista* dos republicanos⁶⁴¹. Rui d’Espiney defende que «estávamos todos marcados por Cuba, pela ideia de que o regime não caía pacificamente»⁶⁴². Hélder Costa, um dos seus principais animadores de *O Comunista*, realça a presença do imaginário cubano da seguinte forma:

Eu também tinha uma grande admiração pela revolução cubana. Por terem começado uma revolução ali, sozinhos, numa ilha, os boicotes, a invasão e os gajos a resistir... E a questão de Cuba, do Che Guevara, começou a criar um determinado tipo de fricções. Eu tinha uma posição, que não era teórica, era mais ao nível da sensibilidade, como se sente as coisas... Eu nunca fui adepto da teoria do foco. Mas fui sempre admirador dos gajos que queriam jogar à porrada.⁶⁴³

Ainda que defendendo a tese do «levantamento popular armado», nos primeiros tempos do maoísmo português denota-se uma certa simpatia pela impaciência revolucionária cubana. No n.º 2 de *Revolução Popular* cita-se um excerto de um discurso de Fidel, sem qualquer contextualização crítica, no qual se explica que a passagem ao socialismo em Cuba se fez através do combate e não por meios

⁶³⁹ «Porquê Mao aceitou receber Nixon?», *O Salto*, n.º 9, Abril de 1972.

⁶⁴⁰ «A China continuará vermelha», *O Grito do Povo*, n.º 1, Dezembro de 1971.

⁶⁴¹ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

⁶⁴² Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

⁶⁴³ Hélder Costa. Entrevista, 05/10/2007.

pacíficos⁶⁴⁴. E também a FAP publica em Junho de 1964 uma parte da intervenção de Fidel Castro no Congresso das Mulheres Americanas⁶⁴⁵.

Relembre-se que ainda antes do aparecimento da *Revolução Popular*, o órgão do CMLP, se publicou em Argel o jornal *Revolução Portuguesa*, feito pelo *Grupo Revolucionário Português de Libertação*. O grupo reclamava simpatia pela China – chegou a ter a referida colaboração de Viriato da Cruz, um dos primeiros maoístas africanos – mas os elogios mais frequentes iam precisamente para Cuba. A revista era, aliás, produzida na Prensa Latina, a agência noticiosa daquele país em Argel, e onde trabalhava Carlos Lança, um dos dinamizadores do colectivo⁶⁴⁶.

A simpatia por Cuba viria a reaparecer no CMLP pós-1966, dando azo a protestos internos, autocríticas e cisões. No entanto, a afirmação progressiva do ideário «marxista-leninista», a ultrapassagem de soluções de recurso à luta armada, como a propagandeada pela FAP, a definição mais clara da proposta cubana com o guevarismo e a «teoria do foco», e o alinhamento real de Cuba com a URSS acabaram por levar o complexo maoísta a observar a ilha caribenha com distanciamento, quando não mesmo com desdém e reprovação⁶⁴⁷.

11.4 O friso do comunismo

Se Marx e Engels aparecem como precursores incontestados do comunismo, a atenção à vida, à actividade política ou à obra teórica de ambos é menor do que a que é destinada a Lenine, Estaline e Mao. Isto é notório, desde logo, no conjunto de citações convocadas como argumentos de autoridade, nas quais se destacam sobretudo as de Lenine e Mao. Enquanto líder primeiro da Revolução de Outubro, Lenine emerge como o grande revolucionário do século XX e obreiro do primeiro país socialista do mundo. A teoria e a prática que traçou constituem «a linha revolucionária da acção proletária, plenamente actual no combate dos povos explorados dos nossos dias», diz a EDE em 1970, por ocasião do centenário do seu nascimento⁶⁴⁸. Tanto o PCP como a extrema-esquerda maoísta utilizam frequentemente os escritos de Lenine como argumento de autoridade, adaptando o

⁶⁴⁴ «A “passagem pacífica” em Cuba», *Revolução Popular*, n.º 2, s.d.

⁶⁴⁵ «Defender a Paz», *Acção Popular*, n.º 1, Junho de 1964.

⁶⁴⁶ Patrícia McGowan Pinheiro (1998), *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra-Regra.

⁶⁴⁷ Para um olhar sobre o modo como o ambiente radical e juvenil em Portugal observou uma série de outras geografias, cf. Rui Bebião (2003), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, pp. 133-179.

⁶⁴⁸ «Centenário Lenine», EDE, s.d.

exercício exegético às circunstâncias e aos adversários políticos que a cada momento estavam em causa.

Pelo contrário, a menção frequente a Estaline servia para traçar uma linha de demarcação entre os «verdadeiros marxistas-leninistas» e os «revisionistas». Esse «amigo e guia dos trabalhadores» tivera o seu legado profundamente transfigurado pelos líderes soviéticos que emergiram após o seu desaparecimento⁶⁴⁹. Por ocasião do vigésimo aniversário da morte de Estaline, ocorrida a 5 de Março de 1953, publicaram-se alguns textos sobre a figura e a sua importância no movimento revolucionário. É o caso de *O Bolchevista* que, após referir as «calúnias e deturpações divulgadas pelos social-imperialistas e pelos revisionistas de todo o mundo», apresenta Estaline como um grande revolucionário e um grande teórico do marxismo-leninismo⁶⁵⁰. Mais crítico é um texto saído em *O Comunista*. Não obstante Estaline ser considerado um continuador de Lenine e um combatente pelo socialismo desde a primeira hora, são-lhe apontados quatro erros. O primeiro consistiu em entender que o progresso e o bem-estar económico iriam conduzir inevitavelmente ao socialismo, ignorando assim a «relação dialéctica entre super-estrutura e infra-estrutura» e desprezando o papel da ideologia e da política. O segundo foi o ter deixado que se desenvolvesse uma casta de dirigentes com privilégios e afastados das massas. O terceiro erro concerne à resolução das contradições internas no seio do Estado e do Partido através de «processos judiciais revolucionários», o que abriu caminho a «excessos e injustiças». Por fim, censura-se o excesso de optimismo que o levou a acreditar que o capitalismo tinha sido definitivamente derrotado na URSS, abrandando a luta ideológica e deixando que o proletariado fosse uma «presa fácil dos burocratas e dos capitalistas»⁶⁵¹.

Diferente é a posição do PCP (m-l), que indirectamente responde às objecções levantadas. Entende que a burocracia foi um fenómeno que se manifestou desde o início da URSS e que foi combatido por Lenine e Estaline, apresentando citações deste último que o atestam. Afirma que Estaline desde sempre procurou mobilizar as massas para a luta ideológica. Justifica ainda os processos de Moscovo por se tratar da «repressão do bando de criminosos, espiões, sabotadores e traidores», lembrando que «os comunistas devem opor-se à visão cor-de-rosa da ditadura do proletariado». No final do texto estabelece-se uma relação directa entre Estaline e a revolução cultural chinesa. Na opinião do PCP (m-l), a luta contra a restauração do capitalismo no seio de um país socialista foi uma questão resolvida por Mao

⁶⁴⁹ «Jossef Vissarionovitch Stáline. Amigo e guia dos trabalhadores», *O Salto*, n.º 17, Março de 1973.

⁶⁵⁰ «Staline: um amigo dos povos do mundo», *O Bolchevista*, n.º 14, Março / Abril de 1973.

⁶⁵¹ «Sobre Trotsky e Staline», *O Comunista*, n.º 13, Julho de 1972.

simplesmente porque no tempo de Estaline ela não existia. Assim, para evitar que sucedesse na China um golpe palaciano semelhante ao efectuado por *Kruschev*, Mao «procedeu a uma limpeza do Partido, do Estado, do Exército e das instituições culturais» e proclamou que a Revolução Cultural era apenas a primeira do género. Conclui-se, portanto, que a «teoria de Marx, Engels, Lenine, Staline e Mao Tsetung é um todo, fruto do desenvolvimento histórico»⁶⁵².

No final de 1972, o Comité Lenine do MRPP emana uma resolução, significativamente intitulada «Que Viva Estaline!», que constitui um autêntico panegírico das virtudes revolucionárias do georgiano. Estaline é aqui apresentado como «o grande educador do proletariado e dos povos oprimidos do mundo inteiro», líder de um povo que fez prova de «heroísmo lendário» durante a 2.^a Guerra Mundial e responsável pela criação de um «poderoso campo socialista». O texto aproveitava também para fazer uma análise da restauração do capitalismo na URSS à luz do maoísmo e desferia um forte ataque a *Kruschev* e à linha seguida após o XX Congresso, falando em «invenções e calúnias» torpes relativamente aos crimes denunciados pelo famoso «relatório secreto»⁶⁵³.

Mao Tsé Tung aparece como guia incontestado do povo chinês e líder político que se opôs à degenerescência soviética. Mesmo um representante claro da primeira vaga maoísta, como é o caso de Francisco Martins Rodrigues, entende Mao Tsé-Tung não só como o representante de uma linha consequentemente revolucionária no seio do movimento comunista internacional, mas como farol do necessário processo de emancipação dos trabalhadores. Na sua defesa em tribunal em 1970, Martins Rodrigues refere-se mesmo à Revolução Cultural como «um novo grande salto em frente que libertou novas energias revolucionárias nas massas e acelera a construção do socialismo em todas as frentes». «Como um rastilho», continua-se, o pensamento de Mao Tsé-Tung era o antídoto indispensável para fazer frente ao «social-imperialismo russo»⁶⁵⁴. É curioso notar como mesmo no interior da prisão Martins Rodrigues não deixou de sinalizar a mudança no jargão político operada no complexo maoísta.

A evocação de Mao funcionava, desde logo, como uma linha de demarcação relativamente ao PCP. Na sua linguagem típica, *O Grito do Povo* afirmava que os militantes daquele partido «estremecem» quando ouvem falar de Estaline, já que

⁶⁵² «Josef V. Staline e a Luta de classes no Socialismo», *Estrela Vermelha*, n.º 15, Março de 1973.

⁶⁵³ «Que Viva Estaline!», Resolução do Comité Lenine a propósito da morte do grande Estaline, MRPP, Outono de 1972.

⁶⁵⁴ «Defesa de Francisco Martins Rodrigues no Tribunal de Sintra, Maio de 1970», in Francisco Martins Rodrigues (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Dinossauro / Abrente, pp. 84-87.

este «desmascarou os patifes revisionistas». E, em contrapartida, se «ouvem falar do camarada Mao Tse-Tung então até se escondem debaixo das secretárias com os cabelos em pé»⁶⁵⁵. Para o MRPP, a China e o pensamento de Mao eram vistos como a «fonte inesgotável de luz que faz recuar as mais fortes trevas revisionistas e contra-revolucionárias do mundo inteiro»⁶⁵⁶. Publicações como *O Bolchevista* apresentam em cada número vários pequenos excertos de textos de Mao, muitas vezes inseridos em caixa, como verdades que aparecem a recobrir o corpo do jornal. Como afirmou Humberto Belo, numa carta interceptada pela PIDE, as sentenças de Mao eram verdades tão luminosas que tinham suficiente poder para desencadear a «pré-história do futuro»⁶⁵⁷.

⁶⁵⁵ «O que é o revisionismo», *O Grito do Povo*, n.º 1, Dezembro de 1971.

⁶⁵⁶ «Ao Presidente Mao Tsé-Tung. Ao Comité Central do Partido Comunista da China», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

⁶⁵⁷ Carta de Humberto Belo a Adérito Sedas Nunes, interceptada pela PIDE, a acompanhar o envio de livros de Mao. ANTT-PIDE/DGS 1029 CI(2), NT 7065, fl. 132.

CAPÍTULO 12

Camponeses e Operários

A sociedade socialista compreende essencialmente três categorias de pessoas: os operários, os camponeses e os intelectuais. Os intelectuais são trabalhadores que fornecem um esforço mental. A sua actividade está ao serviço do povo, isto é, ao serviço dos operários e dos camponeses.

Mao Tsé-Tung⁶⁵⁸

O marxismo constituiu-se desde o início como um corpo teórico baseado na recusa das tendências pré-modernas, desejosas de regressar a formas arcaicas de organização social e negadoras do capitalismo como uma etapa do progresso histórico. A rotulagem pejorativa de «socialismo utópico» ou «romântico» apensa a algumas propostas teóricas – Owen, Fourier ou Proudhon – não é alheia a esta desconsideração⁶⁵⁹. A defesa da generalização de modelos cooperativos mais ou menos imunes ao mercado e ao Estado, e assentes na autogestão e na «dádiva», aparecia como inconciliável com o «socialismo científico», o único que se apresentava como uma análise criteriosa e não fantasista da realidade. Numa carta a J. B. Von Schweitzer, Marx considera que a crítica proudhoniana da propriedade foi feita com «o ponto de vista e os olhos de um camponês», sustentando-se numa invocação «abstracta» da justiça e da razão⁶⁶⁰. Segundo Marx, a superação do

⁶⁵⁸ Mao Tsé-Tung [1977 (1957)], «Discurso na Conferência sobre o Trabalho de Propaganda», 12/03/1957, in Mao Tsé-Tung, *Obras Escolhidas*, n.º 5, 1949-1957. Lisboa: Editora Vento de Leste, p. 506.

⁶⁵⁹ Karl Marx e Friedrich Engels [1997 (1847)], *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!, pp. 67-69.

⁶⁶⁰ Carta de Karl Marx a J. B. Von Schweitzer (24/01/1865) <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/01/24.htm>> Acedido a 13/04/2009.

capitalismo deveria basear-se primeiramente numa análise das suas leis de funcionamento e não numa espécie de recusa genética de timbre ético-moral. Em 1869, Marx viria a comparar os camponeses e a sua vida comunitária no tempo de Napoleão a um «saco de batatas»: a lógica do minifúndio e da troca directa faziam com que a nação francesa fosse pouco mais do que um conjunto de famílias camponesas dispersas e em estado de auto-subsistência. A França de Napoleão, para Marx, era constituída por uma «simples adição de grandezas (...) da mesma maneira que um saco cheio de batatas forma um saco de batatas»⁶⁶¹.

A desqualificação da auto-suficiência rural é atestada pela forma emotiva e quase glorificadora como se descrevera, cerca de vinte anos antes, a ascensão da burguesia numa série de passagens do *Manifesto do Partido Comunista*. Aqui se anota o modo como a emergência das cidades comerciais nos interstícios da sociedade feudal abriu caminho à transição para o capitalismo e ao aparecimento da burguesia como nova classe revolucionária. Foi ela que «configurou de um modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países» e «arrancou uma parte significativa da população à idiotia da vida rural». Tornando obsoletas as relações de propriedade feudais, a burguesia acabou por forjar a classe que a destronará, composta pelos «operários modernos, os proletários», aqueles que não têm posse nem pátria e que a única coisa que têm a perder são as suas amarras⁶⁶². A luta social teria assim como palco as modernas cidades e resumir-se-ia, em última análise, ao embate decisivo entre burguesia e proletariado industrial. O papel do campesinato seria mínimo, quando não servia mesmo de obstáculo à mudança, e a sua sobrevivência seria, no fundo, uma questão de tempo.

12.1 Em busca do camponês

Apesar do carácter taxativo da formulação marxiana, a «questão camponesa» veio a assumir um papel de destaque na história do marxismo ainda durante o

⁶⁶¹ Karl Marx [1975 (1869)], *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Centelha, pp. 142-143.

⁶⁶² Karl Marx e Friedrich Engels [1997 (1847)], *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!. Alguns autores, como é o caso de Teodor Shanin e Haruki Wada, sublinham porém a existência de momentos na obra de Marx em que este abre caminho a uma problematização menos esquemática e «evolucionista» dos «modos de produção» e, conseqüentemente, do lugar do campesinato nos processos de transformação social. O exemplo mais frequentemente citado é a carta que o filósofo alemão destina a Vera Zasulich, na qual defende que o projecto comunista se poderia basear no exemplo das comunas camponesas russas. Cf. Teodor Shanin (1983), *Late Marx and the Russian Road. Marx and the «Peripheries of Capitalism»*. New York: Monthly Review Press.

século XIX. Se Marx defendera a transformação das grandes propriedades agrícolas em propriedade estatal e previra o desaparecimento a longo prazo do camponês, o tema estivera no cerne de debates entre marxistas e proudhonianos e mobilizara a atenção de Engels, Kautsky e Lenine. Para Engels, o campesinato pobre era um aliado dos operários urbanos na luta pelo socialismo, mas seria necessário libertá-los da dominação dos grandes proprietários rurais. Por outro lado, Engels vaticinara que o desenvolvimento da grande produção capitalista acabaria por esmagar a pequena propriedade «como um comboio esmaga um carro de mão», ainda que faça notar que um futuro poder socialista não deveria impor o desaparecimento da pequena propriedade⁶⁶³.

Karl Kautsky aprofundará esta ideia do camponês como resquício de uma sociedade em vias de desaparecer. Isolado e desconfiado, o pequeno camponês proprietário da sua terra e dos seus meios de trabalho era um vestígio de um modo de produção ultrapassado, que não resistiria à essência do desenvolvimento do capitalismo e da definição histórica das duas classes antagónicas: burguesia e proletariado. Kautsky defende então a implantação do socialismo através da instalação de cooperativas, que transformariam o camponês num determinado tipo de proletário e o convenceriam a perder «o medo de proletarizar-se pelo abandono dos seus bens»⁶⁶⁴.

Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicado no mesmo ano de 1899, Lenine não assume uma posição muito diferente da de Kautsky, com quem ainda não se tinha incompatibilizado, preconizando o desaparecimento do campesinato em consequência do avanço capitalista⁶⁶⁵. No entanto, ainda antes da sua vitória na revolução de Outubro de 1917, os bolcheviques identificaram uma vocação revolucionária aos operários agrícolas e pequenos camponeses. Na nova Rússia, a imagem do camponês viria a oscilar entre a de aliado do proletariado urbano e a de agente contra-revolucionário, este último tipo encarnado na figura do *kulak*, o camponês relativamente abastado que recorria ou podia recorrer ao trabalho assalariado⁶⁶⁶. Na leitura de Lynne Viola, o carácter oscilante das formulações bolcheviques sobre o camponês não pode ser desligado do facto da revolução ter ocorrido numa Rússia eminentemente agrícola, onde o campesinato

⁶⁶³ Engels [1975 (1894)], *A questão camponesa em França e na Alemanha*. Coimbra: Centelha, p. 31.

⁶⁶⁴ Karl Kautsky [1986 (1899)], *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, p. 149.

⁶⁶⁵ Lenine [1985 (1899)], *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.

⁶⁶⁶ Jean Vigreux (2004), «Os camponeses comunistas», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Pennetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 451-466.

constituía cerca de 85% da população e o proletariado industrial não ultrapassava os 3%⁶⁶⁷.

Entretanto, a conjugação da teoria leninista do imperialismo com as lutas de libertação nacional, accionadas durante os anos cinquenta e sessenta, deu azo à irrupção de movimentos e discursos terceiro-mundistas que, na busca da potencialidade revolucionária dos povos de África, da Ásia e da América Latina, vieram alargar ao campesinato o papel revolucionário que o marxismo original outorgara unicamente ao operariado industrial. A prioridade guevarista do «foco guerrilheiro» relativamente ao partido, e o seu estabelecimento na *sierra*, bem como o afrontamento resolutivo dos camponeses norte-vietnamitas à maior potência mundial, ajudaram a propagar a imagem do camponês combativo. Também Franz Fanon veio alertar para o que chamou «vício congénito» dos movimentos nacionalistas dos países colonizados, e que consistia em direccionar a sua acção para os «elementos mais conscientes» – proletariado das cidades, artesãos e funcionários, que não representavam mais de 1% da população. Ao mesmo tempo, estes movimentos nutriam uma grande desconfiança em relação às massas rurais, o que parecia a Fanon um erro político de monta, já que esse campesinato em vias de se urbanizar constituía a base da revolução⁶⁶⁸.

Isto não obsta, claro, a que as experiências de rebelião camponesa no século XX – da Argélia ao México, da Rússia ao Vietname, da China a Cuba – tenham sido muito díspares, quer nos resultados, quer nas motivações⁶⁶⁹. Mais heterogéneo e menos imutável do que é comum pensar-se, o camponês transformara-se num novo sujeito histórico atractivo para amplas camadas da esquerda radical – numa altura, curiosamente, em que o seu contingente numérico sofria uma redução inaudita e imparável em termos mundiais⁶⁷⁰.

O maoísmo foi, na verdade, uma das vertentes ideológicas que mais carregou nas virtualidades do campesinato. Numa China onde os camponeses representavam a imensa maioria da população, Mao anuncia que estes não eram tanto a força complementar à acção da militância operária, mas o próprio cerne do comunismo autóctone. Antes da sua ascensão ao poder no PCC, Mao chegou a ter alguns

⁶⁶⁷ Lynne Viola (2004), «Os camponeses, de 1917 aos nossos dias», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 195.

⁶⁶⁸ Franz Fanon (2002), *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte, pp. 108-125.

⁶⁶⁹ Cf. Erin R. Wolf (1999), *Peasant Wars of the Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

⁶⁷⁰ Eric Hobsbawm (1996), *A Era dos Extremos. História Breve do século XX. 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 286-291.

confrontos no seio do partido devido às suas convicções «anti-urbanas». A sua «estratégia rural» remontava, na verdade, à segunda metade da década de 1920, como mostrou Hofheinz⁶⁷¹. Se o PCC tinha uma forte componente intelectual e urbana desde a sua fundação, em 1921, é também certo que desde muito cedo – pelo menos desde Março de 1927, com a redacção do «Relatório sobre uma investigação feita em Hunan a propósito do movimento camponês» – levou em conta a importância do campesinato como força motriz da revolução. Mao vaticinava nesse texto a erupção de «centenas de milhões de camponeses» a agir como «um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por maior que seja, poderá deter». E continua, identificando-lhe uma indubitável função de vanguarda social:

Eles quebrarão todas as cadeias que os amarram e lançar-se-ão pelo caminho da libertação. Sepultarão todos os imperialistas, caudilhos militares, funcionários corrompidos, déspotas locais e maus nobres de província. Todos os partidos revolucionários e todos os camaradas revolucionários serão postos à prova pelos camponeses, sendo aceites ou rejeitados segundo a escolha que tiverem feito.⁶⁷²

François Marmor considerou que o maoísmo nasceu precisamente no relatório de Hunan, notando que é na base deste trabalho preparatório de cinco semanas que o líder chinês elaborou uma nova linha política que confere um papel revolucionário ao campesinato⁶⁷³. Se Mao e o maoísmo se perceberam amplamente num fio de continuidade com o leninismo – basta atender à profusão de citações do revolucionário russo nos documentos chineses –, o papel atribuído ao campesinato, e mais tarde a retórica espontaneísta da Revolução Cultural, parecem aproximá-lo mais do populismo russo do que do pensamento do revolucionário bolchevique. Nesta linha de interpretação, Maurice Meisner sublinhou as tendências populistas evidentes no relatório de Hunan, com a atribuição aos camponeses de características

⁶⁷¹ Roy Hofheinz (1977), *The broken wave: the Chinese Communist peasant movement, 1922-1928*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

⁶⁷² «Relatório sobre uma investigação feita em Hunan a propósito do movimento camponês». Março de 1927, in *Citações do Presidente Mao Tsé Tung* (1972). Pequim: Edições em Língua Estrangeira, pp. 130-131.

⁶⁷³ François Marmor (1976), *Le Maoïsme*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 42.

de criatividade revolucionária e julgamento político que o leninismo reservaria para o partido⁶⁷⁴.

Mais tarde, tanto durante o Grande Salto em Frente (1957-1959), como na década da Revolução Cultural (1966-1976), Mao viria a definir a vida do campo como o modelo a seguir nas cidades, ao mesmo tempo que se fomentavam estádios mais elevados de colectivismo nas aldeias chinesas⁶⁷⁵. Na lógica do pensamento maoísta, tratava-se não apenas de dar atenção ao facto da China ser uma sociedade proeminentemente agrária, mas também de reconhecer que as populações urbanas poderiam encontrar virtudes proletárias na vida e nas aldeias camponesas. A tese da «cidade cercada pelo campo» viria a ser reforçada no documento de 1965 «Viva a Vitória da Guerra Popular», de Lin Piao, no qual se faz a análise da revolução nos países eminentemente rurais da Ásia, África e América Latina.

Segundo Roland Lew, o maoísmo representou «uma versão do bolchevismo que conciliava a China com a quinta-essência do país, o campesinato», o que permitia articular a modernidade comunista com o arcaísmo das tradições ancestrais chinesas⁶⁷⁶. Michael Hardt e Antonio Negri sublinham, por seu turno, que a corrente se preocupou com os camponeses, não a partir do que *eram* mas do que *poderiam ser*. A essência do projecto maoísta passaria por romper com a incomunicabilidade que Marx havia detectado nos camponeses franceses da época de Napoleão, num processo que visava a sua instauração como sujeito colectivo activo. Campo e cidade seriam atravessados por fluxos cruzados de comunicação e cooperação que, em última instância, levariam à atenuação da importância política da distinção entre rural e urbano⁶⁷⁷.

A afirmação do camponês como sujeito revolucionário levou à referida exaltação populista das formas de vida agrária enquanto fundamento de uma exemplaridade ética, na linha do que os russos *narodniki* já haviam feito no século XIX. A insurreição naxalita, na Índia, é um exemplo disso. Iniciada em 1967 no Bengali Ocidental, a rebelião teve uma forte componente rural e dirigiu-se num primeiro

⁶⁷⁴ Cf. o ensaio «Leninism and Maoism: Some Populist Perspectives on Marxism-Leninism in China», in Maurice Meisner (1982), *Marxism, Maoism and Utopianism. Eight Essays*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, pp. 76-117.

⁶⁷⁵ David Zweig (1989), *Agrarian Radicalism in China, 1968-1981*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

⁶⁷⁶ Roland Lew (2004), «O comunismo chinês», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 279.

⁶⁷⁷ Michael Hardt e Antonio Negri (2005), *Multidão. Guerra e Democracia na Era do Império*. Lisboa: Campo das Letras, p. 134.

momento contra os latifundiários locais, vindo a alavancar posteriormente o nascimento do Partido Comunista da Índia (Marxista-Leninista). O grupo crescera no contexto das irrupções revolucionárias em terreno camponês entre 1967 e 1969, e assinalava um afastamento relativamente ao Partido Comunista da Índia (Marxista), que tomara partido pela China durante o conflito sino-soviético, mas que segundo o PCI (m-l) se afastara dessa matriz. Mais radical, este partido caracterizava-se pela convicção de que a revolução viria das zonas camponesas, ainda que a partir de 1970 tenha começado a direccionar-se igualmente para áreas urbanas, como Calcutá⁶⁷⁸.

O que separava os naxalitas das restantes correntes comunistas indianas era, por um lado, a depreciação da acção no interior dos movimentos de massas e dos sindicatos, vista como «economicista» e reformista e, por outro, a ênfase na activação de modos violentos de acção política, desde a aniquilação de grandes proprietários rurais até à pequena revolução cultural levada a cabo em 1970 pelos estudantes maoístas em Calcutá. Aqui os estudantes derrubaram estátuas dos vários heróis indianos, denotando uma recusa da cultura herdada e da noção de progresso cultural como repositório por camadas de saberes e sentidos. No campo, os naxalitas procuraram realizar uma unidade intrínseca com os camponeses de que é um exemplo significativo o gesto de matar, não com armas de fogo, mas com facas e outros apetrechos típicos do universo rural. Em ambos os episódios, a refutação das ideias de «tradição» e «progresso», lidas como instrumento de dominação provenientes das elites e como falso caminho emancipatório, acentuam a distância do naxalismo ao marxismo enquanto projecto modernista. Nesta linha, Sanjay Seth sublinha a importância do movimento naxalita na emergência de uma crítica à modernidade, ao nacionalismo e às narrativas do progresso, o que pode ser lido como uma genealogia alternativa dos estudos pós-coloniais⁶⁷⁹.

⁶⁷⁸ Sobre os naxalitas, cf. Sumanta Banerjee (1984), *India's Simmering Revolution: The Naxalite Uprising*. London: Zed Books.

⁶⁷⁹ Sanjay Seth (2006), «From maoism to postcolonialism? The indian «sixties» and beyond», *Inter-Asia Cultural Studies*, vol. 7, n.º 4, pp. 589-605. Seth partilha aqui, relativamente aos camponeses de Naxalbari, a visão de Dipesh Chakrabarty sobre a classe operária de Calcutá, notando que a sua dificuldade de organização (em moldes clássicos) se devia a uma ausência de cultura burguesa, o que não significava, porém, que não existisse resistência. O antropólogo James Scott tem desenvolvido essa ideia em torno da noção de infrapolítica como «registos escondidos» [*hidden transcripts*] que condensam formas de resistência dissimulada dos subordinados. James Scott (1990), *Domination and the Arts of Resistance*. New Haven, CT: Yale University Press. Foi recentemente publicado em português um texto de Dipesh Chakrabarty, no qual este analisa a evolução dos «estudos do subalterno» na Índia, assinalando a influência de Mao e Gramsci nos seus primeiros cultivadores. Cf. Dipesh Chakrabarty (2010), «História subalterna como pensamento político», in Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta da China, pp. 281-307.

Fenómenos semelhantes ocorreram em alguns países ocidentais durante as décadas de 1960 e 1970, se bem que a uma escala mais reduzida. A União dos Comunistas Italianos (Marxistas-Leninistas), por exemplo, foi conhecida pelas expedições efectuadas em território camponês. Essas «marchas vermelhas» – «cinquenta rapazes e raparigas rigorosamente em bicicleta, com as bandeiras enfiadas nos selins» – foram retratadas por Stefano Ferrante, que recolheu depoimentos nos quais se fala dessas permanências no campo, com distribuição de panfletos, do jornal *Servire il Popolo* e relatórios e registos filmados sobre as condições de vida dos camponeses do sul de Itália⁶⁸⁰.

O antigo militante maoísta Olivier Rolin, no romance *Tigre de Papel*, evoca a existência de experiências análogas em França⁶⁸¹. Os «estágios camponeses» foram iniciados pela UJCML (União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas) no Verão de 1967 e ampliados no ano seguinte. A *Gauche Prolétarienne* viria a partir de 1970 a efectuar com maior vigor estas pequenas «longas marchas», que tanto visavam influenciar politicamente os camponeses como rasurar o mito do estudante revolucionário preocupado apenas com o seu prazer pessoal e incapaz de partilhar a dureza do trabalho físico⁶⁸².

12.2 Aliados subalternos

No seu estudo sobre *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, José Neves analisa a dada altura uma sintomática imagem colocada em Junho de 1955 na primeira página do *Avante!*. Nela se descortina um homem vestido com fato-macaco a empunhar um martelo e uma mulher, de lenço, transportando uma foice. A cada um deles – ao operário e à camponesa – cabia uma respectiva bandeira: no cimo do homem ondeava a foice e o martelo, enquanto a mulher se associava à bandeira nacional. Como regista José Neves, o projecto político de união entre as gentes da cidade e do campo, configurado no desenho, mostrava que se está perante a «indispensabilidade de uma aliança» mas que «não se trata de uma aliança entre

⁶⁸⁰ Stefano Ferrante (2008), *La Cina non era vicina. Servire il popolo e il maoismo all'italiana*. Milano: Sperling & Kupfer, pp. 97-109.

⁶⁸¹ «Íamos trabalhar junto dos camponeses, endurecer-nos, aprender a pôr as mãos na merda e ao mesmo tempo cativar o campo para a Revolução, chamava-se a isso as “longas marchas”, em referência à Longa Marcha chinesa é claro, de um nada fazia-se uma epopeia, era simultaneamente ridículo e belo.» Olivier Rolin (2003), *Tigre de Papel*. Porto: Edições Asa, p. 102.

⁶⁸² Sobre o maoísmo francês e a questão camponesa, cf. Yannick Drouet e Jean-Philippe Martin (2010), «Les Maoïstes et les Paysans-Travailleurs (fin des années 1960-années 1970)», *Dissidences*, n.º 8, pp. 112-130.

iguais; os camponeses são necessários mas subordinados ao proletariado e em concreto à classe operária»⁶⁸³.

Se o acento tónico no operário era facilmente articulável com os escritos de Lenine, a secundarização do camponês era igualmente resultado, segundo o historiador, das dificuldades sentidas pelo PCP diante do mundo rural. Não obstante a caracterização do «proletariado rural alentejano» como força de vanguarda praticamente distinta do restante campesinato – imagem actualizada pelas combativas vagas de luta na zona e celebrada pela arte neo-realista – a verdade é que a categoria se tornou de difícil encaixe teórico. José Neves realça como Júlio Fogaça, em 1954, pretendeu diluir o proletariado rural no conceito mais vasto de proletariado e como Álvaro Cunhal, em 1964, no relatório «Rumo à Vitória», se propôs distinguir entre assalariados (que deveriam ser designados como proletários ou assalariados rurais) e agricultores (proprietários e rendeiros)⁶⁸⁴.

A forte influência do PCP no campesinato alentejano manteve-se praticamente inalterada até ao 25 de Abril, não havendo da parte do maoísmo uma penetração digna de nota neste terreno. Todavia, no Portugal anterior ao 25 de Abril, existiram algumas experiências motivadas pela ideia de encontro, aprendizagem ou auxílio às populações rurais pauperizadas. A que maior eco teve foi sem dúvida a que ocorreu na sequência das graves cheias que em finais de Novembro de 1967 provocaram centenas de mortos nas zonas de Lisboa e Ribatejo. Sendo uma acção eminentemente de socorro aos sinistrados, muito impulsionada por organizações associativas estudantis e por estruturas juvenis católicas, foi fundamental na politização de uma juventude que definitivamente se afastara do diapasão político e moral do regime⁶⁸⁵. Registaram-se outras acções, mais localizadas e frequentemente sob a forma de «campos de férias», onde grupos de estudantes se deslocaram a zonas mais remotas e ruralizadas a fim de conviver com as populações locais, trocando tarefas como a alfabetização de adultos pela participação nos trabalhos da comunidade. Celso Cruzeiro e Pio de Abreu – dois destacados activistas estudantis em Coimbra na segunda metade dos anos sessenta – relatam uma experiência destas ocorrida no Verão de 1968, na zona de Baião, dinamizada pela portuense

⁶⁸³ José Neves (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 54.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, pp. 54-56.

⁶⁸⁵ Cf. Miguel Cardina (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, pp. 63-67; Jorge Wemans (1997), «Os miúdos nas cheias», *Pública*, n.º 79, 23/11/1997.

Cooperativa Confronto⁶⁸⁶. No final da década de 1960 e início da década de 1970, o Graal, de Maria de Lurdes Pintasilgo, e a Confronto, efectuaram acções mais estruturadas de alfabetização, utilizando o método de Paulo Freire.

A verdade é que, quer pelo carácter repressivo da ditadura, quer pela incapacidade ou desinteresse da parte do complexo m-l para canalizar os seus poucos meios humanos para as zonas rurais, não se conhecem até 1974 exemplos de expedições ao campo oriundas desta área política. Mas também não houve, em bom rigor, uma apologia da potencialidade revolucionária do camponês nos anos que antecederam o 25 de Abril. Neste aspecto, os textos iniciais de Francisco Martins Rodrigues, expoente máximo da produção teórica deste território político, devem muito mais ao «leninismo» do que ao «maoísmo». O seu objectivo principal consistiu em resgatar a perspectiva da união entre operários e camponeses, com a necessária subordinação destes àqueles, alimentando a convicção de que este ditame – diferentemente da união com os sectores democráticos e republicanos – seria a linha correcta para o triunfo da revolução.

A grande crítica do CMLP ao PCP baseava-se na ideia de que este partido havia deixado de ser comunista ao optar por uma aliança com a burguesia liberal em detrimento da aliança operária-camponesa. Essa linha de unidade, definida em 1946⁶⁸⁷, teria tido uma nova etapa no documento «Sobre a linha política e tática do Partido», de 1963, e que segundo o CMLP era uma expressão clara da recusa da «aliança das massas oprimidas da cidade e do campo». Logo no n.º 1 de *Revolução Popular*, a temática é abordada com densidade no artigo «O abandono da aliança operária-camponesa». Aqui, Martins Rodrigues cita *Duas Tácticas*, de Lenine, e *Questões do Leninismo*, de Estaline, onde este teria desmascarado os «trotskistas e outros oportunistas que tentavam pôr em causa a validade desse princípio táctico».

⁶⁸⁶ Celso Cruzeiro (1989), *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento, p. 56; Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebianio (2006), *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento, p. 172; Mário Brochado Coelho (2010), *Confronto. Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto: Afrontamento, pp. 90-91.

⁶⁸⁷ O CMLP refere-se certamente ao IV Congresso do PCP e ao relatório *O Caminho do Derrubamento do Fascismo*. Aqui se define o rumo do «levantamento em massa contra o domínio fascista», não excluindo a participação num «governo de portugueses honrados» que «conceda as liberdades democráticas fundamentais e convoque eleições livres». Refira-se, porém, que o partido havia já estado envolvido em frentes com sectores republicanos, democratas e socialistas, dando origem à Frente Popular Portuguesa (1936-1939) e ao MUNAF e ao MUD, no contexto da 2.^a Guerra Mundial. Cf. José Pacheco Pereira (1999), *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. vol. 1 – Daniel, o Jovem Revolucionário*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 144-182; José Pacheco Pereira (2001), *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. Vol. 2 – «Duarte», o Dirigente Clandestino*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 340-378, 550-599, 607-625.

A revolução chinesa também é apresentada como exemplo da capacidade vitoriosa dessa aliança. Assim, enquanto entre 1924 e 1927 alguns dirigentes do Partido Comunista propuseram alianças com o *Kuomintang*, o grande mérito de Mao Tsé Tung foi o de ter chamado a atenção para o papel dos camponeses⁶⁸⁸.

No mesmo mês, um texto no n.º 2 de *Acção Popular*, da FAP, mencionava explicitamente a necessidade de se «propagar entre a massa proletária rural a perspectiva da luta armada pela conquista do poder»⁶⁸⁹. Repare-se que a figura do «camponês» é aqui permutada pela do «proletariado rural», mais capaz de dar conta das diferentes classes existentes no campo. No texto acima referido, Martins Rodrigues serve-se mesmo dos critérios definidos por Lenine em *Teses sobre a Questão Agrária*, e faz uma divisão detalhada dos actores sociais presentes no campo. Em linhas gerais, o assalariado rural – camponês que vive exclusivamente da venda da sua força de trabalho – pertenceria ao proletariado. Por sua vez, o jornaleiro e o camponês pobre – que podem ou não vender a sua força de trabalho mas que possuem um pequeno pedaço de terra – seriam destinados à categoria de semiproletariado. O camponês médio, que cultiva a sua terra e explora o trabalho de um pequeno número de assalariados ou jornaleiros, pertenceria à pequena-burguesia. Por fim, os camponeses ricos, rendeiros e latifundiários, fariam parte da média-burguesia e da grande burguesia.

No entanto, esta análise de acordo com o lugar no processo produtivo era veladamente reputada de insuficiente. Sendo o mais forte aliado do proletariado industrial, advoga-se que «o proletariado rural não deve ser posto no mesmo plano do proletariado das cidades, como tem sido feito pela direcção do Partido Comunista desde 1954». Nas palavras de Francisco Martins Rodrigues, o horizonte social do proletariado rural seria «muito mais limitado» do que o do proletariado industrial, teria uma experiência «muito mais reduzida da exploração capitalista» e traços «muito marcados da sua herança camponesa». Assim, «nivelar o proletariado industrial com o proletariado rural é rebaixar o papel revolucionário daquele, que não tem paralelo na sociedade capitalista»⁶⁹⁰. Como se afirmava em 1967, em *O Novo Militante*, órgão teórico de um CMLP então confinado ao exílio: «Devido sobretudo à sua dispersão e mentalidade individualista, fruto das suas relações de produção, o campesinato pobre é uma força politicamente desorganizada»⁶⁹¹.

⁶⁸⁸ «O abandono da aliança operária-camponesa», *Revolução Popular*, n.º 1, Outubro de 1964.

⁶⁸⁹ «As tarefas revolucionárias nos campos do sul», *Acção Popular*, n.º 2, Outubro de 1964.

⁶⁹⁰ «O abandono da aliança operária-camponesa», *Revolução Popular*, n.º 1, Outubro de 1964.

⁶⁹¹ «Sobre os objectivos e etapas da revolução», *O Novo Militante*, n.º 2, Setembro de 1967.

Contudo, é nesse período de 1966 e 1967, e no seio do CMLP instalado em França, que se descobrem algumas tendências enaltecidas do campo como o centro da insurreição popular. Um relatório assinado por «Joaquim» (Jacinto Rodrigues) defende mesmo a necessidade de implantação em meio rural e a construção de uma lógica de intervenção militar no campo como fundamental para o sucesso de uma insurreição popular, ainda que tal proposta não tenha passado do plano discursivo. Jacinto Rodrigues, aliás, viria a pertencer à LUAR, que procurou activar modalidades de insurreição a partir das margens – como a tentativa da tomada da Covilhã, em 1968, na qual participou – e que tem evidentes ressonâncias guevaristas.

Marcada pela intenção de transferir o «foco» revolucionário da cidade para o campo, a estratégia gizada por Ernesto Guevara – e sistematizada em 1967 por Régis Debray⁶⁹² – atraiu alguns sectores radicais que viam no rebelde argentino o modelo de um voluntarismo capaz de construir a acção revolucionária a partir dos cenários despojados do campo. Enquanto os partidos comunistas tradicionais apelavam a um trabalho paciente de consciencialização das massas, o guerrilheirismo de matriz latino-americana afirmava a necessidade de criar condições imediatas para a revolução. Em países onde o proletariado era eminentemente rural, o terreno de luta deveria ser o campo, no qual o «foco» guerrilheiro se deveria estabelecer. Se o sucesso em Cuba deste desenho teórico se deveu em muito às condições concretas da ilha caribenha, o combate de Guevara e os eixos teóricos do guevarismo afirmaram-se com alguma amplitude, extravasando mesmo os limites da América Latina⁶⁹³.

Em publicações clandestinas é possível encontrar eco das teses maoístas acerca da virtude do campesinato. Em 1969, no *Servir o Povo*, da UEC (m-l), traça-se um retrato da teoria de Mao sobre a guerra popular, citando-se Lin Piao: «a teoria do camarada Mao Tsetung sobre a criação de bases de apoio revolucionárias nas regiões rurais e o cerco das cidades a partir do campo é de uma importância prática universal»⁶⁹⁴. A sua universalidade derivava do facto do grosso da população mundial – sobretudo na Ásia, África e América Latina – ser constituída por

⁶⁹² Régis Debray, então um jovem intelectual francês com formação em Filosofia e militante da União de Estudantes Comunistas, viaja para Cuba em 1965 e acompanhará Guevara até à selva boliviana, onde este viria a perder a vida. Debray permanecerá preso na Bolívia durante três anos. Entretanto, o seu *Revolução na Revolução?*, no qual explica os princípios da teoria guevarista do «foco», tornava-se um *best-seller* no final dos anos sessenta.

⁶⁹³ Cf. Jon Lee Anderson (1997), *Che Guevara. A Revolutionary Life*. Grove Press: New York; Pierre Kalfon (2004), *Che. Ernesto Guevara. Uma lenda do século*. Lisboa: Terramar, 3.^a edição.

⁶⁹⁴ «A revolução chinesa e a Teoria de Mao Tsetung sobre a Guerra Popular», *Servir o Povo*, n.º 1, Outubro de 1969.

camponeses. O certo, porém, é que estes eram vistos, não como os actores da instauração futura do socialismo, mas aliados imprescindíveis na defesa da revolução democrática e popular.

Assim, a perspectiva estritamente «leninista» – os camponeses como aliados subalternos dos trabalhadores industriais – permaneceu claramente dominante nos ambientes maoístas portugueses. O PCP (m-l) afirma claramente que rasurou o papel primordial dos camponeses no momento de fundação do Partido, perspectiva essa que constaria de um documento oriundo de Francisco Martins Rodrigues⁶⁹⁵. Se se anuncia, como faz a OCMLP, em 1973, que «isolar a classe operária do campesinato seria cortar a meio o corpo da Revolução»⁶⁹⁶, a verdade é que o investimento político neste terreno foi bem menor do que o efectuado junto das fábricas. O MRPP, em 1970, chega a destinar a expressão «proletariado» apenas ao operariado. Após considerar o abandono da aliança operário-camponesa como um «crime ignominioso dos oportunistas», afirma que «o aliado principal do proletariado é o campesinato». Este englobaria «uma massa de elementos semi-proletários ao lado de elementos pequeno-burgueses», ainda que o seu interesse estivesse menos da conservação da propriedade privada do que na confiscação das terras do latifundiário⁶⁹⁷.

12.3 Ecos das virtudes do campo

Contudo, é também possível encontrar alguns traços da exaltação do papel dos camponeses, sobretudo na imprensa anti-regime não-clandestina. Numa entrevista ao *Comércio do Funchal*, um jornal bastante lido pela esquerda à esquerda do PCP, António José Saraiva – um intelectual não declaradamente maoísta, mas alinhado com o radicalismo da época – sublinha o carácter «novo» da experiência chinesa e a sua distância civilizacional relativamente à URSS e aos Estados Unidos da América. Nas suas palavras, ambos os países faziam «uma guerra económica, política e diplomática com base nas mesmas armas.» Como exemplo de uma via alternativa, e

⁶⁹⁵ Cf. Álvaro Vasconcelos (1976), «Os verdadeiros marxistas-leninistas e o trabalho do CM-LP para reorganizar o Partido», *Seara Vermelha*, n.º 6, Agosto de 1976. Aqui se afirma que o documento de fundação se baseou num texto oriundo de Francisco Martins Rodrigues, do qual se suprimiram as «posições centristas, castristas e aventureiristas», tal como a tese de que a revolução em Portugal se faria «cercando a cidade a partir dos campos». Note-se, porém, que Martins Rodrigues não havia exprimido essa posição nos escritos imediatamente anteriores à prisão de 1966 e não é improvável que esta seja uma leitura enviesada do documento para marcar um afastamento relativamente ao fundador da FAP e do CMLP.

⁶⁹⁶ «Os Amigos e os Inimigos do Povo», *O Grito do Povo*, n.º 10, Março de 1973.

⁶⁹⁷ «Para uma linha política revolucionária», *Bandeira Vermelha*, n.º 1, Dezembro de 1970.

para além da China, Saraiva apontava o caso do Vietname, notando que ali a «aldeia aparece como uma instituição profundamente natural, uma realização quase que com a perfeição das coisas da Natureza»⁶⁹⁸.

Mais assertiva, a revista *O Tempo e o Modo* publicou a partir de 1971 vários textos sobre a China, o revisionismo e a luta de classes, bem como reportagens sobre a vida virtuosa nas aldeias chinesas, a sua lógica superior de organização social – que atrai os intelectuais para os «humildes trabalhos do campo» – ou o sistema educativo chinês, capaz de valorizar os conhecimentos oriundos da prática dos «trabalhadores manuais»⁶⁹⁹. Alguns contos exemplares também serviam para fazer um retrato elogioso de realizações comunitárias efectuadas sob o impulso do comunismo chinês.

Um deles, intitulado «O Rio Lota», glorificava o labor dos camponeses de uma comuna. O narrador, oriundo da aldeia de Lota, lembra-se no começo dos anos cinquenta da aridez da paisagem e das «fendas abertas nos campos ressequidos». E evoca uma lenda que exprimia o desejo das populações por um rio: há muitos anos atrás, um habitante de nome Pang sentara-se ao tear e fizera um pano branco no qual pintou uma paisagem de água, carpas e plantas marinhas. Lançado do cume da montanha, o pano transformou-se num rio caudaloso. Chegada a notícia aos ouvidos do Rei Dragão, este utilizara os seus poderes para secar o rio e transformá-lo num rasto de seixos e areia. Um dia, acompanhado do secretário do Partido na Comuna, o narrador conta-lhe a lenda e este mostra-lhe que existia efectivamente um rio seco na localidade, porque o terreno absorvia constantemente as águas da chuva, depositando-as no fundo de uma ravina. Tendo deixado a comuna pouco depois, o narrador saberá mais tarde que durante a Revolução Cultural o rio viera à superfície. Foi visitar a aldeia e descobriu a razão: os camponeses haviam trabalhado «450 dias e noites» para construir uma represa que trouxera as águas subterrâneas ao cimo e as estabilizara. Nos campos agora em socalcos plantava-se arroz e algodão. O secretário do Partido na Comuna confidencia-lhe a terminar: «Ainda te lembras do herói Pang? (...) Não há só um ou dois heróis como ele, mas um sem número deles. Eu próprio conheço muitos»⁷⁰⁰.

⁶⁹⁸ «A resistência do Vietnam à América é, em grande parte, um problema cultural – afirma António José Saraiva», *Comércio do Funchal*, n.º 2036, 19/10/1969.

⁶⁹⁹ Cf., por exemplo, s.a., «Técnicos com sandálias de palha», n.º 89, Julho-Agosto de 1971, pp. 10-12; Maria Antonietta Macchiocchi, «Revolução Cultural e Universidade: Mesa Redonda na Universidade de Tsing-Hua», n.º 92, Junho de 1972, pp. 17-20; s.a., «China Dia a Dia», n.º 97, Abril de 1973, pp. 31-32.

⁷⁰⁰ Sun Chien-Chung, «O Rio Lota», *O Tempo e o Modo*, n.º 98, Junho de 1973, pp. 38-40.

Em suma, a força da comunidade vencida a adversidade e investia o corpo comum do camponês de uma substancialidade heróica que, supervisionada pelo partido, funcionava como motor do mundo novo. A imagem de um povo simples e frugal, mas capaz de construir directamente o seu futuro, engendrava assim uma contra-narrativa distante do capitalismo ocidental e do burocratismo de matriz soviética. A valorização das lutas de libertação na Ásia e em África articulava-se claramente com esta capacidade de descobrir potencialidade revolucionária, não só ao operariado das fábricas, mas ao povo mais próximo da terra e alheio ao fetiche do progresso. Absorvida por alguns sectores mais politizados da juventude ocidental em revolta, esta imagem inseria-se naquilo que Michael Löwy e Robert Sayre definiram como «romantismo revolucionário»⁷⁰¹: o protesto contra os fundamentos da moderna civilização capitalista em nome, simultaneamente, de valores sociais e culturais pré-modernos e de sonhos de futuros capazes de fazer implodir o individualismo, a hierarquia, a mecanização e o consumismo.

⁷⁰¹ Michael Löwy e Robert Sayre (1992), *Revolte et Melancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*. Paris: Payot.

CAPÍTULO 13

Em busca do proletariado

Apaixonámo-nos pelo proletariado muito antes de 68. Nos cafés, nas reuniões políticas, em panfletos, nunca deixávamos de atribuir à classe operária o papel principal das revoluções futuras, de a preparar para a sua missão histórica. Os operários não desconfiavam de nada e mourejavam nas fábricas mas estavam tão presentes nos nossos fantasmas que era necessário que, um dia, nos encontrássemos.

Daniel Cohn-Bendit⁷⁰²

Segundo uma conhecida máxima de Mao Tsé-Tung, o revolucionário deveria sentir-se entre as massas «como peixe na água». A naturalidade convocada exigiria uma auscultação permanente e directa do povo, o que levaria o «inquérito» a transformar-se numa importante arma política, condição necessária para se poder falar dos trabalhadores⁷⁰³. Num ensaio de 1930 significativamente intitulado *Contra o Culto do Livro*, Mao definiu um esquema de operacionalização do «inquérito». Dele fazia parte a necessidade de elaboração de um questionário, a capacidade de provocar a discussão e de participar directamente nela e a disposição para tirar notas e redigir um relatório claro. Uma acentuada dose de humildade seria necessária para que o militante pudesse entender o povo e furtar-se a conclusões precipitadas. Nas palavras de Mao, «o inquirido assemelha-se aos longos meses de gravidez, resolvidos no dia do nascimento. Inquirir é já, em certa medida, resolver o

⁷⁰² Daniel Cohn-Bendit (1988), 1968. *A Revolução que tanto amámos!* Lisboa: Dom Quixote, p. 63.

⁷⁰³ «Sem inquirido não há direito à palavra». Mao Tsé Tung [1965 (1941)], «Preface and Postscript to Rural Surveys», *Selected Works of Mao Tse Tung*, Volume 3. Peking: Foreign Languages Press, p. 13.

problema»⁷⁰⁴. A ideia de «inquérito» condensava assim um duplo movimento que exigia do indagador o sentido da militância ao mesmo tempo que proporcionava uma aproximação aos problemas e anseios reais dos explorados.

13.1 O inquérito maoísta e a primazia operária

O maoísmo ocidental fez do inquérito uma das características diferenciadoras relativamente a outras correntes à esquerda, como o comunismo dos partidos da III Internacional e o trotskismo. Em França, Kristin Ross refere que estas práticas – iniciadas em 1967 – apareciam como o espelho oposto dos inquéritos de mercado, na altura em emergência. Enquanto estes tomavam o trabalhador como um consumidor, traçando hábitos e gostos, o inquérito maoísta entendia partir do «ponto de vista das massas», oposto ao «ponto de vista do capital». Se o inquérito não era «neutro», caberia porém um papel activo aos trabalhadores, que forneceriam a informação e muitas vezes redigiriam os documentos posteriores. Por outro lado, e do ponto de vista da militância, o inquérito deveria resultar de uma «imersão prolongada» na realidade operária, promovendo processos horizontais de comunicação, em ruptura com a lógica considerada verticalista da CGT, central sindical francesa afecta ao PCF⁷⁰⁵.

O inquérito visava contribuir para uma desmontagem das representações míticas do proletariado, apesar dele se basear numa certa exaltação messiânica do povo e dos operários. Os resultados concretos dos inquéritos eram matéria passível de condicionar a «táctica» ou a «estratégia» política mas nunca o carácter revolucionário e redentor associado ao proletariado. A este respeito, comenta André Gorz:

Tal como Marx, os jovens revolucionários da geração de Maio de 68 não se comprometeram com o movimento revolucionário e foram trabalhar para as fábricas porque o proletariado age, pensa e sente de maneira

⁷⁰⁴ Mao Tsé Tung [1971 (1930)], «Oppose Book Worship», *Selected Works of Mao Tse Tung*. Peking: Foreign Languages Press.

⁷⁰⁵ Kristin Ross (2002), *May'68 and its afterlives*. Chicago: Chicago University Press, pp. 112-113. Julian Bourg, por sua vez, considera que a ideia de que as pessoas devem ter «direito a falar» foi um dos maiores contributos do maoísmo para a política radical pós-68, concorrendo para um reforço do carácter democrático de algumas práticas civis. Esta característica viria a ser central no desenvolvimento do Grupo de Informação sobre as Prisões, constituído por franjas da *Gauche Prolétarienne*, sob a presença tutelar de Michel Foucault. Julian Bourg (2005), «The Red Guards of Paris: French Student Maoism of the 1960s», *History of European Ideas*, n.º 31, pp. 472-490.

revolucionária mas porque o proletariado é por natureza revolucionário, ou seja: tem de ser revolucionário; ele deve tornar-se o que é.⁷⁰⁶

Em Portugal, e não obstante a repressão e a ilegalidade das organizações revolucionárias, os sectores maoístas incentivaram inquéritos em zonas operárias. Um exemplo aparece no jornal *Yenan*, editado pelo Círculo Democracia Popular 12 de Outubro, ligado ao MRPP. No contexto da luta da fábrica de limas União Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, uma reportagem relatava a opinião dos operários sobre o combate laboral em desenvolvimento. Aproveitando o momento, o órgão estimulava os seus leitores a realizarem inquéritos com vista a romper o «muro de silêncio» sobre as lutas operárias e, simultaneamente, permitir que os intelectuais se ligassem às massas⁷⁰⁷.

Na verdade, o inquérito ou a proletarização – a que se dedicará o capítulo seguinte – seriam formas do colectivo político assumir o corpo e o idioma dos oprimidos. Como se afirmava em *O Novo Militante*, do CMLP, «uma linguagem clara, precisa e concreta» deveria substituir a «mania das palavras caras e rebuscadas, que muitas vezes apenas servem para disfarçar, e mal, a sua ignorância dos problemas reais e a sua confusão ideológica»⁷⁰⁸. A par disso, uma outra forma de estimular uma «linha de massas» passava pela promoção de elementos de origem proletária, quer pela sua mais rápida ascensão na hierarquia do grupo, quer por meio de uma espécie de «discriminação positiva» que agilizava os mecanismos associados à entrada efectiva no colectivo.

O CMLP, por exemplo, estipulou em 1969 algumas normas para a passagem de simpatizantes à qualidade de membros. Os elementos de origem proletária em Portugal teriam de fazer um estágio de um ano contado a partir da data da apresentação escrita do seu pedido. Por sua vez, o período mínimo de estágio para admissão como membros no estrangeiro de militantes de origem intelectual em Portugal seria de três anos, «dos quais um na fábrica, nas mesmas condições de vida da classe operária». A experiência operária vivida pelos intelectuais seria útil para corrigir a «degenerescência ideológica, moral e política», ressaltando-se contudo

⁷⁰⁶ André Gorz, *Farewell to the Working Class*. Cit. em Donald Reid (2004), «Établissement: Working in the Factory to Make Revolution in France», *Radical History*, n.º 88, pp. 83-111.

⁷⁰⁷ «O povo quer o pão para a boca!», *Yenan*, n.º 4, Março de 1974. Fornece-se aqui um guião para os inquéritos a realizar, no qual, para além dos dados concretos da fábrica – nome, origem do capital, número de trabalhadores e trabalhadoras – se incentiva igualmente à inventariação das causas e do tempo de duração da luta e do papel dos sindicatos e dos «revisonistas».

⁷⁰⁸ «Um militante marxista-leninista: um quadro revolucionário», *O Novo Militante*, n.º 1, Junho de 1967.

que essa situação apenas se aplicaria aos militantes no estrangeiro. Se em Portugal a exigência da passagem pela produção dos militantes de origem intelectual poderia constituir um erro conspirativo, no estrangeiro não sucederia o mesmo. Por isso, «para que conheçam a dureza da vida de proletário, para poderem ao mesmo tempo despir-se de preconceitos e hábitos burgueses, para aprenderem a contactar com as massas trabalhadoras e melhor conhecê-las (...) deverão viver essa experiência»⁷⁰⁹.

Nem todos os grupos explicitaram regras do género, mas em muitos casos o estatuto de «operário» facilitava a entrada no colectivo e até mesmo a ascensão na estrutura dirigente. Tomás Vasques recorda que entrou directamente para o CRML, sem passar pelos Comités Guerra Popular precisamente devido a esse estatuto, já que na altura trabalhava na Lisnave⁷¹⁰. Um antigo militante dos CCR (m-l), explica assim a diferença feita então entre estudantes e operários:

Entendíamos o seguinte: quem pode decidir as alterações fundamentais na nossa sociedade é a classe operária, os estudantes não são uma classe revolucionária em si – nem são uma classe sequer, são um extracto social – que tem um papel a desempenhar como aliado do proletariado e, portanto, o caminho passava por politizar a universidade, dar consciência política aos estudantes para intervirem junto do proletariado e, em conjunto, tentarem fazer outras coisas.⁷¹¹

Na mesma linha, *O Bolchevista* considerava que, apesar de ser «dez ou quinze vezes mais fácil» encontrar intelectuais do que operários dispostos a desenvolver trabalho político e a integrar a organização, a preocupação central deveria ser a de atrair operários. Esta intenção entendia-se prevalecente em relação ao alargamento numérico do colectivo, sendo «mais justo gastar quatro, cinco, seis meses a assistir um operário, do que um mês ou quinze dias a “convencer” um estudante»⁷¹². E isto, «não por o proletariado ser a classe mais numerosa ou mais combativa, mas porque

⁷⁰⁹ «Normas de filiação e trabalho no estrangeiro», *O Novo Militante*, n.º especial para o exterior, Agosto de 1969. Esther Mucznik lembra que entrou no PCP (m-l) em 1970 e esteve um ano a trabalhar numa fábrica em St. Denis «até ser despedida por tentar organizar uma greve». Esther Mucznik. Depoimento, 21/12/2009.

⁷¹⁰ Tomás Vasques. Depoimento, 07/11/2007.

⁷¹¹ João Silva. Entrevista, 09/01/2008.

⁷¹² «Por um Estilo Bolchevista de Trabalho. Questões sobre organização», CML de P, Novembro de 1971.

o proletariado é a única classe cujas reivindicações conduzem a pôr em causa o regime capitalista e o Estado burguês»⁷¹³.

Outros grupos, porém, faziam questão de salientar que a escolha política era primordial relativamente à origem de classe. A URML relata um caso ocorrido nas suas fileiras com um simpatizante que, reunindo com um responsável, mostrou desconfiança relativamente aos estudantes e às organizações marxistas-leninistas que não estivessem enraizadas no proletariado. Segundo o grupo, esta concepção tinha por base um «preconceito obreirista». Competia à prática demonstrar se uma organização «se atém aos princípios do marxismo-leninismo ou se pelo contrário cai nos mesmo erros ou desvios, sendo mais uma das tais organizações “operárias” na vontade e nas intenções, mas pequeno-burguesas na realidade». Dá-se o exemplo de Marx, Engels e Lenine, que possuíam uma «posição social burguesa» mas que «passaram para o proletariado tornando-se seus líderes e principais ideólogos». De modo contrário, aponta-se *Kruschev* e Maurice Thorez⁷¹⁴, que intervinham «como agentes directos da burguesia dentro do movimento comunista internacional»⁷¹⁵. Curiosamente, a URML foi dos grupos que mais decididamente procurou estruturar o seu trabalho político em afastamento dos meios estudantis.

13.2 Sindicalismo, classe e clandestinidade

Na sequência do VII Congresso da Internacional Comunista, de 1935, elaborou-se uma forte crítica às teses do «anti-social-fascismo», particularmente defendidas pelo Partido Comunista da Alemanha e consagradas oficialmente no VI Congresso da IC, realizado em 1928. Segundo a nova linha, teorizada pelo búlgaro Dimitrov, tal «sectarismo» havia sido responsável pela ascensão do fascismo, ao eleger-se como inimigo a social-democracia, o que levou a que se passasse a partir de então a definir como prioridade a construção de Frentes Nacionais. No campo sindical e em países fascistas, estipulou-se o trabalho no interior das organizações de massas dos regimes de maneira a levar os operários a defender os seus interesses quotidianos e desta forma colocá-los potencialmente em confronto com as cúpulas fascistas.

⁷¹³ «Agitação Comunista. Acção Proletária», *O Bolchevista*, n.º 3, Março / Abril de 1971.

⁷¹⁴ Secretário-geral do Partido Comunista Francês entre 1930 e 1964, Thorez fora mineiro e a sua origem de classe era frequente e orgulhosamente afirmada. Cf. Philippe Robrieux (1975), *Maurice Thorez, vie secrète et vie privée*. Paris: Fayard.

⁷¹⁵ «Alguns aspectos do nosso trabalho interno. I.ª Parte», *Revolução Proletária*, n.º 2, Julho de 1973.

Foi no seguimento desta linha que o PCP definiu que o centro do seu trabalho sindical se deveria direccionar para o interior dos sindicatos nacionais⁷¹⁶. Se a Comissão Inter-Sindical, dirigida por José de Sousa, membro do secretariado do partido, se manteve clandestina e activa, rapidamente a lógica de infiltração no aparelho sindical corporativo seria adoptada. Não obstante alguns êxitos com a conquista de sindicatos nacionais, sobretudo no período do imediato pós-guerra, a verdade é que a repressão e a presença da ideologia do regime junto das massas dificultou bastante a consecução deste eixo estratégico.

Uma das críticas do nascente movimento m-l ao PCP tocava precisamente no recurso a formas de organização legal, como as comissões sindicais e a disputa eleitoral nos sindicatos nacionais, enquanto vector da luta operária. Logo no n.º 1 de *Acção Popular*, jornal da FAP, se fazia notar que os sindicatos nacionais eram frequentemente «agências da PIDE» e que a orientação que defendia o trabalho no seu interior «já permitiu efectivamente obter bons resultados no passado, [mas] revela-se cada vez mais como desactualizada». Como alternativa, dá-se o exemplo da luta por aumentos de salários dos operários da Carris, em 1962, dirigida por uma comissão ilegal que permaneceu imune às investidas da repressão⁷¹⁷.

No n.º 3 de *Revolução Popular* volta a tocar-se no assunto. Defende-se aqui a dinamização de «comités sindicais clandestinos», capazes de estruturar a luta económica num sentido não «economista» e de encaminhá-la para um patamar superior⁷¹⁸. No n.º 6 da mesma publicação especifica-se melhor a nova lógica de actuação proposta. Neste texto aproveita-se para sublinhar a posição de Lenine relativamente aos sindicatos, que considerava formas rudimentares de organização, dotadas de «certos traços reaccionários: uma certa estreiteza corporativa, uma certa tendência para o apoliticismo, um certo espírito de rotina». A intervenção no seu seio seria justificada porque aí estavam «grandes massas proletárias e semi-proletárias».

Em regimes democrático-burgueses, os sindicatos adquiriam grande importância porque o seu campo de acção era vasto. No entanto, isso não se applicava ao caso português, não só porque se vivia numa ditadura política, mas também porque os sindicatos nacionais não eram vistos como organizações de massas: apesar de terem muitos inscritos, não tinham vida associativa e não eram olhados com confiança

⁷¹⁶ Cf. José Pacheco Pereira (1999), *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. Vol.1 - «Daniel», o jovem revolucionário (1913-1941)*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 109-182.

⁷¹⁷ «Por um Movimento Sindical Clandestino», *Acção Popular*, n.º 1, Junho de 1964.

⁷¹⁸ «O marxismo-leninismo é uma bússola para a acção», *Revolução Popular*, n.º 3, Março de 1965.

pelas massas⁷¹⁹. Partindo da ideia de que os operários já compreenderam que «os sindicatos fascistas servem para defender os interesses dos capitalistas, não os interesses da classe operária», defende-se a criação de «comités sindicais clandestinos, que dirijam a luta por melhores salários, pela redução do horário de trabalho, contra as empreitadas»⁷²⁰.

A curta existência da FAP e do CMLP inicial, fez com que esta orientação no essencial se tivesse mantido no domínio das intenções. Elas viriam a ser reafirmadas pelo CMLP no exterior, que clamou por «comités sindicais clandestinos», dinamizados por operários de vanguarda que deveriam criar estes espaços para elucidar os colegas relativamente à exploração de que eram vítimas. Os sindicatos nacionais foram novamente considerados um antro de «bufos e lacaios vendidos à PIDE» onde, por conseguinte, era impossível dinamizar protestos⁷²¹.

Também *O Comunista* considerará que a solução estava num sindicalismo revolucionário que gradualmente transformasse a luta económica em luta política. Este sindicalismo de classe deveria ancorar-se em comissões operárias e de fábrica e não nos sindicatos nacionais, necessitando de um enquadramento efectuado no âmbito de uma organização política marxista-leninista⁷²². *O Bolchevista* referiu igualmente a importância de se construírem comissões sindicais revolucionárias, ainda que compreenda a intervenção ocasional em sindicatos nacionais, desde que apostada em os «desmascarar»⁷²³.

O MRPP falou da necessidade de dinamizar Comitês Operários como contraponto às «Comissões Fascistas-Revisionistas»⁷²⁴. Essa formulação, acoplado fascismo e revisionismo, apareceu também num artigo no qual se questionava numa linguagem feroz a utilidade dos «sindicatos fascistas-revisionistas».

Os agentes da burguesia, tendo por guia o partido revisionista do lacaio Barreirinhas Cunhal, tomam de assalto os moribundos sindicatos e procuram dar-lhes vida chamando a eles a classe que, desde há muito, votou ao abandono tais sindicatos (...). O papel destes odiosos caciques na

⁷¹⁹ «Isolar e aniquilar os “sindicatos” fascistas», *Revolução Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

⁷²⁰ «Sindicatos fantoches e comités sindicais», *Acção Popular*, n.º 4, Maio de 1965.

⁷²¹ «Lutemos pela criação de Comitês Sindicais Clandestinos», *O Proletário*, n.º 3, Outubro de 1967.

⁷²² «Lutas Operárias», *O Comunista*, n.º 2, Março de 1969.

⁷²³ «Um caminho para o desenvolvimento do trabalho operário», *O Bolchevista*, n.º 12, Outubro / Novembro / Dezembro de 1972.

⁷²⁴ «Alarguemos a luta a toda a indústria electrónica!», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

sabotagem das lutas populares pelo PÃO é tão activo que supera de longe a actuação das polícias fascistas nestes casos.⁷²⁵

Quanto a *O Grito do Povo*, dinamizou desde cedo Comitês Operários, vindo a anunciá-los numa circular de Fevereiro de 1972, onde eram apresentados ao mesmo tempo como organismos sindicais e comunistas⁷²⁶. Em 1973 seria criada a Organização Sindical Vermelha, com o intuito de unificar os Comitês Operários. Relativamente aos sindicatos nacionais, a OCMLP sublinhou a necessidade da sua ultrapassagem por «organismos sindicais vermelhos» clandestinos, capazes de levar a cabo lutas pelos «interesses imediatos da classe operária» mas conscientes de que «a melhoria das condições de vida e o fim da exploração só é possível pela Revolução Popular»⁷²⁷. O PCP era particularmente criticado por apostar na tática de infiltração nos sindicatos nacionais, ao mesmo tempo que se desconsiderava a abertura marcelista neste domínio.

A partir de determinado momento, a burguesia, constatando a ineficácia total dos SN como instrumento de harmonia entre o Capital e o Trabalho em virtude do abandono e desprezo a que os votaram os operários, jogou nova cartada: para tentar chamar os operários, deu possibilidades aos reformistas de saltarem para o poleiro; só aos reformistas, evidentemente, pois todos aqueles que quiseram abrir mais a boca e dar ao sindicato um carácter mais avançado viram-se no tribunal e substituídos pelas famigeradas Comissões Administrativas.⁷²⁸

Na verdade, os primeiros meses de governação de Marcelo Caetano foram marcados por algumas reformas significativas, que tenderam a tirar os sindicatos da tutela directa do Estado⁷²⁹. Este processo foi coetâneo da difusão de «listas B»,

⁷²⁵ «A quem servem os sindicatos fascistas-revisionistas?», *Luta Popular*, n.º 15/16, Janeiro / Fevereiro de 1974.

⁷²⁶ «III Conferência da OCMLP. Esmagar o Oportunismo! Avançar Irreversivelmente para o Partido», *O Partido*, n.º 20, Abril de 1976. Em Junho de 1972, um comunicado assinado por seis Comitês Operários estipulava a necessidade de disseminação destas estruturas clandestinas. «Camaradas, Acabaram-se as ilusões vamos para a luta», Comité Operário Lenine, Comité Operário Staline, Comité Operário O Poder Vermelho, Comité Operário Spartacus, Comité Operário 1.º de Maio, Comité Operário Enver Hodja, 04/06/1972.

⁷²⁷ «Revisionistas e Fascistas de mãos dados nos “S.N.”», *O Grito do Povo*, n.º 15, Julho de 1973.

⁷²⁸ «Editorial», *O Grito do Povo*, n.º 5, Junho de 1972.

⁷²⁹ Dois diplomas, de 14 de Junho e 28 de Agosto de 1969, vêm consagrar essas alterações. O primeiro altera a lei sindical, pondo termo à homologação ministerial dos dirigentes eleitos, impossibilitando a

associadas à oposição, e que ganharam várias direcções sindicais, o que obrigou o regime a retroceder em alguns aspectos e a intensificar a vigilância aos cada vez mais desafectos sindicatos⁷³⁰. Não obstante a atitude de desconfiança da generalidade da esquerda m-l perante o trabalho nos sindicatos nacionais, o Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa teve a partir de Fevereiro de 1971 uma direcção afecta ao CRML. Fátima Patriarca menciona a existência igualmente de uma direcção de timbre m-l no Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho⁷³¹.

13.3 A crítica ao «chauvinismo das massas»

Se o carácter de «sujeito histórico» foi claramente confiado ao proletariado, tal não significa que não tenha existido uma atenção crítica ao seu grau de consciência política e ao papel que lhe ia sendo destinado pelo poder vigente. O CMLP, pela mão de Francisco Martins Rodrigues, foi o primeiro grupo a chamar a atenção para o facto de, frente às lutas de libertação, os trabalhadores portugueses estarem a «desempenhar o papel de força de choque da reacção mundial, de cão de guarda fiel da burguesia nacional e do imperialismo estrangeiro, na guerra mais cruenta em que Portugal se tenha envolvido desde há séculos». Tal factor constituía uma «tremenda acusação para o movimento revolucionário português», acusação essa que nenhuma atenuante poderia ocultar. Aproveitava-se a ocasião para censurar o PCP por estar «embalado no mito do povo português unanimemente antifascista e anticolonialista, caminhando unido e a passos largos para o levantamento nacional redentor»⁷³².

Para o CMLP, o chauvinismo havia penetrado mesmo nos sectores mais avançados do proletariado. Em 1973, *O Bolchevista* voltará a verberar contra os grupos que teimavam em «deixar passar em claro o chauvinismo imperialista do povo português, hoje pouco mais fraco do que em 1961». Nenhuma atitude anticolonial poderia deixar de colocar em primeiro plano a luta contra o

nomeação de comissões administrativas por tempo indeterminado e impedindo a dissolução dos sindicatos por via administrativa. O segundo criava condições para uma efectiva autonomia negocial dos sindicatos, tornando imperativa a negociação de contratos e acordos colectivos de trabalho. Cf. Fátima Patriarca (2004), «Estado Social: a caixa de Pandora», in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 174.

⁷³⁰ Proíbem-se assembleias, recua-se em aspectos relacionados com a negociação colectiva e em matéria de suspensão preventiva dos dirigentes sindicais, formaliza-se o recurso à DGS para garantir a «idoneidade política e moral» dos candidatos. *Ibidem*, pp. 177-180.

⁷³¹ *Ibidem*, p. 190.

⁷³² «Os comunistas e a questão colonial. Combater o chauvinismo imperialista é a base duma efectiva solidariedade aos povos das colónias», *Revolução Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

chauvinismo «na base de que o povo colonizador tem também culpa – objectiva, histórica, interessada – na exploração do colonizado, e não só a burguesia no poder»⁷³³.

No mesmo ano de 1973, a OCMLP afirmava que as ideias chauvinistas continuavam a existir no povo, ainda que em recuo progressivo. No editorial do n.º 9 de *O Grito do Povo*, o órgão reconhecia que o chauvinismo – «ideologia diametralmente oposta aos interesses do proletariado mundial» – existia no país, manifestando-se «fortemente sobre o Movimento Operário». Esclarecia-se que ele resultava da dominação ideológica da burguesia, quer através da educação e dos meios de comunicação, quer através da acção «dos agentes da burguesia infiltrados no operariado, os revisionistas»⁷³⁴.

13.4 A exaltação do povo

Isso não obsteu a que a OCMLP tenha sido dos grupos que mais decididamente se distinguiu na exaltação das virtudes das massas. Já na primeira parte se mencionou esta pulsão populista no grupo, perceptível na tentativa de preencher o terreno reivindicativo com a linguagem, os anseios e as particularidades de um povo que se imaginava simultaneamente como rude e combativo⁷³⁵. *O Grito do Povo* – definido no subtítulo como «jornal operário» – expunha notícias sobre greves e o aumento do custo de vida, nas quais era comum o elogio das faculdades combativas das classes populares, aquelas que sentem a exploração porque «lhe dói no corpo»⁷³⁶. Ou, como se declarava num editorial:

As massas são os verdadeiros heróis, enquanto que por vezes nós somos de uma ingenuidade ridícula, as massas tomam a posição correcta: sem organização elas não se arriscam a sair à rua pois sabem que isso só serve para apanhar porrada. Com organização de massas, cada um sabendo que

⁷³³ «Alguns reflexos das contradições coloniais na construção do Partido Comunista», *O Bolchevista*, n.º 17, Setembro / Outubro de 1973.

⁷³⁴ «Editorial», *O Grito do Povo*, n.º 9, Fevereiro de 1973.

⁷³⁵ Na leitura de Ernesto Laclau, o populismo não é necessariamente um fenómeno pernicioso nem benigno. Laclau define-o, grosso modo, como resultado das reivindicações provenientes dos «de baixo» e ainda não inscritas no discurso político institucionalizado. Ernesto Laclau (2005), *On Populist Reason*. London: Verso.

⁷³⁶ «Não às eleições burguesas em frente pela revolução popular», *O Grito do Povo*, n.º 17, Outubro de 1973.

pode contar com a unidade de todos, as massas não temem o inimigo de classe.⁷³⁷

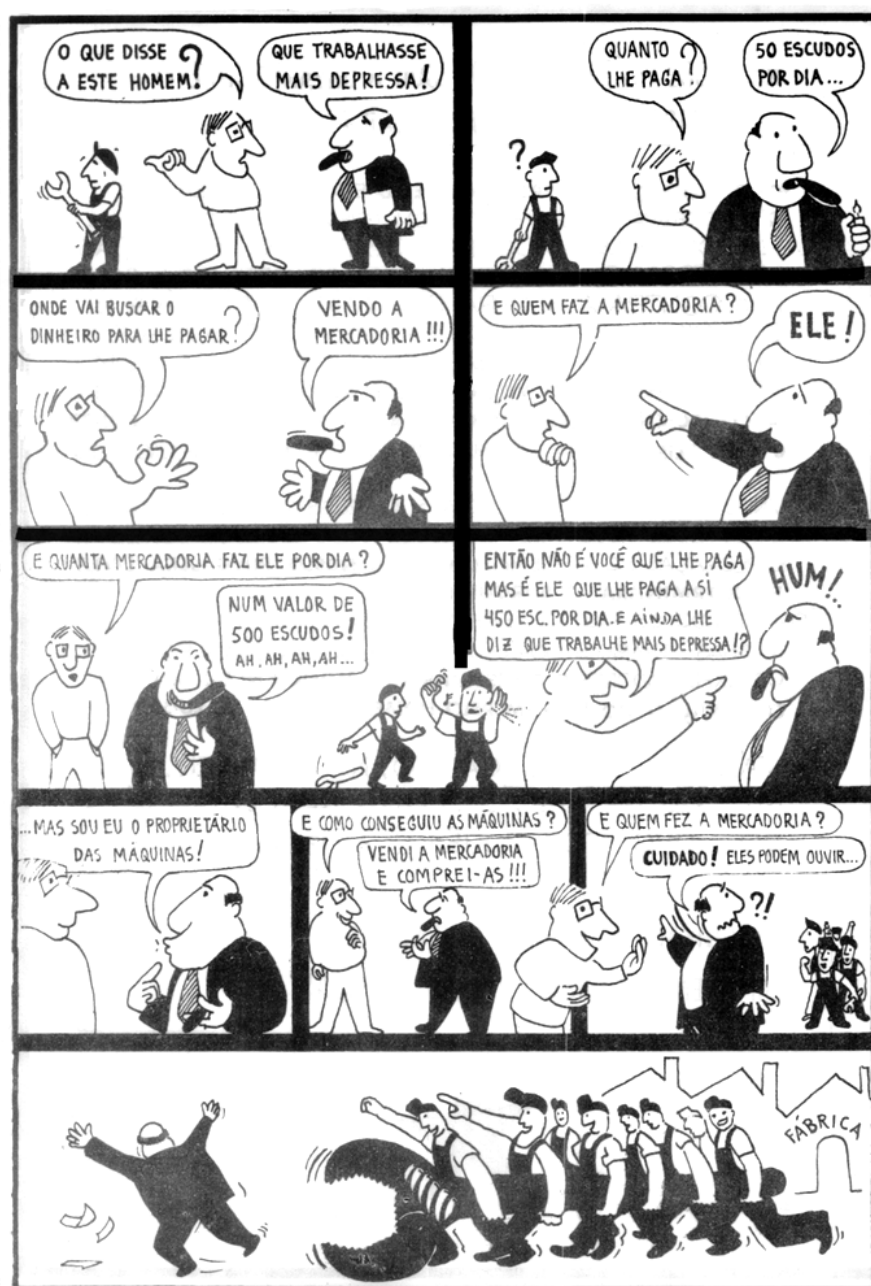
Estava-se aqui na presença de uma versão mais anarquizante do que leninista do maoísmo. O «revolucionário profissional» era subalternizado diante da combatividade das massas. À autoproclamada vanguarda – «nós... de uma ingenuidade ridícula» – competiria fornecer às massas o modelo de organização, mas só elas tomariam a «posição correcta». Declinada no plural, «as massas» apareciam com um ente único e sólido, instintivamente programado para enfrentar o «inimigo de classe», mas carente de uma arrumação que tornasse consequente o combate político. Repare-se no modo como esta ideia aparece explicitada num *cartoon* no mesmo jornal:



O Grito do Povo, n.º 10, Março de 1973

⁷³⁷ «Editorial», *O Grito do Povo*, n.º 22, Janeiro / Fevereiro de 1974.

A necessária relação entre teoria e prática seria uma relação desigual: a consciência vinha da prática – os operários apercebem-se por si que «aquilo já não dava para aguentar mais» – e era através da prática que ocorreria a transformação do mundo. A teoria ajudaria apenas a «lutar melhor», mostrando a importância da organização. Como aparece espelhado no *cartoon* seguinte, o decifrar da lógica da exploração não acarretaria necessariamente a insurreição, mas acendia o rastilho:



Cartoon em Calendário Proletário 1974 (Teatro Operário / O Alarme!)

No início de 1974, a PIDE apreende a José Manuel Penafort Campos alguma documentação interna da OCMLP. Salientam-se relatórios sobre a situação em algumas fábricas, escritos pelos próprios operários, relatórios esses que dão conta do controlo apertado das chefias, das desigualdades salariais e das difíceis condições de vida. A linguagem dos textos é informal e frequentemente obscena. Segundo é relatado num desses documentos, uma operária da Fábrica de Confecções Manu aproveitara a ausência naquele dia da encarregada para escrever nos sanitários o seguinte:

Não fazer produção, porque enquanto nós ganhamos 1.313\$60 por mês, a chefe ganha 10.000\$00, ela que não faz nada anda o dia todo a coçar o cú, e a peidar-se, e nós que estamos nas máquinas de manhã à noite, ganhamos esta miséria, por isso temos obrigação de trabalhar o menos possível.⁷³⁸

A organização procurava que o seu jornal fosse escrito de forma simples e acessível para que os trabalhadores o pudessem entender, apesar das constantes referências ideológicas. Isso é afirmado no relatório de um serralheiro:

As minhas ideias acerca de alguns presidentes de países comunistas é esta. Karl Marx, Lenine, Estaline e Engels não os percebo muito bem, isto é já li alguns destes acima citados, mas quando cheguei ao fim dos livros destes não consegui chegar a uma conclusão. (...) Acerca de Mao já é diferente. Entendo que conforme os jornais Grito do Povo são escritos (na disposição gráfica, linguagem fácil), os livros de Mao Tsé-Tung são na mesma.⁷³⁹

No universo simbólico da esquerda radical, a figura do operário converte-se, pois, em modelo decisivo da transformação social. Esta não se alcançaria sem a antecâmara do sofrimento, que o operário assumiria como resultado necessário da luta social. «Grandes dias de provação», como lhes chama o MRPP, que seriam produto das «heróicas lutas (...) que mergulharão a burguesia colonial fascista nos

⁷³⁸ ANTT- PIDE/DGS, PC 22/74, NT 3417, fl. 47-48.

⁷³⁹ *Ibidem*, fl. 63.

estertores da agonia»⁷⁴⁰. Adornado por um conjunto de valores positivos, em si se vislumbra por antecipação o desenho da revolução futura. Aquando de uma forte contestação sindical na TAP, em Julho de 1973, a FEML, estrutura estudantil do MRPP, proclamava:

Dói-nos o coração e a alma! Um digno filho da grande classe operária foi cobardemente assassinado. Os verdugos da classe operária e do Povo cometeram mais um odioso crime. O sangue forte e generoso do heróico operário da TAP clama vingança. (...) A sua morte é para nós a morte de um irmão, de um amigo íntimo e querido, dum mártir da Revolução Popular.⁷⁴¹

Os trabalhadores da TAP manifestavam-se por aumentos salariais e a sua reivindicação foi brutalmente reprimida pela polícia. Orlando Fernandes foi um dos participantes na luta. Lembra que os acontecimentos começaram na véspera, num plenário marcado para A Voz do Operário, cujo cancelamento deu origem a uma concentração progressiva no aeroporto, que foi dispersada à bastonada pela polícia. No dia seguinte, a seguir ao período de almoço, os trabalhadores decidiram manifestar-se frente ao edifício. A polícia apareceu novamente, disparando alguns tiros que feriram gravemente um operário. Tanto Orlando Fernandes como o jornal *Avante!* não fazem referência a mortes⁷⁴². Miguel Pérez esclarece que a notícia do falecimento foi um falso rumor propalado num primeiro momento⁷⁴³. O MRPP fala efectivamente do assassinato de um operário. O «sangue operário» que corria nas oficinas da TAP servia para mostrar «a verdadeira essência da ditadura do capital» mas também a «abnegação e heroísmo sem limites do líder incontestado da revolução: o proletariado português». Num comunicado emanado pelo Comité

⁷⁴⁰ «Alarguemos a luta a toda a indústria electrónica!», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

⁷⁴¹ «À luta camaradas! O sangue generoso da classe operária clama vingança!», Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, s.d.

⁷⁴² Orlando Fernandes (2008), «Testemunho dos acontecimentos de 12 de Julho de 1973 na TAP». *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2008/05/14/orlando-fernandes-testemunho-dos-acontecimentos-de-12-de-julho-de-1973-na-tap/>> Acedido a 18/01/2010; «Greves e manifestações de milhares de trabalhadores da TAP e bancários!», *Avante!*, n.º 457, Setembro de 1973.

⁷⁴³ Miguel Ángel Pérez Suárez (2008), *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*. FCSH, Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX, p. 30.

Lenine, o MRPP procura mesmo ligar o acontecimento com o assassinato do seu militante Ribeiro dos Santos, ocorrido uns meses antes⁷⁴⁴.

Apesar de fortemente ancorados nos meios estudantis, estes sectores políticos foram muito mais lesto a produzir formulações glorificadoras do proletariado do que a alinhar reflexões que salientassem a positividade e especificidade da juventude intelectual. Realçando a disponibilidade combativa dos jovens e o seu papel na luta contra a guerra colonial, a verdade é que o trabalho ideológico em meio estudantil foi muitas vezes visto como modo de formar quadros para a revolução. A proletarianização foi a via mais decidida para a purificação dos instintos de classe que lhes seriam inerentes.

⁷⁴⁴ «Ao Povo Português. Correu sangue operário nas oficinas da TAP. Vinguemos os camaradas caídos! Morte aos Carrascos do Povo!», Comité Lenine do MRPP, 16/07/1973.

CAPÍTULO 14

Servir o Povo: a «implantação»

Muitos podem ir às fábricas e ao campo unicamente para dar uma olhadela e um passeio; a isto chama-se «contemplar as flores sem descer do cavalo», o que vale sempre mais do que ficar em casa e nada ver. Outros podem permanecer aí vários meses, nas fábricas e no campo, para fazer inquéritos e amigos; a isto chama-se «descer do cavalo para contemplar as flores». Outros ainda podem ficar e viver durante muito tempo, por exemplo durante dois ou três anos; a isto chama-se «estabelecer-se».

Mao Tsé-Tung⁷⁴⁵

A lógica política de algumas das organizações de extrema-esquerda mais marcadas pelo «obreirismo» alimentou processos de mudança de roupa social. Na Europa Ocidental, mas não só, militantes que não foram socializados para trabalhar em fábricas encetaram de livre vontade uma mobilidade descendente em nome do ideal revolucionário. O campo maoísta foi particularmente profícuo neste género de militância. Em França, as primeiras incursões foram efectuadas pela União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas. A UJCML havia sido criada em Dezembro de 1966 por jovens intelectuais como Benny Levy («Pierre Victor») e Robert Linhart, tendo dela também feito parte Alain Badiou, que estaria na criação em 1969 da UCF (m-l) [União dos Comunistas de França (Marxista-Leninista)]. Muito marcada pela intenção de romper com a ênfase na teoria e pela influência

⁷⁴⁵ Mao Tsé-Tung [1977 (1957)], «Discurso na Conferência sobre o Trabalho de Propaganda», 12/03/1957, in Mao Tsé-Tung, *Obras Escolhidas*, 5, 1949-1957. Lisboa: Editora Vento de Leste, p. 508.

filosófica de Louis Althusser, a UJC (m-l) teve a sua origem numa cisão na estrutura estudantil do PCF e os seus membros mais destacados eram alunos do filósofo na Escola Normal Superior. A opção maoísta foi consolidada rapidamente e Robert Linhart e Jean-Pierre Le Dantec foram convidados a visitar a China em Agosto de 1967, enquanto outros dirigentes se deslocaram pela mesma altura à Albânia⁷⁴⁶. Em Julho de 1967, uma conferência nacional da UJCML afirmou a virtualidade revolucionária dos «inquéritos» à classe trabalhadora mas apontou a necessidade de encontrar modos de intervenção que permitissem laços mais duradouros e profundos com o proletariado.

14.1 O *établissement*

Começou então um movimento de «implantação» de militantes em fábricas, levado a cabo essencialmente por jovens politizados em ambiente estudantil⁷⁴⁷. Entre o Inverno de 1967 e a Primavera de 1968, cerca de quarenta jovens da UJCML partiram para o *établissement*. Um documento de 1968 revela que estes grupos de «estabelecidos» tinham como objectivo político primordial «criar entre os próprios operários os novos dirigentes das lutas revolucionárias marxistas-leninistas». Apesar de muitos jovens intelectuais se «ligarem às massas e transformarem o seu ponto de vista», na opinião da UJCML a força dirigente da revolução não poderia brotar senão das mãos dos operários⁷⁴⁸.

A *Gauche Prolétarienne* (GP) – criada em 1968 a partir da dissolução da UJCML e da adesão de elementos oriundos do famoso Movimento 22 de Março, que estivera nos incentivos iniciais do Maio de 68 – foi o grupo que mais fomentou processos de «implantação»⁷⁴⁹. A GP privilegiou as grandes fábricas – como a da Renault em Flins e a da Peugeot em Sochaux – onde parecia possível, pelo historial de luta recente, uma recusa simultânea dos patrões e do aparato sindical da CGT. Se a

⁷⁴⁶ Christophe Bourseiller (2008), *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon, pp. 114-115.

⁷⁴⁷ Marnix Dressen (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin, pp. 36-53.

⁷⁴⁸ UJCML (1968), «Sur l'établissement». <<http://archivescommunistes.chez-alice.fr/ujcml/ujcml6.html>>. Acedido a 19/10/2009.

⁷⁴⁹ Robert Linhart, um dos seus líderes, trabalhou durante um ano na fábrica da Citroën em Choisy, e escreveu um detalhado testemunho sobre essa experiência. Robert Linhart (1978), *L'Établi*. Paris: Éditions de Minuit. O livro foi editado nesse mesmo ano em Portugal, pelas Iniciativas Editoriais, com o título *O infiltrado*. A sua filha, Virginie Linhart, escreveu um balanço histórico sobre a experiência do *établissement* e, mais recentemente, um testemunho sobre a figura do pai: Virginie Linhart (1994), *Volontaires pour l'usine: vie d'établies. 1967-1977*. Paris: Éditions du Seuil; Virginie Linhart (2008), *Le jour où mon père s'est tu*. Paris: Éditions du Seuil.

UJCML procurava ainda transformar por dentro a central sindical, a GP dava prioridade ao carácter espontaneísta das lutas, empenhando o seu esforço na fermentação dos conflitos em seio laboral. Esta linha transformou-se no grande objectivo da organização, como se percebe pelas palavras quase provocatórias de um militante proletarizado da GP em entrevista dada à época: «a diferença entre nós e os restantes grupos da esquerda radical é que o nosso objectivo permanente não é a construção mas a destruição do partido. Construimos o partido para o podermos destruir»⁷⁵⁰.

Com maior ou menor intensidade, a generalidade das organizações maoístas francesas apoiou e difundiu práticas de «implantação». Para além da UJCML e da *Gauche Prolétarienne*, também o Partido Comunista Marxista-Leninista de França (PCMLF) e as diferentes cisões a que deu origem se empenharam nessas práticas⁷⁵¹. O mesmo aconteceu com o grupo anarco-maoísta *Vive la Révolution!*, bem como com os trotskistas da *Voix Ouvrière* (hoje *Lutte Ouvrière*) e os socialistas radicais do Partido Socialista Unificado (PSU), de Pierre Mendès-France e Michel Rocard.

Marnix Dressen, que dedicou a sua tese de doutoramento ao estudo das crenças e das práticas destes *établis*, estima que o seu número terá rondado os 2.000 a 3.000 entre os anos de 1968 e 1989. Na leitura de Dressen, o sistema de representações e as práticas levadas a cabo por esses «operários voluntários» formou uma autêntica «religião política». O autor explica a decisão dos jovens para o «estabelecimento» na base de uma tentativa de expiação da situação dominada da classe operária, lendo o movimento como um fenómeno místico de tipo sectário⁷⁵². O próprio Dressen, aliás, preparava-se para ser pastor protestante quando se «converteu» ao maoísmo, tendo permanecido quatro anos a trabalhar numa fábrica.

Pelo facto de serem oriundos de diferentes organizações políticas e praticado o *établissement* em diferentes tempos e lugares, essas experiências de militância

⁷⁵⁰ Cit. em Donald Reid (2004), «Établissement: Working in the Factory to Make Revolution in France», *Radical History*, n.º 88, p. 91.

⁷⁵¹ Criado em 1967 a partir do *Movimento Comunista Francês Marxista-Leninista*, o PCMLF teve como principais dirigentes Jacques Jurquet, François Marty e Raymond Casas. Em 1970, o partido dividiu-se em três: *Humanité Rouge* (futuro *Partido Comunista Marxista-Leninista*), *Front Rouge* (*Partido Comunista Revolucionário*, a partir de 1974) e *Le Travailleur*. O grupo de *Humanité Rouge* viria a sofrer novas cisões, como as que deram origem em 1971 aos *Cercles Communistes Maoïstes* e a *Ligne Rouge*. Para uma visão do maoísmo francês à época cf.: Christophe Bourseiller (2007), *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon; A. Belden Fields (1988), *Trotskyism and Maoism. Theory and Practice in France and the United States*. New York: Autonomedia, pp. 87-130; Roland Biard (1978), *Dictionnaire de l'extrême-gauche de 1945 à nos jours*. Paris: Belfond; Serge Cosseron (2007), *Dictionnaire de l'extrême-gauche*. s.l.: Larousse.

⁷⁵² Marnix Dressen (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin.

foram bastante diversificadas. Michelle Zancarini-Fournel enfatiza esta insuficiência no texto de Dessen, considerando que a recodificação religiosa do acto tende a esbater a análise das diferenças entre o tempo, o espaço e os modos como ocorreram os processos de implantação⁷⁵³. O certo é que o próprio Dessen escreveu um outro texto, sobre as dinâmicas de uma população de *établis* numa fábrica em Lyon, no qual fez uma análise mais rente ao objecto, apontando as práticas, mitos e crenças de um grupo específico e localizado⁷⁵⁴.

Por outro lado, Kristin Ross sublinha como a figura do *établi* foi motivo de algumas imagens trivializadas dos intelectuais maoístas, que os situava entre a abjecção populista e a denegação masoquista. Na sua opinião, isso terá mesmo alimentado uma catalogação simplista do Maio de 68 de acordo com duas esferas estanques de leitura – ou abnegação purista, ou hedonismo filolibertário. A primeira fomentara uma vontade quase religiosa de redenção e de diluição do militante nas massas; a segunda estaria na base de uma sociedade lúdica e individualista, que se viria a instaurar nos anos oitenta, e que se encontra patente nas leituras de Gilles Lipovetsky, Alain Renaud e Luc Ferry. Com uma maior complexidade sociológica, também Luc Boltanski e Eve Chiapello falam da «crítica social» e da «crítica artística» como duas dimensões presentes durante o Maio de 68 mas relativamente autónomas, tendo a cooptação desta última pelo capitalismo, ao longo dos anos oitenta, servido para dotar o sistema de um «novo espírito», regido pela criatividade, pela liberdade laboral e pelo elogio do trabalho em rede⁷⁵⁵. Em sentido diverso, Ross defende que em muitos casos «a individualidade foi completada e não submersa pelo colectivo», apresentando exemplos de experiências no âmbito da contestação das décadas de 1960 e 1970 que se apresentaram simultaneamente como «sérias e felizes»⁷⁵⁶.

⁷⁵³ Michelle Zancarini-Fournel (2001), «A propos des militants établis», *Mouvements*, n.º 18, pp. 148-152.

⁷⁵⁴ Marnix Dessen (2000), *Les Établis, la Chaîne et le syndicat. Évolution des pratiques, mythes et croyances d'une population d'établis maoïstes 1968-1982. Monographie d'une usine Lyonnaise*. Paris: L'Harmattan.

⁷⁵⁵ Luc Boltanski e Eve Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, pp. 244-245.

⁷⁵⁶ Kristin Ross (2002), *May'68 and its afterlives*. Chicago: Chicago University Press, pp. 99-100.

14.2 A «implantação» em Portugal

A realidade dos jovens maoístas que decidiram abandonar os seus estudos para «ir para a fábrica» não ocorreu apenas em França. Só na Europa, conhecem-se trabalhos académicos que mencionam processos semelhantes desenvolvidos na Bélgica, na Noruega e em Espanha⁷⁵⁷. No país, foi *O Grito do Povo* – OCMLP, a partir de 1973 – quem se destacou nessa vertente. Contudo, existem referências, em outros grupos, de ida para as fábricas ou de instalação em zonas pauperizadas com o intuito de desenvolver trabalho político⁷⁵⁸. Note-se que em Portugal – tal como no caso espanhol – os casos os níveis de clandestinidade e dissimulação seriam necessariamente maiores do que nos casos francês, belga e norueguês, dada a ilegalidade das organizações e o carácter muito mais intenso da repressão.

Segundo Pedro Baptista, o principal dirigente de *O Grito do Povo*, a ideia de um trabalho de implantação no operariado está presente no colectivo desde os seus primórdios. No seu entendimento, mais do que o exemplo francês, ressoava o imaginário chinês dos estudantes que abandonavam a educação superior para trabalhar e viver com e como o proletariado. De início, a implantação foi feita por quadros operários da zona da Foz e que criaram comités operários na zona de Matosinhos, Leça e Porto⁷⁵⁹. Em 1971 já há militantes a fazer esse percurso, instalando-se daí em diante no Porto, Aveiro, Minho, Covilhã, Coimbra, Leiria e Setúbal.

Um parte dos elementos que vai para a implantação no operariado fabril é oriunda do meio estudantil do Porto. Pouco interessada inicialmente na acumulação de capital militante neste terreno, *O Grito do Povo* escolheu muitas vezes estudantes com responsabilidades recém-adquiridas nos CRECs, o que dificultou a sua estruturação. Poucos meses após a formação deste destacamento estudantil, criado

⁷⁵⁷ Na Bélgica, os processos de implantação foram feitos essencialmente por militantes do maoísta PTB (Partido do Trabalho da Bélgica). Cf. Imelda Haesendonck (1999), *L'usine*. Bruxelles: EPO. Na Noruega, o processo foi estimulado pelo AKP (m-l) [Partido Comunista dos Trabalhadores (marxista-leninista)]. Cf. Hans Petter Sjoslashli (2008), «Maoism in Norway: And how the AKP (m-l) made Norway more Norwegian». *Scandinavian Journal of History*, Vol. 33, n.º 4, pp. 478-490. Em Espanha foi o Partido Comunista de Espanha (Internacional), criado em 1967, que promoveu esse percurso, bem como o Movimento Comunista de Espanha, sobretudo entre os anos de 1972 e 1973. Cf. Alberto Carrillo-Linares (2008), *Subversivos y Malditos en la Universidad de Sevilla (1965-1977)*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces, p. 217; Consuelo Laiz (1995), *La Lucha Final: los partidos de la izquierda radical durante la transición española*. Madrid: Los Libros de la Catarata, p. 133.

⁷⁵⁸ Berta Macias, ligada a Luta Comunista, trabalhou na Riviera, uma fábrica da indústria alimentar, após ter estudado em Coimbra. Amílcar Sequeira e Berta Macias. Depoimento, 12/02/2010. Os CCR (m-l) e a URML também desenvolveram práticas semelhantes, com alguns estudantes e ex-estudantes a trabalharem na margem sul ou a integrarem o associativismo operário da zona.

⁷⁵⁹ Pedro Baptista. Entrevista, 07/02/2008.

em finais de 1971, o primeiro CREC do Porto viu partir dois dos seus quatro elementos para a implantação (Clara Barbot e Manuela Juncal). Nessa altura, em Fevereiro de 1972, Carlos Queirós entrou para a direcção do CREC e também ele irá para trabalhar para uma fábrica (a Casal, na zona de Aveiro), o mesmo ocorrendo com Manuela Neves.

Um pouco diferente é o percurso de Aurora Grandão. Nascida numa aldeia perto de Foz Côa, filha de uma professora primária, estudou num colégio de freiras em Lamego e no Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra, antes de ingressar no curso de Matemática nesta cidade. Politizou-se rapidamente no contexto da «crise académica de 69», convivendo com trotskistas e maoístas no CESE (Centro de Estudos Sócio-Económicos). Abandonou os estudos em 1970/71, tendo dado aulas em Oliveira do Bairro e decidido no ano seguinte ir «trabalhar para a produção». Empregou-se primeiro na Fiaco, uma empresa têxtil na zona industrial de Coimbra, onde permaneceu três ou quatro meses. Após a prisão do seu namorado na sequência das greves do Instituto Superior Técnico, Aurora Grandão, interceptada pela polícia na sua casa em Lisboa, decidiu mudar de fábrica, desta feita já sob outra identidade. Foi trabalhar para a Cesol, uma fábrica de cerâmica em Souselas, nos arredores de Coimbra, vivendo na Pampilhosa do Botão. Mais tarde, na companhia de outro militante com quem fazia «casal», deslocou-se para a zona de Leiria, onde se empregou novamente numa fábrica de cerâmica, a Irmãos Kunz⁷⁶⁰.

Não existem dados seguros quanto ao número de pessoas que fizeram este percurso, mas terão sido seguramente mais de quarenta⁷⁶¹. Estes «estágios para saber viver, sofrer e lutar com as largas massas»⁷⁶², como num texto de rescaldo lhes chamará a OCMLP, não foram só efectuados por estudantes. Alguns operários politizados que, por razões de segurança, se tinham de deslocar de localidade, também o fizeram. Em Setúbal, por exemplo, a implantação foi feita em 1973 com dois casais do Porto que foram trabalhar para fábricas da região⁷⁶³.

Quadros vindos do exterior, na sua maioria desertores, também alimentaram o processo. Assim, alguns militantes afluíram directamente de *O Comunista* para a implantação, ainda antes da união formal com *O Grito do Povo*. Tito Agra Amorim

⁷⁶⁰ Aurora Grandão. Entrevista, 17/06/2010.

⁷⁶¹ Pedro Baptista refere que terão sido «talvez mais de uma centena». Entrevista, 16/01/2008. Pedro Bacelar de Vasconcelos fala em «talvez trinta», ainda que ressalve não conhecer bem a estrutura clandestina à época. Entrevista, 07/02/2008. José Queirós fala de 40 a 80 estudantes que deixaram a universidade para ir trabalhar, ou para as fábricas ou para funções relacionadas com a tentativa de aumentar a influência da OCMLP no meio operário. Entrevista, 07/02/2008.

⁷⁶² *Foice e Martelo*, n.º 1, Fevereiro de 1975.

⁷⁶³ Informação cedida por José Manuel Lopes Cordeiro. E-mail, 23/10/2009.

veio de França para junto de Manuela Juncal, indo ambos viver para Brito, na zona do Vale do Ave. Jorge Marques Gomes veio igualmente do exterior, instalando-se primeiro na zona de Coimbra e depois na zona de Leiria⁷⁶⁴. Ana Cristina Rosenheim Rodrigues vivera em França desde 1965, onde estudou Psicologia, se envolveu em colectivos militantes ligados ao cinema e ao activismo contra a guerra do Vietname, e participou no movimento de 1968.

A partir de certa altura, penso: e porque é que eu não vou lá para Portugal? Foi um desejo meu. Só que eu não sabia até que ponto estava «queimada» cá. Eu não era uma pessoa que me escondesse mas também não me afirmava muito. Pelo sim, pelo não, vim clandestina, passei a salto. Como a linha da OCMLP no norte era criar células em sítios sobretudo fabris, fui primeiro para perto de Aveiro, para Estarreja, e depois daí vou para a Covilhã. Isto para aí em 1972 ou 1973. Não tenho ideia precisa de quando foi.⁷⁶⁵

Nuno Morais («Viriato») já se havia instalado na zona e Ana Cristina Rosenheim fará «casal» como ele, vivendo na aldeia de Carvalho. Nuno Morais trabalhava numa tinturaria enquanto Cristina Rosenheim se empregou na «Fábrica Velha». Mais tarde juntar-se-ia «Adelaide» e Pedro Bacelar de Vasconcelos, bem como Pedro Guedes, professor na Covilhã que não se encontrava clandestino. Pedro Bacelar é um exemplo de como a politização desta juventude se cruzou com o activismo anticolonial. Após uma empenhada participação no meio estudantil coimbrão, a sua entrada efectiva na OCMLP só aconteceu quando decidiu «ir para a fábrica». Esta decisão, recorda, foi pessoal e ocorreu após a deserção em Setembro de 1973 com «todo o material de guerra que consegui meter no saco»⁷⁶⁶.

O objectivo político destes «estabelecidos» era o de implantar células da OCMLP, os chamados Comitês Operários. Se há casos de «sucesso» – isto é, de construção de células e de trabalho propagandístico – alguns militantes evocam também as dificuldades sentidas ao tentarem penetrar efectivamente no território operário. Carlos Queirós recorda que sempre sentiu, em relação às pessoas que tomava a iniciativa de se aproximar, «que elas achavam que havia qualquer coisa em mim que

⁷⁶⁴ Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008.

⁷⁶⁵ Ana Cristina Rosenheim Rodrigues. Entrevista, 03/03/2008.

⁷⁶⁶ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

não era completamente transparente...». Lembra-se também de ter visto à época relatório internos que testemunhavam experiências similares à sua⁷⁶⁷.

Aurora Grandão sublinha a naturalidade com que se relacionava com as colegas mas realça a dificuldade em ultrapassar o domínio da conversa de circunstância. A forma de o fazer passava por «comentar o custo de vida». Por outro lado, a dureza do trabalho – «carregávamos camionetas com molhos de sarrafos bastante pesados» – levava a que existisse um «ódio danado aos estudantes». Já em Leiria, na Fábrica Irmãos Kunz, recorda-se de ter estimulado uma paralisação por aumentos salariais, através da «confiança que consegui junto a um operário forneiro mais idoso e respeitado», que liderou a contestação⁷⁶⁸.

Manuela Juncal também refere o «salto enorme» que era passar da conversa mais circunstancial ao domínio da política. A condição feminina ajudava a criar cumplicidades junto das colegas tecedeiras, mas também punha entraves específicos:

Eu tinha contactos pessoais e algumas amigas, mas depois não sabia como transformá-los em contactos políticos. Toda a gente estava de acordo que a vida estava caríssima, que a guerra era um horror, etc., mas depois como era? «Nós temos umas reuniões e tal, vem daí?». E os maridos? (...)

Houve momentos muito complicados. Como quando elas quiseram ver as minhas fotografias de casamento e saber como e onde tinha sido. Eu não tinha tido uma educação católica. Era um OVNI completo. Nem inventar sabia. Mas meti tanto os pés pelas mãos que toda a gente achou que eu estava amigada e nunca mais ninguém perguntou nada. Isto para mim era estranhíssimo. Aceitem-me assim.⁷⁶⁹

Os níveis de duplicidade requeridos podiam implicar transtornos quotidianos. Se alguns jovens mantinham laços amorosos que se prolongaram para a «implantação» – é o caso de Manuela Juncal e Tito Agra Amorim – a muitos cabia desempenhar a tarefa teatral de fingir uma relação com um camarada, o que terá levado a constrangimentos vários. Outro aspecto consistia no uso público de uma identidade falsa. Aurora Grandão, que em Souselas esteve sob o nome de «Helena», lembra as dificuldades concretas, também de índole psicológica, que isso lhe criou. Ao

⁷⁶⁷ Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008.

⁷⁶⁸ Aurora Grandão. Entrevista, 17/06/2010.

⁷⁶⁹ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

transferir-se para Leiria, meses mais tarde, optou por manter o seu nome verdadeiro, mas mencionando ter apenas a quarta classe⁷⁷⁰.

Por outro lado, tornava-se igualmente necessário efectuar um corte com a família. Pedro Bacelar recorda que escreveu uma carta que foi colocada em Paris e na qual dizia à família para não se preocupar que «estava tudo bem»⁷⁷¹. Aurora Grandão refere o sofrimento que lhe foi provocado pela necessidade de se apartar da sua família, processo que a levou a rasgar todas as fotos que tinha, e que a podiam identificar. Evoca ainda a dificuldade que consistiu a passagem do Natal sozinha e a descoberta da sobrinha que não conhecia⁷⁷².

Uma das tarefas consistia distribuir propaganda ou deixá-la à porta das fábricas, frequentemente de noite. Aurora Grandão lembra-se de um comunicado que ajudou a redigir, com dados sobre o aumento do custo de vida, de os ter colocado à porta da fábrica, e depois incitado conversas sobre o assunto, que tiveram algum eco⁷⁷³. Manuela Juncal recorda que o fez com um boné e tentando passar por homem. Este activismo, já de si tímido e calculado, era acompanhado de um desinvestimento em actividades intelectuais, como a leitura e o debate político e cultural, o que é anotado como causador de abatimento psicológico⁷⁷⁴.

Simbolicamente alicerçado na rejeição da cultura burguesa, a «implantação» incorporava um evidente fascínio pela classe operária. Em alguns casos, foi significativa a descoberta da distância entre o «operário concreto» e o «operário imaginado», por um lado, e a consciência da dificuldade em tornar transparente a roupagem militante. Sobre isso, reflecte Carlos Queirós:

Era a tentativa de contacto com as pessoas que achávamos que iam mudar isto. Era uma ideia maoísta, estar no meio das pessoas, viver com elas, viver como elas. Isso era um pouco ilusão... Vivíamos em casas onde havia reuniões, máquinas de impressão, etc. A minha casa não era uma casa onde eu pudesse trazer gente. Havia alguns constrangimentos a essa ideia de viver de forma igual aos operários.⁷⁷⁵

⁷⁷⁰ Aurora Grandão. Entrevista, 17/06/2010.

⁷⁷¹ Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

⁷⁷² Aurora Grandão. Entrevista, 17/06/2010.

⁷⁷³ *Ibidem*.

⁷⁷⁴ Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

⁷⁷⁵ Carlos Queirós. Entrevista, 15/03/2008.

Aurora Grandão considera que nem todos os estudantes podiam ir trabalhar para uma fábrica, sendo para isso necessário algumas características das quais ressalva o «espírito de sacrifício». Secunda assim a interpretação de Marnix Dressen, para quem o sacrifício é um dos conceitos nucleares dos processos de implantação. Na leitura de Dressen, o sacrifício aparece como um modo de sublimação que visava estabelecer um contacto directo com um elemento ético-religioso colocado acima dos impulsos individualistas. A implantação é assim percebida como uma forma de «penitência» que permite expiar a origem de classe e entrar em contacto directo com a classe operária⁷⁷⁶. Em última análise, visava-se não só estabelecer a organização no seio operário mas também transfigurar o sujeito militante de forma a que adquirisse o olhar, o corpo e os sentidos do sujeito revolucionário por excelência.

⁷⁷⁶ Marnix Dressen (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin, pp. 36-53.

CAPÍTULO 15

O revolucionário em construção

Se um militante regateia o tempo livre de que dispõe para se formar politicamente, tanto em teoria como na prática, mais vale ir à sua vida e abandonar a causa da revolução em paz, ou então organizar-se apenas como simpatizante. Se um militante põe os seus interesses privados à frente dos interesses da revolução, se põe os seus interesses pessoais à frente dos interesses do povo, não está a ser mais do que um revisionista e é, portanto, um sabotador da Revolução, um contrarrevolucionário, um inimigo do povo.

Novo Militante, n.º 1, 1967⁷⁷⁷

A quantificação do universo maoísta esbarra desde logo na necessária diferenciação entre militantes, simpatizantes organizados e simpatizantes não organizados. Os primeiros faziam parte das instâncias efectivamente comunistas, entendidas como espaço de vanguarda circunscrito aos elementos politicamente mais «avançados». Os segundos, encontravam-se (ainda?) destinados ao activismo em organizações para-comunistas ou frentistas, que funcionavam geralmente como estruturas intermédias entre o colectivo leninista e o associativismo – estudantil ou cooperativo, por exemplo. Nelas se tomava contacto com as formulações ideológicas da organização, que utilizava frequentemente estes espaços variados como forma de captação de militantes.

⁷⁷⁷ «Um militante marxista-leninista: um quadro revolucionário», *O Novo Militante*, n.º 1, Junho de 1967.

Entre 1964 e 1974, as sucessivas gerações de militantes contabilizarão no seu conjunto algumas centenas, mas este número sofre um acréscimo bastante significativo se lhe somarmos, por um lado, todos aqueles que participaram activamente em estruturas estudantis e anticoloniais e, por outro, aqueles que foram directamente tocados pela propaganda e pela acção dos sectores maoístas, envolvendo-se claramente em dinâmicas activistas, embora possuindo um vínculo organizacional ténue. Com efeito, se a condição de militante era o cume de um processo antecedido pela presença em estruturas de cariz «frentista», muitas vezes a dinâmica activista ultrapassava isso, tecendo veios claros de pertença a determinado colectivo estrito, mesmo que a ligação efectiva estivesse exclusivamente confinada a estruturas associativas, estudantis, anticoloniais ou cooperativas.

Não obstante o discurso de circunscrição ideológica efectuado por cada organização, acentuando as suas virtualidades políticas e as incongruências dos outros grupos, vários entrevistados frisam a dimensão «associativa» do seu activismo, capaz de produzir lógicas de intervenção política mais maleáveis e «dialogantes». Arsélio Martins, por exemplo, aproximara-se dos «Pops», ligados à UEC (m-l), enquanto estudante na Faculdade de Ciências de Lisboa, mas tinha igualmente contacto com membros da EDE. Regressado ao Porto, recorda-se de participar em acções dos católicos e em iniciativas do Movimento de Jovens Trabalhadores, ligado ao PCP, e da UNICEPE. Ao mesmo tempo que fez parte de uma lista «unitária», ligada à UEC, mantinha proximidades com franjas trotskistas e maoístas. No início da década de 1970, viria a ser presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, numa lista sob a sigla «Por uma Universidade Popular», afecta à UEC (m-l), e que integrava «os jovens mais divertidos e bons alunos que, no ano anterior, se tinham destacado no combate contra a Queima das Fitas»⁷⁷⁸.

15.1 As forjas dos revolucionários

A maioria das mulheres e homens que se envolveram no activismo maoísta da época fizeram-no em idade jovem. Boa parte dos quadros dirigentes e intermédios procedeu do meio estudantil, mesmo que depois dele se afastasse para entrar na clandestinidade ou efectuar trabalho em áreas populares. Assim, se nem todas as estruturas políticas m-l e maoístas nasceram e cresceram em estrito território estudantil, há que conceder um lugar destacado aos Liceus e às Universidades

⁷⁷⁸ Arsélio Martins. Depoimento, 02/07/2010. Refere os nomes de Renato Soeiro, Luís Ruivo Domingos, César de Sá e Carlos Fragateiro.

enquanto espaços através dos quais se despontou para a «política possível». Vários informantes sublinham o papel do movimento estudantil na sua politização, na medida em que nas universidades e nas escolas vigorava uma hegemonia de pólo contrário e era possível aí, pela dinâmica política existente, aprofundar um conjunto de competências relacionadas com a organização, a argumentação e o conhecimento teórico do marxismo.

A partir da década de 1960 assistiu-se a um evidente incremento da procura escolar com uma explosão acentuada no decénio seguinte. Segundo Rui Grácio, a expansão do sistema de ensino foi, no troço situado entre 1958 e 1974, o fenómeno mais importante no campo educativo. No ensino secundário, o número de alunos duplicou entre 1970 e 1973, com especial destaque para o aumento da frequência dos liceus, que passaram de 51 para 151 entre 1970 e 1974, no decurso da reforma Veiga Simão. Assim, se em 1960-61 frequentavam o ensino secundário 209.283 alunos, esse número cresceu em 1970-71 para 404.572 (com 137.259 alunos no Liceu) e para 592.400 (com 211.772 alunos no Liceu). A frequência do ensino superior também aumentou consideravelmente, passando de 24.149 em 1960-61 para 49.461 em 1970-71 e fixando-se em 58.605 em 1973-74⁷⁷⁹.

Com efeito, e não obstante as limitações de mobilidade social existentes durante o Estado Novo, extractos sociais de baixa escolaridade começam progressivamente a colocar os seus filhos a estudar. É o caso de Rui Gomes:

Eu venho de um meio com pouca escolaridade. Sou o primeiro que vai estudar para o Liceu. O meu irmão mais velho não vai para o Liceu. O meu pai era de Trás-os-Montes, na altura quase toda a família se desmembra, uns vão para o Brasil e outros para Lisboa, como foi o caso dele. Aí torna-se assalariado e, com a ajuda de um familiar distante, torna-se taxista. Depois, aos poucos, foi adquirindo táxis. Tinha uma vida razoável mas não tinha propriamente grandes posses.

Isso cruza-se, aliás, com uma das ideias fortes que tenho sobre esse período e que é esta: o meu percurso coincide com o percurso de muitos colegas meus no MAEESL. A constituição social do MAEESL ainda tem algo do movimento estudantil dos anos sessenta – oriunda uma burguesia

⁷⁷⁹ Rui Grácio (1990), «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo. Volume V*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 223-224; Sérgio Grácio (1999), «Política Educativa nos Anos Sessenta: o Esgotamento de um Modelo», in Maria Cândida Proença (coord.), *Maió de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 171-183.

urbana e escolarizada, bem na vida – mas há outra parte, a que eu pertenço, que vem desta origem social.⁷⁸⁰

Um genérico posicionamento anti-regime, cada vez mais radicalizado, foi-se impondo nos liceus e nas universidades ao longo da década de 1960 e durante a primeira metade da década de 1970. Observa-se então a eclosão explícita de novos repertórios de contestação, como a crítica à guerra colonial, ao capitalismo e à função da escola e da ciência na ordem económica vigente. Ainda que pulverizado e dividido por várias facções em disputa, o movimento estudantil destes anos politizou-se profundamente, ao mesmo tempo que era alvo de uma repressão crescente entre 1969 e 1973, constituindo os estudantes, neste último ano, um terço do total dos presos políticos⁷⁸¹.

Antes de afirmarem o seu compromisso com o maoísmo, vários estudantes tiveram passagens pelo PCP ou por organizações por ele influenciadas. Contudo, este fenómeno é mais observável na geração inicial da FAP e do CMLP, e na que a sucede imediatamente, do que a partir de 1968, quando se instala uma mais clara recusa do PCP, sobretudo pela crítica do partido à deserção, pela distinção que era efectuada entre temas passíveis de abordagem em terreno «associativo» e as questões mais delicadas da guerra colonial e da crítica sistémica ao regime, pela defesa da invasão soviética de Praga e pela menor receptividade do PCP à ambiência filo-libertária trazida pelos ventos condensados no Maio de 68.

Outros despertaram para a política no contexto do catolicismo. Pedro Bacelar de Vasconcelos nota a importância de ter sido eleito presidente da JEC (Juventude Escolar Católica) para a Diocese do Porto, em 1967, o que lhe abriu contacto com os meios católicos progressistas, dos quais se veio a afastar de seguida⁷⁸². Glória Ramalho também sublinha a sua ligação à JUC quando entrou para a Universidade em 1965, tendo feito trabalho de dinamização cultural com o padre José Vieira Marques⁷⁸³. Carlos Marques, por sua vez, estudara no colégio jesuíta de S. João de Brito e tivera «uma formação católica muito forte». Aderiu à JUC (Juventude Universitária Católica) após entrar em 1966 na Faculdade de Ciências de Lisboa e

⁷⁸⁰ Rui Gomes. Entrevista, 02/04/2009.

⁷⁸¹ Cf. Guya Accornero (2009), *Efervescência Estudantil. Estudantes, Acção Contenciosa e Processo Político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 292; Miguel Cardina (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.

⁷⁸² Pedro Bacelar de Vasconcelos. Entrevista, 07/02/2008.

⁷⁸³ Glória Ramalho. Depoimento, 13/12/2007.

começou a envolver-se na estrutura. Na sequência das cheias de Novembro de 1967, a JUC decidiu participar nas acções de auxílio e dividiu-se entre os que optaram por ir com a Caritas e com a Conferência de S. Vicente de Paulo e aqueles que decidiram acompanhar o movimento estudantil, como foi o caso de Carlos Marques. Após ter sido eleito Presidente da JUC, participou activamente na associação de estudantes da Faculdade de Ciências e transferiu-se para o Instituto Superior Técnico, onde viria a integrar a corrente associativa ligada aos CCR (m-l), antes de ser expulso da escola com algumas dezenas de outros activistas⁷⁸⁴.

As cheias, aliás, foram para muitos estudantes o momento decisivo de ruptura com o Estado Novo. Se na imprensa nacional as notícias vincavam a ideia de uma «catástrofe natural», o *Solidariedade Estudantil*, feito pelo Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, apresentava estatísticas baseadas em dados do Serviço Meteorológico Nacional, mostrando que o máximo de pluviosidade havia ocorrido no Estoril, apesar das mortes terem acontecido nos bairros de lata de Lisboa e arredores e nas zonas pobres do Ribatejo⁷⁸⁵. Jorge Wemans, na altura estudante liceal ligado às estruturas católicas, salienta desta forma os efeitos duradouros das cheias:

Lembro-me que, depois das cheias, quando queríamos difundir as teses do Congresso de Aveiro, algum documento anti-colonial, pensar a participação nas eleições de 69, organizar um campo de férias, uma qualquer acção ou encontro de reflexão, começávamos a trocar nomes e números de telefone e lá surgia a eterna pergunta: «Mas quem é esse tipo, será de confiança?» Que obtinha a inevitável resposta: «Então, não te lembras? Também andou nas cheias connosco!» Ter participado naqueles dias tornara-se cartão de apresentação suficiente.⁷⁸⁶

Este episódio demonstrou até que ponto uma concepção do conjunto estudantil como corporação ensimesmada se revelava definitivamente ultrapassada. Diana

⁷⁸⁴ Miguel Medina (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação, pp. 51-61.

⁷⁸⁵ *Diário da Manhã*, n.º 13060, 27/11/1967; *Solidariedade Estudantil*, n.º 2, Novembro de 1967. O *Comércio do Funchal* apresentou alguns números da acção dos estudantes em prol das vítimas da catástrofe: «máximo diário de participação: 1.300 estudantes (01/12); média diária aproximada: 600 estudantes; soma dos números de participação diária: 5.760 estudantes (até 06/12); média diária de horas de trabalho: 8 horas (entre as 12 horas e as 6 horas); número total de horas de trabalho oferecidas: 44.080 horas». *Comércio do Funchal*, n.º 1964, Dezembro de 1967.

⁷⁸⁶ Jorge Wemans (1997), «Os miúdos nas Cheias», *Pública*, n.º 79, 23/11/1997.

Andringa, para além de afirmar que foi nesse contexto que ganhou o «bichinho» do jornalismo, explica que o momento representou um «grande confronto com a realidade» para um meio estudantil essencialmente oriundo da burguesia e desconhecedor das zonas mais degradadas do país⁷⁸⁷. Longe das preocupações elitistas de outrora, os estudantes ensaiavam agora uma efectiva abertura à sociedade, efectuada num liame de contornos marxizantes, através do encontro com as faixas mais pauperizadas da população.

Se as escolas secundárias e as universidades iam funcionando como alfobres de futuros revolucionários, a própria dinâmica contestatária que emergia do seu interior acabava por se confrontar com a necessidade de um outro tipo de envolvimento político. Paula Fonseca, que viera de Moçambique em 1963 para estudar no Instituto Superior Técnico e foi uma activa dirigente associativa entre 1966 e 1969, antes de fazer parte do núcleo directivo dos CCR (m-l), sublinha esse aspecto:

Nós fomos crescendo na nossa luta. Uma luta muito espontaneísta e depois aberta à influência do Maio de 68. Eu lembro-me de um cartaz que fizemos por causa do aumento de preços da cantina (...). Dizia: «A Escalada Continua». Eu posso perguntar: mas continua para onde? Dentro da legalidade já não podíamos escalar mais. E houve um momento em que tínhamos de fazer mais qualquer coisa. Em Portugal, eu penso que o maoísmo pegou mais porque não tínhamos capacidade para movimentos como a *Lotta Continua*, ou quejandos, porque ia tudo preso. O PC não estava lá, era cinzentão, a querer controlar as coisas... Muitos de nós aderiram a organizações «m-l» porque a estrutura clandestina se adequava ao tipo de luta possível.⁷⁸⁸

A crescente espiral mobilização-repressão atirava o movimento estudantil para patamares superiores de radicalidade que exigiam ao mesmo tempo o abandono do espaço circunscrito do *campus* universitário. Apesar de notar a passagem «lógica» entre o activismo estudantil e a militância m-l, Paula Fonseca distingue, porém, entre a «grande festa» que ocorria no âmbito do primeiro e o medo e a autolimitação associados ao compromisso com as estruturas clandestinas.

⁷⁸⁷ Miguel Medina (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação, pp. 73-74.

⁷⁸⁸ Paula Fonseca. Entrevista, 07/01/2008.

O movimento estudantil era uma grande festa. Apesar dos medos da PIDE. Naquela época a PIDE só prendia a doer quando presentia organizações clandestinas, o que não era o caso. Ocupámos o pavilhão central, dávamos uma flor a cada pessoa, acabámos com a sala das alunas... ou seja, era muito o aspecto lúdico. E mesmo nas manifestações de rua com a polícia de choque e seus cães estávamos juntos.

A minha fase mais cinzenta, são os anos «m-l». Não tinha a festa do movimento associativo. Pelo contrário, estava cheia de medo, a fazer panfletos com imensas páginas que demoravam muito tempo a secar, meter os panfletos nas caixas de correio sempre à espera que aparecesse a PIDE, realizar encontros que nos angustiavam porque a PIDE nos podia ter seguido ou ao camarada com quem nos íamos encontrar, ou esperar simplesmente que o outro viesse de um encontro. E o medo é uma coisa horrível, era a coisa mais horrível do fascismo. Acho que fiquei aliviada quando fui presa (risos). Olha, já esta!⁷⁸⁹

A relativa osmose entre juventude estudantil e militância m-l explica a tensão discursiva que se instala entre a afirmação do proletariado como sujeito histórico e a identificação positiva da combatividade estudantil. Em Junho de 1969, *O Comunista* realçava o papel do estudante na luta revolucionária ao afirmar que «a massa estudantil de todos os países se encontra mobilizável para o combate contra a burguesia nacional». Após mencionar a luta coimbrã de 1969, o artigo sublinhava a necessidade do movimento reagir à tentativa de isolamento que o governo procurava impor, o que seria possível através do «militantismo político», ou seja, através de acções concretas como a luta contra a guerra colonial, a divulgação e propaganda das lutas nacionais e internacionais dos trabalhadores e a organização de manifestações conjuntas entre operários e estudantes⁷⁹⁰.

Reconhecendo que o estudante «tem uma origem de classe pequena, média e mesmo grande burguesa», também a FEML, organização estudantil do MRPP, considera que o grupo social estudantil reúne certas particularidades que o colocam na posição de «combativo aliado do proletariado».

⁷⁸⁹ *Ibidem*.

⁷⁹⁰ «Sobre as lutas operárias e estudantis», *O Comunista*, n.º 3, Junho de 1969.

O facto de o estudante não estar enquanto tal ligado directamente ao processo produtivo, à exploração, o seu amplo acesso às fontes da cultura revolucionária inerente ao seu estatuto social, a generosidade e combatividade inerentes à juventude, tudo isto contribui para o estudante surgir no mundo da luta de classes com agudo sentido crítico e acirrada oposição à alienação e exploração consubstanciadas no processo da exploração capitalista.⁷⁹¹

O objectivo proposto pela FEML era o de «radicalizar e politizar crescentemente as batalhas estudantis por forma a colocá-las abertamente ao lado das lutas da classe operária»⁷⁹². Ao contrário da UEC e da UEC (m-l), que traçavam linhas divisórias entre os temas a ser agitados no meio associativo estudantil e as questões mais políticas relativas à guerra e ao sistema político-económico, a abordar por estruturas clandestinas próprias, os militantes da FEML desenvolviam nas universidades um activismo mais aberto e arrojado, o que ajuda a explicar as várias prisões de que foram alvo.

Muitos jovens estudantes ansiavam pelo contacto com o meio operário e, para além daqueles que abandonaram os estudos, vários buscaram um efectivo contacto com a realidade da exploração operária. Diz João Silva:

Para nós, jovens que começávamos a entrar na literatura marxista-leninista, o ir trabalhar com operários era algo a que se ambicionava. Mais tarde, eu próprio vou dirigir jovens que estão no meio estudantil e a aspiração máxima deles é puderem ver-se livres das associações e ir para o meio operário desenvolver trabalho. E nem todos podiam ir, obviamente. A organização seleccionava através de critérios que iam desde motivos de segurança até à formação ideológica dessas pessoas. Depois dava-se a integração nos meios operários. A pessoa geralmente começava por

⁷⁹¹ «Balanço para uma linha revolucionária da luta estudantil», *Guarda Vermelha*, n.º 1, Junho de 1971. Ainda mais significativo é este excerto de *O Bolchevista*: «Generosa, dedicada, ardente, revolucionária na sua luta contra a sociedade velha, relativamente consciente em virtude da abundância de tempos livres e do acesso à cultura burguesa, convencida de ser possível modificar o universo em dois tempos, tocada de muito perto e na própria carne pelos problemas da guerra colonial, influenciada pelo vento vermelho da revolução predominantemente pelo seu romantismo libertador.» «Alguns reflexos das contradições coloniais na construção do Partido Comunista», *O Bolchevista*, n.º 17, Setembro / Outubro de 1973.

⁷⁹² «Balanço para uma linha revolucionária da luta estudantil», *Guarda Vermelha*, n.º 1, Junho de 1971.

integrar-se numa colectividade. Na altura o associativismo operário era muito grande. Eu andei pela Baixa da Banheira, por Moscavide...⁷⁹³

Carlos Marques sustenta que «para um jovem estudante que tinha já preocupações políticas, não organizado partidariamente, mas que queria ter um papel activo, a Margem Sul era o sítio para ir»⁷⁹⁴. Esta convicção está naturalmente associada à presença de grandes indústrias na área, como é o caso da Lisnave, da Setenave, da Siderurgia e da Quimigal, com a concomitante existência de focos populares e operários, alguns deles com forte tradição reivindicativa. Eduardo Pires – que chegaria a 1.º secretário do PCP (R) – crescera na Baixa da Banheira, embora tenha sido a frequência do movimento estudantil, no Instituto Superior Técnico, a partir de 1967, que mais decididamente lhe despertou a consciência política. No Outono de 1972, decide ir trabalhar para a Lisnave como monitor de modo a estar em contacto directo com esse grande centro operário. Nessa altura, a vida universitária estava já secundarizada, vivendo na Baixa da Banheira com outros jovens politizados. Preso nas vésperas do 1.º de Maio de 1973, seria contactado para aderir ao PCP logo a seguir, mas viria a integrar os CCR (m-l), nos meses finais de 1973, recrutado por Acácio Barreiros⁷⁹⁵.

Outro percurso trilhara Carlos Santos, que tivera uma adolescência com problemas económicos, trabalhando nas férias para continuar os estudos no ensino secundário. Morando no Barreiro, entrou no ISCEF como trabalhador-estudante ao mesmo tempo que começou a sua militância na URML. Afirma:

O mais interessante foi o contacto com meios operários. A URML pôs-me em ligação com dois estivadores que eram simpatizantes e com eles passei a reunir. Com um deles aprendi o abc da clandestinidade que eu não conhecia. Com eles conheci a vida de quem trabalhava no porto de Lisboa. Lembro-me que imprimíamos panfletos numa «vietnamita», mas eram eles quem os distribuía. Com um desses simpatizantes reunia semanalmente, a partir de certa altura ao Sábado de manhã, o que constituía um dos grandes prazeres da minha vida de então. Tomava contacto com a vida concreta dos estivadores, com as conflitualidades políticas e sindicais. Aprendi muito, embora boa parte do que aprendi

⁷⁹³ Paula Fonseca. Entrevista, 09/01/2008.

⁷⁹⁴ Miguel Medina (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação, pp. 51-61.

⁷⁹⁵ Eduardo Pires. Depoimento, 27/10/2010.

então só veio a ter algum papel no pós-25 de Abril, continuando a ligação à classe operária, não já com os estivadores do porto de Lisboa, mas com operários das grandes fábricas da Margem Sul: CUF, CP, Lisnave, Setenave, Portucel, etc.⁷⁹⁶

De facto, desde a sua constituição que a URML acertara como linha de actuação o afastamento do movimento estudantil. José Luís Castro recorda que a partir de 1971 deixou de ir às aulas e que apenas se inscrevia para adiar o embarque para as colónias. Algo semelhante menciona José Manuel Garção quando afirma ter cortado, por exigências da conspiratividade, com os amigos e com o ambiente politizado de Económicas e da Livrelco⁷⁹⁷. Acontecimentos como as eleições de 69 ou a agudização da guerra colonial funcionaram então como importantes momentos-chave que contribuíram para que a presença da extrema-esquerda maoísta se estendesse igualmente a territórios não estudantis.

O percurso de Norberto Isaac é ilustrativo de como esta ecologia radical foi tocando segmentos juvenis que não haviam tido a sua socialização política no movimento estudantil. Oriundo da Nazaré, Norberto Isaac começara a trabalhar após completar o ensino primário. Proveniente de uma família de pergaminhos republicanos e democráticos, afirma que a sua consciência política se aguçou já como trabalhador da Platex, uma empresa de aglomerados de madeira com fábrica na zona. Simpatizante da OCMLP, recebia propaganda do exterior enviada por José Carlos Codinha. Para além da agitação na Platex, ajudou a preparar com alguns colegas uma greve numa fábrica que produzia bonecas vestidas com o traje nazareno, onde as cerca de cinquenta mulheres ali empregadas faziam «praticamente trabalho escravo». Após enviar cartas para o quartel das Caldas da Rainha a apelar à deserção, viria a ser preso «no domingo de Carnaval de 1974», tendo permanecido em Caxias até ao 25 de Abril⁷⁹⁸.

Efectivamente, a OCMLP tinha presença em zonas populares do Porto e em focos específicos por via da «implantação» ou de processos de «contágio» como o acima mencionado. O MRPP teve logo nos seus primórdios alguma implantação na zona de Vila Franca de Xira e Alverca, bem como em focos operários na margem sul. O CRML dirige o Sindicato dos Químicos e grupos como a URML, CCR (m-l), CARP (m-l), UCML ou Luta Comunista conseguem despontar em localizados terrenos

⁷⁹⁶ Carlos Santos. Depoimento, 29/06/2010.

⁷⁹⁷ José Manuel Garção, Artur Silva, José Luís Castro e Isabel Nunes. Entrevista, 13/09/2008.

⁷⁹⁸ Norberto Isaac. Entrevista, 02/08/2008.

populares e operários. No exterior, sobretudo em França, grupos como o CMLP, o PCP (m-l) e *O Comunista* desenvolvem trabalho junto de emigrantes. Alguns militantes de origem operária – como José Capilé, Custódio Lourenço, Joaquim Martins e José Manuel Esperto, entre outros – haviam sido militantes do PCP no país, tendo-se desvinculado da estrutura antes da chegada a França ou imediatamente a seguir.

15.2 Militância, activismo e entrega

No campo maoísta português, o tipo de fronteiras que se desenhavam entre os militantes e os simpatizantes não eram de todo coincidentes entre as diferentes organizações, variando entre uma matriz leninista vertical, com um traçado mais ou menos nítido entre dirigentes e militantes, por um lado, e entre estes e as orlas de activismo ou simpatia associadas ao grupo, por outro; e uma outra vertebração, mais porosa, na qual o voluntarismo activista tendia a transpor e a complexificar as marcas a partir das quais se definia o território da militância. Um exemplo do primeiro tipo é o PCP (m-l); um exemplo do segundo tipo é *O Comunista* e *O Grito do Povo* e, ainda mais claramente, o MRPP. Relativamente a estas duas últimas organizações, isto não significa que existissem menores cuidados conspirativos no que concerne à protecção do estrito núcleo dirigente, o que é comprovado pelo facto da PIDE nunca ter conseguido dismantelar o centro nevrálgico de ambas as estruturas, instaladas no interior, isto apesar de ter prendido elementos das respectivas direcções⁷⁹⁹.

Já em 1965, no *Revolução Popular* n.º 3, se sentia a necessidade de definir um arquétipo de militante comunista que em boa medida não se afastava daquele que era o paradigma ostentado pelo PCP. No dizer do CMLP, e demonstrando uma evidente vontade de disputar o campo do PCP, o militante deveria ser «um educador, para saber desmistificar perante os comunistas que, ou por convicção, ou por “disciplina” ainda se encontram no Partido»; um organizador que dinamize as fileiras do colectivo e um propagandista que deve «explicar às massas populares as formas que o revisionismo adoptou no nosso país, e a melhor maneira de liquidar a influência que ele possui»⁸⁰⁰.

Simultaneamente, deveria ostentar «um rigor político exemplar», «não confundindo a maioria dos militantes do Partido, que procuram actualmente formar

⁷⁹⁹ Fernando Rosas, do MRPP; Pedro Baptista e José Manuel Penafort Campos, da OCMLP.

⁸⁰⁰ «O marxismo-leninismo é uma bússola para a acção», *Revolução Popular*, n.º 3, Março de 1965.

uma opinião sobre o debate em curso, com certos quadros mais responsáveis, comprometidos totalmente no revisionismo»⁸⁰¹. Esta aproximação aos sectores ligados ao PCP, orientação muito clara no CMLP inicial, viria a esbater-se aos poucos. A prisão dos seus principais dirigentes e o isolamento da estrutura no exterior explicam que *O Novo Militante* sustente em 1967, a partir de Paris, que o militante comunista deveria saber trabalhar «integrado num organismo já existente» como «por si só, ser capaz de organizar núcleos comunistas»⁸⁰².

Criar núcleos comunistas «por si só» não deixava de contrastar com a afirmação da necessidade de conceber uma estrutura «altamente militarizada», tal como fora definido na 1.^a Conferência, seis meses antes, cujas conclusões são publicitadas no mesmo número do jornal⁸⁰³. Denotava-se assim um voluntarismo e uma maleabilidade que era claramente o resultado da frágil arrumação organizativa do CMLP em 1967 mas também efeito do grupo se encontrar confinado aos círculos da emigração europeia e poder descurar, em boa medida, os rigores da clandestinidade.

No seguimento da 2.^a Conferência, o CMLP elencou algumas normas de filiação e trabalho no estrangeiro que denotavam um claro esforço de se passar a um estado superior de arranjo organizativo. À necessidade de apresentação escrita do pedido de passagem a membro, deveria suceder-se um período diferenciado de estágio: um ano para os militantes de origem proletária em Portugal, dois anos para os militantes de origem não proletária e três anos para os membros de origem intelectual. Estipulou-se também uma quota corresponde a um dia de trabalho, sensivelmente 4% do salário mensal⁸⁰⁴. *O Novo Militante* – órgão interno do CMLP e depois do PCP (m-l) – apresentou com regularidade textos sobre o comportamento dos militantes e a sua relação orgânica com o partido.

Se o CMLP desta fase, e posteriormente o PCP (m-l), definiam a militância comunista de acordo com o modelo leninista do «revolucionário profissional» e procuravam distinguir claramente as modalidades legais e clandestinas da actividade política, outros grupos privilegiavam a dimensão voluntarista do activismo político. Após ter publicado nos seus dois primeiros números fórmulas para se fazer *cocktails-molotov* e bolas de pingue-pongue explosivas, *O Comunista* divulgou algumas notas sobre o activismo. A propósito da convocação de

⁸⁰¹ *Ibidem*.

⁸⁰² «Um militante marxista-leninista: um quadro revolucionário», *O Novo Militante*, n.º 1, Junho de 1967.

⁸⁰³ «Organizemos Comités Comunistas (m-l)», *O Novo Militante*, n.º 1, Junho de 1967.

⁸⁰⁴ «Normas de filiação e trabalho no estrangeiro», *O Novo Militante*, n.º especial para o exterior, Agosto de 1969.

manifestações, informou que elas devem ser convocadas para locais com muito movimento pois isso permitia que a luta não ficasse isolada e, principalmente, que se desenrolasse no meio da população. Deveriam ser evitados lugares que permitissem um fácil cerco policial e constituir-se uma «comissão de campo» clandestina composta por estudantes e trabalhadores, sendo que «a prioridade na organização destas comissões deveria ser dada aos representantes dos trabalhadores», evitando a escolha de elementos que sejam conhecidos. Os grupos de auto-defesa deveriam proteger-se da polícia usando capacetes, ao mesmo tempo que se indicavam sugestões de actuação contra gases lacrimogéneos, cassetetes e cães-polícia⁸⁰⁵.

No caso do MRPP, é evidente a adesão a um modelo de militância mais arrojado, que valorizava a coragem, a combatividade e até mesmo o heroísmo. Nas manifestações-relâmpago, nos embates com a PIDE ou na FDUC, após a introdução dos «gorilas» em 1972, e sobretudo após o assassinato de Ribeiro dos Santos, foram comuns os embates físicos envolvendo militantes maoístas desta corrente. No final de 1972, precisamente na sequência da morte do estudante, na resolução «Todos os Quadros são Servidores do Povo» afirmava-se:

Lutar à cabeça do povo e para criar o partido marxista-leninista-maoísta, implica sacrifícios e a morte de alguns militantes é uma possibilidade real. (...) O heroísmo do nosso camarada José António Ribeiro dos Santos, transformou o nosso Movimento: o seu exemplo ofereceu ao MRPP a qualidade de membro daquela pequena elite de Partidos Marxistas-Leninistas que, antes ainda de se haverem constituído em partido, podem já honrar-se do heroísmo dos seus mártires e da ténporal bolchevique dos seus militantes.⁸⁰⁶

À margem dos grupos organizados desenvolveram-se também modos de militância e activismo que passavam pelo auxílio em determinadas tarefas, que iam da reprodução e distribuição de propaganda ao transporte de mensagens, da participação em redes de passagem de fronteira ao patrocínio económico e jurídico. Marcelo Ribeiro é um destes casos de «maoísmo *freelancer*». Estudante de Direito, participou na vida estudantil coimbrã desde 1962, sendo preso nesse ano e em 1969. Voltaria à cadeia em 1971, onde foi submetido à tortura do sono e da estátua sob a vaga suspeita de ser membro do PCP ou de *O Comunista*. Marcelo Ribeiro traduziu e

⁸⁰⁵ «Manifestações de massa e guerrilha urbana», *O Comunista*, n.º 3, Junho de 1969.

⁸⁰⁶ «Todos os quadros são servidores do povo», *Comité Lenine do MRPP*, Outono de 1972.

distribuiu 300 exemplares dos documentos «Proposta sobre a linha geral do movimento comunista internacional» e «21 condições de acesso à Internacional Comunista», participou numa rede clandestina de passagem de fronteira e defendeu cerca de uma centena de presos políticos em tribunal, alguns deles ligados a organizações m-l⁸⁰⁷.

15.3 Moralidade e intimidade

Ao lado de uma ambiência mais libertária proveniente do radicalismo da época, manifestaram-se igualmente as necessidades e virtualidades da rigidez organizativa, frequentemente transmutadas do campo da política para o campo da moral e dos costumes. O confronto com a «questão da mulher» é útil para se perceber até que ponto, nestes ambientes, posturas conservadoras se intersectam com práticas mais avançadas. Note-se, antes de mais, que a presença das mulheres na Universidade no último decénio de existência do Estado Novo sofrera um acréscimo considerável. No ano lectivo de 1970/71 chegam mesmo a estar matriculadas mais mulheres do que homens nas universidades de Coimbra e Lisboa, tendo a taxa de feminização duplicado relativamente aos vinte anos anteriores⁸⁰⁸. Este aumento é fruto, naturalmente, dos reflexos da emancipação feminina, visíveis um pouco por todo o mundo ocidental, mas também das mobilizações masculinas para os conflitos armados em África e da forte vaga emigratória que então assola o país, e que se reflectiu mais significativamente no sexo masculino.

Fortemente ancorados no seio estudantil e juvenil, os sectores ideológicos e culturais da esquerda radical demonstravam o seu desprezo pelo investimento ideológico do regime na identificação da mulher com as funções de «mãe», «esposa» e «fada-do-lar», ao mesmo tempo que delineavam estilos de vida nos quais o prazer erótico ganhava uma nova dimensão. É ilustrativa a este respeito a edição especial de *O Tempo e o Modo* dedicada ao casamento, que viria a ser apreendida pela PIDE em 1968. Alçada Baptista afirma aqui que a burguesia suspirou de alívio «na morte de Che Guevara e desejaria prolongá-lo para os vários Guevaras mentais que lhe sacodem o sono imerecido». No domínio do casamento fala-se inclusive do princípio

⁸⁰⁷ Marcelo Ribeiro. Depoimento, 02/05/2009.

⁸⁰⁸ Sobre o movimento estudantil no Estado Novo e a questão da mulher, cf. Rui Bebianco e Alexandra Silva (2004), «A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa», *Revista de História das Ideias*, n.º 25, pp. 423-454; Maria Manuela Cruzeiro (2004), «Movimento Estudantil no Feminino: de 62 a 69». Comunicação realizada a 16/09/2004 no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais. Coimbra: texto policopiado; Miguel Cardina (2008), «Olhares sobre uma ausência. O Movimento Estudantil no Estado Novo e o Feminismo», *Latitudes*, n.º 34, pp. 38-42.

de um «processo de libertação», que seria «longo, contraditório, escandaloso, perturbador» e que fazia parte da lógica mais genérica da «conquista da nossa liberdade»⁸⁰⁹.

Nesse mesmo ano de 1968, a questão do aborto era mesmo abertamente discutida na revista *Binómio*, da associação de estudantes do Instituto Superior Técnico, na qual estão alguns estudantes que começavam a tomar contacto com o maoísmo. O artigo deixava ressoar as teses de Wilhelm Reich, ao propor como modelo a «relação sexual durável, que não precisa da existência da reprodução para ser justificada», em oposição ao «casamento instituição», apoiado na «família autoritária, que é a célula base da sociedade capitalista». A identificação de um episódio como a ocupação da sala das alunas do IST, ocorrido logo a seguir, em Dezembro de 1968, permite perceber a existência de momentos nos quais a «questão da mulher» toma a dianteira⁸¹⁰.

Em círculos restritos, é possível encontrar uma abordagem política de temáticas predominantemente entendidas como pertencentes ao âmbito do privado⁸¹¹. No *Comércio do Funchal* aparecem vários artigos sobre a temática da «libertação da mulher»⁸¹². A este nível, são igualmente interessantes alguns textos produzidos pelo grupo *Quem somos e o que Queremos*, compilados no volume *Igualdade Radical para a Mulher*. Num amplo repertório de temas, problematiza-se o casamento, a

⁸⁰⁹ *Cadernos de O Tempo e o Modo*, n.º 2, 1967. Cf. também José Gameiro (1989), «Uma nova visão da família e do casamento», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V (1958-1974). Lisboa: Alfa, p. 363.

⁸¹⁰ No contexto de uma reivindicação de subsídios para a cantina autogerida do Técnico, os estudantes ocupam o Pavilhão Central e efectuam um piquenique de protesto. Tendo o director do IST impedido a entrada de alunos no pavilhão, alguns alunos irrompem no espaço através da janela da sala das alunas, o que fez com que o director a mandasse encerrar. Os alunos que haviam permanecido no exterior entram pela porta principal e a seguir ao almoço é ocupada a «sala das alunas» cuja placa é substituída por «Sala de Convívio 4 de Dezembro». Aprovada uma proposta de greve a iniciar dia 9 de Dezembro, o edifício e a AEIST (Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico) são ocupadas pela polícia no sábado. É então instaurado um processo disciplinar à direcção, o que motiva uma greve geral em toda a Universidade de Lisboa. «Do Técnico 68-69, para o Técnico 69-70», s.a., s.d. Paula Fonseca, então da direcção da AE, nota as dificuldades que teve em fazer vingar a proposta junto das restantes colegas. Cf. Miguel Cardina (2008), «Olhares sobre uma ausência. O Movimento Estudantil no Estado Novo e o Feminismo», *Latitudes*, n.º 34, pp. 38-42.

⁸¹¹ O exemplo mais evidente viria a ser o caso mediático das «três Marias», com Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa a serem levadas à barra do tribunal por publicarem, em 1972, *Novas Cartas Portuguesas*, uma obra considerada ofensiva da «moral pública».

⁸¹² Sara Sarmento, «As mulheres contra o sexismo», *Comércio do Funchal*, n.º 2077, 30/08/1970; Sara Sarmento, «O tempo de falar chegou», *Comércio do Funchal*, n.º 2101, 07/03/1971; Hélia Correia, «Mulheres, senhoras e donas. Para que servem os suplementos femininos?», *Comércio do Funchal*, n.º 2123, 05/09/1971; Maria Conceição, «Promoção da mulher ou discriminação sexual?», *Comércio do Funchal*, n.º 2150, 19/03/1972; Hélia Correia, «Mulheres: Que Emancipação?», *Comércio do Funchal*, n.º 2167, 20/07/1972.

virgindade, a pornografia, os concursos de beleza, a moda, o nudismo, a homossexualidade, a paz, o papel das mulheres perante a guerra colonial, a segregação sexual no desporto e o machismo. O grupo era composto por estudantes universitários de Coimbra, oriundos dos sectores católicos e que se haviam debruçado sobre estas questões pelo menos durante o ano lectivo de 1969/70⁸¹³.

Ensaíam-se durante estes anos novas formas de vivência colectiva, influenciadas pelo gregarismo das repúblicas coimbrãs, pela auto-suficiência *hippie* ou pela busca de formas novas de viver, que se queriam integralmente afastadas do consumismo e do egoísmo. Um grupo político como *O Bolchevista* criara mesmo as autodenominadas Comuna da Buraca e Comuna de Benfica. Isabel Barreira recorda que tudo se colocava em comum – «as cuecas, os soutiens, as pastas de dentes, os ordenados» – que as tarefas eram repartidas e que não havia «promiscuidade sexual». Apesar da crítica global à sociedade burguesa originar algumas normas de conduta estritas – não usar maquilhagem, por exemplo – lembra que «não tinha a sensação de viver num ambiente normativo». José Alberto Seabra, vindo de Santarém (de onde era, aliás, proveniente uma boa parte dos elementos do grupo), costumava frequentar com bastante assiduidade a Comuna da Buraca. Na sua opinião,

Havia sempre um ambiente de festa. Aquilo era uma república pró-Marx. E o importante não era se tínhamos posto coisas em colectivo, mas se ao fim de algumas horas de discussão se tinha feito luz sobre alguma coisa. (...)

Retrospectivamente, aquilo era um ambiente concentracionário. Mas era entendido exactamente ao contrário. Porque era um espaço de liberdade, onde se podia discutir o que viesse à cabeça sem ter a mínima preocupação sobre quem te estava a ouvir. Discutia-se abertamente com gente com quem havia cumplicidades. A questão não era a norma ou a ausência dela. Era a norma boa ou a norma má. Estávamos, além do mais, num espaço isento de propriedade privada, com as coisas colocadas em comum.⁸¹⁴

Para a generalidade destes sectores, e na linha do que Engels havia escrito em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a mulher era vista como

⁸¹³ Aavv (1970), *Igualdade Radical para a Mulher*. Coimbra: Livraria Almedina.

⁸¹⁴ José Alberto Seabra, Isabel Barreira e José Maria Silvestre Lança. Entrevista, 26/06/2008.

duplamente explorada – pelo patrão e pelo homem – mas a sua emancipação era entendida como indissociável da emancipação dos trabalhadores. Em *O Grito do Povo* escreve-se que a mulher é duplamente escrava «debaixo da pata capitalista» já que recebe menos pelo mesmo trabalho e tem ainda de efectuar o trabalho doméstico. Um e outro tipo de escravatura – diz-se – «só serão abolidos pela luta das operárias dentro da luta revolucionária do proletariado»⁸¹⁵.

A isto há a acrescentar, porém, uma certa pulsão ascética que dicotomizava a incorrupta «moral proletária» relativamente a uma «moral burguesa» assente em «luxos desnecessários e enfeites fúteis»⁸¹⁶. Isso servia igualmente para criticar o próprio bloco soviético, que parecia estar a ceder ao hedonismo norte-americano. Numa alusão à Hungria, o *Estrela Vermelha*, do PCP (m-l), esclarecia que aí «jornais e revistas pornográficas enxameiam ao lado de algumas obras de Lenine» e que «o revisionismo limitou os horizontes da juventude a um par de “blue-jeans”, aos cabelos compridos e à música pop»⁸¹⁷. Um acentuado moralismo apareceu de maneira mais evidente na já referida directiva «Pensar, Agir e Viver como Revolucionários», emanada pelo Comité Lenine do MRPP no Outono de 1972, através da qual, após um caso de «relações pessoais ínvias» entre um dirigente e uma camarada casada, se lança uma campanha para «erradicar das nossas fileiras as manifestações de corrupção ideológica, moral e política»⁸¹⁸. Em Janeiro de 1974, um organismo cultural do MRPP definia Portugal como uma «neo-colónia» onde os «chacais imperialistas» submetem «o povo português aos seus valores decadentes, aos seus costumes corruptos, à pornografia, à prostituição, à propaganda venenosa e alienatória, oprimindo, humilhando, espezinhando prepotentemente o nosso querido povo»⁸¹⁹.

Este puritanismo, na opinião de Sebastião Lima Rego, «era um puritanismo de fachada. Na prática havia uma postura muito mais laxista e liberal. O puritanismo era um emblema lateral ao verdadeiro MRPP»⁸²⁰. Essa «lateralidade» não deixa de ser bastante notória e até praticada, com o cabelo curto e o vestuário alinhado dos militantes do MRPP a ser evocado como exemplo por alguns dos antigos activistas. A defesa do casamento é outra das características, ainda que referida como tendo

⁸¹⁵ S.t., *O Grito do Povo*, n.º 5, Junho de 1972.

⁸¹⁶ «A mulher na revolução», *O Proletário*, n.º 6/7, Janeiro / Fevereiro de 1968.

⁸¹⁷ «A decadência na Hungria revisionista», *Estrela Vermelha*, n.º 10, Dezembro de 1971.

⁸¹⁸ «Pensar, agir e viver como revolucionários», *Comité Lenine do MRPP*, Outono de 1972.

⁸¹⁹ «Viva a solidariedade activa e militante dos povos de Portugal e das Colónias!», *Yenan*, n.º 2, Janeiro de 1974.

⁸²⁰ Sebastião Lima Rego. Entrevista, 19/01/2008.

essencialmente uma função utilitária, associada à necessidade premente de casas⁸²¹. Dúlia Rebocho relaciona-o com a necessidade de «não afrontar as massas»:

[Havia] uma maior abertura para um relacionamento entre homens e mulheres fora do esquema de família convencional. As pessoas viviam juntas sem casarem formalmente, por exemplo. Embora a formalização fosse sempre alguma coisa a que as pessoas acabassem por chegar, com um argumento simples, o de que era preciso não afrontar a forma de estar do povo, das massas.⁸²²

As posturas hiper-moralistas contidas em alguns textos ou mesmo em alguns exemplos de condutas não parecem ser uma característica claramente dominante da ambiência activista de matriz m-l⁸²³. Com efeito, é necessário ter em conta o contexto português para se perceber a razão do maoísmo português destes anos não ter gerado no seu interior – como aconteceu por exemplo em França, com o grupo *Vive la Révolution!* – um feminismo não secundarizado pela temática «anticapitalista» e capaz de projectar dinâmicas de libertação que integrassem também o corpo e os desejos. Na verdade, a repressão política, o fraco desenvolvimento urbano e a extensão aos mais variados domínios do quotidiano de uma moral conservadora de raiz católica dificultaram a adopção de práticas hedonísticas e anti-hierárquicas, vistas como inconciliáveis também com a abnegação exigida pelo combate sem tréguas ao regime. Apesar de considerar que a presença das mulheres nas organizações m-l era «minoritária, desvalorizada e dominada pelo machismo», Ana Barradas aponta a diferença que ainda assim existia relativamente ao espaço social dominante:

Apesar de todo o machismo, aqueles espaços eram bem mais libertados do que o espaço social. Lembro-me, por exemplo, do assédio machista às

⁸²¹ «Enquanto que na maior parte da esquerda radical o casamento é questionado, no MR nunca é questionado, pelo contrário. O MRPP precisava de casas... Talvez tenha sido a necessidade que levou à moralidade. O MRPP não tinha estrutura nem dinheiro para ter muitas casas.» Guerreiro Jorge. Entrevista, 24/10/2007.

⁸²² Dúlia Rebocho. Entrevista, 13/11/2007.

⁸²³ Um outro exemplo consiste na publicação em 1970, em *O Tempo e o Modo*, de um texto do psiquiatra Afonso de Albuquerque sobre a psicologia da sexualidade onde, para além de citações de Marcuse e referências ao relatório Kinsey, classifica a homossexualidade não como uma perversão mas como uma «minoría sexual». Afonso de Albuquerque, «Uma introdução à psicologia da sexualidade», *O Tempo e o Modo*, n.º 75, Janeiro de 1970.

mulheres na rua, coisa habitual e considerada absolutamente inofensiva, mas na realidade humilhante e reveladora de uma atitude reaccionária muito arreigada. Se uma mulher quisesse abrir uma conta bancária ou sair com os filhos para o estrangeiro tinha de ter uma autorização escrita do marido. Os salários eram por norma mais baixos do que os dos homens. O espaço social era tão iníquo em relação às mulheres, que as organizações revolucionárias funcionavam como um refrigerio. Pelo menos ao nível mais superficial, havia um certo igualitarismo e apesar de tudo sempre nos sentíamos mais consideradas.⁸²⁴

Oriunda em boa medida dos meios juvenis e estudantis das décadas de 1960 e 1970, a extrema-esquerda maoísta não deixou de se incorporar na dinâmica de abertura moral e nas reivindicações de igualdade entre homens e mulheres que fizeram parte daquele complexo. A colocação do «privado» no terreno visível do «público» foi um dos acentos trazidos pela radicalidade contestatária da época, à qual o maoísmo não foi alheio⁸²⁵. No entanto, a adesão a um ideário m-l mais definido – muitas vezes associado a leituras e discussão em colectivo de textos e a momentos de crítica e autocritica – não só colocou a intimidade no campo do politicamente escrutinável como, por vezes, a validou de acordo com uma «moral proletária» imaginada a partir de alguns traços conservadores dominantes.

⁸²⁴ Ana Barradas. Entrevista, 06/05/2008.

⁸²⁵ Cf. Miguel Cardina (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus, pp. 24-36 e 98-102.

CAPÍTULO 16

A arte da política

A cantiga é uma arma
e eu não sabia
tudo depende da bala
e da pontaria
José Mário Branco⁸²⁶

No processo de construção das militâncias, a radicalização política foi muitas vezes precedida pela afirmação de gostos e de posturas no campo da estética. Este trajecto fez-se amiúde por meio da adopção de formas contraculturais, próximas do que Julie Stephens chamou «protesto anti-disciplinar»⁸²⁷. Em Portugal, tal aspecto é indissociável da recusa da tradição neo-realista associada ao PCP. Por outro lado, a progressiva sedimentação das opções políticas marxistas-leninistas levou a que se estimulasse visões utilitaristas da arte, que subalternizavam a especificidade da expressão estética em função do carácter taxativo e exaltante da mensagem. Os «heróis revolucionários» e os momentos agudos de luta popular – como Catarina Eufémia e a insurreição de 18 de Janeiro de 1934 – foram celebrados em poemas ou representações teatrais que, quer nos tópicos quer na linguagem, se inseriam numa espécie de sub-linhagem tardia do neo-realismo. Como noutros campos, também no terreno da arte e da cultura o maoísmo foi tomado pela ambivalência entre os acentos mais anarquizantes e as posturas mais disciplinadas.

⁸²⁶ José Mário Branco, «A Cantiga é uma arma», tema composto em 1973 para os I Jogos Florais organizados em França pelo jornal *O Salto* e pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados.

⁸²⁷ Julie Stephens (1998), *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Post-Modernism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mariano Gago regista que se começou a politizar no meio artístico, «onde criticávamos o neo-realismo e o conservadorismo», e Pacheco Pereira fala de uma dupla ruptura geracional, com o neo-realismo e com o regime⁸²⁸. João Bernardo, por sua vez, diz o seguinte:

[Para muitos de nós,] a Revolução Cultural não se separava das profundas mudanças que, na mesma época, a Pop Art estava a introduzir nos processos de criação artísticos. (...) Para milhares e milhares de jovens ocidentais naqueles anos, a Revolução Cultural era indissociável do que o Kerouac havia feito na escrita, do que o Rauschenberg estava a fazer na pintura, do que o Bob Dylan cantava e do que os *happenings* estavam a criar num âmbito sem nome anteriormente.⁸²⁹

João Bernardo indica como exemplo dessa «desafecção» relativamente a uma cultura neo-realista, a pateada efectuada em 1967, no Cine-Clube Universitário de Lisboa, durante a exibição de um «péssimo filme». Entre os elementos que contestaram o filme – e que assinaram depois dois comunicados distribuídos à porta do cinema sobre o «direito de patear» – contavam-se os nomes de João Bernardo, João Crisóstomo, Alexandre Alinho de Oliveira, José Pacheco Pereira, Diana Andringa, Helena Veiga de Oliveira, Amadeu Lopes Sabino, Luís Filipe Sabino, Miguel Castilho e Antonieta Coelho. Segundo Bernardo, o direito de vaiar filmes do Cine-Clube «obedecia à mesma inspiração dos jovens chineses que exerciam o direito de dar umas sacudidelas aos seus patrões, aos seus mestres e aos seus mandarins»⁸³⁰.

Uma entrevistada como Dúlia Rebocho é clara ao afirmar que «a extrema-esquerda se aproximou, pelo menos animicamente, de realidades emergentes, como o *Woodstock*, o Maio de 68, em tudo aquilo que tiveram de corte com a tradição cultural da esquerda próxima do PC»⁸³¹. A necessidade de matizar a ideia com a palavra «animicamente» remete com efeito para a tensão acima referida. Se a gestação deste complexo político se alimenta do húmus de radicalismo e renovação

⁸²⁸ José Manuel Fernandes e Teresa de Sousa (1988), «A geração da ruptura» (entrevistas a Mariano Gago, Pacheco Pereira, Saldanha Sanches e Alberto Martins), *Expresso (Revista)*, n.º 809, 30/04/1988.

⁸²⁹ João Bernardo. Depoimento, 21/09/2007.

⁸³⁰ *Ibidem*.

⁸³¹ Dúlia Rebocho. Entrevista, 13/11/2007.

estética que é comum associar ao ano-metáfora de 1968⁸³², não deixa também de estar presente a tentação de mimetizar os traços mais disciplinares de um partido comunista que se pretendia «reconstruir» numa linha não «conciliatória» ou criar a partir do zero.

A opção por formas mais surrealizantes dá-se geralmente num período em que, no percurso do activista, a simpatia pelo maoísmo se integra num quadro mais vasto de adesão a modalidades estético-políticas, não totalmente subsumíveis num imaginário teleológico que identifica a política como a missão absoluta de preparar a revolução. Já se mencionou como alguns militantes de *O Grito do Povo* chegaram ao activismo por meio da intervenção estética. Pedro Baptista indica-o explicitamente e Manuela Juncal nota como se envolveu politicamente em *O Grito do Povo* ao mesmo tempo que na ESBAP despertava para as novas formas de radicalismo cultural⁸³³. Rui do Carmo, José Queirós e Jorge Massada viriam a conhecer-se, aliás, durante a preparação de uma antologia na nova poesia juvenil portuguesa, que nunca chegou a sair e que pretendia sinalizar a ultrapassagem do neo-realismo⁸³⁴. Jorge Massada fala de uma «fase pré-militância política, onde éramos mais livres»⁸³⁵. Rui do Carmo expressa uma ideia semelhante:

A minha demarcação, antes de ser política, foi uma demarcação cultural. Rejeitei o PC na base da rejeição do neo-realismo e na opção pelo surrealismo. O meu debate político mais estruturado começou por aí. E depois evoluiu para o corte com isso, em função de um envolvimento político mais consistente.⁸³⁶

⁸³² David Caute (1988), *The year of the barricades. A journey through 1968*. New York: Harper & Row; Mark Kurlansky (2004), *1968. El año que conmocionó al mundo*. Barcelona: Ediciones Destino.

⁸³³ Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008; Manuela Juncal. Entrevista, 28/11/2008.

⁸³⁴ José Queirós explica: «Publicámos anúncios a dizer que receberíamos os textos para uma antologia da poesia juvenil, e a quantidade de respostas foi surpreendente. Fizemos uma pré-selecção, mas a editora escolheu um júri com quem tivemos divergências, o que empatou o processo de conclusão e publicação da antologia. Alguns dos poetas escolhidos são hoje escritores conhecidos, e a antologia era importante para ajudar a perceber algumas transições que se dão dos anos sessenta para os anos setenta no plano literário.» Entrevista, 07/02/2008. Concretiza Jorge Massada: «Quando comecei a escrever umas coisas no *Diário de Lisboa*, eu e o José Queirós tentámos organizar uma antologia da Poesia Juvenil Portuguesa. Já tínhamos uma série de material, havia uma livraria no Porto, a Paisagem, que se disponibilizava para editar o livro, mas queria entregar a supervisão literária ao Egito Gonçalves e a gente recusou-se. E eu e o José Queirós fomos depois falar com o Gastão Cruz, um tipo de uma facção completamente diferente. Depois aquilo acabou por se gorar porque a minha mãe deitou o material para o lixo.» Entrevista, 08/01/2008.

⁸³⁵ Jorge Massada. Entrevista, 08/01/2008.

⁸³⁶ Rui do Carmo. Entrevista, 18/03/2008.

Como muitos jovens da época com interesses literários, Rui do Carmo colaborou nos suplementos juvenis de vários jornais (*Diário de Lisboa, República, Jornal do Fundão, Diário de Coimbra*). Com a sua entrada na Universidade de Coimbra, passou a colaborar com a revista *Capa e Batina*, criada em 1965 e muito marcada inicialmente pelo elogio do tradicionalismo e da boémia estudantil. A revista ganhou uma carga política indisfarçável a partir de 1968, com a entrada na redacção de estudantes ligados ou próximos do PCP. Após a entrada de José Vigário Santos Silva para a direcção da revista, por volta de 1971, esta adoptou uma estética claramente oposta ao neo-realismo⁸³⁷. No núcleo redactorial faziam parte, entre outros, Adelino Moreira e Castro (Licastro), Fernando Ruivo e Rui do Carmo. Este último abandonou a revista em princípios de 1972 por entender que «era uma actividade que não compreendia objectivos políticos colectivos e que o importante era fazer a revolução»⁸³⁸.

Apesar da sua génese mais antiga, o surrealismo, para estas gerações de finais dos anos sessenta e inícios dos anos setenta, sinalizava a demanda por novas linguagens no campo da literatura e da arte. Na música ou no cinema, o corte processou-se com o recurso a outros nomes e a uma tendencial abertura aos universos anglo-saxónicos. Isso é evidente no ciclo «Popologia – Mitologias do Mundo Contemporâneo», realizado em Março de 1968, na Sociedade Nacional de Belas Artes, por alguns colaboradores da secção cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Distanciando-se das realizações «oficiais» da secção cultural – com debates sobre «arte divorciada do público e arte para o povo» e «o conflito entre o realismo crítico e a arte decadente», no qual participaram nomes como Mário Sacramento, Óscar Lopes, Urbano Tavares Rodrigues e Augusto Costa Dias – este grupo fez um ciclo dedicado às formas culturais emergentes: houve audição de discos dos Beatles, Bob Dylan, Simon and Garfunkel, Kinks, Manfred Mann, Cat Stevens, banda desenhada, cinema americano, abordagens aos novos movimentos juvenis, como os *beatniks*, *provos* e *hippies*. Manuel Castilho e Alexandre Alinho de Oliveira – que viria a ser preso pouco depois por pertencer à área da FAP/CMLP – foram alguns dos dinamizadores desta realização, que contou com convidados como José Duarte e Manuel Jorge Veloso (ligados ao jazz), Jorge Peixinho (compositor da área da música

⁸³⁷ Cf., A. C. (1971), «A propósito dos surrealistas», *Capa e Batina*, n.º 41, Março de 1971; J. Vigário Santos Silva (1971), «Para a definição da nova literatura», *Capa e Batina*, n.º 45, Agosto de 1971.

⁸³⁸ Rui do Carmo. Entrevista, 18/03/2008.

experimental) e homens ligados ao cinema como Jorge Silva Melo, António Pedro Vasconcelos e Luís Galvão Teles⁸³⁹.

A busca de novas linguagens estéticas, frequentemente em linha com a produção contracultural de matriz anglo-saxónica, foi muitas vezes recebida com desconfiança por parte de alguns sectores mais politizados. Num longo texto publicado no *Comércio do Funchal*, Fausto Bordalo Dias distingue entre música a «verdadeiramente revolucionária» e a música «contestatária ou progressista». Na análise do então jovem cantautor, esta última caracteriza-se pela «hibridez e ambiguidade de princípios», a sua temática «reduz-se a problemas como sejam a ansiedade e o isolamento do homem», exprime um «desejo de evasão» sem direcção definida e «canta os desterrados da sociedade e os explorados do sistema, mas quantas vezes à luz do mais decadente humanismo ou no imbróglio do mais aberrante surrealismo». Se a injustiça social é tema central deste tipo de música, ela nunca se dirige à explicitação da raiz do problema. Fausto dá como exemplos de intérpretes contestatários, Bob Dylan, Joan Baez, Donovan, Leonard Cohen e John Lennon⁸⁴⁰.

Ainda mais perniciosa, a música «para divertir» é a expressão «directa da ética da sociedade capitalista» e fomenta, «pela irracionalidade dos seus temas, a alienação degradante». Se a música «contestatária» se destina sobretudo a quem partilha «estranhas concepções filosóficas da vida» e encontra ampla recepção na «pequena-burguesia radical e esclarecida», a música «para divertir» é um veículo propício à interiorização passiva do individualismo, do egoísmo e da «pseudo-progressista sexualidade espontânea». Fausto considera que a música «contestatária» sempre vai denunciando «alguns podres da sociedade capitalista», e acaba por não explicitar os contornos do que entende por música «verdadeiramente revolucionária». Independentemente da valorização de temáticas e versos de conteúdo engajado e abertamente anticapitalista – o que parece sugerido mas não afirmado no texto – as escolhas artísticas feitas pelo cantor desde esse momento inicial da sua carreira

⁸³⁹ José Pacheco Pereira (2003), «Origens de uma contra-cultura: o ciclo Popologia, realização autónoma de colaboradores da secção cultural da AAFDL (1968)», *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2003/08/09/origens-de-uma-contra-cultura-o-ciclo-popologia-realizacao-autonoma-de-colaboradores-da-seccao-cultural-da-aafdl-1968/>> Acedido a 04/01/2010; Luís Pinheiro de Almeida (2008), «Contra-Cultura Pop na AAFDL em Março de 1968», *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2008/05/05/luis-pinheiro-de-almeida-contra-cultura-pop-na-aafdl-em-marco-de-1968/>> Acedido a 04/01/2010.

⁸⁴⁰ Fausto Bordalo Dias (1972), «A música na sociedade de consumo», *Comércio do Funchal*, n.º 2183, 18/11/1972.

apontam igualmente para a ancoragem na música «verdadeiramente revolucionária» numa dada tradição musical de cariz popular⁸⁴¹.

16.1 Cultura Popular

O entendimento da cultura popular como modo de expressão dos proletários, dos seus problemas e anseios, e as propostas de articulação da literatura e da arte com a causa revolucionária, recusando-se a ideia de uma arte acima das classes, afirmaram-se decisivamente nos grupos radicais marcados já pelo impacto da revolução cultural. O *Pequeno Livro Vermelho* – peça fundamental na doutrinação dos Guardas Vermelhos – tem um capítulo dedicado à questão da arte, no qual Mao sustenta que «não existe arte pela arte, nem arte que esteja acima das classes, uma arte que se desenvolva fora da política ou independentemente desta». Mao não nega a especificidade artística mas relega a sua possibilidade para a «sociedade sem classes». Uma das citações reconhece, de facto, a existência de um critério político e de um critério artístico na apreciação de uma obra de arte. Porém, conclui-se, «em todas as sociedades de classes, todas as classes põem o critério político em primeiro lugar e o artístico em segundo», reconhecendo-se ainda assim a importância das obras de arte terem uma «força» capaz de ultrapassar o «estilo cartaz e palavra de ordem». Se é verdade que se estipula de seguida a perniciosidade de «impor um estilo particular de arte ou uma só escola de pensamento», o elemento central para a avaliação artística é a sua utilidade para o combate político⁸⁴².

Este debate sobre o papel da arte – com a concomitante necessidade de definição de «cultura popular» – plasmou-se nas páginas de *O Salto*, em 1973, aquando dos I Jogos Florais. António José Saraiva, que participara no júri dos jogos, dá uma entrevista ao jornal na qual defende não existir uma «cultura popular» e outra «não popular». Na perspectiva de Saraiva, há só uma cultura em que todos participam, fenómeno que se intensifica à medida que as festas e os cantares tradicionais vão desaparecendo e emergindo meios de comunicação unificadores comuns, como a rádio, a televisão e o jornal. E acrescenta:

Não há portanto já uma cultura especificamente popular separada duma cultura burguesa. O que há é o problema da participação do povo na cultura. Eu digo participação do povo na cultura não apenas como agente

⁸⁴¹ *Ibidem*.

⁸⁴² *Citações do Presidente Mao Tsé Tung* (1972). Pequim: Edições em Língua Estrangeira, pp. 324-328.

passivo para receber a cultura que lhe é dada mas, sobretudo, como agente activo para transmitir a cultura resultante da sua experiência.⁸⁴³

A uma pergunta que rechaçava a concepção de «arte pela arte», António José Saraiva responde que «os textos devem ser considerados do ponto de vista literário e artístico», ainda que a força revolucionária da obra não seja de todo independente. Na sua opinião, «o artista é revolucionário mesmo quando, aparentemente, as suas palavras não o são», pois todo ele transforma a realidade, a começar – no caso da literatura – pela «realidade das palavras»⁸⁴⁴.

Tal posição não é acolhida por *O Salto*, que pretende analisar as obras em função da sua mensagem. Este tema aparecerá também numa crítica a um texto de Júlio Henriques publicado no *Comércio do Funchal*. Júlio Henriques critica o Teatro Operário, ligado a *O Comunista*, por considerá-lo marcado pelo «utilitarismo imediatista» e por uma «deficiente compreensão» do papel da arte e da cultura⁸⁴⁵. *O Salto* partilha a crítica ao Teatro Operário mas divorcia a sua prática das «concepções chinesas». Nota-se que esta propugna a unidade da política e da arte, do conteúdo político revolucionário com uma «forma artística o mais perfeita possível», citando-se os exemplos dos *ballets* chineses *O Destacamento Feminino Revolucionário*, *A Rapariga dos Cabelos Brancos* e *A Lanterna Vermelha*. Assumindo a defesa do grupo de teatro situado na sua orla política, *O Salto* considera que o Grupo de Teatro José Gregório nunca quis reduzir o teatro a panfleto. Por fim, e numa referência ao rótulo de «utilitarismo», afirma-se que Júlio Henriques quer «armar-se em campeão do anti-utilitarismo», fazendo lembrar «os burgueses que defendem a “arte pela arte” e a “arte acima das classes”». A conclusão é a de que o Grupo de Teatro José Gregório tem provavelmente «tuma concepção utilitarista do teatro», pois este não existe acima das classes⁸⁴⁶.

A posição de *O Salto* sobre a Cultura Popular é também evidente na apreciação da crítica que a *Seara Nova* faz a Andrei Jdanov. Considera-se que «a cultura fascista e a cultura da burguesia liberal são duas irmãs prontas a unirem-se e a combaterem a Cultura Popular, na defesa da continuação da exploração capitalista em Portugal». Se a *Seara Nova* apresentara um texto de Lenine no qual se defende que não se deve fazer tábua rasa dos valores positivos criados pela classe antagónica, o anónimo

⁸⁴³ «António José Saraiva no júri literário», *O Salto*, n.º 14, Dezembro de 1972.

⁸⁴⁴ *Ibidem*.

⁸⁴⁵ *Ibidem*.

⁸⁴⁶ «Utilitarismo cultural e Demagogia», *O Salto*, n.º 20, Setembro / Outubro de 1973.

autor do texto de *O Salto* convoca dois pequenos escritos do revolucionário russo em que este sublinha a impossibilidade de uma arte e cultura sem carácter de classe. Apresentando-se como bons exemplos as peças do Grupo de Teatro José Gregório, reafirma-se então que entre a exaltação do proletariado ou a exaltação da burguesia não existe uma terceira via⁸⁴⁷.

A crítica à «arte pela arte» é também efectuada em vários textos do jornal *Yenan*, ligado ao MRPP. Analisando-se o filme *A Balada do Soldado* – classificado como «um exemplo de traição revisionista em cinema» – estipula-se:

Toda a arte revolucionária é tendenciosa: toma o partido da revolução. Toda a arte burguesa é também tendenciosa: toma o partido da contra-revolução. Mas, burgueses e revisionistas, hipocritamente querem mascarar tal facto, dissimulando o carácter de classe da sua arte, instrumento de dominação das classes exploradoras.⁸⁴⁸

Usando a linguagem assertiva que caracterizava o MRPP, proclama-se o combate por uma «cultura nova, democrática, científica e patriótica». Ela seria nacional e patriótica porque lutaria «contra a dominação imperialista e social-imperialista no nosso país», defendendo a «soberania e independência nacional»; seria científica porque se oporia à «cultura reaccionária e decadente da burguesia»; e afirmava-se «democrática e de massas» porque se colocaria «ao serviço dos operários, camponeses, soldados e marinheiros», pretendendo ser «seu espelho fiel»⁸⁴⁹. Ao longo dos quatro números publicados, a condenação do modernismo, do surrealismo e da «arte pela arte» tem o seu contraponto na defesa de uma arte glorificadora do povo.

Poemas, contos e algumas imagens eram apresentados como exemplos dessa «nova arte». Num registo humorístico, reproduzia-se também um *cartoon* oriundo de um grupo m-l sueco:

⁸⁴⁷ «Atacar Andrei Jdanov é atacar a Cultura Popular», *O Salto*, n.º 10, Junho de 1972.

⁸⁴⁸ «A Balada do Soldado – um exemplo de traição revisionista em cinema», *Yenan*, n.º 2, Janeiro de 1974.

⁸⁴⁹ «Por uma cultura nova, democrática, científica e patriótica!», *Yenan*, n.º 2, Janeiro de 1974.



Banda desenhada do Órgão Central do Partido marxista-leninista da Suécia «M-L-Gnistan»
(«Centelha marxista-leninista»)

16.2 Teatro na emigração

O teatro foi uma das formas mais profícuas de acção cultural junto da emigração portuguesa, designadamente em França. O grupo mais consistente nesse âmbito foi o Teatro Operário. Foi criado em 1970 por Hélder Costa, que se iniciara nas lides da representação no Grupo Cénico da Faculdade de Direito de Lisboa e que se encontrava então a lançar *O Comunista*. Precisamente por isso, o Teatro Operário funcionou também como plataforma de consciencialização política e de recrutamento para este grupo.

A primeira peça apresentada foi *Histórias para serem contadas*, do argentino Osvaldo Dragún, que já havia sido encenada em 1965, pela mão de Fernando

Gusmão, no Cénico de Direito⁸⁵⁰. O *Comércio do Funchal*, num artigo publicado em Setembro de 1970, fez um retrato do Teatro Operário, afirmando que era composto por seis jovens trabalhadores que actuavam «num rudimentarismo elementar, utilizando apenas adereços de informação visual indispensáveis e representando onde quer que seja». Um cantor pontuava as cenas e ia retirando ilações das partes da história, na lógica do trabalho de «educação política» que se reputava necessário. Nessa linha, após a apresentação da peça seguia-se a sua crítica e discussão pela assistência, de modo a «contribuir para que esses núcleos de gente portuguesa actualmente ao serviço do capitalismo francês se apercebam do papel que têm na sociedade erigida sobre o sistema económico do lucro», propondo-se ao mesmo tempo «vias de solução»⁸⁵¹.

As «estórias» criadas pelo genial argentino Dragún eram simples e de fácil realização cénica: 3 actores e 1 actriz contavam a tragédia da miséria e da exploração através de um vendedor ambulante que teima em apregoar brinquedos para crianças e morre porque não tem dinheiro para tratar de um abcesso, um empregado de uma empresa internacional que descobre a carne mais barata (carne de rato), ganha concurso para África, surge epidemia de peste bubónica e ele é expulso porque é desumano... e finalmente, um desempregado enlouquece porque aceitou um emprego de cão de guarda (tinha de saber ladrar e vivia na casota).⁸⁵²

Mais do que a «qualidade» da performance, procurava passar-se com clareza uma «mensagem» a ser discutida e partilhada com os espectadores. Hélder Costa escreve que em seis meses se criaram dois grupos nos arredores de Paris e que a estrutura cresceu para dezassete elementos, tendo sido dados cerca de quarenta espectáculos. Após o debate, convidavam-se os eventuais interessados a aderir ao projecto «e para isso, um dos elementos do “Teatro Operário” reservava umas noites por semana para dar o primeiro empurrão aos novos artistas»⁸⁵³.

⁸⁵⁰ Sobre a importância do teatro universitário em Portugal, cf. José Oliveira Barata (2009), *Máscaras da Utopia. História do Teatro Universitário em Portugal. 1938-74*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁸⁵¹ Jorge Lavos, «O “Teatro Operário”», *Comércio do Funchal*, n.º 2078, 06/09/1970.

⁸⁵² Hélder Costa (2008), «O “Teatro Operário” dos portugueses de Paris», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar, n.º 30, 1974*, Planeta Di Agostini, p. 118.

⁸⁵³ Hélder Costa (2005), *O Saudoso Tempo do Fascismo*. S.l.: Parvoíces, p. 88.

O segundo espectáculo, estreado em 1971 num centro de apoio ao bairro da lata de Nanterre, em Paris, intitulava-se *18 de Janeiro de 1934* e contava a história do fracassado soviete da Marinha Grande. Optou-se pela criação colectiva porque «nenhum de nós tinha experiência suficiente para definir uma linha dramática ou estética, e fundamentalmente porque o trabalho no teatro tinha também objectivos pedagógicos (melhor dizendo, de politização, de tentativa de criar futuros militantes anti-fascistas)». A partir de documentação da época, pequenas equipas ocupavam-se da escrita de partes distintas da peça, depois discutidas e seleccionadas nos ensaios⁸⁵⁴.

O Teatro Operário levou ainda a palco a peça *O Soldado*, seguindo novamente o método da criação colectiva. A peça foi estreada a 25 de Dezembro de 1972 na *Maison des Jeunes et de la Culture de Fresnes* e fizeram-se várias actuações em França. Diz Hélder Costa:

O veneno espalhava-se. (...) Dois ou três meses antes do 25 de Abril eu fiz em Paris uma reunião com gente que, só em Paris, estava a fazer teatro: eram cerca de 200 gajos, cada um já com as suas histórias escritas, sobre o problema da fábrica, do bairro, da habitação, etc. Giríssimo.⁸⁵⁵

Fernando Cardoso nota que o Teatro Operário – que o levou depois a participar num grupo dramático em Gentilly – servia também para que os emigrantes tomassem contacto com partes da história contemporânea que permaneciam desconhecidas, referindo concretamente o caso da revolta de 18 de Janeiro de 1934. Para além disso, o grupo teatral servia igualmente como espaço de recrutamento de simpatizantes para a organização⁸⁵⁶. José Torres participou no Teatro Operário a partir de 1972 e recorda desta forma o carácter «político» do grupo e de que modo servia também para impulsionar um trabalho de natureza associativa:

Tinha a função de dinamização das festas que nós desenvolvíamos nas associações, nos bairros e até em fábricas. Tínhamos sempre a preocupação no final dos espectáculos de convidar as pessoas que queriam fazer espectáculos para se juntarem a nós ou até criarem o seu próprio

⁸⁵⁴ *Ibidem*, p. 89.

⁸⁵⁵ Hélder Costa. Entrevista, 05/10/2007.

⁸⁵⁶ Fernando Cardoso. Depoimento, 17/09/2008.

grupo na zona. O objectivo era disseminar. Criar associações. Em 1970 a população emigrante era muito analfabeta, muito limitada, com dependências em relação às pessoas que sabiam um bocadinho mais, e portanto as associações tinham um papel muito importante sobre como se podia fazer para arranjar trabalho, para se legalizar, etc...⁸⁵⁷

O Teatro Operário serviu também para aproximar os ambientes politizados que se agregavam em torno de estruturas dinamizadas *por O Comunista* na Europa. Em 1973 fez-se uma digressão à Dinamarca e à Suécia – juntamente com o grupo musical «Os Camaradas», de Tino Flores – actuando em ambos os países para a comunidade lusa emigrada e exilada.

Quase todos os membros do Teatro Operário eram jovens que tinham fugido à guerra colonial. Quase nenhum de nós tinha passaporte. Como nos podíamos deslocar na Europa? Íamos ao consulado, dizíamos que estávamos fartos de estar na França e pediam-nos um passaporte de regresso a Portugal. E eles davam-nos, com uma declaração a dizer que era válido para o regresso a Portugal.

Mas vocês iam para cima...

Pois, o passaporte era feito assim mas depois era falsificado. Foi com esses passaportes que passámos a Bélgica, a Alemanha, a Dinamarca e a Suécia. Mais de metade daquelas pessoas tinha passaportes falsos.

Fizemos um primeiro espectáculo em Copenhaga, numa biblioteca. No outro dia a seguir passámos de *ferry boat* para Malmö e representámos aí, num ginásio. Na Suécia fomos distribuídos pelos diferentes desertores e emigrantes portugueses.⁸⁵⁸

Existiram outros grupos de teatro amador na emigração ligados a grupos «marxistas-leninistas». É o caso do Grupo de Teatro José Gregório⁸⁵⁹, de Paris,

⁸⁵⁷ José Torres. Entrevista, 16/09/2008.

⁸⁵⁸ *Ibidem*.

⁸⁵⁹ José Gregório nasceu na Marinha Grande, tornou-se militante do PCP em 1933 e participou no 18 de Janeiro de 1934. Esteve em Espanha durante a guerra civil, ao serviço do Socorro Vermelho Internacional, vindo a ser preso pela polícia política portuguesa em 1938. Teve um papel activo na reorganização do partido empreendida a partir de 1940/41 e foi um destacado dirigente até 1956, altura em que foi para a Checoslováquia, já doente. Viria a falecer em 1961. Operário combativo,

ligado ao PCP (m-l) por via do Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, fundado em Outubro de 1970. Apresentaram uma peça sobre a emigração, outra sobre Catarina Eufémia e encenaram *A Mãe*, de Bertolt Brecht. O grupo levou ainda a cena a peça *Solidariedade*, que contava a história de um desertor português que dava a vida ao serviço do povo da Guiné. Conta José Barros:

Várias vezes tivemos connosco actores profissionais, do *Teatro do Soleil* e de outros grupos, que para nosso enriquecimento traziam os seus conhecimentos e experiência de gente do *métier*. Quanto às representações o grupo percorreu algumas cidades de França, da Bélgica e da Holanda. Em França, a primeira representação da peça sobre a Catarina Eufémia, em Paris, na *Maison Verte*, na presença de familiares de Catarina Eufémia e de muita gente de Baleizão, deixou uma recordação viva com o debate que se seguiu, suscitando ânimo no grupo para novas empresas. Em Roterdão deu-se a estreia da peça sobre a guerra colonial, na presença de uma assistência importante de caboverdeanos e guineenses. Esta deixou uma recordação particular: a «Conceição», que representava uma africana a ser maltratada, naquele dia foi mesmo chicoteada a sério, porque o intérprete do chicote perdeu o senso de que estava no palco e a rapariga precisou de cuidados médicos e o outro saiu para os camarins meio desmaiado.⁸⁶⁰

Numa reportagem publicada no jornal *O Salto*, o grupo apresenta José Gregório como um «heróico dirigente operário que dedicou toda a sua vida à causa dos trabalhadores», acrescentando-se que o nome escolhido «não é só render homenagem ao combatente incansável do nosso povo mas também tomar uma posição em relação ao teatro». Define-se que este é um teatro onde os operários e os camponeses são os «únicos heróis», já que «na nossa sociedade não existem indivíduos, nem literatura, nem arte acima das classes». E conclui-se: «um teatro ou

Gregório era visto pela extrema-esquerda m-l como um garante do carácter classista do partido, cujo afastamento por doença terá levado à irrupção mais decidida da «degeneração revisionista». Cf. Francisco Martins Rodrigues (2008), *Pequena História do PCP e do Movimento Operário*. Lisboa: Cadernos Política Operária. O texto original foi escrito no final dos anos sessenta na cadeia de Caxias.

⁸⁶⁰ José Barros (1999), «Episódios do movimento associativo na emigração face a Abril de 74», *Latitudes*, n.º 6, Setembro de 1999, pp. 62-66.

é burguês ou é popular, não existe o sábio meio-termo dos intelectuais burgueses»⁸⁶¹.

16.3 A cantiga é uma arma

Entre 9 e 11 de Junho de 1973, o PCP (m-l) – através de duas estruturas que lhe estavam afectas, o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados e o jornal *O Salto* – organizou em Vincennes uma edição dos Jogos Florais da Emigração Portuguesa. Durante vários dias, e em diferentes salas, realizaram-se espectáculos de música, teatro e leituras, nos quais participaram núcleos de emigrantes da Suíça, França, Bélgica, Alemanha, Suécia e Holanda. José Mário Branco concorreu com *A Cantiga é uma Arma*, composição que, segundo a revista *Seara Vermelha*, também afecta ao PCP (m-l), «cativou alguma gente cuja sensibilidade musical está forçosamente contagiada pelo sentimentalismo e pelas melodias correntes», acrescentando-se: «de melodia fácil, estilo fácil, tipo marchinha de S. João, sem vigor nem riqueza musical, esta canção não ultrapassava no seu conteúdo ideológico a problemática pequeno-burguesa». A vencedora foi uma canção de Gil Nave intitulada *Coro Final dos Trabalhadores* que, por sua vez, «toma directamente partido pelos trabalhadores e os incita a realizarem o seu papel histórico»⁸⁶².

Na biografia de José Mário Branco, escrita por Octávio Fonseca Silva, conta-se que o cantor compôs a música na véspera e distribuiu pelas pessoas o refrão num pequeno papel: «a cantiga é uma arma / eu não sabia / tudo depende da bala / e da pontaria...». Apesar da boa receptividade do público, José Mário Branco terá sido avisado por Heduíno Gomes «Vilar», líder do PCP (m-l), de que não receberia o 1.º prémio pela nota de dúvida colocada no segundo verso⁸⁶³. Recorda José Mário Branco:

No festival eu fiz pela primeira vez um truque que depois repeti aqui no PREC. Fiz uns milhares de papelinhos, folhas A4 que depois eram cortadas, com a letra da música. Quando eu entro para palco – e agora a canção número tal, *A Cantiga é uma Arma*, de José Mário Branco! – já estava uma malta a distribuir a letra. Estavam duas mil pessoas a assistir.

⁸⁶¹ «O grupo de teatro José Gregório», *O Salto*, n.º 9, Abril de 1972.

⁸⁶² Víctor Queiroz, «Uma realização de grande alcance para o movimento popular», *Seara Vermelha*, n.º 2, Dezembro de 1973.

⁸⁶³ Octávio Fonseca Silva (2000), *José Mário Branco. O canto da inquietação*. Porto: Mundo da Canção, p. 43.

Ao segundo refrão já estava aquela gente toda a cantar comigo! No fim das canções todas, o público exigiu e acabei por cantá-la outra vez. Quando saio do palco, de viola na mão, e desço os três degraus, está o Heduíno à minha espera e diz-me: «a tua canção é muito bem feita, o público gostou, mas é uma cantiga pequeno-burguesa. Um verdadeiro revolucionário não pode dizer “e eu não sabia”» (risos). «Ai não? Olha, eu antes de saber também não sabia», «pois, mas isso é incutir no povo a dúvida, não sei quê», e portanto ele dissolveu o júri.⁸⁶⁴

Os Jogos Florais tiveram ainda concorrentes na área do teatro e da literatura. No campo teatral, foram apresentadas as peças *Que Fazer?*, pela Associação Resistência e Trabalho de Amesterdão; *O Emigrante*, pela Associação dos Trabalhadores Portugueses da Aglomeração Lionesa; *O Emigrante*, pelo Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris; *A Lua vai nascer*, pelo Centro Recreativo dos Portugueses de Bruges; *O Homem*, pelo Encontro Português de Puteaux; e *A Mãe*, pelo Grupo de Teatro José Gregório, que arrecadou o 1.º prémio⁸⁶⁵. O facto do júri literário não ter atribuído o 1.º prémio em algumas áreas foi motivo de indignação expressa por leitores de *O Salto*, que consideraram a posição «sectária» e alheia ao facto dos participantes serem trabalhadores e não profissionais⁸⁶⁶.

Processos de inspecção ideológica como o atrás referido foram também accionados contra músicos como Zeca Afonso e Tino Flores. Em Novembro de 1970, aquando de um recital em Paris, na *Mutualité*, um denominado «Comité O Zé Povinho Topa Tudo» censura o primeiro numa dura carta aberta, acusando-o de ser um «anestesista de esquerda» por se preocupar mais em cantar o «Portugal da angústia» do que o «Portugal da revolta».

Tu só sabes choramingar sobre as cinzas com que o capitalismo soterrou Portugal. Sob o manto cinzento das cinzas nunca foste capaz de avivar as brasas que nunca se apagaram e sobre elas nunca fizeste soprar o vento de revolta que tudo há-de voltar a abrasar. A burguesia nunca conseguiu extinguir a chama da revolução no povo português e, hoje, quando um novo vento da cólera popular sopra sobre Portugal, tu vens-nos com as tuas angústias. Cala a boca, poisa a guitarra e toma duas colheres

⁸⁶⁴ José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

⁸⁶⁵ «Os I Jogos Florais Portugueses», *O Salto*, n.º 19, Julho de 1973.

⁸⁶⁶ «A propósito do júri literário dos I Jogos Florais Portugueses», *O Salto*, n.º 20, Setembro / Outubro de 1973.

de bicarbonato que isso passa-te. «A metafísica é uma consequência de estar mal disposto».⁸⁶⁷

O mesmo colectivo – agora sob o nome «Viva a Revolução, mas Proletária» – elaborou uma análise crítica das letras do álbum *Viva a Revolução*, de Tino Flores. Militante de *O Comunista*, Tino Flores é acusado de dedicar mais referências à sina dos soldados empurrados para uma guerra injusta do que à luta dos movimentos de libertação. Durante a tarefa de dissecação das letras, eleva-se a fasquia para caracterizar Tino Flores como um «neo-colonialista» por estar a divulgar ideias hesitantes em versos como este: «Lá numa terra distante / Há homens que estão a lutar / Dum lado negros do outro brancos / Quem será que vai ganhar». Para este comité, as suas canções eram o «auto-retrato dos desertores que recusam uma guerra injusta, mas não sabem ainda o que hão-de fazer depois disso»⁸⁶⁸.

⁸⁶⁷ «Zeca Afonso, vai p'ra casa ou os inconvenientes da viragem para a Europa», Comité O Zé Povinho Topa Tudo, 03/11/1970.

⁸⁶⁸ «Viva a Revolução, de Tino Flores ou o Folk-lore pequeno-burguês», Comité Viva a Revolução, mas Proletária, s.d. Tino Flores gravaria, cerca de um ano depois, o EP *O Povo é Invencível* e, em 1973, o disco *O Povo em Armas Esmagará a Burguesia*. Cf. Eduardo M. Raposo (2000), *Cantores de Intervenção*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 209-212.

CAPÍTULO 17

Guerra à Guerra: oposições e anticolonialismo

Somos partidários da eliminação da guerra; não desejamos a guerra. Mas só mediante a guerra se pode eliminar a guerra. Para acabar com os fuzis, é necessário empunhar o fuzil.

Mao Tsé-Tung⁸⁶⁹

Se é verdade que boa parte das potências europeias não tinha no seu horizonte a independência dos territórios africanos a seguir à Segunda Guerra Mundial, o certo é que o contexto geopolítico emergente no pós-guerra acabou por marcar fortemente a dinâmica anticolonial dos anos seguintes. Vista como uma luta contra o expansionismo germânico, a acção vitoriosa dos Aliados serviu para afirmar princípios – exarados em 1945 na Carta da ONU, nomeadamente no capítulo XI – que comprometiam os países com colónias a incentivar o desenvolvimento progressivo de instituições políticas autónomas. Posteriormente, a ONU viria mesmo a preconizar o dever das potências coloniais em preparar os territórios sob sua administração para a independência. Mais afirmativas ainda foram as decisões tomadas em Abril de 1955, na Conferência de Bandung (Indonésia), por vinte e nove países, com destaque para a China e a Índia, que condenam então o colonialismo e apelam à unidade dos povos contra ele.

Em Portugal, a revisão constitucional operada em 1951 havia transformado as colónias portuguesas em «territórios ultramarinos», mudança cosmética que visava,

⁸⁶⁹ Mao Tsé-Tung [1976 (1938)], «Problemas de la guerra y de la estrategia», 06/11/1938, in Mao Tsé-Tung, *Obras Escogidas 2 (1937-1941)*. Pekim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, p. 232.

na verdade, neutralizar o referido capítulo XI da Carta das Nações. Com este artifício pretendia afirmar-se que o país não possuía colónias mas apenas províncias nacionais que tinham a particularidade notável de se situarem em vários continentes, pese embora o «estatuto do indigenato» em vigor excluir dos direitos de cidadania portuguesa à esmagadora maioria dos naturais daqueles lugares⁸⁷⁰.

O colonialismo e o culto do Império constituíam, aliás, traves mestras do discurso ideológico do Estado Novo. Ao mesmo tempo que o regime exaltava a ruralidade – Salazar definia-se como católico, «camponês, filho de camponeses», «pobre, filho de pobres»⁸⁷¹ – baseava-se numa forte mística imperial que identificava o país com a sua incontornável missão civilizadora além-mar. O próprio processo de sacralização do Império aparecia muito ligado, quer à ideia de salvaguarda da sua independência face ao vizinho espanhol no conjunto da Península Ibérica, quer à necessidade de preservar uma imagem de nação associada à «herança sagrada» do período de ouro das Descobertas⁸⁷².

17.1 As oposições perante a guerra colonial

Também por isso, os ventos descolonizadores do pós-guerra atingiram muito indirectamente o campo da oposição. À semelhança dos defensores do regime, uma parte muito significativa dos velhos republicanos acreditava que o Império seria a oportunidade de recuperar a «glória perdida» da nação. Importantes oposicionistas, como Ramada Curto e Norton de Matos, eram confessos defensores do colonialismo português, pelo que a questão era marginalizada nos fóruns de discussão política que a ditadura a espaços ia permitindo. São omissos a esse respeito, tanto o Programa para a Democratização da República, de 1961, como o manifesto eleitoral de Humberto Delgado, em 1958 – cuja candidatura galvanizou as hostes oposicionistas e assustou de tal maneira o regime que este forjou os resultados e proibiu a realização de eleições presidenciais a partir daí.

Iniciadas em Fevereiro de 1961, em Angola, e progressivamente estendidas a outros territórios – Guiné, em Janeiro de 1963 e Moçambique, em Agosto de 1964 – as guerras que o Estado português travou contra os movimentos independentistas africanos repercutiram-se de uma forma muito directa na vida dos jovens. A grande

⁸⁷⁰ Joel da Silveira (1989), «As guerras coloniais e a queda do Império», in António Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo, vol. V (1958-1974)*. Lisboa: Alfa, p. 75.

⁸⁷¹ António de Oliveira Salazar (1951), *Discursos e Notas Políticas. 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 351.

⁸⁷² Valentim Alexandre (2000), *Velho Brasil, Novas Africas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, p. 198.

maioria dos rapazes sabia que tinha de cumprir um longo serviço militar de pelo menos três anos, em condições de risco físico e psicológico acentuado. Ainda assim, o tema da guerra era raras vezes abordado de maneira desassombrada e crítica. Um manto de silêncio cobria «uma opinião pública desinformada e controlada, distante dos problemas africanos, mas educada numa intensa mística imperial»⁸⁷³. Razões culturais – de honra, de orgulho, de masculinidade – estavam-lhe também na base, como observou o escritor Fernando Dacosta em *Nascido no Estado Novo*: «não ir à tropa, ser dispensado, fizera-se uma inferioridade, um labéu. Ficar-se livre chegava a ser vergonhoso – jovens havia que perdiam namorada e reputação por isso»⁸⁷⁴.

Lentamente, porém, a guerra colonial foi provocando um afastamento claro entre os interesses do Estado Novo e as aspirações juvenis. Entre 1961 e 1974, perto de 200.000 jovens faltaram à chamada para a tropa. O número de faltosos à Junta de Inspeção situava-se, entre 1970 e 1972, já acima dos 20%, contabilizando-se mais de 50.000 refractários nesses três anos⁸⁷⁵. Tenha-se em conta que, percentualmente, Portugal tinha mais homens em armas do que qualquer país ocidental, à excepção do caso muito específico de Israel. A mobilização para o teatro de guerra teria sido equivalente aos EUA terem colocado 2,5 milhões de homens no Vietname, em lugar dos cerca de 500.000 que para lá enviou⁸⁷⁶.

A contestação aberta ao conflito mantinha-se, no entanto, circunscrita a algumas franjas de acção e reflexão crítica. Note-se que os próprios socialistas, agrupados em 1964 em torno da ASP (Acção Socialista Portuguesa), mantêm uma posição ambígua durante a década de 1960, condenando a política colonial mas só tarde afirmando o direito à independência dos povos colonizados⁸⁷⁷. Na importante «crise» estudantil ocorrida em Coimbra, em 1969, a guerra colonial ainda está ausente do catálogo

⁸⁷³ Margarida Calafate Ribeiro (2004), *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, p. 174.

⁸⁷⁴ Fernando Dacosta (2001), *Nascido no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 265.

⁸⁷⁵ *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). 1º Volume. Enquadramento Geral* (1998). Lisboa: Estado-Maior do Exército, p. 258.

⁸⁷⁶ Álvaro Fernandes (2002), «Uma Guerra de baixa intensidade e longa duração», *História*, n.º 51, pp. 48-53.

⁸⁷⁷ Susana Martins (2005), *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, pp. 178-179. Para uma visão do modo como as diferentes oposições ao Estado Novo se relacionaram com a temática do colonialismo e do anticolonialismo, designadamente durante o consulado marcelista, cf. Rui Bebião (2001), «A esquerda e a oposição à guerra colonial», in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Livro de Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias; Rui Bebião (2005), «Contestação do regime e tentativa da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, n.º 37, pp. 65-104.

explícito de reivindicações, se bem que de seguida se torne a questão primordial do activismo nessa universidade⁸⁷⁸.

Papel importante tiveram alguns sectores católicos que, contrastando com a atitude pactuante da generalidade da hierarquia católica, desenvolveram uma acção de timbre pacifista, essencialmente caracterizada pela tentativa de romper a censura e informar sobre a guerra. Inscrevem-se aqui as dissensões públicas de padres como Felicidade Alves e Mário de Oliveira, mas também publicações como o *Direito à Informação*, os *Cadernos GEDOC* ou o *Boletim Anti-Colonial*, e vigílias pela paz como as realizadas nos últimos dias de 1968, em S. Domingos, e na passagem de ano de 1972 para 1973, na Capela do Rato⁸⁷⁹.

Quando eclode o conflito, o PCP era a única organização que reconhecia o direito à autodeterminação e à independência das colónias. No decorrer do V Congresso, em 1957, havia substituído a sua posição anterior, baseada na criação de secções locais do partido nas colónias, por uma outra que consistia em estimular partidos com base e direcção fundamentalmente indígenas e destinados a lutar pela independência, ao mesmo tempo que inscreve de forma explícita e detalhada esse direito no seu corpo programático⁸⁸⁰.

O PCP desde cedo erigiu um discurso que oscilava entre uma retórica nacionalista que acentuava os seus custos para o país e um «modo proletário», menos notório mas nem por isso totalmente ausente, que vincava a solidariedade internacionalista com as colónias⁸⁸¹. No entanto, a questão que viria a estar no centro de polémicas com os colectivos à sua esquerda resultava da posição a adoptar por parte daqueles que eram chamados a combater. Apesar de afirmar não se opor genericamente às deserções, sobretudo se colectivas, o PCP estimulava os seus membros à recusa das «deserções individuais». Para o partido, a opção mais correcta seria a de ir tão longe

⁸⁷⁸ Miguel Cardina (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus. Em Lisboa a contestação anticolonial começou mais cedo, sobretudo após a manifestação contra a guerra do Vietname frente à Embaixada dos EUA, organizada em Fevereiro de 1968 pelos Comités Vietname – do qual nasceria a EDE – e que trouxe o tema para a rua de maneira indirecta mas aguerrida.

⁸⁷⁹ Joana Lopes (2007), *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*. Lisboa: Âmbar; João Miguel Almeida (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo. 1958-1974*. Lisboa: Edições Nélson de Matos.

⁸⁸⁰ João Madeira (2003), «O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)». *Estudos do Século XX*, n.º 3, pp. 209-243; Judith Manyà (2004), *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale 1921-1974*. Thèse pour le doctorat en Science Politique, CEAN, Bordeaux.

⁸⁸¹ José Neves (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

quanto possível, inclusive até aos campos de batalha, para esclarecer os outros soldados e organizar a rejeição ao combate⁸⁸².

Esta posição, contudo, é o resultado de um percurso de reflexão temática efectuado ao longo dos anos sessenta, fenómeno recentemente sublinhado por António Monteiro Cardoso⁸⁸³. Assim, em 1961 o *Avante!* incita os soldados a recusar o embarque e o papel de força opressiva do povo angolano⁸⁸⁴. Em 1965 e 1966 são comuns os apelos às deserções colectivas, mas tendencialmente se acentua o discurso crítico que coloca o acento tónico no impacto da guerra enquanto sorvedouro de vidas e recursos nacionais. Se o jornal não deixará de falar da deserção colectiva como forma legítima de resistência à guerra, uma resolução sobre deserções, de Julho de 1967, deixa claro que os militantes comunistas «não devem desertar, senão quando tenham de acompanhar uma deserção colectiva ou corram iminente perigo de ser presos em resultado da sua acção revolucionária»⁸⁸⁵.

Quanto à nascente extrema-esquerda, logo no editorial do primeiro número de *Revolução Popular* se assegura que o começo das guerras de libertação dos povos coloniais havia criado «condições objectivas» para o florescimento da insurreição em Portugal. Assim, e em nome da «revolução democrático-popular», necessariamente armada e baseada na aliança operário-camponesa, dever-se-ia articular a luta dos revolucionários portugueses com a luta dos movimentos independentistas. Simultaneamente, opera-se um deslocamento que secundariza o fascismo para destacar a preponderância estrutural do colonialismo, que os próprios republicanos haviam mantido intocável, e do capitalismo, a efectiva base da exploração colonial. Combater o «chauvinismo imperialista» que se havia incrustado nas massas operárias tornava-se essencial, tal como era urgente desmascarar todas as camadas da burguesia como inimigas do movimento libertador das colónias. Deste modo se rejeitava a «revolução democrática e nacional» do PCP por assentar

⁸⁸² «Os jovens comunistas e a guerra colonial», *O Militante*, n.º 144, Agosto de 1966. Cit. em Rui Bebiano (2001), «A esquerda e a oposição à guerra colonial», in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Livro de Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Ed. Notícias.

⁸⁸³ António Monteiro Cardoso (2009), «Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial», Comunicação no II Colóquio sobre «Os Comunistas em Portugal – 1921-2009». Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 25 de Setembro de 2009.

⁸⁸⁴ «Recusai-vos a embarcar, ou se não o conseguirdes, recusai usar as armas contra o povo angolano, falseai as ordens de repressão contra os patriotas angolanos, virai, se for preciso, as armas contra aqueles que querem fazer de vós assassinos de patriotas e de homens, mulheres e crianças indefesos». «Abaixo a guerra colonial!», *Avante!*, n.º 300, Maio de 1961.

⁸⁸⁵ «Crescem as deserções e protestos contra a guerra colonial», *Avante!*, n.º 362, Dezembro de 1965; «Contra as guerras coloniais as deserções continuarão», *Avante!*, n.º 370, Setembro de 1966; «Resolução sobre Deserções», *Avante!*, n.º 382, Setembro de 1967.

numa base social ampla obtida através da «unidade de todos os portugueses honrados» que equivalia, no fundo, à fabricação de um «movimento anticolonialista comum ao proletariado e à burguesia»⁸⁸⁶.

17.2 Desertar, não desertar, como desertar

Assim, e ao contrário do PCP, por vezes cauteloso na abordagem explícita do tema, os emergentes grupos m-l vieram colocar a guerra colonial no cimo da agenda reivindicativa nos finais da década de 1960. Aconselhando a deserção, os maoístas distanciavam-se da proposta de ir para a frente de combate, que o PCP defendia para os seus militantes. O posicionamento perante a guerra colonial – desertar ou manter-se no exército – terá sido, muitas vezes, crucial quanto à escolha do campo político⁸⁸⁷.

A OCMLP propunha mesmo a deserção com armas no final da recruta, procurando conjugar a recusa da guerra colonial com a necessária aprendizagem do manejo do material bélico. No n.º 2 de *O Comunista* fala-se do «combate no Ultramar» como uma «posição insustentável para um comunista» e no n.º 6 agita-se a palavra de ordem «deserção sempre, em todas as circunstâncias»⁸⁸⁸. O *Manifesto ao Soldado* explicitava:

Quando desertares, tenta de todas as formas expropriar armas, explosivos, fardas, documentos, mapas, etc... Se tiveres um amigo revolucionário de toda a confiança entrega-lhe o material. Se não, enterra o material, protegendo-o bem da humidade, ou esconde-o num sítio

⁸⁸⁶ «Editorial», *Revolução Popular*, n.º 1, Outubro de 1964; «Os comunistas e a questão colonial», *Revolução Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965.

⁸⁸⁷ Repare-se na forma colorida como Hélder Costa, um dos principais dirigentes de *O Comunista* / OCMLP, relata o seu confronto com esta questão: «Os gajos [PCP] andaram um ano e tal atrás de mim. Eu depois fui de férias, meses, comprei em Paris o *Manifesto do Partido Comunista*, a história do socialismo, aprendi à brava, li aquilo nas férias, e quando voltei encontrei o gajo e disse: “é pá, quero entrar. Estive a ver, a ler umas coisas, e como isso é uma decisão para a vida...”. “P’ra vida?”, diz ele. E eu disse: “é pá, é, um gajo que escolhe, é para isso”. O tipo ficou muito impressionado e eu logo: “guerra colonial”. “É pá, temos de ir e tal”, responde o gajo. “Então mas porquê? Porra, eu tenho lá os meus camaradas e depois como é que é? A gente encontra-se no mato e tal, ó pá, Viva a Prá-Kys-Tão!?” [República de Coimbra onde viveu e confraternizou com estudantes africanos]” Não dá (risos)! O gajo começa a olhar para mim: “ah, tem de ser, para fazer a guerra mais humana”. “É pá, estamos enganados, não há problema nenhum, mas não entro”. Foi assim, foi simples. Para mim era uma questão chave.» Hélder Costa. Entrevista, 05/10/2007.

⁸⁸⁸ «A guerra colonial», *O Comunista*, n.º 2, Março de 1969; «Nós desertamos com armas!», *O Comunista*, n.º 6, Maio de 1970.

seguro: quando a revolução necessitar, as armas estarão lá prontas a servir.⁸⁸⁹

Para o PCP (m-l), a posição correcta era a de «ir para a tropa» para «aprender a manejar as armas» e fazer «agitação e propaganda anticolonialista junto dos soldados prestes a partir para a guerra». Coloca-se, no entanto, a questão: «desertar antes do embarque ou seguir para as colónias?». Tendo em conta a desorganização actual do proletariado, que impossibilitava um «autêntico trabalho revolucionário no seio do corpo expedicionário», o caminho proposto era o da deserção. Por outro lado, e ao contrário das situações em que os comunistas deveriam participar nas guerras imperialistas para aproveitar o potencial armamento da classe operária, neste caso «a burguesia instalada em S. Bento nunca perde o controlo das massas armadas, pois estas, ao regressarem a Portugal, vêm desarmadas». Assim sendo, «desertar é, afinal, o mal menor»⁸⁹⁰.

Fora do campo maoísta, o jornal *Passa Palavra*, órgão dos militares da FPLN, procurava afirmar uma posição que conciliasse a orientação do PCP com aquela dominante à sua esquerda. Defende que «no meio da guerra é possível resistir» de maneira activa, através da deserção, mas também se vislumbram outras formas, como «a recusa de partir para operações, a desobediência às ordens criminosas, e em certos casos, a revolta». Isso não obsta, porém, a que a maioria das posições expressas seja a favor da deserção antes do embarque. Numa carta aberta, um desertor descreve o quotidiano da instrução e o dia choroso do embarque para concluir com um repto: «não queiras ser um criminoso assassino, nega-te a ir para as colónias, deserta!»⁸⁹¹

Nem sempre a deserção equivalia a uma passagem a salto para o estrangeiro. Uma hipótese menos óbvia, mas ainda assim levada a cabo, consistiu na entrada para a clandestinidade no interior, com o objectivo de realizar tarefas directivas ou proletarizando-se sob uma identidade falsa. Por outro lado, a deserção não era uma prática estimulada nestes grupos de maneira uniforme. Há a assinalar a posição dissonante da URML – já analisada com detalhe no capítulo 5 – para quem a deserção representava uma «atitude individualista e oportunista» que conduzia «necessariamente à perda de elementos com os quais a Revolução Proletária poderia

⁸⁸⁹ «Soldados!», *O Grito do Povo*, n.º 3, Abril de 1973.

⁸⁹⁰ «Os comunistas e a questão colonial: a guerra colonial e a revolução proletária», *Estrela Vermelha*, n.º 13, Outubro de 1972.

⁸⁹¹ «Como resistir à guerra», *Passa Palavra*, s.n., Janeiro de 1967; Brás da Mota Veloso, «Carta dum desertor», *Passa Palavra*, s.n., s.d.

contar»⁸⁹². Registe-se ainda o facto de alguns grupos vedarem a deserção aos militantes mais responsáveis, optando pela sua permanência no interior em situação de clandestinidade. Um destacado dirigente do MRPP afirma:

Uma pessoa como eu não ia para França. Certas pessoas nossas que desertavam da guerra, sim. Agora, se eu fosse, íamos todos. Uma das críticas que fazíamos ao PCP era precisamente essa: «Então o Cunhal dirige o PCP e está em Paris, na Rússia, etc.» Para nós era importante estar cá.⁸⁹³

O MRPP estipulava amiúde a preferência de que as deserções fossem «colectivas». Em Junho de 1971, o *Luta Popular* exortava à organização «por pelotão, por batalhão, por companhia, núcleos de resistência anticolonial que fomentem a greve à recruta, a sabotagem do material, a desobediência e a deserção colectivas e a constante agitação contra a guerra»⁸⁹⁴. A sua estrutura própria na tropa, a RPAC, reivindicou a influência decisiva em deserções colectivas, como a de cinquenta cadetes da especialidade de atiradores, em Mafra, em 1973. Noticiando o sucedido, o jornal *Resistência*, da RPAC, afirmava: «Desertemos em Massa e com Armas!»⁸⁹⁵. Ao mesmo tempo, colocava a ênfase na necessidade dos soldados e marinheiros virarem as armas contra a burguesia, transformando a guerra colonial numa guerra civil revolucionária com vista ao desencadeamento da revolução democrática e popular.

17.3 O activismo anticolonial

O MRPP foi o grupo que maior visibilidade alcançou no campo do activismo anticolonial. Com recurso a uma linguagem triunfalista decalcada dos cartazes da Revolução Cultural, o primeiro número do órgão *Luta Popular*, datado de Fevereiro de 1971, intitulava na primeira página: «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária de Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias», fazendo um apelo para que se constituíssem Comitês de Luta Anti-Colonial (CLACs), capazes

⁸⁹² «A guerra colonial e a luta revolucionária no exército», *Folha Comunista*, n.º 2 (especial), 1971.

⁸⁹³ Vidual Ferreira. Entrevista, 05/10/2007.

⁸⁹⁴ «4 milicianos vítimas da máquina militar colonialista-fascista», *Luta Popular*, n.º 4, Maio / Junho de 1971.

⁸⁹⁵ «Desertemos em Massa e com Armas», *Resistência!*, n.º 3, Setembro / Outubro de 1973.

de desencadear «grandes manifestações de rua contra o colonialismo português e o imperialismo mundial»⁸⁹⁶.

Alguns grupos tinham estruturas criadas propositadamente para o combate anticolonial. A OCMLP dinamizava os Comitês Servir o Povo, que tiveram pouca visibilidade no Porto mas alguma influência em Coimbra. O CRML confundia-se com os Comitês Guerra Popular, presentes em algumas escolas de Lisboa, e que eram a sua única face visível, resultado deste grupo entender a guerra colonial como «a contradição principal na formação social portuguesa»⁸⁹⁷. Durante estes primeiros anos da década de 1970, emergem variados CLACs, impulsionados por militantes de diferentes grupos, mas contando com uma forte componente informal e descentralizada. Entre o grosso dos CLACs, apareceu uma distinção entre os que editavam o jornal *Vencerão*, ligado ao PCP (m-l) e os CLACs ligados ao MRPP, que se articulavam numa estrutura mais vasta, o MPAC. A animosidade era notória, como se nota neste excerto publicado no jornal *A Voz do Desertor*, afecto ao PCP (m-l).

Como justamente denunciam os CLACs no n.º 5 de *Vencerão!*, o chamado «MPAC» é um grupelho provocatório e sectário que se distingue pela sabotagem que faz da unidade anticolonial. Esses sabotadores salientam-se por terem conduzido uma acção provocatória nas Associações de Estudantes, tentando arrastar os dirigentes associativos a «assumir uma posição proletária e revolucionária» e a «marcar publicamente a sua posição sobre o MPAC e a acção dos CLACs», com o que pretendiam destruir as próprias Associações de Estudantes, associações legais, atraindo sobre elas a repressão; por terem convocado, em 1972, uma manifestação divisionista para 25 de Fevereiro, quando os CLACs já haviam convocado uma para dia o dia 19, e dizerem que esta era convocada pela PIDE; por lançarem calúnias e fazerem denúncias sobre os camaradas do jornal *Vencerão!*; por roubarem o jornal *Vencerão!* dos locais onde ele tem sido distribuído.⁸⁹⁸

Se neste caso é evidente a transposição das rivalidades partidárias para o campo da luta «frentista» contra o colonialismo, o imperialismo e a guerra, muitas vezes o

⁸⁹⁶ «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária de Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias», *Luta Popular*, n.º 1, Fevereiro de 1971.

⁸⁹⁷ «Editorial», *Guerra Popular*, n.º 4, Junho de 1972.

⁸⁹⁸ «Manifestações», *A Voz do Desertor*, n.º 2, Maio de 1973.

activismo desenvolvia-se de maneira mais ou menos espontânea e sem articulação com níveis organizativos mais estritos. Ana Barradas conta que constituiu um grupo anticolonial à revelia da sua organização – o Comité Marxista-Leninista de Portugal – juntamente com Jorge Neves e Carlos Camacho. Tinham como retaguarda uma casa em Albogas, no concelho de Sintra, faziam panfletos ao fim-de-semana que distribuíam durante a semana nos bairros da lata e, como não possuíam «ligações às fábricas», apontavam «para os bairros pobres»⁸⁹⁹. Por outro lado, a ligação ao movimento m-l em Portugal era muitas vezes precedida ou coetânea do envolvimento em estruturas independentistas africanas, como é ilustrado por alguns percursos.

Filha de uma presa política, Ana Barradas começou a envolver-se politicamente no contexto das eleições de Humberto Delgado, em 1958, em estruturas associativas no liceu e com relações de proximidade com o PCP. Em princípios de 1960 foi para Moçambique e, juntamente com o seu irmão mais velho, participou em círculos nacionalistas, pela mão de Luís Bernardo Honwana.

Entretanto, o meu irmão refugiara-se em Paris para não ir à tropa, refractário da guerra colonial, e começo a receber por ele a *Revolução Popular* e outros documentos do CMLP-FAP dirigidos pelo Chico Martins. [Além disso,] da África do Sul chegava-nos muita informação escrita sobre o conflito sino-soviético, que discutíamos até à exaustão: sabíamos todos os incidentes e estávamos firmemente pró-chineses.

Foi nessas discussões que encontrei o meu futuro marido (Jorge Neves), que tinha ligações ao ANC. Havia a expectativa de que o incipiente movimento moçambicano também beneficiasse das actividades dos sul-africanos e preparava-se o primeiro grupo moçambicano que iria fazer treino militar a Marrocos, juntamente com outros do ANC, em que o Jorge estaria integrado. Mas entretanto dão-se as prisões de Rivónia. Nesse processo Nelson Mandela, Ruth First, Joe Slovo e outros são condenados a pesadas penas e o membro do ANC que fazia a ligação connosco está incluído nesse grupo. Ficámos pendurados em Joanesburgo, sem contactos. Assim, decidimos voltar para Moçambique para tentar estabelecer ligação com a FRELIMO.

Que já estava em luta armada...

⁸⁹⁹ Ana Barradas. Entrevista, 06/05/2008.

Sim. Além disso, sabia-se estar a preparar a vinda de guerrilheiros para o Sul. Estávamos à espera. Acontece que tudo correu muito mal: houve uma denúncia, prisões, etc., e quando fomos finalmente contactados foi para transportar de imediato até à fronteira com a Suazilândia um dos enviados da FRELIMO.

O Luís Bernardo Howana, que era o nosso único elo com a FRELIMO, também foi preso. Mais uma ligação falhada. Ficámos dois ou três anos à espera, prestando apoio aos presos políticos, divulgando as arbitrariedades dos processos em tribunal... Portanto, estávamos num papel recuado, expectante e muito entregues a nós próprios. Quando o Luís Bernardo sai da cadeia pensamos: agora é que é a sério! Mas tinha havido uma traição no Norte que envolvia pessoas brancas e houve uma directiva, não formal, da FRELIMO, para não admitir brancos no movimento. E eu e o meu marido ficámos novamente fora... Isto em 69.⁹⁰⁰

Após uma ameaça de morte, veio para Paris e daí para Portugal, onde Ana Barradas acabou por se ligar a *O Bolchevista* e, a seguir, ao CARP (m-l). Diana Andringa veio para o país mais cedo, com 11 anos, apesar de se considerar «angolana e portuguesa». Em 1964/65 era já «completamente a favor da China» e chegou a participar nas primeiras reuniões da EDE. Foi presa pela PIDE em Janeiro de 1970 por pertencer a uma rede de apoio ao MPLA e condenada a 20 meses de cadeia.

Este apoio não tinha nada de tenebroso, mandávamos informação, medicamentos. Muita malta era de Medicina ou tinha sido de Medicina, que era o meu caso, e tinha possibilidade de mandar medicamentos. Eu lembro-me que fui acusada de coisas terríveis, como ter mandado fotografias do Che Guevara. Tinha também feito uma coisa completamente criminosa: havia um preso político angolano que era carteiro dos CTT, era muito pobre, tinha 8 filhos, foi preso em Luanda e foi mandado para aqui. A família nunca o pôde acompanhar e ele não tinha nenhuma visita, não tinha um apoio, não tinha roupa, tinha sido preso em Angola onde não faz frio e ele não tinha camisolas, não tinha nada. Esse preso, que era o João Baptista, passava frio na cadeia, na cadeia de Peniche, que é bastante fria, e quando morreu o Dr. Pedro Monjardino, que era um médico antifascista e um homem muito grande, cujos fatos podiam servir ao João Baptista, fui

⁹⁰⁰ *Ibidem.*

pedir os fatos à viúva e levei-os para Peniche para o João Baptista... Esta foi uma das terríveis acusações contra mim, que eu tinha, ao serviço do MPLA, levado roupa a um preso político e além disso tinha mandado fotografias para Angola. As acusações eram essas, e depois que pertencia ao MPLA, lutava pela independência de Angola, estava ligada à luta armada, queria pôr uma bomba. Só vim a perceber o que era a história das bombas muito depois, em 1989, quando estava a filmar «A geração de 60» e encontrei as pessoas do meu processo em Angola, que me explicaram que de facto tinha havido uma tentativa de fazer alguns rebentamentos em Angola, coisa que eu não sabia.⁹⁰¹

Nascido em Benguela, João Caixinhas veio estudar para o IST em 1967, onde contactou de imediato com o movimento de solidariedade gerado pelas cheias e com a mudança política na associação de estudantes. Aproximou-se de *O Comunista*, onde também militava o seu irmão Raul Caixinhas, e regressou a Angola para estudar na Universidade de Luanda, já com a ideia de desenvolver actividade «centrada na luta pela libertação» e na «procura de contactos com grupos simpatizantes do MPLA».

Fomos três ou quatro colegas de várias faculdades morar para o musseque Katambor e é aí que se começa a descobrir que a cor branca dificulta, é factor de desconfiança. Rapidamente concluímos que não seria prudente para todos (nós e os moradores) tentar qualquer forma de organização no Bairro. (...) No entanto, todo o grupo concluiu que os brancos naturais de Angola seriam mais úteis se lutassem como portugueses do que como angolanos. A independência era Africana mas a libertação era sobretudo um movimento de «orgulho e negritude». (...) Eu próprio sentia um pouco disso no musseque: sendo branco, facilmente era um «apontador» que podia conduzir a PIDE. Historicamente, não tinha sentido, só ia prejudicar. Eles precisavam de recuperar o orgulho, e o branco era qualquer coisa que prejudicava.⁹⁰²

⁹⁰¹ Miguel Medina (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação, p. 75.

⁹⁰² João Caixinhas. Entrevista, 09/06/2008.

Tendo decidido regressar a Portugal, a notícia de um desvio de uma avioneta de Angola para o Congo-Brazzaville, feita por dois primos, resulta posteriormente numa entrevista de ambos ao *Afrique-Asie*, e uma vez que aí se referem nomes e dados, decide não correr riscos e opta por se instalar em Paris⁹⁰³. Em Lisboa, Raul Caixinhas servia de pivô a grupos de jovens activistas contra a guerra colonial, alguns deles naturais de África. Os Comités Guerra Popular, dinamizados pelo CRML, agrupavam também estudantes que tinham vindo das colónias e que eram afectos a movimentos independentistas.

Por razões de pertença afectiva ao território africano e à causa independentista, vários foram os jovens que se integraram em estruturas frentistas dinamizadas pelos grupos m-l ou enveredaram por formas de activismo e solidariedade que com elas confluíam. Isso deve-se, em boa medida, à maior disponibilidade destas organizações – ao contrário do que acontecia com a UEC – em abordar a questão da guerra de forma mais aberta em espaços associativos, mas também à posição genérica de apoio à deserção, posição essa que ia ganhando simpatias crescentes com o agudizar da situação no campo de batalha. Assim, se a guerra colonial viria a ser a causa directa da queda do regime, desde cedo o activismo radical influenciado pelo maoísmo se dispôs a engrossar esta «quarta frente», elegendo o colonialismo como um dos principais alvos a abater.

⁹⁰³ *Ibidem*.

CAPÍTULO 18

Da deserção ao exílio

Demain de bon matin
Je fermerai ma porte
Au nez des années mortes
J'irai sur les chemins
Boris Vian⁹⁰⁴

Em 1966, a banda francesa *Les Problèmes* veio actuar ao Estoril e um dos seus membros foi detido. O baixista Luís Rego, filho de humildes camponeses que se haviam estabelecido em Lisboa, fugira da guerra colonial em 1962, com 17 anos, e fizera de tudo um pouco antes de se tornar músico de rock. Nesse ano de 1966, *Les Problèmes* eram já um pequeno sucesso artístico mas as autoridades portuguesas não deixaram escapar a afronta de ver um foragido à tropa pisar descontraidamente o solo pátrio. Após a sua prisão, os seus companheiros gravaram – já sob o nome de *Les Charlots – Ballade à Luís Rego, prisonnier politique*, que se tornou mais uma pedrada na legitimidade internacional da guerra que o regime levava a cabo em África: «nós diremos em todo o lado / de todas as maneiras / que te tiraram a liberdade / e te mandaram / para o fundo de uma prisão / por nada, sem razão»⁹⁰⁵. A campanha levada a cabo pela banda surtiu efeito e Luís Rego viria a ser libertado, regressando a França após dois meses e meio de detenção.

⁹⁰⁴ «Amanhã de madrugada / fecharei a minha porta / no nariz dos anos perdidos / e partirei pelos caminhos». Boris Vian, canção *Le Deserteur*, escrita em 1954 contra a guerra colonial francesa na Argélia.

⁹⁰⁵ «Nous dirons partout / Sur tous les tons / Qu'on t'a pris ta liberté / Et qu'on t'a jeté / Au fond d'une prison / Pour rien, sans raison». A canção está no álbum «Antoine reconte les problèmes», de 1966. Agradeço a Jorge Massada a chamada de atenção para este episódio.

Se a história atribulada do artista não é de maneira nenhuma típica, o percurso do jovem português que emigra para Paris em fuga da guerra – e que se vê mergulhado nas dificuldades de sustento material mas também na possibilidade única de alargamento dos horizontes culturais – corresponde ao caminho trilhado por milhares de rapazes saídos do país durante a década de 1960 e primeira metade da década de 1970. Na verdade, estes são os anos em que a Europa se torna no destino preferido pela emigração lusitana, em substituição do Brasil e dos Estados Unidos da América. A França em particular aumenta substancialmente a sua capacidade de atracção: entre 1962 e 1968, o número de portugueses neste país multiplica-se por dez, atingindo a cifra de 500.000. Pela mesma altura, a emigração clandestina torna-se a norma. Dos perto de 900.000 portugueses que emigraram para França entre 1958 e 1974, 563.000 fizeram-no clandestinamente, tendo esse número sido particularmente alto no final da década de 1960⁹⁰⁶.

Na verdade, e apesar do decreto-lei 44.427, de 29 de Junho de 1962, estabelecer a liberdade de emigração aos cidadãos portugueses, Victor Pereira lembra que tal visava apenas uma conformação formal com as instituições internacionais a que Portugal pertencia, e também com a doutrina do Vaticano, que passara a considerar desde os anos cinquenta a emigração como um direito humano. A morosidade, a quantidade de documentos necessários, a sinuosidade das regras e a sua aplicação discricionária acabaram por fazer com que muitos portugueses tivessem de optar pela emigração clandestina. Logo a seguir à insurreição de Luanda, em 1961, o governo viria a transformar a emigração clandestina em crime e agravou as penas para os engajadores e passadores, embora o fluxo da emigração ilegal tenha aumentado precisamente nos anos seguintes⁹⁰⁷.

O incremento da emigração clandestina mostra como as novas leis e a acção dos vários corpos policiais foram ineficazes na sua tarefa de conter a passagem irregular da fronteira. No entender de Victor Pereira, essa estratégia foi tolerada e até mesmo fomentada pelo regime, que deste modo conservava o apoio do bloco conservador, que protestava contra a emigração, tirando ao Estado a responsabilidade pela saída de mão-de-obra, levando à modernização do aparelho produtivo, sobretudo tendo em conta que o grosso da emigração se dedicava à agricultura familiar no centro e norte do país⁹⁰⁸. A partir dos anos sessenta, às famílias das zonas de emigração

⁹⁰⁶ Eduardo de Freitas (1989), «O fenómeno emigratório: a diáspora europeia», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Lisboa: Alfa, p. 194.

⁹⁰⁷ Victor Pereira (2009), «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)», *Ler História*, n.º 56, pp. 45-68.

⁹⁰⁸ *Ibidem*.

tradicional juntam-se famílias de zonas urbanas com os filhos «ameaçados» de incorporação ou jovens em fuga da guerra e em busca de um ambiente social mais arejado⁹⁰⁹.

18.1 Emigração e exílio

Torna-se necessário, porém, distinguir entre emigração clandestina e exílio político, se bem que – como recorda Victor Pereira num outro estudo⁹¹⁰ – a utilização ou não dessa identidade dependesse muitas vezes das circunstâncias e do interlocutor. Em determinadas alturas, a identidade operária poderia sobrepor-se estrategicamente à identidade nacional; noutras, sobretudo se o interlocutor era um «emigrante económico», o estatuto de emigrante português *tout court* poderia tomar a dianteira; noutras ainda, a condição de exilado era afirmada, por exemplo com vista à obtenção do estatuto de refugiado político.

Por outro lado, é difícil decifrar até que ponto a opção de não ir para a guerra pesou ou não decisivamente na escolha de emigrar. Isso leva a uma notória dificuldade em definir o conceito de «exilado político» e, por conseguinte, quantificar o seu contingente. Um dado importante a ter em conta é o mencionado número de faltosos à recruta entre 1961 e 1972. Nem todos terão saído do país, mas uma boa parte fê-lo. Aos perto de 200.000 refractários deve juntar-se o número – sem dúvida, menor – de jovens que desertaram antes de embarcarem para África, mas já com a recruta feita ou iniciada⁹¹¹. É o caso de Miguel Castro, que recorda ter desertado do Quartel da Amadora com um colega em finais de 1971, um dia antes de embarcar para Angola⁹¹². Jacinto Rodrigues, por sua vez, decidiu «cavar» depois de ser chamado novamente à tropa e lhe darem oito dias para embarcar para a Guiné.

A primeira fronteira, Portugal-Espanha, passei-a a salto, para os lados da Amareleja. Isso foi rocambolesco. A pessoa que me devia receber, tinha-

⁹⁰⁹ Marie-Christine Volovitch-Tavares (2000), «Les immigrés portugais en France et la Guerre coloniale portugaise (1961-1974)», Comunicação no *colóquio Émigration politique en France et en Argentine XIX-XX, Exilés, réfugiés et émigrés espagnols, italiens et Portugais en France et en Argentine*, Paris, 24 e 25/03/2000.

⁹¹⁰ Victor Pereira (1999-2000), *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine. Université de Rouen. UFR des Lettres et Sciences Humaines. Département d'Histoire, pp. 38-48.

⁹¹¹ *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (1988), Estado-Maior do Exército. Comissão para o Estudos das Campanhas de África (1961-1974). 2.º volume. Enquadramento Geral. Lisboa, 2.ª ed., p. 258.

⁹¹² Miguel Castro. Entrevista, 29/07/2008.

lhe morrido a mulher e estava num estado emocional alterado. Então recorri a um pastor que me levou ao princípio da noite ao cocuruto de um monte e me disse: aquela luz é já uma aldeia de Espanha. E eu lá fui. Tinha dois pares de sapatos e uma escova. Andei toda a noite a pé. Deitei fora os sapatos velhos e calcei os novos para apanhar uma camioneta de transportes públicos. Depois apanhei um comboio até Paris.⁹¹³

José Mário Branco fala «da psicose da perseguição da PIDE» e da aproximação do fantasma da guerra colonial como condições determinantes da sua partida do país. No entanto, a «gota de água» foi a ameaça de um colega padre de que faria com que o expulsassem da Universidade caso apresentasse um trabalho sobre «A Teologia da Vida e a Evolução das Espécies», inspirado nas obras de Teilhard du Chardin⁹¹⁴. Se o fantasma da ida para a guerra constitui um factor essencial para a fuga do país, as dificuldades económicas, a perseguição policial ou o «cinzentismo» do país são outros dos itens evocados por diferentes entrevistados.

Os chamados «católicos progressistas» foram particularmente dinâmicos na activação de modos de atravessar a fronteira. Natália Teotónio Pereira e Nuno Teotónio Pereira, por exemplo, tinham uma casa na zona do Marvão que funcionou como ponto de partida para várias fugas⁹¹⁵. João Caixinhas beneficiou de uma das redes montada por essa área política, anotando a dificuldade da travessia:

O salto foi feito na Portela do Rio Homem, Gerês. A fronteira não estava aberta mas havia um posto português de um lado, uma zona escavada, e o posto espanhol. No lado espanhol existia uma estrada romana, que ia dar a Orense. A indicação era seguir essa estrada até Orense, apanhar o comboio para Paris sem passar por Madrid e utilizar comboios internacionais para evitar as polícias de fronteira. Demorei quatro ou cinco horas a vencer a «pequena colina» com cerca de 200 ou 300 metros. O caminho era cheio de vegetação rasteira, muito acidentado. No arranque parecia fácil. Foi em Agosto, ao meio-dia, com um calor abrasador, e as duas polícias de Fronteiras a almoçar e abrigadas do calor.

⁹¹³ Jacinto Rodrigues. Entrevista, 24/10/2007.

⁹¹⁴ José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

⁹¹⁵ Joana Lopes (2008), «Maria Natália Teotónio Pereira», *Caminhos da memória*. <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/09/16/maria-natalia-teotonio-pereira/>> Acedido a 11/12/2009.

Se muitos dos exilados apenas terão uma militância política específica no exterior do país, outros, porém, optam pela fuga exactamente devido a esse envolvimento prévio, ou porque foram ou suspeitaram que foram denunciados à polícia política. No nascente ambiente radical, uma parte do activismo deslocou-se para o auxílio à passagem de fronteira que permitisse a chegada à Europa Central. Assim, a quantidade de gente que recorria ao «salto» fez com que aparecessem pessoas que, à margem dos passadores, se dispunham a facilitar a passagem da fronteira. Marcelo Ribeiro ajudou a dinamizar durante os anos setenta uma dessas redes de apoio e passagem clandestina de fronteira.

Envolvei-me sem querer. Estava cá, era advogado, um amigo meu disse-me: «conheço um sítio onde passa a fronteira». Aí sim? Fui lá com ele e começámos a ajudar as pessoas. Éramos três ou quatro, poucos para não multiplicar os riscos, e nem sempre uns sabiam dos outros. Para passar a fronteira era preciso chegar a um determinado ponto da estrada, desviar à direita, descer o pequeno rio Trancoso, que é um afluente do Minho, atravessá-lo, subir uma ladeirinha, e a pessoa passada ia esperar o passador num pequeno bar, já do lado espanhol. Passava-se depois de carro e levava-se a pessoa em fuga à estação de Orense, de onde seguia para França. Assim descrito é muito fácil, mas comportava riscos muito elevados.⁹¹⁶

18.2 Duas deserções colectivas

A deserção era particularmente estimulada pela grande maioria das organizações da esquerda radical. O caso mais divulgado, porém, envolveu ex-alunos da Academia Militar. Quando decidiram desertar, pouco antes da chegada da ordem de mobilização, quase todos eles eram já tenentes milicianos, uma vez que haviam desistido da Academia. A história de Fernando Cardeira é ilustrativa: oriundo de uma família pobre de Fanhais, no distrito de Leiria, vai estudar para casa de um tio militar na Figueira da Foz. Terminado o liceu, e sem dinheiro para pagar os custos associados à frequência universitária – um quarto e propinas – vai para a Academia Militar. Aí permanece de 1961 a 1969, metendo um requerimento para sair em princípios de 1969, o que o obriga a pagar uma indemnização de 35.400\$00. Cardeira garante que tudo aquilo que pensava era contrário àquilo que estava a fazer e não lhe restava outra solução senão a saída. E complementa:

⁹¹⁶ Marcelo Ribeiro. Entrevista, 15/04/2008.

Só que nós saíamos da tropa por uma porta e entrávamos por outra. Saíamos da tropa como carreira e éramos desgraduados. Eu era de engenharia e fui para atirador de infantaria, o menos exigente que havia. Foi a primeira sacanice que nos fizeram. Em Julho de 69 fui para Mafra, como alferes miliciano. Depois estive mais quatro meses em Leiria. Em Janeiro de 70 mandam-nos todos, cerca de uma vintena – aos antigos alunos da Academia – para as Caldas da Rainha. E a partir daí alguns começam a pensar em desertar. Juntamo-nos quase todos e lembro-me bem que em Fevereiro ou Março já tínhamos decidido que íamos desertar quando fôssemos mobilizados.⁹¹⁷

Entretanto promovidos a tenentes, recebem a ordem de mobilização em Maio de 1970. Do grupo de dez oficiais dispostos a desertar, três seguirão em Outubro de 1970 para a Bélgica (Vitor Pires, Vitor Bray e Albino Costa) enquanto os restantes irão para a Suécia, via Paris, em Agosto desse ano (Fernando Cardeira, José Marta e Silva, Fernando Mendes, António Baltazar, Artur Pita e Alberto Sarmento, aos quais se juntou mais tarde Constantino Lucas). Transpuseram a fronteira no Gerês, pagando 1.500\$00 ao passador, preço que incluía já o autocarro até Paris e a pernoita numa pensão em Ourense.

O grande susto acontece já do lado francês, quando de madrugada entra na camioneta um polícia que diz: «quem não tem documentos, faça o favor de sair!». Aí ficámos à rasca. O passador tinha-nos dito que bastava o bilhete de identidade, estávamos descontraídos, isto caiu como uma bomba no meio do grupo. E nós vimos levantarem-se dois ou três tipos jovens, para aí com dezassete ou dezoito anos. De nós todos havia dois ou três que tinham passaportes bons, legais, havia outros como eu que tinham passaportes falsificados e havia mesmo quem não tivesse nada, a não ser o BI. Mas saímos todos pois nem sequer admitíamos a hipótese de nos separarmos. Os emigrantes muito alegremente avançaram, falaram com a polícia e saíram. Entretanto, o primeiro do nosso grupo a avançar sai de lá branco como a cal. Diz-nos: «Estamos lixados. Não podemos passar. Eles dizem-nos que para ir para Paris não chega o BI, tem de ser o passaporte». Isto durou uma eternidade. Se calhar foram só dois ou três minutos, mas

⁹¹⁷ Fernando Cardeira. Entrevista, 29/07/2008.

ali ficámos a discutir o que havíamos de fazer. Voltar para trás não podíamos, pensámos em tirar as malas e ficar por lá, até que alguém diz: «eh pá, os outros tipos não tiveram problemas... Vamos lá falar com eles para ver o que disseram». Eles disseram que apresentaram uma morada em França e que não devíamos falar francês, assim meio espanhol, uma ou outra em francês só para eles perceberem, «travailler» ou qualquer coisa assim. Avançou entretanto outro do nosso grupo, talvez mais desenrascado, e assim nos safámos. Mas foi cá um susto.⁹¹⁸

A 31 de Dezembro de 1970, o ministro da Defesa Nacional e do Exército, Sá Viana Rebelo, acusaria as universidades de serem «verdadeiros centros de subversão», considerando a frequência do ensino superior a causa da deserção para a Suécia dos seis tenentes milicianos que aí «receberam a inspiração suficiente para trair a pátria e fazer no estrangeiro uma torpe campanha contra o seu país e contra os seus camaradas do Exército, onde efectivamente nunca serviram»⁹¹⁹. Sem qualquer envolvimento político anterior, quase todos eles viriam a participar nos Comitês de Desertores animados na Suécia pela OCMLP e pelo PCP (m-l).

Mais tarde, em 1973, a deserção de cinco marinheiros portugueses durante a paragem da fragata Almirante Magalhães Correia em portos dinamarqueses, impulsionada pelos Comitês de Desertores da Suécia e da Dinamarca, ligados à OCMLP, provocara um impacto semelhante. O jornal *O Alarme!* dá destaque de capa aos desertores. Descreve-os como «cinco valentes, filhos do povo, fardados à força» e escreve-se, em discurso directo:

Antes da tropa éramos operários e sabíamos bem a exploração de que éramos vítimas por parte dos patrões e dos encarregados, que nos tratavam de cima da burra, como se fossem eles que nos andavam a fazer um favor, e não nós que andávamos a trabalhar para os engordar. Na tropa, na marinha, eram os oficiais e os sargentos xicos que nos andavam sempre a lixar a vida e nos tratavam como se fôssemos escravos deles. E era então para defender os interesses desses mamãs, dessa corja de

⁹¹⁸ Fernando Cardeira. Entrevista. 29/07/2008. Também Fernando Cardoso lembra que a senha era «dizer à polícia que íamos trabalhar para Paris. Havia um pequeno interrogatório facilmente controlável e era emitido um documento que constituía um salvo-conduto válido até à cidade onde nos dirigíamos.» Fernando Cardoso. Depoimento, 17/09/2008.

⁹¹⁹ Cit. em Raquel Varela (2008), «Oficiais milicianos optam pela deserção», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar. 1970. Marcha Fúnebre*, pp. 68-69.

bandidos, que nós havíamos de ir para a guerra colonial assassina, servir de carne para canhão e lutar contra os povos que já pegaram em armas para expulsar das suas terras os parasitas que lhes estão a sugar o sangue e não os deixam sair da miséria. Claro que logo que vimos uma oportunidade, desertámos...⁹²⁰

O boletim *Guerra à Guerra*, do Comité de Desertores Portugueses de Malmö/Lund, da Suécia, acrescenta-lhes os nomes: Alberto José Veríssimo, António Antunes Santos, Damião Pinto Monteiro, Alfredo Manuel Trindade e António Arriscado Leitão. Todos eles entendem que a perspectiva de serem enviados num curto espaço de tempo para o cenário de guerra africano e o prolongamento do serviço militar – faltavam vários meses a todos eles – determinaram a decisão⁹²¹.

18.3 Encontrar a política no exterior

Na emigração política, a extrema-esquerda foi animando jornais como *A Voz do Povo* (1968-75), *O Salto* (1970-74), *O Alarme!* (1972-75), *Ergue-te e Luta* (1972-73), *Alavanca* (1972-74) ou *A Voz do Desertor* (1973), particularmente focados na denúncia do colonialismo e no apoio aos movimentos de libertação africanos. Muitos destes boletins, apesar de efémeros, contaram com a caução de importantes intelectuais franceses, como Marguerite Duras, François Chatelet e Jean-Paul Sartre. Refira-se ainda a importância de jornais bastante politizados, mas sem relações partidárias, como o *Jornal do Emigrante*, ligado numa primeira fase à Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, e dirigido por Moisés Espírito Santo. Ao mesmo tempo, o trabalho cultural levado a cabo em associações de emigrantes, fomentando-se grupos de teatro, cursos de alfabetização ou convívios com música de intervenção, aprofundava a ligação entre o desertor e o emigrado económico, que constituía o grosso da comunidade lusa⁹²².

Para algumas jovens, sobretudo oriundas da burguesia urbana oposicionista, a ida para o exterior contemplava a possibilidade de romper com o ambiente claustrofóbico da sociedade portuguesa de então ou de acompanhar os namorados na recusa à guerra. Outras, como é o caso de Esther Mucznik, participavam no

⁹²⁰ «Quando um dia pegarmos em armas será contra os inimigos dos povos de Portugal e das colónias», *O Alarme!*, n.º 15, Dezembro de 1973.

⁹²¹ «Cinco marinheiros desertaram de uma fragata portuguesa ao serviço da NATO», *Guerra à Guerra*, n.º 7, Outubro de 1973.

⁹²² Cristina Clímaco (1992), *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto – 1970-1974*. Mémoire de DEA. Paris.

auxílio aos desertores: «acolhíamos os desertores numa sede, às vezes nas nossas próprias casas, orientávamos a procura dos papéis e apoios de toda a ordem»⁹²³.

Chegados a França, os exilados sofriam o comum processo de desclassificação social que os levava a ocupar trabalhos como OS (*ouvrier spécialisé*), categoria que, ao contrário do que o nome parece indicar, remetia para a condição de operário não qualificado, destinado a realizar tarefas simples e mal remuneradas. No entanto, uma parte deles apenas se mantém nestas funções alguns meses. Procuram uma posição social próxima daquela que tinham em Portugal, o que os leva a estudar, geralmente com um trabalho simultâneo de modo a colmatar as suas necessidades materiais. A cartografia de alguns exilados atesta isso:

[Comecei] num restaurante, a lavar pratos. Matriculei-me na Alliance Française. Depois de estar seis meses no restaurante fui trabalhar para o Instituto Curie, que era no Quartier Latin. Aí comecei a trabalhar como maqueiro e matriculei-me na Universidade Paris VIII, a Universidade de Vincennes, criada a seguir aos acontecimentos de 68, e fui fazer Informática. Entretanto, o Instituto Curie ainda não tinha serviços informáticos – estamos a falar de 71 ou 72 – e necessitavam de uma pessoa. Como eu estava inscrito na Universidade no Departamento de Informática, sou escolhido, e fico lá a trabalhar.⁹²⁴

José Mário Branco recorda que arranjou «um primeiro emprego numa fábrica, como operário, uma fábrica de metais preciosos que manipulava ouro, prata, platina, cádmio», antes de começar a trabalhar mais decididamente na área cultural⁹²⁵. João Caixinhas esclarece que começou a fazer limpeza no dia a seguir a ter chegado, explicando como os emigrantes até à legalização eram geralmente expostos a um período de exploração aberta em trabalhos desqualificados.

Comecei a trabalhar, como a grande maioria dos emigrantes clandestinos, nas empresas de limpeza, logo no dia seguinte. A ideia era começar a trabalhar, condição necessária para sobreviver e obter a carta de residência temporária. Com essa carta, residência e trabalho íamos obtendo cartas com maior tempo de autorização de residência em França.

⁹²³ Esther Mucznik. Depoimento, 21/12/2009.

⁹²⁴ José Torres. Entrevista, 16/09/2008.

⁹²⁵ José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

O exame médico era chave para a obtenção da autorização de trabalho. O sistema só enviava o resultado do exame médico à entidade patronal. As empresas de limpeza, as principais estruturas dos chamados «patrões negreiros», faziam chantagem com essa circunstância, isto é só entregavam o resultado quando queriam...Essa chantagem tinha como fim imporem as condições, as horas e salários, sempre inferiores às legais. Conseguida a primeira licença temporária, procurei trabalho em unidades fabris, trabalhei numa fábrica de papel e estava numa empresa de electrodomésticos quando se deu o 25 de Abril.⁹²⁶

Irene Pimentel, por sua vez, tinha estudado no Liceu Francês e decidira continuar os estudos na Suíça. Mais tarde, já em Paris, para onde foi pouco depois, liga-se a *O Comunista*. Oriunda da alta burguesia lisboeta, foi em França – quando trabalhou numa fábrica de sapatos, inicialmente, e de produtos plásticos, depois – que pela primeira vez falou «em termos de igualdade com um operário», já que os «operários da fábrica do meu pai tratavam-me como a filha do dono da fábrica»⁹²⁷.

O facto de muitos estudantes e intelectuais portugueses terem trabalhado com emigrantes económicos ajudou a encurtar o fosso social entre intelectuais e população rural e operária. Em certa medida, o ideal da «implantação» foi praticado por necessidade por alguns jovens portugueses em França. Victor Pereira fala também de um papel de intermediário do exilado político, capaz de colocar em comunicação as estruturas sindicais francesas e o emigrante económico⁹²⁸. O engajamento sindical, porém, era apenas um entre outros envolvimento políticos, e muitas vezes visto com desconfiança junto de alguns sectores da extrema-esquerda.

A pobreza que atingia a emigração portuguesa, muita dela acantonada em *bidonvilles* sem condições de habitabilidade, incentivou a movimentações com vista a elevar as baixas condições de vida da população originária de Portugal. Jacinto Rodrigues recorda que em Villeneuve de la Garène, onde vivia, existia um *bidonville* em riscos de ser demolido.

⁹²⁶ João Caixinhas. Entrevista, 09/06/2008.

⁹²⁷ Irene Pimentel. Entrevista, 06/02/2008.

⁹²⁸ Victor Pereira (1999-2000), *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine. Université de Rouen. UFR des Lettres et Sciences Humaines. Département d'Histoire, p. 74.

Fizemos uma operação que se passou da seguinte maneira: um trotskista francês, que era nosso médico, arranjou um grupo trotskista da sua área que nos apoiou no trabalho com emigrantes. Contactei com a Faculdade de Arquitectura em Paris e fizemos uma auto-construção para a população do *bidonville*. Foi um trabalho filantrópico-político, para ajudar os trabalhadores portugueses que estavam ali na miséria e na eminência de serem expulsos, porque o terreno ia ser usado para especulação imobiliária. Fizemos então uma casa do povo, onde se começaram a dar aulas, conferências, etc. Mas depois aquilo acabou porque o bairro foi escancarado. Um assistente do Bertolucci, Moscovici, fez um filme sobre isso. Estava com a *Cause du Peuple*.⁹²⁹



Duas imagens da construção da «Casa do Povo» em Villeneuve de la Garène,
publicadas no *Comércio do Funchal* (n.º 2088, 08/11/1970)

O processo de construção «selvagem» e o posterior derrube da «Casa do Povo» foi explicado por Jacinto Rodrigues em dois artigos publicados no *Comércio do Funchal*. No primeiro, de Junho de 1970, explica-se que Villeneuve começou a despontar em 1964, num cemitério de carros velhos, quando os trabalhadores portugueses que construía grandes prédios na zona ergueram algumas barracas de madeira velha e zinco para habitar. Para colmatar a falta de retretes, de balneários e de serviços de apoio, as equipas de franceses e portugueses apoiaram os habitantes na construção de uma «Casa do Povo». No artigo de Novembro, porém, explica-se

⁹²⁹ Jacinto Rodrigues. Entrevista, 24/10/2007.

como o catrapala destruíra a construção erguida pelos estudantes e trabalhadores portugueses emigrantes⁹³⁰.

Uma parte do envolvimento político foi feita também em estruturas associativas estudantis. É o caso da União dos Estudantes Portugueses em França, criada em 1960, e que desenvolveu desde o início uma intervenção no sentido, não só de resolver problemas concretos dos seus associados, mas também de denunciar a ditadura e a repressão. Apesar disso, a atitude «apolítica» da UEPF foi criticada numa reunião realizada em Bruxelas em 1966, juntando estudantes portugueses de diferentes países da Europa⁹³¹. Nesse ano apresentou-se uma lista de pessoas à esquerda do PCP, que foi derrotada por uma magra diferença⁹³². Todavia, o PCP perde a hegemonia na Associação no pós-68, passando esta a ser momentaneamente controlada pelos sectores pró-chineses. João Freire refere que em 1970 uma lista de aliança entre gente próxima dos *Cadernos de Circunstância*, da qual fazia parte João Freire e Manuel Villaverde Cabral, e situacionistas, como Francisco Alves, bateu as listas do PCP e dos maoístas, esta última liderada por Vasco de Castro. À boa maneira situacionista, logo após a tomada de posse dissolveram a associação num acto de «interdissolução das vanguardas»⁹³³.

O Maio de 1968 foi, naturalmente, um momento fundamental para esta juventude politizada no exílio. José Mário Branco recorda que a comunidade

⁹³⁰ António Jacinto Rodrigues, «A emigração portuguesa em França», *Comércio do Funchal*, n.º 2069, 21/06/1970; António Jacinto Rodrigues, «A “casa do povo” foi arrazada», *Comércio do Funchal*, n.º 2088, 08/11/1970.

⁹³¹ Victor Pereira (1999-2000), *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine. Université de Rouen. UFR des Lettres et Sciences Humaines. Département d'Histoire, pp. 103-104.

⁹³² «Quando cheguei a Paris inscrevi-me na Sorbonne. O meu irmão arranhou-me dinheiro, através da minha mãe e eu fui estudar. Havia lá um gajo magrinho, o Aquino, que resolveu fazer uma lista para se candidatar à UEPF e eu alinhei nisso. Estava lá o Silas Cerqueira, que era o manda chuva, pelo menos dava dares disso, do PC na altura, e que integrou a lista do Noales e do Marques Santos. Ganhamos por um voto. E nunca mais liguei àquilo. Tínhamos um bocado aquela tendência radical que era, eles controlam aquilo, não vale a pena ir para lá, vamos montar outra». Jacinto Rodrigues. Entrevista, 24/10/2007. José Mário Branco reitera: «As minhas broncas eram na UEPF. Como fomos derrotados tomou-se a iniciativa de fundar uma organização não-PC, ligada a uma coisa que tinha na altura muita força, a Liga do Ensino e da Cultura Popular. Com gente não-PC, como o António José Saraiva, e com maoístas. Houve também aí reuniões homéricas em minha casa, com o António José Saraiva e a Maria Lamas, dois surdos, aos gritos. A Maria Lamas era uma mulher do caraças. Ligada à Liga apareceu um grupo de teatro. Fizemos um primeiro espectáculo sobre Gil Vicente. Nessa altura comecei a aprender a tocar viola sozinho. Começam a chegar mais pessoas: o Hélder Costa, o José Barrias, o Manuel Areias... no terceiro espectáculo que se montou o Hélder já não está, porque já está integrado numa coisa que é O *Comunista*. Mas às vezes faziam umas festas, “ó Zé Mário, vens cantar?”, e eu ia.» José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

⁹³³ João Freire (2007), *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Afrontamento, pp. 366-367.

portuguesa se «esfrangalhou. Passámos a ter muitos amigos franceses e não só: espanhóis, brasileiros, etc.»⁹³⁴ Integrado nas dinâmicas despertadas pelo Maio francês, no final desse mês um grupo ocupou por algumas semanas a Casa de Portugal na Cidade Universitária de Paris. Segundo o testemunho de Fernando Pereira Marques, a acção ocorreu após a ocupação pelos gregos e pelos espanhóis das suas respectivas residências. Apesar da Casa ser propriedade da Fundação Calouste Gulbenkian, a acção dirigia-se claramente contra o regime ditatorial português, anunciando-se que «a ocupação é um acto de luta antifascista e anticolonialista contra o regime burguês e imperialista português no quadro do movimento revolucionário em curso»⁹³⁵.

Fez-se uma queima de propaganda do SNI (antigo Secretariado da Propaganda Nacional, nessa altura já renomeado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) e rebaptizaram-se salas com nomes como Bento Gonçalves, Marx, Engels e Che Guevara. Criaram-se estruturas, abertas a estudantes e trabalhadores, destinadas à agitação política e cultural, gestão, higiene e abastecimentos, acção estudantes-trabalhadores, segurança e coordenação. Promoveram-se vários serões culturais e a acção contou com a caução e o apoio, por vezes entusiástico, de membros da comunidade exilada portuguesa, como Maria Lamas, Lopes Cardoso, Alfredo Margarido e Felicidade Alves. Assistiu-se a uma constante dança de bandeiras içadas para o exterior – vermelhas com foice e martelo e vermelhas e negras – que atestariam as influências em jogo: «marxista-leninista» e «libertária»⁹³⁶.

Regista-se por esta altura alguns casos de duplas militâncias em colectivos franceses e portugueses. Vasco Martins chegou a França em Julho de 1961 e envolveu-se no Maio de 68, participando depois nos comités de apoio aos presos políticos em Portugal, nos Comitês de Acção do Maio de 68, no *Secours Rouge* e em *O Comunista*⁹³⁷. Afonso Rocha recorda que em 1970, após a sua intervenção no movimento operário e sindical na Renault, em Paris, foi contactado por elementos da *Gauche Prolétarienne* e só depois por elementos de *O Comunista*, e mais concretamente do Núcleo José de Sousa⁹³⁸. Nomeadamente a *Gauche Prolétarienne*, em virtude da sua estratégia de aproximação aos OS, tocou pela sua propaganda muitos portugueses. Após o assassinato de Pierre Overney – militante da GP morto em 1972 por um agente de segurança da Renault quando se manifestava frente à

⁹³⁴ José Mário Branco. Entrevista, 17/06/2008.

⁹³⁵ Fernando Pereira Marques (2005), *A praia sob a calçada. Maio de 68 e a «Geração de 60»*. Lisboa: Âncora, p. 120.

⁹³⁶ *Ibidem*, pp. 116-128; Daniel Ribeiro (1997), «Histórias de um assalto», s.n., *Expresso*, 12/04/1997.

⁹³⁷ Vasco Martins. Depoimento, 15/01/2009.

⁹³⁸ Afonso Rocha. Depoimento, 19/04/2008.

fábrica – um dos elementos expulsos nas manifestações que então ocorrem é o português Filipe Amorim. Natural de Setúbal, Amorim estava em França por se haver recusado ir para a guerra e arriscava-se a ser condenado a quatro anos de cadeia e conseqüente expulsão para Portugal. Entretanto, o movimento de solidariedade que se gerou bloqueou essa possibilidade.

Chegados em situações de grande precariedade, os portugueses contaram frequentemente com o apoio de estruturas cívicas e religiosas, de militantes de esquerda locais ou de colectivos direccionados para a condenação do colonialismo. Em França destacou-se o apoio da CIMADE (*Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués*), criada em 1939 pelos meios protestantes da Resistência, e que desenvolveu desde essa altura um significativo trabalho de apoio aos refugiados. Vários dos entrevistados recordam o papel da estrutura como interface entre os emigrantes recém-chegados e a sociedade francesa.

18.4 Comités de Desertores na Holanda, Suécia e Dinamarca

Em Julho de 1971, os acordos de emigração estabelecidos entre Portugal e França limitavam a 65.000 o número de portugueses aceites em território gaulês. A partir de Outubro de 1972 apenas serão autorizados a regularizar a sua situação os indivíduos que estivessem na posse de um contrato de trabalho ou de um passaporte de emigrado. Pela mesma altura, o Ministério do Interior francês decidiu permitir a entrada no país apenas àqueles que apresentassem passaporte na fronteira e idades compreendidas entre os 21 e os 50 anos⁹³⁹. Apesar de estes entraves não terem barrado claramente o fluxo emigratório para França, a verdade é que as dificuldades levantadas fizeram com que os portugueses procurassem também outros países europeus como destino de trabalho e porto de fuga da guerra colonial e do regime.

Na Holanda, papel idêntico ao da CIMADE coube numa fase inicial ao Angola Comité. Sendo uma estrutura mais militante, teve também um papel fundamental no acolhimento dos portugueses que aportavam àquele país. Rui Mota chegou em Novembro de 1966 e caracteriza deste modo o papel do Angola Comité, com quem colaborou estreitamente:

Pouco depois alguém nos disse que existia um comité holandês contra a guerra colonial, e que se chamava Angola Comité. Nós fomos lá falar com

⁹³⁹ Cristina Clímaco (1992), *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto – 1970-1974*. Mémoire de DEA. Paris, pp. 126-128.

eles e eles ficaram muito contentes porque finalmente tinham ali a prova viva de que existia a guerra. E utilizaram-nos bastante, levando-nos a todos os sítios para promover a luta contra a guerra. Cada vez que chegava um português – normalmente chegavam dois ou três por semana – pegávamos nele, vinha um jornalista, fazíamos a fotografia e no dia seguinte saía uma grande entrevista com o «desertor português». Isso tinha dois objectivos: o primeiro era chamar a atenção para a guerra; o outro era pôr a polícia perante um facto consumado. Era impossível pôr o indivíduo na fronteira depois de já ter aparecido na imprensa... tornava-se um caso político. Então davam-lhe um estatuto qualquer. Isso funcionou na perfeição durante anos. Quando chegou o 25 de Abril éramos cerca de mil refugiados nessas condições.⁹⁴⁰

Apesar disso, a Holanda era acusada pelos grupos esquerdistas de desrespeitar a Convenção das Nações Unidas ao não conceder o estatuto de refugiado político aos portugueses que ali chegavam. Segundo o jornal *O Salto*, em Junho de 1972, dos cerca de 600 jovens portugueses instalados na Holanda por motivos políticos, apenas 20 lograram obter estatuto de refugiado político⁹⁴¹. A história de Rui Mota ilustra essa dificuldade: após uma rusga policial na pensão onde dormia, e perante a inexistência da documentação necessária, foi levado para a esquadra e confrontado com a perspectiva de expulsão do país. Instruído por elementos de uma instituição católica de apoio a refugiados, pediu asilo político, o que foi visto pelas autoridades holandesas com estupefacção:

Ao pedir «asilo» o polícia ficou muito espantado. Perguntou-me porque é que eu queria asilo político e eu expliquei-lhe que não queria fazer a tropa. Ele aí ainda ficou mais espantado! «Na Holanda também há tropa», disse-me, ao que eu lhe respondi que lá não tinham que fazer uma guerra colonial, combater contra pessoas que nunca tinha visto na vida, que não me fizeram mal nenhum, e que era uma guerra injusta para todos os efeitos. O polícia ainda me perguntou «e não podes ser objector de consciência?» (risos). Disse ainda que tinham de pedir informações ao meu país, que eles estavam na NATO, isto não podia ser, arranjou para ali uma história. Mas disse: «o que nós podemos fazer é dar-te uma licença de estadia ao abrigo de um estatuto humanitário e ficas aqui, não como

⁹⁴⁰ Rui Mota. Entrevista, 08/07/2008.

⁹⁴¹ «Temos Direito a Ficar», *O Salto*, n.º 10, Junho de 1972.

emigrante ou refugiado político». Era um estatuto híbrido. Eu fui um dos primeiros portugueses a consegui-lo.⁹⁴²

Na sua percepção, a imensa maioria dos cerca de 3.000 emigrantes existentes quando chegou eram «emigrantes económicos», algo que começou a mudar no pós-1968, com o endurecimento das leis francesas no que concerne aos estrangeiros. A necessidade de mão-de-obra era tal que «a própria polícia sabia que a fábrica xis precisava de empregados e levava-nos lá». A uma «primeira geração», da qual fez parte, sucedeu-se uma «segunda geração», já mais consciencializada politicamente e que coincidiu com a fundação da Associação Resistência e Trabalho, ocorrida em 1970. Nas reuniões prévias para a constituição – «duas ou três, na Estação Central de Amesterdão» – surgiram duas listas, uma das quais apoiada pelo PCP (m-l), que viria a ganhar a contenda⁹⁴³.

A ART foi criada em Abril de 1970 e começou as suas actividades em Outubro, desenvolvendo acções de apoio aos emigrantes, organizando colóquios e editando o jornal *Novo Rumo*. Felisberto Marques Reigado teve um papel de destaque na estrutura. Em meados de 1973, o jornal *O Salto* acusou-o de se «fazer passar por antifascista» e de ter pertencido, numa altura em que a ART se encontrava em convulsão interna, a um organismo de informações do Exército, o que levou ao afastamento da organização das orlas do PCP (m-l)⁹⁴⁴.

Logo em 1970, elementos exteriores ao PCP (m-l) não integraram a ART e criaram «uma espécie de tertúlia que organizava sessões de esclarecimento com poesia, música, política, etc.» A partir de 1972 é criado o Comité de Desertores, que

⁹⁴² Rui Mota. Entrevista, 08/07/2008.

⁹⁴³ *Ibidem*.

⁹⁴⁴ Nos arquivos da PIDE/DGS é traçado um retrato do percurso de Marques Reigado. Após o serviço militar no Batalhão de Telegrafistas, terminado em 1961, foi aconselhado a requerer o ingresso na PIDE, segundo um relatório elaborado pelo agente Domingues Neto. Um documento datado de 13 de Dezembro de 1962 informa que Reigado foi «candidato ao lugar de escriturário do quadro de pessoal desta polícia», indicando-se que pretendia concorrer ao lugar de «agente auxiliar» mas que não pudera por não ter a altura suficiente. Mais tarde terá frequentado o curso de Operador Cripto, ao qual se fazia referência. Chegou a Amesterdão em Agosto de 1966 com o intuito de estudar e trabalhou desde Setembro numa empresa metalúrgica. Em Abril de 1967, numa carta endereçada por Sinnighe Damsté à PIDE, pergunta-se se Felisberto Marques Reigado faria parte desta polícia, já que «tenta provocar sempre conversações de ordem política» e desfrutaria «de uma situação algo privilegiada» no consulado português. Barbieri Cardoso responde afirmando desconhecer «quaisquer ligações, tanto com os nossos serviços como com outras autoridades portuguesas». O consulado português informa mesmo, a 23 de Outubro de 1969, que Marques Reigado e António Joaquim Rigor mantêm contactos com o Comité Angola e «frequentemente instigam compatriotas seus a tomarem atitudes contra o governo português». ANTT – PIDE/DGS, proc. 2961/60 SR, NT 3038, fl. 1-44.

funcionava como uma segunda frente relativamente à estrutura clandestina de *O Comunista*, mais restrita. Rui Mota era o secretário do Comité de Desertores e explica o funcionamento:

Falámos com uma organização católica que nos tinha ajudado nos anos sessenta e que nos arranjou uma sede. (...) Ajudávamos as pessoas a regularizarem-se. Uma vez por semana, tínhamos convívio social: passávamos filmes, sobre o Vietname, sobre o Chile, sobre a guerra de Angola, etc. A partir dessa actividade «social» fazíamos uma selecção daqueles ou daquelas (também havia mulheres de desertores que militavam) que nos pareciam mais aptos para integrar a organização. Muitos refugiados só se «serviam» de nós para aquilo que necessitavam e depois iam à vida deles. Outros só queriam o lado social, fumar uns charros e tal...⁹⁴⁵

Em 1971, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informa a DGS que a Embaixada de Estocolmo salientara que, «não obstante a vigorosa campanha desenvolvida pela imprensa sueca no sentido da concessão de asilo político, eleva-se já a 14 o número de desertores portugueses expulsos da Suécia durante os últimos meses». Pela mesma altura, a *United Press* informa que mais de cem desertores portugueses haviam obtido asilo neste país. Entrevistado na televisão sueca, um deles, Germano Barros, afirma que o país fora escolhido uma vez que em França estariam ameaçados de serem reenviados para Portugal⁹⁴⁶. Não obstante os entraves, a Suécia oferecia, nas palavras de Fernando Cardeira, «condições bestiais», que se traduziam na possibilidade de inscrição na Universidade e de usufruir de uma bolsa razoável⁹⁴⁷. Também Amadeu Lopes Sabino, que escapara do país após ter cumprido uma pena de prisão de dez meses e de ter sido integrado no Batalhão Disciplinar de Penamacor, recorda que a Suécia «acolhia de braços abertos os desertores portugueses». Em Lund inscreveu-se num doutoramento em Sociologia e beneficiou de uma bolsa de estudo, trabalhando no hospital da Universidade e militando no Comité de Desertores⁹⁴⁸.

⁹⁴⁵ Rui Mota. Entrevista, 08/07/2008.

⁹⁴⁶ ANTT/PIDE/DGS, 1070-CI(1), NT 1209, fl. 168 e 262.

⁹⁴⁷ Fernando Cardeira. Entrevista, 29/07/2008.

⁹⁴⁸ Amadeu Lopes Sabino, Jorge Oliveira e Sousa, José Morais e Manuel Paiva (2009), *À Espera de Godinho. Quando o Futuro Existia*. Lisboa: Bizâncio, p. 321.

Na Suécia existiu, num primeiro momento, um Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo, criado em Maio de 1971 «para impedir a deportação para França, por parte das autoridades suecas, de três refugiados portugueses»⁹⁴⁹. Poucos meses mais tarde criaram-se grupos congêneres em Uppsala e Malmö/Lund. Se o colectivo de Uppsala teve uma intervenção precária, o grupo de Malmö/Lund passou a editar o boletim *Guerra à Guerra* e manifestou divergências com Estocolmo. Enquanto estes defendiam não competir aos comités «tomar posição perante o problema da correcção ou incorrecção da deserção ou da recusa em cumprir o serviço militar», o grupo de Malmö/Lund apelava directamente à deserção⁹⁵⁰.

Entretanto, no próprio Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo aparecem fracturas. Pedro Gandra – que fora para a Suécia com 17 anos, e já se encontrava bem integrado no país nórdico – foi eleito inicialmente presidente. Era um dos poucos que dominava convenientemente o sueco e estava próximo do KFML (Federação Comunista Marxista-Leninista), oriundo de uma cisão local do partido pró-moscovita ocorrida em 1967. Entre 1972 e 1973, porém, surgem desentendimentos com elementos portugueses mais identificados com o KFML(r), criado em 1970, entre os quais Alberto de Castro, Nuno Torres, João Torres e José Madeira⁹⁵¹. Para além do apoio aos desertores recém-chegados, o colectivo organiza como um comício de solidariedade com a luta popular em Portugal, com a presença de cerca de cem pessoas, a intervenção de Fernando Cabral, irmão de Amílcar Cabral, e a exibição do filme francês *Témoignage* (Testemunho), sobre uma emboscada ao exército português feita em Bissau pelo PAIGC⁹⁵².

Na Dinamarca existia um Comité de Desertores Portugueses, ligado à OCMLP. Miguel Castro recorda que quando chegou a Horus, em Dezembro de 1971, já havia um bom núcleo organizado, no qual estava Mário Fernandes⁹⁵³. Editou o boletim *Insurreição*, a partir de Julho de 1972. As condições na Dinamarca para os desertores portugueses eram satisfatórias, pelo menos em termos de sobrevivência

⁹⁴⁹ «Nota histórica acerca do CDP da Suécia», Boletim do Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo, n.º 1, Dezembro de 1972.

⁹⁵⁰ *Ibidem*.

⁹⁵¹ Pedro Gandra. Depoimento, 14/12/2009; Alberto de Castro. Depoimento, 18/12/2009 e 21/12/2009. Diz Alberto de Castro: «Não era filiado em nenhum partido. Mas com a chegada à Suécia e o meu envolvimento no CDP tornei-me m-l. Uma das razões foi também o facto dos "camaradas" do KFML(r) serem os únicos que se aproximaram de nós e nos integraram nas suas hostes, o que foi algo positivo para pessoal "ao abandono" no país completamente diferente. Os poucos que haviam ligados ao KFML (só me lembro do Pedro) desapareceram do CDP, pois julgo que não viram possibilidades de poder mudar as coisas, infelizmente. A partir daí o CDP de Estocolmo passou a ser praticamente uma sucursal do KFML(r).»

⁹⁵² «Actividades do CDPE», *Boletim*, n.º 3, Outubro de 1973.

⁹⁵³ Miguel Castro. Entrevista, 29/07/2008.

económica. O boletim informa que o país recebe os desertores e refractários e que «existe uma organização que toma conta do refugiado acabado de chegar, o coloca num curso intensivo para a aprendizagem da língua com a duração de seis meses, findos os quais se pode escolher entre o trabalhar e o estudar»⁹⁵⁴.

Os Comités de Desertores com afinidades políticas procuraram articular-se. Os grupos afectos a *O Comunista* realizaram uma reunião em Amesterdão a 23 e 24 de Setembro de 1972, na qual estiveram presentes representantes dos grupos da Holanda, França (Paris e Grenoble), Dinamarca (Horus) e Suécia (Malmö/Lund). Aqui se trocaram experiências mas também se aprovou uma plataforma conjunta de trabalho. Esta estipulava a necessidade de fazer pressão para que a deserção fosse considerada um acto político; denunciar a participação da NATO na guerra colonial e no imperialismo internacional; e propor uma colaboração regular com os movimentos de libertação. Sobre a deserção refere-se que ela afecta moral e materialmente as forças armadas, mas não se considera «correcta a atitude de recusa pura e simples de cumprimento militar, por duas razões; porque dentro do exército se pode adquirir treino e conhecimentos militares, se pode confiscar material que pode vir a ser útil ao movimento revolucionário; porque essa atitude é facilmente confundida com o pacifismo»⁹⁵⁵.

Com efeito, na linguagem combativa dos grupos m-l, a deserção não se confundia com a desconsideração *tout court* da necessidade de embates violentos e do seu entendimento – já havia ensinado Engels – como verdadeiros «parteiros da história». A própria luta armada levada a cabo pelos movimentos independentistas africanos mostrava isso mesmo. Neste caso concreto, escolher o lado da justiça significava recusar-se engrossar as fileiras do exército colonialista português, o que era visto como a forma mais activa – e a única efectivamente consequente – de activar a necessária solidariedade internacionalista com o independentismo africano.

⁹⁵⁴ «Para entrar na Dinamarca», *Insurreição*, n.º 1, Julho de 1972.

⁹⁵⁵ «Editorial», *Deserção*, n.º 2, Outubro de 1972.

CAPÍTULO 19

Tortura e Silêncios

É horrível que a tortura seja um problema prático, que a capacidade de resistir à tortura seja um problema prático a encarar praticamente. Mas é um facto, não fomos nós que o escolhemos, não temos outro remédio senão estarmos atentos. Um homem devia poder ser um homem, mesmo que não fosse capaz de resistir à tortura, mas a verdade é esta, sendo as coisas o que são, um homem deixa de ser o homem que era, que poderia vir a ser, caso vergue diante da tortura, caso denuncie os camaradas.

Jorge Semprun⁹⁵⁶

Em 1976, o PCP (R) decidiu levar a cabo uma autodenominada «campanha de proletarização e revolucionarização». Um dos componentes dessa campanha consistiu na realização de inquéritos a militantes que tinham estado presos durante a ditadura. Foram sujeitos a análise 150 casos, tendo-se concluído que cerca de metade diziam respeito a «motivos não políticos ou políticos mas sem consequências do ponto de vista da apreciação do porte». Dos 74 casos restantes, detectaram-se 34 casos de «mau porte» que foram sancionados de maneira diferenciada: alguns activistas foram recuperados como militantes, outros despromovidos à condição de simpatizantes, outros ainda tiveram como destino a expulsão⁹⁵⁷.

⁹⁵⁶ Jorge Semprun (1964), *A Longa Viagem*, Lisboa: Arcádia. Citado por Diana Andringa, «Falar na polícia», blogue *Caminhos da Memória* <<http://caminhosdamemoria.files.wordpress.com/2009/01/falardandringa1.pdf>>. Acedido a 14/07/2009.

⁹⁵⁷ Comissão de Inquérito, «Relatório da Comissão de Inquérito à 5.^a Reunião Plenária do Comité Central», s.d.

Sensivelmente na mesma altura, alguns ficheiros à guarda da Comissão de Extinção da PIDE/DGS desapareceram ou foram consideravelmente espoliados⁹⁵⁸. No contexto conturbado da dissolução daquela estrutura policial, houve activistas que tiveram a possibilidade de trazer para casa o seu processo, porventura com receio do que por lá pudesse estar contido ou na convicção de que o passado de cada um apenas a cada um pertence. Esta última ideia, aliás, esteve bem presente nos debates que antecederam a abertura dos arquivos da PIDE/DGS à consulta pública. Em 1996 chegou a ser debatida no Parlamento a devolução aos próprios de cartas, fotografias e outros documentos pessoais apreendidos pela PIDE. No entanto, a decisão prevalecente foi no sentido de que nenhuma documentação fosse devolvida e o arquivo está hoje, com algumas restrições, disponível para consulta na Torre do Tombo.

O que parece de sublinhar em ambos os episódios é o facto de eles mostrarem bem como o passado pode ser, não apenas uma sombra cada vez mais distante, mas um fantasma cujas marcas dificilmente se diluem no tempo. Apesar da conjuntura política e social ter mudado com o 25 de Abril, as experiências traumáticas em contexto de interrogatório e tortura não se desdramatizaram completamente com a mudança de regime. A urgência em «fazer a revolução» e a maneira como as estruturas partidárias à esquerda lidaram com a questão ajudará a perceber isso; mas os motivos devem também ser procurados na evidência de que os efeitos da tortura no corpo e na alma dos antigos prisioneiros não desaparecem por decreto. Entre outros aspectos, a notória dificuldade dos presos para transmitir ainda hoje as suas experiências de cárcere é disso um reflexo.

19.1 Silêncios e Poder

A temática do silêncio tem vindo a ser analisada na sua conexão com as estratégias do poder. Se esta relação frequentemente é vista sob o prisma da imposição – o silêncio como resultado de uma coacção externa que desvanece a afirmação de indivíduos e colectividades – a verdade é que o silêncio também pode assumir uma dimensão positiva, enquanto veículo para o exercício do poder e cerne de experiências de identificação. Maria-Luisa Achino-Loeb, numa feliz definição, classifica-o como uma «experiência da presença disfarçada de ausência»⁹⁵⁹. O

⁹⁵⁸ Cf. Irene Flunser Pimentel (2008), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, pp. 12-13.

⁹⁵⁹ Maria-Luisa Achino-Loeb (ed.) (2006), *Silence. The Currency of Power*. New York/Oxford: Berghahn Books, p. 2.

silêncio e as suas modalidades têm, com efeito, um carácter ambíguo e situacional que aparece de modo evidente no tema da repressão e da tortura aos presos políticos.

A vertente negativa do silêncio, o silêncio-imposição, é analisada por Françoise Sironi, num estudo psicológico sobre a tortura. Para a autora, a tortura não se propõe apenas extorquir informação mas sobretudo silenciar as vítimas e o grupo ao qual elas pertencem⁹⁶⁰. Silencia, em primeiro lugar, porque a dor monopoliza a linguagem, ao mesmo tempo que resiste à «objectivação linguística», devido ao facto de não dispor de um referencial exterior. Mesmo quando os torturadores não eliminam permanentemente a voz através da mutilação ou do assassínio, domesticam-na de forma a operar uma desagregação das estruturas de significado⁹⁶¹. Daí que algumas estratégias de cura tenham sido desenvolvidas precisamente em torno da capacidade de narrar a sua experiência. É o caso do «método do testemunho», criado pelos psiquiatras dinamarqueses Inger Agger e Soren Jensen a partir do trabalho com mulheres refugiadas chilenas na Dinamarca⁹⁶².

Numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS levada a cabo logo a seguir a 1974, o psiquiatra Afonso de Albuquerque também notara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia política despossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura⁹⁶³. Esta induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: «falar» na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, significava calar o sujeito que se era. O caso de Francisco Martins Rodrigues é exemplar a este respeito.

Em 1966, Francisco Martins Rodrigues foi preso, submetido a intensas sessões de tortura e viria a confirmar alguns nomes adiantados pela polícia. Recorda que em tribunal a PIDE juntou aos autos uma série de folhas de forma a poder reconstituir o conjunto da organização pela voz do seu máximo responsável. Mas significativo é o modo como Martins Rodrigues acaba por concluir: «o essencial é que eles tinham

⁹⁶⁰ Françoise Sironi (1999), *Bourreaux et Victimes. Psychologie de la Torture*, Paris: Odile Jacob. Cf. também: Françoise Sironi e Raphaëlle Branche (2002), «Torture and the borders of humanity», *International Social Science Journal*, vol. 54, n.º 174, pp. 539-548.

⁹⁶¹ Elaine Scarry (1985), *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 4-5.

⁹⁶² Stevan Weine (2006), *Testimony after Catastrophe. Narrating the Traumas of Political Violence*. S.l.: Northwestern University Press, pp. 5-24.

⁹⁶³ Afonso Albuquerque (1987), *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*. Lisboa: Informação e Saúde, Texto Editora.

conseguido sacar informações e reduzir um gajo àquilo que eles queriam: “a partir de agora este homem está arrumado”»⁹⁶⁴. «Estar arrumado» não significava apenas sujeitar-se ao desprezo dos camaradas. Era, em última análise, tomar consciência de que fora vítima de um processo de *despotenciação* política. Assim se compreende que alguns militantes m-l, incapazes de cumprir a directiva de nada dizer à polícia, tenham anunciado em julgamento que isso lhes havia subtraído a condição de «militante comunista integral»⁹⁶⁵.

Entendia-se, em última análise, que a condição de «comunista integral» exigia a armadura de um corpo militante, capaz de suplantar a dor por meio de uma forte consciência ideológica. Isso é descrito, de forma pungente, por um preso político numa autocrítica enviada para o exterior da cadeia.

Quis lutar com as armas que tinha, e lutar ainda depois de ter sabido, pela derrota do meu corpo e pela perda da minha lucidez que a força era pouca, fraca e frágil, e que a resistência só poderia ser vitoriosa se tivesse sido maior, mais intenso, integral o meu empenho no projecto revolucionário, integral a preparação técnica, física e ideológica, integralmente comunista o corpo, como pretendia tornar-se a inteligência.⁹⁶⁶

Privação do sono, «estátua», espancamentos, insultos e chantagens foram os métodos de tortura mais usados pela PIDE/DGS⁹⁶⁷. Rui d’Espiney denunciou a violência física e psicológica a que foi sujeito na sua defesa em tribunal:

Desde a tortura pelo sono – de forma que só de uma vez me obrigaram a ficar 190 horas sem dormir – ao uso de drogas – como se tem de concluir

⁹⁶⁴ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

⁹⁶⁵ Defesa de Ruy d’Espiney. Doc. Policopiado, Centro de Documentação 25 de Abril; cf. também, Defesa de Francisco Martins Rodrigues no tribunal de Sintra, Maio de 1970, in Francisco Martins Rodrigues (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Dinossauro / Abrente, p. 79.

⁹⁶⁶ ANTT/PIDE/DGS, PC 679/68, NT 6007, fl. 71.

⁹⁶⁷ Afonso Albuquerque regista os resultados da amostra a 50 ex-presos políticos, entrevistados nos anos de 1974 e 1975 pelo Grupo de Estudo da Tortura. Em situação de interrogatório, a privação do sono foi usada em 96% dos casos. Seguiam-se, segundo o mesmo estudo, o espancamento, em 46%, a tortura da «estátua», em 38%; os insultos e chantagens, em 30%, as variações de temperatura, em 8%, o uso de altifalantes com gravações, também em 8%; e os choques eléctricos com um agulhão para gado, em 4%. Afonso Albuquerque (1987), *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*. Lisboa: Informação e Saúde, Texto Editora.

do facto de eu haver passado (durante o «sono») de estados de enorme prostração para estados de grande vivacidade e vice-versa, quase sem transição; desde o espancamento a murro e a pontapé, com cacetes e com uma cadeira – no que se destacaram, pela sua particular ferocidade, o Inspector Cardoso e os agentes Inácio Afonso e Pereira André – aos insultos mais nojentos; desde as ameaças de morte (o sub-director Sachetti garantiu-me várias vezes que me abateria e a minha mulher e a Francisco Martins Rodrigues, e o Inspector Cardoso chegou mesmo a procurar intimidar-me com uma navalha), às habituais tentativas de compra e humilhação, todos os métodos foram considerados bons para me quebrarem.⁹⁶⁸

Muitas destas torturas eram aplicadas em simultâneo. Veiga de Oliveira, militante do PCP, foi torturado durante 37 dias, tendo estado 17 dias na «estátua» ao mesmo tempo que era espancado e molestado com um cassetete eléctrico. Após um dia a dormir, foi novamente submetido à tortura do sono por dois períodos de dez dias, até que entrou em coma⁹⁶⁹. Como se pode constatar através da consulta à documentação produzida pela Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, os casos de privação de sono e «estátua» acompanhados de espancamentos eram bastante comuns⁹⁷⁰.

Não é irrelevante que as agressões começassem frequentemente pela simples recusa do sujeito à sua imagem. O corte da barba e do cabelo, a confiscação de bens pessoais, a negação de hábitos de higiene e a ausência de espelhos eram já formas de criar fracturas no interior dos indivíduos. Um outro método de tortura muito usado pela PIDE/DGS era o simples isolamento, mais eficaz do que pode parecer à primeira vista e responsável por grande sofrimento psicológico. Pinto de Sá – que representa um exemplo extremo e diferente de colaboração activa com a PIDE/DGS – afirmou ter sentido uma «ansiosa necessidade de falar» após os vinte e um dias de isolamento⁹⁷¹. Álvaro Cunhal chegou mesmo a referi-la como «a pior das torturas».

⁹⁶⁸ Defesa de Ruy d’Espiney. Doc. Policopiado, Centro de Documentação 25 de Abril.

⁹⁶⁹ Veiga de Oliveira (1994), «Veiga de Oliveira. 65 anos, engenheiro». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

⁹⁷⁰ Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1972), *Presos Políticos. Documentos 1970-1971*. Porto: Afrontamento; Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1975), *Presos Políticos. Documentos 1972-1974*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

⁹⁷¹ ⁹⁷¹ Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz, p. 206. O livro motivou um dos poucos debates públicos que se conhecem sobre a questão do porte, em jornais e blogues, mas sem contudo se ultrapassar a afirmação do carácter compungido do livro e a recusa em comparar o tipo de colaboração activa e voluntária de Pinto de Sá com outros tipos de prestação de declarações na polícia política. De menor alcance, mas instigador de um debate bem mais interessante, foi a

No seu estudo sobre a PIDE/DGS, Irene Pimentel cita o relato de J. A. Silva Marques, que descreve o isolamento como «muito mais abalador que a mera violência física». E acrescenta:

Uma reacção significativa era a dos presos em «isolamento» chamados a interrogatório. Como se ansiava dia a dia essa chamada. Ir a interrogatório era como que ir ver o que se passava «lá fora». Um regresso ao mundo. E quando se ouvia no corredor os passos da brigada que vinha buscar um preso para interrogatório, e ela se dirigia para a cela ao lado, sentia-se uma amargurada mistura de alívio e frustração. A «sorte» de não ter ido, de não suportar provavelmente novos vexames ou violências; e o não ter tido a «sorte» de ir, de ir «lá fora».⁹⁷²

Uma das funções do isolamento era a de fazer crescer a expectativa da dor. Como a CIA já havia escrito no relatório Kubark, de 1963, a expectativa da dor podia ser bem mais eficaz do que a dor realmente infligida. Se a brutalidade física cria «ressentimento, hostilidade e maior desafio», podendo até ser recebida com «alívio», a «ameaça de infligir dor pode gerar medos mais perturbadores do que a própria sensação de dor», diz-se⁹⁷³. Em termos ficcionais, *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, de George Orwell, aborda de maneira pungente esta questão: apesar de ter aguentado inúmeros espancamentos, é quando Winston se confronta com a proximidade insuportável das ratazanas que denuncia a sua companheira Júlia⁹⁷⁴.

Por outro lado, a tortura silencia igualmente porque instala um clima de medo que visa paralisar a resistência. Acciona-se assim aquilo que Hermínio Martins chamou de «coeficiente óptimo de terror», que o Estado Novo soube aplicar, e que consistia em dosear a violência de forma precisa e localizada de modo a que se propagasse um efeito dissuasor⁹⁷⁵. Também Fernando Rosas apontou a cuidadosa

publicação de um longo texto de análise sobre o assunto, da autoria de Diana Andringa no blogue *Caminhos da Memória* [<http://caminhosdamemoria.files.wordpress.com/2009/01/falardandringa1.pdf>], que deu azo a dezenas de comentários sobre o assunto: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/01/30/%C2%ABfalar%C2%BB-napoliciadebate/>, acessido a 10/01/2010.

⁹⁷² J. A. Silva Marques, cit. Irene Pimentel (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, p. 371.

⁹⁷³ *Kubark Counterintelligence Interrogation*, cit. por Diana Andringa, *Falar na polícia*, *Caminhos da Memória* <<http://caminhosdamemoria.files.wordpress.com/2009/01/falardandringa1.pdf>>. Acedido a 25/08/2009.

⁹⁷⁴ George Orwell (1997 [1949]), *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona, 2.^a edição, pp. 283-288.

⁹⁷⁵ Hermínio Martins (1998), «Portugal», in *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.

gestão feita pelo regime entre «violência punitiva» e «violência preventiva», notando como ambas se calibravam de acordo com as circunstâncias e as possibilidades⁹⁷⁶. O que significa que a tortura, apesar de escondida e negada pelos seus executores efectivos e morais – a consulta aos arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, é uma viagem perturbadora a essa omissão – não deixou de ser um pilar fundamental na durabilidade do regime.

19.2 A voz da vítima

Nesta medida, o testemunho dos intervenientes é fundamental para se poderem conhecer essas margens da história sobre as quais a documentação escrita proveniente dos arquivos oficiais pouco revela. E isto é ainda mais importante porque o silêncio imposto no corpo e na alma do prisioneiro permanece sob múltiplas formas. Com efeito, ao lado do silêncio das vítimas que são incapazes de nomear o horror vivido nas salas de tortura, há também o silêncio daqueles que não se conseguiram manter em silêncio. Com efeito, no conjunto das entrevistas, poucos se dispuseram a falar dessa questão, contornando-a explícita ou implicitamente. Aqueles que sobre ela falaram, fizeram-no muitas vezes de maneira indirecta ou rígida – com expressões como «já tinha lido sobre o assunto, mas estar lá é diferente» ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o tabu sobre o tema como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se tratava de manter inviolável. Tal como Michael Pollak enunciou nos seus estudos com mulheres que estiveram em campos de concentração nazis, o silêncio pode não ter origem no esquecimento, mas sim na lembrança de um episódio traumático que se decide não exprimir por palavras, e que participa naquilo a que o autor chama de «gestão do indizível»⁹⁷⁷.

⁹⁷⁶ Fernando Rosas, prefácio a João Madeira (coord.), Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 26-30.

⁹⁷⁷ Michael Pollak (1993), *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Editions Métailie. Estudando o caso do Chile, Elisabeth Stanley aponta uma falha de comunicação no que concerne à tortura e que tem a ver não só com a destruição da voz e do conhecimento do sobrevivente mas também com a incapacidade dos ouvintes em querer ouvir essas «histórias difíceis», o que estaria ligado à incapacidade da linguagem em reflectir experiências de violência como à dificuldade em desafiar a noção comum de protecção estatal. Elisabeth Stanley (2004), «Torture, Silence and Recognition», *Current Issues in Criminal Justice*, vol.16, n.º 1, pp. 5-25.

Note-se que a entrevista, enquanto acesso à experiência subjectiva, faz ela própria parte do processo de «perpétua elaboração da identidade»⁹⁷⁸. Num texto já clássico no campo da história oral, Alistair Thomson afirma que os relatos de vida tendem a seguir uma lógica de «composição», que faz com que os indivíduos procurem coerências narrativas entre passado, presente e futuro, acabando por reprimir ou rever memórias dolorosas que não se acomodam facilmente à sua identidade actual ou que revelam tensões e traumas não resolvidos⁹⁷⁹. Ao abordar criticamente a noção de «histórias de vida», Pierre Bourdieu falou do perigo da «ilusão biográfica», essa crença de que existe uma coerência perfeita numa dada trajectória pessoal⁹⁸⁰.

Algo do género está presente no caso de um antigo activista contactado durante este trabalho e que declarou o seu «porte exemplar» na polícia, isto apesar da consulta ao processo na PIDE/DGS apontar em sentido diverso⁹⁸¹. Este exemplo mostra bem como o ficcionamento do vivido pode ser estruturante nos discursos que os sujeitos elaboram sobre si próprios e sobre o seu passado. Independentemente da questão de saber se o entrevistado acredita efectivamente na sua ficção, ou quais as razões que podem explicar esta recriação – vergonha? vaidade? noção de que sofreu suficientemente para se poder arrogar ao estatuto de «herói»? –, este episódio é um exemplo evidente de como a temática do porte não terminou com a queda da ditadura e continua a ser dilacerante ao longo da vida das pessoas envolvidas.

19.3 A questão do porte

É preciso ter em conta que o «mau porte» foi muitas vezes motivo de expulsão das organizações e de ostracismo junto de camaradas e amigos. O padrão de comportamento dominante adoptado pelos «marxistas-leninistas» inspirava-se na posição do PCP, que havia estabelecido como regra a recusa a fazer qualquer declaração e a assinar qualquer documento na polícia. Segundo José Pacheco Pereira, o primeiro preso político a tomar essa atitude foi Francisco Miguel, em Dezembro de 1939. A atitude de Francisco Miguel viria a inspirar a reflexão de Cunhal no documento «Se fores preso, camarada», editado em Abril de 1947, no qual se estabelecem «*regras de comportamento dos comunistas presos, muito mais*

⁹⁷⁸ Raphaëlle Branche (2001), «Género y tortura: cuando una mujer pregunta a los hombres sobre la violencia», *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n.º 26, p. 44.

⁹⁷⁹ Alistair Thomson (2006 [1990]), «Anzac Memories. Putting popular memory theory into practice in Australia», in Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*. Routledge: Londres e Nova Iorque. 2.ª edição, pp. 244-254.

⁹⁸⁰ Pierre Bourdieu (2006), «A ilusão biográfica», in Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (ed.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-192.

⁹⁸¹ Optou-se por omitir o nome da pessoa em causa e a referência ao processo.

severas do que aquelas que existiam em movimentos revolucionários clandestinos nos outros países»⁹⁸².

No entanto, a argumentação aduzida pelos m-l para o acto de «não falar» é diferente. Logo em Outubro de 1965, a FAP/CMLP criticou o PCP por abordar a questão do ponto de vista da honradez e da lealdade, utilizando para isso conceitos católicos como inferno, paraíso e purgatório, em vez de colocar o comportamento na PIDE no contexto da luta entre burguesia e proletariado. Também o PCP (m-l), após publicar o documento «Se fores preso, camarada», com a justificação de conter «dados úteis sobre diversos tipos de tortura utilizados e dos fins com que a Pide os utiliza», considera-o marcado por um «espírito catequista»⁹⁸³. Segundo o PCP (m-l), a temática do porte pode ser lida paralelamente ao processo de degenerescência que o PCP havia sofrido.

Até 1956, o comportamento geral dos militantes que caíam nas garras da polícia era bom. Por exemplo, entre centenas de operários e camponeses presos em 1953, o comportamento geral foi bom, o que impediu a polícia de localizar os militantes do partido, apesar de células inteiras terem passado pela prisão. Em 1954, entre 200 comunistas e outros antifascistas que passaram pela prisão de Caxias, apesar das violências utilizadas pela PIDE, somente 20 deles não tiveram uma conduta firme e intransigente. De 1956 a 1960, o comportamento geral foi de traições, de denúncias em massa, tendo alguns traidores passado a colocar-se ao serviço da PIDE. (...) Em 1960, Cunhal tentou remediar essa situação mas os anos seguintes viriam a mostrar que os seus esforços não obtêm grandes resultados. (...) O mau comportamento dos militantes da FAP tem uma explicação idêntica: ela era formada, essencialmente, por pequeno-burgueses radicais, aventureiros e «comunistas» marginais.⁹⁸⁴

Mais do que um reflexo da capacidade individual de resistência do preso, ou até da persistência dos laços afectivos e de companheirismo, o «bom porte» seria o resultado de uma linha política justa e consequente. Esta linha de análise viria a ser

⁹⁸² José Pacheco Pereira (1999), *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, vol. 1 – Daniel, o Jovem Revolucionário*. Sacavém: Temas e Debates, p. 389.

⁹⁸³ «Duas linhas diferentes sobre a posição frente à PIDE», *O Novo Militante*, n.º 10, Janeiro de 1974. O texto «Se Fores Preso, Camarada» é reproduzido nesta mesma publicação.

⁹⁸⁴ «Firmeza e intransigência revolucionária ante o inimigo de classe», *O Novo Militante*, n.º 6, Março de 1973.

utilizada indistintamente pelos grupos maoístas. Em 1973, e após alguns casos de traição e delação nas suas fileiras, os CCR (m-l) consideraram que «o interrogatório policial é um dos aspectos mais concentrados da luta de classes» e que «no aparente isolamento da sala de torturas», nem o preso nem o torcionário estão sós, mas antes acompanhados pela classe cujos interesses representam⁹⁸⁵. Com uma linguagem ainda mais inflexível, também o MRPP veio afirmar que a «traição não se situa acima da luta de classes» e que ela «jamais será o fruto de torturas violentas, de debilidades físicas, de doenças» mas sim de «uma ideologia decadente, uma natureza de classe e uma prática social que nada têm a ver com o proletariado e o povo»⁹⁸⁶. O sacrifício pessoal seria suportável por meio da devoção revolucionária:

Um revolucionário não teme a sanguinária repressão dos carrascos da burguesia porque sabe que espancamentos, torturas, queimaduras, estátua, privação do sono, a dádiva da própria vida, são pequenas gotas de água comparadas com o ar da exploração, opressão, humilhação e violência diária sobre milhões e milhões de camaradas seus! (...)

Para os revolucionários Luís Marques (2.º ano Comercial), Horácio Crespo (1.º ano ISCEF) e Joaquim Alfaiate (1.º ano Comercial), presos no dia 21 de Abril, 1972, às 6.30 h., na Marinha Grande, que passaram de tortura de privação do sono respectivamente 8 dias+5+2, 6 dias+12+5+5, 8 dias+4, nem as queimaduras com cigarros, nem os violentos espancamentos a socos e cavalo-marinho, nem o entubamento forçado de comida devido à greve de fome, nem as sessões de estátua, nem as miseráveis provocações a eles e às famílias conseguiram quebrar-lhes a resistência de classe e o ânimo revolucionário!⁹⁸⁷

Em regra, as organizações maoístas distinguiam teoricamente entre colaboração activa com a polícia (a «traição») e a incapacidade para resistir à tortura sob intensa pressão física e psicologicamente, que podia levar à delação ou simplesmente à confirmação de informações que a polícia já dispunha. A gradação do tipo de cedências, no entanto, nem sempre era fácil de aferir e estava muitas vezes

⁹⁸⁵ «Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972», Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, Fevereiro de 1973.

⁹⁸⁶ «Fogo sobre os traidores – agentes da burguesia infiltrados no seio da revolução!», *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

⁹⁸⁷ «Viva a luta dos revolucionários nas masmorras da burguesia!», Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas, 19/09/1972.

dependente das informações que os presos passavam para o exterior ou da percepção que as organizações iam tendo a partir do nível de perseguição imediata a que eram sujeitas. Isso não impediu que algumas organizações defendessem a expulsão de «qualquer elemento que tenha prestado declarações à polícia»⁹⁸⁸ ou criticassem os grupos que concediam o estatuto de militantes a elementos que haviam falado na polícia. A contracorrente, *O Bolchevista* – próximo de militantes m-l detidos em Peniche – defendeu que considerar que «os maus portes são a aniquilação total, a impossibilidade de nos reconstruirmos como revolucionários, é aceitar uma atitude metafísica e passiva»⁹⁸⁹, e foi por isso mesmo criticado por outras organizações m-l, tendo mesmo feito posteriormente uma autocrítica desta sua posição⁹⁹⁰.

Em 1976, a já referida Comissão de Inquérito do PCP (R) que analisou o comportamento na polícia de todos os militantes presos, estipulou critérios para «romper com os esquemas grosseiros e simplistas» que suportavam a acusação de «traição» sem atender ao contexto e ao grau de fraquejamento. Assim, considera-se ser necessário, em primeiro lugar, atender à extensão e gravidade das declarações, distinguindo-se entre casos em que se confirmam dados que a polícia já conhece ou, pelo contrário, casos em que se revelam dados desconhecidos pelas forças repressivas. Em segundo lugar, deve-se ter em conta o grau de responsabilidade do elemento que presta declarações, dando-se mais peso a declarações prestadas por dirigentes do que às efectuadas por simples militantes ou simpatizantes. Em terceiro lugar, tornava-se ainda necessário graduar entre quem militava em organizações marxistas-leninistas e quem pertencia a grupos anti-fascistas, dando-se o exemplo da LUAR. Por fim, tratava-se ainda de equacionar elementos como o momento de fluxo ou refluxo do movimento de massas, a linha política da organização, qual a sua posição quanto ao porte e as circunstâncias concretas que rodearam a prisão⁹⁹¹.

⁹⁸⁸ «Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972», Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, Fevereiro de 1973.

⁹⁸⁹ «Contra as Tendências Oportunistas», *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970.

⁹⁹⁰ No n.º 3 anuncia-se a publicação de *Privação do Sono*, de Francisco Martins Rodrigues, e no n.º 4 anuncia-se a publicação das «defesas revolucionárias» de Rui d’Espiney, Francisco Martins Rodrigues e João Pulido Valente. No n.º 7, todavia, e devido a críticas de outras organizações, faz-se uma autocrítica daquele artigo publicado no n.º 1 de *O Bolchevista*, esclarecendo que o CML de P nunca aceitará nas suas fileiras quem «fraquejou na polícia». «O CML de P e o porte na polícia», *O Bolchevista*, n.º 7, Novembro / Dezembro de 1971.

⁹⁹¹ Comissão de Inquérito, «Relatório da Comissão de Inquérito à 5.ª Reunião Plenária do Comité Central», s.d.

19.4 O silêncio difícil

Se o acto de confessar pode ser um modo de silenciar o indivíduo, resistir ao incitamento à palavra corresponde à capacidade de resguardar a intimidade e a sua história pessoal. Em sede de interrogatório, este silêncio manifestava-se na recusa em responder às perguntas dos inquisidores e em assinar posteriormente os autos. Foram várias as estratégias accionadas para manter o silêncio, mas passavam invariavelmente por manter a lucidez e o ânimo – e contar, naturalmente, com uma capacidade de resistência constantemente posta à prova. João Pulido Valente relatou desta forma a sua experiência:

Era de noite, estava muito frio e puseram-me todo nu numa sala de interrogatórios, cheia de pides. Obrigaram-me a ficar de pé e eu, para não falar optei sempre por responder a mesma coisa: «recuso-me a prestar declarações». Como tenho facilidade em vomitar, resolvi provocar vômitos para ficar cada vez mais debilitado. A minha ideia era destruir-me fisicamente e manter-me lúcido. Ficar sem raciocínio, concentrado na ideia de não falar. Um deles achou que o melhor era dar-me leite e eu pedi um balde: bebi litros de leite e vomitava tudo a seguir.

Fiquei primeiro oito ou dez dias na tortura do sono, depois uns dias de intervalo e outra vez vários dias sem dormir. Fui espancado umas vezes, com pontapés e socos. Cheguei a um tal estado que o médico deles aconselhou-os a retirar-me porque eu estava em risco de vida.

Durante todo o tempo dos interrogatórios, apareceu por lá o pide Óscar Cardoso a fazer de bonzinho, e à noite aparecia também o Sachetti, todo perfumado, vindo do *dancing* ali ao lado, a fazer-me discursos.⁹⁹²

A alternância entre «pide bom» e do «pide mau» foi, como se sabe, uma das técnicas mais usadas pela polícia política. As sessões de tortura eram geralmente sucessivas de tentativas paternais de convencimento a falar. Após as brutais torturas a Veiga de Oliveira, já atrás descritas, os inspectores Sachetti e Tinoco apareceram com um bolo de aniversário e uma garrafa de whisky no seu dia de anos. Os agentes revezavam-se nas figuras do «pide bom» e «pide mau»: Perez Metello regista que

⁹⁹² João Pulido Valente (1994) «João Pulido Valente. 63 anos, médico». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

conheceu em Caxias os acusados do processo da ARA, como Carlos Coutinho, barbaramente torturados por pides que tiveram consigo posturas de delicadeza⁹⁹³.

Aparecer diante do preso impecavelmente vestido e perfumado, como relata Pulido Valente, era também uma forma de lhe tentar quebrar o ânimo. A teatralização também foi usada: Rita Gonçalves recorda que o subinspector Abílio Pires um dia simulou que me ia bater, tendo-se gerado o seguinte diálogo: «“Pensou que lhe ia bater?”. E eu: “Sim”. “O quê? Eu?! Acha que batemos nas pessoas?”. “Eu não acho, sei!”»⁹⁹⁴. Por seu turno, Francisco Martins Rodrigues lembra que numa ocasião o inspector Inácio Afonso o obrigou a despir-se e empunhou uma faca, com a qual ameaçou pôr-lhe «as tripas de fora, “como se fazia em Angola com os pretos”». Noutra altura ter-lhe-á mesmo passado para a mão uma pistola para o caso de se querer matar.

A certa altura vieram vários inspectores – era de manhã, se calhar foi para se divertirem – «ah, este é que é o gajo». Eu já estava a baralhar o sonho e a realidade, mas tenho quase a certeza que isto que vou contar aconteceu: o Inácio Afonso, que era quem mais ou menos «tratava» de mim, deu-me uma pistola para a mão, «eh pá, tu se calhar queres matar-te, guarda aí isso contigo».⁹⁹⁵

A PIDE procurava explorar, sempre que possível, as situações em que os presos, em função sobretudo da privação do sono, tinham alucinações. Francisco Martins Rodrigues lembra-se de ver muita poeira a sair do chão⁹⁹⁶. Numa das suas prisões, em Maio de 1973, José Lamego viu as manchas de sangue seco do blusão de camurça transformarem-se em pequenas cobras castanhas que lhe subiam pelo ombro⁹⁹⁷. O conhecimento dos sintomas provocados pelo suplício do sono podia ajudar a proteger o preso. Pedro Baptista recorda que conhecia «de cor e salteado a patologia do torturado», o que o ajudou a suportar as alucinações, que no seu caso envolveram insectos e serenatas com música de protesto, feitas à volta da cadeia⁹⁹⁸. Também nas

⁹⁹³ Perez Metello (1994), «Perez Metello. 44 anos, jornalista». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994; Veiga de Oliveira (1994), «Veiga de Oliveira. 65 anos, engenheiro». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

⁹⁹⁴ Rita Gonçalves. Entrevista, 17/01/2008.

⁹⁹⁵ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

⁹⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁹⁷ José Lamego (1994), «José Lamego. 40 anos, deputado e dirigente do PS». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

⁹⁹⁸ Cf. Irene Pimentel (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, p. 385.

leituras permitidas foi possível encontrar ânimo. No intervalo das torturas a que foi submetido entre a sede da PIDE do Porto e em Caxias, Pedro Baptista pode ler o *D. Quixote*, que reputou como «um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso», já que «a dada altura da obra, os prisioneiros vão para as galeras e há uns que são desprezados pelos outros, e que são aqueles que sem a polícia ter provas, falaram e incriminaram por terem falado»⁹⁹⁹.

As linhas de solidariedade estabelecidas com familiares, amigos e camaradas, fundamentais para a manutenção do ânimo do preso, eram alvos das forças policiais. Fazer crer que os companheiros já haviam «falado» era uma das formas através das quais a polícia procurava esboroar o pacto de silêncio estabelecido pela militância. Forjar a data de assinatura dos autos – e as próprias assinaturas – podiam também fazer parte do mesmo plano, levando a que se acreditasse que o preso fraquejou de imediato. Um exemplo disso passou-se com Fernanda Dâmaso. Presa a 1 de Maio de 1973, tem o seu primeiro auto – com as assinaturas, da detida e dos agentes, a letra muito semelhante – assinado a 5 de Maio. Um pequeno pedaço de papel interceptado pela PIDE permite, porém, apontar noutro sentido. A 26 de Junho de 1973, a PIDE apreendeu um cigarro que Fernanda Dâmaso procurava entregar à cunhada durante a visita e onde se lia: «continuo a ser torturada. Estive mais sete noites sem dormir. São já 17 ao todo». O agente informou julgar que «a cunhada não se apercebeu do que estava escrito no cigarro, por não ter tido tempo para isso»¹⁰⁰⁰.

Aurora Rodrigues tomou contacto directo com autos forjados. Nascida no Alentejo, no seio de uma família com poucos recursos económicos, conseguira ir estudar Direito para Lisboa. Foi presa em Junho de 1973, no decorrer de uma manifestação estudantil, numa altura em que era já militante do MRPP com funções no aparelho técnico. Em Caxias, durante as torturas – esteve 16 dias em tortura do sono, mais 4 dias após uma interrupção de mais de uma semana – foi-lhe apresentado um conjunto de folhas com declarações que supostamente teria proferido, o que a levou a rasgá-las diante do agente que lhas apresentou. Sem confissão nem denúncia que a pudesse incriminar, foi libertada a 28 de Julho de 1973¹⁰⁰¹.

⁹⁹⁹ Pedro Baptista. Entrevista, 16/01/2008.

¹⁰⁰⁰ ANTT-PIDE/DGS, PC 338/74, NT 6394, volume 1. Agradeço a Paula Godinho a chamada de atenção para estes elementos do processo. A alteração das datas dos autos foi também denunciada em pleno tribunal por Sérgio d’Espiney. Afirmou então que o agente Varela lhe disse que era hábito alterar as datas dos autos. ANTT-PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933, 2.º volume, fl. 395.

¹⁰⁰¹ Dados cedidos por Paula Godinho e António Monteiro Cardoso, com o consentimento de Aurora Rodrigues.

A PIDE apoiava-se num Tribunal – o Plenário, colectivo de três juízes a funcionarem em Lisboa e no Porto – que coroava as suas actuações e as avalizava do ponto de vista jurídico¹⁰⁰². O julgamento começava com a leitura das acusações, em regra baseadas nas informações que a PIDE extorquia sob tortura ao preso, e seguia-se a declaração dos réus. Apesar de frequentemente interrompidos pelos juízes quando revelavam os maus tratos a que foram sujeitos, muitos prisioneiros usavam precisamente esse momento para fazer declarações políticas. Elas passavam, naturalmente, pela descrição dos suplícios sofridos mas também pela afirmação dos pontos de vista políticos, estratégia que mimetizava uma prática desenvolvida pelos militantes do PCP.

¹⁰⁰² Sobre os Tribunais Plenários, cf. Fernando Rosas (coord), Irene Flunser Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Maria Inácia Rezola (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Políticos durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores. Um depoimento sobre o *modus operandi* destes tribunais foi dado recentemente por um destacado advogado da oposição: José Augusto Rocha (2009), «Boa-Hora: Memória do Tribunal Plenário», *Revista do Ministério Público*, n.º 117, pp. 201-209.

CAPÍTULO 20

A Política na Prisão

Efectivamente desde 1947, data em que entrei ao serviço na cadeia, nunca os reclusos estiveram tão insubordinados como neste momento, sobretudo os de tendência chinesa.

Um guarda da cadeia de Peniche em 1972¹⁰⁰³

Ao longo do tempo, o Estado Novo serviu-se de uma rede de cadeias políticas destinadas ao cumprimento das penas impostas. O regime começou por dispor do presídio de Angra do Heroísmo, mas rapidamente alargou a sua rede carcerária: cadeia do Aljube (1933/6-1966), Colónia Penal de Cabo Verde, no Tarrafal (1936-1954, 1961-1974), Cadeia de Peniche (1934-1974) e o Forte de Caxias (1936/7-1974). Neste último estabelecimento – que passou a dispor de um reduto sul a partir de 1971 – funcionava também o hospital-prisão e o centro de interrogatórios da polícia política. No período de prisão preventiva, os elementos do sexo masculino podiam ficar nas delegações da PIDE de Coimbra e Porto, mas habitualmente eram transferidos para Lisboa, ficando no Aljube ou em Caxias, onde também estavam mulheres já condenadas. Depois de condenados, os homens presos eram transferidos para Peniche.

O Forte de Peniche, gerido pelos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça, sofreu obras a partir de meados da década de 1950. Na sua sequência, o forte passa a dispor de três pavilhões – A, B e C – e cerca de 100 salas para presos, para além das células de isolamento. Vários são os depoimentos que atestam um ambiente restritivo e de tensão constante na prisão, o que veio a ser abrandado nos últimos

¹⁰⁰³ Carta um guarda prisional do Forte de Peniche à DGS, datada de 18/04/1972. ANTT-PIDE/DGS proc. 809, NT 1200, fl. 35.

anos do regime, sobretudo pelas lutas levadas a cabo pelos encarcerados e pela pressão efectuada por grupos mais ou menos organizados no exterior, de que o exemplo mais claro é a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos¹⁰⁰⁴.

20.1 Conflito entre a «linha russa» e a «linha chinesa»

A animosidade entre os militantes do PCP e da FAP/CMLP – exacerbada com os episódios em torno da expulsão de Martins Rodrigues mas, sobretudo, com a informação dada pelo *Avante!* que Pulido Valente e Manuel Claro haviam entrado no país, vista como uma denúncia objectiva à PIDE – prolongou-se para o interior do espaço prisional. Num primeiro momento terão existido tentativas de unidade que rapidamente se foram esboroando. Um documento de 1970 nota que entre 1965 e 1967 «a política dos marxistas-leninistas [foi] de mostrar face aos guardas que não existem aparentemente qualquer divergência entre eles e os revisionistas no plano da luta»¹⁰⁰⁵.

No entanto, num documento apreendido pela PIDE, no qual se faz a análise da actuação dos «marxistas-leninistas» presos em 1966 e se apontam linhas estratégicas para o futuro, estipula-se a necessidade de divergência com os presos do PCP. Afirma-se aqui que se deve manter uma posição de distanciamento relativamente aos dirigentes «revisionistas» a aos «elementos democratas liberais». Criticam-se alguns camaradas por se terem deixado «envolver até certo ponto nas palavras e atitudes unitárias dos revisionistas». A tarefa deveria ser «desmascarar, isolar e dividir os revisionistas como agentes da burguesia junto do movimento operário»¹⁰⁰⁶.

Na análise efectuada distingue-se entre dirigentes e trabalhadores de base, mesmo que afectos ao PCP, clarificando-se que o esforço de unidade devia ser feito com estes últimos, mas na base de um apoio à revolução chinesa e à ideia de reconstrução do partido. O texto, porém, é bastante crítico sobre os resultados práticos que têm sido alcançados, apontando duas razões maiores para o fracasso. Em primeiro lugar, o facto de os presos m-l estarem com «dirigentes revisionistas no mesmo lado da trincheira, conduzindo uma luta comum e diária contra os carcereiros fascistas», o que os fazia momentaneamente esquecer «que os

¹⁰⁰⁴ Irene Flunser Pimentel (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, pp. 436-440.

¹⁰⁰⁵ «As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões», Grupo de Base A Vanguarda do Comité Marxista-Leninista Português, s.d.

¹⁰⁰⁶ «Algumas experiências da actividade na cadeia em 1966», ANTT - PIDE/DGS, PC 1397/67.

revisonistas não são comunistas em erro mas uma corrente burguesa». A segunda razão tocava precisamente na questão do porte:

Bastantes camaradas sentem-se diminuídos em face dos responsáveis revisionistas, devido à larga experiência política destes, ao seu passado, ao seu porte firme na polícia, ao facto de ainda serem considerados por muita gente como comunistas. Esses camaradas, diminuídos pelos seus pontos fracos (baixa cultura política, inexperiência, mau porte na polícia), não se atrevem a conduzir uma luta ideológica e política activa contra os revisionistas, esquecendo que qualquer militante que segue a linha comunista está sempre acima do revisionista que luta contra a revolução; tudo o mais são factores secundários.¹⁰⁰⁷

Não deixa de ser significativo que o «mau porte na polícia» apareça junto de factores como a baixa cultura política e a inexperiência, todos eles reputados de secundários relativamente à linha política seguida. Isso é um evidente reflexo do facto de uma parte considerável dos presos da FAP/CMLP não terem conseguido manter até ao fim uma postura intransigente no confronto com a PIDE/DGS. O que não significa que a questão tenha sido efectivamente secundarizada. Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, apesar de continuar a ser reconhecido como o principal teórico da corrente, recordou que não fomentava quaisquer contactos com os grupos no exterior, já que entrou num processo de autolimitação decorrente de ter «falado»¹⁰⁰⁸. A consciência de «culpa» terá servido de eixo a discussões sobre os caminhos a adoptar para a «reconstrução» dos militantes:

Houve um debate sobre se nos deveríamos proletarizar ou não após a saída. No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com o facto de grande parte dos presos deste grupo não ter tido na cadeia o comportamento que era exigido organizacionalmente, logo, que teriam de fazer alguma reabilitação. Para alguns – lembro-me que o Francisco Martins Rodrigues defendia isso – essa reabilitação passava por um processo de proletarização, pelas pessoas assumirem de facto uma vida de operários. Não serem «intelectuais pequeno-burgueses», usando a linguagem da época. Nesse colectivo, quem se opunha fundamentalmente a isso era o

¹⁰⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁸ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

João Pulido Valente que achava, por um lado, que era difícil às pessoas com formação de base intelectual se inserirem nesse meio sem parecerem estranhas, sem se denunciarem, e, por outro, se existisse uma revolução as pessoas seriam mais úteis nas suas profissões de carácter técnico-científico mais avançado, digamos assim. O médico deveria continuar a ser médico, o engenheiro deveria continuar a ser engenheiro e por aí fora.¹⁰⁰⁹

A verdade é que o ambiente foi tenso entre comunistas e maoístas desde o início: entre Outubro de 1966 e Fevereiro de 1967 surgiram altercações quanto às datas revolucionárias a comemorar no interior do presídio. Se todos comemoravam – embora não conjuntamente – o 1.º de Maio, a extrema-esquerda celebrava ainda o 18 de Janeiro (insurreição na Marinha Grande, em 1934), o 1.º de Outubro (aniversário da revolução chinesa de 1949), a revolução russa de Outubro (a 7 de Novembro) e o 4 de Fevereiro (início da luta armada em Angola), enquanto censuravam os militantes do PCP por comemorarem o 5 de Outubro e o 1.º de Dezembro¹⁰¹⁰.

No entanto, foi na atitude a ter perante os guardas e o estabelecimento prisional que se manifestaram as maiores divergências. Um texto da corrente m-l data de 1968 o agudizar das posições, com o «rompimento da luta contra a permanência dos guardas nos refeitórios», a recusa de abandonar as visitas após um preso ter a sua interrompida e a «tentativa de moderação da luta desencadeada pelo espancamento de um camarada». Estipulando-se então que os «revisonistas» eram «inimigos de classe, não apenas no plano teórico e abstracto, mas em todas as posições práticas», decide-se impor o tratamento por «você» aos «elementos dirigentes revisonistas», abolir os jogos e a leitura conjunta do jornal em voz alta, não participar em festejos de aniversário, «reflexo declarado de uma ideologia burguesa», manter o afastamento das festas religiosas, não festejar em comum o 1.º de Maio e fazer uma completa separação de dinheiro¹⁰¹¹.

Esta última proposta articulava-se com um estilo de vida que os presos maoístas procuravam incentivar. Tratava-se de criar comunas revolucionárias entre os presos que não admitissem as «diferenças materiais cada vez mais marcadas entre os presos». A comuna deveria passar para propriedade colectiva todos os bens – dinheiros, alimentos, roupas, livros – governando segundo o princípio comunista

¹⁰⁰⁹ Rui Teives Henriques. Entrevista, 03/01/2008.

¹⁰¹⁰ «As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões», Grupo de Base «A Vanguarda» do Comité Marxista-Leninista Português, s.d.

¹⁰¹¹ ANTT-PIDE/DGS, PC – 2645/65, NT 5795-5796, volume 3.

«de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades». A proposta redigida aponta claramente que o objectivo da comuna não consiste em «elevar os presos pobres ao nível dos ricos, mas, pelo contrário, baixar o nível dos ricos e criar condições de vida que se aproximem do nível médio do proletariado». Para isso seria necessário suprimir «gastos supérfluos (banquetes, artigos de luxo, festas de aniversário)», mas admitindo que a reeducação dos elementos burgueses deveria ser feita de forma gradual¹⁰¹². José Paiva retrata assim o ambiente prisional:

Púnhamos algumas coisas que recebíamos colectivizadas: tabaco, café, uma ou outra coisa que vinha no Natal ou nos anos de alguém. E depois havia aquelas lutas que fazíamos para alargar o espaço de liberdade na prisão. Nomeadamente, lutas para conseguirmos liberdade dentro do piso, porque aí estávamos em celas individuais, com o baldezinho debaixo da janela para um gajo fazer o serviço, a tarimba, etc. Isso era interessante porque nos sentíamos constantemente em luta. Havia, por um lado, o trabalho teórico, o círculo de estudos, e, por outro, havia a estratégia para não morrermos de tédio e não sermos vencidos, tentando ao máximo que aquilo que se passava dentro da prisão fosse conhecido cá fora. Por vezes fazíamos mesmo greve às visitas, o que era uma coisa muito chata, mas que era uma forma de alarmar as pessoas e obrigar os tipos a darem respostas que não davam de outra forma.¹⁰¹³

20.2 Greves de fome

Durante as greves de fome de 1970 foi particularmente notório o afastamento entre presos comunistas e maoístas. O conflito iniciou-se a 15 de Junho com uma troca de palavras azedas entre João Pulido Valente e o guarda António Poupá, quando este recusou ceder-lhe uma lâmina de barbear. Pulido Valente foi castigado com quatro dias de segredo e os seus companheiros recusaram-se a entrar nas celas, o que terá levado o director a reduzir a pena para dois dias. Dias depois, durante uma visita, Pulido Valente explicava em que consistiam as actividades na sala de convívio da prisão quando foi interrompido por um guarda. Rui d’Espiney, José Luís d’Espiney e Fernando Branco, que recebiam visitas pela mesma altura, protestaram,

¹⁰¹² *Ibidem.*

¹⁰¹³ José Paiva. Entrevista, 04/12/2007.

o que levou a novo castigo: quinze dias sem visitas para João Pulido Valente e seis dias para os restantes três.

Regressado o guarda Poupa ao trabalho, os presos anunciaram a recusa da disciplina prisional enquanto o guarda se mantivesse ao serviço. Dia 24 de Junho, Fernando Brederode e Víctor Catanho informaram os seus familiares da decisão durante uma visita e foram castigados com sessenta dias sem visitas. Dia 25, Poupa reapareceu na sala de convívios e o grupo insurgente recusou sair da sala e ir para o passeio, como habitualmente, o que foi feito pelos «revisonistas». Duas horas e meia depois, o grupo recusou-se igualmente a entrar nas celas e Pulido Valente ameaçou «resolver ele próprio o problema de uma vez para sempre». Devido a isso, os elementos do 2.º B foram castigados com 60 dias de segredo. No dia seguinte, sete presos do 2.º B decidiram iniciar uma greve de fome, no que foram seguidos por presos do Pavilhão A. Ao terceiro dia, foi decidido o fim da greve. Entretanto, a 2 de Julho, Poupa reapareceu no pavilhão e foi decidida nova greve de fome, desta vez também seguida pelos presos do 3.º B. No quarto dia de greve, oito dos presos foram alimentados à força, vindo dois deles – Fernando Branco e Saúl Nunes – a perder os sentidos durante a operação. Na tarde do dia seguinte foi decidido o fim da greve¹⁰¹⁴.

Na cadeia de Peniche encontravam-se na altura quarenta e sete presos (três deles – Monteiro Matias, Alexandre Alinho e João Baptista – momentaneamente hospitalizados no exterior). Foram estes os elementos participantes nas greves da fome¹⁰¹⁵:

Pavilhão A – 1.º piso	Pavilhão B – 2.º piso	Pavilhão B – 3.º piso
Sebastião Capilé	Rui d’Espiney	Saul Nunes
Víctor Catanho	Francisco Martins Rodrigues	Filipe Viegas Aleixo
Fernando Brederode	José Luís d’Espiney	Nuno Rebocho
António José Condeço	João Pulido Valente	José Luís Saldanha Sanches
Henrique Guerra	Victor Soares	
Manuel Ferrão	Domingos Arouca	
Joaquim Ramos	Fernando Branco	
Fernando Pereira Marques		
Biló Pereira		
António Pereira		
José Inácio		

¹⁰¹⁴ «As lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões», Grupo de Base «A Vanguarda» do Comité Marxista-Leninista Português, s.d.

¹⁰¹⁵ *Ibidem*.

Essa não foi a única greve de fome desencadeada. Em Janeiro de 1972, os presos m-l reivindicaram a separação dos presos do PCP, decidindo a direcção da cadeia agrupar aqueles no pavilhão B do 2.º piso. As sucessivas cedências da direcção prisional causavam uma sensação de mal-estar junto de alguns guardas, que fizeram questão de o mencionar directamente à PIDE/DGS. Aquando da chegada de Fernando Rosas à cadeia de Peniche, a 12 de Abril de 1972, ao saber que os presos m-l se encontravam no 2.º Piso do Pavilhão B, exigiu ser transferido de imediato para lá. Nas palavras do chefe de posto de Peniche da DGS, dirigidas à sede em Lisboa, os presos em causa, tomando conhecimento da situação, «fizeram uma tal gritaria que tiveram que lhe fazer a vontade». Citando o próprio chefe dos guardas prisionais, fala-se de uma «situação explosiva» que fazia com que os próprios guardas temessem pela sua integridade física¹⁰¹⁶.

Em princípios de Julho desse ano iniciou-se a luta contra a presença dos guardas no piso, contra os recortes nos jornais, e pelo regime de cela aberta, na qual os presos podiam transitar de uma cela a outra. A 20 de Julho as reivindicações foram satisfeitas mas nesse mesmo dia foi decretada uma greve de fome pelo regresso de João Pulido Valente, que se encontrava de castigo em Caxias desde os acontecimentos de 1970. A 22 de Agosto, Pulido Valente regressaria finalmente ao presídio de Peniche¹⁰¹⁷.

José Paiva fora preso no processo da ARCO, em Maio de 1970. Permaneceu seis meses no Porto, até ao julgamento, e depois da condenação foi colocado em Peniche. Recorda assim a forma imediata como se integrou nas dinâmicas de luta desenvolvidas pela extrema-esquerda:

Fomos para o rés-do-chão de um pavilhão e fomos acolhidos por uns amigos do PC, nomeadamente pelo Canais Rocha. Até que reparámos que numa cela estavam seis ou sete companheiros, em pijama, esqueléticos. E perguntámos: «o que é que se passa com aqueles companheiros, ali fechados dentro da cela». «Ah, esses são os esquerdistas, fazem greve por dá cá aquela palha, greve da fome, o melhor é não se ligarem muito a eles». Olhei para o Moura, o Moura olhou para mim, perguntamos aos gajos: «então o que é que se passa?», «quem são vocês?», «somos da ARCO», e eles, «e estão metidos com esses gajos? Vocês sabem o que eles estão a

¹⁰¹⁶ ANTT-PIDE/DGS proc. 809, NT 1200, fl. 35.

¹⁰¹⁷ «Viva a luta dos revolucionários nas masmorras da burguesia!», Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas, 19/09/1972.

fazer? Esses gajos racharam tudo! Nós estamos aqui porque meteram o Pulido Valente no segredo». Tinha-se chateado com o Capitão Falcão. Quando chegámos ao jantar declaramos automaticamente greve da fome em solidariedade com os outros companheiros e fomos metidos na cela com eles.¹⁰¹⁸

As greves da fome e as lutas e reivindicações em geral feitas pelos presos das várias tendências políticas foram tornando a vida prisional menos dolorosa. Na segunda metade da década de 1960, os prisioneiros já podiam conversar em grupo, praticar jogos variados, como voleibol, e aceder a uma sala de convívio com rádio. Para o comunista Fernando Miguel Bernardes, o regime mantém-se tenso mesmo após a entrada em cena de Marcelo Caetano: a alimentação não melhora, conserva-se o castigo do isolamento no «segredo» e ainda é proibido ir à retrete durante a noite. Só com a nomeação de um novo director da cadeia, em 1973 – «um homem ainda jovem, licenciado em Direito e de ideias consideradas, nas circunstâncias, bastante abertas» – se atenua significativamente a dureza das condições de encarceramento. As possibilidades de circulação dos presos aumentaram, melhorou a alimentação e foi colocado um televisor na sala de convívio¹⁰¹⁹. A isto, obviamente, não serão alheias as lutas desenvolvidas pelos presos, a movimentação dos familiares e a acção de colectivos como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, que exaustivamente denunciava a existência de presos políticos em Portugal.

Um boletim publicado em Milão pelo *Comitato Italiano di Sostegno alla Lotta Portoghese contro la dittatura* dá conta de um apelo dirigido por familiares de 25 presos políticos ligados à extrema-esquerda e a movimentos independentistas¹⁰²⁰. A lista permite identificar quem eram os presos políticos não afectos ao PCP na cadeia de Peniche em 1973:

¹⁰¹⁸ José Paiva. Entrevista, 04/12/2007.

¹⁰¹⁹ Fernando Miguel Bernardes (1991), *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 135-147.

¹⁰²⁰ *Osare Lottare, Osare Vincere*, Comitato Italiano di Sostegno alla Lotta Portoghese contra la dittatura, Milão, Outubro de 1973.

NOME	PENA	ACUSADO DE PERTENCER
António Charters	2 anos e 3 meses	O Comunista
António Coelho	2 anos e 6 meses	O Comunista
António Quintas	2 anos	LUAR
Carlos Cardoso	6 anos	LUAR
Carlos Saraiva	2 anos e 9 meses	O Comunista
Carlos Tomás	2 anos	CCR
Fernando Branco	5 anos	LUAR
Fernando Reis Júnior	2 anos	O Comunista
Francisco Martins Rodrigues	19 anos	CMLP – FAP
Henrique Guerra	8 anos e 6 meses	MPLA
João Pulido Valente	12 anos	CMLP – FAP
Joaquim Vieira	18 meses	CCR
José António Palma	2 anos e 6 meses	LUAR
Jose Eurico Fernandes	8 anos	BR
José Iglésias	3 anos	MRPP
José Mário Costa	2 anos	O Comunista
Licínio Pereira da Silva	6 anos	O Comunista
Luís Filipe Fraga	2 anos	O Bolchevista
Luís Pedro Coelho	2 anos	LUAR
Nuno Cunha Porto	2 anos	O Comunista
Pedro Campos Alves	2 anos	O Bolchevista
Pedro Malho	2 anos	O Comunista
Raul Caixinhas	3 anos	O Comunista
Rui d’Espiney	17 anos	CMLP – FAP
Rui Teives	2 anos	CCR
Sebastião Lima Rego	3 anos	MRPP

20.3 Peniche, 27 de Abril de 1974

A 25 de Abril de 1974, as movimentações libertadoras não chegaram imediatamente ao conhecimento dos presos políticos. Fernando Miguel Bernardes esclarece que nesse dia os guardas não concederam visitas e a rádio permanecia calada, e só aos poucos os presos se vão apercebendo da situação insurreccional. Ao raiar da manhã de 26 de Abril, os presos de Peniche continuavam no interior da Fortaleza. A meio da noite de 26 para 27, os prisioneiros foram ouvidos pelos representantes oficiais das Forças Armadas, enviados pela Junta de Salvação Nacional, e começaram a sair em liberdade¹⁰²¹.

¹⁰²¹ Fernando Miguel Bernardes (1991), *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 142-147; Luís Trindade (1999), «Um longo 25 de Abril», *História*, n.º 13, Abril de 1999, pp. 55-62. Norberto Isaac lembra que também em Caxias «as coisas não estavam claras

A presença de três presos condenados por crimes de sangue – Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney, da FAP/CMLP, e Filipe Viegas Aleixo, da LUAR – fez com que a libertação sofresse demoras, já que ordens de Spínola impunham que estes elementos se mantivessem detidos. A memória do que se passou a seguir difere, consoante a área política. Fernando Miguel Bernardes nota que a maioria dos prisioneiros se recusou expressamente a «sair sem a garantia de que nem um preso político ficasse entre as grades», não mencionando qualquer conflito entre os presos¹⁰²². Rui d’Espiney e Francisco Martins Rodrigues, por sua vez, evocam a solidariedade em assembleia dos presos da área da extrema-esquerda que se recusaram a sair enquanto lá ficasse algum dos condenados por «crimes de sangue». O primeiro recorda que a assembleia apenas teve a presença dos presos do rés-do-chão e do 1.º andar: «por cima estavam os presos do PC. Aí as coisas foram completamente diferentes: quando chegou a hora de serem libertados, foram libertados»¹⁰²³. Martins Rodrigues afirma também que os presos do PCP começaram a sair – o próprio Viegas Aleixo estava no piso dos comunistas e veio juntar-se-lhes – e que foi o grupo dos presos m-l, da LUAR e anticoloniais que tomou a atitude de intransigência¹⁰²⁴. Segundo os presos m-l, este episódio inseria-se na linha de falta de solidariedade dos presos comunistas para com as lutas efectuadas no interior da cadeia. Para estes, por seu turno, a prática de constante afrontamento aos guardas e à direcção da cadeia provocava um ambiente de irritação que inviabilizava as pequenas conquistas.

A diferenciação perante o campo da militância comunista aparece assim como um dos eixos centrais da construção da subjectividade política desta área radical associada ao maoísmo. Por outro lado, e não obstante algumas variações discursivas, este terreno político estipulou comportamentos em situação de tortura e encarceramento que se filiavam directamente na tradição que o PCP vinha afirmando desde finais da década de 1930. A extrema dureza da norma genérica de nunca prestar declarações à polícia e o opróbrio mais ou menos acentuado a que estavam sujeitos todos os que «fraquejavam» fez com que se produzissem processos

sobre quem ia ou não ia ser libertado. O pessoal que tinha crimes de sangue era para não ser solto. Estava lá o Palma Inácio e uma série de militantes da LUAR. Eu só saí na madrugada de 27». Norberto Isaac. Entrevista, 02/08/2008.

¹⁰²² Fernando Miguel Bernardes (1991), *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições Avante!, pp. 142-147.

¹⁰²³ Rui d’Espiney. Entrevista, 01/07/2008.

¹⁰²⁴ Francisco Martins Rodrigues. Entrevista, 29/01/2008.

de autolimitação, culpa e silenciamento que ainda hoje são difíceis de desbloquear. É como se, ironicamente, a ditadura tivesse conseguido *a posteriori*, neste domínio particular, uma pequena vitória sob uma boa parte daqueles que a combateram.

CONCLUSÕES

Um maoísmo português?

Que impacto teve o maoísmo durante os anos sessenta e setenta? Quais as suas principais características? De que maneira ele se expressou no Portugal do Estado Novo? A que configurações organizativas deu origem? Quais os contextos de aparecimento e os principais traços distintivos de cada um destes grupos? Quem eram e de onde provinham os seus militantes? Que práticas e representações se conjugaram na construção de um imaginário maoísta? É possível falar da existência de um maoísmo português ou a diversidade dos percursos militantes, das linhas políticas e das práticas estimuladas obriga a que se tenha de acentuar o carácter plural desta área ideológica? Como se relacionou este terreno com o campo político ocupado pelo PCP?

Com efeito, a explicitação das questões que orientaram este estudo pode servir como porta de acesso a algumas observações conclusivas. Comece-se, pois, pela última questão, que não foi alvo de um capítulo específico mas que surge de forma recorrente em vários momentos da pesquisa. Na verdade, teria sido interessante aprofundar o modo como este universo desenhou linhas de continuidade e descontinuidade com a tradição comunista que antecedeu e acompanhou a irrupção do movimento m-l, proposta essa que obrigaria a um tratamento detalhado da história do movimento comunista e a uma análise que relativizasse a forma monolítica como geralmente se pensa esse campo, quer em termos internacionais, quer no que concerne à própria história do Partido Comunista Português – cujo conhecimento, aliás, ainda apresenta lacunas que se espera virem a ser colmatadas pela futura investigação histórica. Não se tendo seguido claramente este trilha, como acima se justifica, foi possível evidenciar o modo como o maoísmo se relacionou de maneira ambivalente com o terreno ideológico e político representado pelo PCP.

Assim, num primeiro momento, entre 1964 e 1965, que corresponde à definição inicial da FAP e do CMLP, ensaiaram-se tentativas de aproximação focos militantes do PCP. Estes acenos visavam no essencial criar uma linha divisória entre uma estratégia considerada «revisionista» – vista como subalternizadora do projecto de emancipação comunista porque submetida a uma lógica de aliança com os sectores da burguesia liberal – e os militantes comunistas, que poderiam vir a adoptar uma alternativa política mais combativa e classista, caso esta lhes fosse apresentada. O facto de os principais dinamizadores do CMLP serem antigos membros do PCP – com destaque para Francisco Martins Rodrigues, que havia pertencido ao Comité Central e à Comissão Executiva – explica em boa medida a tentativa (e a possibilidade, pelo menos teórica) de disputar o terreno no qual se encontrava enraizado esse partido, na linha, aliás, do que ocorreu em processos cisionistas análogos que tiveram lugar em outros países.

Recorde-se que nascimento da corrente m-l em Portugal foi claramente um efeito da definição de um campo ideológico pró-chinês que, um pouco por todo o mundo, se edificou através da concordância com o rumo de demarcação delineado por Mao Tsé-Tung e pelos chineses relativamente aos soviéticos. O ano de 1956 – com a denúncia dos crimes de Estaline no decorrer do XX Congresso do PCUS – sinalizava o momento da degeneração, aprofundada nos anos seguintes. Os emergentes comités m-l procuraram assim verificar de que modo esse processo se plasmou em cada partido comunista, afirmando desde logo uma linha política derivada da crítica chinesa à teoria da «coexistência pacífica». Ainda assim, foi diferente a tónica que os diferentes grupos colocaram nas questões internacionais, nacionais ou teóricas, sendo certo que o contributo de Martins Rodrigues foi um dos mais estruturados e que mais áreas temáticas abrangeu¹⁰²⁵.

Sintetizada no documento *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*, e posteriormente na série de artigos publicados no jornal clandestino *Revolução Popular*, a crítica de Francisco Martins Rodrigues desdobrava-se em três tópicos. O primeiro dizia respeito à via para o levantamento nacional e à questão da luta armada, que se considerava necessário preparar, nomeadamente após o biénio de 1961-62 e o início das guerras coloniais em África. O segundo referia-se ao estabelecimento de uma orientação que se afastasse da política da unidade nacional antifascista, assente numa «aliança de classes» e na tese da «revolução democrática e nacional». Na leitura de Martins Rodrigues, este laço de fundo com sectores da

¹⁰²⁵ Cf. José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e Enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 70-120.

burguesia liberal e democrática era capitulacionista pois escamoteava a importância do combate ao capitalismo e ao colonialismo em detrimento da construção de uma frente anti-salazarista que, em última análise, englobaria exploradores e explorados, colonialistas e anticolonialistas, burguesia e proletariado. O último dos tópicos ocupava-se de questões internacionais, defendendo uma linha para o movimento comunista internacional solidária da crítica ao «revisionismo» e ao «imperialismo», numa referência óbvia ao diferendo sino-soviético¹⁰²⁶.

As organizações que emergiram no momento sucessivo apresentaram já um maior distanciamento relativamente ao PCP. Se a maioria delas defendia a ideia de que se tratava de «reconstruir» o partido sem ligação ao existente, o MRPP viria a distinguir-se pela convicção de que nunca existira em Portugal um Partido Comunista digno desse nome, o que determinava o escopo de construí-lo a partir do zero. Em sentido diferente, grupos como o PCP (m-l) falavam da necessidade de captar «comunistas já feitos», numa tentativa de ligação com o universo do PCP que foi levada ao paroxismo na designação de «V Congresso» ao seu momento fundacional, em 1970. Na realidade, a estrita base militante do PCP foi pouco permeável ao assédio m-l. Além disso, estas organizações eram cada vez mais lideradas por militantes que não tiveram uma socialização política em instâncias do PCP ou que apenas haviam passado por estruturas do partido no meio estudantil.

Como foi possível observar, instalou-se desde cedo uma crescente animosidade entre os sectores maoístas e o campo do PCP. Remontando aos primórdios da FAP e do CMLP – era frequente a referência à notícia na qual o *Avante!* avisava que Manuel Claro e João Pulido Valente haviam entrado no país – ela tomou maiores proporções nos anos seguintes, de que é exemplo a atribuição de designações pejorativas ao campo oposto. «Revisa», «reformista», «contesta», «esquerdalho» ou «provocador», este usado por ambos os campos, eram algumas das expressões que compunham o léxico da época. A aversão política e a consequente escalada verbal não caracterizava apenas os pólos associados ao PCP e aos sectores pró-chineses. Mesmo entre estes, designadamente a partir de 1972, sobressaiu uma evidente e irredutível rivalidade. O MRPP viria a distinguir-se na associação aos restantes grupos m-l do epíteto de «neo-revisionistas», mas as adjectivações condenatórias relativamente aos adversários próximos não foram apanágio específico deste grupo. Isso resultava, obviamente, do facto destas organizações terem nos mesmos territórios juvenis e estudantis o seu espaço principal de aquisição e construção de

¹⁰²⁶ [Francisco Martins Rodrigues] (1970), *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. S.l.: Edições do Partido, p. 3.

capital militante. Mas era igualmente produto do seu processo de definição ideológica, traçando linhas teóricas e práticas políticas que, ao promoverem uma maior identificação com o colectivo, levavam a uma crescente resistência ao exterior. A endogamia existente no interior de cada grupo patenteia isso mesmo, com um número significativo de relacionamentos familiares e amorosos entre membros da mesma organização¹⁰²⁷.

Efectivamente, o terreno estudantil teve um papel destacado na fermentação desta espartilhada ecologia radical. Foi nas universidades e nos liceus – aqui já na fase final do regime – que muitos dos activistas associados à extrema-esquerda maoísta tomaram contactos com os rudimentos ideológicos deste complexo político, desenvolveram competências ligadas à organização e à argumentação teórica e teceram solidariedades prolongadas. Assim, é necessário tomar em consideração a dinâmica existente nas escolas, onde a partir de dada altura passou a vigorar uma hegemonia de pólo contrário, se se quiser compreender o modo como os grupos que se reivindicavam do maoísmo cresceram e se desenvolveram naqueles anos. Por outro lado, a sua entrada em cena, sendo um produto da politização do movimento estudantil, nomeadamente após 1968-69, foi igualmente propulsora da radicalização política nas escolas, acrescentando ao repertório contestatário estudantil temáticas abertamente anticolonialistas e anticapitalistas.

Definindo o proletariado como o genuíno sujeito revolucionário, a forte ancoragem no universo estudantil revelava-se, para algumas estruturas, um paradoxo que urgia ultrapassar. Se aí era mais fácil e célere a captação de militantes, a sua origem de classe e a falta de radicação no processo produtivo faziam com que o seu potencial revolucionário fosse considerado por vezes mais aparente do que real. A vontade de «ligação às massas» acabou por fazer com que se desenvolvessem processos de «implantação», como os levados a cabo por *O Grito do Povo* e pela OCMLP, através dos quais estudantes – mas também jovens trabalhadores e emigrantes vindos do exílio – foram trabalhar para zonas operárias a fim de clandestinamente desenvolverem trabalho político.

Esta trajectória está claramente relacionada com um dos elementos estruturantes do imaginário maoísta, ou seja, a valorização do povo em luta como o verdadeiro agente de transformação do real. No entanto, apesar da figura do camponês aparecer exaltada em alguns momentos discursivos – em linha com a sua importância no contexto original do maoísmo e com a crítica ao seu «esquecimento» no projecto de

¹⁰²⁷ Um estudo comparativo destes comportamentos articulado com a sociologia dos grupos poderá ajudar a esclarecer algumas destas atitudes.

«revolução democrática e nacional» definido pelo PCP – a verdade é que não existiu trabalho político substancial em terreno rural. O mesmo já não se pode dizer da penetração em alguns focos operários, sobretudo junto de sectores juvenis. Ainda que necessariamente limitada e circunscrita, a influência ideológica do maoísmo em algumas zonas populares e fabris foi uma realidade que despontou ainda antes do 25 de Abril.

Assim sendo, e não obstante a importância do ambiente estudantil na emergência do complexo maoísta, torna-se necessário sublinhar o desenvolvimento de dinâmicas activistas que extravasaram claramente os terrenos limítrofes das escolas. Ora porque, forjados no húmus estudantil, estes grupos se lançavam em trabalho clandestino, por um lado, ou em colectividades e cooperativas culturais, por outro; ora porque vários focos de militância se construíram e desenvolveram como exteriores ao campo estudantil. Exemplos disso foram a presença do MRPP na zona de Vila Franca de Xira e Alverca; a radicação de *O Grito do Povo* em zonas populares na área do Porto e o seu aparecimento noutros territórios nos quais se fez trabalho de «implantação»; a acção política de diferentes organizações maoístas na margem sul; a direcção do Sindicato dos Químicos por parte de militantes ligados ao CRML; e a influência de grupos como *O Comunista* e o PCP (m-l) junto de sectores populares emigrados, nomeadamente em França. Para se compreender esta influência crescente, é importante ter em conta o influxo de momentos como as «eleições de 69» ou de opções de fundo como o desejo de eleger a Guerra Colonial como o principal eixo de contestação, ao qual aparecia associado frequentemente um discurso legitimador da deserção.

Com efeito, as guerras travadas pelo regime em África serviram como evidente causa de politização da juventude – aquela a quem mais directamente a guerra dizia respeito – e contribuíram para o aumento de influência do maoísmo. Vários comités destinados à luta anticolonial, muitos deles efémeros e com assinalável autonomia organizativa, serviam frequentemente como porta de entrada para os colectivos e trouxeram para as ruas um tipo activismo enérgico. Diferentemente do PCP, mais cauteloso na abordagem do tema da guerra em terreno associativo e desaconselhando a deserção aos seus militantes, a galáxia maoísta optou de maneira quase unânime por agitar explicitamente a bandeira do anticolonialismo nos cenários de intervenção em que se empenhava e por defender a deserção – em alguns casos, com armas.

Mais do que uma declaração genérica de pacifismo, a deserção era vista como uma recusa moral de engrossar o lado colonialista do combate. Tenham ou não sido tentados pela sombra da luta armada, os grupos maoístas portugueses foram sem dúvida marcados por um desejo de ruptura no qual a presença das armas era observada como um elemento necessário para o derrube da ditadura e para a instauração de uma sociedade sem classes. A isto não é alheio, naturalmente, a difusão de um imaginário de teor terceiro-mundista, confiante na capacidade emancipatória das populações colonizadas, e que se alimentou de elementos diversos, que iam desde os ensinamentos de Mao aos exemplos de combate abnegado e sem tréguas como os protagonizados por Guevara ou por Ho-Chi-Minh. Se Cuba e o Vietname não configuravam no presente o mundo por vir – papel reservado à Albânia e, sobretudo, à China – as coordenadas éticas e políticas do radicalismo alimentaram-se fortemente da simpatia perante estes fenómenos. Absorvida pela esquerda radical, do qual o maoísmo é um dos frutos mais evidentes, esta sedução pela imagem do povo colonizado em revolta inseria-se no que Michael Löwy e Robert Sayre chamaram «romantismo revolucionário», ou seja, o repúdio pelos valores sociais e culturais da moderna civilização capitalista em nome de sonhos de futuros libertadores e igualitários¹⁰²⁸.

Esta ideia permite matizar a convicção que associa o complexo maoísta – ou, mais genericamente, o universo radical da época – a uma antecâmara das posições liberais ou antitotalitárias de alguns dos seus antigos activistas. É certo que a luta política em ditadura apresentava características diferentes da luta política em democracia, estando implicitamente agregado àquela, mesmo quando não explicitamente afirmado, a aproximação a valores como a liberdade de expressão e de associação. E é igualmente verdade que boa parte da definição do campo maoísta se fez numa relação mista de atracção mas também de repúdio relativamente ao PCP, o que pode justificar a certificação de traços de continuidade entre *aquela* passado e *este* presente. Se os percursos militantes foram naturalmente diferenciados e a construção da subjectividade política segue, por isso mesmo, vias nem sempre coincidentes, a defesa da ideia de continuidade entre as posições liberais e o radicalismo, no caso maoísta, não deve fazer esquecer uma descontinuidade de fundo, que consiste precisamente no abandono da bandeira do anticapitalismo ou mesmo da igualdade como valor político fundamental.

¹⁰²⁸ Michael Löwy e Robert Sayre (1992), *Revolte et Melancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*. Paris: Payot.

Por aqui é possível chegar à questão que aparece enunciada como título desta parte final: existirá «um maoísmo português»? A pergunta pode desdobrar-se, nas suas três palavras, em outras tantas problemáticas. Analisar a existência de «um maoísmo português» pode significar 1. aferir a unidade ou a diversidade deste terreno militante; 2. sublinhar o modo como este terreno ideológico manteve uma dúplice relação de continuidade e descontinuidade com a tradição comunista; 3. fazer notar a sua especificidade no contexto português. Se as duas últimas questões foram já realçadas ao longo desta conclusão, observe-se agora o tema da uniformidade do campo ideológico que serviu de referente a este estudo.

Partilhando práticas e representações com inúmeras convergências, a verdade é que esta galáxia foi marcada por uma acentuada pluralidade. Desde logo, os próprios termos «marxista-leninista» (ou «m-l») e «maoísta», utilizados por vezes como sinónimos ao longo do trabalho, podem referir-se a momentos ou mesmo linhagens distintas do movimento. Com efeito, se a primeira fase do maoísmo – historicamente coincidente em Portugal com a experiência da FAP/CMLP – foi autocaracterizada como «marxista-leninista», a partir de 1970 começaram a aparecer as expressões «marxismo-leninismo-maoísmo», «maoísmo» ou «pensamento Mao Tsé Tung». Não tendo sido o único, o MRPP foi o grupo que mais se distinguiu na utilização de «maoísmo» como rótulo autocaracterizador. Ambas pró-chinesas, as duas linhagens evocavam duas Chinas diferentes: a China do conflito sino-soviético, no primeiro caso; a China da Revolução Cultural, no segundo caso.

Uma linha divisória também pode ser traçada, tal como já foi evocado, entre os grupos que consideravam que o PCP havia sofrido um processo de degenerescência, pelo que se tratava de «reconstruir o Partido», e o MRPP, que a partir de 1972 é claro na sua afirmação de que nunca existira em Portugal um partido verdadeiramente comunista. Um outro traçado possível consiste em dividir o movimento entre uma vertente mais «burocrática» e outra mais «espontaneísta». A primeira colocava o acento tónico na organização, nos cuidados conspirativos e na formação política dos «revolucionários profissionais», enquanto a segunda, muito notória no MRPP e na OCMLP, acentuava a ideia de «construção do partido na luta». Uma outra distinção ainda seria realizável entre um maoísmo que, na ânsia de identificação com «as massas», observava com reverência a «moral proletária», e um maoísmo mais alinhado com o carácter filolibertário da época. Neste caso, como em muitos outros, o que vale para os colectivos, vale para os indivíduos: no âmbito das mesmas organizações ou até no corpo dos mesmos sujeitos, o imaginário da rebelião como festa debateu-se com o puritanismo e o refreamento do quotidiano

em nome da abnegação política; a busca de linguagens estéticas fora do neo-realismo conviveu com o entendimento da arte como elemento imediato da luta de classes; a defesa de práticas mais informais e participadas de decisão política chocou com o dirigismo e o controlo organizativo.

A 25 de Abril de 1974, quando um golpe militar conduzido pelas patentes intermédias do exército, cansadas de uma guerra infindável em três frentes de combate, pôs fim à mais velha ditadura da Europa, a saída imediata da população às ruas provou a existência de uma outra frente, desalinhada com o regime. Não sendo única, a acção e a retórica promovida pela constelação dos grupos e organizações de timbre maoísta tinha sido porventura a mais ruidosa, extravasando claramente os círculos restritos da militância e promovendo uma politização extrema de algumas franjas sociais. É preciso ter em conta a margem política que o maoísmo português, enquanto forma específica de radicalismo, começou por preencher durante a ditadura para se perceber algumas dinâmicas, protagonismos e activismos patentes no agitado período revolucionário que ocorreria entre 1974 e 1975.

Durante esses anos, operaram-se vários arranjos organizativos neste campo: a cisão no PCP (m-l), muito marcada pelas diferenças entre os seus militantes no «exterior» e no «interior», aprofundou-se e levou à constituição de dois partidos distintos; a união faseada de vários grupos m-l deu origem ao PCP (R), antecedida pela criação da sua frente de massas, a UDP; outros colectivos desenvolveram contactos entre si que levaram a processos de agregação, como aconteceu com o Núcleo José de Sousa e a UC (m-l), originando a UCRP (m-l). Mais importante do que isso, estes grupos viram as suas fileiras aumentar consideravelmente no âmbito da agitação social que sobreveio durante o biénio revolucionário, empenhando-se nas dinâmicas de transformação social, política, económica, cultural, habitacional, etc., a que então se assiste. É de destacar, neste particular, a UDP – alinhada com a Albânia no conflito sino-albanês, e que chegaria a eleger em 1975 um deputado para a Assembleia Constituinte – e o MRPP, que manteve um estilo arrojado de intervenção política, muito marcado pela tentativa de contrariar a hegemonia que o PCP ia procurando construir. Alguns traços que então se evidenciam, nomeadamente na relação com o PCP, não podem deixar de ter em consideração elementos já presentes antes do 25 de Abril. Assim se compreende como a UDP se encontrava genericamente sintonizada com outros grupos de extrema-esquerda na ideia de aprofundar a revolução e construir o socialismo; e, de maneira diferente, grupos como o PCP (m-l), o MRPP, *O Bolchevista* ou a OCMLP, apesar das diferenças entre si, convergiam na ideia de que existia um combate anticapitalista,

mas que era necessário sublinhar o perigo «social-fascista» que representaria o PCP e o seu alinhamento com o «imperialismo russo».

Se a história do maoísmo no pós-25 de Abril se encontra ainda por fazer, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para elucidar as modalidades de activismo político, os traços ideológicos e a presença social na fase prévia que coincide com o último decénio de existência da ditadura portuguesa. Mais do que percorrer os trilhos organizativos inspirados por um dada ideologia política, tratou-se aqui de mostrar como ela, ao mesmo tempo que bebia de aspectos comuns de matriz internacional, assumiu particularidades significativas associadas à especificidade do país, tendo contribuído para a quebra de hegemonia que o Estado Novo assistiu no seu troço final.

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAC – Associação Académica de Coimbra

AAFDUL – Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

AE – Associação de Estudantes

AEIST – Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARA – Acção Revolucionária Armada

ARCO – Acção Revolucionária Comunista

BR – Brigadas Revolucionárias

CAEs – Comissões Anti-Eleitorais

CARP (m-l) – Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista)

CBS – Comissões de Base Socialistas

CC – Comité Central

CCP – Célula Comuna de Paris

CCP – Comité Comunista de Portugal

CCR (m-l) – Comités Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas)

CD – Comissão Directora

CDE – Comissões Democráticas Eleitorais

CDI – Centro de Documentação Internacional

CDP – Comité de Desertores Portugueses

CE – Comissão Executiva

CEDUC – Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Unidade Comunista

CGP – Comités Guerra Popular

CGT – Confédération Générale du Travail [Confederação Geral do Trabalho, França]

CICUTA – Círculo Cultural de Trabalho e Acção

CIMADE - Comité Inter-Mouvements Auprès des Evacués [Comité Inter-Movimentos de Apoio aos Evacuados, França]

CIP – Círculo de Iniciativas Políticas

CLACs – Comités de Luta Anti-Colonial

CMLP – Comité Marxista-Leninista Português

CML de P – Comité Marxista-Leninista de Portugal

CPLAI – Comité Português de Luta Anti-Imperialista

CPP – Comité Pró-Partido

CPR – Comité de Propaganda Revolucionária

CP-UEPs – Comités Pró-União dos Estudantes Portugueses

CRAEs – Comités Revolucionários Anti-Eleitorais

CRC (m-l) – Comité Revolução Comunista (marxista-leninista)

CRECs – Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas

CRML – Comité Revolucionário Marxista-Leninista

CULICs – Comités Unitários para a Libertação Imediata das Colónias

DGS – Direcção-Geral de Segurança

EDE – Esquerda Democrática Estudantil

EUA – Estados Unidos da América

ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto

FAP – Frente de Acção Popular

FEC (m-l) – Frente Eleitoral de Comunistas (marxistas-leninistas)

FEML – Federação de Estudantes
Marxistas-Leninistas

FLN – Frente de Libertação Nacional

FLUP – Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

FPLN – Frente Patriótica de Libertação
Nacional

FRAIN – Frente Revolucionária dos
Movimentos das Colónias Portuguesas

FREP – Federação Revolucionária de
Estudantes Portugueses

FUR – Frente de Unidade
Revolucionária

GAPs – Grupos de Acção Popular

GATE – Grupo de Arte Teatro e Ensaio

GP – Gauche Proletarienne [Esquerda
Proletária, França]

GRPL – Grupo Revolucionário
Português de Libertação

ISCEF – Instituto Superior de Ciências
Económicas e Financeiras

IST – Instituto Superior Técnico

JAPPA – Junta de Acção Patriótica dos
Portugueses na Argélia

JEC – Juventude Escolar Católica

JSN – Junta de Salvação Nacional

JUC – Juventude Universitária
Católica

KFML – *Kommunistiska Förbundet
Marxist-Leninsterna* [Federação
Comunista Marxista-Leninista, Suécia]

KFML (R) – *Kommunistiska
Förbundet Marxist-Leninsterna
(revolutionärerna)* [Federação Comunista
Marxista-Leninista (Revolucionária),
Suécia]

LCI – Liga Comunista Internacionalista

LUAR – Liga de Unidade e Acção
Revolucionária

MAC – Movimento Anti-Colonialista

MAEESL – Movimento Associativo
dos Estudantes do Ensino Secundário de
Lisboa

MAR – Movimento de Acção
Revolucionária

MC – Movimiento Comunista
[Movimento Comunista, Espanha]

MES – Movimento de Esquerda
Socialista

MJC – Movimento das Juventudes
Comunistas

MMLP – Movimento Marxista-
Leninista Português

MPAC – Movimento Popular Anti-
Colonial

MPLA – Movimento Popular de
Libertação de Angola

MRPP – Movimento Reorganizativo do
Partido do Proletariado

MTPE – Movimento dos
Trabalhadores Portugueses Emigrados

MUD-J – Movimento de Unidade
Democrática – Juvenil

MUNAF – Movimento de Unidade
Anti-Fascista

NATO – North Atlantic Treaty
Organization [Organização do Tratado do
Atlântico Norte]

NJS – Núcleo José de Sousa

OCI – Organization Communiste
Internationaliste [Organização Comunista
Internacionalista, França]

OCMLP – Organização Comunista
Marxista-Leninista Portuguesa

OGMA – Oficinas Gerais de Material
Aeronáutico

OPR – Organização Popular
Revolucionária

ORPC (m-l) – Organização para a
Reconstrução do Partido Comunista
(marxista-leninista)

PAIGC – Partido Africano para a
Independência da Guiné e Cabo Verde

PCA – Partido Comunista de Angola

PCC – Partido Comunista da China

PCI (m-l) – Partido Comunista da
Índia (Marxista-Leninista)

PCF – Parti Communiste Français
[Partido Comunista Francês]

PCMLF – Parti Communiste Marxiste-Leniniste de France [Partido Comunista Marxista-Leninista de França]

PC (m-l) P – Partido Comunista (marxista-leninista) de Portugal

PCP – Partido Comunista Português

PCP (e.c.) – Partido Comunista de Portugal (em construção)

PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PCP (R) – Partido Comunista Português (Reconstruído)

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PCTP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PRP – Partido Revolucionário do Proletariado

PSU – Parti Socialiste Unifié [Partido Socialista Unificado, França]

PTA – Partido do Trabalho da Albânia

PUP – Partido da Unidade Popular

RAF – Rote Armée Fraktion / Baader Meinhof [Fracção do Exército Vermelho, Alemanha Ocidental]

RPAC – Resistência Popular Anti-Colonial

SED – Sozialistische Einheitspartei Deutschlands [Partido Socialista Unificado da Alemanha, Alemanha Oriental]

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

TLP – Telefones de Lisboa e Porto

TUP – Teatro Universitário do Porto

UAR – União de Acção Revolucionária

UCF (m-l) - União dos Comunistas de França (Marxista-Leninista)

UCML – União Comunista Marxista-Leninista

UCRP (m-l) – União Comunista para a Reconstrução do Partido (marxista-leninista)

UDP – União Democrática Popular

UEC – União de Estudantes Comunistas

UEC (m-l) – União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas)

UEPF – União dos Estudantes Portugueses em França

UJCML – Union des Jeunes Communistes Marxist-Leninistes [União das Juventudes Comunistas Marxist-Leninistas, França]

UNEP – União Nacional dos Estudantes Portugueses

URML – Unidade Revolucionária Marxista-Leninista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. ARQUIVOS E FUNDOS DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Processos da PIDE/DGS

Biblioteca Museu República e Resistência – pastas várias

Centro de Documentação 25 de Abril – pastas várias

Hemeroteca Municipal de Coimbra

II. FONTES ORAIS

Entrevistas

Alves, Fernanda. 22/12/2008.

Baptista, Pedro. 16/01/2008.

Barradas, Ana. 06/05/2008.

Barreira, Isabel. 26/06/2008.

Barreiros, José Colaço. 13/12/2007

Branco, José Mário. 17/06/2008.

Caixinhas, João. 09/06/2008.

Capilé, José. 08/10/2008.

Cardeira, Fernando. 29/07/2008.

Carmo, Rui do. 18/03/2008.

Castro, José Luís. 13/09/2008.

Castro, Miguel. 29/07/2008.

Costa, Hélder. 05/10/2007.

Crato, Nuno. 17/01/2008.

D'Espiney, Rui. 01/07/2008.

Dias, Júlio. 24/03/2010.

Esperto, José Manuel. 27/11/2008.

Ferreira, Vidaul. 05/10/2007.

Fonseca, Paula. 07/01/2008.

Garção, José Manuel. 13/09/2008.

Gomes, Rui. 02/04/2009.

Gonçalves, Rita. 17/01/2008.

Grandão, Aurora. 17/06/2010.

Guinote, Carlos. 17/01/2008.

Henriques, Rui Teives. 03/01/2008.

Isaac, Norberto. 02/08/2008.

Jorge, Guerreiro. 24/10/2007.

Juncal, Manuela. 28/11/2008.

Lança, José Maria Silvestre. 26/06/2008.

Massada, Jorge. 08/01/2008.

Mota, Rui. 08/07/2008.

Nunes, Isabel. 13/09/2008.

Paiva, José. 04/11/2007.

Pimentel, Irene. 06/02/2008.

Queirós, Carlos. 15/03/2008.

Queirós, José. 07/02/2008.

Rebocho, Dúlia Maia. 13/11/2007.

Rego, Sebastião Lima. 19/01/2008.

Ribeiro, Marcelo. 15/04/2008.

Rodrigues, Ana Cristina Rosenheim. 03/03/2008.

Rodrigues, Francisco Martins. 29/01/2008.

Rodrigues, Jacinto. 24/10/2007.

Rosas, Fernando. 27/10/2009.

Seabra, José Alberto. 09/06/2008 e 26/06/2008.

Silva, Artur. 13/09/2008.

Silva, João Elviro. 09/01/2008.

Torres, José. 16/09/ 2008

Vasconcelos, Pedro Bacelar de. 07/02/2008.

Vintém, António Bento. 21/12/2007.

Depoimentos

Aldeia, João. 31/08/2007.

Anjos, Nelson. 18/06/2009.

Barros, Germano. 24/01/2010.

Bebiano, Rui. 07/06/2008.

Bernardo, João. 21/09/2007.

Cardoso, Fernando. 17/09/2008.

Carvalho, Frederico. 01/12/2008.

Castro, Alberto de. 18/12/2009 e 21/12/2009.

Costa, Célia Vidal da. 19/10/2008.

Costa, José Mário. 25/11/2009.

Cunha, Jorge. 23/10/2009.

Gandra, Pedro. 14/12/2009.

Garção, José Manuel. 07/23/2008 – 09/09/2008.

Garrido, Margarida. 23/02/2009.

Justino, Joffre. 22/10/2007.

Lobato, Serafim. 13/08/2008.

Magalhães, Miguel. 19/03/2008.

Martins, Arsélio. 02/07/2010.

Martins, Vasco. 15/01/2009.

Mendes, António Cruz. 11/11/2009.

Morais, Fernando. 21/09/2008.

Mucznik, Esther. 21/12/2009.

Pires, Eduardo. 27/10/2010.

Ramalho, Glória. 13/12/2007.

Rebocho, Nuno. 02 e 05/11/2007.

Resende, Manuel. 26/10/2008.

Ribeiro, Marcelo. 02/05/2009.

Rocha, Afonso. 20/04/2008.

Rodrigues, Jorge Nascimento. 31/10/2007.

Santos, Carlos. 29/06/2010.

Santos, José Hipólito dos. 28/12/2009.

Sequeira, Amílcar; Macias, Berta. 12/02/2010.

Silva, Artur. 26/07/2008.

Vasques, Tomás. 07/11/2007.

III. PUBLICAÇÕES E OUTRAS FONTES ESCRITAS

Jornais, revistas e boletins

Acção Popular, A Classe Operária, Alarme!, Alavanca, A Luta dos Povos, As Armas do Povo, A Vanguarda, Avante!, A Verdade, A Voz, A Voz do Desertor, A Voz do Povo, Bandeira Vermelha, Binómio, Cadernos Necessários, Capa e Batina, Chine en Construction, Comércio do Funchal, Diário da Manhã, Diário de Notícias, Documento Comunista, Ergue-te e Luta, Esquerda Democrática Estudantil, Estrela Vermelha, Estudante Revolucionário, Estudos sobre o Comunismo, Expresso, Foice e Martelo, Fronteira, Folha Comunista, Guarda Vermelha, Guerra à Guerra, Guerra Popular, Insurreição, Improp, Jornal do Centro, Jovem Guarda, Libertação, Longa Marcha, Luta / Lutte, Luta Estudantil, Luta Operária [OCMLP – Suécia], Luta Operária [UC (m-l)], Luta Popular, Novo Rumo, O Anti-Colonialista, O Bolchevista, O Comunista [O Comunista], O Comunista [UCRP (m-l)], O Farol, O Grito do Povo, O Militante, O Novo Militante, O Partido, O Proletário, O Salto, Os Povos das Colónias Vencerão!, Os Povos em Armas, O Tempo e o Modo, Ousar Lutar Ousar Vencer, Passa Palavra, Que Fazer?, Resistência, Revolução Popular, Revolução Portuguesa, Revolução Proletária, Seara Vermelha, Sementeira, Servir o Povo [UEC (m-l)], Servir o Povo [CRECs - Coimbra], Spartacus, União, Unidade e Luta, Unidade Popular, Vanguarda Proletária, Viva a Revolução, Viva o Comunismo!, Yenan.

Entrevistas, testemunhos, reportagens e textos on-line

ALMEIDA, Luís Pinheiro (2008), «Contra-Cultura Pop na AAFDL em Março de 1968», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2008/05/05/luis-pinheiro-de-almeida-contracultura-pop-na-aafdl-em-marco-de-1968/>> Acedido a 04/01/2010.

ALMEIDA, São José (2004), «O rádio está avariado», *Público*, 18/04/2004.

ALVES, Jofre (2009), «Manuel Quirós. Uma vida temperada na luta», blogue *Abril de Novo*, <<http://abril-de-novo.blogspot.com/2009/10/manuel-quiros-uma-vida-temperada-na.html>>. Acedido a 21/12/2009.

BARROS, José (1999), «Episódios do movimento associativo na emigração face a Abril de 74», *Latitudes*, n.º 6, Setembro de 1999.

CAETANO, Emília (1999), «Geração Mao», *Visão*, n.º 327, 24/06/1999.

CAEIRO, António (2004), «A peregrinação vermelha», *Expresso (Revista)*, n.º 1639, 27/03/2004.

CARDOSO, Rui (2002), «Do luto académico à luta permanente», *Expresso (Revista)*, n.º 1534, 23/03/2002.

CASTANHEIRA, José Pedro (2007), «Uma Portuguesa na Revolução Cultural», *Expresso (Revista)*, s.n., 22/09/2007.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1998), «Uma luta estudantil», *Público*, n.º 3208, 27/12/1998.

DORDIO, Pedro (2006), «O homem que se traiu a si mesmo», *Atlântico*, n.º 10, Janeiro de 2006.

FARINHA, Luís (2006), «Nós combatemos o XX Congresso», *História*, n.º 84, Fevereiro de 2006 [Entrevista a Francisco Martins Rodrigues].

FERNANDES, José Manuel e SOUSA, Teresa (1998), «A Geração da Ruptura», *Expresso (Revista)*, n.º 809, 30/04/1988 [entrevistas a Mariano Gago, Pacheco Pereira, Saldanha Sanches e Alberto Martins].

FERNANDES, Orlando (2008), «Testemunho dos acontecimentos de 12 de Julho de 1973 na TAP», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudos-sobrecomunismo2.wordpress.com/2008/05/14/orlando-fernandes-testemunho-dos-acontecimentos-de-12-de-julho-de-1973-na-tap/>> Acedido a 18/01/2010.

FIGUEIREDO, Mariza e CAMACHO, Francisco (1993), «Tão rabinos que nós éramos», *O Independente*, n.º 279, 17/09/1993.

GODINHO, Luísa (2005), «Exilados. Os que não voltaram», *Notícias Magazine*, n.º 674, 24/04/2005.

LAMEGO, José (1994), «José Lamego. 40 anos, deputado e dirigente do PS». *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

LEIRIA, Luís (1998), «A Geração de 70», *Vida Mundial*, n.º 11, Dezembro de 1998.

LOPES, Joana (2008), «Maria Natália Teotónio Pereira», blogue *Caminhos da memória*. <<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/09/16/maria-natalia-teotonio-pereira>> Acedido a 11/12/2009.

MASSADA, Jorge (1997), «Retrato do poder enquanto jovem», *Expresso* (Revista), s.n., 12/07/1997.

MEDINA, Miguel (1999), *Esboços. Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Educação.

METELLO, Perez (1994), «Perez Metello. 44 anos, jornalista», *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

MOURA, Paulo (2009), «As massas não queriam fazer a revolução», *Pública*, s.n., 27/09/2009.

NOBRE, Sandra e RAINHO, Vítor (2006), «Vivo revoltado com o meu país», *Tabu*, revista do jornal *Sol*, n.º 10, 18/11/2006 [entrevista a José Pedro Gomes].

OLIVEIRA, Veiga de (1994), «Veiga de Oliveira. 65 anos, engenheiro», *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

PEREIRA, José Pacheco (2003), «Grupo de Estudos Marxistas-Leninistas Maoístas», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2003/06/07/grupo-de-estudosmarxistas-leninistas-maoistas-gemlm/>> Acedido a 15/01/2009.

PEREIRA, José Pacheco (2003), «Origens de uma contra-cultura: o ciclo Popologia, realização autónoma de colaboradores da secção cultural da AAFDL (1968)», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudosobrecomunismo2.wordpress.com/2003/08/09/origens-de-uma-contracultura-o-ciclo-popologia-realizacao-autonoma-de-colaboradores-da-seccao-cultural-da-aafdl-1968/>> Acedido a 04/01/2010.

PEREIRA, José Pacheco (2004), «Célula Comuna de Paris», blogue *Estudos sobre o Comunismo* <<http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2004/03/28/celula-com-una-de-paris-1971/>> Acedido a 20/10/2008.

REGO, Sebastião Lima (2000), «Cinco experiências de intervenção», *Estaca Zero* <<http://abrilemmaio.no.sapo.pt/Textos-EZ-SLR.htm>> Acedido a 01/01/2010.

RIBEIRO, Anabela Mota (2008), «Viagem ao centro do mundo da Maria José e do Zé Luís», *Pública*, s.n., 05/10/2008 [entrevista a Maria José Morgado e José Luís Saldanha Sanches].

RIBEIRO, Daniel (1997), «Histórias de um assalto», *Expresso*, s.n., 12/04/1997.

ROSAS, Fernando e TRINDADE, Luís (1999), «Estão a comemorar os 25 anos antes do tempo», Revista *História*, n.º 13, Abril de 1999 [Entrevista a Francisco Martins Rodrigues].

SANCHES, J.L. Saldanha; PEREIRA, Miguel Serras (1974), «Saldanha Sanches: pela revolução democrática e popular», *Vida Mundial*, n.º 1833, 31/10/1974.

SARAIVA, José Manuel (1992), «O herói recuperado», *Expresso*, s.n., 15/02/1992 [sobre José Lamego].

TRINDADE, Luís (2004), «As Pessoas foram habituadas a pensar», *História*, III série, n.º 65, Abril de 2004, pp. 32-39 [Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim].

VALENTE, João Pulido (1994) «João Pulido Valente. 63 anos, médico», *Público*, n.º 1507, 22/04/1994.

VIANA, Clara (2004), «Ex-maoístas, uma história de sucesso», *Pública*, n.º 429, 15/08/2004.

WEMANS, Jorge (1997), «Os miúdos nas cheias», *Pública*, n.º 79, 23/11/1997.

Memórias e ficção

BAPTISTA, Pedro (2008), *A Queima do Cão de Palha*. Porto: Campo das Letras.

COELHO, Mário Brochado (2010), *Confronto. Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*. Porto: Afrontamento.

COSTA, Hélder (2005), *O Saudoso Tempo do Fascismo*. S.l.: Parvoíces.

COSTA, Hélder (2008), «O “Teatro Operário” dos portugueses de Paris», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar, Os Anos de Salazar*, vol. 30, Planeta Di Agostini, pp. 116-121.

DACOSTA, Fernando (2001), *Nascido no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias.

FREIRE, João (2007), *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*. Porto: Edições Afrontamento.

GALIZA, Daniel (textos) e PINA, João (fotos) (2007), *Por teu livre pensamento. Histórias de 25 ex-presos políticos portugueses*. Rio Maior: Assírio e Alvim.

GOULART, Pedro (2002), *Resistência*. Lisboa: Edições Dinossauro.

ISIDRO, João (1997), *Proscritos à Sobremesa*. Lisboa: Hugin.

ISIDRO, João (2008), «Uma manifestação contra a guerra do Vietname em Lisboa», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 24, pp. 125-127.

MARQUES, Fernando Pereira (1982), *A Outra Guerra*. Lisboa: A Regra do Jogo.

MARQUES, J. A. Silva (1976), *Relatos da Clandestinidade: o PCP visto por dentro*. Lisboa: Edições Jornal Expresso.

MORAIS, Fernando (2005), *A Inscrição na lápide*. Porto: Edições Mortas.

OLIVEIRA, César (1993), *Os anos decisivos. Portugal 1962-1985. Um testemunho*. Lisboa: Presença.

O Futuro era Agora. O movimento popular do 25 de Abril (2004). Lisboa: Edições Dinossauro.

ORWELL, George [1997 (1949)], *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona.

PINHEIRO, Patrícia McGowan (1998), *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*. Lisboa: Contra-Regra.

PINHEIRO, Patrícia McGowan (2008), «O Viriato que eu conheci», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz, o homem e o mito*. Luanda: Caxinde / Lisboa: Presença, pp. 207-218.

ROCHA, Edmundo (2008), «Viriato da Cruz: itinerário político», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz. O Homem e o Mito*. Lisboa: Prefácio; Luanda: Chá de Caxinde, pp. 109-184.

RODRIGUES, Francisco Martins (2008), *Os Anos do Silêncio*. Lisboa: Dinossauro / Abrente.

RODRIGUES, Francisco Martins (2008), «O crime de Belas», António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 21, pp. 74-81.

RODRIGUES, Francisco Martins (2009), *História de uma vida*. Lisboa: Dinossauro / Abrente.

ROLIN, Olivier (2003), *Tigre de Papel*. Porto: Edições Asa.

SÁ, Pinto de (2006), *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970-1976)*. Lisboa: Guerra e Paz.

SABINO, Amadeu Lopes (1997), *Homenagem a Vénus*. Lisboa: Editorial Presença.

SABINO, Amadeu Lopes; SOUSA, Jorge de Oliveira e; MORAIS, José e PAIVA, Manuel (2009), *À Espera de Godinho. Quando o futuro existia*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

SEABRA, Zita (2007), *Foi Assim*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Outras publicações

A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement [1965 (1963)], Peking: Foreign Languages Press.

AAVV (1970), *Igualdade Radical para a Mulher*. Coimbra: Livraria Almedina.

Cadernos Necessários 1969-1970 (1975). Porto: Afrontamento.

Citações do Presidente Mao Tsé Tung (1972). Pequim: Edições em Língua Estrangeira.

CMLP (1966), *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*. S.l.: Edições CMLP.

CMLP (1970), *Revisionismo em nova embalagem. A burguesia radical do jornal «O Comunista» faz concorrência ao revisionismo de Cunhal*. S.l.: Edições do Partido.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1987), *Presos Políticos no Regime Fascista V (1949-1951)*, Mem Martins.

Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1972), *Presos Políticos. Documentos 1970-1971*. Porto: Afrontamento.

Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1975), *Presos Políticos. Documentos 1972-1974*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Long Live Leninism (1960), Peking: Foreign Languages Press.

O Arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo. Guia da Exposição (1997). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). 1º Volume. Enquadramento Geral (1998). Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Revolução Popular 7 e outros documentos do período de 1966/67 do movimento marxista-leninista (1975), s.l.: Edições O Comunista.

[RODRIGUES, Francisco Martins] (1970), *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. Edições do Partido.

RODRIGUES, Francisco Martins (2008), *Pequena História do PCP e do Movimento Operário*. Lisboa: Cadernos Política Operária.

S.a. (1973), *China. Revolução no Ensino*. Selecção e tradução de M. Fátima Monteiro. Coimbra: Centelha.

SWEETZ, Paul e BETTHELEIM, Charles (1971), *Sociedade de Transição: luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Editora Portucalense.

UJCML (1968), «Sur l'établissement» <<http://archivescommunistes.chez-alice.fr/ujcml/ujcml6.html>>. Acedido a 19/10/2009.

VASCONCELOS, Álvaro (1976), «Os verdadeiros marxistas-leninistas e o trabalho do CM-LP para reorganizar o Partido», *Seara Vermelha*, n.º 6, Agosto de 1976.

V Congresso (Reconstitutivo) do Partido Comunista de Portugal (m-l) (1971), *Informe sobre a actividade da União dos Estudantes Comunistas (Marxistas-Leninistas) pela Comissão Executiva da UEC (m-l)*. s.l.: Edições do Partido.

IV. MATERIAL AUDIOVISUAL

ANDRINGA, Diana (1989), *Geração de 60*. Série de 6 programas emitidos na RTP2 entre 3/8/1992 e 7/9/1992.

Murais de Abril (2005). CD ROM: Fundação Mário Soares.

O Tempo e o Modo, 1969-1977 (2008), DVD ROM: Seminário Livre de História das Ideias da FCSH-UNL, Centro Nacional de Cultura, Biblioteca Nacional e Fundação Mário Soares.

IV. BIBLIOGRAFIA

Aavv (1999), *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*. Lisboa: Fim de Século Edições.

ACCORNERO, Guya (2009), *Efervescência Estudantil. Estudantes, Acção Contenciosa e Processo Político no final do Estado Novo (1956-1974)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ACHINO-LOEB, Maria-Luisa (ed.) (2006), *Silence. The Currency of Power*. New York / Oxford: Berghahn Books.

ALBUQUERQUE, Afonso (1987), *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*. Lisboa: Informação e Saúde, Texto Editora.

ALEXANDER, R. J. (1999), *International Maoism in the Developing World*. Westport, CT: Praeger.

ALEXANDER, R. J. (2001), *Maoism in the Developed World*. Westport, CT: Praeger.

ALEXANDRE, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

ALMEIDA, João Miguel (2008), *A Oposição Católica ao Estado Novo. 1958-1974*. Lisboa: Edições Nélson de Matos.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: Edições Colibri.

ALTHUSSER, Louis (1965), *Pour Marx*. Paris: Maspero.

ALTHUSSER, Louis (1974), *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença.

ANDERSON, Jon Lee (1997), *Che Guevara. A revolutionary life*. Grove Press: New York.

ANDRADE, John (2002), *Dicionário do 25 de Abril: verde fauna, rubra flora*. Lisboa: Nova Arrancada.

ANDRINGA, Diana (2009), «Falar na polícia», blogue *Caminhos da Memória* <<http://caminhosdamemoria.files.wordpress.com/2009/01/falardandringa1.pdf>> Acedido a 14/07/2009.

ARAUJO, Octavio Rodríguez (2006), *Esquerdas e Esquerdismo. Da Primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras.

ASH, Timothy Garton (2001), *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias.

AURÉLIO, Diogo Pires (1999), «Mitos, murais e muros», *Revista Camões*, n.º 5.

BACZKO, Bronislaw (1984), *Les Imaginaires Sociaux*. Paris: Payot.

BALSO, Judith (s.d.), *O MRPP*. Lisboa: Edições Delfos.

BANERJEE, Sumanta (1984), *India's simmering revolution: the naxalite uprising*. London: Zed Books.

BARATA, José Oliveira (2009), *Máscaras da Utopia. História do Teatro Universitário em Portugal. 1938-74*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BÁRCIA, Paulo e SILVA, António (2010), *Movimento de Esquerda Socialista. Uma improvável aventura*. Porto: Edições Afrontamento.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.) (2000), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, 8 e 9. Porto: Figueirinhas.

BARROS, Carlos (1993), «La contribución de los terceros Annales y la historia de las mentalidades. 1969-1989», in César González Mínguez (ed.), *La otra historia: sociedad, cultura y mentalidades*. Vitoria: Servicio de Publicaciones de la Univ. del País Vasco/EHU, pp. 87-118.

BARROS, José D'Assunção (2005), «Os campos da História no século XX», *Ler História*, n.º 49, pp. 77-104.

BEBIANO, Rui (2001), «A esquerda e a oposição à guerra colonial», in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e Ficção*. Livro de Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias.

BEBIANO, Rui (2002), «A história como poética», in José d'Encarnação (coord.), *As oficinas da História*. Lisboa: Colibri, pp. 47-70.

BEBIANO, Rui (2003), «Temas e problemas da história do presente», in José d'Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 225-236.

BEBIANO, Rui (2003), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.

BEBIANO, Rui e SILVA, Alexandra (2004), «A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa», *Revista de História das Ideias*, n.º 25, pp. 423-454.

BEBIANO, Rui (2005), «Contestação ao regime e tentação da luta armada sob o marcelismo», *Revista Portuguesa de História*, n.º 37, pp. 65-104.

BENJAMIN, Walter (1991), *L'Opera d'Arte nell'Epoca della sua Riproducibilità Tecnica*. Torino: Einaudi.

BERNARDES, Fernando Miguel (1991), *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974*. Lisboa: Edições Avante!

BERNARDO, João (1975), *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Afrontamento.

BIARD, Roland (1978), *Dictionnaire de l'extrême-gauche de 1945 à nos jours*. Paris: Belfond.

BLOCH, Ernst [1994 (1959)], *Il Principio Speranza*. Milão: Garzanti.

BOIA, Lucian (1998), *Pour une Histoire de l'Imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPPELLO, Eve (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

BOLTANSKI, Luc (2002), «The Left After May 1968 and the Longing for Total Revolution», *Thesis Eleven*, n.º 69, pp. 1-20.

BOURDIEU, Pierre (2006), «A ilusão biográfica», in Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (ed.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-192.

BOURG, Julian (2005), «The Red Guards of Paris: French Student Maoism of the 1960s», *History of European Ideas*, n.º 31, pp. 472-490.

BOURSEILLER, Christophe (2008), *Les maoïstes. La folle histoire des gardes rouges français*. Paris: Plon.

BRAGA, Isabel (2008), «Surge o MRPP, inspirado no maoísmo», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 26, pp. 54-59.

BRAGA, Joaquim (2008), «A medialidade simbólica da imagem no mundo mítico-religioso», in Joaquim de Oliveira Jorge e Costa Macedo (coord.), *Crenças, Religiões e Poderes: dos Indivíduos às Sociabilidades*. Porto: Afrontamento, pp. 65-74.

BRANCHE, Raphaëlle (2001), «Género y tortura: cuando una mujer pregunta a los hombres sobre la violencia», *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n.º 26, p. 44.

CAIADO, Nuno (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.

CAMILO, Eduardo (2004), *O cartaz partidário em Portugal (1974-1975)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Coleção Ubianas.

CARDINA, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.

CARDINA, Miguel (2008), «Olhares sobre uma ausência. O Movimento Estudantil no Estado Novo e o Feminismo», *Latitudes*, n.º 34, pp. 38-42.

CARDINA, Miguel (2009), «O maoísmo em Portugal: 1964-1974», in *Lutas Velhas, Futuro Novo*. Lisboa: Edições Dinossauro, pp. 33-72.

CARDINA, Miguel (2010), *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus.

CARDINA, Miguel (2010), «The War Against the War. Violence and Anticolonialism in the Final Years of Estado Novo», in Mike O'Donnell e Bryn Jones (ed.), *The Resurgent Sixties*. London: Anthem Press, pp. 39-58.

CARDOSO, António Monteiro (2009), «Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial», Comunicação no II Colóquio «Os Comunistas em Portugal – 1921-2009». Org.: Política Operária. Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 25 de Setembro de 2009.

CARRILLO-LINARES, Alberto (2008), *Subversivos y Malditos en la Universidad de Sevilla (1965-1977)*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.

CASSIRER, Ernst (2004), *A Filosofia das Formas Simbólicas II – O Pensamento Mítico*. São Paulo: Martins Fontes.

CASTORIADIS, Cornelius (1982), *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO, Paula (2002), «Teoria das Representações Sociais em S. Moscovici», *Análise Social*, n.º 164, pp. 949-979.

CAUTE, David (1988), *The year of the barricades. A journey through 1968*. New York: Harper & Row.

CHAKRABARTY, Dipesh (2010), «História subalterna como pensamento político», in Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 281-307.

CHANG, Jung e HALLIDAY, Jon (2005), *Mao. A História Desconhecida*. Lisboa: Bertrand Editora.

CLÍMACO, Cristina (1992), *La presse de l'émigration politique portugaise en France, analyse du journal O Salto, 1970-1974*. DEA, Paris 7.

COHN-BENDIT, Daniel (1988), *1968. A Revolução que tanto amámos!* Lisboa: Dom Quixote.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009), «“Ao serviço do povo venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)», *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, pp. 119-158.

CORREIA, Hélder Manuel Bento (1999), *A ruptura política e ideológica no movimento comunista em Portugal (1963-1964)*. Trabalho apresentado na disciplina de História de Portugal no mestrado de História Contemporânea. Portimão: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CORREIA, Hélder Manuel Bento (2000), *Comité Marxista-Leninista Português. Breve História de uma organização política (1964-1975)*. Trabalho apresentado no seminário de História de Portugal no mestrado de História Contemporânea. Portimão: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COSTA, Jorge (2002), «O ano da morte de Ribeiro Santos», *História*, n.º 49, III Série, pp. 24-31.

COSTA, Jorge (2008), «A morte do estudante Ribeiro Santos», in António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 28, pp. 52-61.

COSTA, Ramiro da (1979), *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal. 1820-1975*. 2.º volume. Lisboa: Assírio e Alvim.

COSSERON, Serge (2007), *Dictionnaire de l'extrême-gauche*. S.l.: Larousse.

CRUZEIRO, Celso (1989), *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.

CRUZEIRO, Maria Manuela (1994), «O imaginário político do 25 de Abril», *Revista de História das Ideias*, n.º 16, pp. 433-477.

CRUZEIRO, Maria Manuela (2004), «Movimento Estudantil no Feminino: de 62 a 69». Comunicação realizada a 16/09/2004 no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, organizado pelo Centro de Estudos Sociais. Coimbra: texto policopiado.

CRUZEIRO, Maria Manuela e BEBIANO, Rui (2006), *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento.

CUCÓ I GINER, Josepa (2007), «La izquierda de la izquierda. Un estudio de antropología política en España y Portugal», in *Papeles de CEIC*, volume 2007/1, papel 29.

CUNHAL, Álvaro [1974 (1964)], *Rumo à vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*. Porto: Edições A Opinião.

CUNHAL, Álvaro (1974), *Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*. S.l.: Edições Avante!

DIAS, Mário Rui (2006), *O Tempo e o Modo. Um Itinerário Ensaístico de um Receptor de Modernidade*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

DIRLIK, Arif, HEALY, Paul e KNIGHT, Nick (1997), *Critical Perspectives on Mao Zedong's Thought*. New Jersey: Humanities Press.

DIRLIK, Arif (1998), «The Third World», in Carole Fink, Philipp Gassert e Detlef Junker (ed.), *1968. The World Transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 295-317.

DRESSEN, Marnix (1999), *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)*. Paris: Belin.

DRESSEN, Marnix (2000), *Les Établis, la Chaîne et le syndicat. Évolution des pratiques, mythes et croyances d'une population d'établis maoïstes 1968-1982*. Monographie d'une usine Lyonnaise. Paris: L'Harmattan.

DROUET, Yannick e MARTIN, Jean-Philippe (2010), «Les Maoïstes et les Paysans-Travailleurs (fin des années 1960-années 1970)», *Dissidences*, n.º 8, pp. 112-130.

DUBY, Georges (1982), *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa.

DURAND, Gilbert (1995), *A Imaginação Simbólica*. Lisboa: Edições 70.

DURAND, Gilbert (1998), *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.

DURAND, Gilbert (2004), *O Imaginário*. Lisboa: Difel.

DURKHEIM, Émile [1998 (1895)], *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.

EAGLETON, Terry (1997), *Ideologia*. São Paulo: UNESP.

ELEY, Geoff (2002), *Forging Democracy. The History of the Left in Europe, 1850-2000*. Oxford: Oxford University Press.

ENGELS, Friedrich [1975 (1894)], *A questão camponesa em França e na Alemanha*. Coimbra: Centelha.

ESHERICK, Joseph; PICKOWICZ, Paul e WALDER, Andrew George (2006), *The Chinese Cultural Revolution as History*. Stanford: Stanford University Press.

FANON, Franz (2002), *Les damnés de la terre*. Paris: La Découverte.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1992), *Memória Social*. Lisboa: Teorema.

FERNANDES, Álvaro (2002), «Uma Guerra de baixa intensidade e longa duração», *História*, n.º 51, pp. 48-53.

FERNANDES, Moisés (2008), «O Percurso Chinês de Viriato», in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (coord.), *Viriato da Cruz. O Homem e o Mito*. Lisboa: Prefácio; Luanda: Chá de Caxinde, pp. 265-266.

FERNANDES, Moisés Silva (2008), *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas. 1945-2005*. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

FERRANTE, Stefano (2008), *La Cina non era vicina. Servire il popolo e il maoismo all'italiana*. Milano: Sperling & Kupfer.

FIELDS, A. Belden (1988), *Trotskyism and Maoism. Theory and Practice in France and the United States*. New York: Autonomedia.

FIGUEIREDO, Leonor (2010), *Sita Valles. Revolucionária, Comunista até à Morte (1951-1977)*. Lisboa: Alêtheia.

FONTES, Jorge Filipe Figueiredo (2009), *A esquerda à esquerda de Cunhal (1964-1974)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FRANK, Robert (2000), «Imaginaire politique et figures symboliques internationales: Castro, Hô, Mao et le Che», in Geneviève Dreyfus-Armand *et alii* (dir.), *Les Années 68. Le Temps de la Contestation*. Direcção de Paris: Complexe.

FREITAS, Eduardo de (1989), «O fenómeno emigratório: a diáspora europeia», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo* vol. V (1958-1974). Lisboa: Alfa, pp. 191-200.

FREITAS, José de (1964), *A China Vence o Passado*. Lisboa: Edições Cosmos.

FREITAS, José Gualberto de Almeida e CORDEIRO, José Manuel Lopes (2009), *A Guerra dos Cartazes*. s.l.: Lembrabril.

GAMEIRO, José (1989), «Uma nova visão da família e do casamento», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V (1958-1974). Lisboa: Alfa, pp. 357-366.

GINZBURG, Carlo (1987), *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.

GIRARDET, Raoul (1986), *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris: Éditions du Seuil.

GODINHO, Paula (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta Editora.

GODINHO, Paula (2004), «Maquisards ou Atracadores?» A propósito das revisões da história no caso de Cambedo da Raia, 1946», in *Cambedo da Raia. 1946. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*. Ourense: Asociación Amigos da República, pp. 157-227.

GRÁCIO, Rui (1990), «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo. Volume V*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 221-258.

GRÁCIO, Sérgio (1999), «Política Educativa nos Anos Sessenta: o Esgotamento de um Modelo», in Maria Cândida Proença (coord.), *Maio de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 171-183.

GRAMSCI, Antonio (2001), *Quaderni del Carcere*. IV volumes. Torino: Einaudi.

HAESSENDONCK, Imelda (1999), *L'usine*. Bruxelles: EPO.

HALBWACHS, Maurice (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

HAMON, Hervé e ROTMAN, Patrick (1987), *Génération. 1. Les années de rêve*. Paris: Éditions de Seuil.

HAMON, Hervé e ROTMAN, Patrick (1988), *Génération. 2. Les années de poudre*. Paris: Éditions du Seuil.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio (2005), *Multidão. Guerra e Democracia na Era do Império*. Lisboa: Campo das Letras.

HOBBSAWM, Eric (1996), *A Era dos Extremos. História Breve do século XX. 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença.

HOFHEINZ, Roy (1977), *The broken wave: the Chinese Communist peasant movement, 1922-1928*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

HUTT, Michael (ed.) (2004), *Himalayan «People's War». Nepal's Maoist Rebellion*. London: C. Hurst and Co.

IGGERS, Georg e POWELL, J. M. (ed.) (1990), *Leopold von Ranke and the Shapping of the Historical Discipline*. Syracuse, NY: Syracuse University Press.

JAMESON, Frederic (1984), «Periodizing the 60s», in Sohnya Sayres e Anders Stephenson (ed.), *The Sixties Without Apology*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, pp. 178-209.

JOUTARD, Philippe (1996), «La historia oral: balance de un cuarto de siglo de reflexión metodológica y de trabajos», *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, n.º 15, pp. 155-170.

KALFON, Pierre (2004), *Che. Ernesto Guevara. Uma lenda do século*. Lisboa: Terramar.

KAUTSKY, Karl [1986 (1899)], *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert.

KESSEL, Patrick (1972), *Le mouvement «maoïste» en France*. Tome 1. 1963-1968. Paris: 10/18.

KESSEL, Patrick (1978), *Le mouvement «maoïste» en France*. Tome 2. 1968-1969. Paris: 10/18.

KURLANSKY, Mark (2004), *1968. El año que conmocionó al mundo*. Barcelona: Ediciones Destino.

- LACLAU, Ernesto (2005), *On Populist Reason*. London: Verso.
- LAIZ, Consuelo (1995), *La Lucha Final: los partidos de la izquierda radical durante la transición española*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- LE GOFF, Jacques (1994), *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1985 (1899)], *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1979 (1902)], *Que Fazer?*. São Paulo: Editora Hucitec.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1978 (1920)], *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*. Lisboa: Edições Avante.
- LEW, Roland (2004), «O comunismo chinês», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias.
- LEYS, Simon (2005), *Ensaio sobre a China*. Lisboa: Cotovia.
- LINHART, Robert (1978), *L'Établi*. Paris: Éditions de Minuit.
- LINHART, Virginie (1994), *Volontaires pour l'usine: vie d'établies. 1967-1977*. Paris: Éditions du Seuil.
- LINHART, Virginie (2008), *Le jour où mon père s'est tu*. Paris: Éditions du Seuil.
- LOPES, Joana (2007), *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*. Lisboa: Âmbra.
- LOURENÇO, Gabriela; COSTA, Jorge e PENA, Paulo (2001), *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura: 1956-1974*. Lisboa: Âncora Editora.
- LOWENTHAL, David (1985), *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert (1992), *Revolte et Melancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité*. Paris: Payot.
- LÖWY, Michael (2002), «The Revolutionary Romanticism of May 1968», *Thesis Eleven*, n.º 68, pp. 95-100.
- LÜTHI, Lorenz (2008), *The Sino-Soviet Split. Cold War in the Communist World*. Princeton: Princeton University Press.
- MAC FARQUHAR, Roderick e SCHOENHALS, Michael (2006), *Mao's Last Revolution*. Harvard: Harvard University Press.
- MADEIRA, João (2003), «O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943 – 1957)», *Estudos do Século XX*, n.º 3, pp. 209-243.
- MADEIRA, João (2004), «As Oposições de Esquerda e a Extrema-Esquerda», in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Transição Falhada. O*

Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, pp. 91-135.

MADEIRA, João (2005), «Álvaro Cunhal e a via do levantamento nacional», *História*, n.º 79, III série.

MADEIRA, João, PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

MADEIRA, João (2008), «Martins Rodrigues e a cisão no PCP», António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 20, pp. 80-85.

MAFFESOLI, Michel (2001), «O imaginário é uma realidade», *Revista Famecos, mídia e cultura e tecnologia*, n.º 15, pp. 74-82.

MANYA, Judith (2004), *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale 1921-1974*. Thèse pour le doctorat en Science Politique, CEAN, Bourdeaux.

MAO TSÉ-TUNG [1977 (1957)], *Obras Escolhidas, volume 5, 1949-1957*. Lisboa: Editora Vento de Leste.

MAO TSÉ-TUNG [1965 (1941)], «Preface and Postscript to Rural Surveys», *Selected Works of Mao Tse Tung*, Vol. 3. Pekim: Foreign Languages Press.

MAO TSÉ-TUNG [1971 (1930)], «Oppose Book Worship», *Selected Works of Mao Tse Tung*. Pekim: Foreign Languages Press.

MAO TSÉ-TUNG [1976 (1938)], «Problemas de la guerra y de la estrategia», 06/11/1938, in Mao Tsé-Tung, *Obras Escogidas 2 (1937-1941)*. Pekim: Ediciones en Lenguas Extranjeras.

MARMOR, François (1976), *Le Maoïsme*. Paris: Presses Universitaires de France.

MARQUES, Fernando Pereira (2005), *A Praia sob a Calçada. Maio de 68 e a «Geração de 60»*. Lisboa: Âncora Editora.

MARKS, Thomas A. (1996), *Maoist Insurgency since Vietnam*. New York: Frank Cass.

MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: ICS.

MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-74). 1. Os marxistas-leninistas e os trotskistas», *História* n.º 17, pp. 8-23.

MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-74). 2. As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974», *História* n.º 18, pp. 14-26.

MARTINS, Susana (2005), *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

MARX, Karl, Carta a J. B. Von Schweitzer (24 de Janeiro de 1865). <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/01/24.htm>> Acedido a 10/10/2009.

MARX, Karl [1975 (1869)], *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra: Centelha.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1968 (1845-46)], *L'ideologie allemande*. Paris: Éditions Sociales.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1997 [1847]), *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante!.

MARWICK, Arthur (1998), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States*. Oxford: Oxford University Press.

MAUSS, Marcel [2008 (1924)], *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.

MEISNER, Maurice (1982), *Marxism, Maoism and Utopianism. Eight Essays*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.

MELLOR, David Alan e GERVEREAU, Laurent (1997), *The Sixties. Britain and France, 1962-1973. The Utopian Years*. London: Philip Wilson.

MIRANDA, Francisco Alía (2005), *Técnicas de Investigación para Historiadores. Las fuentes de la Historia*. Madrid: Editorial Síntesis.

MONIZ, Gonçalo Canto (2008), «The Portuguese “May 68”: Politics, Education and Architecture», *European Journal of American Studies*, 2008: Special Issue on May 68.

MONTENEGRO, António Torres (2003), *História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Editora Contexto.

MOSCOVICI, Serge [1976 (1961)], *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF.

MUDROVICIC, María Inés (2005), *Historia, narración y memoria*. Madrid: Akal.

NEVES, José (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

NICCOLAI, Roberto (1998), *Quando la Cina era vicina. La rivoluzione culturale e la sinistra extraparlamentare italiana negli anni '60 e '70*. Pisa e Pistoia: Biblioteca Franco Serantini e Centro di Documentazione di Pistoia.

NIETHAMMER, Lutz (1989), «Para qué sirve la historia oral», *Historia y Fuente Oral*, n.º 2, pp. 3-25.

NORONHA, Ricardo (2008), *Lenine em Portugal: a corrente marxista-leninista e os escritos do «Camarada Campos»*. Congresso Internacional Karl Marx, 14 a 16 de Novembro de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
<<http://www.comunistas.info/?no=7000;ano=2008;mes=12;i=456>>, Acedido a 20/11/2009.

NUNES, João Arsénio (1982), «Da Política “Classe contra Classe” às Origens da Estratégia Antifascista: Aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-35)», in *O Fascismo em Portugal*. Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 31-76.

OELGART, Bernd (s/d), *Ideólogos e Ideologias da Nova Esquerda*. Lisboa: Editorial Presença.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta Editora.

PASSERINI, Luisa (1984), *Torino operaia e fascista*. Roma / Bari: Laterza.

PASSERINI, Luisa (1991), *Storie di donne e femministe*. Torino: Rosenberg e Sellier.

PASSERINI, Luisa (2003), *Memoria e utopia. Il primato dell'intersoggettività*. Torino: Bollati Boringhieri.

PATLAGEAN, Evelyne [1998 (1978)], «A história do imaginário», in Jacques Le Goff (org.), *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes.

PATRIARCA, Maria de Fátima (1997), «Sobre a leitura das fontes policiais», *Análise Social*, volume XXXII, n.º 143/144, pp. 925-935.

PATRIARCA, Fátima (2004), «Estado Social: a caixa de Pandora», in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 171-212.

PEREIRA, José Pacheco (1988), «O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária», in Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal. O sistema político e constitucional. 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PEREIRA, José Pacheco (1993), *A Sombra. Estudos sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva.

PEREIRA, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. vol.1 – Daniel, o Jovem Revolucionário*. Lisboa: Temas e Debates.

PEREIRA, José Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política. vol.2 – Duarte, o Dirigente Clandestino*. Lisboa: Temas e Debates.

PEREIRA, José Pacheco (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». *Origens e Enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*. Lisboa: Alêtheia Editores.

PEREIRA, Victor (1999-2000), *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*. Mémoire de maîtrise d'histoire contemporaine. Université de Rouen. UFR des Lettres et Sciences Humaines. Département d'Histoire.

PEREIRA, Victor (2004), «Emigres surveillés. La PIDE et les Portugais en France», *Latitudes*, n.º 21, pp. 3-12.

PEREIRA, Victor (2009), «Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)», *Ler História*, n.º 56, pp. 45-68.

PIMENTEL, Irene Flunser (2007), *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.

POLLAK, Michael (1993), *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Editions Métailie.

PORTELLI, Alessandro (1991), *The death of Luigi Trastulli and other stories. Form and Meaning in Oral History*. Albany: State University of New York.

PORTELLI, Alessandro (1999), *L'ordine è già stato eseguito. Roma, le Fosse Ardeatine, la memoria*. Roma: Donzelli Editore.

PORTELLI, Alessandro (2006), «What makes oral history different», in Robert Perks e Alistair Thomson, *The Oral History Reader*. London / New York: Routledge, pp. 32-42.

RABY, D. Linda (1990), *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa: Salamandra.

RAPOSO, Eduardo M. (2000), *Cantores de Intervenção*. Lisboa: Edições Colibri.

REID, Donald (2004), «Établissement: Working in the Factory to Make Revolution in France», *Radical History*, n.º 88, pp. 83-111.

RIBEIRO, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento.

RICOEUR, Paul (1991), *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.

ROBRIEUX, Philippe (1975), *Maurice Thorez, vie secrète et vie privée*. Paris: Fayard.

ROCA, José Manuel (ed.) (1994), *El proyecto radical. Auge y declive de la izquierda revolucionaria en España (1964-1992)*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

ROCHA, José Augusto (2009), «Boa-Hora: Memória do Tribunal Plenário», *Revista do Ministério Público*, n.º 117, pp. 201-209.

RODRIGUES, Francisco Martins [2008 (1985)], *Anti-Dimitrov. 1935/1985 – meio século de derrotas da revolução*. Lisboa: Dinossauro / Abrente.

ROSAS, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores / Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I e II. Lisboa: Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando (coord), Irene Flunser Pimentel, João Madeira, Luís Farinha e Maria Inácia Rezola (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Políticos durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores.

ROSS, Kristin (2002), *May'68 and its afterlives*. Chicago: Chicago University Press.

SAID, Edward (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.

SALAZAR, António de Oliveira (1951), *Discursos e Notas Políticas. 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora.

SANDOICA, Elena Hernández (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir historia hoy*. Madrid: Ediciones Akal.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente. «Um Discurso sobre as Ciências» Revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, João de Almeida (1986), *O Princípio da Hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Vega.

SASSOON, Donald (2001), *Cem anos de socialismo. A Esquerda europeia ocidental no século XX*. 2 volumes. Lisboa: Contexto.

SCARRY, Elaine (1985), *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*. Oxford: Oxford University Press.

SCHRAM, Stuart (1989), *The Thought of Mao Tsé-tung*. Cambridge: Cambridge University Press.

SCOTT, James (1990), *Domination and the Arts of Resistance*. New Haven, CT: Yale University Press.

SETH, Sanjay (2006), «From maoism to postcolonialism? The indian “sixties” and beyond», *Inter-Asia Cultural Studies*, vol. 7, n.º 4, pp. 589-605.

SHANIN, Teodor (1983), *Late Marx and the Russian Road. Marx and the «Peripheries of Capitalism»*. New York: Monthly Review Press.

SILVA, António Martins da (2003), «Fazer a História do Tempo Presente: Portugal e a Construção Europeia», in José d'Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 237-255.

SILVA, Octávio Fonseca (2000), *José Mário Branco. O canto da inquietação*. Porto: Mundo da Canção.

SILVEIRA, Joel da (1989), «As guerras coloniais e a queda do Império», in António Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo, vol. V (1958-1974)*, pp. 71-106. Lisboa: Alfa.

SIRONI, Françoise (1999), *Bourreaux et Victimes. Psychologie de la Torture*, Paris: Odile Jacob.

SIRONI, Françoise e BRANCHE, Raphaëlle (2002), «Torture and the borders of humanity», *International Social Science Journal*, vol. 54, n.º 174, pp. 539-548.

SJOSLASHLI, Hans Petter (2008), «Maoism in Norway: And how the AKP (m-l) made Norway more Norwegian», *Scandinavian Journal of History*, vol. 33, n.º 4, pp. 478-490.

STANLEY, Elisabeth (2004), «Torture, Silence and Recognition», *Current Issues in Criminal Justice*, vol. 16, n.º 1, pp. 5-25.

STEPHENS, Julie (1998), *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Post-Modernism*. Cambridge: Cambridge University Press.

STONE, Lawrence (1992), «History and post-modernism II», *Past and Present*, n.º 135, pp. 189-194.

SUAREZ, Miguel Ángel Pérez (2008), *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*. FCSH, Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX.

TEODORO, António (2001), *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento.

THOMPSON, Paul (1978), *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press.

THOMSON, Alistair (2006 [1990]), «Anzac Memories. Putting popular memory theory into practice in Australia». Robert Perks e Alistair Thomson (ed.), *The Oral History Reader*. Routledge: Londres e Nova Iorque. 2.ª edição, pp. 244-254.

TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TRINDADE, Luís (1999), «Um longo 25 de Abril», *História*, n.º 13, Abril de 1999, pp. 55-62.

VARELA, Raquel (2008), «Oficiais milicianos optam pela deserção», António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, vol. 26, pp. 68-69.

VARON, Jeremy (2004), *Bringing the War Home. The Weather Underground, the Red Army Faction, and Revolutionary Violence in the Sixties and Seventies*. Berkeley: University of California Press.

VÉDRINE, Hélène (1990), *Les grands conceptions de l'imaginaire de Platon a Sartre et Lacan*. Paris: Livre de Poche.

VENTURA, António (1989), «O papel das forças sócio-políticas na mudança democrática. O caso português», in Hipólito de la Torre (coord.), *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*. Mérida: UNED, Centro Regional de Extremadura, pp. 215-234.

VEYNE, Paul (2008), *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70.

VIGREUX, Jean (2004), «Os camponeses comunistas», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias.

VIOLA, Lynne (2004), «Os camponeses, de 1917 aos nossos dias», in Michel Dreyfus, Bruno Groppo, Cláudio Ingerflom, Roland Lew, Claude Penetier, Bernard Pudal e Serge Wolikow, *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Editorial Notícias.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie-Christine (2000), «Les immigrés portugais en France et la Guerre coloniale portugaise (1961-1974)» <<http://membres.lycos.fr/epoca/exil.pdf>> Acedido a 20/09/2007.

VON PLATO, Alexander (1998), «La historia oral en la historiografía», *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, n.º 20.

VOVELLE, Michel (1985), *Ideologías y mentalidades*. Barcelona: Ariel.

WEBER, Max [1996 (1904)], *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

WEINE, Stevan (2006), *Testimony after Catastrophe. Narrating the Traumas of Political Violence*. S.l.: Northwestern University Press.

WOLF, Erin R. (1999), *Peasant Wars of the Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

ZAGATO, Alessandro (2007), «O Acontecimento como Fronteira de uma Situação Histórico-Social», *Arquivos da Memória*, n.º 2, pp. 84-101.

ZAGORIA, Donald S. (s/d), *O Conflito sino-soviético*. Lisboa: Ulisseia.

ZANCARINI-FOURNEL, Michelle (2001), «A propos des militants établis», *Mouvements*, n.º 18, pp. 148-152.

ZWEIG, David (1989), *Agrarian Radicalism in China, 1968-1981*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

